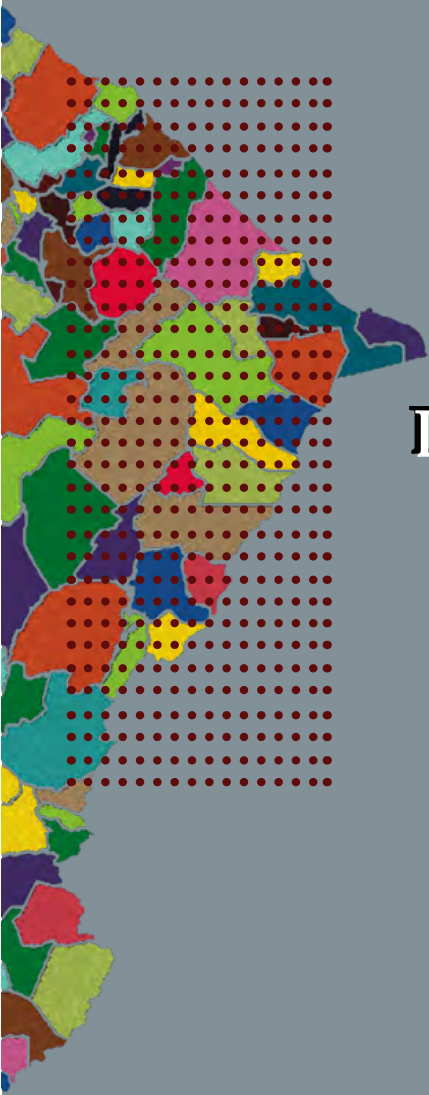


SERIDIÃO CORREIA
MONTENEGRO



PERFIL
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E
ANTROPOLÓGICO
DOS MUNICÍPIOS
DO CEARÁ

TOMO
II

EDIÇÕES
INESP

J/V



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

PERFIL
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO
E ANTROPOLÓGICO
DOS MUNICÍPIOS
DO CEARÁ

**EDIÇÕES
INESP**

Copyright © 2023 by
Seridião Correia Montenegro

Revisão:
Seridião Correia Montenegro

Projeto gráfico e capa:
Geraldo Jesuino

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

M772p Montenegro, Seridião Correia.
Perfil histórico, geográfico e antropológico dos municípios
do Ceará [livro eletrônico] / Seridião Correia Montenegro. –
Fortaleza: INESP, 2023.
568 p. : il. ; 2600 Kb ; PDF

Tomo II , J/ V.
ISBN 978-65-84902-20-6

1. Ceará – História. 2. Geografia – Ceará. I. Ceará. Assem-
bleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o De-
senvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 981.31





SERIDIÃO CORREIA
MONTENEGRO

PERFIL
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E
ANTROPOLÓGICO
DOS MUNICÍPIOS
DO CEARÁ

TOMO
II

J/V

Apresentação

Dispor-se a escrever sobre todos os municípios cearenses exige, primeiramente, organização e um extenso levantamento de dados e, em seguida, transpiração intelectual para redigir. É, além de tudo, desafiador reunir, dentre outras informações, a história, a geografia, a formação administrativa, as atividades econômicas e culturais e as personalidades de 164 unidades administrativas que se reconstroem nesta obra.

Os tomos I e II do *Perfil Histórico, Geográfico e Antropológico dos Municípios do Ceará*, com certeza, configuram novas e importantes fontes de pesquisa para os legisladores entenderem o grau de relevância desses lugares e de suas necessidades específicas para os nossos estado e país.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece), por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), orgulhosamente, publica esta obra que contribui com a qualidade do trabalho legislativo, fazendo parte da nossa luta por um estado verdadeiramente sensível aos problemas sociais.

Dep. Estadual Evandro Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

Inesp

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o “Edições Inesp” e o “Edições Inesp Digital”, que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O “Edições Inesp Digital” obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O “Edições Inesp Digital” já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações alcança uma marca de 3 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O *Perfil Histórico, Geográfico e Antropológico dos Municípios do Ceará – Tomo I e II* é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do “Edições Inesp Digital” e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda

Diretor Executivo do Inesp

Prefácio

EM MEADOS DE 2014, durante solenidade realizada na sede da Academia Cearense de Letras, recebi do saudoso amigo Francisco Lima Freitas convite para ingressar na Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará – ALMECE, na qual minha querida mãe, Maria Hilma Correia Montenegro, tinha representado o município de Várzea Alegre. No dia seguinte, Lima Freitas me encaminhou a relação dos 104 municípios cearenses que não tinham representantes na ALMECE, para que eu escolhesse, dentre esses, o que desejasse. Para surpresa minha, o município do Crato-CE, de uma riqueza cultural imensurável, não tinha representante, o que muito me agradou por ser o ramo materno da família da minha mãe originário dessa bela cidade caririense. A condição para submeter meu nome à aprovação do colegiado acadêmico era escrever uma monografia sobre o município, com no mínimo dez páginas. Embora, a bibliografia do município do Crato fosse rica e variada, causou-me espécie a escassez de fontes reunindo, num mesmo espaço, dados estatísticos e informações históricas, geográficas e antropológicas de todos os municípios cearenses. A obra que continha estudos e informações sobre temas e entidades de interesse do estado, escritos por importantes intelectuais da época, e dados e informações sobre os municípios cearenses, era *O Ceará* (primeira edição de 1939 e reedições, sem atualizações, de 1945, 1966 e 2011), de autoria de GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, contendo os 79 municípios existentes quando da 1ª edição do livro, e cujos dados haviam se tornado desatualizados. Apresentei a monografia e tomei posse na ALMECE em 29 de novembro de 2014. Pouco tempo depois, escrevi o livro “*Crato – Princesa do Cariri, Capital da Cultura, Oásis do Sertão*”, que publiquei em 2015.

Ficou no meu subconsciente a ideia de enfrentar o desafio ciclópico de escrever uma obra que coligisse dados e informações de todos os atuais 184 municípios do Ceará.

Em março de 2020, com a intensificação da crise sanitária mundial, em razão da pandemia de Covid 19, e sua chegada ao Ceará, fui forçado a me submeter a rigoroso isolamento, diante da crescente onda de contaminações e mortes provocadas por essa dolorosa enfermidade. Por pertencer a grupo de risco, “com comorbidade”, tomei a difícil e inevitável decisão de me manter afastado de todos – mulher, filhos, amigos, companheiros de Rotary e das academias de letras a que pertenço – não me restando outra alternativa senão a de preencher o meu tempo, “ocupando a cabeça” com algo que fosse útil. Meu antigo projeto de escrever sobre os 184 municípios cearenses voltou à tona: era um trabalho de pesquisa desafiador e prometia se estender por bastante tempo, até que, segundo a minha previsão de leigo, depois de alguns meses, a pandemia fosse debelada.

Iniciei o trabalho no dia 17 de março de 2020, uma terça-feira, às 07:30 horas, logo depois de tomar o café da manhã.

O presente trabalho foi o resultado de pouco mais de dois anos de intensa pesquisa, verdadeiro desafio, na descoberta de fontes oficiais e privadas (IBGE, sites de municípios, de entidades culturais, de academias de letras, etc.) e livros e revistas que trouxessem informações sobre cada um dos municípios cearenses, de Abaiara a Viçosa do Ceará.

Pela estrutura do projeto, o livro deveria contemplar município por município, contendo em cada um deles: o hino do município; a localização na microrregião e na mesorregião do estado; o IDH e o IDM; a toponímia e o gentílico; os municípios limítrofes; as características geográficas, climáticas e hidrográficas; a síntese histórica e a formação administrativa; as principais atividades econômicas; as manifestações culturais; as personalidades ilustres do município, finalizando com a citação das fontes consultadas.

Durante a execução do trabalho, muitas foram as dificuldades, inconsistências, contradições, divergências e erros encontrados, inclusive em fontes oficiais, que procuramos esclarecer e sanar.

Nesse trabalho, decidi não comentar, nem mencionar a questão do litígio territorial do Ceará com o Piauí, envolvendo aproximadamente 3.000 km², na região da Serra da Ibiapaba, em que o estado do Piauí pleiteia 66% do município de Poranga, 32% de Croatá, 21% de Guaraciaba do Norte, 18% de Carnaubal, 8% de Crateús e 7% de Ipaporanga. A ação propos-

ta pelo estado do Piauí encontra-se aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal, tendo como relatora a Ministra Cármen Lúcia, mas sem prazo para decisão. Assim, na presente obra, os municípios citados foram considerados, quanto a essa questão, na extensão e formação definidos no Decreto Geral nº 3.012, de 22 de outubro de 1880, quando se deu a troca através da qual o Piauí entrou na posse da freguesia de Amarração (atual Luís Correia) e o Ceará incorporou a região que abrangia as vilas piauienses de Príncipe Imperial (atual Crateús) e de Independência, ficando como linha divisória entre os dois estados a Serra da Ibiapaba.

Meu agradecimento à amiga, escritora e historiadora, Grecianny Carvalho Cordeiro, por sua participação nesta obra, com belo trabalho sobre a história de Fortaleza.

No curso dessa desafiadora viagem imaginária (virtual) de pesquisa, através dos mais distantes rincões do meu estado, escalei montanhas, mergulhei em rios caudalosos, orei em igrejas, santuários e catedrais, visitei prédios e monumentos históricos, acompanhei procissões, percorri feiras, assisti apresentações de grupos folclóricos, comemorei datas festivas, ouvi músicas sertanejas e o som característico das bandas cabaçais, sofri a inclemência das secas e o rigor dos invernos e conheci, ao longo de sua história secular, personagens que contribuíram para a formação, consolidação e engrandecimento de cada um dos municípios do estado do Ceará.

Espero, com o presente trabalho, dar uma modesta contribuição para o conhecimento e divulgação dos fatos históricos, da realidade geográfica, da luta titânica pela sobrevivência dessas valorosas populações e das potencialidades e atrativos dos municípios cearenses.

Fortaleza, 19 de agosto de 2022

Seridião Correia Montenegro

Associado efetivo do Instituto do Ceará

Sumário

J

Jaguaretama / 11
Jaguaribara / 17
Jaguaribe / 21
Jaguaruana / 28
Jardim / 34
Jati / 40
Jijoca de Jericoacoara / 44
Juazeiro do Norte / 49
Jucás / 57

L

Lavras da Mangabeira / 64
Limoeiro do Norte / 73

M

Madalena / 82
Maracanaú / 86
Maranguape / 92
Marco / 101
Martinópolis / 106
Massapê / 110
Mauriti / 116
Meruoca / 123
Milagres / 128
Milhã / 134
Miraíma / 138
Missão Velha / 142
Mombaça / 148
Monsenhor Tabosa / 156
Morada Nova / 161
Moraújo / 168
Morrinhos / 172
Mucambo / 177
Mulungu / 181

N

Nova Olinda / 187
Nova Russas / 192
Novo Oriente / 198

O

Ocara / 204
Orós / 209

P

Pacajus / 216
Pacatuba / 221
Pacoti / 228
Pacujá / 234
Palhano / 238
Palmácia / 243
Paracuru / 250
Paraipaba / 256
Parambu / 261
Paramoti / 266
Pedra Branca / 271
Penaforte / 277
Pentecoste / 281
Pereiro / 287
Pindoretama / 293
Piquet Carneiro / 297
Pires Ferreira / 301
Poranga / 306
Porteiras / 310
Potengi / 315
Potiretama / 320

Q

Quiterianópolis / 325
Quixadá / 330
Quixelô / 339
Quixeramobim / 343
Quixerê / 352

R

Redenção / 357
Reriutaba / 363
Russas / 368

S

Saboeiro / 376
Salitre / 383
Santa Quitéria / 387
Santana do Acaraú / 394
Santana do Cariri / 401
São Benedito / 407
São Gonçalo do Amarante / 414
São João do Jaguaribe / 420
São Luís do Curu / 425
Senador Pompeu / 429
Senador Sá / 436
Sobral / 441
Solonópole / 458

T

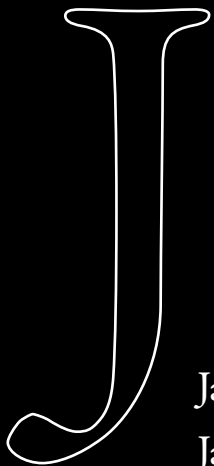
Tabuleiro do Norte / 466
Tamboril / 472
Tarrafas / 479
Tauá / 484
Tejuçuoca / 493
Tianguá / 498
Trairi / 507
Tururu / 513

U

Ubajara / 519
Umari / 525
Umirim / 530
Uruburetama / 535
Uruoca / 542

V

Varjota / 548
Várzea Alegre / 553
Viçosa do Ceará / 562



Jaguaretama

Jaguaribara

Jaguaribe

Jaguaruana

Jardim

Jati

Jijoca de Jericoacoara

Juazeiro do Norte

Jucás

Jaguaretama

Hino de Jaguaretama

(Letra por Monsenhor Otávio de Alencar Santiago
e melodia por Padre Gotardo Lemos)

Salve! Salve! Querido Rincão
Terra bela de encanto e magia!
Do Ceará és a flor do sertão
Que nossa alma de gozo extasia!

*Nesta quadra radiosa
Aqui vimos nós cantar,
Jaguaretama ditosa,
O teu nome decantar,
E pedimos ao bom Deus,
Ver-te sempre terra amada,
Para o bem dos filhos teus
Pela fé iluminada.*

Tua origem é benção divina
Teu passado é um exemplo de fé
Tua história nos honra e ilumina.
Por teu bem estaremos de pé.

Nesta quadra radiosa ...

Dos Pinheiros, Bezerras e Lemos
És o berço de nobres varões,
Cujas vidas sempre honraremos
Como heróis destes nossos sertões.

Nesta quadra radiosa ...

Grato somos a nossos avós
Que legaram a seus descendentes,
Esta herança opulenta que nós,
Guardaremos honrados, contentes.

Nesta quadra radiosa ...

Jaguaretama é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Jaguaretama (2010) foi de 0,612, de nível médio, situando-se em 91º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,24, ficando em 151º lugar no Ceará

Toponímia: a palavra de origem tupi significa “lugar onde moram as onças”.

Gentílico:

jaguaretamense.

Limites geográficos

Norte: Morada Nova e Banabuiú

Leste: Jaguaribara, Morada Nova e Alto Santo

Sul: Solonópole, Jaguaribara e Jaguaribe

Oeste: Banabuiú e Solonópole

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jaguaretama, com **área** de 1.759,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.133 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 559,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 100 m e a **distância para a Capital** é de 245,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116, BR-122, CE-138, CE-368 e CE-371. O **solo** é constituído de brunão cálcico (14,31%), podzólico vermelho amarelo distrófico (2,40%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (1,09%), podzólico vermelho amarelo álico (0,29%), regossolo eutrófico (7,22%), solo litólico eutrófico (19,25%), solo litólico eutrófico e distrófico (35,54%), solonetz solodizado (18,33%) e solos aluviais eutróficos (1,59%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do rio Banabuiú e do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Banabuiú e os riachos Timbaúba, Fundo, das Pedras, do Sangue, do Ferreira, dos Cavalos, da Cruz, Desterro, do Livramento, Santa Rosa e Santana, sendo os principais reservatórios os açudes Boa Esperança e Poço do Barro. Com relação ao **relevo**, se destacam a planície sertaneja, as serras secas e tabuleiros interiores. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta mista dicótilo-palmácea.

Síntese Histórica

Primitivamente, a região do Médio Jaguaribe era habitada por tribos indígenas, dentre as quais a dos Paiacus, que, no curso dos séculos XVII e XVIII, entraram em frequentes conflitos com os colonizadores, na tentativa de impedir a invasão de seus territórios, pela expansão das áreas de exploração da pecuária. Merece destaque a *Guerra dos Bárbaros*, iniciada em 1683, em que alguns povos indígenas – Paiacus, Cariris, Janduís, Tremembés, Jenipapos e outros se uniram contra os invasores. Em 1699, no lamentável massacre do Jaguaribe, foram mortos, com requintes de crueldade, cerca de quatrocentos e aprisionados mais de trezentos Paiacus. O processo de colonização dessa região contou também com o trabalho de catequização desenvolvido por missionários, que promoveram o aldeamento dos indígenas. O povoamento da área em que atualmente se situa o município de Jaguaretama teve como primeira denominação *Oriabebú*. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi criada em 1784, às margens do Riacho das Pedras, depois chamado de Riacho de Sangue, por ter sido palco de sangrentas batalhas envolvendo seus habitantes, que tingiram de sangue suas águas. Em 1805, a freguesia já contava com quatro capelas, em território do atual município de Jaguaretama: a principal de Nossa Senhora da Conceição, a de São Gonçalo de Amarante, a de Nossa Senhora das Candeias e a de Santo Antônio de Pádua. A três quilômetros da margem direita do rio Banabuiú, existe um sítio arqueológico.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Riacho de Sangue, por provisão de 06-04-1784. Elevado à categoria de vila, com a denominação Riacho de Sangue, por resolução do Conselho Provincial de 06-05-1833. Pela lei nº 518, de 01-08-1850, a sede da vila de Riacho de Sangue passa a ser o núcleo de Cachoeira. Elevada à categoria de município, com a denominação de Riachuelo, pela lei provincial nº 1.179, de 29-08-1865, tendo como sede o núcleo de Riacho de Sangue. Pela lei municipal nº 1.567, de 09-09-1873, é extinto o município, sendo seu território anexado ao município de Cachoeira, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município com a denominação Riacho de Sangue, pela lei provincial nº 1.822, de 01-09-1879, desmembrado de Cachoeira. Em divisão administrativa referente

ao ano de 1911, o município aparece constituído de 2 distritos: Riacho de Sangue (sede) e Santa Rosa. Pela lei nº 1.794, de 09-10-1920, o município é extinto mais uma vez, sendo seu território anexado ao município de Jaguaribe-Mirim, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Riacho de Sangue, pela lei provincial nº 2.392, 08-09-1926, desmembrado de Jaguaribe-Mirim. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Jaguaribe-Mirim, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Riacho de Sangue figura como distrito de Jaguaribe-Mirim. Elevado à categoria de município mais uma vez, com a denominação de Riacho de Sangue, pelo decreto estadual nº 1.540, 03-05-1935, desmembrado de Jaguaribe-Mirim, tendo como sede o antigo distrito de Riacho de Sangue, constituído apenas do distrito sede. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Riacho de Sangue (sede), Poço Comprido, Santa Rosa e Torrões. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, muda a denominação do município, de Riacho de Sangue para Frade e extingue o distrito de Torrões, cujo território é anexado aos distritos de Frade e Poço Comprido, ambos do município de Frade. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Frade é constituído de 3 distritos: Frade (sede), Poço Comprido e Santa Rosa. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Poço Comprido passou a denominar-se Upabussu e o distrito de Santa Rosa, Jaguaribara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Frade (sede), Jaguaribara e Upabussu. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Upabussu voltou a denominar-se Poço Comprido. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Frade (sede), Poço Comprido e Jaguaribara. Pela lei estadual nº 3.155, de 08-05-1956, o município de Frade passou a denominar-se Jaguaretama. Pela lei estadual nº 3.550, de 09-03-1957, os distritos de Jaguaribara e Poço Comprido são desmembrados do município de Jaguaretama, para formar o novo município de Jaguaribara. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial de 2005. Atualmente, o município é constituído do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, para a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; e a pesca artesanal em açudes, rios e córregos; o turismo, tendo como principais atrações o Santuário Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão e os passeios nos balneários de riachos e açudes do município.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (28 de novembro a 8 de dezembro); a Festa de Aniversário do Município (29 de agosto); a Festa do Reisado (6 de janeiro); o Festival de Quadrilhas Juninas (junho) a Paixão de Cristo (Semana Santa); a Quadrilha Flor do Sertão de Jaguaretama (junho); o Carnatama – Carnaval dos Filhos e Amigos de Jaguaretama (outubro); a Semana da Mulher Jaguaretamense (8 de março); a Festa do Dia das Mães (maio), o Natal Sustentável, com gincana nas escolas e o Natal solidário (dezembro).

Principais Personalidades

Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (Riacho do Sangue – Jaguaretama, 29 de agosto de 1831 – Rio de Janeiro, 11 de abril de 1900), médico, militar, escritor, jornalista, político, filantropo e grande mestre da Doutrina Espírita, conhecido em sua época como o “Médico dos Pobres”. Foi vereador de Fortaleza por três legislaturas; deputado provincial e deputado geral, pelo Rio de Janeiro. Abolicionista, publicou diversos livros sobre o tema. Presidente da Federação Espírita Brasileira e da União Espírita do Brasil. Em sua homenagem, denomina-se Bezerra de Menezes, uma avenida de Fortaleza.

Ana Cláudia Lemos da Silva (Jaguaretama, 6 de novembro de 1988) é uma velocista brasileira, especializada nos 100 e 200 metros rasos.

Eugênia Maria Maciel Pinheiro, filha e esposa de proprietários de terras no Riacho do Sangue, considerada a fundadora de Jaguaretama, por ter doado o terreno onde foi construída a capela de Nossa Senhora da Conceição.

Francisco Bernivaldo Carneiro (Jaguaretama, 10 de fevereiro), graduado em Geologia pela UFC, foi servidor público federal. Escritor, é o representante de Jaguaretama na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisco de Assis Bezerra de Menezes (Jaguaretama, 4 de outubro de 1814 – Baturité, 12 de junho de 1878) foi juiz de direito interino do Crato, juiz municipal e de órfãos de Quixeramobim e Riacho de Sangue e deputado provincial. Desembargador da Relação de Belém e de Fortaleza e Procurador da Coroa.

Manuel Soares da Silva Bezerra (Jaguaretama, agosto de 1810 – Fortaleza, 29 de novembro de 1887), magistrado, professor, filósofo e escritor, foi procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda e inspetor do Tesouro Provincial. Deputado provincial, vice-presidente da Assembleia Provincial, deputado geral e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza. Patrono da Cadeira 26 da ACL.

Padre José Ernanne Pinheiro (Jaguaretama, 11 de agosto de 1938), sacerdote católico, escritor, membro da Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República. Na CNBB, foi membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Samuel Filipe de Sousa Uchoa (Jaguaretama, 21 de dezembro de 1843 – Fortaleza, 25 de junho de 1902), advogado, promotor público, juiz municipal e de órfãos, juiz de direito, chefe de polícia no Pará, chefe de Polícia e juiz seccional do Ceará. Deputado provincial nos biênios de 1872-1873 e 1876-1877. Patrono da Cadeira nº 34 da Academia Cearense de Letras. Uma rua de Fortaleza foi denominada Rua Samuel Uchoa.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jaguaretama 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jaguaretama – outubro/98.

Jaguaribara

Hino de Jaguaribara

(Letra por José Silva Novo Barbosa
e melodia por autor não identificado)

Eu sou do meu sertão (bis)

Mais bonito que há

E o qual sei amar (bis)

Eu sou do meu sertão

De todo coração

Minha Jaguaribara,

Eu quero muito bem.

Não troco por dinheiro,

E nem dou a ninguém.

Se falta um pouco d'água

A sede é de matar,

Mas Jaguaribe enchendo

É água pra sobrar.

Eu sou do meu sertão (bis) ...

Minha Jaguaribara

Tem tudo que se quer,

Vaqueiro corajoso

E a formosa mulher

Tem um caboclo forte,

Morenas de abafar.

Se a gente vai embora,

Tem logo que voltar!

Jaguaribara é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Médio Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Jaguaribara (2010) foi de 0,618, de nível médio, situando-se em 76º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,61, ficando em 45º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra se origina da denominação de uma tribo de índios que habitava nessa região e significando etimologicamente “moradores do rio das onças”.

Gentílico:

jaguaribarense.

Limites geográficos

Norte: Alto Santo e Jaguaretama

Leste: Alto Santo e Iracema

Sul: Jaguaribe e Pereiro

Oeste: Jaguaretama e Jaguaribe

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jaguaribara, com **área** de 668,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.580 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 597,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 89 m e a **distância para a Capital** é de 261,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116, BR-122, CE-138, CE-269, CE-371, CE-546. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (2,33%), bruno não cálcico (46,56%), planossolo solódico ta (0,09%), podzólico vermelho amarelo distrófico (5,76%), podzólico vermelho amarelo álico (4,06%), solo litólico eutrófico (23,43%), solo litólico eutrófico e distrófico (6,47%) e solos aluviais eutróficos (11,30%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Jaguaribe e os riachos Jaguaribara, do Meio e da Cruz, sendo os principais reservatórios: o Açude Público Padre Cícero, mais conhecido como Açude Castanhão, inaugurado em 23 de dezembro de 2002, o maior reservatório de água doce do Ceará, e os açudes Velame, Caiçara e do Sossego. Com relação ao **relevo**, predominam a planície ribeirinha, os tabuleiros interiores e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

A história de Jaguaribara remonta ao século XVII, onde, baseada na pecuária, se deu a colonização portuguesa, com o surgimento de um núcleo urbano, em torno da Fazenda Santa Rosa. Em 1694, ante a hostilidade dos indígenas que viviam nessa região, os proprietários foram obrigados a se deslocar para outras áreas, próximas de Fortaleza, retornando anos depois. Com a construção da Igreja de Santa Rosa, foi ocorrendo a ocupação do território às margens do rio Jaguaribe, com a construção de praça, a edificação de casas conjugadas, em lotes estreitos, com fachadas em platibanda, como era usual na época. A decisão de inundar a área então ocupada por Jaguaribara foi tomada em 1995. Como resultado do Relatório de Impacto Ambiental, todo o patrimônio edificado da cidade deveria ser demolido, por motivos de segurança. Os técnicos elaboraram o projeto da nova cidade, com a participação da população, que influenciou na escolha do novo sítio, no projeto das casas, na manutenção das relações de vizinhança e na construção das igrejas, com a mesma forma das anteriores. Foi criada a Casa da Memória, com rico acervo de objetos pessoais e familiares doados pelos moradores.

Formação administrativa:

O povoado de Santa Rosa foi elevado à condição de Vila, como distrito do município de Frade, que depois recebeu a denominação de Jaguaretama. Foi às margens do Rio Jaguaribe que se travou a luta entre as tropas imperiais e os partidários da Confederação do Equador, que pretendiam a independência do Nordeste. Nessa batalha, foi capturado e morto Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Em 1924, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), construiu no lugar Alto dos Andrade, no Sítio Tapera, um pequeno monumento em homenagem ao herói da Confederação do Equador. Pelo decreto-lei estadual nº 1.113, de 30 de dezembro de 1943, a Vila de Santa Rosa passou a denominar-se Jaguaribara. Pela Lei nº 3.550, de 9 de março de 1957, Jaguaribara foi elevado à condição de município, desmembrado do município de Jaguaretama. As primeiras notícias sobre a construção da barragem do Castanhão, sobre a inundação da cidade e sobre o remanejamento de seus habitantes para áreas próximas, chegaram a Jaguaribara em 1985. A Nova Jaguaribara foi a primeira cidade totalmente

projetada do Estado do Ceará. O município de Jaguaribara é constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz e monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar, castanha de caju, coco e outras frutas, muitas das quais com utilização de irrigação (projetos Alagamar, Curupati e Mandacaru, no total de 1.785ha); a pecuária, com a bovinocultura de corte e de leite semi-intensiva e intensiva, a caprinocultura de corte semi-intensiva, a avicultura, a ovinocultura extensiva, a suinocultura e a piscicultura consorciada intensiva; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, bolsas, sacolas e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria e brita; e o turismo, tendo como principais atrativos as réplicas de templos e antigas construções, a barragem do açude Castanhão.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira do município Santa Rosa de Lima (agosto); a Festa do Padroeiro do município São Gonçalo (janeiro); a Festa de aniversário do município (9 de março); a Festa do Dia de Reis (6 de janeiro) e Natal (24 de dezembro).

Principais Personalidades

Heraldo Bezerra foi o primeiro prefeito eleito de Jaguaribara, nas eleições municipais de 3 de outubro de 1958, para o período legislativo de 1959 a 1962.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jaguaribara 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jaguaribara – outubro/98.

Jaguaribe

Hino de Jaguaribe

(Letra por Aleide Ferreira
e melodia por Cícero de Lima Pereira)

Jaguaribe eu te amo de verdade
És tão linda minha querida cidade
Ao passar em tuas ruas eu percebo
O sossego a reinar por todo lado.
Se por seca estás sempre castigada
Teu sorriso jamais chega a se apagar
Jaguaribe tu serás sempre amada
Somos felizes por viver em teu regaço.

*Ó Jaguaribe
Terra amada
És triunfante sempre em tua jornada
Teu seio forte
Nos faz seguros
E confiantes em teu brilhante futuro.*

Não esqueço quando estavas começando
Pouca gente em tuas ruas palmilhava
Mas com garra e coragem trabalhando
As primeiras praças nos edificaram.
Foram anos de difíceis trajetórias
Mas nada pode deter o avanço teu
E hoje Jaguaribe estás na história
E essa glória você sempre mereceu.

Ó Jaguaribe ...

Jaguaribe é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O IDH de Jaguaribe (2010) foi de 0,621, de nível médio, situando-se

em 70º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 27,71, ficando em 54º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra, de origem tupi, que significa “rio das onças”.

Gentílico:

jaguaribano.

Limites geográficos

Norte: Jaguaretama e Jaguaribara

Leste: Pereiro

Sul: Icó, Orós e Pereiro

Oeste: Jaguaretama, Solonópole, Quixelô e Orós

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jaguaribe, com **área** de 1.876,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 34.592 habitantes. Apresenta **clima** quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 679,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 119,14 m e a **distância para a Capital** é de 293,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / CE-138 / CE- 368 / CE - 371. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,12%), bruno não cálcico (25,18%), planossolo solódico ta (15,81%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (5,94%), solo litólico eutrófico (45,40%), solo litólico eutrófico e distrófico (1,27%), solonetz solodizado (2,30%) e solos aluviais eutróficos (3,88%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaguaribe perenizado através da vasão liberada pelo açude Orós e pelo açude Castanhão, e os riachos Jutubarana ou Feiticeiro, Jatobá e Manoel Dias Lopes, localizando-se entre os dois principais reservatórios do Estado: o açude Orós, em Orós, a montante, e o açude Castanhão, em Jaguaribara, a jusante, além dos açudes Joaquim Távora no distrito de Feiticeiro, no próprio município, e Nova Floresta. O Abastecimento da sede municipal é feito diretamente do rio Jaguaribe. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e a planície

ribeirinha. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa, floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba) e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

O núcleo adotou inicialmente a denominação de Jaguaribe-mirim, que era também o nome do braço do rio e do sítio existente em sua margem, que teve como proprietários os irmãos Francisco e Manuel Martins, originários de Pernambuco. Em 1697, o capitão João da Fonseca Ferreira recebeu em sesmaria as terras onde se localizava o Sítio Santa Rosa. No curso dos anos, a propriedade foi sendo transferida de dono, passando no início do século XVIII para o coronel Manuel Cabral, genro de João da Fonseca Ferreira, depois para o Padre Domingos Dias da Silveira, vigário de Icó, arrematada posteriormente em leilão pelo Padre João Martins de Melo e, após a sua morte, a propriedade foi dividida entre 14 credores. A denominação original, com o passar dos anos, perdeu a partícula “mirim”, ficando apenas Jaguaribe.

Formação administrativa

Pela Resolução Provincial de 06-05-1833, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Jaguaribe-mirim, tendo como sede o núcleo de Riacho de Sangue. A sede do núcleo foi transferida de Riacho de Sangue para Cachoeira, pela lei nº 518, de 01-08-1850. Pela lei provincial nº 1.704, de 30-11-1863, é criado o distrito de Boa Vista e anexado à vila de Jaguaribe-mirim. Pela lei provincial nº 1.121, de 08-11-1864, a sede do núcleo é transferida de Cachoeira para o de Jaguaribe-mirim. Distrito criado com a denominação de Jaguaribe-mirim, pela lei provincial nº 1.468, de 18-11-1872. Pela lei provincial nº 1.482, de 09-12-1872, é criado o distrito de Nova Floresta e anexado à vila de Jaguaribe-mirim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Jaguaribe-mirim é constituída de 3 distritos: Jaguaribe-mirim (sede), Boa Vista e Nova Floresta. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Jaguaribe-mirim, pela lei estadual nº 1.532, 12-08-1918. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município de Jaguaribe-mirim adquiriu o extinto município de Cachoeira e seus distritos Nova Floresta e São Bernardo, assim como o extinto município de Riacho de Sangue e seus distritos, Santa Rosa, Poço Comprido

e Torrões, todos na condição de distritos. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o distrito de Feiticeiro e anexado ao município de Jaguaribe-mirim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município figura com 12 distritos: Jaguaribe-mirim (sede), Boa Vista, Cachoeira, Carnaubinha, Conceição, Flores Novas, Feiticeiro, Nova Floresta, Riacho de Sangue, Santa Rosa, São Bernardo e Torrões. Pelo decreto estadual nº 1.540, de 03-05-1935, os distritos de Riacho de Sangue, Santa Rosa e Torrões são desmembrados do município de Jaguaribe-mirim, para formar o município recriado de Riacho de Sangue, e os distritos de Cachoeira, Carnaubinha, Conceição, Flores Novas e São Bernardo, para formarem o novo município de Cachoeira. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Jaguaribe-mirim (sede), Boa Vista, Joaquim Távora, antes denominado Feiticeiro, e Nova Floresta. Pela lei estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Jaguaribe-mirim passou a denominar-se Jaguaribe. No quadro fixado para vigorar de 1939-1943, o município de Jaguaribe é constituído de 4 distritos: Jaguaribe (sede), Boa Vista, Joaquim Távora e Nova Floresta. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Joaquim Távora passou a denominar-se Feiticeiro e o distrito de Boa Vista, Mapuá. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Jaguaribe (sede), Feiticeiro, Mapuá e Nova Floresta, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.307, de 21-05-1963, é desmembrado do município de Jaguaribe o distrito de Feiticeiro, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.308, de 21-05-1963, o distrito de Mapuá é desmembrado do município de Jaguaribe, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.405, de 04-07-1963, é desmembrado do município de Jaguaribe o distrito de Nova Floresta, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.879, de 13-12-1963, é criado o distrito de Aquinópoles e anexado ao município de Jaguaribe. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Jaguaribe (sede) e Aquinópoles. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Jaguaribe adquiriu os extintos municípios de Feiticeiro, Mapuá e Nova Floresta, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Jaguaribe (sede), Aquinópoles, Feiticeiro, Mapuá e Nova Floresta, assim permanecendo em

divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Jaguaribe (sede), Aquinópolis, Feiticeiro, Mapuá e Nova Floresta.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com a criação de bovinos (gado leiteiro e de corte), ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de crochê, bordados, peças em renda filé e redes; a mineração com a extração de argila para fabricação de tijolos e telhas, no polo cerâmico; a fabricação de queijos de coalho; e o turismo, tendo como grandes atrações a Barragem de Santana, antigas igrejas e monumentos históricos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Candeias, conhecida como a Festa da Luz, com realização de novenas, procissão, barracas com quitutes regionais e leilões (23 de janeiro a 2 de fevereiro); as quadrilhas juninas (junho); a festa da emancipação política do município (12 de agosto); a comemoração da mudança de sede do município de Cachoeira para Jaguaribe-mirim (8 de novembro).

Principais personalidades

Ademar do Nascimento Fernandes Távora (Fazenda Embargo – Jaguaribe, 07 de julho de 1895 – Fortaleza, 01 de novembro de 1976), bacharel em Direito, chefe de polícia do Espírito Santo, prefeito de Colatina (ES), deputado constituinte e secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará, foi desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará.

Dom Carloto Fernandes da Silva Távora (Jaguaribe, 18 de dezembro de 1863 – Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1933) bispo católico nomeado pelo papa Bento XV, em 18 de dezembro de 1919.

Eliseu Batista Rolim (Jaguaribe, 28 de maio de 2001 – Fortaleza, 18 de janeiro de 2001) foi proprietário de indústrias no município de Orós, nas

atividades de beneficiamento de algodão, fabricação de óleo vegetal, margarina e sabão e de extração do óleo de algodão, oiticica e mamona. Prefeito de Orós por duas vezes.

Elysiário Távora Filho (Jaguaribe, 18 de maio de 1911 – Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 2001) foi geólogo e mineralogista, pioneiro na pesquisa de urânio no Brasil, liderando, em 1962, a primeira equipe de geólogos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Em sua homenagem, um mineral foi denominado *Tavorita*.

Francisco José Pinheiro – Professor Pinheiro (Jaguaribe, 28 de setembro de 1954), historiador e político brasileiro, doutor em História Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi vereador de Fortaleza, vice-governador do Ceará, deputado estadual e secretário de Cultura do Estado.

João Felipe de Saboia Ribeiro (Jaguaribe, 7 de janeiro de 1898 – Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1968), médico e escritor, foi interventor federal no Acre e prefeito de Itapira (SP). Diretor do Hospital Getúlio Vargas – RJ.

Joaquim do Nascimento Fernandes Távora (Jaguaribe, 19 de junho de 1881 – São Paulo, 19 de julho de 1924), militar e engenheiro civil, aderiu ao levante do Forte de Copacabana (RJ), contra o Governo Artur Bernardes, e liderou em Corumbá rebelião de solidariedade, que deu origem aos levantes tenentistas da década de 1920. Preso e libertado, desertou do Exército e aderiu a nova conspiração contra o governo federal.

José de Anchieta Júnior (Jaguaribe, 11 de março de 1965 – Boa Vista, 6 de dezembro de 2018), engenheiro, foi secretário da Infraestrutura e vice-governador de Roraima, tendo assumido o governo do Estado, em razão da morte do governador, sendo reeleito em 2010.

Juarez do Nascimento Fernandes Távora (Jaguaribe-mirim, atual Jaguaribe, 14 de janeiro de 1898 – Rio de Janeiro, 18 de julho de 1975), militar e revolucionário, participou dos levantes militares de 1922 e 1926. Preso e condenado, perdeu a patente militar. Participou da Revolução vitoriosa de 1930, retomando a carreira militar com a patente de Major. Foi ministro da Agricultura e chefe do Gabinete Militar do Presidente Café Filho. Deputado Federal pela Guanabara. No governo do Presidente Castelo Branco, foi ministro de Viação e Obras Públicas.

Manuel do Nascimento Fernandes Távora (Jaguaribe, 21 de março de 1877 – Fortaleza, 23 de setembro de 1973), médico, farmacêutico, jornalista, escritor, professor e político. Exerceu a medicina no Crato e na Amazônia. Lecionou no Colégio Militar e escreveu em jornais do Amazonas, do Pará, do Acre e do Ceará. Deputado estadual, interventor do Ceará em 1930 e deputado constituinte, deputado federal e senador. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Padre Antônio Fernandes da Silva Távora (Jaguaribe, 17 de outubro de 1851 – Sena Madureira – Amazonas, 13 de setembro de 1916), sacerdote católico, advogado e jornalista. Deputado provincial e senador. Nomeado (1899) camareiro secreto do Papa Leão XIII, com honras de monsenhor.

Padre Teodulfo Franco Pinto Bandeira foi o primeiro vigário da antiga capela dedicada a Santo Antônio, mais tarde transformada em igreja-matriz de Jaguaribe e que retornou à condição de capela, no início do século XVIII.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jaguaribe 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jaguaribe – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Jaguaruana

Hino de Jaguaruana

(Letra e melodia
por Eduardo Alberto de Holanda)

Na corrente do verbo aumentar
Os teus filhos estão sempre a clamar
Sob a paz deste céu cor de anil
Construindo o Brasil
O Ceará também fica mais forte
Com o apoio do teu grande porte.

*Jaguaruana, Jaguaruana,
Tu nasceste, nasceste de pé
Jaguaruana, Jaguaruana,
És a flor das cidades, és a glória*

Tua bandeira, nosso símbolo
Nossa alma, nossa vida, nosso amor
És a pátria, mãe querida
Nosso berço, nosso escudo, nossa luz.
Nos teus campos o branco se agita
No teu seio a cultura se evolui
Na tua margem, no espelho das águas
A visão de um novo mundo
Tuas palmeiras que o vento balança
E tuas redes são nossa esperança.

Jaguaruana, Jaguaruana ...

Tua bandeira, nosso símbolo
Nossa alma, nossa vida, nosso amor
És a pátria, mãe querida
Nosso berço, nosso escudo, nossa luz.

Jaguaruana é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Jaguaruana (2010) foi de 0,624, de nível médio, situando-se em 61º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 27,05, ficando em 57º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi que significa “onça preta”.

Gentílico:

jaguaruanense.

Limites geográficos

Norte: Aracati e Itaiçaba

Leste: Estado do Rio Grande do Norte e Aracati

Sul: Russas, Quixeré e Estado do Rio Grande do Norte

Oeste: Itaiçaba, Palhano e Russas

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jaguaruana, com **área** de 867,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 33.960 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 419,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 20 m e a **distância para a Capital** é de 188,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-263. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (16,82%), cambissolo eutrófico (17,58%), podzólico vermelho amarelo álico (6,45%), solo litólico eutrófico (0,56%), solonetz solodizado (3,44%), solos aluviais eutróficos (22,09%) e vertissolo (31,57%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens os rios Jaguaribe e Campo Grande e o córrego da Perereca, sendo o principal reservatório o açude do Assentamento Rosa Luxemburgo, que propicia condições para o desenvolvimento da pesca artesanal da região. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas, a planície fluvial e a Chapada do Apodi. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea, caatinga arbustiva densa, floresta

caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

As primeiras notícias do povoado que deu origem ao município de Jaguaruana datam de 1761, quando ocorreu a doação de terras feita por D. Feliciano Soares da Costa, viúva do fazendeiro Simão de Góis, para a construção de uma capela em honra da Senhora de Sant'Ana, em torno da qual se iniciou o povoamento dessa localidade, com a denominação de Caatinga do Góis, por ter sido Simão de Góis o proprietário do sítio ou fazenda onde se formou o arraial. A construção da capela ocorreu cerca de quatro anos antes do registro da escritura de doação, datada de 6 de outubro de 1761. Durante anos o povoado se desenvolveu e, com a edição da Lei Geral de 1830, foi incluído entre os que estavam autorizados a criar Distrito de Paz, mas a execução, na forma de lei municipal de 3 de dezembro de 1832, da Câmara Municipal de Aracati, não se concretizou, “por não estar curada a capela da povoação”. Pela lei nº 1.083, de 4 de dezembro de 1863, foi finalmente criada a Freguesia, sacralizada em 19 de dezembro desse mesmo ano, tendo como primeiro vigário o Padre Alexandre Corrêa de Araújo Melo, que iniciou sua ação pastoral em 31 de janeiro de 1864. O movimento em favor da emancipação política do povoado foi iniciado pelo primeiro subdelegado de Caatinga do Góis, Antônio José de Freitas, o qual criou, em 1862, uma sociedade civil denominada União, com 33 membros, com esse objetivo. O esforço desses pioneiros resultou vitorioso, com a criação do distrito de União em 1863 (depois vila e município), com terras do município de Aracati. Em 1943, o município de União passou a se denominar Jaguaruana.

Formação administrativa:

O povoado do município de Jaguaruana denominava-se primitivamente de Caatinga do Góis e passou à denominação de União, quando da criação do distrito, pela lei provincial nº 1.083, de 04-12-1863, subordinado ao município de Aracati. Elevado à categoria de vila, com a denominação de União, pela lei provincial nº 1.183, de 04-12-1865, desmembrada de Aracati e instalada em 04-03-1866, tendo como sede a antiga povoação de Caatinga do Góis. Elevada à condição de cidade, com a denominação

de União, pelo decreto estadual nº 66, 11-09-1890. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Por ato estadual de 21-08-1913, é criado o distrito de Passagem de Pedras e anexado ao município de União. Pelo decreto estadual nº 1.156, 04-12-1933, é criado o distrito de Borges e anexado ao município de União. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 4 distritos: União (sede), Borges, Giqui e Passagem de Pedras, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 31-12-1938, o distrito de Passagem de Pedras passou a denominar-se Itaiçaba. Pelo decreto-lei nº 1.114, de 30-12-1943, o município de União passou a denominar-se Jaguaruana. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Jaguaruana é constituído de 4 distritos: Jaguaruana (sede), Borges, Giqui e Itaiçaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Jaguaruana (sede), Borges, Giqui e Itaiçaba, assim permanecendo em divisão territorial de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, o distrito de Itaiçaba é desmembrado do município de Jaguaruana, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Jaguaretama (sede), Borges e Giqui. Pela lei estadual nº 6.876, de 13-12-1963, é criado o distrito de São José e anexado ao município de Jaguaruana. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Jaguaruana (sede), Borges, Giqui e São José, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-06-1995, em que o distrito de São José aparece com a denominação de São José do Lagamar. Pela lei estadual nº 279, de 28-04-1998, é criado o distrito de Saquinho e anexado ao município de Jaguaruana. Pela lei municipal nº 287, de 24-06-1998, é criado o distrito de Santa Luzia e anexado ao município de Jaguaruana. Em divisão territorial datada de 15-07-1998, o município é constituído de 5 distritos: Jaguaruana (sede), Borges, Giqui, São José do Lagamar e Saquinho, não constando o distrito de Santa Luzia. Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 6 distritos: Jaguaruana (sede), Borges, Giqui, Santa Luzia, São José do Lagamar e Saquinho. Os atuais distritos do município são: Jaguaruana (sede), Borges, Giqui, Santa Luzia, São José do Lagamar e Saquinho.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal para a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, bodados, sacolas e artigos em couro; e a indústria de tintas.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Senhora de Sant'Ana (26 de julho); a Festa de aniversário do município (11 de setembro); o Carnaval, com o tradicional mela-mela, na praça central do município e, pela manhã, à beira do Rio Jaguaribe.

Principais Personalidades

Ângelo Osmiro Barreto, servidor público, historiador e escritor, representante de Jaguaruana na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Antônio José de Freitas foi o líder do movimento em favor da emancipação política do povoado de Caatinga do Góis, elevado em 1863 à categoria de distrito, com terras do município de Aracati, e posteriormente à categoria de vila e de município, com a denominação de União, depois Jaguaruana.

Dona Feliciano Soares da Costa, viúva do fazendeiro Simão de Góis, doadora das terras para a construção da capela em honra da Senhora de Sant'Ana, em torno da qual se iniciou o povoamento da localidade denominada Caatinga do Góis.

Maria Ivonete Moreira Maia (Jaguaruana, 04 de outubro de 1938 – Fortaleza, 14 de fevereiro de 2012), radialista, jornalista e diretora da Rádio Universitária FM, foi professora e coordenadora do curso de Comunicação Social da UFC. Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará e da Associação Cearense de Imprensa.

Maria Marluce Moreira Pinto (Jaguaruana, 3 de junho de 1938), empresária dos setores de extração de madeira e construção civil. Eleita deputada federal, participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, tendo trabalhado com sucesso para a elevação de Roraima à condição de Estado. Foi Senadora de Roraima e Secretária do Trabalho e Bem Estar Social de Roraima.

Padre Alexandre Corrêa de Araújo Melo foi o primeiro vigário da Freguesia de Caatinga do Góis, criada em 19 de dezembro de 1863.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jaguaruana 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jaguaruana – outubro/98

Jardim

Hino de Jardim

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Andarás com teu passado
Cuja lembrança inebria
E por teus filhos amado
Crescerás em cada dia

*Como joia na serra incrustada
Entre as fontes clarões refletindo
Ó jardim lindo seio de fada
Viverás entre as flores sorrindo*

Teu verde solo encantado
De luz, de som, de alegria
Sempre será o campo honrado
Do trabalho e da harmonia

Como joia na serra incrustada ...

Com a maior ufania
Deste teu seio perfumado
Lutaremos cada dia
Pela glória do passado

Jardim é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

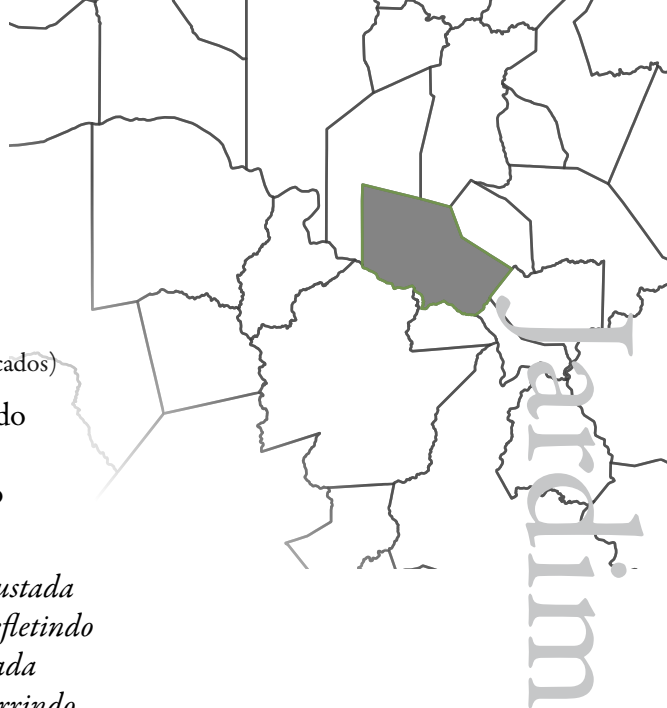
O **IDH** de Jardim (2010) foi de 0,614, de nível médio, situando-se em 88º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,95, ficando em 120º lugar no Ceará.

Toponímia:

o nome jardim provém da denominação do rio de igual nome, formado pelo encontro dos pequenos rios Gravatá e Barra da Mata.

Gentílico:

jardinense.



Limites geográficos

Norte: Porteiras, Missão Velha e Barbalha

Leste: Porteiras, Jati e Penaforte

Sul: Estado de Pernambuco e Penaforte

Oeste: Barbalha e Estado de Pernambuco

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jardim, com **área** de 552,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 27.187 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 741,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 652 m e a **distância para a Capital** é de 540,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-385 / CE-566. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (0,20%), bruno não cálcico (2,98%), latossolo amarelo distrófico (42,19%), latossolo amarelo álico (1,64%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (19,23%), solo litólico eutrófico (20,06%), solo litólico eutrófico e distrófico (9,51%) e vertissolo (4,14%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens o rio Jardim, periodicamente seco, os riachos Jardim, Porteiras, Jacundá, dos Porcos, Gravatá e Boca da Mata e o córrego da Perereca, sendo digno de referência como reservatório o Açude Florzinha. Brotam do sopé da chapada lençóis freáticos, na forma de fontes de águas cristalinas, sendo as de maior importância: a da Boca da Mata, que abastece a cidade, e a de Boa Vista, que se constitui em grande atração turística. Com relação ao **relevo**, é formado pela Chapada do Araripe e por algumas serras como a do Cruzeiro, a Boca da Mata, a Boa Vista e a Serra do Pontal. O ponto que mais se destaca é o talhado do cruzeiro, com 1.100 m de altitude. A **vegetação**, tendo como principal destaque a Floresta Nacional do Araripe, que ocupa grande parte do seu território, é constituída de carrasco, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), floresta subcaducifólia tropical xeromorfa (cerradão) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).)

Síntese Histórica

As terras que atualmente constituem o município de Jardim foram ocupadas pelos índios da etnia Kariri, até a chegada, em fins do século

XVIII, de fazendeiros baianos, dentre os quais Bento Moreira, e sua mulher D. Sebastiana de Oliveira, e o imigrante Padre João Bandeira de Melo, que, fugindo da seca de 1791 a 1793 na Bahia, se instalaram na barra do rio, em um vale fértil, que o padre denominava de “rico jardim” e que por isso ficou conhecido como Jardim. O padre edificou uma casa de barro, iniciou o plantio de cereais, construiu uma capela em homenagem ao Bom Jesus e passou a se dedicar à catequese dos índios que habitavam a região. Em torno dessa capela se formou o povoado. Em 1799, passando nessa comunidade, o missionário Frei Vidal de Frescarolo ergueu um cruzeiro à frente da capela, atualmente mantido diante da Matriz de Santo Antônio de Jardim. O município foi palco de alguns acontecimentos relacionados à Revolução Pernambucana de 1817 e à Confederação do Equador de 1824, em que o município reconheceu o governo provisório instituído pelos revolucionários, sendo hasteada na Câmara Municipal de Jardim a bandeira republicana.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Santo Antônio do Jardim, por provisão de 11-10-1814 e por ato provincial de 18-03-1842. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Santo Antônio do Jardim, por Alvará Régio de 30-08-1814, desmembrada de Crato, com sede na povoação de Barra do Jardim, instalada em 03-01-1816. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Jardim, pela lei provincial nº 1.829, de 03-09-1879. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Pelo ato estadual de 12-09-1913, é criado o distrito de Macapá e anexado ao município de Jardim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Jardim (sede) e Macapá, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Macapá passou a denominar-se Jati. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 2 distritos: Jardim (sede) e Jati. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Jati é desmembrado do município de Jardim, elevado à categoria de município, e criado o distrito de Jardimirim, anexado ao município de Jardim. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distri-

tos: Jardim (sede) e Jardimirim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.818, de 04-12-1963, o distrito de Jardimirim é desmembrado do município de Jardim, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Jardim adquiriu o extinto município de Jardimirim, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Jardim (sede) e Jardimirim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1979. Pela lei municipal nº 111, de 27-05-1981, o distrito de Corrente é anexado ao município de Jardim. Em divisão territorial datada de 01-06-1998, o município é constituído de 3 distritos: Jardim (sede), Jardimirim e Corrente, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. A lei municipal nº 281, de 25-06-2019, delimitou as sedes dos distritos de Corrente, Jardimirim, Fazenda Nova, Taquari e Horizonte. Os atuais distritos do município são: Jardim (sede), Corrente, Horizonte, Fazenda Nova, Jardimirim e Taquari.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, arroz, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, banana, abacate, abacaxi e outras frutas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o babaçu, a oiticica e a carnaúba; a mineração com a extração de rochas ornamentais, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; o artesanato de redes e bordados; a extração e industrialização de água mineral; o turismo, tendo como atrativos naturais: as fontes de águas cristalinas da Boa Vista, da Boca da Mata, do Gravatá, do Olho D'água e do Toré, e o Sítio Cabeça de Negro.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro Santo Antônio (13 de junho); a Festa dos Caretas (Semana Santa); a Festa de São João (junho); a Festa de Coroação de Nossa Senhora (31 de maio);

a Semana do Município (com encerramento no dia do município – 3 de janeiro); a Vaquejada (novembro); a Procissão de Todos os Santos (1º de janeiro) e a Festa do Bom Jesus (de 25 de dezembro a 01 de janeiro).

Principais Personalidades

Claudionor Couto Roriz (Jardim, 2 de abril de 1939 – Fortaleza, 16 de dezembro de 2015), médico, foi senador e secretário de Saúde por Rondônia. Proprietário do Hospital Geral de Endemias Doutor Juvenal Pinto em Jardim – Ceará.

Dom Francisco Edmilson Neves Ferreira (Jardim, 3 de outubro de 1969), nomeado bispo pelo Papa Francisco, para a Diocese de Tianguá, em 15 de fevereiro de 2017.

Joaquim Alves de Oliveira (Jardim, 10 de fevereiro de 1894 – Fortaleza, 8 de junho de 1952). Há fontes que indicam como sua cidade natal Várzea Alegre. Escritor, historiador, professor e crítico literário, membro da ACL, da ACI e da Sociedade Cearense de Geografia e História (presidente e fundador). Foi sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José Caminha (J. C.) Alencar Araripe (Jardim, 01 de maio de 1921 – Fortaleza, 12 de junho de 2010), bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais, foi jornalista, político, escritor, pesquisador e professor, um dos fundadores do curso de Comunicação Social da UFC, onde foi Chefe de Departamento. Vereador e prefeito interino de Fortaleza, presidiu a Associação Cearense de Imprensa. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José Menezes de França (Jardim, 6 de setembro de 1921 – Teresópolis, 31 de julho de 2014), multi-instrumentista e compositor brasileiro, tocava violão de seis e sete cordas, bandolim, banjo, cavaquinho, viola de dez cordas, guitarra amplificada, guitarra portuguesa e contrabaixo.

Monsenhor Laurino Justiniano Ferreira Douetts (Jardim, 31 de dezembro de 1847 – Vitória de Santo Antão, 26 de junho de 1911), sacerdote católico, vigário de Cascavel, no Ceará, de Sousa, na Paraíba e de Triunfo, em Pernambuco. Intendente municipal de Triunfo, fez oposição ao regime republicano. Ameaçado de morte, fugiu do município e, com 1.200 homens armados, tomou a cidade e fez um acordo, tornando-se presidente do Conselho Municipal. Elegeram-se prefeito no ano seguinte (1892).

Foi testemunha do Padre Cícero, no inquérito sobre o episódio da Beata Maria de Araújo. Em 1908, recebeu o título de monsenhor.

Raimundo Ulisses de Albuquerque Penaforte – Cônego (Jardim, 25 de novembro de 1855 – Belém, 25 de abril de 1921), religioso, poeta, ensaísta, romancista, cronista, contista, sociólogo, filólogo, jornalista, orador sacro e filósofo brasileiro. Estudioso e defensor das causas abolicionista e indígena, considerado em seu tempo um dos religiosos mais cultos do clero brasileiro. Em sua homenagem, um município do Ceará se denomina Panaforte. Patrono da Cadeira nº 32 da Academia Cearense de Letras.

Wilson Roriz (Jardim, 15 de maio de 1918 – Fortaleza, 20 de maio de 1974), advogado e político, foi deputado estadual e deputado federal. Exerceu o cargo de secretário de Assuntos Extraordinários do Ceará no Governo César Cals.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jardim 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jardim – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Jati

Hino de Jati

(Letra e melodia
por José de Anchieta Dantas Araújo)

Vai Jati sempre alegre e altaneira
O teu povo se orgulha de ti
Cearense, depois brasileiro
Mas primeiro, filho de Jati.

O jatiense é sempre hospitaleiro
Acolhe bem quem aqui vem morar
Mas não esquece de ser um guerreiro
Quando a vida lhe chama a lutar.

*Tuas serras, planícies e montes
Quem ao longe avista se induz
A querer ser também jatiense
Antes de ser da terra da luz!*

Oh! Jati que és sempre adorada
Por teus nunca és esquecida
Noutras terras és sempre lembrada
Como a terra mais mãe, mais querida.

Se existe um teu filho distante
Com certeza ele vive a lutar
E sonhando ser vitorioso
Pra poder ao teu seio voltar.

Tuas serras, planícies e montes ...

Jati é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Brejo Santo e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Jati (2010) foi de 0,651, de nível médio, situando-se em 24º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,87, ficando em 107º lugar no Ceará.



Toponímia:

a palavra jati de origem indígena significa “tipo de inseto que produz mel”.

Gentílico:

jatiense.

Limites geográficos

Norte: Brejo Santo e Porteiras

Leste: Brejo Santo e Estado de Pernambuco

Sul: Penaforte e Estado de Pernambuco

Oeste: Jardim e Penaforte

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jati, com **área** de 353,3 km², tem **população estimada** para 2021 de 8.150 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.070,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 435,04 m e a **distância para a Capital** é de 527,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-153 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (24,87%), bruno não cálcico (18,38%), solo litólico (54,32%) e podzólico vermelho amarelo (2,43%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principal drenagem o riacho Jardim e como principais reservatórios os açudes Baixa Grande, Brejinho e das Furnas. O município faz parte do projeto de transposição das águas do rio São Francisco, ligando a barragem de Jati às nascentes do rio Cariús, no município de Nova Olinda, na região do Alto Jaguaribe. Com relação ao **relevo**, se destacam as depressões sertanejas e a Chapada do Araripe, tendo como principais elevações as serras do Cruzeiro, Boca da Mata, Boa Vista e do Portal. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

A formação inicial do povoado denominado Macapá, que deu origem ao município de Jati, ocorreu nos primeiros anos do século XIX. Antes,

essas terras eram habitadas pelos índios da etnia Kariri. Localizando-se na passagem entre a Serra Talhada e de Cabrobó, em Pernambuco, e as vilas de Jardim, Porteiras e Crato, no Ceará, o Sítio Macapá foi reunindo pequenos agricultores, criadores e curtidores de couros e peles, transformando-se aos poucos em pequeno povoado. A mudança do nome de Macapá para Jati foi feita para evitar a confusão, na destinação da correspondência postal, entre Macapá, distrito de Jati, com Macapá, capital do Amapá. Em 21 de agosto de 2020, foi inaugurada a barragem de Jati, no projeto de transposição do Rio São Francisco, que dará vazão às águas do Eixo Norte para o Cinturão das Águas do Ceará, e que deverá beneficiar a região metropolitana de Fortaleza, a 119 quilômetros.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Macapá, por ato estadual de 12-09-1913, subordinado ao município de Jardim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Macapá figura no município de Jardim, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Macapá passou a denominar-se Jati. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Jati permanece no município de Jardim. Elevado à categoria de município com a denominação de Jati, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, instalado em 25-03-1955, desmembrado de Jardim, tendo como sede o antigo distrito de Jati, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Jati (sede), Balanças e Carnaúba.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos

diversos na construção civil; e as indústrias de papel reciclado, sandálias, material de limpeza e outras.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Senhora de Sant'Ana (26 de julho); a Festa de aniversário do município (22 de novembro); a Exposição Agropecuária de Jati – ExpoJati, com vaquejada, pegada de boi dentro do mato, shows e apresentações musicais de Bandas (novembro); apresentações de bandas cabaçais.

Principais Personalidades

José Barreto Couto, primeiro prefeito do município de Jati.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jati 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jati – outubro/98

Jijoca de Jericoacoara

Hino de Jijoca de Jericoacoara

(Letra por Elson Gleides Albuquerque
e melodia por Lucas de Souza Teixeira e Alexandre Silva Lima)

Ela fica no litoral norte do nosso estado
Ela é uma grande beleza do nosso Brasil
Ela acolhe de braços abertos a quem lhe visita
Uma terra de grande riqueza e de povo gentil

Eu lhe falo de uma cidade
Do interior do Ceará
É Jijoca de Jericoacoara, querido lugar
Sob a larga amplidão desse céu
Tua beleza me encanta e seduz
Tu és uma das filhas mais novas da terra luz

Ela é repleta de amor e paz!
De origem indígena, assim já falavam os seus ancestrais

É Jijoca cidade bonita de tanto esplendor
Que recebe da mãe natureza um carinho febril
E mistura o verde das plantas com o branco da areia
Fica às margens da grande lagoa e do céu de anil

Sua costa de grande riqueza
Deixam nossa cidade mais bela
Oh meu sonho, cidade princesa do nosso Brasil
Eu me sinto feliz quando canto,
os encantos dessa joia rara
Seja berço da fauna, da flora, da arte e do mar

Ela é repleta de amor e paz! ...

Jijoca de Jericoacoara é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Jijoca de Jericoacoara (2010) foi de 0,652, de nível médio, situando-se em 22º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 23,69, ficando em 84º lugar no Ceará.

Toponímia:

as palavras, de origem tupi, significam: *jijoca*, “casa das rãs” e *Jericoacoara*, “buraco das tartarugas”.

Gentílico:

jijoquense.

Limites geográficos

Norte: Cruz e Oceano Atlântico

Leste: Bela Cruz e Cruz

Sul: Camocim e Bela Cruz

Oeste: Camocim

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jijoca de Jericoacoara, com **área** de 204,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.351 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 899,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 22 m e a **distância para a Capital** é de 283,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-085 / CE-177 / CE-556. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (25,08%), areias quartzosas marinhas distróficas (22,86%), podzólico vermelho amarelo distrófico (42,23%) e solonchak sódico (3,54%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Aracatiaçu, tendo como principais drenagens os riachos Guriú, Doce, de Dentro, dos Salvianos e da Forquilha, os córregos do Mourão e do Paraguai e as lagoas da Jijoca e das Pedras. Com relação ao **relevo**, o terreno de Jijoca é quase todo plano, destacando-se como ponto culminante o serrote de Jericoacoara, com 95 metros, bem como a planície litorânea e os glaciais pré-lito-

râneos dissecados em interflúvios tabulares. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea, com floresta por trás das dunas e vegetação de tabuleiros, com espécies de caatinga, mescladas com espécies de mata serrana.

Síntese Histórica

Primitivamente, as terras de Jericoacoara eram ocupadas pelos índios Tremembé. No início do século XVII, o administrador colonial português Jerônimo de Albuquerque, chegou a Jericoacoara, no distrito de Acaraú, onde construiu com estacas de madeira o forte de Nossa Senhora do Rosário, que serviria de base de apoio para os portugueses, nas batalhas contra os franceses sediados no Maranhão. Instalou-se então o primeiro povoamento português da região, que ficou conhecido como Aldeia do Cajueiro, que era um aldeamento de índios organizado e dirigido pelos padres jesuítas, para onde acorreram muitos fugitivos da guerra com os holandeses, procedentes de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Logo, os novos habitantes do lugar iniciaram a atividade pecuária e a produção de charque, às margens do Rio onde aportavam pequenas embarcações no ancoradouro da Barra do Acaracu, que ficou conhecido como Porto dos Barcos de Acaracu. Fato importante para o desenvolvimento de Jericoacoara foi a inauguração, em 16 de novembro de 1952, do farol, no alto de um dos serrotes existentes na região, com 120 metros de altura. Em 1991, Jijoca, então distrito de Cruz, foi elevado à categoria de município, com a denominação de Jijoca de Jericoacoara, tendo como parte de seu território a praia de Jericoacoara. Outros fatos que tiveram relevância na história do município foram: a declaração de Jericoacoara, em 1984, pelo presidente João Batista de Figueiredo, como área de Proteção Ambiental; a criação do Parque Nacional de Jericoacoara, em fevereiro de 2002, com área de 8.416 hectares, e a redefinição de seus limites em junho de 2007. Quando da eletrificação de Jericoacoara, os cabos de energia elétrica foram instalados em rede subterrânea. O município, por suas belezas naturais, tornou-se atração turística nacional e internacional.

Formação administrativa:

As terras do atual município de Jijoca de Jericoacoara faziam parte do distrito de Acaracu, criado por Provisão de 12-09-1766 e por Lei Provincial nº 253, de 19-11-1842, que foi elevado à categoria de vila, com a denomina-

ção de Acaracu, pela Lei Provincial nº 480, de 31-07-1849, desmembrada de Sobral e instalada em 05-02-1851, com sede no antigo povoado de Acaracu, tendo apenas o distrito sede. Pela Lei Provincial nº 1,814, de 22-01-1879, a vila de Acaracu passou a denominar-se Acaraú, elevada à condição de cidade, com a denominação de Acaraú, pela Lei nº 2.019, de 16-09-1882. Pela Lei Municipal nº 94, de 29-06-1923, foram criados os distritos de Tanque do Meio, Timbaúba e Jericoacoara e anexados ao município de Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Jericoacoara, Santa Cruz, Tanque do Meio e Timbaúba, não figurando o distrito de São Francisco. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 6 distritos: Acaraú (sede), Jericoacoara, Santa Cruz, Extremas, Tanque do Meio e Timbaúba. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município estava constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Bela Cruz, Itarema e Jericoacoara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município estava constituído de cinco distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Bela Cruz, Itarema e Jericoacoara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela Lei Estadual nº 3.538, de 23-11-1957, o distrito de Bela Cruz é desmembrado do município de Acaraú, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual nº 440, de 30-12-1958, é criado o distrito de Cruz, com terras dos distritos de Aranaú e Jericoacoara, e anexado ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Cruz, Itarema e Jericoacoara. Pela Lei Estadual nº 6.809, de 02-12-1963, o distrito de Itarema é desmembrado do município de Acaraú, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Cruz e Jericoacoara. Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Itarema, sendo seu território anexado como distrito ao município de Acaraú. Em divisão territorial datada de 01-01-1979, o município é constituído de 5 distritos: Acaraú (sede), Aranaú, Cruz, Itarema e Jericoacoara. Pela Lei Estadual nº 11.002, de 14-01-1985, os distritos de Cruz e Jericoacoara são desmembrados do município de Acaraú, para constituírem o novo município de Cruz. A Lei Estadual nº 11.796, de 06-03-1991, cria o município de Jijoca de Jericoacoara, desmembrado do município de Cruz, instalado em 01-01-1993, constituído apenas

do distrito sede - Jijoca de Jericoacoara. Atualmente, Jijoca de Jericoacoara é constituído apenas do distrito sede de igual nome.

Atividades Econômicas

A atividade econômica de maior relevância do município é o turismo, tendo como principais atrativos as belezas naturais e as águas límpidas das praias, propícias à prática do *windsurf*, *sandboard* e *kitesurf*; a aldeia de pescadores, em meio a imensas dunas; a Pedra Furada; a Lagoa de Jijoca; o Mangue Seco; a Caverna do Morcego e tantos outros recantos, preservados da poluição e de muitos dos inconvenientes que acompanham o progresso e a tecnologia. Outras atividades do município são: a agricultura de subsistência, com a produção de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão, castanha de caju e coco; a pecuária extensiva de bovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal de extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pesca realizada em barcos e jangadas, ao longo da costa.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Santa Luzia (13 de dezembro); a Festa de aniversário do município (6 de março); o Festival de Quadrilhas (junho e julho); o Dia do Evangélico (30 de novembro); e o Réveillon, na sede do município, na Lagoa do Paraíso e na praia de Jericoacoara, com show pirotécnico.

Principais Personalidades

Jerônimo de Albuquerque, administrador colonial português, que chegou a Jericoacoara no início do século XVII, então pertencente ao distrito de Acaraú, onde construiu com estacas de madeira o forte de Nossa Senhora do Rosário, que serviria de base de apoio para os portugueses nas batalhas contra os franceses sediados no Maranhão.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jijoca de Jericoacoara 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água

Juazeiro do Norte

Hino de Juazeiro do Norte

(Letra por Geraldo Menezes Barbosa
e melodia por Maestro Antônio Gondim)

Ressurgida da fé e da bonança
Cidade varonil querida e forte!
Grande povo, tradição e esperança
Salve! Excelsa Juazeiro do Norte
Tempos idos dominava o “tabuleiro”
Onde um grande “Juazeiro” se ensombrava
Ao lado da Capelinha onde o Romeiro
De joelhos, bem contrito ali orava.

*Salve! Hoje ó Cidade do Progresso
Aquele que mais cresce no Ceará
Juazeiro! Tu és parte do Universo
Teu sucesso na História ficará.*

Um apóstolo do bem e da verdade
Veio dar sua vida em oblação!
No Nordeste construiu uma cidade
O imortal Padre Cícero Romão!
Pela paz, pelo Cristo e pela fé,
Juazeiro cresceu e se fez forte
De bravura e independência pois de pé,
De trabalho e tradição encheu o Norte.

Juazeiro do Norte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Juazeiro do Norte (2010) foi de 0,694, de nível médio, situando-se em 5º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 32,49, ficando em 35º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra “juazeiro”, de origem tupi-portuguesa, significa “fruto de espinho” (*juá ou iu-á*), e provém da denominação do sítio onde, sob a fronde de um juazeiro, acontecia a feira livre.

Gentílico:

juazeirense.

Limites geográficos

Norte: Caririçu

Leste: Missão Velha e Caririçu

Sul: Crato, Barbalha e Missão Velha

Oeste: Crato

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Juazeiro do Norte, com **área** de 248,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 278.264 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.101,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 377,3 m e a **distância para a Capital** é de 489,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-385 / CE-566. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo eutrófico (31,57%), solo litólico eutrófico (39,46%) e solos aluviais eutróficos (26,91%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens os riachos Macacos e Batateira, e como principal reservatório o açude Riacho dos Carneiros. Com relação ao **relevo**, embora o município seja bastante regular, destacam-se: a Serra do Horto, onde se encontra a estátua do Padre Cícero, e as depressões sertanejas; a área em que se desenvolveu o centro urbano está localizada em um vale na Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

As primeiras notícias do povoado de Taboleiro Grande datam de 1827, quando o Padre Pedro Ribeiro de Carvalho doou suas terras e mais

doze escravos para a edificação de uma capela, em honra de Nossa Senhora das Dores, na estrada real que ligava Crato a Missão Velha, à margem direita do rio Batateira, em frente a um frondoso juazeiro. Com o correr dos anos, sucederam o Padre Pedro, como capelães desse pequeno santuário, os padres Luiz Barbosa, Antônio de Almeida, Joaquim Coelho e Pedro Ferreira de Melo. O jovem Cícero Romão Batista, após se ordenar padre secular em 30 de novembro de 1870, retornou ao Crato, e, enquanto aguardava que o bispo lhe designasse uma paróquia, ficou lecionando latim no Colégio Padre Ibiapina. No Natal de 1871, a convite do professor Simeão Correia de Macedo, foi ao povoado de Taboleiro Grande, subordinado ao município do Crato, onde celebrou a tradicional Missa do Galo. Os habitantes do lugarejo gostaram muito do jovem padre e ele daquele povo acolhedor e cheio de religiosidade. Em 11 de abril de 1872, o Padre Cícero mudou-se para o pequeno povoado. Segundo alguns biógrafos, a mudança resultou de um sonho que teve, em que o próprio Cristo, depois de atender à multidão de retirantes nordestinos que o tinham procurado, voltou-se para ele e lhe falou: *“E você, Padre Cícero, tome conta deles!”*. O pequeno povoado, lugarejo insignificante, entreposto e ponto de parada para viajantes que se dirigiam para o Crato, tinha então apenas 12 casas de tijolo e telha e 20 barracos de taipa e palha e a pequena capela. Desejando conquistar o povo que lhe tinha sido confiado por Deus, entregou-se com afinco ao trabalho pastoral, através de pregações, confissões, batizados, conselhos, visitas domiciliares, e celebrações de missas. Dedicou-se à ação de evangelização de forma incansável, como jamais se tinha visto na região, conquistando a simpatia e a confiança da comunidade, condições que lhe permitiram exercer forte influência na moralização dos costumes dessa população pobre, combatendo com autoridade a prostituição e os excessos provocados pelo alcoolismo. A exemplo do Padre Ibiapina, criou Casas de Caridade, recrutando, para auxiliá-lo no trabalho pastoral, mulheres solteiras e viúvas, numa irmandade leiga formada por beatas, com a missão de levar ao povo educação, saúde e auxílio religioso. No dia 01 de março de 1889, ao ministrar a comunhão a uma das beatas, Maria de Araújo, ela desmaiou e caiu, ficando à mostra em sua boca a hóstia tingida de sangue. O fenômeno se repetiu durante cerca de dois anos, em que, ao receber a hóstia do oficiante, a beata tinha um êxtase e a hóstia se cobria de sangue, o que passou a ser considerado pelos fiéis

como milagre. Esse fato teve consequências religiosas e políticas na história do município, atraindo grande número de pessoas para Tabuleiro Grande, o que resultou em rápido crescimento do povoado, com construção de novas casas, abertura de novas ruas e surgimento de pequenos negócios, tudo impulsionado pela fé religiosa do povo. O bispo do Ceará Dom Joaquim José Vieira, depois da realização de investigações sobre a veracidade dos fatos relacionados com a beata Maria de Araújo, suspendeu as ordens sacerdotais do Padre Cícero. Estimulado por Floro Bartolomeu, o Padre Cícero Romão Batista ingressou na política, sendo eleito primeiro prefeito de Juazeiro, tendo exercido o cargo de 1911 a 1912 e, depois, de 1914 a 1927. Padre Cícero teve participação em importantes movimentos revolucionários, como o *Pacto dos Coronéis* e a *Sedição do Juazeiro*, tornando-se figura exponencial na política do Crato, de Juazeiro, do Cariri e do Ceará.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Núcleo de Juazeiro, por Ato de 30-07-1858 e por Lei Municipal nº 49, de 12-11-1911, subordinado ao município de Crato. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Juazeiro, pela Lei Estadual nº 1.028, de 02-07-1911, desmembrada de Crato, instalada em 04-10-1911, com sede no atual distrito Juazeiro, antigo distrito de Núcleo de Juazeiro, constituído apenas do distrito sede. Pela Lei Municipal nº 51, de 12-11-1911, é criado o distrito de Horto e anexado à vila de Juazeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Juazeiro é constituída de 2 distritos: Juazeiro (sede) e Horto. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Juazeiro, pela Lei Estadual nº 1.178, de 23-07-1914. Não há referência, nos assentamentos do IBGE, sobre a mudança do Horto, da categoria de distrito para bairro do município de Juazeiro, em decorrência do crescimento geográfico da sede do município, que incorporou em sua área geográfica o antigo distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído apenas do distrito sede, não havendo referência ao distrito de Horto. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 2 distritos: Juazeiro (sede) e Cidade. Pela Lei Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938, o distrito de Cidade foi extinto e seu território anexado ao novo distrito de Padre Cícero, sendo criado também

o distrito de Marrocos, ambos anexados ao município de Juazeiro. No quadro fixado para vigorar de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Juazeiro (sede), Marrocos e Padre Cícero. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, retificado em virtude de parecer de 14-06-1946 do Conselho Nacional de Geografia, o município passou a denominar-se Juazeiro do Norte, para diferenciá-lo do município de mesmo nome – Juazeiro, no Estado da Bahia. Em divisão territorial datada de 01-07-1986, o município é constituído de 3 distritos: Juazeiro do Norte (sede), Marrocos e Padre Cícero, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Juazeiro do Norte (sede). Marrocos e Padre Cícero.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com culturas de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, macaúba, pequi, banana, abacaxi, abacate, castanha de caju, frutas e hortaliças diversas, desenvolvidas em terras férteis de pequenas propriedades, com a utilização de irrigação principalmente do rio Carás; a pecuária extensiva com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o babaçu, o buriti, a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados e a fabricação de rapadura, mel de cana, queijo, artesanato de gesso e argila e confecção de imagens do Padre Cícero; a piscicultura, principalmente no açude Manuel Balbino; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas, pisos e revestimentos e usos diversos na construção civil; a indústria, nos ramos têxtil e de bebidas, de fabricação de joias e semijoias e de máquinas de costura, metalurgia e construção civil e um polo de fabricação de álcool, a partir da cana-de-açúcar; a extração de ictiólitos, com a retirada quase sempre clandestina, e ulterior remessa de peixes ou fragmentos de peixes fossilizados para fora do país; o comércio, principalmente no centro da cidade e em *shopping centers*, *open mall* e *outlets*; e o turismo cultural e religioso, tendo como principais atrativos as belezas naturais da Chapada do Araripe, os monumentos históricos, os templos religiosos, a Estátua do

Padre Cícero na colina do Horto, o Memorial Padre Cícero, o Museu Padre Cícero, a Pedra do Santo Sepulcro, onde o Padre Cícero ia meditar e orar, e a rica história do Cariri.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário de Nascimento do Padre Cícero (24 de março); a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores, com Romaria (10 a 15 de setembro); a Festa de aniversário do município (22 de julho); a Festa de Reisado (6 de janeiro); a Malhação do Judas (sábado de aleluia); a Celebração em memória da morte da beata Maria de Araújo (17 de janeiro); a Romaria de São Sebastião (18 a 20 de janeiro); a Romaria de Nossa Senhora das Candeias (de 29 de janeiro a 2 de fevereiro); a Romaria em memória da morte do Padre Cícero (20 de julho); a Romaria de São Francisco (25 de setembro a 5 de outubro); a Romaria de Finados (29 de outubro a 2 de novembro); a data da Ordenação do Padre Cícero (30 de novembro); a Romaria do Ciclo Natalino (23 de dezembro a 6 de janeiro); a apresentação de grupos de maneiro-pau, de forró, de repente, de fanfarras e de bandas cabaçais, durante todo o ano.

Principais Personalidades

Caio Lóssio Botelho (Juazeiro do Norte, 19 de abril de 1933 – Fortaleza, 18 de dezembro de 2018), geógrafo, professor, escritor e pesquisador, professor titular do Curso de Geografia da UECE. Doutor em planejamento regional e geografia integral, bacharel em Administração Pública pela UFC e bacharel e licenciado em História pela UFC. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Ciências. Estudioso do fenômeno das secas no Nordeste.

Francisco Humberto Bezerra de Menezes (Juazeiro do Norte, 3 de julho de 1926 – Fortaleza, 28 de março de 2020), militar, empresário e político, atingiu a patente de coronel do Exército. Foi prefeito de Juazeiro do Norte, deputado federal em duas legislaturas e vice-governador do Ceará, e banqueiro juntamente com o irmão Aduino Bezerra.

Francisco Sidney Rocha de Oliveira (Juazeiro do Norte, 1965), escritor, contista, romancista e poeta, foi vencedor do Prêmio Osmani Lins, em 1985 e do Prêmio Jabuti, em 2012, na categoria contos e crônicas.

Francisco Tadeu Barbosa de Alencar (Juazeiro do Norte, 8 de abril de 1963), advogado, escritor e político. Trabalhou no Banco do Brasil, no Tribunal de Contas do Estado e na Procuradoria da Fazenda Nacional. Foi Procurador Geral em Pernambuco, onde se elegeu deputado federal em 2018.

Jarid Arraes (Juazeiro do Norte, 12 de fevereiro de 1991) é escritora, poeta e cordelista, autora de vários livros. Mora em São Paulo, onde criou o Clube da Escrita para Mulheres.

José Adauto Bezerra de Menezes (Juazeiro do Norte, 3 de julho de 1926 – 3 de abril de 2021), militar, empresário e político, foi deputado estadual em quatro legislaturas, tendo presidido a Assembleia Legislativa do Ceará em 1967 (Assembleia Estadual Constituinte) e no biênio 1971/1972. Governador do Ceará, deputado federal e vice-governador do Estado, foi superintendente da SUDENE. Banqueiro juntamente com o irmão Humberto Bezerra.

José Wilker Almeida (Juazeiro do Norte, 20 de agosto de 1944 – Rio de Janeiro, 5 de abril de 2014) foi ator, diretor, dramaturgo, narrador, apresentador e crítico de cinema, considerado um dos mais versáteis atores de sua geração, por suas representações no teatro, no cinema e na televisão.

Manoel Raimundo de Santana Neto (Juazeiro do Norte, 29 de abril de 1961), conhecido como Dr. Santana, foi médico, vereador e prefeito de Juazeiro do Norte e deputado estadual.

Marconi José Figueiredo de Alencar (Juazeiro do Norte, 21 de março de 1939 – Fortaleza, 21 de junho de 2020), graduado em Direito e em Administração, foi chefe de gabinete do Secretário do Interior e Justiça, procurador Jurídico do DAER e procurador judicial do Instituto de Previdência do Estado do Ceará - IPEC. Foi prefeito de Araripe e deputado estadual em quatro legislaturas.

Maria Alacoque Bezerra de Menezes (Juazeiro do Norte, 10 de fevereiro de 1921 – Fortaleza, 17 de dezembro de 2012), suplente de senador pelo Ceará, assumiu o mandato, de 18/10/1989 a 15/02/1990, durante licença do titular. Foi a primeira mulher senadora do Estado do Ceará.

Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, a Beata Maria de Araújo (Juazeiro do Norte, 23 de maio de 1862 – Juazeiro do Norte, 17 de

janeiro de 1914). Aos 22 anos, passou a usar hábitos de freira e a viver sob a proteção do Padre Cícero, ensinando artesanato às crianças do povoado. Em 01-03-1889, na hora em que recebeu a comunhão do Padre Cícero, a beata não conseguiu engolir a hóstia, que havia se transformado em sangue. Como o fato se repetiu inúmeras vezes, durante dois anos, o povo achou que era um milagre e que se tratava do sangue de Jesus. O bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira não aceitou essa versão e, depois das investigações que mandou fazer, suspendeu das ordens sacerdotais o Padre Cícero e mandou enclausurar a beata Maria de Araújo, pelo resto da vida.

Maria Gorete Pereira (Juazeiro do Norte, 10 de abril de 1952), fisioterapeuta, elegeu-se vereadora de Fortaleza, deputada estadual e deputada federal.

Orlando Bezerra de Menezes (Juazeiro do Norte, 25 de janeiro de 1933 – Fortaleza, 2 de agosto de 2000) foi vereador e prefeito de Juazeiro do Norte, deputado estadual e deputado federal. Diretor do BICBANCO.

Saulo Alexandre Picanço Sisnando (Juazeiro do Norte, 1978), escritor, dramaturgo, ator e diretor teatral. Foi morar no Pará onde se tornou um autor muito popular. Autor de vários livros, foi o vencedor do Prêmio Literário da Casa das Artes do Governo do Pará, pela peça teatral *O Príncipe Poeira e a Flor da Cor do Coração*.

Suyane Moreira (Juazeiro do Norte, 7 de novembro de 1982), ex-modelo, atriz no filme *Árido Movie*; na minissérie *Amazonas, de Galvez a Chico Mendes* e na trilogia *Os Mutantes*.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Juazeiro do Norte 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Juazeiro do Norte – outubro/98.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Jucás

Hino de Jucás

(Letra por Cely Correia
e melodia por José Facundo Leite)

Terra querida jucaense,
És o primor dos filhos teus
A nossa vida te pertence.
És o orgulho de nós filhos teus.

Ó Jaguaribe majestoso
Serenoso de calmo amor
Tu és gentil e valoroso
Nós te queremos com ardor

Terra querida tens no Carmelo
O alimento de amor e paz
Nós te queremos, pois és tão belo
És nosso amor, oh! querido Jucás.

Jucás é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Várzea Alegre e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Jucás (2010) foi de 0,598, de nível baixo, situando-se em 139º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,89, ficando em 89º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi (*ajucá*), que significa “matar”, por ser utilizada, na fabricação de tacapes, a madeira da árvore leguminosa desse nome, de cerne muito duro. Jucá era também o nome de uma tribo da etnia tapuia.

Gentílico:

jucaense.

Limites geográficos

Norte: Acopiara



Leste: Cariús e Iguatu

Sul: Saboeiro, Tarrafas e Cariús

Oeste: Saboeiro

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Jucás, com **área** de 937,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 24.949 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.078,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 246,96 m e a **distância para a Capital** é de 394,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-282 / CE-284 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (14,69%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (30,09%), solo litólico eutrófico (41,87%), solos aluviais eutróficos (9,23%) e vertissolo (3,95%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaguaribe e os riachos da Seda, do Eusébio, Viúva, Suassurana e Ereré, este na divisa com Acopiara, sendo os principais reservatórios o rio Jaguaribe e o Açude Trussu, de grande porte. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

As terras que atualmente constituem o município de Jucás, primitivamente eram habitadas por diversas etnias tapuias, como as dos Jucá, Quixelô, Quixerariú, Cariús e Candandu, que foram aldeados na segunda metade do século XVII, depois da chegada à região dos colonizadores portugueses, vindos de Pernambuco e da Bahia, para a exploração da atividade agrícola e pecuária, na condição de sesmeiros. O núcleo urbano de São Mateus, depois denominado Jucás, se iniciou a partir da aldeia indígena. Não se sabe ao certo a razão de ter recebido inicialmente o nome de São Mateus: segundo uma versão, o santo apareceu no local onde foi construída a Igreja Matriz; outra dá conta de que o primeiro português a chegar na localidade, de nome Mateus, erigiu uma capela com a imagem de São Mateus, onde foi edificada a Igreja Matriz do município; segundo a terceira versão,

a denominação do lugar surgiu, no ano de 1700, após um combate entre índios, no dia de São Mateus. Segundo GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, no livro *O Ceará*, “o primeiro aldeamento indígena formou-se em torno dessa pequena elevação de terreno, à margem esquerda do rio Jaguaribe, tendo sido seus primitivos habitantes uma tribo de índios pescadores, descendentes dos Quixelôs, numerosa nação de silvícolas que perlustrava os sertões em que se acham os atuais municípios de Iguatu, Afonso Pena e São Mateus.” E prosseguem os autores citados: “Esses índios foram submetidos à paz em 1719, ano em que se nomeou para administrá-los temporariamente o coronel Gregório Martins Chaves. Teberge assegura que eles tiveram seu aldeamento no sítio Telha, perto da barra do Truçu, sendo a povoação dirigida por um frade carmelita. Em 1791 estavam ainda aldeados na missão da Telha, presentemente cidade de Iguatu, e mais na vila de São Mateus, sendo depois reunidos aos Canindés, Genipapos e Paiacus, para povoarem a vila de Monte-Mor, o novo da América” (Carlos Studart, Rev. do Inst. do Ceará, vol. 45, página 103).

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Mateus, por provisão de 07-12-1755. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Mateus, por Resolução Imperial de 03-02-1823, com sede no núcleo de São Mateus. Pelo ato provincial de 18-03-1842, é criado o distrito de Saboeiro e anexado ao município de São Mateus. Pela Lei Provincial nº 558, 27-11-1851, a vila é extinta, incorporada à vila de Saboeiro. Elevada novamente à categoria de vila, pela Lei nº 889, de 22-07-1859, com a denominação de São Mateus dos Inhamuns, desmembrada de Saboeiro. Pelas leis estaduais nº 929, de 06-08-1860 e 1.128, de 21-11-1864, é criado o distrito de Bebedouro e anexado ao município de São Mateus. Pela Lei nº 107, de 20-09-1893, a vila de São Mateus dos Inhamuns passou a denominar-se São Mateus. Pelo ato estadual de 09-09-1898, é criado o distrito de Poço do Mato e anexado ao município de São Mateus. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: São Mateus (sede), Bebedouro e Poço do Mato. Pelo ato estadual de 08-02-1913, é criado o distrito de Santo Antônio e anexado ao município de São Mateus. Em divisão administrativa referente ao ano

de 1933, o município é constituído de 7 distritos: São Mateus (sede), Bebedouro, Cariús, Maurícia, Poço do Mato, Saboeiro e Santo Antônio. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o distrito de Canafístula e anexado ao município de São Mateus. Pelo decreto nº 1.591, de 23-05-1935, os distritos de Saboeiro e Bebedouro são desmembrados do município de São Mateus, para formar o novo município de Saboeiro. Pela lei estadual nº 238-A, de 17-12-1936, é extinto o distrito de Maurícia, sendo seu território anexado ao distrito sede de São Mateus. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 5 distritos: São Mateus (sede), Canafístula, Cariús, Poço do Mato e Santo Antônio. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santo Antônio passou a denominar-se Ingá, desmembrado de São Mateus e anexado ao município de Quixerá, e o distrito Poço do Mato passou a denominar-se Caipu. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: São Mateus (sede), Caipu, Canafístula e Cariús. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Mateus passou a denominar-se Jucás. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Jucás (sede), Caipu, Canafístula e Cariús. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, os distritos de Caipu e Cariús são desmembrados de Jucás, ambos elevados à categoria de município e criado o distrito de Mel, anexado ao município de Jucás. Em divisão administrativa datada de 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Jucás, Canafístula e Mel, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.531, de 05-09-1963, são criados os distritos de Baixio da Donana e Poço Grande e anexados ao município de Jucás. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 5 distritos: Jucás (sede), Baixio da Donana, Canafístula, Mel e Poço Grande, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-07-1988. Pela lei estadual nº 038, de 20-04-1990, é criado o distrito de São Pedro do Norte e anexado ao município de Jucás. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 6 distritos: Jucás (sede), Baixio da Donana, Canafístula, Mel, Poço Grande e São Pedro do Norte, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Jucás (sede), Baixio da Donana, Cana-

fístula, Mel, Poço Grande e São Pedro do Norte

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, arroz e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar e frutas diversas; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o turismo religioso, no mês de julho, tendo como maior evento a festa da padroeira Nossa Senhora do Carmo, é de grande importância econômica para o município.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Festival de Quadrilhas (junho); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Carmo (7 a 16 de julho); o Jucás Folia – carnaval fora de época (setembro); e o Dia do Município (17 de outubro).

Principais Personalidades

André Bastos de Oliveira (São Mateus, atual Jucás, 14 de fevereiro de 1808 – Saboeiro, 7 de julho de 1862), bacharel em Direito e magistrado em Pernambuco e no Maranhão. Foi cinco vezes deputado geral pelo Ceará. Foi o primeiro chefe de Polícia do Ceará, quando era juiz de Direito no Crato.

Antônio Carlile Holanda Lavor (Jucás, 23 de agosto de 1940), médico com formação em Microbiologia, trabalhou no Instituto de Medicina Preventiva do Ceará (IMEP – UFC), dirigiu o laboratório do Hospital das Clínicas e o laboratório do Hospital de Maracanaú. Professor da UNB, onde iniciou as pesquisas para a construção do Programa Agentes Comunitários de Saúde, uma das marcas de sua gestão como secretário de Saúde. Foi prefeito de Jucás. Contribuiu para a criação do Fundef. Implantou a unidade da Fiocruz no Estado, da qual foi o coordenador geral.

Ari de Sá Cavalcante (Jucás, 26 de agosto de 1918 – São Paulo, 8 de setembro de 1967), professor, proprietário e diretor de colégio e de universidade. Foi professor da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza, e da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, da qual foi diretor, criando

curso de pós-graduação e conseguindo federalizá-la. Fundou o CAEN – Centro de Aperfeiçoamento dos Economistas do Nordeste. Foi Diretor da Secretaria da Fazenda do Ceará.

Gonçalo Batista Vieira (São Mateus, depois Jucás, 17 de maio de 1819 – Fortaleza, 10 de março de 1896), advogado, foi diretor e acionista da Companhia Cearense Via Férrea de Baturité. Deputado provincial por várias vezes e deputado geral. Foi primeiro vice-presidente da Província do Ceará, agraciado com o título de Barão de Aquiraz.

João da Silva Leal (Jucás, 10 de setembro de 1879 – 29 de janeiro de 1963), militar e professor, foi deputado estadual, tendo participado do movimento para depor o governador do Ceará, sendo nomeado, após a deposição, secretário da Fazenda do Ceará do governo revolucionário. Foi interventor federal interino do Ceará, de 13-06 a 22-09-1931.

José Joaquim Domingues Carneiro (São Mateus, atual Jucás, 21 de setembro de 1826 – Fortaleza, 9 de setembro de 1915), advogado e magistrado, foi promotor de Justiça e juiz de direito. Como desembargador da Relação do Ceará, assumiu como procurador da Soberania e da Fazenda Nacional perante o Tribunal, do qual foi presidente. Membro da constituinte do Estado de 1891. Eleito senador em 1909.

Monsenhor Francisco Holanda Montenegro (São Mateus, atual município de Jucás, 25 de fevereiro de 1913 – Crato, 10 de abril de 2005), professor, pesquisador, escritor, conferencista e genealogista. Residiu no Crato, onde dedicou toda a sua vida à educação e à ação apostólica. Lecionou no Seminário São José, onde foi vice-reitor. A partir de 1938, foi diretor do “Ginásio do Crato”, depois “Colégio Diocesano do Crato”, durante 52 anos. Membro do Conselho Estadual de Educação.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

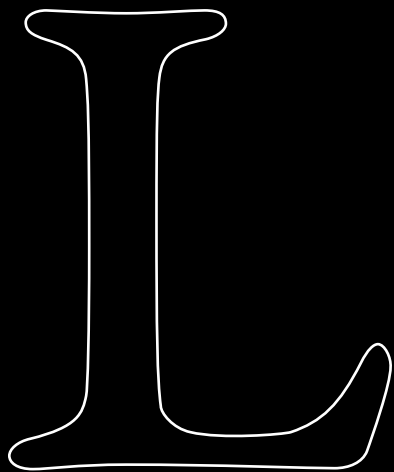
IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Jucás 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Jucás – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Lavras da Mangabeira
Limoeiro do Norte



Lavras da Mangabeira

Hino de Lavras da Mangabeira

(Letra por Linhares Filho
e melodia por Dalva Stela)

Lavras do amor dos teus filhos
Vives de bençãos coberta,
E esse teu sol de áureos brilhos
Para a glória nos alerta.

Teu passado de lutas e penas
É penhor de incontestes grandezas
Afirmamos-te no íntimo, acenas
Para o eterno, em mil sonhos acesa.

De ti sempre queremos ser dignos
Para em festa cantar-te louvores
Não te abalem jamais os malignos
Turbilhões de maus tempos e horrores.

Se teu Rio Salgado nos banha
És a fonte que sempre sacia
Teu encanto tem a força tamanha
Que nos dá, para alçar-te energia.

Impedir o teu nobre destino
Força vil e cruel nunca possa
Do Ceará sê clarão matutino
E que nunca esqueçamos que és nossa.

Cornucópia dourada de seres,
Os teus dons nos formaram o ser
Com ardor, com que o peito nos feres
Prometemos florir teu viver.

Monolítico grito propagas
Pela boca do teu boqueirão
É o Amor o que pregam as fragas
O que pregam a toda nação.

Lavras da Mangabeira é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Lavras da Mangabeira e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Lavras da Mangabeira (2010) foi de 0,613, de nível médio, situando-se em 90º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,45, ficando em 78º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é composto de *lavras*, proveniente da exploração do ouro, e de *mangabeira*, que era a denominação da fazenda do Padre Antônio Gonçalves Sobreira, onde ocorria a exploração mineral.

Gentílico:

lavrense.

Limites geográficos

Norte: Cedro, Icó e Umari

Leste: Baixio, Aurora, Umari e Ipaumirim

Sul: Aurora e Caririaçu

Oeste: Cedro, Granjeiro e Várzea Alegre

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Lavras da Mangabeira, com **área** de 948 km², tem **população estimada** para 2021 em 31.476 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 941,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 239 m e a **distância para a Capital** é de 422 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (31,64%), planossolo solódico e não solódico (2,30%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (29,28%), solo litólico eutrófico (28,11%) e solos aluviais eutróficos (8,66%). Quanto à **hidrografia e recursos hídri-**

cos, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens o rio Salgado e os riachos São Lourenço, do Meio, do Machado, das Pombas, das Pimentas, Unha de Gato, Extremo de Cima, sendo os principais reservatórios os açudes do Rosário, Pau Amarelo, Três Irmãos e da Extrema, que abastece toda a população urbana da sede municipal. Lavras da Mangabeira é um dos nove municípios cearenses beneficiados com a transposição das águas do rio São Francisco (Eixo Norte). Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e a planície ribeirinha, tendo as principais elevações do município altitudes entre 200 e 500 metros acima do nível do mar. A **vegetação**, bastante diversificada, é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa e mata ciliar ou floresta mista dicótilo-palmácea, ao longo dos cursos hídricos, tendo ainda pequena área de cerrado, no alto do Boqueirão do Rio Salgado.

Síntese Histórica

Até a chegada de diversas entradas e de militares e religiosos na região, as terras marginais do rio Jaguaribe-mirim ou rio Salgado eram habitadas por índios de diversas etnias, entre as quais a dos Kariri e dos Guariú. Os imigrantes fizeram os primeiros contatos com os nativos, no século XVII, cabendo aos missionários católicos promover a sua catequização e aldeamento. À medida em que se iniciou a exploração do território e a descoberta de suas riquezas, difundiu-se a notícia de que, na região das Minas de São José dos Cariris Novos (atual município de Missão Velha), existiam ricas minas de ouro, o que atraiu grande número de famílias procedentes de Portugal. Outro fator que chamou a atenção para a possibilidade de existir ouro em abundância nessas terras foi a decisão do Governador de Pernambuco, em 1712, depois de manter contato com os governantes do Ceará, de mandar iniciar a mineração nessa região do Cariri, o que só veio a se concretizar, com a vinda do capitão-mor Luís Quaresma Dourado, para Missão Velha, em 1752, e do sargento-mor Jerônimo Mendes da Paz, que ficaria encarregado da cobrança do quinto e da manutenção da paz na região, que vinha sofrendo grandes distúrbios. A exploração do ouro teve início no lugar Mangabeira, nome da fazenda de propriedade do Padre Antônio Gonçalves Sobreira. A denominação Lavras etimologicamente deriva da atividade de exploração (lavra) das minas. Como a mineração não

trouxe os resultados esperados, foi determinada por Carta Imperial de 12 de setembro de 1758 a cessação da mineração de ouro, por ser desvantajosa ao erário público. Ao se frustrarem as expectativas de descoberta de ouro, os mineradores e suas famílias se voltaram para a exploração das atividades agrícolas e pecuárias, fundando sítios, sendo os principais da época o Sítio Fortuna, o Sítio Oiteiro, o Sítio Barreiros e o Sítio Morros Dourados, que deram início à formação de povoados e lugarejos, dentre os quais o denominado Boqueirão de Lavras, precursor do atual município de Lavras da Mangabeira, onde foi edificada a capela de São Vicente Ferrer. Com a chegada da Estrada de Ferro de Baturité no município de Lavras da Mangabeira, e a construção da Estação de Trem de Arrojado, fazendo a ligação com a Paraíba, o povoado teve novo impulso no seu desenvolvimento.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Vicente Ferrer de Lavras da Mangabeira, por Resolução Régia de 30-08-1813. Elevado à categoria de vila com a denominação de São Vicente de Lavras, por Resolução Régia de 20-05-1816, desmembrada de Icó, instalada em 08-01-1818, tendo como sede a povoação de São Vicente Ferrer de Lavras da Mangabeira. Por Ato Provincial de 17-03-1872, é criado o distrito de São Francisco e anexado à vila de São Vicente Ferrer de Lavras da Mangabeira. Elevado à condição de cidade com a denominação de São Vicente das Lavras, pela Lei Provincial nº 2.075, de 20-08-1884. Pelo Ato de 27-07-1904, é criado o distrito de São José e anexado ao município de São Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município denomina-se simplesmente Lavras, constituído de 3 distritos: Lavras (sede), São Francisco e São José. Pelo Decreto Estadual nº 1.156, de 04-12-1933, são criados os distritos de Paiano e Riacho Fundo e anexados ao município de Lavras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 5 distritos: Lavras (sede), Paiano, Riacho Fundo, São Francisco e São José. Pelo Decreto Estadual nº 135, de 20-09-1935, o município de Lavras adquiriu o distrito de Ouro Branco, desvinculado do município de Baixo. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 6 distritos: Lavras (sede), Ouro Branco, Paiano, Riacho Fundo, São Francisco e São José.

Pelo Decreto Estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de São Francisco passou a denominar-se Rosário, o distrito de São José, Mangabeiras e o distrito de Paiano, Arrojado. No quadro fixado para vigorar de 1939-1943, o município de Lavras é constituído de 6 distritos: Lavras (sede), Arrojado, Mangabeiras, Ouro Branco, Riacho Fundo e Rosário. Pelo Decreto Estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Lavras passou a denominar-se Lavras da Mangabeira, mudando também as denominações dos distritos de Riacho Fundo para Iborepi, Rosário para Quitaiús e Ouro Branco para Amaniutuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 6 distritos: Lavras da Mangabeira (sede), Amaniutuba, Arrojado, Iborepi, Mangabeira e Quitaiús. Pela Lei Estadual nº 6.621, de 26-09-1963, o distrito de Mangabeira é desmembrado de Lavras da Mangabeira, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual nº 6.622, de 26-09-1963, o distrito de Amaniutuba é desmembrado do município de Lavras da Mangabeira, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual nº 6.962, de 19-12-1963, o distrito de Arrojado é desmembrado do município de Lavras da Mangabeira, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual nº 6.969, de 19-12-1963, o distrito de Quitaiús é desmembrado do município de Lavras da Mangabeira, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Lavras da Mangabeira (sede) e Iborepi. Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Lavras da Mangabeira adquiriu os extintos municípios de Amaniutuba, Arrojado, Mangabeira e Quitaiús, por terem sido criados e não instalados, como simples distritos. Em divisão territorial de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Lavras da Mangabeira (sede), Amaniutuba, Arrojado, Iborepi, Mangabeira e Quitaiús, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007, os quais continuam como atuais distritos do município.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de

madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a exploração de recursos minerais, com a ocorrência de ouro; a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas, pisos e revestimentos; a indústria: de produtos alimentares, química, produtos minerais não metálicos, de vestuário, de calçados e de artigos de tecidos, couros e peles; o turismo, tendo como atrativos as belezas naturais, principalmente o Boqueirão e sua gruta.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Vicente Ferrer (5 de abril); a Semana de Arte, Cultura e Esportes, promovida na semana do aniversário da cidade; o aniversário do município (20 de agosto); a festa de São Pedro (29 de junho); as festas dos padroeiros dos distritos: de Amaniutuba - São José (19 de março); de Mangabeira - São Sebastião (20 de janeiro); de Quitaiús - Nossa Senhora do Rosário (7 de outubro); de Arrojado - Sagrado Coração de Jesus (11 de junho); e de Iborepi - Nossa Senhora das Candeias (2 de fevereiro).

Principais Personalidades

Almir Santos Pinto (Lavras da Mangabeira, 15 de fevereiro de 1913 – Fortaleza, 11 de novembro de 1991), médico, foi prefeito de Maranguape, secretário de Segurança Pública, do Interior e Justiça, de Educação e Cultura e de Saúde (Ceará). Deputado estadual em oito legislaturas. Foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará por três vezes, tendo assumido interinamente o Governo do Estado por 17 vezes. Em 1978, assumiu, como suplente, o cargo de senador, de 1979 a 1985, em razão da licença do titular César Cals Neto para assumir o Ministério das Minas e Energia.

Antônio Filgueiras Lima (Lavras da Mangabeira, 21 de maio de 1909 – Fortaleza, 28 de setembro de 1965), educador, escritor e poeta cearense. Professor da Escola Normal Pedro II e da Faculdade de Filosofia do Ceará. Em 1938, fundou, com Paulo Sarasate, o Instituto Lourenço Filho, do qual foi diretor por mais de 25 anos. Foi secretário de Educação e Saúde do Ceará e presidente do Conselho Estadual de Educação por mais de dez anos. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Dimas Macedo (Lavras da Mangabeira, 14 de setembro de 1956), bacharel em Direito, com Mestrado e Livre-Docência em Direito Constitucional, escritor, poeta, pesquisador, ensaísta, crítico literário, professor e articulista de jornais. Professor da UFC e Chefe do Departamento de Direito da UNIFOR. Procurador do Estado do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e associado da Associação Brasileira de Bibliófilos.

Elmano Férrer de Almeida (Lavras da Mangabeira, 1 de agosto de 1942), engenheiro agrônomo, advogado e pós-graduado em Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Foi secretário de Planejamento, do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turístico do Piauí. Vice-prefeito de Teresina, assumiu o cargo de prefeito, com a renúncia do titular. É senador do Piauí (2015-2023).

Eunício Lopes de Oliveira (Lavras da Mangabeira, 30 de setembro de 1952), agropecuarista, empresário e político, é graduado em Administração de Empresas e Ciências Políticas. Foi deputado federal e senador pelo Ceará, tendo assumido a presidência do Senado de 2017 a 2019, quando ocupou interinamente a Presidência da República. Exerceu o cargo de Ministro das Comunicações de 2004 a 2006. Eleito deputado federal em 2022.

Federalina Augusto Lima (Lavras da Mangabeira, 24 de agosto de 1832 – 16 de janeiro de 1919), líder política na região do Cariri cearense, teve papel importante na Revolução de 1914, a denominada Sedição do Juazeiro. Foi uma das grandes expressões políticas do Ceará no seu tempo, desempenhando, na condição de mulher destemida e guerreira, papel importante no coronelismo da região.

Gilberto Milfont (Lavras da Mangabeira, 7 de novembro de 1922 – Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2017), nome artístico de João Milfont Rodrigues, cantor e compositor.

Heitor Correia Férrer (Lavras da Mangabeira, 11 de outubro de 1955), médico e político, foi vereador de Fortaleza e deputado estadual.

Joaryvar Macêdo, pseudônimo de **Joaquim Lobo de Macêdo** (Lavras da Mangabeira, 20 de maio de 1937 – Fortaleza, 29 de janeiro de 1991) foi professor na Faculdade de Filosofia do Crato e na Universidade Regional do Cariri. Secretário de Cultura e Desporto do Ceará, membro do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Cultura, do qual

foi presidente. Sócio efetivo do Instituto Cultural do Cariri, do Instituto Genealógico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, da Academia de Letras e Artes do Nordeste, da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

José Batista de Lima (Lavras da Mangabeira, 17 de maio de 1949), graduado em Letras e em Pedagogia, com especialização em Teoria da Linguagem. Mestre em Literatura. Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e da Academia Cearense da Língua Portuguesa.

José Joaquim Xavier Sobreira - Padre (Lavras da Mangabeira, 1777 – Lavras da Mangabeira, 17 de maio de 1827) foi o primeiro vigário colado de Lavras da Mangabeira. Procurador Geral da Província do Ceará. Distinguiu-se por se empenhar na causa da Independência. Deputado na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, de 1823.

José Linhares Filho (Lavras da Mangabeira, 28 de fevereiro de 1939), ensaísta crítico, poeta, professor e escritor, graduado em Letras, mestre em Literatura Portuguesa e doutor em Letras Vernáculas, é professor titular de Literatura Portuguesa da UFC e de Literatura Brasileira no curso de pós-graduação. Foi coordenador da Casa de Cultura Portuguesa. Membro efetivo da Academia Cearense de Letras, da Academia Lavrense de Letras, da qual é presidente de honra, da Associação Brasileira de Bibliófilos e de outras entidades culturais e literárias. Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará. Eleito em 2016 *Príncipe dos Poetas Cearenses*, o quinto detentor desse título.

Maria de Fátima Lemos Pereira Cândido (Lavras da Mangabeira, 13 de agosto), escritora, bacharel em História e Pedagogia, é fundadora e diretora do Colégio Maria Ester. Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação. Membro da Academia Lavrense de Letras, da Academia Feminina de Letras, da Academia Fortalezense de Letras e representante de Lavras da Mangabeira na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Melquíades Pinto Paiva (Lavras da Mangabeira, 6 de março de 1930 – Fortaleza, 16 de novembro de 2021), engenheiro agrônomo, com douto-

rado em Ciências e escritor. Professor titular do Departamento de Engenharia de Pesca da UFC. Foi diretor-fundador do Instituto de Ciências do Mar. Membro titular da Academia Cearense de Ciências e da Academia de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Raimundo Ferreira de Araújo Lima (Lavras da Mangabeira, 23 de junho de 1818 – Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1908), bacharel em Direito, juiz municipal e de órfãos e juiz de direito. Deputado provincial e deputado geral em seis legislaturas. Teve destacada atuação como abolicionista, relator do projeto que se transformou na Lei do Ventre Livre. Foi ministro da guerra.

Sinhá D'Amora ou Fideralina Correia de Amora Maciel (Lavras da Mangabeira, 1 de setembro de 1906 – Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 2002) pintora brasileira, estudou na Escola Nacional de Belas Artes, em Florença e em Paris. Participou de diversos salões de arte, conquistando algumas premiações. Em sua homenagem, há o Memorial Sinhá D'Amora, no Centro de Cultura Casa do Barão de Camocim, em Fortaleza.

Vicente Ferrer Augusto Lima (Lavras da Mangabeira, 19 de julho de 1915 – Fortaleza, 16 de janeiro de 2004), advogado, professor e político, foi prefeito de Lavras da Mangabeira, procurador fiscal, deputado estadual, conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios e seu presidente em 1956. Suplente de senador, assumiu o mandato de março a junho de 1965. Chefe da Casa Civil do Governo Virgílio Távora, elegeu-se deputado federal e foi chefe da Casa Civil, de 1971 a 1974. Professor-fundador da Escola de Administração do Ceará.

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Lavras da Mangabeira 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Lavras da Mangabeira – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Limoeiro do Norte

Hino de Limoeiro do Norte

(Letra por Rufino Maia
e Silva e melodia por Maestro Cleóbulo Maia)

Limoeiro, Limoeiro
Cantamos em seu louvor!
Tu és bandeira de glória
No mastro do nosso amor
És escola e oficina
De um povo trabalhador

Outrora gigantes bravos
Que no teu seio aportaram
Eram também bandeirantes
Que o Jaguaribe cruzaram!
Sem esmeraldas nos sonhos,
A terra boa encontraram

Limoeiro, Limoeiro...

No palco nobre da vida,
Soprou-te a aura envolvente!
Puseste as mãos em teu campo
Plantaste nele a semente;
Tua cidade floresce
Neste Brasil continente

Limoeiro, Limoeiro...

Tuas planícies nos mostram,
A luta que nos apraz
A busca pelo saber,
Pelo trabalho que faz

Erguer a fronte do povo,
Amar a fonte da paz.

Limoeiro, Limoeiro...

Que belas carnaubeiras
Volteiam tua paisagem!
São vincos que te sustentam,
São elos da tua imagem...
Por si, sós, uma aquarela,
Incentivando coragem.

Limoeiro, Limoeiro...

O Jaguaribe em teu seio,
Serenos, doces, a correr,
Projeta veias profundas
No solo que vai beber
As águas que passam nele,
Impondo o lema – VENCER!

Limoeiro do Norte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Limoeiro do Norte (2010) foi de 0,682, de nível médio, situando-se em 8º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 40,07, ficando em 11º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra limoeiro é uma referência à grande quantidade dessa árvore na região.

Gentílico:

limoeirense.

Limites geográficos

Norte: Russas e Quixeré

Leste: Rio Grande do Norte e Quixeré

Sul: Tabuleiro do Norte

Oeste: Morada Nova e São João do Jaguaribe

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Limoeiro do Norte, com **área** de 750,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 60.232 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido com **pluviometria** média (2021) de 536,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 30,22 m e a **distância para a Capital** é de 202,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-358. O **solo** é constituído de cambissolo eutrófico (39,53%), podzólico vermelho amarelo álico (15,16%), solo litólico eutrófico (10,73%), solonetz solodizado (5,13%), solos aluviais eutróficos (23,39%) e vertissolo (4%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Banabuiú e do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Banabuiú na primeira bacia e os rios Jaguaribe e Quixeré, na segunda, sendo os principais reservatórios os açudes Gado Bravo, Ingarana (bacia do Banabuiú), Barracão e Santa Fé (bacia do Baixo Jaguaribe). Com relação ao **relevo**, se destacam a Chapada do Apodi, a planície ribeirinha, a depressão sertaneja e os tabuleiros interiores; suas principais elevações não ultrapassam 250 metros de altitude. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba e oiticica); os vegetais mais comuns são o pereiro, o jucá, a jurema, o pau-branco, a aroeira, a catingueira e o juazeiro.

Síntese Histórica

A região do atual município de Limoeiro do Norte foi originariamente ocupada pelos índios Paiacus. Em 1687, depois de muitas lutas com os aborígenes, o sargento-mor João de Souza Vasconcelos se estabeleceu no Sítio São João das Vargens, na ribeira do rio Jaguaribe, que, em pouco tempo, se tornou um arraial. A capela, construída em terras de Bonifácio José Carneiro e de Joaquim da Costa Barros, foi inaugurada em 9 de dezembro de 1845. A freguesia foi criada pela lei nº 1.081, de 4 de dezembro de 1863, desmembrada da freguesia de São Bernardo de Russas, tendo como primeiro vigário o Padre Francisco Ribeiro Bessa. O município de Limoeiro foi escolhido para sediar a Diocese da zona Jaguaribana, tendo a sua instalação ocorrido em 29 de setembro de 1938, mas somente foi eleito seu primeiro

bispo, D. Aureliano Matos, em 8 de fevereiro de 1940, pela *Bula Comissum Humilitati Nostrae*, do Santo Padre Pio XII.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Limoeiro pela lei provincial nº 1.081, de 04-12-1863 e por resolução nº 1.358, de 04-11-1870, subordinado ao município de Russas. Elevado à categoria de vila com a denominação de Limoeiro pela lei nº 1.255, de 28-12-1868, desmembrada do município de Russas, tendo como sede o núcleo de São João do Jaguaribe, com 2 distritos: Limoeiro (sede) e Taboleiro de Areia. Pelo ato provincial de 24-03-1871, é criado o distrito de Alto Santo da Viúva e anexado à vila de Limoeiro. Elevada à categoria de cidade com a denominação de Limoeiro pela lei estadual nº 364, de 30-08-1897. Pelo ato de 05-09-1910, é criado o distrito de São João do Jaguaribe e anexado à cidade de Limoeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Limoeiro (sede), Taboleiro de Areia, Alto Santo da Viúva e São João do Jaguaribe, assim permanecendo em divisão administrativa referente ao ano de 1933. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Limoeiro (sede), Taboleiro de Areia, Alto Santo da Viúva e São João do Jaguaribe. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, é criado o distrito de Bica, com território desmembrado do distrito de Taboleiro, e anexado ao município de Limoeiro, e são alteradas as denominações dos distritos: de São João do Jaguaribe, para São João; de Taboleiro de Areia, para Taboleiro e de Alto Santo da Viúva, para Alto Santo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Limoeiro (sede), Alto Santo, Bica, São João e Taboleiro. Pelo Decreto Estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Limoeiro passou a denominar-se Limoeiro do Norte, sendo mudadas as denominações dos distritos: de Taboleiro, para Ibicuipeba e de São João, para Jandoin. No quadro fixado para vigorar de 1944 a 1948, o município é constituído de 5 distritos: Limoeiro do Norte (sede), Alto Santo, Bica, Ibicuipeba e Jandoin. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, foram criados os distritos de Barra de Figueiredo e Castanhão, com territórios desmembrados do distrito de Alto Santo e anexados ao município de Limoeiro do Norte; a mesma lei alterou as denominações dos distritos: de

Bica para Olho D'Água de Bica; de Jandoin para São João do Jaguaribe; e de Ibicupeba para Taboleiro do Norte; e adquiriu o distrito de Bixopá do município de Russas. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 8 distritos: Limoeiro do Norte (sede), Alto Santo, Barra do Figueiredo, Bixopá, Castanhão, Olho D'Água da Bica, São João do Jaguaribe e Taboleiro do Norte. A lei estadual nº 3.813, de 13-09-1957, desmembra do município de Limoeiro do Norte os distritos de São João do Jaguaribe e de Barra do Figueiredo, para constituírem o novo município de São João do Jaguaribe. A lei estadual nº 3.814, de 13-09-1957, desmembra do município de Limoeiro do Norte os distritos de Alto Santo e Castanhão, para constituírem o novo município de Alto Santo. A lei estadual nº 3.815, de 13-09-1957, desmembra de Limoeiro do Norte o distrito de Tabuleiro do Norte e Olho D'Água da Bica, para constituírem o novo município de Tabuleiro do Norte. Em divisão administrativa datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Limoeiro do Norte (sede) e Bixopá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Limoeiro do Norte (sede) e Bixopá.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência ou irrigada com as culturas de feijão, arroz, soja, sorgo, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, castanha de caju, cana-de-açúcar, coco-da-baía e outras frutas, como figo, goiaba, limão, laranja, mamão, manga, abacaxi, melancia, melão e tomate; a pecuária extensiva de bovinos, equinos, asininos, muares, suínos, caprinos e ovinos; a avicultura; a apicultura; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a indústria de produtos alimentares, extrativa mineral, de madeira, metalúrgica, têxtil, editorial e gráfica, do mobiliário, de minerais não metálicos, de serviços de construção, de vestuário, calçados e artigos de tecidos, couros e peles, além do artesanato e da cantaria; e o turismo, que tem como principais atrativos as belezas naturais dos rios Jaguaribe e Quixeré, com sua barragem das pedrinhas, a Gruta de Lampião e a riqueza de sua história, arquitetura e gastronomia.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Encontro de Mestres do Mundo, com apresentações culturais nacionais e internacionais (janeiro); a Buchada da Adélia: apresentação de Bloco de Marchinhas Antigas (janeiro); a Limofolia: micareta com apresentação de cantores e artistas famosos, como Cláudia Leite, Ivete Sangalo, Léo Santana e outros (janeiro); o Festival de Quadrilhas (junho); a Expovale – Exposição Agropecuária do Vale do Jaguaribe (julho); a FENERJ – Feira de Negócios da Região Jaguaribana, em que ocorrem também apresentações artístico-culturais (agosto); a Juriti Rasta – Tradicional Festa de Reggae, no Sítio Juriti (agosto); a Festa de Aniversário do município (30 de agosto); a Mostra Limoeirense de Projetos – MOSLIPRO, que promove a cultura de pesquisa em Limoeiro do Norte, tendo como participantes professores e alunos das escolas do Ensino Médio e do Ensino Técnico do município (início de setembro); o desfile de escolas em homenagem ao Dia da Independência (7 de setembro); o Festival Internacional de Trovadores e Repentistas (setembro); a Corrida do Fogo, organizada pelo Corpo de Bombeiros da cidade (novembro); a Festa de São Raimundo (9 de novembro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); as Vaquejadas (novembro); e a Feira de Ciências das Escolas Públicas Municipais (23 a 25 de novembro).

Principais Personalidades

Dom Afonso de Oliveira Lima (Limoeiro do Norte, 28 de agosto de 1916 – Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1994), professor nos Seminários de Jundiá e Parangaba, foi vigário de paróquias no Ceará, no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Paraíba. Foi o primeiro bispo de Brejo - MA, em 07-10-1971.

Antônio Nilson Craveiro Holanda (Limoeiro do Norte, 22 de junho de 1935 – Brasília, 02 de abril de 2015), bacharel em Direito, com mestrado em Economia e em Administração, foi professor da UFC. Técnico em Desenvolvimento Econômico do BNB. Superintendente do IPEA e secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento. Presidente do BNB. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Antônio Vicente Alencar, jornalista, radialista e administrador, representante de Limoeiro do Norte na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE, da qual foi presidente (2017-2018). Sócio efetivo

da Academia Fortalezense de Letras, da Academia Cearense da Língua Portuguesa, da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo e outras.

Djacir Gurgel de Figueiredo (Limoeiro do Norte, 5 de abril de 1931), médico neurologista, introduziu no Nordeste técnicas neurocirúrgicas na retirada de aneurismas e tumores cerebrais, com utilização de microscópio. Fundador e primeiro presidente da Sociedade Cearense de Neurologia e Neurocirurgia e da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia. Membro da Academia Brasileira de Neurocirurgia e da Academia Cearense de Medicina, da qual foi presidente. Membro honorário da Academia Nacional de Medicina.

Djairo Guedes de Figueiredo (Limoeiro do Norte, 2 de abril de 1934), matemático brasileiro, engenheiro civil, escritor, professor titular do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, da Universidade de Brasília, da Universidade de Illinois e da Universidade Estadual de Campinas e professor-colaborador da UNICAMP. Membro da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira de Matemática e da *American Mathematical Society* e Pesquisador do CNPq.

Francisco Ariosto Holanda (Limoeiro do Norte, 11 de outubro de 1938), engenheiro, foi servidor da COELCE e da Petrobrás e professor da UNIFOR, secretário de Indústria e Comércio do Ceará e deputado federal.

Lauro de Oliveira Lima (Limoeiro do Norte, 12 de abril de 1921 – Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2013), formado em Direito e Filosofia, foi professor, educador, jornalista e pedagogo. Autor do Método Psicogenético, elaborado com base na Epistemologia Genética de Jean Piaget. Fundou o Ginásio Agapito dos Santos em Fortaleza e foi diretor de Pesquisas do Centro Educacional Jean Piaget.

Luciano Maia (Limoeiro do Norte, 7 de janeiro de 1949) é advogado, professor, tradutor e escritor, mestre em Literatura, leciona no Curso de Letras e Comunicação Social da UNIFOR. Cônsul Honorário da Romênia em Fortaleza. Membro da Academia Cearense de Letras.

Padre Manfredo Araújo Oliveira (Limoeiro do Norte, 27 de fevereiro de 1941), padre, filósofo, professor e escritor, graduado em Filosofia, com mestrado em Teologia e doutorado em Filosofia. Professor emérito e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFC (Mestrado e Doutorado).

Napoleão Nunes Maia (Limoeiro do Norte, 30 de dezembro de 1945), advogado, foi procurador do Estado, Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Juiz Federal e Desembargador Federal do TRF da 5ª Região. Ministro do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral. Professor da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Academia Cearense de Letras.

Virgílio Maia (Limoeiro do Norte, 7 de março de 1954), bacharel em direito, advogado da FEBEM, poeta, letrista de músicas, contista, xilógrafo, etnólogo e escritor. Membro da Academia Cearense de Letras, da qual foi vice-presidente.

Fontes:

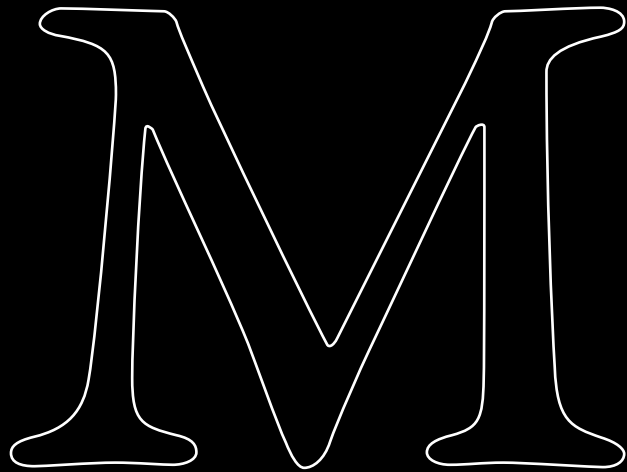
ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Limoeiro do Norte 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Limoeiro do Norte – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.



Madalena

Maracanaú

Maranguape

Marco

Martinópole

Massapê

Mauriti

Meruoca

Milagres

Milhã

Miraíma

Missão Velha

Mombaça

Monsenhor Tabosa

Morada Nova

Moraújo

Morrinhos

Mucambo

Mulungu

Madalena

Hino de Madalena

(Letra e melodia
por João Leonardo de Sousa Leonel)

Madalena eis a tua glória
De um passado, presente, porvir
Reluzindo, majestosa
No Brasil teu semblante a luzir!

*Madalena, semente do bem
Coração do sertão cearense
Sou teu filho! Oh! Terra querida!
Meu orgulho é ser madalenense!*

Grande e forte eis a tua história
Teu destino tu hás de seguir
Para sempre poderosa
Bravamente irás resistir!
Como o céu eis tua bandeira
Com o azul de infinito esplendor
Despontando do teu seio
Paz na terra, trabalho e amor!

Madalena é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Quixeramobim e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Madalena (2010) foi de 0,610, de nível médio, situando-se em 98º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 15,59, ficando em 162º lugar no Ceará

Toponímia:

o topônimo Madalena teve origem na denominação da capela em homenagem a Santa Maria Madalena. O rio Quixeramobim, ao passar pela cidade, toma o nome de Madalena.

Gentílico:

madalenense.

Limites geográficos

Norte: Canindé e Itatira

Leste: Quixeramobim, Choró e Canindé

Sul: Boa Viagem e Quixeramobim

Oeste: Santa Quitéria e Boa Viagem

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Madalena, com **área** de 1.034,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.031 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 305,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 302 m e a **distância para a Capital** é de 189,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-265. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,09%), bruno não cálcico (47,80%), planossolo solódico ta (2,54%), solo litólico eutrófico (32,94%), solos aluviais eutróficos (7,56%) e vertissolo (8,67%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Teotônio, Piraribu, Pueiras, Cipó e Barrigas, e como principais reservatórios os açudes de pequeno porte Marenga e do Tigre. Com relação ao **relevo**, apresenta formas ligeiramente dissecadas, correspondentes à depressão sertaneja, da qual sobressai o maciço residual na sede do município. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

A primeira notícia de povoamento do atual município de Madalena faz referência à doação de terras feita a Antônio Costa Vieira, procedente de Mombaça, por volta de 1840, e a um seu herdeiro, Augusto Vieira, que teria construído a primeira casa e a primeira escola nessa localidade. Segundo informação constante do site da Prefeitura de Madalena, anos depois, o comerciante Salviano de Pinho construiu várias casas e fez doação de terreno para a construção da Paróquia e da Igreja Matriz, em honra de Nossa

Senhora da Imaculada Conceição. O povoado se desenvolveu à margem esquerda do rio Barrigas, que recebeu a denominação de Madalena no trecho que se inicia nos limites da cidade.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Madalena, pela Lei nº 1.153, de 22-11-1951, subordinado ao município de Quixeramobim. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Madalena figura no município de Quixeramobim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Madalena, pela Lei Estadual nº 6.363, de 01-07-1963, desmembrado de Quixeramobim, tendo como sede o antigo distrito de Madalena, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Madalena, sendo o seu território anexado ao município de Quixeramobim, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Madalena permanece no município de Quixeramobim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município, com a denominação de Madalena, pela Lei Estadual nº 11.274, de 23-12-1986, desmembrado de Quixeramobim, tendo como sede o antigo distrito de Madalena, constituído de 2 distritos: Madalena e Macaoca, instalado em 01-01-1989. A mesma lei vinculou ao município de Madalena parte do território do extinto distrito de Pirabibu. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Madalena (sede) e Macaoca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela Lei nº 283, de 14 de novembro de 2007, foi criado o distrito de Cacimba Nova, subordinado ao município de Madalena. A Lei nº 322, de 5 de maio de 2009, criou o distrito de Cajazeiras, vinculado ao município de Madalena. Os atuais distritos do município são: Madalena (sede), Macaoca, Cajazeiras, Cacimba Nova, União e Paus Brancos.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão,

cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, em que se destacam: a fabricação de carvão vegetal, a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e as atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; e o artesanato de redes e bordados.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); o Festival de Arte e Cultura das Escolas do Campo do Ceará (29 a 31 de agosto); a Festa de Reisado (6 de janeiro); o Concurso Musa Carnavalesca Madalenense do Carnaval (fevereiro/março); os Festejos Juninos (junho); e a Festa de Aniversário do Município (23 de dezembro).

Principais Personalidades

Raimundo Andrade de Moraes, primeiro prefeito do município de Madalena (1989 – 1992).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Madalena 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Madalena – outubro/98.

Maracanaú

Hino de Maracanaú

(Letra por José Aucélio Gomes da Silva
e melodia por autor não identificado)

Maracanaú, terra gentil
És um magno município do Brasil
Tua origem é maracá, teu aspecto varonil
Teu lindo sol sempre a brilhar
Neste imenso céu de anil.
No horizonte do Brasil.

*És tu, ó Maracanaú, terra de belezas mil
Que segue a ordem e o progresso
O progresso do Brasil*

Nós temos como data principal
O dia 6 de março
Data que nasceu Maracanaú
Cheia de esplendor e encantos mil
Maracanaú logo se espalhou
Conquistando toda esta terra

E tuas lindas terras são tão belas
Que fazem o coração por ti pulsar
E lembrando destas serras
Que estão a rodear
Faz sentir no coração

Que elas querem te guardar
E lembrando dessas serras
Que estão a rodear
Faz sentir no coração
Que elas querem te guardar.

Maracanaú é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e na mesorregião metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Maracanaú (2010) foi de 0,686, de nível médio, situando-se em 6º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 51,26, ficando em 4º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra de origem tupi significa “lugar onde bebem as Maracanãs”.

Gentílico:

maracanauense.

Limites geográficos

Norte: Fortaleza e Caucaia

Leste: Pacatuba e Fortaleza

Sul: Maranguape e Pacatuba

Oeste: Maranguape e Caucaia

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Maracanaú, com **área** de 106,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 230.986 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.055 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 48 m e a **distância para a Capital** é de 23,6 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-251. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo distrófico (60,13%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (36,29%) e solos aluviais eutróficos (3,57%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica metropolitana e tem como principais drenagens superficiais os rios Maranguape e Cocó, os riachos Lameirão, Santo Antônio, Timbó, Taboqueira e Urucutuba e as lagoas Maracanaú, Jaçanaú, Jupaba e do Mingau. Com relação ao **relevo**, é constituído de tabuleiros pré-litorâneos, tendo como principais elevações as serras da Aratanha e Monguba e os serrotes do Padre e Pau Serrado. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia plúvio-nebular.

Síntese Histórica

As terras do atual município de Maracanaú foram habitadas pelos índios Jaçanaú, Mucunã e Cágado, da etnia dos pitaguaris, que iniciaram em 1648 os primeiros contatos com os colonizadores holandeses, os quais cartografaram os caminhos indígenas e suas roças de milho e mandioca, quando da expedição na procura de minas de prata, nas serras de Maranguape e Taquara. O povoamento desse território, que fazia parte do município de Maranguape, se iniciou em torno da Lagoa de Maracanaú e, posteriormente, das Lagoas de Jaçanaú e Pajuçara. Com a construção da Estrada de Ferro de Baturité e da Estação de Trem de Maracanaú em 1875, o povoado sofreu grandes transformações, tornando-se, em 6 de maio de 1882, Vila de Santo Antônio do Pitaguary, e, em 08 de janeiro de 1890, distrito do município de Maranguape, com a denominação de Maracanaú. O movimento em prol da emancipação política de Maracanaú, liderado pelos irmãos tenentes Mário de Paula Lima e Raimundo de Paula Lima, se iniciou em 1953. Nova tentativa de emancipação ocorreu com sucesso em 1958, sob a liderança do Padre José Holanda do Vale, mas o município foi extinto em 1965, por decisão do governo militar brasileiro, implantado em 1964. Somente em 1983, o distrito de Maracanaú consta voltou a ser elevado à categoria de município, desvinculando-se de Maranguape. Quatro instituições foram de muita importância, nas primeiras décadas do século XX, em Maracanaú: a Estrada de Ferro Maranguape – Fortaleza, o Sanatório de Maracanaú, a Colônia Antônio Justa e o Instituto Carneiro de Mendonça – Centro de Reabilitação de Menores. No Governo Virgílio Távora (1963-1966) foi elaborado o Plano Diretor do Primeiro Distrito Industrial, que teve a implantação iniciada em 1966, com área de abrangência inicial de 250 hectares, dos quais 150 destinados à zona industrial e 100 para áreas verdes e de circulação. Quando do balizamento do terreno, constatou-se que a extensão da área em que seria implantado o complexo industrial totalizava 1.100 hectares e foi essa a dimensão que prevaleceu. A inauguração do Distrito Industrial de Maracanaú ocorreu em março de 1966. A primeira indústria a se instalar no Distrito Industrial de Maracanaú foi a Ceará Laminados e Compensados S. A. (CELACO), já contando com a energia da Hidrelétrica de Paulo Afonso. A administração do Distrito Industrial coube inicialmente à Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará – CODEC.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Maracanaú, por Ato de 08-01-1890, subordinado ao município de Maranguape. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Maracanaú figura no município de Maranguape. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Maracanaú consta como subordinado ao município de Maranguape. Pelo Decreto Estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Maracanaú adquiriu parte do extinto distrito de Rodolfo Teófilo, do município de Fortaleza. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Maracanaú continua no município de Maranguape, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Maracanaú, pela Lei Estadual nº 4.437, de 30-12-1958, desmembrado do município de Maranguape, tendo como sede o antigo distrito de Maracanaú. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Maracanaú, sendo seu território anexado ao município de Maranguape, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Maracanaú consta no município de Maranguape, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Maracanaú, pela Lei Estadual nº 10.811, de 04-07-1983, instalado em 31-01-1985, desmembrado de Maranguape, tendo como sede o antigo distrito de Maracanaú, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 18-08-1968, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela Lei Municipal nº 177, de 29-10-1990, é criado o distrito de Pajuçara e anexado ao município de Maracanaú. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 2 distritos: Maracanaú (sede) e Pajuçara, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Maracanaú (sede) e Pajuçara.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e a monocultura de algodão herbáceo sequeiro e de plantas aromáticas e medicinais; o comércio

de frutas, verduras e hortaliças, recebidas de muitos lugares do Brasil, na Central de Abastecimento – CEASA; a pecuária extensiva de bovinos, suínos e aves; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil e extração de areia e argila para fabricação de telhas e tijolos e de rocha calcária para a fabricação de cal; o centro de compras do North Shopping Maracanaú e do Business Place Tower; a indústria, centralizada no Distrito Industrial de Maracanaú: de preparação de britamento e outros trabalhos em pedras (exceto extração); de produtos de laticínio; de artefatos têxteis de tecidos (exceto vestuário); de artigos para cama e mesa e colchoaria; de biscoitos e bolachas; de calçados de couro, plástico, tecidos, fibras, madeira ou borracha; de fungicidas; de herbicidas; de defensivos agrícolas; de massas alimentícias; de material elétrico para veículos (exceto baterias) e de medicamentos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São José (19 de março); o dia de São Sebastião (20 de janeiro); o Festival da Poesia (março); as Festividades de São João (junho); o Dia de Santo Antônio (13 de junho); o Festival de Quadrilhas (junho); o Dia do Município (6 de março); a Semana da Música (novembro); a Semana de Integração Científica: IFCE de Maracanaú (8 a 12 de novembro); o Animar (evento de cultura pop) e o Aniversário de Fundação do bairro Conjunto Industrial (30 de dezembro).

Principais Personalidades

Almir Freitas Dutra (Maracanaú, 6 de maio de 1947 – 27 de fevereiro de 1987), primeiro prefeito de Maracanaú, tomou posse em 5 de janeiro de 1985, mas não concluiu o mandato, por ter sido assassinado em 27 de fevereiro de 1987.

Everton Sousa Soares, ou **Everton Cebolinha** (Maracanaú, 22 de março de 1996), jogador de futebol que atuou no campeonato cearense, gaúcho, no Campeonato Brasileiro, na Libertadores da América, na Copa América, no mundial de clubes e na Copa do Brasil. Integrou a Seleção Brasileira, a partir de 2018. Atuou no Benfica de Portugal.

José Firmo Camurça Neto (Maracanaú, 1 de março de 1964), advogado e político, foi vereador de Maracanaú por quatro mandatos, vice-prefeito e prefeito em duas legislaturas, tendo recebido da ONU o *Prêmio Objetivo e Desenvolvimento do Milênio*, por implantar no município o projeto Rede de Segurança Alimentar. Foi deputado estadual.

Paulo Roberto Neves Pereira, bacharel em Ciências Econômicas, membro efetivo da Academia de Ciências, Letras e Artes de Columinjuba - ACLA, da qual foi presidente; Presidente e Conselheiro da ACEJI; fundador e presidente do Centro Cultural Cascatinha, de Maranguape; diretor de Cultura da UBT de Maranguape. Representante de Maracanaú na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE. Sócio correspondente do Instituto do Ceará.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Maracanaú 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Maracanaú – outubro/98

Maracanaú (CE). Prefeitura. 2014. Disponível em <http://www.maracanau.ce.gov.br>.

Maranguape

Hino de Maranguape

(Letra e melodia
por Ofélia Maria Gomes de Matos Mota)

Maranguab, da tribo Potiguara,
Entre serras e vales verdejantes,
Um aldeamento erguestes nesta terra
À riba d'águas claras, murmurantes.

Maranguape! Maranguape!
Do Brasil nobre parcela,
De ti se ufanam teus filhos,
No amor, na paz e na procela.

Maranguab, ó “sabedor da guerra!”.
Nome excelso que o povo perpetua
Num assomo de amor a esta terra
Que em nosso seio perenemente estua.

Maranguape! Maranguape!...

Em fins do século, um fato se alevanta
Nesta pátria do grande Capistrano:
Foste brava na luta escravagista
A igualdade a buscar do ser humano.

Maranguape! Maranguape!...

Enquanto dormem teus heróis d'outrora.
De ti emerge raça reluzente
Amando livros, paz e liberdade,
Os prodígios do nosso Continente

Maranguape! Maranguape!...

Amor à arte, à industrialização,
És o progresso, esplendido e viril



Inspirador de artistas e poetas
Vocações a serviços do Brasil!

Maranguape! Maranguape!...

Maranguape é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Maranguape (2010) foi de 0,659, de nível médio, situando-se em 14º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2017) foi de 32,66, ficando em 33º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi (*maragoab*), que significa “Vale da Batalha”.

Gentílico:

maranguapense.

Limites geográficos

Norte: Caucaia e Maracanaú

Leste: Maracanaú, Guaiúba e Pacatuba

Sul: Palmácia, Caridade e Guaiúba

Oeste: Pentecoste e Caridade

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Maranguape, com **área** de 590,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 131.677 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 995,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 68.6 m e a **distância para a Capital** é de 26,6 km, com acesso principal pela rodovia CE-065. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (13,26%), planossolo solódico ta (20,16%), podzólico vermelho amarelo distrófico (3,19%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (56,63%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Maranguape, Baú e Água Verde, os riachos Amanari e da Cruz e a Lagoa do Juvenal, sendo os principais reservatórios os açudes do Penedo, Papara e Amanari. Com relação ao **relevo**, predominam maciços residuais e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia plúvio-nebular.

Síntese Histórica

Os primeiros habitantes das terras que atualmente formam o município de Maranguape eram os potiguaras, pitaguaris e outros, que já cultivavam o milho e a mandioca e tinham conhecimento da existência de minerais em suas terras. Os primeiros expedicionários a chegarem por essas bandas, em 1649, foram os holandeses. Seu objetivo principal era descobrir e explorar as minas de prata, de cuja existência, nas serras da Taquara e Maranguape, tinham ouvido falar. Com essa finalidade, se instalaram no alto da serra da Taquara. A denominação do lugar, inicialmente, era *Alto da Vila*, mas, com a ocupação da outra margem do rio Pirapora, passou a ser denominada *Outra Banda*. Com a saída desses primeiros ocupantes, aos poucos foram chegando portugueses, donatários de sesmarias, para ocupar o território e explorar a terra. O povoamento se iniciou às margens do rio Pirapora e, no século XIX, com a implantação e desenvolvimento da cultura do café, o núcleo urbano cresceu, principalmente após a inauguração da linha férrea da Estrada de Ferro de Baturité, em 1875, e a construção da estação de trem, que tinha por objetivo escoar a produção de Pacatuba e de Maranguape para o porto de Fortaleza. A partir da segunda metade do século XIX, a atividade econômica da região tomou novo impulso, com o plantio da cana-de-açúcar e a instalação de indústrias para fabricação da cachaça e rapadura.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Maranguape, por Provisão de 01-01-1760 e Ato Provincial de 18-03-1842, subordinado ao município de Fortaleza. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Maranguape, pela Lei Provincial nº 533, de 17-11-1851, desmembrada de Fortaleza. Pelo Ato Provincial de 08-06-1864, é criado o distrito de Tabatinga e anexado à vila de Maranguape. Elevada à categoria de cidade, com a denominação de Maranguape, pela Lei Provincial nº 1.282, de 28-09-1869. Pelo Ato Provincial de 07-11-1871, é criado o distrito de Jubaia e anexado ao município de Maranguape. Pela Lei Provincial nº 1.992, de 14-08-1882, é criado o distrito de Cruz e anexado ao município de Maranguape. Pelo Ato de 08-01-1890, é criado o distrito de Maracanaú e anexado ao município de Maran-

guape. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 6 distritos: Maranguape (sede), Cruz, Jubaia, Maracanaú, Palmeira e Tabatinga. Pelo Ato Estadual de 22-06-1912, é criado o distrito de Gado dos Ferros e anexado ao município de Maranguape. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município é constituído de 7 distritos: Maranguape (sede), Cruz do Lajedo (antigo distrito de Cruz), Gado dos Ferros, Jubaia, Maracanaú, Palmeiras e Tabatinga. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos: Maranguape (sede), Cruz (antes Cruz do Lajedo), Gado dos Ferros, Jubaia, Maracanaú, Palmeiras e Tabatinga, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo Decreto-lei Estadual nº 448, de 20-12-1938, são criados os distritos: de Pocinhos, com terras desmembradas de Cruz; e de Tanques, com terras desmembradas do distrito de Jubaia, sendo ambos anexados ao município de Maranguape; o mesmo decreto-lei altera as denominações dos distritos: de Gado dos Ferros, para Gado e de Cruz, para Lajedo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 9 distritos: Maranguape (sede), Gado, Jubaia, Lajedo, Maracanaú, Palmeiras, Pocinhos, Tabatinga e Tanques. Pelo Decreto-lei Estadual nº 1.114, de 30-12-1943, mudaram de denominação os distritos de: Lajedo para Itapebussu; Pocinhos para Amanari; Palmeiras para Palmácia; e Tabatinga para Sapupara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 9 distritos: Maranguape (sede), Amanari, Gado, Itapebussu, Jubaia, Maracanaú, Palmácia, Sapupara e Tanques. Pela Lei Estadual nº 3.779, de 28-08-1957, são desmembrados do município de Maranguape os distritos de Palmácia e Gado, para constituírem o novo município de Palmácia. Pela Lei Estadual nº 4.437, de 30-12-1958, é desmembrado do município de Maranguape o distrito de Maracanaú, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 6 distritos: Maranguape (sede), Amanari, Itapebussu, Jubaia, Sapupara e Tanques. Pela Lei estadual nº 6.789, de 20-11-1963, é desmembrado do município de Maranguape o distrito de Amanari, elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual nº 6.328, de 06-06-1963, é desmembrado do município de Maranguape o distrito de Itapebussu, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município

é constituído de 4 distritos: Maranguape (sede), Jubaia, Sapupara e Tanques. Pela Lei Estadual nº 7.148, de 10-01-1964, foram criados os distritos de Antônio Marques e Vertentes do Lagedo e anexados ao município de Maranguape. Pela Lei Estadual nº 8.339, de 14-12-1965, foram extintos os municípios de Amanari, Itapebussu e Maracanaú, sendo seus territórios anexados ao município de Maranguape como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Maranguape (sede), Antônio Marques, Jubaia, Sapupara, Tanques e Vertentes do Lagedo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Pela Lei Municipal nº 1.045, de 22-05-1990, é criado o distrito de Lagoa do Juvenal e anexado ao município de Maranguape. Pela Lei Municipal nº 1.074, de 18-02-1991, foram criados os distritos de Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Lages, Ladeira Grande, Manoel Guedes, Papara, Penedo, São João do Amanari e Umarizeiras e anexados ao município de Maranguape. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 17 distritos: Maranguape (sede), Amanari, Antônio Marques, Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Lages, Lagoa do Juvenal, Ladeira Grande, Manoel Guedes, Papara, Penedo, Sapupara, São João do Amanari, Tanques, Umarizeiras e Vertentes do Lagedo. Em divisão territorial datada de 2014, o município é constituído de 17 distritos: Maranguape (sede), Amanari, Antônio Marques, Cachoeira, Itapebussu, Jubaia, Lages, Lagoa do Juvenal, Ladeira Grande, Manoel Guedes, Papara, Penedo, Sapupara, São João do Amanari, Tanques, Umarizeiras e Vertentes do Lagedo, permanecendo os mesmos atualmente.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos, com destaque para a avicultura; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, britas, placas para fachadas e outros usos na construção civil; a indústria de alimentos,

de calçados, de vestuário, de aparelhos elétricos e eletrodomésticos e de aguardente; o turismo, tendo como principais pontos de atração as serras, com seus balneários, como o Cascatinha e Pirapora, e trilhas, sendo as mais procuradas a da Pedra do Derretido e a da Pedra da Rajada. Outro atrativo turístico é o Y-Park, museu e parque de esporte do Grupo Ypióca.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São Sebastião (20 de janeiro); o pré-carnaval (fevereiro); a Farinhada e Cavalgada em Cachoeira (sábado que antecede o dia 19 de março); o Festival do Feijão Verde em Cachoeira (abril); o Festival Junino (junho); a Festa de Santa Ana no bairro Cacimbão (16 a 26 de julho); a Feira do Artesanato (agosto); o Festival do Humor (agosto); o Dia da Independência (7 de setembro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Penha (8 de setembro); os Festejos do distrito de Tanques (11 a 21 de setembro); a Vaquejada de Itapebussu (fim de setembro); a Festa de São Miguel em Itapebussu (29 de setembro); a Festa de Santa Terezinha (01 de outubro); a Festa de Nossa Senhora do Rosário de Umarizeiras (7 de outubro); o Dia do Município (17 de novembro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição, na Paróquia de Tabatinga (8 de dezembro); a Festa de Santa Luzia – Lages (3 a 13 de dezembro); a corrida de Jumentos em Lages (início de setembro); e o Réveillon da cidade (31 de dezembro).

Principais Personalidades

Álvaro da Cunha Mendes (Maranguape, 6 de janeiro de 1872 – Fortaleza, 2 de outubro de 1937) foi o fundador do jornal *Correio do Ceará*, em 2 de março de 1915.

Antônio Augusto de Vasconcelos (Maranguape, 23 de dezembro de 1852 – Fortaleza, 10 de março de 1930), bacharel em Direito, professor, escritor, jornalista e orador. Foi promotor de justiça, juiz municipal e deputado estadual. Diretor da Biblioteca Pública (1887). Participou da criação do Instituto de Humanidades, do Curso de Ciências e Línguas e da Faculdade de Letras do Ceará. Foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Capistrano de Abreu ou **João Capistrano Honório de Abreu** (Maranguape, 23 de outubro de 1853 – Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1927), escritor e pesquisador, foi um dos grandes historiadores brasileiros. Foi um dos fundadores da Academia Francesa. Foi bibliotecário da Biblioteca Nacional e professor do Colégio Pedro II. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, recusou-se a tomar posse.

Chico Anysio ou **Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho** (Maranguape, 12 de abril de 1931 – Rio de Janeiro, 23 de março de 2012), humorista, ator, radioator, produtor, locutor, roteirista, escritor, dublador, apresentador, compositor, cantor e pintor. Destacou-se como um dos mais geniais humoristas brasileiros, criando grande número de personagens, por ele mesmo interpretados no rádio e na televisão.

Djacir de Lima Menezes (Maranguape, 16 de novembro de 1907 – Rio de Janeiro, 8 de junho de 1996), sociólogo, jurista, economista, professor, escritor e filósofo, lecionou na Faculdade de Filosofia e na Faculdade de Economia, da então Universidade do Brasil. Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundador da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará. Fundador e diretor do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e do Centro de Cultura Brasil-Bolívia. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Ernani Rocha Machado, nascido em Fortaleza em 21 de fevereiro de 1946, médico, com mestrado e doutorado, administrador, jornalista, palestrante, conferencista, poeta e escritor, representante de Maranguape na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE. Membro da Academia de Letras Juvenal Galeno, da Academia de Letras e Artes do Ceará e da Academia Cearense de Retórica. Fundador e primeiro presidente do Centro Cultural do Ceará.

Lupe Gigliotti, nome artístico de Maria Lupicínia Viana Paula Gigliotti (Maranguape, 1 de julho de 1926 – Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2010), atriz e diretora teatral, formada na Escola de Teatro Tablado, irmã do ator e humorista Chico Anysio. Bacharela em Direito.

Joaquim Braga Montenegro (Maranguape, 28 de fevereiro de 1907 – Buenos Aires, 20 de novembro de 1979), escritor e crítico literário, funcionário do Banco do Brasil S/A, diretor do Departamento de Cultura da

Secretaria de Cultura do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

José Sombra (Maranguape, 4 de dezembro de 1852 – Fortaleza, 16 de março de 1888), médico com especialização em ginecologia e tocologia. Escritor, participou de movimentos literários e culturais, tendo falecido com pouco mais de 35 anos. Sócio fundador do Instituto do Ceará.

Manoel de Paula Cavalcante foi o primeiro prefeito de Maranguape, eleito pelo voto popular, com mandato de 1914 a 1918.

Martus Antônio Rodrigues Tavares (Maranguape, 7 de junho de 1955), economista, exerceu o cargo de ministro do Planejamento, de 19-07-1999 a 03-04-2002.

Roberta Marques (Maranguape, 1968), autora, produtora, diretora e roteirista, é bacharel em Audiovisual pela Gerrit Rietveld Academie (1967), com mestrado em Performance Arts no DAS Arts Master of Theater (2005), ambos de Amsterdã, na Holanda.

Severino Sombra de Albuquerque (Maranguape, 8 de junho de 1907 – Vassouras – RJ, 12 de março de 2000), militar, participou da revolução de 1932. Preso e exilado em Portugal, tomou a Universidade de Coimbra como modelo para a criação da Universidade Severino Sombra, que fundou em Vassouras em 1933. Reintegrado ao Exército Brasileiro em 1934, fundou o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Suplente de deputado federal, assumiu o mandato (1955-1956). Foi secretário de Polícia do Ceará.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Maranguape 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Maranguape – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

STUDART, Guilherme. Dicionário biobibliográfico cearense. MARTINS, José Murilo. Poetas da Academia Cearense de Letras. MARTINS, José Murilo. Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos. AZEVEDO, Rubens de. Os 40 da Casa do

Barão. AMORA, Manoel Albano. A Academia Cearense de Letras. Síntese Histórica. VALDEZ, Alba. No centenário do Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos. Revista do Instituto do Ceará. P. 315-320.
Maranguape (CE). Prefeitura. Disponível em: <http://www.maranguape.ce.gov.br/historico>.

Marco

Hino de Marco

(Letra por Francisco Pinheiro e Shylene Aguiar
e melodia por Francisco Pinheiro)

*Sobre as margens do rio Acaraú
sob o manto do céu sempre azul
surge o Marco, entre o rio e o mar,
é farol do progresso a brilhar.*

Se espelhando nas águas revoltas
que cantando, são livres, são outras
a canção da eterna inquietude,
sua força, amor, juventude.

As estrelas brilhando em teu céu,
nos recordam o teu padroeiro,
nosso arrimo e fiel timoneiro,
são as bênçãos de São Manuel.

O teu solo tão seco, crestado,
para nós sempre um solo sagrado,
pois repousa em teu seio guardado,
a memória dos antepassados.

Tua gente vibrante, altaneira,
entre outras é sempre a primeira
faz o Marco a estrela do Norte,
faz um Marco mais livre e mais forte.

Marco é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Marco (2010) foi de 0,612, de nível médio, situando-se em 91º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 27,61, ficando em 55º lugar no Ceará.



Toponímia:

a palavra “marco” é uma alusão ao ponto referencial que delimita as terras entre Acaraú e Santana do Acaraú

Gentílico:

marquense.

Limites geográficos

Norte: Bela Cruz

Leste: Morrinhos, Acaraú e Bela Cruz

Sul: Senador Sá e Morrinhos

Oeste: Granja e Senador Sá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Marco, com **área** de 574,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 27.822 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 725,8 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 20,1 m e a **distância para a Capital** é de 227,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / BR-403. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (3,06%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (3,94%), planossolo solódico ta (6,58%), podzólico acinzentado álico (1,23%), podzólico vermelho amarelo distrófico (52,37%), solo litólico eutrófico (3,77%), solonetz solodizado (19,84%) e solos aluviais eutróficos (8,13%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Acaraú, os riachos do Córrego, Pedra Redonda e Inhanduba, sendo os principais reservatórios os açudes Tucunduba, na divisa com Senador Sá e Soares (Acaraú). Com relação ao **relevo**, predominam as formas suaves e pouco dissecadas da Depressão Sertaneja, a planície aluvial do rio Acaraú e, no extremo norte, a faixa dos tabuleiros pré-litorâneos; as altitudes são inferiores a 200 m. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

O atual território do município de Marco era parte do município de Santana do Acaraú, em terras ocupadas originariamente, desde a ribeira do Acaraú até a Serra Grande, pelos índios Tremembé, catequisados pelos jesuítas. A população da ribeira do Acaraú, quando da revolta dos índios Anacés em 1713, teve que migrar para a região da Ibiapaba, abandonando as suas propriedades. O nome Marco, pelo qual ficou conhecido o lugar e depois o distrito e o município, surgiu em razão da colocação de um marco nas proximidades do lugar onde surgiu a cidade, com a indicação do ponto onde terminavam as terras de propriedade de Manoel Góes, um dos primeiros fazendeiros da ribeira do Acaraú. Em 1870, foi erguida uma Capela em honra de São Manuel, em torno da qual foram surgindo as residências e pontos comerciais.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Manuel do Marco, por Ato Provincial de 21-10-1872 e por Lei Municipal de 05-04-1893, subordinado ao município de Santana. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de São Manuel do Marco figura no município de Santana. Pelos Decretos Estaduais nº 193, de 20-05-1931, e nº 1.156, de 04-12-1933, o município de Santana passou a denominar-se Santana do Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de São Manuel do Marco figura no município de Santana do Acaraú. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de São Manuel de Marco continua vinculado ao município de Santana do Acaraú. Pelo Decreto-lei estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Santana do Acaraú voltou a denominar-se simplesmente Santana e o distrito de São Manuel de Marco passou a denominar-se Marco. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Marco figura no município de Santana. Pelo Decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Marco permanece no município de Licânia, nova denominação dada a Santana. Elevado à categoria de município, com a denominação de Marco, pela Lei Estadual nº 1.153, de 22-11-1951, tendo como sede o distrito de Marco, instalado em 25-03-1955, constituído de 2 distritos: Marco (sede) e Panacuí, ambos desmembrados do município de Licânia. Em divisão territorial datada de

01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Marco (sede) e Panacuí, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela Lei Estadual nº 6.905, de 16-12-1963, é desmembrado do município de Marco o distrito de Panacuí, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela Lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Marco adquiriu o extinto município de Panacuí, como simples distrito. Pela Lei Municipal nº 053, de 19-11-1994, é criado o distrito de Mocambo e anexado ao município de Marco. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Marco (sede), Panacuí e Mocambo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Marco (sede), Mocambo e Panacuí.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; e a indústria, principalmente do ramo de fabricação de móveis.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Chitão Maravilha de Marco, público, em junho, com apresentações de quadrilhas, sessões culturais e shows de artistas nacionais e regionais; e outro privado, no mês de julho, no Park Maravilha; o Festival Cultural do distrito de Panacuí, realizado em julho, com apresentações culturais, esportivas e shows musicais, com bandas locais e regionais; a Festa dos Pais do distrito de Mocambo, com shows de bandas locais e regionais (agosto); a Fest Móvel, que iniciou como uma confraternização dos funcionários e colaboradores das indústrias do Polo Moveleiro de Marco, e atualmente tem a participação maciça da população do município e do Baixo Acaraú, realizada no Park Maravilha, com shows de bandas regionais; a Festa do Município (22 de novembro) e a Festa do Padroeiro São Manuel (17 de junho).

Principais Personalidades

Francisco Neves Osterno (Marco, 8 de agosto de 1924), agropecuarista, fundador da empresa Cajunorte, foi um dos líderes do movimento para a emancipação política de Marco. Deu grande contribuição no desenvolvimento da tecnologia de extração do pó da cera de carnaúba.

Jacaúna Aguiar (nascido em Marco), atua no ramo de móveis e decorações, responsável pela formação do Polo Moveleiro de Marco, onde é proprietário de uma área de 2 mil hectares, junto com o irmão Rogério Jacaúna.

Manuel Jaime Neves Osterno, primeiro prefeito do município de Marco, de 25-03-1955 a 25-03-1959.

Maria Shylene Osterno Aguiar (Marco, 14 de maio de 1950), empresária do ramo de móveis, exerceu mandato de deputada estadual (1991 a 1994).

Padre Francisco Ferreira Apoliano, primeiro vigário da paróquia de Marco, a partir da data da instituição da paróquia de São Manuel, em 1942.

Fontes

IBGE – Cidades

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Marco – outubro/1998.

IPECE – Perfil Municipal de Marco – 2017.

Martinópolis

Hino de Martinópolis

(Letra por Inácio Paixão
e melodia por autor não identificado)

*Martinópolis, cidade bendita,
De um passado feliz, a sorrir
Cada dia tu és mais bonita
No afã de um belo porvir.*

Carnaubais oh! Fonte produtora
Sustentáculo de um povo valente,
Velha “Angica” terra promissora
Deus proteja nossa boa gente.
Matinais com voz da passarada
Sol poente, vislumbra a visão
Mangueirais que balançam aos ventos
Farinhadas animam o sertão.

Martinópolis, cidade bendita ...

Um passado de lutas e glórias,
O presente é a fé no futuro
Com trabalho, progresso, vitórias,
“Jesus Cristo” meu porto seguro.
Farta safra, de junho a setembro,
Milho, arroz, mandioca e feijão.
“Boas Festas” no mês de dezembro
Padroeira “Virgem da Conceição”.

Martinópolis é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Martinópolis (2010) foi de 0,599, de nível baixo, situando-se em 136º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 15,78, ficando em 160º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao fundador Monsenhor Vicente Martins.

Gentílico:

martinopolense.

Limites geográficos

Norte: Granja

Leste: Senador Sá

Sul: Uruoca

Oeste: Granja

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Martinópole, com **área** de 299 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.407 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 765,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 65 m e a **distância para a Capital** é de 320 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-240 / CE-354 / CE- 362. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (38,12%), podzólico vermelho amarelo distrófico (58,74%), solo litólico eutrófico (1,80%) e solonetz solodizado (1,34%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Coreaú, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Parazinho, Uma e Jurema, sendo os principais reservatórios os açudes Martinópole e Jardim. Com relação ao **relevo**, predominam os tabuleiros pré-litorâneos e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, cerrado e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

Em meados do século XIX, existia uma fazenda, às margens da lagoa denominada Angica, que foi o embrião do atual município de Martinópole. Aquela pequena povoação reunia poucos habitantes, até que, no ano de 1877, fugindo da seca que assolava os municípios de Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Crateús, Riachão, muitos de seus moradores migraram

para essas terras, onde a água da lagoa Angica atendia as necessidades das famílias. O povoado, e depois o distrito, ficou conhecido como Angica, palavra originária da árvore denominada angico, existente às margens da lagoa. Em 1917, como forma de homenagear o Padre Vicente Martins da Costa, pároco que muito colaborou para a fundação e crescimento do lugar, o nome do povoado ficou conhecido como Martinópolis, significando cidade de Martins. Mas a mudança oficial do nome do distrito para Martinópolis somente ocorreu em 1933. Em razão da existência em São Paulo de município com o nome de Martinópolis, o nome do município, em 1943, foi mudado para Martinópole.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Angica, por ato provincial de 06-06-1881, subordinado ao município de Granja. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito aparece grafado Angico, permanecendo no município de Granja. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Angico passou a denominar-se Martinópolis. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Martinópolis continua no município de Granja, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei nº 1.114, de 30-11-1943, o distrito de Martinópolis passou a ser grafado Martinópole. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito continua no município de Granja, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Martinópole, pela lei estadual nº 3.560, de 26-03-1957, desmembrado de Granja, instalado em 28-04-1957, com sede no antigo distrito de Martinópole, constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município é constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão e castanha de caju; a pecuária extensiva de bovinos e ovinos; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de ma-

deiras diversas para lenha e construção de cercas, além de outras atividades com a utilização de oiticica e de carnaúba como matérias-primas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e outros usos na construção civil.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro) e a Festa de Aniversário do município (26 de março).

Principais Personalidades

Miguel Nicodemos Alves, primeiro prefeito eleito do município de Martinópolis, nas eleições de 3 de outubro de 1958, para o período legislativo de 1959-1962.

Padre Vicente Martins da Costa, pároco de Granja, considerado o fundador do povoado, no início do século XX, e cujo nome deu origem à denominação do município – Martinópolis, a cidade de Martins.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Martinópolis 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Martinópolis – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Massapê

Hino de Massapê

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Filha dileta dos sertões do norte
Terra mimosa, hospitaleira e boa
A fama do teu nome não destoa
Da beleza selvagem do teu porte.

Esbeltos carnaubais doou-te a sorte,
Cinge-te o colo o campo onde revoa
A passarada que em teu trino entoa
A ti um preito de afeição mais forte.

Tuas ruas espaçosas e alinhadas,
Tuas praças risonhas e animadas,
A Meruoca que a teus pés se inclina.

O teu povo gentil e delicado,
Tudo isto forma um todo aprimorado
Com um certo ar que o viajor fascina.

Massapê é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

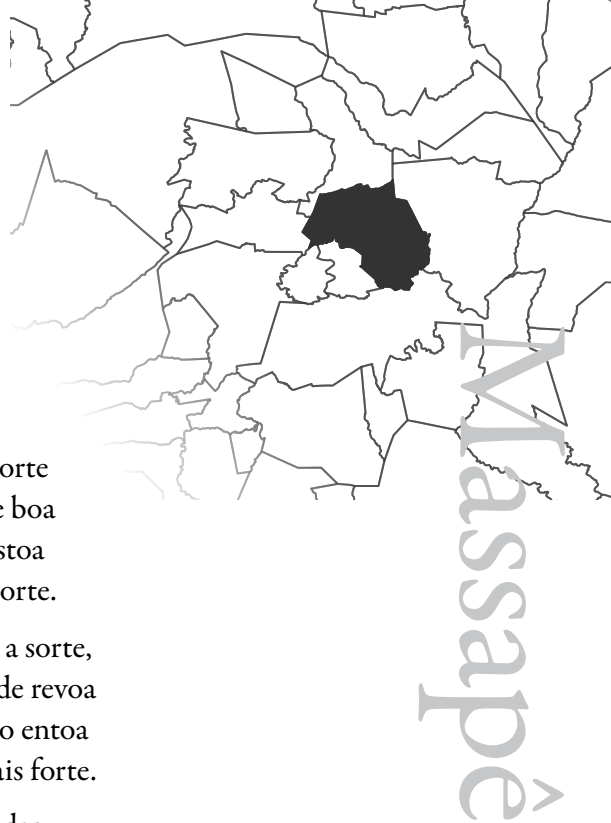
O **IDH** de Massapê (2010) foi de 0,616, de nível médio, situando-se em 83º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,18, ficando em 115º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra massapê significa “terra fértil, a partir dos álcalis que nela abundam” e se refere ao tipo de solo argiloso de coloração escura ali existente.

Gentílico:

massapeense.



Limites geográficos

Norte: Santana do Acaraú e Senador Sá

Leste: Santana do Acaraú e Sobral

Sul: Meruoca e Sobral

Oeste: Senador Sá, Moraújo, Alcântaras e Meruoca

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Massapê, com **área** de 566,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 39.341 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 832,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 83 m e a **distância para a Capital** é de 259,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-240 / CE-362. O solo é constituído de bruno não cálcico (0,17%), planossolo solódico ta (3,12%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (3,43%), solo litólico eutrófico (86,53%) e solos aluviais eutróficos (6,75%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens os rios Acaraú, Tucunduba e Raiz (Rio do Canto), os riachos Caranguejo e Contendas, sendo o principal reservatório o açude Acaraú Mirim. Com relação ao **relevo**, destacam-se as depressões sertanejas, os maciços residuais, com serras secas e serras úmidas, planície ribeirinha, sendo as principais elevações: o Pico de Aiuá e o Pico de São Brás, este com 992 metros acima do nível do mar. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta subcaducifólia tropical fluvial (mata seca).

Síntese Histórica

As terras que constituem o atual município de Massapê foram habitadas originariamente pelos índios Anacés, Tacari-Arariu e Tabajara. Um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento do antigo povoado de Serra Verde foi o retorno dos cearenses que haviam participado do Ciclo da Borracha, na Amazônia, durante a seca de 1877, e que retornaram, com os recursos ganhos nesse trabalho, para o lugar de origem, contribuindo para o aumento populacional e para o crescimento dessa região, com a construção de novas residências e estabelecimentos comerciais. A inauguração da

Estrada de Ferro de Sobral-Camocim, em 31 de dezembro de 1881, deu novo impulso ao desenvolvimento do distrito de Serra Verde (Massapê). Poucos anos depois, o povoado foi elevado à categoria de distrito, de vila e de cidade, com a denominação de Serra Verde, posteriormente alterada para Massapê.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Serra Verde, pelo ato provincial de 04-02-1882, subordinado ao município de Santana. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Serra Verde, pela lei estadual nº 398, de 25-09-1897, desmembrada de Santana, instalada em 05-02-1898, tendo como sede o núcleo de Serra Verde, constituída do distrito sede. Pela lei estadual nº 540, de 10-08-1899, a vila de Serra Verde passou a denominar-se Massapê. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Massapê é constituída do distrito sede. Elevada à condição de cidade, com a denominação Massapê, pela lei estadual nº 1.408, de 27-08-1917. Pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, o município de Massapê adquiriu o extinto município de Palma, como simples distrito. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, são criados os distritos de Acaraú-mirim, Pitombeiras e Remédios e anexados ao município de Massapê. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 6 distritos: Massapê (sede), Acaraú-Mirim, Palma, Pitombeiras, Remédios e São José dos Alcântaras. Pelo decreto estadual nº 192, de 20-09-1935, o distrito de Palma é desmembrado do município de Massapê, elevado à categoria de município. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 5 distritos: Massapê (sede), Acaraú-Mirim, Pitombeiras, Remédios e São José dos Alcântaras. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, mudaram as denominações os distritos: de São José dos Alcântaras para Alcântara; de Pitombeiras para Senador Sá; de Acaraú-Mirim para Mirim. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Massapê (sede), Alcântaras, Mirim, Remédios e Senador Sá. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município é constituído de 5 distritos: Massapê (sede), Alcântaras, Mirim, Remédios e Senador Sá, sendo alteradas as denominações: do distrito de Remédios, para Tuína e do distrito de Mirim, para Ipaguaçu.

Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Massapê (sede), Alcântaras, Ipaguaçu, Senador Sá e Tuína. Pela lei estadual nº 1.153, de 20-11-1951, o distrito de Alcântaras é desmembrado do município de Massapê, para formar o novo município de Meruoca; o distrito de Ipaguaçu é extinto, sendo o seu território anexado ao distrito sede de Massapê; e é criado o distrito de Padre Linhares e anexado ao município de Massapê. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Massapê (sede), Padre Linhares, Senador Sá e Tuína. Pela lei estadual nº 3.763, de 23-08-1957, o distrito de Senador Sá é desmembrado do município de Massapê, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 3.923, de 25-11-1957, é criado o distrito de Aiuá e anexado ao município de Massapê. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Massapê (sede), Aiuá, Padre Linhares e Tuína. Pela lei estadual nº 6.802, de 25-11-1963, é criado o distrito de Mumbaba e anexado ao município de Massapê. Pela lei estadual nº 6.889, de 13-12-1963, o distrito de Padre Linhares é desmembrado do município de Massapê, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Massapê (sede), Aiuá, Mumbaba e Tuína. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Massapê adquiriu o extinto município de Padre Linhares, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Massapê (sede), Aiuá, Mumbaba, Padre Linhares e Tuína, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 279 de 07-04-1991, é criado o distrito de Tangente e anexado ao município de Massapê. Pela lei municipal nº 293, de 21-10-1991, é criado o distrito de Ipaguaçu e anexado ao município de Massapê. Em divisão territorial datada de 31-06-1995, o município é constituído de 7 distritos: Massapê (sede), Aiuá, Ipaguaçu, Mumbaba, Padre Linhares, Tangente e Tuína, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Massapê (sede), Aiuá, Ipaguaçu, Mumbaba, Padre Linhares, Tangente e Tuína.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão,

cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria e brita, e de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e calcário, usado na produção de cal; a indústria: metalúrgica, de madeira, de bebida, de produtos alimentares, de vestuário, de calçados e de artigos de tecidos, couros e peles.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São Francisco (4 de outubro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (27 de junho); o Dia do Município (5 de fevereiro).

Principais Personalidades

Antônio de Melo Arruda (Massapê, 29 de março de 1913 – Fortaleza, 25 de maio de 1984), médico, foi presidente do IPEC e do Centro Médico Cearense. Deputado estadual em duas legislaturas e secretário de Saúde do Ceará.

Aurimar Pontes (Massapê, 7 de fevereiro de 1922 – Massapê, 28 de março de 2006), médico, professor, advogado, jornalista e contabilista, foi prefeito de Massapê e deputado estadual, cassado pelo Governo Militar em 1964.

Francisco Vasconcelos de Arruda (Massapê, 27 de março de 1910 – Ipaumirim, 1972), advogado e administrador, foi presidente do setor jovem da Casa de Juvenal Galeno e do Centro Estudantil Cearense. Sócio da Associação Cearense de Imprensa, diretor da Fênix Caixeiral e do Departamento de Serviço de Pessoal do Estado – DSP. Presidiu o Centro Massapeense, em Fortaleza. Foi Deputado Estadual cassado pelo Governo Militar em 1964.

Francisco Vilmar Pontes (Massapê, 20 de outubro de 1921 – Fortaleza, 11 de julho de 2004), engenheiro civil e agrimensor, pós-graduado em Hidráulica. Foi Secretário Municipal de Obras e de Serviços Urbanos de Fortaleza. Deputado Estadual por três legislaturas. Assumiu mandato de Deputado Federal em 1971.

José Afonso Sancho (Massapê, 27 de abril de 1922 – Fortaleza, 7 de junho de 2005), comerciante, agropecuarista, minerador, diretor de cooperativa e banqueiro. Fundou o jornal Tribuna do Ceará e, na condição de suplente, exerceu mandato de Senador pelo Ceará (1988 a 1991).

José Firmo de Aguiar (Massapê, 11 de maio de 1913 – Fortaleza, 11 de novembro de 1982) foi prefeito de Pentecoste em 1946, deputado estadual em cinco legislaturas e conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM.

José Pontes Neto (Massapê, 01 de dezembro de 1915 – Quixeramobim, 20 de junho de 1994), doutor em medicina e professor. Deputado constituinte do Ceará (1946), eleito deputado estadual nas legislaturas de 1951, 1955 e 1959. Presidente da Assembleia Legislativa em 1962. Teve o mandato cassado pelo governo militar em 1964. Professor da Faculdade de Medicina do Ceará, fundador do Hospital de Quixeramobim, que tem o seu nome, diretor da Casa de Saúde São Raimundo e presidente da Cruz Vermelha do Ceará. O Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará denomina-se Memorial Deputado Pontes Neto.

José Wellington Soares (Massapê, 13 de abril de 1952) foi vereador de Fortaleza nas legislaturas de 1983-1986 e 1987-1990, presidente da Câmara Municipal (1987-1988).

Zezinho Albuquerque (Massapê, 19 de março de 1955), nome pelo qual é conhecido José Jácome Carneiro Albuquerque, empresário e político, foi deputado estadual no Ceará em oito legislaturas. De 2013 a 2018, foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Foi Secretário das Cidades do Ceará, no Governo Camilo Santana.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Massapê 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Massapê – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Mauriti

Hino de Mauriti

(Letra e melodia por Olegário Custódio)

Mauriti! Oh Mauriti
Este nome é Varonil
Gratidão e homenagem
Ao Almirante Cordovil.

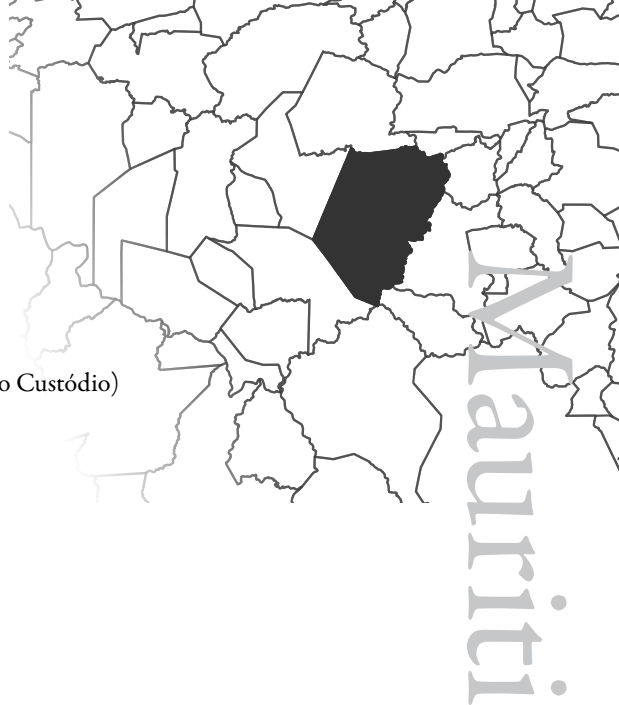
Salve! Salve! Mauriti!
De esperançoso porvir
Salve! Salve! Seu torrão
É a grandeza da nação...

Mil oitocentos e noventa
De Distrito Policial
Transformou-se legalmente
No município atual...
Vinte e sete de agosto
Foi a sua criação
Aumentando essa comuna
Dentro da federação...

Salve! Salve! Mauriti!...

Retratando sua bandeira
Nosso sol nascente e rubro,
Simboliza a instalação
Em vinte e um de outubro.
Mil novecentos e trinta e oito
Um Decreto Estadual
Elevou Buriti Grande
A Sede municipal...

Salve! Salve! Mauriti!...



Foi a vinte de dezembro
Elevação a cidade
Pra alegria de seu povo
Na festa da liberdade
Foi fundador Miguel Dantas
Com promessa de ereção
De original capela
A Virgem da Conceição...

Salve! Salve! Mauriti!...

Mauriti é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Barro e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Mauriti (2010) foi de 0,605, de nível médio, situando-se em 118º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 23,64, ficando em 86º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi, que significa “árvore que dá sumo”.

Gentílico:

mauritiense.

Limites geográficos

Norte: Estado da Paraíba e Barro

Leste: Estado da Paraíba

Sul: Brejo Santo, Conceição - PB e São José do Belmonte - PE

Oeste: Milagres e Brejo Santo

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Mauriti, com **área** de 1.049,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 48.370 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 588,1 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 373,8 m e a **distância para a Capital** é de 492,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE_138 / CE-368 / CE-371 / CE-384 / CE-397. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (25,10%),

podzólico vermelho amarelo eutrófico (37,82%), solo litólico eutrófico (20,82%) e vertissolo (16,26%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens os riachos Mororó, Umburanas, São Miguel, Juriti e Serra Branca e como principais reservatórios da região os açudes Gomes e Quixabinha. No projeto da transposição do Rio São Francisco, consta a construção de 44 km de canal e 13 km de túnel, em Mauriti. Com relação ao **relevo**, predominam a Chapada do Araripe e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

Os primitivos habitantes das terras que constituem o atual município de Mauriti eram os índios Tapuias e Tupiniquins, e depois, os Guanacés. No século XVII, os colonizadores portugueses chegaram à região e se instalaram às margens da lagoa então denominada Quichese (nome tapuia), cujas terras, em 23 de outubro de 1706, foram concedidas em sesmaria, pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, aos adquirentes Rodrigo Lago, Cel. João de Barros Braga, Capitão Antônio Pereira da Cunha e outros. Algum tempo depois, o nome da lagoa mudou para Muriti, e depois para Buriti, derivado do nome indígena da palmeira *humburity* e que se referia à tribo dos Buritis. Em 20 de outubro de 1734, essas terras foram vendidas em glebas, para a formação de vários sítios, entre moradores locais, exceto os sítios de Muriti Grande e Muritizinho, que foram vendidos para Bartolomeu Pereira Dantas, o qual, anos mais tarde, vendeu a metade de Muriti Grande a Antônio Pereira da Cunha. As terras para a construção da capela da Imaculada Conceição foram doadas em 6 de setembro de 1870, pelo Capitão Miguel Gonçalves Dantas e sua mulher Ana Cordulina Cartaxo Dantas, herdeiros do sítio Muriti Grande, por ter o capitão, com a intercessão da santa, obtido a cura do cólera. A capela da padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição foi inaugurada em 27 de maio de 1875. Por sua participação na formação do povoado e na construção da capela de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, o Capitão Miguel Gonçalves Dantas entrou na história como o fundador de Buriti Grande, atual município de Mauriti.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Buriti Grande, por ato estadual de 23-02-1891, subordinado ao município de Milagres. Elevado à categoria de município, com a denominação de Buriti Grande, pelo decreto nº 51, de 27-08-1890, desmembrado de Milagres, instalado em 21-10-1890, tendo como sede o núcleo de Buriti Grande. Pela lei nº 257, de 20-09-1895, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Milagres, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Buriti Grande figura no município de Milagres. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Mauriti, pela lei estadual nº 2.211, de 28-10-1924, desmembrado de Milagres, instalado em 30-12-1924. Pela lei estadual nº 2.634, de 06-10-1928, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Milagres, como simples distrito. Elevado mais uma vez à categoria de município, com a denominação de Mauriti, pela lei estadual nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Milagres, constituído de 6 distritos: Mauriti (sede), Coité, Espírito Santo, Santa Cruz, São Felix e Umburanas, criados pela mesma lei. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 6 distritos: Mauriti (sede), Coité, Espírito Santo, Santa Cruz, São Felix e Umburanas, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santa Cruz passou a denominar-se Vera Cruz. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Mauriti (sede), Coité, Espírito Santo, Vera Cruz, São Felix e Umburanas. O decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943 mudou as denominações dos distritos: de Espírito Santo para Anauá; de São Felix para Mararupá e de Vera Cruz para Maraguá. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 6 distritos: Mauriti (sede), Anauá, Coité, Maraguá, Mararupá e Umburanas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.913, de 17-12-1963, o distrito de Umburanas é desmembrado do município de Mauriti, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.931, de 18-12-1963, os distritos de Mararupá e Anauá são desmembrados do município de Mauriti, para formar o novo município de Mararupá. Pela lei estadual nº 7.053, de 30-12-1963, o distrito de Coité

é desmembrado de Mauriti, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Mauriti (sede) e Maraguá. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Mauriti adquiriu os extintos municípios de Coité, Umburanas, Mararupá e Anauá, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Mauriti (sede), Anauá, Coité, Maraguá, Mararupá e Umburanas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 1.154, de 20-12-1985, é criado o distrito de Palestina do Cariri e anexado ao município de Mauriti. Pela lei estadual nº 11.157, de 20-12-1985, é criado o distrito de Buritizinho e anexado ao município de Mauriti. Pela lei estadual nº 11.161, de 20-12-1985, é criado o distrito de São Miguel e anexado ao município de Mauriti. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 9 distritos: Mauriti (sede), Anauá, Buritizinho, Coité, Maraguá, Mararupá, Palestina do Cariri, São Miguel e Umburanas. A lei municipal nº 319, de 21-05-1998, altera a denominação do distrito de Maraguá para Nova Santa Cruz. A lei municipal nº 370, de 06-12-1999, altera a denominação do distrito de Mararupá para São Felix. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 9 distritos: Mauriti (sede), Anauá, Buritizinho, Coité, São Félix, Olho D'Água, São Miguel, Palestina do Cariri e Umburanas, permanecendo atualmente os mesmos 9 distritos.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca, macaxeira, arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas como manga, coco, limão, laranja, maracujá e mamão; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a criação de peixes em cativeiro; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, placas para fachadas, revestimentos e pisos e outras; a construção civil; a indústria de acessórios e renovadora de pneus para

motos e de móveis tubulares; o turismo, tendo como atrações principais, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Capela da Senhora de Santana, o açude Quixabinha, com sua queda d'água, a Pedra da Letra e a capela da Imaculada Conceição.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Festival de Quadrilhas – Arraiá do Buriti – Mauriti (junho); o Mauriti Folia – Carnaval (fevereiro/março); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); a Festa de Aniversário de Mauriti (27 de agosto).

Principais Personalidades

Capitão Miguel Gonçalves Dantas, herdeiro do sítio Muriti Grande, considerado fundador do povoado de Buriti Grande, atual município de Mauriti. Ele e sua mulher Ana Cordulina Cartaxo Dantas foram os doadores da área de terra em que foi construída a capela da padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, inaugurada em 27 de maio de 1875.

Décio Teles Cartaxo (Mauriti, 1 de abril de 1911 – Fortaleza, 24 de junho de 2003), médico oftalmologista, foi prefeito do Crato e deputado estadual, tendo presidido a Assembleia Legislativa do Ceará e assumido interinamente o Governo do Ceará, de 08-11-1958 a 22-02-1959. Foi Conselheiro do Conselho de Contas dos Municípios e Chefe da Casa Civil.

Hélder Martins de Moraes (Mauriti, 21 de março de 1937), jornalista e cineasta, foi diplomata, a partir de 1965. Fotografou para a revista *O Cruzeiro* e para a revista *A Cigarra*. Em 2003, produziu o documentário *Padre Cícero* para o Sistema Verdes Mares de Comunicação.

José Leite Maranhão (Mauriti, 10 de agosto de 1894 – Fortaleza, 14 de março de 1982), médico e professor, exerceu mandato de prefeito de Fortaleza, de 1947 a 1948.

Manoel Santana, primeiro prefeito eleito de Mauriti (1939-1942), tendo exercido anteriormente o cargo como prefeito nomeado (1935-1938).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023
IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Mauriti 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Mauriti – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Câmara Municipal de Mauriti. Disponível em: contato@camarademaauriti.ce.gov.br

Meruoca

Hino de Meruoca

(Letra por Francisco Marques dos Santos
e melodia por autor não identificado)

Meruoca cidade serrana
Nossa terra garbosa e gentil
Tua brisa envolve que emana
Dos teus ares nos vem tão sutil
Flora Fauna que tens nos afana
Porque és um jardim do Brasil.

*Trabalhar é vencer,
Nós sabemos é fundamental
Instruções e lazer
Promoção e extensão social
O direito e o dever
Segurança e conduta moral
Liberdade e viver
Plena paz e progresso geral.*

Tuas águas perenes correntes
Robustecem teus canaviais
Brancas nuvens no cimo pendentes
Trocam beijos com teus palmeirais
És do estado fiquemos cientes
A primeira a medrar cafezais.

Reriús fortes taba nativa
Aguerrida disposta a lutar
E valente nação sempre altiva
Que jamais se deixou dominar
Jesuítas de forma afetiva
Conseguiram te catequizar.



Eras glebas doadas a sesmeiros
Imigrantes buscando provir
Que com outros heróis pioneiros
Te fizeram assim progredir
Ó querida comuna de ordeiros
Teus anais não nos deixam mentir.

Ao cantarmos teu hino emitimos
Uma prece e bendita oração.
A rainha que nós possuímos
Padroeira do nosso rincão
Muito amor e mais fé te pedimos
Mãe de Deus virgem da Conceição.

Meruoca é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Meruoca e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Meruoca (2010) foi de 0,618, de nível médio, situando-se em 76º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 32,74, ficando em 31º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi, que significa “morada das moscas”.

Gentílico:

meruoquense.

Limites geográficos

Norte: Massapê

Leste: Massapê

Sul: Sobral

Oeste: Alcântaras

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Meruoca, com **área** de 149,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 15.309 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical subquente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.197,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 670 m e a **distância para a Capital** é de 263,8 km,

com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-440. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,62%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (83,70%) e solo litólico eutrófico (15,68%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principal drenagem o riacho Contenda e como principais reservatórios os açudes Ytacaranha, Quebra, Flexeiras, de Anil, de Baixa Grande, do Monte e Jenipapo, denominado oficialmente açude Engº Haroldo Sanford Barros, o maior da Serra da Meruoca, que abastece, através de adutoras, as cidades de Meruoca e Alcântaras. Com relação ao **relevo**, predominam a Depressão Sertaneja e os Maciços Residuais, tendo como principais elevações a Serra da Meruoca, a Pedra Limpa e o Morro do Chapéu, ponto culminante, com 924 m em relação ao nível do mar. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta subcaducifólia tropical fluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Atribui-se a formação do povoado à construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, quando da chegada das missões religiosas em 1727, com o objetivo de catequisar os indígenas que habitavam a região. O coronel Sebastião de Sá Barroso fez doação ao patrimônio da capela de meia légua de terras e benfeitorias (plantações de cana-de-açúcar, café, arroz, trigo e fruteiras, um engenho e 100 cabeças de gado), no Sítio São José (Serra da Meruoca), onde foi construído, na ribeira do rio Acaraú, um oratório de taipa, coberto de palha, em honra de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do lugar. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição (assim como o distrito de Meruoca) foi criada pela lei nº 1.799, de 10 de janeiro de 1879, e instituída canonicamente por provisão de 04-02-1880, tendo como primeiro vigário o Padre Diogo José de Sousa Lima, que tomou posse no cargo em 29 de fevereiro de 1880.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Meruoca, pela lei provincial nº 1.799, de 10-01-1879, subordinado ao município de Sobral. Elevado à categoria de vila com a denominação de Meruoca, pela lei provincial nº 2.090, de 13-11-1885, desmembrado de Sobral, instalada em 24-01-1887,

com sede na povoação de Meruoca. Pela lei nº 5, de 12-01-1893, é criado o distrito de Floresta e anexado ao município de Meruoca. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Meruoca (sede) e Floresta. Pela lei nº 1.794, de 09-10-1920, é extinto o município de Meruoca, sendo seu território anexado ao município de Massapê, como simples distrito. Pelo decreto estadual nº 193, 20-05-1931, o distrito de Meruoca volta a pertencer ao município de Sobral, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município, com a denominação de Meruoca, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Sobral, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Meruoca, constituído de 2 distritos: Meruoca (sede) e Alcântaras. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Meruoca (sede) e Alcântaras. Pela lei estadual nº 3.961, de 10-12-1957, o distrito de Alcântaras é desmembrado do município de Meruoca, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 7.158, de 13-01-1964, é criado o distrito de São Francisco e anexado ao município de Meruoca. Pela lei estadual nº 7.159, de 14-01-1964, é criado o distrito de Camilos e anexado ao município de Meruoca. Pela lei estadual nº 7.163, de 14-01-1964, é criado o distrito de Santo Antônio dos Fernandes e anexado ao município de Meruoca. Pela lei estadual nº 7.167, de 14-01-1964, é criado o distrito de Palestina do Norte e anexado ao município de Meruoca. Em divisão territorial datada de 31-12-1964, o município é constituído de 5 distritos: Meruoca (sede), Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes e São Francisco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Meruoca (sede), Anil, Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes e São Francisco.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas, como laranja, manga, abacaxi, maracujá e goiaba e hortaliças,

além da produção e comercialização de flores; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; a mineração com a extração de rochas ornamentais (granito róseo Meruoca), rochas para cantaria, brita placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a indústria de beneficiamento de doces e polpas de frutas e a indústria da construção civil; o turismo, com cachoeiras, trilhas ecológicas, o Morro da Asa Delta, com 900 metros de altitude, e o ecoturismo, que propicia os esportes de aventura, tendo como destaque o rapel na Pedra do Bocão.

Manifestações Culturais

Festival de Inverno de Meruoca (15 de junho); Festival de Reisados (janeiro); Festival da Juventude no distrito de Anil (setembro); Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); Festa de Aniversário do Município (13 de novembro).

Principais Personalidades

Gregório da Cunha Freire, primeiro prefeito do município de Meruoca (1955-1958).

Padre Diogo José de Sousa Lima foi o primeiro vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de Meruoca.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Meruoca 2021

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Meruoca – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

OLIVEIRA, Raquel Facundo Vasconcelos de e MOREIRA, Juliana Alves – Um Breve Estudo sobre a Serra da Meruoca e as suas Potencialidades no Semiárido Cearense. Universidade Vale do Acaraú – UVA. Vitória/ES 2014.

Milagres

Hino de Milagres

(Letra por Maria Leite Sampaio
e melodia por José Alves Ferreira)

No nordeste do nosso Brasil
Abraçada pelos coqueirais,
Nossa linda Milagres surgiu
De um Milagre, do amor e da paz

*Os teus filhos, não te esquecem,
Sempre voltam pra te rever
Visitantes te enaltecem
Bem felizes por te conhecer.*

Da nobreza e do amor altaneiro
A cidade ativa nasceu...
Pelo voto do jovem guerreiro
Que o céu com prazer acolheu.

Sousa Preza uma vez algemado
A Tapuia se compadeceu
Com olhar muito apaixonado,
Libertou-o e com ele correu.

Tu Milagres, terra tão querida.
Tens valor para o meu Cariri.
Pela virgem tu és protegida
Quem te viu, tem saudade de ti.

Berço de povo inteligente,
O estudo e a pesquisa abraçou.
Num impulso de orgulho ingente,
Da cultura e a semente lançou.

És cidade central do Nordeste.
És a porta do meu Cariri,



Tua terra por berço me deste.
Meu desejo é ficar por aqui.

Milagres é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Brejo Santo e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Milagres (2010) foi de 0,628, de nível médio, situando-se em 52º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,38, ficando em 99º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é o nome simplificado de Nossa Senhora dos Milagres. Por ter ocorrido, o milagre da libertação de um casal de enamorados, prisioneiros dos índios, em cumprimento à promessa, foi construída na localidade uma capela em honra de Nossa Senhora dos Milagres.

Gentílico:

milagrense.

Limites geográficos

Norte: Barro e Aurora

Leste: Barro e Mauriti

Sul: Abaiara e Brejo Santo

Oeste: Abaiara e Missão Velha

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Milagres, com **área** de 606,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 27.413 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 953,8 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a maio. A **altitude** é de 334,1 m e a **distância para a Capital** é de 482,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR- 122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-368 / CE-371 / CE-393. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (5,06%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (22,39%), solo litólico eutrófico (52,39%), solos aluviais eutróficos (0,57%) e vertissolo (19,60). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens o rio Jenipapeiro e o riacho dos Porcos e como principais reservatórios o açude Nazaré, a nascente Pinga,

no sítio Oitis e a barragem Guela, no sítio Malhada. Com relação ao **relevo**, destacam-se a Chapada do Araripe e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

Segundo narrativa tida como lenda, alguns imigrantes brancos se instalaram, no século XVIII, às margens do Riacho dos Porcos, num sítio denominado Pilar, tendo um senhor de nome Sousa Presa e alguns companheiros sido vítimas de emboscada e antropofagia por parte de índios tapuias, exceto Sousa Presa, que foi poupado, para outra oportunidade, por estar muito magro, ficando amarrado, aos cuidados de uma índia, enquanto os indígenas se ausentavam para uma caçada. Comunicando-se com ela por sinais, Sousa Presa, jovem e elegante, conseguiu convencer a índia a libertá-lo e a fugir com ele. Segundo o historiador Antônio Bezerra, Sousa Presa, nos momentos de angústia e desespero, teria feito uma promessa de construir uma igreja em honra de Nossa Senhora dos Milagres, se conseguisse escapar. Segundo essa versão, teria cumprido a promessa anos depois, em 1760. Mas o próprio Antônio Bezerra, com base em documentos de Sá de Olinda, relativos a igrejas e capelas, contesta a primeira versão, acreditando que a Igreja de Nossa Senhora dos Milagres foi erigida em 1735 pelo Capitão Bento Correia de Lima, tendo sido feita a doação de dez braças de terras e uma casa de morada para o capelão, por seus filhos Sebastião Bento Correia de Lima e José Correia de Lima, por escritura de 16 de agosto de 1746. Com a criação da freguesia do Cariri por provisão de 28 de janeiro de 1748, separada do Curato de Icó, a igreja de Nossa Senhora dos Milagres passou a ser sua matriz, tendo como cura o Padre Bernardo Luiz da Cunha. Por provisão de 8 de fevereiro de 1748, o visitador Manuel Machado Freire condenou os habitantes do Riacho dos Porcos, a reedificar de pedra, no Sítio Pilar, a capela de Nossa Senhora dos Milagres, que havia sido feita inicialmente de barro e estava muito deteriorada. A igreja passou a ser matriz de Santo Antônio dos Cariris Novos, tendo como cura o padre Gonçalo Coelho de Lemos.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Milagres, por resolução régia de 01-04-1813, e ato provincial de 18-03-1842, subordinado ao município

de Crato. Elevado à categoria de vila com a denominação de Milagres, pela lei provincial nº 374, de 17-08-1846, desmembrada de Crato, tendo como sede o núcleo de Milagres. Por ato provincial de 27-03-1873, é criado o distrito de São Pedro e anexado à vila de Milagres. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Milagres, pelo decreto estadual nº 31, de 25-07-1890. Pela lei nº 257, de 20-09-1895, o município de Milagres adquiriu a extinta vila de Mauriti, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 4 distritos: Milagres (sede), Cuncas, São Pedro e Mauriti. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município é constituído de 5 distritos: Milagres (sede), Cuncas, Mauriti, Santa Cruz e São Pedro. Pela lei estadual nº 2.211, de 28-10-1924, o distrito de Mauriti é desmembrado do município de Milagres, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 2.634, de 06-10-1928, Mauriti que havia sido rebaixado à condição de simples distrito, é elevado novamente à categoria de município. Depois de retornar mais uma vez à condição de distrito, Mauriti é desmembrado do município de Milagres, juntamente com o distrito de Santa Cruz, pela lei estadual nº 1.156, de 04-12-1933, para formar o novo município de Mauriti, tendo a mesma lei criado o distrito de Rosário e anexado ao município de Milagres. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Milagres (sede), Cuncas, Rosário e São Pedro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936. Pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1937, é criado o distrito de Barro e anexado ao município de Milagres. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 5 distritos: Milagres (sede), Barro, Cuncas, Rosário e São Pedro. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de São Pedro passou a denominar-se Pedro Segundo e o distrito de Rosário, Podimirim. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Milagres (sede), Barro, Cuncas, Pedro Segundo e Podimirim. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Pedro Segundo passou a denominar-se Abaiara. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 5 distritos: Milagres (sede), Abaiara, Barro, Cuncas e Podimirim. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, os distritos de Barra e Cuncas são desmembrados do município de Milagres, para formar o novo município de

Barro. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Milagres (sede), Abaiara e Podimirim. Pela lei estadual nº 3.921, de 25-11-1957, o distrito de Abaiara é desmembrado do município de Milagres, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Milagres (sede) e Podimirim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos de Milagres são: Milagres (sede) e Podimirim.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, em que se destacam as culturas de feijão, milho, mandioca, arroz, a monocultura do algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, para fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração de placas de rocha para utilização em fachadas, revestimentos e pisos; e o turismo, tendo como principais atrações a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Milagres; o Parque de Eventos do Município, conhecido como Parque da Festa; e o Riacho dos Porcos, onde nasceu a cidade.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Carnaval (fevereiro/março); a Paixão de Cristo (sexta-feira santa); o Festival de Quadrilhas (junho); a festa de Nossa Senhora dos Milagres (6 a 15 de agosto); a Festa de Emancipação Política do Município (17 de agosto); a Vaquejada (agosto) e o Natal de Luz (dezembro).

Principais Personalidades

Cel. Raimundo Alves Pereira, primeiro prefeito de Milagres, nomeado durante a República Velha, de 1916 a 1925. Voltou a ocupar a prefeitura de Milagres, eleito para a legislatura de 1936 a 1940.

Cícero Leite Dantas foi o primeiro prefeito eleito de Milagres, no período de 1926 a 1930.

Francisco Leite de Oliveira ou **Chico Leite** (Milagres, 11 de julho de 1964), jurista, professor do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF e da Escola Superior do Ministério Público, foi procurador de justiça. Exerceu mandato de deputado distrital, na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Manuel Clodoaldo Linhares (Milagres, 29 de março de 1865 – Vitória, 11 de janeiro de 1936) foi bacharel em Direito, magistrado, jornalista e político brasileiro. No Estado do Espírito Santo, foi promotor de justiça, procurador fiscal e deputado estadual. Assumiu interinamente, em 1935, a Secretaria do Interior e Justiça do Espírito Santo.

Padre Misael Gomes da Silva (Milagres, 21 de setembro de 1885 – Fortaleza, 20 de agosto de 1984) foi capelão da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e um dos fundadores do Colégio Cearense. Professor do Liceu e da Escola Preparatória de Fortaleza e escritor. Foi capelão das Forças Armadas, logo depois de fundar a Igreja de São Gerardo em 1925. Foi diretor do Colégio Castelo Branco. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Tomé Cabral Santos (Milagres, 7 de julho de 1907 – Crato, 15 de junho de 1988), dicionarista, escritor e filatelista, funcionário do Banco do Brasil, da Superintendência da Moeda e do Crédito e do Banco do Estado do Ceará. Autodidata e pesquisador da cultura popular local e regional, foi autor de literatura de cordel. Membro do Instituto Cultural do Cariri, da Academia Piracicabana de Letras e de entidades ligadas à literatura filatélica brasileira.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Milagres 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Milagres – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Milhã

Hino de Milhã

(Letra por Maria de Fátima Pinheiro Parente
e melodia por Maestro José Cordeiro de Araújo)

Milhã, por teus filhos és amada
De ti sentem orgulho, és terra de amor
No áureo de tua vida gloriosa e altaneira
Ressoa o clarim de um novo esplendor.

És tida ó terra por todos que a conhecem
Como berço de paz e de boa acolhida
A força, o trabalho, a fé, a coragem
És símbolo de progresso, ó terra querida.

Lutar por tua grandeza é lema de todos
Tua calma singela o teu povo seduz
De homens bons e lutadores incansável
És viril e majestosa, és terra de luz.

Teus filhos ausentes de ti sentem saudades
E querem te ver crescendo em valor
No peito corre a chama ardente
Da luta, da fé, da esperança e do amor.

Milhã é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Milhã (2010) foi de 0,626, de nível médio, situando-se em 56º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 14,04, ficando em 169º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra milhã tem origem em espécie de gramínea existente na região.

Gentílico:

milhaense.



Limites geográficos

Norte: Quixeramobim e Banabuiú

Leste: Solonópole

Sul: Deputado Irapuã Pinheiro e Solonópole

Oeste: Quixeramobim e Senador Pompeu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Milhã, com **área** de 502,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.129 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 868,7 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 215 m e a **distância para a Capital** é de 291,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-226 / CE-060 / CE-166 / CE-253 / CE-266 / CE-566. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (3,74%), bruno não cálcico (44,21%), planossolo solódico e não solódico (1,42%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (2,95%), regossolo eutrófico (0,07%), solo litólico distrófico (1,85%), solo litólico eutrófico (29,82%) e solos aluviais eutróficos (15,93%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Banabuiú e do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Valentim, das Traíras, do Capitão, Riacho do Meio e do Jenipapeiro, sendo os principais reservatórios o açude Novo e os açudes Jatobá e Monte Sombrio, que abastecem a sede municipal, atendendo a 93% da população. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese Histórica

O lugarejo que deu origem ao município de Milhã teve sua história iniciada no Sítio Conceição, na segunda metade do século XIX, em torno do qual se formou o povoado de Conceição, vinculado ao município de Cachoeira, do qual foi desmembrado no ano de 1887, quando foi elevado à categoria de vila, situada à margem direita do rio denominado Capitão-Mor, cuja população era constituída por pequenos agricultores, comerciantes e criadores de bovinos e outras espécies de animais. Nos primeiros anos do século XX, o povoado aparece com a denominação Milhã, subordina-

do à vila de Cachoeira. Em 1935, Milhã se torna distrito do município de Cachoeira. Em 1983, foi apresentado projeto, na Assembleia Legislativa do Ceará, para emancipação política do distrito de Milhã. Em plebiscito realizado em 22 de janeiro de 1984, a maioria da população foi favorável à emancipação política do distrito, sendo aprovada a elevação à categoria de município, pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Milhã, antes povoado de Milhã, pelo decreto nº 1.540, 03-05-1935, subordinado ao município de Cachoeira. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Milhã figura no município de Cachoeira. Pelo decreto nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Cachoeira passou a denominar-se Solonópole. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Milhã figura no município de Solonópole, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 4.448, de 03-01-1959, desmembrado de Solonópole. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Milhã (sede) e Carnaubinha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Milhã, sendo seu território anexado ao município de Solonópole como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Milhã figura como distrito de Solonópole, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação Milhã, pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985, com seus limites alterados, desmembrado de Solonópole, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Milhã e constituído de 2 distritos: Milhã (sede) e Carnaubinha, ambos desmembrados de Solonópole. Pela lei estadual 11.315, de 15-05-1987, é criado o distrito de Monte Grave e anexado ao município de Milhã. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 3 distritos: Milhã (sede), Carnaubinha e Monte Grave, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2001. Pela lei municipal nº 012, de 16-12-2002, foram criados os distritos de Baixa Verde, Barra e Ipueira, anexados ao município de Milhã. Em divisão territorial datada de 2007, o município

é constituído de 6 distritos: Milhã (sede), Baixa Verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira e Monte Grave. Os atuais distritos de Milhã são: Milhã (sede), Baixa Verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira e Monte Grave.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, mamona, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, asininos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a piscicultura consorciada intensiva e a piscicultura isolada intensiva; o artesanato de redes e bordados.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Festival de Quadrilhas, com a participação de grupos de todo o município e de cidades vizinhas, realizado em espaço próximo ao mercado público (junho); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa dos Caretas (em data próxima à Semana Santa); a Festa de Carnaval (fevereiro); e a Festa de aniversário do município (5 de fevereiro).

Principais Personalidades

Josemar Rodrigues da Silva, primeiro prefeito eleito do município de Milhã, com mandato de 1987 a 1990.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Milhã 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Milhã – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

PREFEITURA DE MILHÃ – 2015. Disponível em <http://www.milha.ce.gov.br/informa.php>

Miraíma

Hino de Miraíma

(Letra por porta popular Cândido Teixeira
e melodia por Maestro José Frota Neto)

O imigrante, espírito de aventura
Se enleia em cenário fascinante:
Para o norte, das dunas, a brancura
A sudeste as montanhas verdejantes

*Miraíma, Miraíma!
Do Tupi-Guarani a preferida.
Miraíma, Miraíma!
Berço dos bravos, terra querida.*

Anuncia o garbo grupo timoneiro
Ao cantar da inquieta seriema;
Se liberta mais um filho brasileiro
Exultante, entoando o seu poema

A direita do Aracatiaçu
Com São Pedro, orago padroeiro
Protegendo com seu santo Curu
O teu povo forte, altaneiro

Já vencestes a batalha inicial
Contra tantos elementos poderosos
Segue em frente a luz do teu fanal
Confiante nos teus filhos valorosos.

Miraíma é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Miraíma (2010) foi de 0,592, de nível baixo, situando-se em 148º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 16,20, ficando em 157º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do tupi, que significa “gente flandeira”.



Miraíma



Gentílico:

miraimense.

Limites geográficos



Norte: Amontada

Leste: Irauçuba e Itapipoca

Sul: Irauçuba e Sobral

Oeste: Santana do Acaraú e Sobral

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Miraíma, com **área** de 700 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.965 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 592,8 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 80 m e a **distância para a Capital** é de 205,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / CE-176 / CE-557. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,56%), bruno não cálcico (9,34%), planossolo solódico ta (54,10%), plintossolo eutrófico (1,04%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (19,97%), solo litólico eutrófico (3,63%), solonetz solodizado (10,37%) e solos aluviais eutróficos (0,78%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Aracatiaçu (bacia Litorânea), tendo como principais drenagens superficiais os rios Aracatiaçu e Missi, os riachos do Sangue, Riachão, Amontada, Garrote, dos Mendes e Ipueirinhas este, na divisa do município de Santana do Acaraú, sendo os principais reservatórios os açudes São Pedro de Timbaúba, Mulungu, Cruxati, Aracatiaçu e Aracatimirim. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta.

Síntese Histórica

O povoado de São Pedro de Timbaúba permaneceu incógnito até a construção do Açude São Pedro de Timbaúba e da Estrada de Ferro de Sobral (Sobral – Fortaleza), a segunda ferrovia do Ceará, que teve início em 14 de setembro de 1878 e foi aberta ao tráfego em 31 de dezembro de 1881, no trecho compreendido entre Camocim e Sobral, mantendo uma

estação ferroviária em sua sede. O povoado, denominado inicialmente São Pedro da Timbaúba, somente foi elevado à categoria de distrito, vinculado ao município de Itapipoca, em 1920.

Formação administrativa:

O povoado de São Pedro da Timbaúba foi elevado à categoria de distrito por lei estadual de 1920. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, figura o distrito de São Pedro da Timbaúba no município de Itapipoca. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Itapipoca o distrito com a denominação de Timbaúba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Timbaúba passou a denominar-se Miraíma. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Miraíma continua no município de Itapipoca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Miraíma pela lei estadual nº 6.447, de 29-07-1963, desmembrado de Itapipoca, com sede no antigo distrito de Miraíma, constituído de 2 distritos: Miraíma (sede) e Juremal, criado por essa mesma lei. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Miraíma e Juremal. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Miraíma, sendo seu território anexado ao município de Itapipoca, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Miraíma figura como distrito do município de Itapipoca, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Miraíma, pela lei estadual nº 11.437, de 12-05-1988, desmembrado de Itapipoca, tendo como sede o antigo distrito de Miraíma, instalado em 01-01-1989, constituído de 2 distritos: Miraíma (sede) e Brotas. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Miraíma (sede) e Brotas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003. Pela lei nº 169, de 21-12-2001, é criado o distrito de Poço da Onça e anexado ao município de Miraíma. Pela lei nº 169, de 21-12-2001, é criado o distrito de Riachão e anexado ao município de Miraíma. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 4 distritos: Miraíma (sede), Brotas, Poço da Onça e Riachão. Pela lei

municipal nº 495, de 16-12-2014 é criado o distrito de Bom Jesus e anexado ao município de Miraíma. Pela lei municipal nº 498, de 16-12-2014, é criado o distrito de Juremal e anexado ao município de Miraíma. Os atuais distritos do município são: Miraíma (sede), Bom Jesus, Brotas, Juremal, Poço da Onça e Riachão.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, além de monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos e suínos; o extrativismo vegetal, para a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além das atividades com a utilização da oiticica e da carnaúba, como matérias-primas; a mineração, com extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e placas para fachadas.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais de Miraíma são: a Festa do Aniversário do município (12 de maio); a Festa do Padroeiro São Pedro (29 de junho); o Carnaval (fevereiro); o Réveillon (31 de dezembro); as Festas Juninas (junho).

Principais Personalidades

Antônio Anastácio Pereira Cardoso foi o primeiro prefeito eleito do município de Miraíma, nas eleições gerais de 15 de novembro de 1988, com mandato de 1989-1992.

Francisco Braga Teixeira foi um dos líderes da emancipação política do município de Miraíma.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Miraíma 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Miraíma – outubro/98

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – Ata Geral de Apuração – 1988.

Missão Velha

Hino de Missão Velha

(Letra e melodia
por Raimundo Gilvan Duarte)

Entre tantas formosas, se ergue
Nossa terra, colosso de luz
Antevendo um futuro brilhante
A teus filhos, que bem te conduzem
Cenário imenso, vibrante de lutas
Do talento febril do teu povo,
Que se esparge de todos os limites,
Mãozinha e Araripé, grandeza e amor.

Missão Velha, Missão Velha!
Envergas teu valor.
Tu és bela, és Missão Velha!
Presente que o Cariri ganhou.

A riqueza abundante que encerras,
Verdejantes os teus campos atestam,
Na brancura do gesso e do algodão
Participamos da grandeza da nação.
A cachoeira murmurante e mimosa,
Potencial de riqueza também,
Até parece que são graças plenas,
Do padroeiro que a terra tem.

Missão Velha, Missão Velha!...

Missão antiga dos índios Cariris
Teu nobre povo, se orgulha em te servir
No teu solo cearense coleando,



Missão Velha

Rio Salgado, gentil fertilizando,
Portão imenso do grande Cariri,
Berço de glória e antigas tradições,
Tu serás uma terra bendita,
Torrão querido do meu Brasil.

Missão Velha, Missão Velha!...

Missão Velha é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Missão Velha (2010) foi de 0,622, de nível médio, situando-se em 65º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 27,83, ficando em 53º lugar no Ceará.

Toponímia:

missão velha é a designação da área onde se localizava a missão dos padres Capuchinhos.

Gentílico:

missãovelhense.

Limites geográficos

Norte: Aurora, Caririaçu e Juazeiro do Norte

Leste: Brejo Santo, Abaiara, Milagres e Aurora

Sul: Barbalha, Jardim, Porteiras e Brejo Santo

Oeste: Juazeiro do Norte e Barbalha

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Missão Velha, com **área** de 645,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 35.566 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.332,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 361 m e a **distância para a Capital** é de 508,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-293 / CE-368 / CE-371 / CE-393. O **solo** é constituído de latossolo amarelo distrófico (19,30%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (46,02%), solo Gley Pouco Húmico (1,02%), solo litólico eutrófico (19,14%), solo litólico eutrófico e distrófico (3,87%), solos aluviais eu-

tróficos (10,50%) e vertissolo (0,15%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais o rio Salamanca e os riachos Batateira, Lameirão, dos Porcos, Seco, Missão, da Vargem, Santana e do Jenipapeiro de Cima, sem açudes de grande porte. Com relação ao **relevo**, predominam a Chapada do Araripe e as Depressões Sertanejas. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), floresta subcaducifólia tropical xeromorfa (cerradão) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

As terras, atualmente ocupadas pelo município de Missão Velha, eram, nos últimos anos do século XVII, povoadas pelos índios kariri. Desejando catequisar os indígenas e fazer a pacificação com os imigrantes portugueses, os jesuítas fizeram o seu aldeamento, criando missões, no Sítio Cachoeira. Em 1707, vindo da Bahia, João Correia Arnaud iniciou a colonização dessa região. A criação do curato e a construção da capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz ocorreu em 1748. Posteriormente, em 3 de maio de 1760, foi autorizada pelo bispo de Olinda a edificação da Matriz de São José, passando o curato a denominar-se São José de Missão Velha do Cariri. Depois de tentativa frustrada de mineração de ouro na região, os habitantes do povoado passaram a explorar a atividade agrícola, em razão da grande fertilidade do solo e da abundância de água, com fontes e rios que favoreciam a produção de frutas, tendo esse fator influído para o crescimento do contingente populacional do lugar. A denominação do povoado, e depois, do município, se deve ao fato de os jesuítas terem fundado uma nova missão, ficando a antiga com o nome de Missão Velha.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Missão Velha, por lei provincial de 28-01-1748 e ato provincial de 18-03-1748, vinculado ao município de Barbalha. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Missão Velha, pela lei provincial nº 1.120, de 08-11-1864, desmembrada de Barbalha, tendo como sede o núcleo de Missão Velha. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 3 distritos: Missão

Velha (sede), Goianinha e Missão Nova. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Missão Velha, pelo decreto nº 262, de 28-07-1931. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, foi criado o distrito Riacho dos Porcos e anexado ao município de Missão Velha. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Missão Velha (sede), Goianinha, Missão Nova e Riacho dos Porcos, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 448, 20-12-1938, o distrito de Riacho dos Porcos passou a denominar-se Quimami. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Missão Velha é constituído de 4 distritos: Missão Velha (sede), Goianinha, Missão Nova e Quimami. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Goianinha passou a denominar-se Jamararu. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Missão Velha (sede), Jamararu, Missão Nova e Quimami. Pela lei estadual nº 1.153, de 07-01-1951, é criado o distrito de Gameleira de São Sebastião e anexado ao município de Missão Velha. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Missão Velha (sede), Gameleira de São Sebastião, Missão Nova, Jamararu e Quimami, assim permanecendo em divisão territorial de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 5.983, de 26-07-1962, os distritos de Jamararu e Gameleira de São Sebastião são desmembrados do município de Missão Velha, para formar o novo município de Jamararu. Pela lei estadual nº 6.831, de 05-12-1963, o distrito de Missão Nova é desmembrado do município de Missão Velha, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Missão Velha (sede) e Quimami. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Missão Velha adquiriu os extintos municípios de Gameleira de São Sebastião, Jamararu e Missão Nova, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Missão Velha (sede), Gameleira de São Sebastião, Jamararu, Missão Nova e Quimami, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 08, de 02-12-1992, é criado o distrito de Aleixo e anexado ao município de Missão Velha. Em divisão territorial datada de 01-06-1955, o município é constituído de 6 distritos: Missão Velha, Aleixo, Gameleira de São Sebastião, Jamararu, Missão Nova e Qui-

mami, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. Em divisão administrativa datada de 2003, o município é constituído de 4 distritos: Missão Velha (sede), Jamararu, Missão Nova e Quimami, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Missão Velha (sede), Jamararu, Missão Nova e Quimami.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, destacando-se as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca, arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, abacaxi, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com extração de madeiras diversas para lenha, fabricação de carvão vegetal e construção de cercas e para atividades tendo como matérias-primas a oiticica, o babaçu e a carnaúba; o artesanato de bordados e redes; a fabricação artesanal de cachaça e rapadura; o turismo, tendo como principais atrativos a Cachoeira de Missão Velha e sua Casa de Pedra; os antigos Casarios, com arquitetura original, no centro e na zona rural; a Casa Izaías Arruda, da época do cangaço; a Capela de Santo Antônio, no distrito de Missão Nova; a Floresta Petrificada do Cariri, com um tesouro paleontológico de valor incalculável; a Praça Nossa Senhora de Fátima; a Igreja Matriz de São José; o Parque de Eventos Pinheirão; a Fundação de Antônio Linard; a Casa de Padre Cícero, construída por Floro Bartolomeu em 1908, no Sítio Cachoeira; a Estação de Trem, construída em 1925 e outros importantes lugares históricos de Missão Velha.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São José (19 de março); a Coroação de Nossa Senhora (31 de maio); o Festival de Quadrilhas Juninas (junho); o Festival Regional de Música Popular (novembro); a Vaquejada (primeiro fim de semana de julho) e o Dia do Município (11 de julho).

Principais Personalidades

Coronel Izaías Arruda (Missão Velha, 1900 – Missão Velha, 8 de agosto de 1928) foi o primeiro prefeito constitucional do município de Missão Velha. Construiu um casarão que continua bem preservado, sendo

ponto turístico do município, em cujo porão abrigava cangaceiros e seus armamentos.

João França Alves (Missão Velha, 8 de outubro de 1939), empresário da construção civil em Roraima, onde se elegeu suplente de senador em 1990, tendo assumido o mandato logo nos primeiros meses da legislatura, com a morte do titular.

Manuel Messias Holanda da Silva (Missão Velha, 12 de janeiro de 1942 – Fortaleza, 26 de março de 2018) foi cantor e compositor de forró, tendo obtido grande sucesso nos anos de 1960 e 1970.

Padre Gonçalo Coelho de Lemos, primeiro vigário da paróquia de Nossa Senhora da Luz, copadroeira de Missão Velha, até a construção da Igreja Matriz de São José, que passou a ser o padroeiro da cidade.

Stênio Dantas de Araújo (Missão Velha, 09 de novembro de 1929), bacharel em Direito, foi secretário-adjunto da Secretaria da Fazenda do Ceará e deputado estadual em três legislaturas. Renunciou ao mandato para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Ceará, do qual foi presidente por quatro vezes.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Missão Velha 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Missão Velha – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Mombaça



Hino de Mombaça

(Letra e melodia
por José Lemos de Carvalho – Dezinho Lemos)

Mombaça cada dia que passa
Mais a gente honra teu nome
Foste terra de Maria Pereira
De gente hospitaleira
E políticos de renome

Foste terra de Maria Pereira
De gente hospitaleira
E políticos de renome

Mombaça a cada dia que passa
Mais a gente honra teu nome
Foste terra de Maria Pereira
De gente hospitaleira
E políticos de renome

Foste terra de Maria Pereira
De gente hospitaleira
E políticos de renome

Mombaça o povo desta terra
Sente-se feliz, feliz
De ser o orgulho desta gente
E deste imenso país

Mombaça o nosso berço infantil
Tu és um pedaço deste nosso Brasil
Mombaça o nosso berço infantil
Tu és um pedaço deste nosso Brasil

Mombaça é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Mombaça (2010) foi de 0,582, de nível baixo, situando-se em 163º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,35, ficando em 146º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Mombaça provém da denominação de cidade queniana, na África, capital da província da Costa, localizada na costa do Oceano Índico, a segunda maior cidade do país.

Gentílico:

mombacense.

Limites geográficos

Norte: Senador Pompeu e Pedra Branca

Leste: Piquet Carneiro e Senador Pompeu

Sul: Tauá, Arneiroz, Catarina, Acopiara e Piquet Carneiro

Oeste: Pedra Branca e Tauá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Mombaça, com **área** de 2.119,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 43.917 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 681,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 245,84 m e a **distância para a Capital** é de 300,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-226 / CE-060 / CE-253 / CE-266 / CE-566. O **solo** é constituído de brunizem avermelhado (15,60%), bruno não cálcico (6,91%), latossolo vermelho escuro eutrófico (0,54%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (31,64%), solo litólico eutrófico (44,92%) e solos aluviais eutróficos (0,38%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens o rio Banabuiú e os riachos Cangati, Catolé, Cacundé, João Alves, Serrote Preto, Capitão Mor, Curió e das Flores, sendo os principais reservatórios os açudes Serafim Dias e Boa Vista. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

A história do município de Mombaça se inicia com a expedição, pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, da carta de sesmaria, em 12 de outubro de 1706, em favor de Maria Pereira da Silva, João de Barros Braga e Serafim Dias, concedendo-lhes 3 léguas de terra à margem do rio Banabuiú. Os três, considerados os fundadores do lugar, se instalaram nessa localidade, para criação de gado, na fazenda Maria Pereira, no sítio João de Barros e no sítio Serafim Dias, respectivamente. A fazenda de Maria Pereira prosperou, formando-se em seu entorno um pequeno povoado, que ficou conhecido com a denominação de “Maria Pereira”. Em 1782, Antônio de Lemos de Almeida e sua mulher Eugênia Gonçalves de Carvalho requereram, por intermédio do sargento-mor Pedro de Abreu Pereira, a Dom Tomaz da Encarnação Costa, bispo de Pernambuco, autorização para edificação e benção da Capela de Nossa Senhora da Glória, no povoado de Maria Pereira, fazendo a doação de meia légua de terra para o patrimônio da capela, nas margens do riacho Aba-da-Serra, e mais 29 vacas e um touro, enquanto a senhora Tereza de Sousa fez doação, para o mesmo patrimônio, de cem braças de terra mais cem palmos. A freguesia foi criada por decreto de 6 de setembro de 1832, sendo seu primeiro vigário o Padre José Galdino Ferreira, desmembrada da freguesia de Quixeramobim.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Maria Pereira, pelo decreto de 06-09-1832 e ato provincial de 18-03-1842, subordinado ao município de Quixeramobim. Elevado à categoria de vila com a denominação de Maria Pereira, pela lei provincial nº 555, de 27-11-1851, desmembrada do município de Quixeramobim, tendo como sede o núcleo de Maria Pereira. Pelo decreto estadual nº 69 de 09-07-1892, a vila de Maria Pereira passou a denominar-se Benjamim Constant. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Benjamim Constant é constituída do distrito sede. Pela lei estadual nº 1.565, de 21-09-1918, a vila de Benjamim Constant volta a denominar-se Maria Pereira. Elevada à condição de cidade, com a denominação Maria Pereira, pela lei estadual nº 2.256, de 19-08-1925. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município de Maria Pereira foi extinto, sendo seu território anexado ao município de

Senador Pompeu, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Maria Pereira, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Senador Pompeu, tendo como sede o antigo distrito de Maria Pereira, figurando com 4 distritos: Maria Pereira (sede), Catolé, Marruás (desmembrado do município de Tauá) e Mosquito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Maria Pereira, Catolé, Marruás e Mosquito. Pelo decreto 1.404, de 12-12-1934, o distrito de Marruás passou a denominar-se Carnaúbas, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, constando o município com 4 distritos: Maria Pereira (sede), Carnaúbas, Catolé e Mosquito. Pelo decreto-lei nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Mosquito foi extinto, sendo seu território anexado, uma parte ao distrito de Catolé, e outra ao distrito de Carnaúbas, ambos do município de Maria Pereira. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Maria Pereira (sede), Carnaúbas e Catolé. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Maria Pereira passou a denominar-se Mombaça. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Mombaça (sede), Carnaúbas e Catolé. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Boa Vista e anexado ao município de Mombaça. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Mombaça (sede), Boa Vista, Carnaúbas e Catolé, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.950, de 19-12-1953, o distrito de Boa Vista é desmembrado do município de Mombaça, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.966, de 19-12-1963, os distritos de Carnaúbas e Catolé são desmembrados do município de Mombaça, sendo ambos elevados à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.933, de 18-12-1963, são criados os distritos de Cangati, São Gonçalo do Umari e São Vicente e anexados ao município de Mombaça. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Mombaça (sede), Cangati, São Gonçalo do Umari e São Vicente. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Mombaça adquiriu os extintos municípios de Boa Vista, Catolé e Carnaúbas, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é cons-

tituído de 7 distritos: Mombaça (sede) Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, São Gonçalo do Umari e São Vicente, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 245, de 28-10-1989, é criado o distrito de Manoel Correia e anexado ao município de Mombaça. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 8 distritos: Mombaça (sede), Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, Manoel Correia, São Gonçalo do Umari e São Vicente, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. Pela lei municipal nº 380, de 16-05-1998, é criado o distrito de Açudinho dos Costas e anexado ao município de Mombaça. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 9 distritos: Mombaça (sede), Açudinho dos Costas, Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, Manoel Correia, São Gonçalo do Umari e São Vicente, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 398, de 11-09-1999, é criado o distrito de Cipó e anexado ao município de Mombaça. No censo agropecuário de 2006 e Contagem da População de 2007, o município é constituído de 10 distritos: Mombaça (sede), Açudinho dos Costas, Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, Cipó, Manoel Correia, São Gonçalo do Umari e São Vicente. A lei municipal nº 476, de 13-03-2004, criou o distrito de Nova União e anexou ao município de Mombaça. Pela lei nº 763, de 16-06-2014, foi alterada a denominação do distrito de São Gonçalo do Umari para distrito de Morada Nova. Os atuais distritos do município são: Mombaça (sede), Nova União, Açudinho dos Costas, Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, Cipó, Cacimbas, Manoel Correia, Morada Nova e São Vicente.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, para a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades tendo a oiticica e a carnaúba como matérias-primas; o artesanato de redes e bordados; a pesca artesanal em açudes, rios e córregos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: Mombaça Arrasta Pé (junho), o Aniversário do município (27 de novembro), a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Glória (15 de agosto), o Desfile da Independência (7 de setembro); o Réveillon de Mombaça (31 de dezembro).

Principais Personalidades

Antônio Paes de Andrade (Mombaça, 18 de maio de 1927 – Brasília, 17 de junho de 2015), advogado e escritor, foi deputado estadual em três legislaturas e deputado federal em oito períodos legislativos. Presidente da Câmara dos Deputados (1989 a 1991), assumiu interinamente a Presidência da República por 12 vezes. Exerceu as funções de secretário de Interior e Justiça, secretário da Fazenda, secretário de Educação e Saúde e secretário de Agricultura do Ceará. Foi Embaixador do Brasil em Portugal.

Dagmar Aderaldo de Araújo Chaves (Benjamin Constant – atual Mombaça, 15 de julho de 1908 – Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2002), médico, professor, orador, conferencista, escritor, publicista e biógrafo. Membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Carioca de Letras.

Francisco Alves de Andrade e Castro (Mombaça, 21 de novembro de 1913 – Fortaleza, 6 de outubro de 2001), engenheiro agrônomo, professor, escritor e bacharel em Direito, foi fazendeiro e ruralista. Professor catedrático da Escola de Agronomia do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Francisco Castelo de Castro (Mombaça, 22 de setembro de 1922 – Fortaleza, 10 de agosto de 1990), advogado e político, foi prefeito nomeado de Mombaça em 1944, sendo eleito para esse cargo, em eleição direta, em 1958. Deputado estadual do Ceará em seis legislaturas, foi secretário do Trabalho e Ação Social e vice-governador do Ceará.

José Aderaldo Castelo (Mombaça, 2 de outubro de 1921 – 9 de dezembro de 2011) foi escritor, professor universitário e pesquisador, estudioso da literatura brasileira, dedicando-se de modo especial ao estudo

do período colonial, do modernismo e do romance do nordeste. Dirigiu o Instituto de Estudos Brasileiros de São Paulo. Foi membro do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo.

José Lemos de Carvalho ou **Dezinho Lemos** (Mombaça, 3 de junho de 1929 – Fortaleza, 3 de maio de 2015) foi agricultor até os 25 anos. Exerceu cargo público durante 35 anos. Aos 37 anos fez o Exame de Admissão ao Ginásio e concluiu a Faculdade de Comunicação Social da UFC, aos 60 anos incompletos. Alfabetizou-se lendo versos de cordel e se tornou poeta. Compôs o hino do Município de Mombaça. Fundou a Academia Municipalista de Letras do Ceará, atual Academia Metropolitana de Letras de Fortaleza - AMLEF.

Leonardo Ferreira Marques (Mombaça, 8 de agosto de 1817 – Fortaleza, 9 de junho de 1894) foi agraciado por D. Luís I, Rei de Portugal, com o título de Barão de São Leonardo. Membro da Guarda Nacional, participou da Balaiada, com a patente de capitão. Foi presidente da província do Amazonas, de 24-08 a 26-11-1868.

Padre José Galdino Ferreira, primeiro vigário da freguesia de Maria Pereira, atual município de Mombaça.

Plácido Aderaldo Castelo (Mombaça, 11 de janeiro de 1906 – Fortaleza, 17 de junho de 1979), advogado, jornalista e escritor, foi deputado constituinte no Ceará em 1935. Deputado estadual em quatro períodos legislativos. Foi secretário da Agricultura e Obras Públicas e da Fazenda do Ceará. Fundou e foi presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará – IPEC. Foi Prefeito de Fortaleza e Governador do Ceará. Ocupou os cargos de promotor público, ministro do Tribunal de Contas do Ceará e professor da UFC. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Silvero Pereira (Mombaça, 20 de junho de 1982), formado em artes cênicas pelo Instituto Federal do Ceará, ator, autor e diretor, no teatro, no cinema e na televisão.

FONTES:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Mombaça 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Mombaça – outubro/98

ANUÁRIO DO CEARÁ, Waldery Uchoa, 1960-1961.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

REIS, Fernando Baldy dos. MERCADANTE, Marcelo Tomanik. 75 Anos da SBOT: registro histórico. Rio de Janeiro, 2010.

Monsenhor Tabosa

Hino de Monsenhor Tabosa

(Letra e melodia
por Laércio Rodrigues)

Monsenhor Tabosa, a nossa meta é enaltecer,
O teu progresso e o nosso lema é crescer, crescer;
Num caminhar de paz, gente que luta e faz,
A nossa meta é fazer sempre mais e mais. (bis)

Tua bandeira irradia um sol de luz e amor,
Energizando nossas mentes com seu esplendor;
Avante taboense, avante taboense,
Valorizemos nosso solo cearense. (bis)

Saudosa Telha que abriga nossa gente,
As tuas lendas nos tornaram tão decentes;
Salve Monsenhor Tabosa, bela terra vistosa,
Serra das matas de paisagens tão formosas. (bis)

Um povo unido fará jus a sua história,
Monsenhor Tabosa cantará as suas glórias;
Com garra e ufanía, amor e harmonia,
Trabalharemos com fervor e alegria. (bis)

Pico mais alto do estado está em nossas serras,
O Acaraú forma seu curso pelas nossas terras;
Salve Monsenhor Tabosa, bela terra vistosa,
Serra das matas de paisagens tão formosas. (bis)

Somos de fé e temos Deus em nossos corações,
Cada fiel louvando a terra em suas orações;
Um batalhão de paz, gente que luta e traz,
Dentro do peito grandiosos ideais. (bis)

Monsenhor Tabosa

Monsenhor Tabosa é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertões de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Monsenhor Tabosa (2010) foi de 0,610, de nível médio, situando-se em 98º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,21, ficando em 134º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Monsenhor Tabosa é uma homenagem ao monsenhor Antônio Tabosa Braga, sacerdote católico e jornalista, um dos fundadores do leprosário de Canafistula (atual Centro de Convivência Antônio Diogo) e da União de Moços Católicos de Fortaleza e que foi vigário-geral da Arquidiocese de Fortaleza.

Gentílico:

taboense.

Limites geográficos

Norte: Boa Viagem, Santa Quitéria e Catunda

Leste: Boa Viagem e Santa Quitéria

Sul: Tamboril, Independência e Boa Viagem

Oeste: Catunda e Tamboril

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Monsenhor Tabosa, com **área** de 886,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 17.264 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 539,8 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 675 m e a **distância para a Capital** é de 311,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257 / CE-265 / CE-467. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (16,21%), planossolo solódico ta (8,34%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (48,58%) e solo litólico eutrófico (26,86%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Banabuiú e Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais os rios Quixeramobim e Acaraú e os riachos João Lopes e São Felix, este na divisa do município de Tamboril, sendo os principais reservatórios os açudes da Barra (que represa o rio

Quixeramobim), Baixa Fria e Monsenhor Tabosa. Com relação ao **relevo**, o principal acidente geográfico de Monsenhor Tabosa é a Serra das Matas, com área de aproximadamente 195,4 km², mas predominam os maciços residuais e as depressões sertanejas; na área do município se encontra o pico mais alto do Estado do Ceará, com 1.154,56 metros, segundo o IBGE. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical fluvial (mata seca).

Síntese Histórica

As origens do município de Monsenhor Tabosa remontam ao século XIX, quando Teodoro de Melo e seus escravos, conhecidos como Pretos Teles, ocuparam essas terras e iniciaram a criação de gado na Fazenda Forquilha. Tempos depois, duas léguas de terras dessa propriedade foram vendidas para os irmãos Veríssimo e Inácio Gomes, que doaram 100 braças de terras para o patrimônio de capela em honra de São Sebastião. Durante as escavações para a edificação do templo, em 1868, a cargo do Padre José Antônio de Carvalho, foram encontrados restos de uma olaria de telhas, passando a povoação, por essa razão, a ser denominada Telha. O Distrito de Paz foi criado pela lei nº 2.011, de 6 de setembro de 1882, vinculado ao município de Tamboril. Quando da extinção do município de Tamboril pelo decreto-lei nº 193, de 20 de maio de 1931, o então distrito de Telha foi vinculado ao município de Santa Quitéria, retornando à jurisdição de Tamboril, com a denominação de Arraial da Telha, quando da recriação de Tamboril, pelo decreto-lei nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

Formação administrativa:

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, figura no município de Tamboril o distrito já denominado de Monsenhor Tabosa, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município, com a denominação de Monsenhor Tabosa, pela lei estadual nº 1.153, de 02-11-1951, desmembrado de Tamboril, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Monsenhor Tabosa. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.898, de 16-12-1963, é criado o distrito de Nossa

Senhora do Livramento e anexado ao município de Monsenhor Tabosa. Pela lei estadual nº 7.017, de 27-12-1963, é criado o distrito de Barreiros e anexado ao município de Monsenhor Tabosa. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Monsenhor Tabosa (sede), Barreiros e Nossa Senhora do Livramento, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 2005 e 2014. Os atuais distritos do município são: Monsenhor Tabosa (sede), Barreiros e Nossa Senhora do Livramento.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, para fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e de atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rocha para cantaria, brita e usos diversos na construção civil; a indústria de transformação e os serviços industriais de utilidade pública.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário do Município (22 de novembro); a Festa do Padroeiro São Sebastião (20 de janeiro); as Festas Juninas (junho); a Festa da Independência (7 de setembro); o Chitãoense (início de julho); o Concurso Miss e Mister Monsenhor Tabosa (novembro); o Réveillon de Monsenhor Tabosa (31 de dezembro).

Principais Personalidades

Padre José Antônio de Carvalho foi o primeiro vigário da Capela e da Igreja de São Sebastião de Telha, atual Monsenhor Tabosa, responsável pela construção da capela em 1868 e da reforma e ampliação da igreja em 1884.

Rosier Alexandre Saraiva Filho (Monsenhor Tabosa, 26 de novembro de 1968) é administrador de empresas, consultor organizacional, escritor e palestrante, que se dedica ao alpinismo como hobby. Foi o primeiro

alpinista a escalar o Cartstensz (4.884m), a maior montanha da Oceania, sem auxílio de helicóptero e o primeiro montanhista do N/NE a escalar o Aconcágua (6.962m).

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Monsenhor Tabosa 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Monsenhor Tabosa – outubro/98.

Morada Nova



Hino de Morada Nova

(Letra por Francisca Carneiro de Girão Lima
e melodia por João Linhares de Lima)

Glória a ti, terra querida,
Engastada no verde esplendor,
A beleza da tua paisagem
Vive uma mensagem toda de amor.

Teu sol ardente forjou a raça
De têmpera forte, afeita ao sertão
Que vence a procela, a manga arregaça,
Garante a riqueza, plantando algodão

*Salve, salve, Morada Nova,
Cidade formosa
Que Deus abençoou;
A natureza compôs teu cenário,
Tu és relicário
De paz e amor!...*

Mocidade garbosa, sedenta de louros
Matiza de esperança, grandioso porvir;
No estudo recolhe os pomos de ouro
Semeando a cultura num eterno florir...

Por vales umbrosos, campinas verdejantes
Corre o vaqueiro, corajoso, audaz
E o Banabuiú, sinuoso, gigante...
Maravilhosa irrigação o progresso nos traz.

Morada Nova é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Morada Nova (2010) foi de 0,610, de nível médio, situando-se em 98º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,21, ficando em 134º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é proveniente da denominação da fazenda que deu origem ao município.

Gentílico:

moradanovense.

Limites geográficos

Norte: Russas, Beberibe, Cascavel e Ocara

Leste: Russas, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte

Sul: Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e São João do Jaguaribe

Oeste: Ocara, Banabuiú, Quixadá, Ibicuitinga e Ibaretama

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Morada Nova, com **área** de 2.779,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 61.590 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 569,7 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 89 m e a **distância para a Capital** é de 169,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (10,20%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (20,54%), podzólico vermelho amarelo álico (9,34%), solo litólico eutrófico (31,51%), solonetz solodizado (15,77%) e solos aluviais eutróficos (7,85%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Banabuiú, Baixo Jaguaribe e Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Banabuiú, Palhano e Pirangi, os riachos Livramento, Seco, Santa Rosa, do Corcunda, Tapuí, Aroeiras, Curral Velho, da Barbada, Palhano, do Feijão, das Flores e Carnaúba, além da lagoa da Felipa, sendo os principais reservatórios os açudes Barbada, Poço do Barro, do Retiro, das Flores, das Melancias, Alain, Curral Velho, da Ingarana, da Cipoada e do Gondim. O abastecimento da sede do município é feito por

captação direta do rio Banabuiú, que atende cerca de 92% da população urbana. Com relação ao **relevo**, destacam-se a planície ribeirinha e os tabuleiros interiores, os maciços residuais e as depressões sertanejas, sendo as principais elevações os serrotes Pedra Branca, do Calado, do Cumbe, do Olho D'Água e das Três Irmãs. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba), floresta caducifólia espinhosa e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

As terras que atualmente abrigam o município de Morada Nova foram antes habitadas pelos índios Paiacus, aldeados pelo Padre João da Costa, no Aldeamento de Nossa Senhora da Montanha, em 1699. Com as entradas-de-dentro e o início da exploração da atividade pecuária no Ceará, em época que ficou conhecida como da carne seca e do charque, se inicia um povoamento em torno do Aldeamento de Nossa Senhora das Montanhas, que mais tarde se tornaria a Fazenda Espírito Santo. A história de Morada Nova se inicia com a chegada nessa região dos irmãos Alferes José de Fontes de Almeida e Capitão Dionísio Matos de Fontes, procedentes de Pernambuco, que instalaram duas fazendas, às margens do Rio Banabuiú. Posteriormente, o Alferes José de Fontes construiu outra residência, que ficou conhecida pelos habitantes do lugar como “morada nova” - a Fazenda Morada Nova, localizada na nascente da lagoa então conhecida como Lagoa do Garrote, atual Salina, tendo na parte de trás, a Lagoa da Escondida, onde fica atualmente o Açude Velho. Os irmãos decidiram solicitar autorização do bispo de Pernambuco, Dom João da Purificação Marquez Perdigão, para construir uma capela em honra do Divino Espírito Santo. A autorização foi concedida e, após consulta pública, a capela, por decisão da maioria dos habitantes, foi construída na Fazenda Morada Nova, do Alferes José de Fontes em 1873, inaugurada pelo Padre Francisco Álvares Lima em 01 de março de 1874, em torno da qual se desenvolveu o núcleo do povoado.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Espírito Santo de Morada Nova pelo ato provincial de 18-03-1842 e pela lei provincial nº 1.561, de

09-12-1873, subordinado ao município de São Bernardo das Russas. Elevado à categoria de vila com a denominação de Espírito Santo de Morada Nova pela lei provincial nº 1.719, de 02-08-1876, desmembrado de São Bernardo de Russas, instalado em 07-01-1877, com sede no núcleo de Morada Nova. Pela lei nº 107, de 20-09-1893, a vila de Espírito Santo de Morada Nova passou a denominar-se Morada Nova. Pelo ato estadual de 12-02-1900, é criado o distrito de Livramento e anexado à vila de Morada Nova. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Morada Nova é constituída de 2 distritos: Morada Nova (sede) e Livramento. Pelo ato estadual de 12-04-1913, é criado o distrito de Boa Água e anexado à vila de Morada Nova. Nos quadros de Recenseamento Geral de 01-09-1920, a vila é constituída de 3 distritos: Morada Nova (sede), Livramento e Boa Água. Elevada à condição de cidade com a denominação de Espírito de Morada Nova pela lei nº 2.336, de 03-11-1925. Pelos decretos estaduais nº 193, de 20-05-1931 e nº 1.156, de 04-12-1933, o município de Espírito de Morada Nova passou a denominar-se Morada Nova. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município de Morada Nova aparece constituído de 4 distritos: Morada Nova (sede), Boa Água, Livramento e São José do Pirangi. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Morada Nova (sede), Boa Água, Livramento e São José do Pirangi. O decreto-lei estadual nº 448, de 20-12-1938, mudou a denominação do distrito de São José de Pirangi para Pirangi e criou o distrito de Areia Branca, vinculado ao município de Morada Nova. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 5 distritos: Morada Nova (sede), Areia Branca, Boa Água, Livramento e Pirangi. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Areia Branca passou a denominar-se Ibicuitinga, o distrito de Livramento passou a denominar-se Uiraponga e o distrito de Pirangi passou a denominar-se Aruaru. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Morada Nova (sede), Aruaru, Boa Água, Ibicuitinga e Uiraponga. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, são criados os distritos de Juazeiro de Baixo, Pedras e Roldão e anexados ao município de Morada Nova. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 8 distritos: Morada Nova (sede), Aruaru, Boa Água, Ibicuitinga, Juazeiro de Baixo, Roldão, Pedras e Uira-

ponga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. A lei estadual nº 6.388, de 03-07-1963, o distrito de Ibicuitinga é desmembrado de Morada Nova, elevado à categoria de município. A lei estadual nº 6.959, de 19-12-1963, o distrito de Uiraponga é desmembrado de Morada Nova, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Morada Nova (sede), Aruaru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Pedras e Roldão. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Morada Nova adquiriu os extintos municípios de Ibicuitinga e Uiraponga, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 8 distritos: Morada Nova (sede), Aruaru, Boa Água, Ibicuitinga, Juazeiro de Baixo, Pedras, Roldão e Uiraponga. Pela lei estadual nº 11.417, de 04-01-1988, é criado o distrito de Lagoa Grande e anexado ao município de Morada Nova. A lei estadual nº 11.436, de 11-05-1988, o distrito de Ibicuitinga é desmembrado de Morada Nova, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 8 distritos: Morada Nova (sede), Aruaru, Boa Água, Juazeiro de Baixo, Lagoa Grande, Pedras, Roldão e Uiraponga. Os atuais distritos do município são: Morada Nova (sede), Aruaru (ou São João do Aruaru), Boa Água, Juazeiro de Baixo, também conhecido como Juazeiro da Quintina, Lagoa Grande, Pedras, Roldão e Uiraponga.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com cultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, abacaxi e frutas diversas, além da produção de flores; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; a apicultura; a pesca artesanal em açudes; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de mica branca e ametista; a indústria: metalúrgica, de alimentos, de roupas, de calçados, de rações, de laticínios e de material de construção.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Divino Espírito Santo - Padroeiro do Município (Domingo de Pentecostes - maio); a Festa do Vaqueiro (junho); o Dia do Município (2 de agosto); os Festejos de Carnaval – Morada Nova Folia (fevereiro/março).

Principais Personalidades

Francisca Aurelina de Medeiros Lima (Morada Nova, 21 de maio de 1951) é médica veterinária, deputada estadual por Roraima na legislatura de 2019-2022.

Eduardo Henrique Girão (Morada Nova, 12 de abril de 1882 – Fortaleza, 25 de dezembro de 1961) foi advogado, professor, escritor e político. Lecionou na Faculdade de Direito do Ceará, de 1916 a 1952. Deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Com a renúncia do governador Moreira da Rocha, assumiu o governo do Ceará (de 19-05 a 12-07-1928). Eleito deputado federal, teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930.

Eugênio Rabelo (Morada Nova, 15 de maio de 1956), empresário do ramo de eletrodomésticos, foi prefeito de Ibicuitinga – Ceará. Elegeu-se deputado federal na legislatura de 2007 a 2010. Por alguns anos, foi presidente do Ceará Sporting Clube.

Geraldo da Silva Nobre (Morada Nova, 31 de agosto de 1924 – Fortaleza, 26 de junho de 2005), economista, escritor, historiador, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC e da Faculdade de Filosofia da UECE. Foi chefe do Serviço de Imprensa do Governo do Ceará e diretor do Arquivo Público Estadual. Fundador e primeiro presidente do Centro de Economistas do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi presidente de 04-03-1991 a 04-03-1995 e de 04-03-2001 a 04-03-2003.

Manoel Tibúrcio Cavalcanti (Morada Nova, 24 de dezembro de 1882 – Curitiba, 23 de dezembro de 1939), militar e engenheiro, foi prefeito de Fortaleza, nomeado em 19 de outubro de 1931. Secretário da Fazenda e chefe de Polícia do Ceará, foi superintendente da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Manuel de Castro Filho (Morada Nova, 1 de julho de 1912 – Fortaleza, 18 de setembro de 1995) foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa e vice-governador do Ceará, tendo assumido o Governo do Estado, de 1982 a 1983, após a renúncia do Governador Virgílio Távora.

Raimundo Girão (Morada Nova, 3 de outubro de 1900 – Fortaleza, 24 de julho de 1988), advogado, político, escritor e historiador, foi prefeito de Fortaleza. Ministro do Tribunal de Contas e secretário da Secretaria de Cultura do Ceará, a primeira criada e instalada no Brasil. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, como Livre Docente. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi presidente de honra, e da Academia Cearense de Letras, da qual foi presidente. Sócio Efetivo e Presidente de Honra da Sociedade Cearense de Geografia e História. Foi um dos fundadores e primeiro diretor da Escola de Administração do Ceará. Secretário Municipal de Urbanismo.

Valdelice Carneiro Girão (Morada Nova, 21 de fevereiro de 1926 – Fortaleza, 18 de julho de 2014), licenciada em Geografia e em História, com curso de especialização e mestrado em História do Brasil. Autora de várias obras. Foi sócia efetiva do Instituto do Ceará.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Morada Nova 2021

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Morada Nova – outubro/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

SECRETARIA DAS CIDADES – GOVERNO DO CEARÁ – Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Morada Nova – 2020

PREFEITURA DE MORADA NOVA – Disponível em <http://www.moradanova.ce.gov.br/>

Moraújo

Hino de Moraújo

(Letra por Milton Irineu de Araújo
e melodia por Maria Aparecida Freire Moreira
e Maria do Socorro Freire Oliveira)

Habitada por gente guerreira
Sem temor, com poder varonil,
Moraújo se ergue altaneira,
Um pedaço do imenso Brasil.

*Sob os céus estrelados e azuis
Mais bonito que noutros sertões,
Entre serras, rios e cascatas
Brilha o sol de intensos clarões.*

Com a força hercúlea de um povo
Cujas armas são paz e amor,
Foi criada na margem de um rio
Que lhe deu muita vida e fulgor.

Sob os céus estrelados e azuis...

Foi Pedrinhas no seu florescer
Berço nobre que nos preparou
Com a virgem mãe da Conceição
O caminho de graça e fervor.

Sob os céus estrelados e azuis...

Horizontes abertos pra vida
Brisa amena trazendo alegria,
Nova aurora surgindo radiante
E a esperança de um novo dia.

Sob os céus estrelados e azuis...
Somos hoje guerreiros valentes



Moraújo

Que lutamos com Fé e união,
Moraújo é o nosso tesouro
Sempre vivo em nosso coração.

Moraújo é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Coreaú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Moraújo (2010) foi de 0,581, de nível baixo, situando-se em 164º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,11, ficando em 118º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra resultou da fusão do nome de duas importantes famílias que dominavam a região: Moreira e Araújo.

Gentílico:

moraujense.

Limites geográficos

Norte: Uruoca

Leste: Alcântaras, Massapê e Senador Sá

Sul: Coreaú e Alcântaras

Oeste: Uruoca, Granja e Tianguá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Moraújo, com **área** de 415,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 8.833 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.809,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 67,1 m e a **distância para a Capital** é de 307,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-364. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (52,06%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (17,27%), solo litólico eutrófico (29,17%) e solo litólico eutrófico e distrófico (0,62%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Coreaú, tendo como principais drenagens o rio Coreaú e o riacho do Camarão, sendo o principal reservatório o Açude Várzea da Volta, que abastece a população urbana do município.

Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de Caatinga Arbustiva Aberta, Caatinga Arbustiva Densa e Floresta Caducifólia Espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

O município de Moraújo iniciou sua história em meados do século XIX, com a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, por iniciativa de Guilherme dos Reis, junto com outros fazendeiros e moradores da região, em torno da qual se desenvolveu o povoado, então denominado Pedrinhas, explorando a atividade pastoril. Somente no século XX, em 22 de novembro de 1951, o povoado foi elevado à categoria de distrito, pela lei estadual nº 1.153, vinculado ao município de Coreaú, mantendo o nome Pedrinhas. Em 1957, a lei estadual 3.920, de 25 de novembro de 1957, elevou o distrito de Pedrinhas à categoria de município, com a denominação de Moraújo, resultado da fusão dos nomes Moreira e Araújo, importantes famílias locais que dominavam a região.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pedrinhas, pela lei estadual nº 1.153, 22-11-1951, subordinado ao município de Coreaú. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Pedrinhas permanece no município de Coreaú. A lei estadual nº 3.920, de 25-11-1957, elevou o distrito de Pedrinhas à categoria de município, com a denominação de Moraújo, instalado em 08-01-1958, e criou o distrito de Várzea da Volta, ficando o município constituído de 2 distritos: Moraújo (sede) e Várzea da Volta. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Moraújo (sede) e Várzea da Volta, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Pela lei municipal nº 190, de 01-08-1991, é criado o distrito de Boa Esperança e anexado ao município de Moraújo. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Moraújo (sede), Boa Esperança e Várzea da Volta, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Moraújo (sede), Várzea da Volta e Boa Esperança.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultu-

ra de subsistência, com as culturas de milho, feijão, arroz e mandioca e as monoculturas de algodão, a mamona, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; e a mineração com a extração de rocha ornamental do tipo exótico (quartzito).

Manifestações Culturais

As principais manifestações culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa de Aniversário do Município (27 de novembro); a Cavalgada do Vale do Rio Coreaú, em Moraújo (31 de março); e o Carnaval Morafolia (fevereiro/março).

Principais Personalidades

Francisco Lourenço da Cunha, após a emancipação política do município em 27 de novembro de 1957, foi escolhido para exercer interinamente o cargo de prefeito, até a posse do primeiro prefeito eleito.

Raimundo Manoel de Araújo, primeiro prefeito eleito do município de Moraújo nas eleições municipais de 03-10-1958, tendo exercido o mandato de 25-03-1959 a 25-03-1962.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Moraújo 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Moraújo – outubro/98

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – Eleições 1958 - Boletim Eleitoral nº 13/59 e 14/59

Prefeitura Municipal de Moraújo – Plano Municipal de Saneamento Básico de Moraújo 2019.

Morrinhos

Hino de Morrinhos

(Letra e melodia por Maria Luzia Rocha)

Terra querida do meu coração
de crianças mil a saltitar
luta mocidade e ancião
para o teu progresso exaltar

*Marchar, marchar varonilmente
é o brado do povo a te servir
marchar, marchar para frente
e veremos o teu porvir.*

Morrinhos meu torrão amigo
berço dos meus antepassados
hospitaleira, eterna, doce, abrigo
de ideais por todos exaltados.

Uma beleza natural te encerra
morros desfilando ao teu redor
a tua origem o teu rio descreve
encena a graça do teu pôr-do-sol.

Uma crença real te conduz
num caminho de fé, de paz e amor
sob o manto da mãe de Jesus
que é o símbolo de nosso penhor.

Avante, Morrinhos, avante
pela senda do bem e do saber
avante, Morrinhos, avante
na beleza, na glória e no poder.

Morrinhos é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Litoral de Camocim e Acaraú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Morrinhos (2010) foi de 0,588, de nível baixo, situando-se em 155º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,01, ficando em 119º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo tem origem na geomorfologia local.

Gentílico:

morrinhense.

Limites geográficos

Norte: Marco

Leste: Amontada e Itarema

Sul: Santana do Acaraú e Amontada

Oeste: Marco e Senador Sá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Morrinhos, com **área** de 415,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 22.830 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 758,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 35,08 m e a **distância para a Capital** é de 213,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / BR-403 / CE-354. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (27,56%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (22,79%), planossolo solódico ta (8,63%), podzólico vermelho amarelo distrófico (20,62%), solo litólico eutrófico (5,75%), solonetz solodizado (4,06%) e solos aluviais eutróficos (10,58%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Acaraú, Coreaú e Aracatiaçu, tendo como principais drenagens o rio Acaraú, o riacho Grota Grande e as lagoas do Firme, do Pajeú, do Jirau, sendo os principais reservatórios os açudes Acaraú Mirim e Apurinã. Com relação ao **relevo**, predominam tabuleiros pré-litorâneos, planície fluvial e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

O primitivo povoado que deu origem ao município de Morrinhos era denominado Alto das Flores, em razão da densa vegetação que revestia o Morro da Boa Vista, o Morro do Cafim e o Morro do Zé Paulo, situados no seu entorno. Ali alguns imigrantes portugueses, nas ribeiras do Rio Acaraú, então conhecido como Rio das Garças, instalaram fazendas para criação de gado e para plantação de produtos agrícolas de subsistência, como milho, feijão, mandioca, algodão e outras culturas. Por volta de 1772, os fazendeiros portugueses Maria Alves Pereira, Miguel Francisco da Silveira e José Bonfim de Maria e Silva fizeram doação de terras para a construção da capela do Sagrado Coração de Maria, que foi construída por José Coriolano da Rocha, Miguel José de Vasconcelos e Joaquim Lourenço de Vasconcelos, com estrutura rústica e coberta de palha de carnaubeira, tendo sobre o pequeno altar uma imagem do Imaculado Coração de Maria, com uma coroa de ouro, que, em reforma realizada em 1942, foi doada pelo vigário de Marco ao Museu de Sobral. A lei estadual nº 3.798, em 6 de setembro de 1957, elevou o distrito de Morrinho à categoria de município, com a denominação Morrinhos.

Formação administrativa:

Distrito formado com a denominação de Morrinho, por ato estadual de 19-07-1897, subordinado ao município de Santana do Acaraú. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Morrinho figura no município de Santana do Acaraú, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Santana do Acaraú passou a denominar-se simplesmente Santana. No quadro fixado para vigorar de 1939-1943, o distrito de Morrinho figura no município de Santana. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Santana passou a denominar-se Licânia. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Morrinho figura no município de Licânia. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1953, o município de Licânia volta a denominar-se Santana do Acaraú. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Morrinho figura no município de Santana do Acaraú. Elevado à categoria de município com a denominação de Morrinhos, pela lei estadual nº

3.798, de 06-09-1957, desmembrado de Santana do Acaraú, instalado em 09-02-1958, constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 235, de 13-11-1990, é criado o distrito de Sítio Alegre e anexado ao município de Morrinhos. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Morrinhos (sede) e Sítio Alegre, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Morrinhos (sede) e Sítio Alegre.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com a produção de milho, feijão, mandioca, arroz e as monoculturas de algodão, castanha de caju, mamona e banana e outras frutas e atividades utilizando como matérias primas a carnaúba e a oiticica; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, equinos, asininos, muares e de aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a produção de leite e ovos; a mineração com a extração de rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e calçamentos e usos diversos na construção civil; e a indústria de produtos alimentares.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da padroeira Sagrado Coração de Maria (sábado seguinte ao Segundo Domingo de Pentecostes); a Festa de Aniversário do Município (6 de setembro); o Festival de Quadrilhas (junho).

Principais Personalidades

José Bonfim de Maria e Silva, Maria Alves Pereira e Miguel Francisco da Silveira foram os doadores das terras onde foi construída a capela do Sagrado Coração de Maria, de Morrinhos, no século XVIII.

José Raimundo Linhares Pontes, bacharel em Direito e em Administração Pública e de Empresas. Diretor da Imprensa Universitária da

UFC, diretor do Departamento Jurídico da Secretaria de Urbanismo de Fortaleza. Vereador de Fortaleza em quatro legislaturas, procurador judicial de Fortaleza. Representante de Morrinhos na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Morrinhos 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Morrinhos – outubro/98.

Mucambo

Hino de Mucambo

(Letra e melodia
por Raimundo Aguiar de Castro)

Nesta terra amada de bravia gente,
Entre serras caatingas e o solo do agreste;
Deste chão cearense és meu berço ardente,
Qual paisagem gentil do querido nordeste.

Nós te amamos nos tempos de chuvas e estios,
Mãe que acolhe este povo, fraterno e ordeiro
Cuja saga dos filhos é eivada de brios,
Traz na alma a pujança de ser brasileiro.

*Salve Mucambo! nossa aldeia querida,
Tu fulguras solene ante o céu de anil,
És torrão que orgulha o sertão do Brasil (Bis)*

Quando longe de ti arde forte em meu peito,
A saudosa memória vivida em teu seio,
Coração de ternura feliz pulsa em preto,
Gratidão por tu seres meu lar e esteio.

Não nos falte a paz nem nos chegue a dor;
Que Sant'Ana e sua benção nos venha velar;
Caminhamos seguros na força do amor
Com no imo do peito a altivez de te amar.
Salve Mucambo! nossa aldeia querida ...

Mucambo é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Mucambo (2010) foi de 0,607, de nível médio, situando-se em 107º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,82, ficando em 121º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo significa “lugar de esconderijo de mulheres índias nos períodos de aleitamento”.

Gentílico:

mucambense.

Limites geográficos

Norte: Sobral, Coreaú e Ubajara

Leste: Pacujá, Cariré e Sobral

Sul: São Benedito, Graça e Pacujá

Oeste: Ubajara e Ibiapina

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Mucambo, com **área** de 190,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 14.561 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.049 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 190 m e a **distância para a Capital** é de 299,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-253 / CE-321. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo eutrófico (70,82%) e solo litólico eutrófico (28,55%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Acaraú e Coreaú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaibaras, que faz divisa com o município de Pacujá, os riachos da Onça e da Itapirangaba e a Lagoa de Mucambo, sendo os principais reservatórios o Açude Municipal, que atende quase a totalidade da população urbana, e o Açude Mucambo. Com relação ao **relevo**, predominam tabuleiros pré-litorâneos, planície fluvial e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

O povoado de Mucambo foi elevado à categoria de distrito pela lei municipal nº 10, de 3 de agosto de 1893, mantendo lento ritmo de crescimento e de povoamento até a construção da capela da Senhora de

Sant'Ana, sob a liderança do Padre Joaquim Severiano, vigário de Ibiapina, na propriedade de Lourenço Pereira e Serafim Pereira, onde foi celebrada a primeira missa em 8 de setembro de 1907. A capela dedicada à Senhora de Sant'Ana foi benta em 25 de março de 1908, iniciando-se no ano seguinte a realização de feiras públicas ao lado da capelinha, até 1915, quando o Mercado Público foi inaugurado e para onde foi transferido esse comércio. A primeira professora de Mucambo foi D. Maria Sophia de Matos. Com a instalação da firma Napoleão Neri Aguiar, no ramo de industrialização da banha de porco, o povoado se desenvolveu e, a partir de 1930, com a ampliação dos negócios da empresa, se estabeleceu intenso comércio com vinte e dois municípios de todo o Estado, trazendo progresso para a região.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Mucambo, pela lei municipal nº 10, de 03-08-1893, subordinado ao município de Ibiapina. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Mucambo figura no município de Ibiapina, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município, com a denominação de Mucambo, pela lei estadual nº 2.160, de 12-12-1953, desmembrado de Ibiapina e instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Mucambo. A mesma lei criou o distrito de Carquejo e o anexou ao município de Mucambo, que ficou constituído de 2 distritos: Mucambo (sede) e Carquejo. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Mucambo (sede) e Carquejo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1997. Pela lei nº 274, de 11-05-1998, é criado o distrito de Poço Verde e anexado ao município de Mucambo. Em divisão territorial datada de 15-07-1999, o município é constituído de 3 distritos: Mucambo (sede), Carquejo e Poço Verde, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Mucambo (sede), Carquejo e Poço Verde.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, além das monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos;

o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e outras atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, alicerces, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; merece destaque a existência de grandes reservas de granito róseo nas localidades de Olho D'Água, Fazenda Angustura e em terras próximas à sede do município.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades da Padroeira Senhora Sant'Ana (16 a 26 de julho); a Festa de aniversário do Município (12 de dezembro); as Festas Juninas de Mucambo (junho).

Principais Personalidades

Dona Maria Sophia de Matos, primeira professora no povoado de Mucambo.

Napoleão Soares Neto, engenheiro civil e professor, foi prefeito de Mucambo, de 1993-1997. A Academia de Saúde de Mucambo recebeu seu nome.

Padre Joaquim Severiano, vigário de Ibiapina, celebrou a primeira missa na Capela da Senhora de Sant'Ana de Mucambo, em 8 de setembro de 1907.

Raphael Cláudio de Araújo, primeiro prefeito eleito do município de Mucambo, para a legislatura de 1959-1962.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

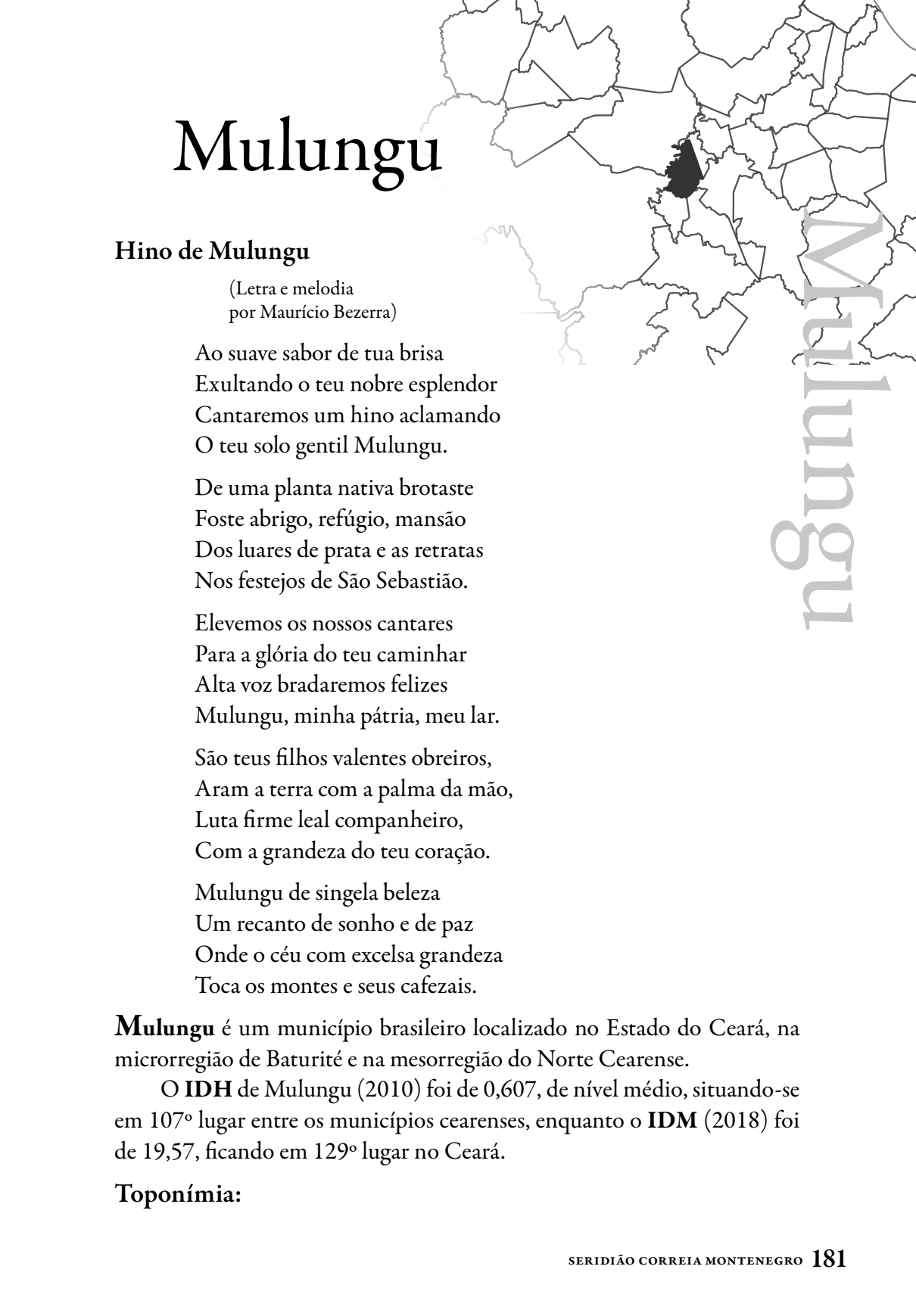
IBGE – Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Mucambo 2017

APRECE – Plano Básico Municipal de Saneamento de Mucambo 2016.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Mucambo – 1998 – Ministério de Minas e Energia.

Mulungu



Hino de Mulungu

(Letra e melodia
por Maurício Bezerra)

Ao suave sabor de tua brisa
Exultando o teu nobre esplendor
Cantaremos um hino aclamando
O teu solo gentil Mulungu.

De uma planta nativa brotaste
Foste abrigo, refúgio, mansão
Dos luars de prata e as retratas
Nos festejos de São Sebastião.

Elevemos os nossos cantares
Para a glória do teu caminhar
Alta voz bradaremos felizes
Mulungu, minha pátria, meu lar.

São teus filhos valentes obreiros,
Aram a terra com a palma da mão,
Luta firme leal companheiro,
Com a grandeza do teu coração.

Mulungu de singela beleza
Um recanto de sonho e de paz
Onde o céu com excelsa grandeza
Toca os montes e seus cafezais.

Mulungu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Mulungu (2010) foi de 0,607, de nível médio, situando-se em 107º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,57, ficando em 129º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra é proveniente da denominação de árvore pertencente à família das leguminosas.

Gentílico:

mulunguense.

Limites geográficos

Norte: Guaramiranga e Caridade

Leste: Capistrano e Baturité

Sul: Aratuba e Capistrano

Oeste: Caridade, Canindé e Aratuba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Mulungu, com **área** de 134,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.056 habitantes. Apresenta **clima** tropical sub-quento úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.197,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 790 m e a **distância para a Capital** é de 105,7 km, com acesso principal pela rodovia CE-065. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo distrófico (61,12%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (38,88%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas Metropolitana e do rio Curu, tendo como principais drenagens o riacho do Nilo (a principal) e os riachos do Capitão Mor e Seriema (ca-beceiras), inexistindo açudes de grande porte na região. Com relação ao **relevo**, predominam os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

A memória histórica das terras que atualmente formam o município de Mulungu registra como ponto inicial a passagem de tropeiros, em burros e muares, transportando cargas e mercadorias, de sítios e fazenda da região do Maciço do Baturité, com destino ao município de Canindé. O ponto de descanso desses tropeiros era uma região onde predominavam frondosas árvores leguminosas, denominadas de mulungu. Ao longo do tempo, nesses pontos de parada, começaram a ser construídas choupanas,

casas de taipa e barracas para pernoite, que aos poucos foram se tornando permanentes. A indicação desse destino era feita pelo nome Mulungu, em referência às árvores com esse nome. Com o incremento do trânsito de comboieiros por essa região, surgiram, no lugarejo Mulungu, alguns tipos de comércio e foram sendo construídas casas para abrigar os negociantes e suas famílias, que ali se estabeleceram e passaram a residir, aproveitando o solo fértil e o clima agradável. O crescimento e desenvolvimento do lugar não tardou, tornando-se o vilarejo destino final de grande parte dessas mercadorias. Devotos de São Sebastião, os moradores do lugar construíram uma capela e fizeram chegar a Mulungu uma imagem do santo em 1894, inaugurando esse templo em 7 de setembro de 1895, com a ajuda dos jesuítas de Baturité. A história da emancipação política de Mulungu teve altos e baixos: em 1890, o povoado passou à condição de vila, vinculada ao município de Baturité, tendo sido extinta nove anos depois e novamente elevada à categoria de vila em 1900, voltando a ser extinta em 1921; em 1929, mais uma vez voltou à condição de vila, para em 1931 ser novamente extinta, passando dessa feita o seu território a ser anexado ao município de Pacoti, como simples distrito. Mulungu, em 14 de março de 1957, foi definitivamente elevado à categoria de município, desmembrado de Pacoti.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila com a denominação de Mulungu, pelo decreto estadual nº 29, de 23-06-1890. Pela lei estadual nº 550, de 25-08-1899, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Baturité. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Mulungu, pela lei estadual nº 602, de 06-08-1900, desmembrado de Baturité, tendo como sede o antigo distrito de Mulungu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, a vila aparece constituída de 2 distritos: Mulungu (sede) e Lameirão. Pela lei nº 1.887, de 15-10-1921, a vila é extinta novamente, sendo seu território anexado ao município de Baturité. Elevado novamente à categoria de vila, com a mesma denominação, pela lei nº 2.715, 24-11-1929. Pelo decreto nº 139, de 20-05-1931, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Pacoti, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Mulungu é

distrito de Pacoti, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Mulungu adquiriu o extinto distrito de Lameirão, do município de Pacoti. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Mulungu figura no município de Pacoti, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Mulungu, pela lei estadual nº 3.556, de 14-03-1957, desmembrado de Pacoti, instalado em 24-03-1957, tendo como sede o antigo distrito de Mulungu, constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município de Mulungu é constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de milho, feijão e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e hortifrutigranjeiros, em especial a banana; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal para a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas dos produtos delas derivados; engenhos para a fabricação de rapadura e mel, alambiques, casas de farinha, e torrefação e pilação de café; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachada e usos diversos na construção civil; extração de areia e argila, usadas na fabricação de tijolos e telhas e de rocha calcária, para a fabricação de cal; a atividade pesqueira desenvolvida em açudes; a indústria de panificação, móveis e material de limpeza; e o turismo, de modo especial o turismo religioso, tendo como atrações a Igreja Matriz, a Igreja do Catolé, construída por portugueses, a Estátua de São Sebastião, com cerca de 13 metros, os resquícios de uma senzala, na localidade de Piaba e a cachoeira com piscina natural em Lameirão.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades do Padroeiro São Sebastião (10 a 20 de janeiro); a Feirinha Cultural de Mulungu (5 de outubro) e a Festa de Aniversário do Município (14 de março).

Principais Personalidades

Aziz Manuel Farias Jereissati, primeiro juiz da Comarca de Mulungu.

Hermenegildo Rocha Pontes, primeiro prefeito eleito do município de Mulungu, com mandato de 25-03-1959 a 25-03-1963.

Padre Benedito Araújo Lima, primeiro vigário da Paróquia de Mulungu.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE - Perfil Municipal de Mulungu – 2017

APRECE – Plano Municipal de Saneamento Básico de Mulungu – 2012 - Prefeitura Municipal de Mulungu.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Diagnóstico do Município de Mulungu – setembro/98 – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará.

N

Nova Olinda

Nova Russas

Novo Oriente

Nova Olinda

Hino de Nova Olinda

(Letra por Raimundo Gilvan Duarte
e melodia por autor não identificado)

Com seu povo de eterna nobreza
Na luta imensa feliz pro porvir
Minha terra se ergue altaneira
Ês Nova Olinda o esplendor do Cariri
Coroada com céu brasileiro
Tapete verde que emana riqueza
São as pastagens que adornam os teus campos
São frutos do sangue dos filhos teus.

*Nova Olinda, meu amor, é grande o seu valor
Bravo povo fiel, varonil
Tua pujança, tua glória exprime o meu Cantar!
Teu nome forte, solto aos ventos
Resplandece em todo meu Brasil!*

Tua história tão cheia de encanto
Sublime fonte do amor para ti
Em teu solo tuas minas se expandem
Com abundância num convite a construir
Nova Olinda meu chão cearense
Devota e bela, formosa gentil
O Cariús com suas águas benditas
Que brotam, que geram riquezas mil.

Nova Olinda, meu amor, é grande o seu valor...
O progresso que ostentas serena
A prova ativa da luta febril
Juventude no afã do futuro

Na confiança da cultura a transmitir
Eterna gleba de heróis destemidos
Iluminados pelo padroeiro
Jorrando graças e paz nos teus filhos
Oh! Terra querida que Deus me deu!

Nova Olinda, meu amor, é grande o seu valor...

Nova Olinda é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Nova Olinda (2010) foi de 0,625, de nível médio, situando-se em 59º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,00, ficando em 66º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Nova Olinda é uma homenagem à cidade pernambucana de Olinda.

Gentílico:

novolindense.

Limites geográficos

Norte: Altaneira e Farias Brito

Leste: Crato e Farias Brito

Sul: Santana do Cariri

Oeste: Santana do Cariri

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Nova Olinda, com **área** de 284,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 15.798 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido, tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 796 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 445 m e a **distância para a Capital** é de 510,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-176 / CE-253 / CE-282 / CE-292 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de latossolo amarelo álico (15,49%), latossolo vermelho escuro eutrófico (1,14%), podzólico vermelho amarelo

eutrófico (7,02%), solo litólico distrófico (0,84%), solo litólico eutrófico (21,49%), solo litólico eutrófico e distrófico (7,69%), solos aluviais eutróficos (3,47%), terra roxa estruturada eutrófica (38,20%) e vertissolo (4,67%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principal drenagem o rio Cariús, não existindo reservatórios superficiais de importância no município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e a Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida) e floresta subcaducifólia tropical Xenomorfa (cerradão).

Síntese Histórica

As terras atualmente ocupadas pelo município de Nova Olinda tiveram como primeiros habitantes os índios Buxixés – Cariris, que, atraídos pela beleza do lugar e pela fertilidade do solo, se instalaram às margens do rio Cariús, que tem sua nascente em Santana do Cariri, no sopé ocidental da Chapada do Araripe, e deságua no rio Jaguaribe. A denominação da localidade era Tapera, em referência a uma pequena casa de taipa, feita pelos indígenas, no entroncamento da estrada que ligava Crato a Oeiras, e que, pela qualidade e abundância dos pastos, servia de local de parada para os viajantes. Com a chegada dos colonizadores, no lugar da tapera foi construída uma casa grande e, nas proximidades, uma capela e um cemitério. Logo surgiram no local outras casas de moradores, dando origem a pequeno vilarejo com o nome de Tapera, que, até 1838, integrava o município de Assaré, passando depois a fazer parte do município de Santanópolis, atual município de Santana do Cariri. Com a chegada dos colonizadores, através das sesmarias, ocorreu a ocupação dessa região com a atividade pecuária. A mudança de denominação de Tapera para Nova Olinda é atribuída ao jesuíta da família Feitosa dos Inhamuns, Frei Henrique Feitosa, que, vindo da cidade de Olinda, onde na época estudava, teve a hospedagem recusada na Casa Grande, a única de tijolo e telha da localidade Tapera, sendo obrigado a dormir sob um pé de tamboril, próximo da capelinha de São Sebastião. Convidado no dia seguinte pelos moradores mais simples a celebrar uma missa e dar um novo nome ao povoado, por acharem que o significado de

Tapera tinha sentido pejorativo, o padre batizou a localidade com o nome de Nova Olinda, em homenagem à cidade pernambucana de Olinda, de onde regressara e também em razão da configuração geográfica do lugar. Nova Olinda foi elevada à categoria de distrito em 1933 e de município em 1957.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Nova Olinda pelo decreto nº 1.256, de 04-12-1933, subordinado ao município de Santana do Cariri. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Nova Olinda figura no município de Santana do Cariri, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Santana do Cariri passou a denominar-se Santanópolis. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Nova Olinda figura no município de Santanópolis. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1953, o município de Santanópolis volta a denominar-se Santana do Cariri. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Nova Olinda figura no município de Santana do Cariri. Elevado à categoria de município pela lei estadual nº 3.555, de 14-03-1957, desmembrado de Santana do Cariri, instalado em 14-06-1957, tendo como sede o antigo distrito de Nova Olinda, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 586, de 28-08-2009, foi criado o distrito de Triunfo, anexado ao município de Nova Olinda. Atualmente, o município é constituído de 2 distritos: Nova Olinda (sede) e Triunfo.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e diversos tipos de frutas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas e construção de cercas, e outras atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus, balaies, sacolas e bordados; a mineração, com a extração de rocha calcária, utilizada na fabricação de cal, e a extração de placas de rocha; o turismo, tendo como

atrativos a Igreja do Padroeiro São Sebastião, o folclore, o artesanato, a arquitetura de suas construções e a descoberta de materiais arqueológicos, principalmente no Geossítio Ponte da Pedra e no Geossítio Pedra Cariri, que fazem parte da Mina Pedra Branca. Nova Olinda é uma das 65 cidades indicadas como indutoras do turismo nacional pelo Ministério de Turismo, sendo uma das quatro do Ceará, ao lado de Fortaleza, Aracati e Jijoca de Jericoacoara.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais de Nova Olinda são: a Festa de Reisado (6 de janeiro); o Carnaval com apresentações de blocos carnavalescos (fevereiro/março); a Festa do Padroeiro São Sebastião (11 a 20 de janeiro); o Festival Junino (junho); a Conferência Municipal de Cultura (9 de outubro); o Projeto Férias Culturais (junho); o Concurso Miss Municipal; o Natal de Luz (dezembro); a Festa de Aniversário do Município (14 de abril).

Principais Personalidades

Emerson Ceará, nome artístico de **Emerson Silva Brito** (Nova Olinda, 21 de junho de 1991), vendedor ambulante de painéis, ajudante de pedreiro, pintor e garçom, que se tornou humorista, atuando no Risorama de Curitiba. Fez parte do elenco de “Sacos de Risada”, do Domingão do Faustão.

Maria Laudecy Ferreira Carvalho (Nova Olinda, 7 de outubro), professora, pós-graduada em Psicopedagogia e Administração Escolar, é a representante de Nova Olinda na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

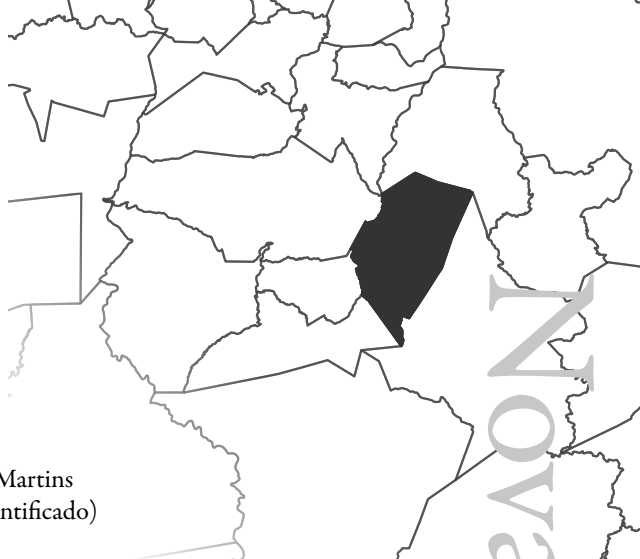
IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Nova Olinda 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Diagnóstico do Município de Nova Olinda – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará - 1998.

ARAÚJO, Maria Lianeide Souto – A Fundação Casa Grande (Nova Olinda/CE) no Mapa do Turismo Regional: Lugar de Memória e Salvaguarda do Patrimônio Cultural do Povo Kariri. 2017.

Nova Russas



Hino de Nova Russas

(Letra por Zilmar Mendes Martins
e melodia por autor não identificado)

Nova Russas, os teus filhos
Entre glórias, no porvir
Como os lírios e os junquilhos
Hão de ver-te reflorir.

Nova Russas, Nova Russas
Brasileira e cearense
Nova Russas, Nova Russas
A tua raça sempre vence.

O teu nome representa
Um risonho dealbar,
Cuja origem mais aumenta
A ufanía de te amar.

Salve ó gleba pequenina
Nosso primeiro arrebol
Do Ceará, pura e fina
Réstia brilhante do sol.

Nova Russas é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Nova Russas (2010) foi de 0,614, de nível médio, situando-se em 88º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,61, ficando em 123º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Nova Russas é uma homenagem que o Padre Joaquim Fer-

reira de Castro, primeiro vigário da capela de Nossa Senhora das Graças, do povoado Curtume, quis prestar à sua cidade natal Russas.

Gentílico:

novarrussense.

Limites geográficos

Norte: Hidrolândia

Leste: Tamboril e Hidrolândia

Sul: Ipaporanga e Tamboril

Oeste: Ipueiras e Ararendá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Nova Russas, com **área** de 742,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 32.487 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 770,9 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a maio. A **altitude** é de 240,8 m e a **distância para a Capital** é de 311,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257 / CE-265. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (54,27%), planossolo solódico ta (6,84%), vermelho amarelo eutrófico (30,53%), solo litólico eutrófico (0,29%) e solos aluviais eutróficos (8,08%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Acaraú e Poti, tendo como principais drenagens superficiais, na primeira bacia, o rio Acaraú e os riachos Coronel, Curtume e Pau Branco, e, na segunda, o rio Diamante e o riacho Cana Brava, sendo o principal reservatório o açude Farias de Souza, na bacia hidrográfica do rio Acaraú. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

Os primitivos habitantes do atual município de Nova Russas eram os índios das tribos dos Tabajaras, Caratiús e Tupinambás, que ocupavam as terras do sopé da Chapada da Ibiapaba. Com a chegada dos colonizadores portugueses, na segunda metade do século XVII, as terras foram doadas aos imigrantes, através de sesmarias, e implantadas fazendas de gado, sendo as

mais importantes nessa época a Fazenda Curtume e a Fazenda Olho D'Água Grande. Às margens do riacho Várzea Grande, o Capitão-Mor Bernardino Gomes Franco se estabeleceu no segundo quartel do século XVIII, criando a Fazenda Curtume, cujo nome se refere à atividade ali desenvolvida de curtir couros e peles. Depois de alguns anos, em 1876, os proprietários de então da Fazenda Curtume, Manuel Oliveira Peixoto e sua esposa doaram uma área de terra à Paróquia de Santo Anastácio de Tamboril, destinada à constituição do patrimônio de capela a ser construída, dedicada a Nossa Senhora das Graças. A capela foi construída pelo Padre Joaquim Ferreira de Castro, em torno da qual se desenvolveu o povoado, a que o padre deu a denominação de Nova Russas, em homenagem à sua cidade natal Russas. O povoado foi elevado à categoria de distrito em 17 de agosto de 1901. Um fator importante para o desenvolvimento local, foi a instalação da Estação de Cargas e Passageiros da Estrada de Ferro de Sobral-Camocim, em sua expansão para Ipu, tendo chegado essa malha ferroviária a Nova Russas em 3 de novembro de 1910. A emancipação política do município ocorreu, através da lei estadual nº 2.043, de 11 de novembro de 1922, desmembrado do município de Ipueiras, instalado em 28 de janeiro de 1923, sendo seu primeiro prefeito Antônio Rodrigues Veras. Em 1931, o município foi extinto e anexado novamente a Ipueiras, mas restaurado em 1933, tendo como interventor municipal Luís Moreira de Barbalho. Em 15 de agosto de 1937, Dom José Tupinambá da Frota criou a Paróquia de Nova Russas, da qual foi o primeiro vigário o Padre Francisco Ferreira de Moraes.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Nova Russas por ato estadual de 17-08-1901, subordinado ao município de Ipueiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Nova Russas figura no município de Ipueiras. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Russas pela lei estadual nº 2.043, de 11-11-1922, instalado em 28-01-1923, tendo como sede o antigo distrito de Nova Russas, constituído de 3 distritos: Nova Russas (sede), Águas Belas e Várzea Formosa, todos desmembrados do município de Ipueiras. Pelo decreto estadual nº 193, 20-05-1931, é extinto o município de Nova Russas, sendo seu território anexado ao município de Ipueiras, como simples distrito. Elevado novamente à

categoria de município, com a denominação de Nova Russas, pela lei estadual nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Ipueiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 4 distritos: Nova Russas (sede), Águas Belas, Santana e Várzea Formosa. Pelo decreto estadual nº 1.512, de 18-03-1935, o distrito de Várzea Formosa é transferido do município de Nova Russas para Ipueiras. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 3 distritos: Nova Russas (sede), Águas Belas e Bom Jardim, não figurando o distrito de Santana. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, é extinto o distrito de Bom Jardim, sendo o seu território anexado ao distrito sede de Nova Russas e também é criado o distrito de Canabrava e anexado ao município de Nova Russas. No quadro fixado para vigorar no período de 1936-1943, o município é constituído de 3 distritos: Nova Russas (sede), Águas Belas e Canabrava. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Canabrava passou a denominar-se Ararendá e o de Águas Belas, Ipaporanga. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Nova Russas (sede), Ararendá e Ipaporanga, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.525, de 05-09-1963, o distrito de Ararendá é desmembrado do município de Nova Russas, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.475, de 26-09-1963, o distrito de Ipaporanga é desmembrado do município de Nova Russas, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.760, de 1963, são criados os distritos de Canindezinho, Nova Betânia, Santo Antônio e São Pedro e anexados ao município de Nova Russas. Pela lei estadual nº 6.859, de 10-12-1963, é criado o distrito de Major Simplício e anexado ao município de Nova Russas. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Nova Russas (sede), Canindezinho, Major Simplício, Nova Betânia, Santo Antônio e São Pedro. Pela lei estadual nº 7.106, de 08-01-1964, é criado o distrito de Sacramento e anexado ao município de Nova Russas. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Nova Russas adquiriu os extintos municípios de Ararendá e Ipaporanga, como simples distritos. Em divisão territorial de 31-12-1968, o município é constituído de 9 distritos: Nova Russas (sede), Ararendá, Canindezinho, Ipaporanga, Major Simplício, Nova Betânia, Sacramento, Santo Antônio e São Pedro, assim perma-

necendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei estadual nº 11.771, de 21-12-1990, são desmembrados do município de Nova Russas os distritos de Ararendá e Santo Antônio, para formar o novo município de Ararendá. Pela lei estadual nº 11.348, de 18-09-1987, são desmembrados do município de Nova Russas os distritos de Ipaporanga e Sacramento, para formar o novo município de Ipaporanga. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 5 distritos: Nova Russas (sede), Canindezinho, Major Simplício, Nova Betânia e São Pedro. Pela lei municipal nº 266, de 23-08-1993, é criado o distrito de Espacinha e anexado ao município de Nova Russas. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 6 distritos: Nova Russas (sede), Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Nova Betânia e São Pedro, assim permanecendo em divisão territorial de 2005. Os atuais distritos do município são: Nova Russas (sede), Canindezinho, Espacinha, Major Simplício, Miguel Antônio, Moringue, Nova Betânia e São Pedro.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e diversos tipos de frutas e hortaliças; a pecuária, com a criação de de bovinos (de leite intensiva e semi-intensiva), ovinos (extensiva), caprinos (de corte, semi-intensiva), suínos e aves; a piscicultura (consorciada e isolada, intensivas); o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de crochê e bordados; a mineração com a extração dos minérios grafita e hematita; a indústria de laticínios, de preparação do leite, de fabricação de artigos do vestuário e de calçados de couro e outras matérias primas e a fabricação de tecidos e artigos de malha.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de aniversário do município (11 de novembro); o Carnaval (fevereiro/março); a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças (5 a 15 de agosto); e as Festas Juninas (junho), com concurso de quadrilhas.

Principais Personalidades

Antônio Luiz Rodrigues Mano Júnior (Nova Russas, 16 de abril de 1985), empresário e administrador, foi vice-prefeito de Nova Russas. Renunciou para assumir mandato de deputado federal (2019 a 2022).

Antônio Rodrigues Veras, primeiro prefeito de Nova Russas, quando da primeira emancipação política do município, em 11 de novembro de 1922.

Luís Moreira de Barbalho, interventor municipal de Nova Russas, quando, depois de extinto o município em 1931, foi restaurado em 1933.

Manuel Oliveira Peixoto e sua mulher, autores da doação de área de terra da Fazenda Curtume, para construção da capela de Nossa Senhora das Graças, no povoado de Curtume, em 1876.

Padre Joaquim Ferreira de Castro, responsável pela construção da capela de Nossa Senhora das Graças e autor da proposta que resultou na mudança do nome do distrito de Curtume para Nova Russas.

Padre Francisco Ferreira de Moraes, primeiro vigário da Paróquia de Nova Russas, em 1937.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE - Perfil Municipal de Nova Russas – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA - Diagnóstico do Município de Nova Russas – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – set/98

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Novo Oriente



Hino de Novo Oriente

(Letra por Carlos Barreto, Mário Martins e César Barreto
e melodia por autor não identificado)

Já desde o alto da serra se avista
Aquele belo luzeiro, é um sonho
De um palácio encantado, na pista,
Entre a luz das estrelas...nos pomos.

Pôr um instante diante da visão
Aqueles céus tão iluminados,
Passeiam nossos olhos, deslumbrados
Se extasiando entre o clarão.

E o viajante seguindo em frente
Ao chegar ao final da montanha
Tem uma surpresa agradável, estranha,
Eis a cidade é NOVO ORIENTE...

Nossa Lagoa do Tigre tem suas lendas
Nossa riqueza é da terra minerais
Na pecuária, em currais... fazendas...
Vê-se o progresso com seus sinais

*Não deixaremos, jamais, minha gente,
A nossa flora acabar no extermínio,
Vamos lutar por um Novo Oriente,
Como também lutou pelo Brasil
Sargento Hermínio.*

Novo Oriente é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Novo Oriente (2010) foi de 0,605, de nível médio, situando-se em 118º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,59, ficando em 124º lugar no Ceará.

Toponímia:

a denominação Novo Oriente foi dado ao povoado, até então conhecido como Lagoa do Tigre, pelo Padre Afonso de Gouveia, vigário de Independência, em razão da situação geográfica do lugar, que lembrava o Oriente, e por isso sugeriu mudar o nome do povoado para Novo Oriente.

Gentílico:

novorientense.

Limites geográficos

Norte: Crateús

Leste: Independência e Crateús

Sul: Estado do Piauí, Quiterianópolis e Independência

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Novo Oriente, com **área** de 949,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 28.737 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 620,3 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 333 m e a **distância para a Capital** é de 402,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-226 / CE-187. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (3,26%), bruno não cálcico (2,64%), latossolo amarelo álico (12,28%), planossolo solódico ta (1,38%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (70,99%), solo litólico eutrófico (1,98%) e solos aluviais eutróficos (7,47%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na área da bacia hidrográfica do rio Poti, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Gameleira, Três Irmãos, Itaim, Correntes, Bom Sucesso, de Dentro e Seco, este na divisa com o município de Quiterianópolis. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

As terras onde se localiza atualmente o município de Novo Oriente tiveram como primeiros habitantes os índios Karatis. Com a chegada dos imigrantes portugueses e a distribuição de propriedades através de sesmarias, no século XVII, no ciclo denominado da carne seca e do charque, essa localidade, nas proximidades da Lagoa do Tigre, era local de parada dos boiadeiros que transportavam gado para o Piauí, através da vila piauiense de Piranhas (Crateús). Com o decorrer do tempo, foram surgindo no local casas e pequenos comércios e se formando um povoado. Os municípios de Príncipe Imperial (Crateús) e de Pelo Sinal (Independência) pertenciam ao Piauí e, em 1880, foram objeto de permuta com o Estado do Ceará, em troca do Porto de Amarração (Luís Correia). A denominação Novo Oriente foi dada ao povoado pelo Padre Afonso de Gouveia, vigário de Independência, por considerar a situação geográfica do lugar parecida com o Oriente. Novo Oriente foi distrito de Independência e em 10 de outubro de 1957, através da Lei nº 3.855, conquistou a sua emancipação política, sendo instalado simbolicamente em 15 de dezembro de 1957, tendo como gestor o subprefeito nomeado pelo Prefeito de Independência, Antônio Ximenes Aragão, até a posse do primeiro prefeito eleito de Novo Oriente, José Claudino Sales.

Formação administrativa:

Inicialmente, cumpre esclarecer que o território de Novo Oriente integrou a área territorial do Piauí, do qual, nessa época, parte pertencia ao município piauiense de Príncipe Imperial (Crateús) e parte ao município piauiense de Pelo Sinal (Independência). No século XIX, os Estados do Ceará e Piauí, foram autorizados a permutar Novo Oriente com o Porto de Amarração, no litoral do Ceará (Luís Correia), pela lei geral nº 3.012, de 22-10-1880. Em decorrência desse entendimento e da disposição legal acima, o Ceará reconheceu a jurisdição do Piauí sobre o município de Amarração (Luís Correia) e o Piauí aceitou a vinculação ao Estado do Ceará dos municípios de Príncipe Imperial (Crateús) e de Pelo Sinal (Independência), antes pertencentes ao Piauí. Por ato de 03-03-1902, Novo Oriente foi elevado à categoria de distrito, vinculado ao município de Independência. A lei nº 3.855, de 10-10-1957, elevou o distrito de Novo Oriente à catego-

ria de município, desmembrado do município de Independência. Os atuais distritos do município são: Novo Oriente (sede), Palestina, São Raimundo, Três Irmãos, Emaús e Santa Maria.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando a oiticica, o babaçu e a carnaúba, como matérias primas industriais; o artesanato de redes e bordados.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Francisco de Assis ou das Chagas (4 de outubro); a Festa de Emancipação Política do Município (10 de outubro); o Carnaval (fevereiro/março); as Festas Juninas (junho); a Festa de Reisado (6 de janeiro); a Feira de Artesanato de Novo Oriente (4 de agosto); o Festival de Arte e Cultura de Novo Oriente, com Show de Humor; Música Popular Brasileira Autoral; Repentistas, Viroleiros e Cantadores e Folclore (1ª quinzena de dezembro); o Natal de Luz (dezembro); a Paixão de Cristo (Semana Santa); o Dia das Mães (2º domingo de maio).

Principais Personalidades

Gonçalo Claudino Sales (Novo Oriente, 12 de fevereiro de 1922 – Fortaleza, 22 de junho de 2009), bacharel em Direito, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa. Deputado federal, secretário de Administração e de Segurança Pública. Chefe de Gabinete do governador.

Hermínio Aurélio Sampaio ou Sargento Hermínio (Novo Oriente) foi um dos seis heróis cearenses da Força Expedicionária Brasileira – FEB, que, na Segunda Grande Guerra Mundial, em 12 de dezembro de 1944, morreu em combate nos Alpes do Norte da Itália, na ofensiva para ocupação de Monte Castelo.

José Almir Claudino Sales (Novo Oriente, 4 de agosto de 1952), ad-

vogado e político, fundou e presidiu a OAB em Crateús. Prefeito de Crateús (2005-2008).

José Claudino Sales, primeiro prefeito eleito de Novo Oriente, no período de 1959 a 1962.

José Coelho Ferreira (Novo Oriente, 11 de abril de 1950), formado em Direito, foi procurador-geral do Banco Central por mais de cinco anos. Exerceu o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, que presidiu de 2017 a 2019.

Juarez Fernandes Leitão (Novo Oriente, 11 de março de 1948), professor, poeta, escritor, biógrafo, conferencista, historiador e político, formado em História e Filosofia. Vereador de Fortaleza, suplente de senador e assessor político da Assembleia do Ceará e da Câmara Municipal de Fortaleza. Membro do Conselho Estadual de Cultura. Sócio Efetivo da Academia Cearense de Letras, da Academia Cearense de Retórica e do Instituto do Ceará e de outras entidades culturais e literárias. Membro do Quadro de Honra da Academia Fortalezense de Letras.

Padre José Prado Ponte, primeiro pároco da Paróquia de São Francisco de Assis de Novo Oriente, criada em 13 de janeiro de 1954.

Zózimo Tavares Mendes (Novo Oriente, 4 de abril de 1962), jornalista e escritor, membro da Academia Piauiense de Letras. Foi Secretário de Comunicação de Teresina.

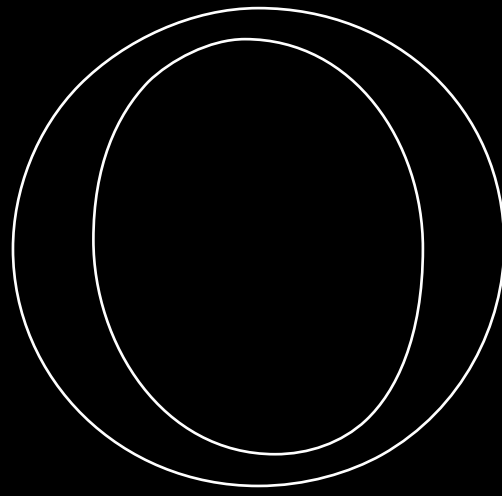
FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Novo Oriente - 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Diagnóstico do Município de Novo Oriente – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – out/98.



Ocara

Orós

Ocara

Hino de Ocara

(Letra por Salomão Alves de Moura Brasil
e melodia por Jairo Cláudio Silveira)

Viver pra sempre independente
É nosso brado de glória
Que todos ouçam nossa gente
Comemorando esse momento de vitória.

Ocara exulta e canta
O teu louvor se elevará
Tão vibrante para o céu
Terás assim a glória e o esplendor
Assim tua oração sobe até Deus.

Avante porque nosso futuro
Está nesta nobre bandeira
Neste céu tão lindo e puro
Porque também nossa cidade é brasileira.

Teu solo é sempre querido
Teus campos cheios de flores
Teu viver apetecido
E corajosos imortais teus fundadores.

Ocara é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Chorozinho e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Ocara (2010) foi de 0,594, de nível baixo, situando-se em 145º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 23,31, ficando em 87º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “palco, terreiro ou terraço da aldeia”.



Gentílico:

ocarense.

Limites geográficos

Norte: Cascavel, Chorozinho, Barreira e Aracoiaba

Leste: Cascavel, Beberibe e Morada Nova

Sul: Aracoiaba, Morada Nova e Ibaretama

Oeste: Aracoiaba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ocara, com **área** de 765,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 25.958 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 740,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 170,2 m e a **distância para a Capital** é de 101,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-257. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (8,88%), planossolo solódico ta (14,30%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (46,04%), solonetz solodizado (27,97%), solos aluviais eutróficos (1,93%) e vertissolo (0,89%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Choró e Pirangi, os riachos das Panelas, do Serrote e Juazeiro, Barreirinha, Quinxinxé, do Feijão, Canapum, Comprida, Jurema, Siriema e dos Costas, merecendo menção o reservatório açude Novas Vidas. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas, os tabuleiros costeiros e os tabuleiros interiores. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

A região onde se situa atualmente o município de Ocara, entre os rios Choró e Pirangi e a Serra de Cantagalo, foi habitada por índios Jenipapo, Kanyndé, Choró, Jaguaribara e Quesito, os quais foram catequizados pelos padres jesuítas. Na época que ficou conhecida como da carne seca e do charque, formaram-se fazendas nessa região, dentre as quais a da família de João Correia dos Santos, em torno da qual surgiu e se desenvolveu o

povoado, onde, no final do século XVIII, foi implantada a cultura do café e do algodão. Primitivamente, a localidade tinha a denominação de Jurema.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Jurema, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, formado por parte do território dos distritos de São Sebastião e Vazantes, subordinado ao município de Aracoiaba. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Jurema figura no município de Aracoiaba. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Jurema passou a denominar-se Ocara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ocara figura no município de Aracoiaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Ocara, pela lei estadual nº 6.832, de 06-12-1963, desmembrado de Aracoiaba, com sede no antigo distrito de Ocara, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Ocara, sendo o seu território anexado ao município de Aracoiaba, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Ocara figura no município de Aracoiaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Ocara, pela lei estadual nº 11.415, de 28-12-1987, desmembrado de Aracoiaba, foi instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Ocara e constituído de 2 distritos: Ocara (sede) e Curupira. Pela lei municipal nº 39, de 26-01-1990, é criado o distrito de Serragem e anexado ao município de Ocara. Pela lei municipal nº 42, de 26-01-1990, foram criados os distritos de Arisco dos Marianos, Novo Horizonte e Sereno de Cima e anexados ao município de Ocara. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 6 distritos: Ocara (sede), Arisco dos Marianos, Curupira, Novo Horizonte, Sereno de Cima e Serragem. Os atuais distritos do município são: Ocara (sede), Arisco dos Marianos, Curupira, Novo Horizonte, Sereno de Cima e Serragem.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão,

castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de carvão vegetal e madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas industriais; a apicultura, com a extração de mel silvestre; e o turismo, tendo como principais atrações: a Biblioteca Pública Pedro Boca Rica, com acervo cultural que descreve a história desse artesão, famoso internacionalmente por sua arte na confecção e manipulação de bonecos; a Igreja Matriz da Paróquia Sagrada Família; e a Vivenda Brilhante no distrito de Curupira, com sua arquitetura original.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de São Francisco, com a celebração de missa na capela existente no topo do Serrote (4 de outubro); o Reisado Boi Coração do mestre Luciano (6 de janeiro); a Festa do Padroeiro Santo Antônio (13 de junho); as Festas Juninas (junho); a Festa das Almas (01 de novembro); as Festividades da Emancipação Política do Município (28 de dezembro); a Semana da Juventude (agosto) e a Feira de Agronegócio do Caju e do Mel – Cajumel (2 de dezembro).

Principais Personalidades

João Correia dos Santos proprietário da fazenda que serviu de ponto de partida para a formação do povoado Jurema, que se tornou, a partir de 30-12-1943, o município de Ocara.

Lavoisier Freire Martins (Ocara, 27 de março de 1974) foi goleiro de futsal, que atuou em vários times e na Seleção Brasileira.

Pedro Boca Rica, nome pelo qual era conhecido Pedro dos Santos Oliveira (Ocara, 16 de novembro de 1936 – Ocara, março de 1991), marulengueiro, considerado o grande mestre e inspirador dos criadores de bonecos, que atuam no teatro de bonecos no Ceará e no Brasil.

Rose Mary Santana Brasil, formada em Geografia, História e Estudos Sociais. Professora e escritora. Representante de Ocara na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE - Cidades

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Diagnóstico do Município de Ocara – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – novembro/98.

IPECE – Perfil Municipal de Ocara - 2017

IPECE - Mapa Municipal de Ocara 2018.

XAVIER, Lisimere Cordeiro do Vale – O Reisado Boi Coração: Tesouro Vivo no Contexto da Cultura e da Educação na Cidade de Ocara- Ceará – UFC – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira -2019.

Orós

Hino de Orós

(Letra e melodia
por Padre João Linhares de Lima)

*Orós pra frente,
Oásis do sertão;
Cidade beleza riqueza,
Paisagem amor e união. (bis)*

Foi Epitácio Pessoa,
O primeiro a começar;
Montanhas no Boqueirão,
Viam Jaguaribe passar.

Orós pra frente...

Venham ver a natureza,
Ao progresso deu a mão;
Agora realidade,
Lago azul na imensidão.

Orós pra frente...

Turismo e alegria,
Hoje é o nosso fanal;
Indústria e amizade,
Comunidade ideal.

Orós pra frente...

A Senhora do Socorro,
Nossa fiel protetora;
Nos deu uma terra feliz,
Toda bela e encantadora.

Orós pra frente...

Orós é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Iguatu e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Orós (2010) foi de 0,636, de nível médio, situando-se em 40º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,95, ficando em 105º lugar no Ceará.

Toponímia:

etimologicamente, orós provém de sufixo grego que significa montanhas. O nome do povoado deriva da denominação de pequeno arbusto que serve de alimentação para o gado, pertencente à família das *paseolas penduras*.

Gentílico:

oroense.

Limites geográficos

Norte: Jaguaribe, Solonópole e Quixelô

Leste: Icó e Jaguaribe

Sul: Icó

Oeste: Quixelô e Iguatu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Orós, com **área** de 576,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 21.342 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 818,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 184,48 m e a **distância para a Capital** é de 335,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (24,42%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (10,18%), solo litólico eutrófico (18,32%), solo litólico eutrófico distrófico (13,34%), solonetz solodizado (6,57%) solos aluviais eutróficos (1,30%) e vertissolo (9,57%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaguaribe e os riachos Barão, das Almas e Tatajuba, sendo o principal reservatório o açude Orós, que abastece a população da sede municipal. Com relação ao **relevo**, predominam a planície ribeirinha

e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

O mais antigo registro das origens do município de Orós remonta a 1736, nos livros de registros de Datas e Sesmarias, onde figura o Sítio dos Horós. No início do século XX, diante do fenômeno cíclico das secas, ressuriram estudos elaborados na época do Brasil Império, visando a perenização do rio Jaguaribe com o represamento de suas águas, para os períodos de estiagem, a irrigação do Médio e Baixo Jaguaribe, a piscicultura e o turismo e seu aproveitamento hidrelétrico. Tecnicamente, revelou-se como local mais apropriado para a construção de tão monumental reservatório hídrico, o Boqueirão de Orós, garganta enorme por onde passam as águas do rio Jaguaribe. O projeto teve sua execução iniciada em 1921, no governo do Presidente da República paraibano Eptácio Pessoa, a cargo do DNO-CS. Com o anúncio do início das obras, acorreram muitos candidatos a emprego como operários e logo foram se erguendo, no canteiro de obras e adjacências, casas de apoio administrativo, a Casa dos Hóspedes, residências, armazéns, galpões, hospital, usina geradora de energia elétrica e uma pequena igreja. O primeiro grande problema que se antepôs à continuidade da construção do açude Orós foi a não concretização do trecho de 42,7 km da estrada de ferro que ligaria Fortim a Icó, através da qual chegariam gêneros para abastecimento da população local e pela qual seria comercializada a produção, principalmente de algodão e de carnaúba. Mesmo assim, entre 1920 e 1924, os trabalhos de construção do açude prosseguiram e mesmo num ritmo desacelerado já era apreciável o trabalho realizado. O problema que determinou a interrupção dos trabalhos foi a primeira enchente histórica do século XX, na região do Vale do Jaguaribe, em 1924, quando o rio Jaguaribe derrubou barracões, rompeu o vertedouro até a fundação da barragem, levando em sua correnteza máquinas e instalações, provocando morte e destruição. Com o flagelo da seca de 1958, por determinação do Presidente Juscelino Kubitschek, é retomada a obra de construção do açude Orós e quando o paredão, em formato de Arco Romano, estava prestes a ser concluído, houve grandes precipitações pluviométricas fora de época nessa

região do Ceará e o paredão da represa não teve como conter a enorme torrente de água, sofrendo novo arrombamento em 26 de março de 1960, provocando grandes danos à população dos municípios localizados no Médio e Baixo Jaguaribe, entre Iguatu e Aracati, sendo este o mais prejudicado. O presidente Juscelino determinou o imediato reinício das obras de reconstrução do açude, conseguindo inaugurá-lo em 11 de janeiro de 1961, sendo concluídas as obras em 31 de janeiro do mesmo ano. O presidente Juscelino sancionou a Lei nº 3.850, de 18 de dezembro de 1960, abrindo crédito à SUDENE para fazer face ao pagamento da indenização às vítimas da tragédia.

Formação administrativa:

Pelo decreto estadual nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, é criado o distrito de Orós, juntamente com os distritos de Água Fria, Lima Campos e Santa Maria, todos anexados ao município de Icó. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Orós figura como distrito do município de Icó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Orós, pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, desmembrado de Icó, instalado em 25-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Orós, era constituído de 3 distritos: Orós (sede), Guassussê e Igarói, todos desmembrados de Icó. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município era constituído de 3 distritos: Orós (sede), Guassussê e Igarói, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 7.168, de 14 de janeiro de 1964, é criado o distrito de Palestina e anexado ao município de Orós. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Orós (sede), Guassussê, Igarói e Palestina, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Pela lei municipal nº 03, de 18-06-1991, é criado o distrito de Santarém e anexado ao município de Orós. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 5 distritos: Orós (sede), Guassussê, Igarói, Palestina e Santarém. Os atuais distritos do município são: Orós (sede), Guassussê, Igarói, Palestina e Santarém.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca, e as monocul-

turas de arroz irrigado, banana, abacate, algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e a utilização de oiticica e carnaúba em processos de beneficiamento; o artesanato de bordados e redes; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e outros usos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e de calcário para a fabricação de cal; a pesca industrial e artesanal no açude Orós; o turismo, tendo como principais atrações: o Açude Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Açude Orós), principalmente em época de sangria, que é também utilizado para a prática de esportes náuticos; o Tuninho, longo canal de paisagens rochosas e naturais, propício às diversões, derivando a sua denominação da existência de túnel cravado na rocha, excelente para o banho; o balcão dos pescadores, às margens do açude, servindo como ponto de exportação de peixes e camarões, nas proximidades de vários restaurantes; a válvula, construída para transportar água do açude para as propriedades agrícolas mais distantes, tendo se tornado excelente ponto de atração turística, por seu tamanho e pela beleza de sua vasão, oferecendo a oportunidade de banho e lazer.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Aniversário do Município (15 de setembro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (27 de julho); a Festa de Carnaval Orós Folia (fevereiro); a Festa do Dia das Mães (maio); o Festival Junino (junho); a Festa do Dia das Crianças (12 de outubro); a Festa Orós Natalino (dezembro); a Festa do Pescador (29 de junho).

Principais Personalidades

Evaldo Gouveia de Oliveira, (Orós, 8 de agosto de 1930 – Fortaleza, 29 de maio de 2020), cantor, compositor e violonista. Integrou o Trio Nagô. É autor de inúmeras composições interpretadas por cantores famosos. Muitas de suas músicas fizeram grande sucesso.

Raimundo Fagner Cândido Lopes (Orós, 13 de outubro de 1949),

cantor, compositor, instrumentista, ator e produtor, gravou inúmeros LP e CD e recebeu inúmeras premiações.

Wilde Gomes da Silva (Orós, 14 de janeiro de 1981) é um jogador de futsal brasileiro que conquistou vários títulos, dentre os quais duas Copas do Mundo de Futsal da FIFA (2008 e 2012).

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

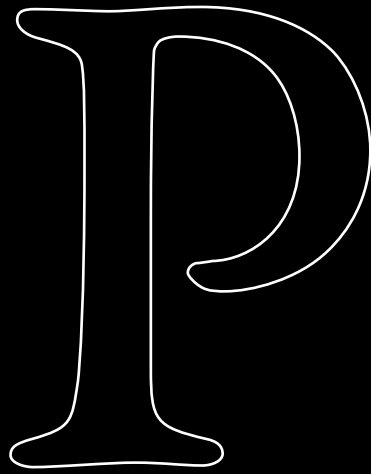
IBGE Cidades.

IPECE - Perfil Municipal de Orós – 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Orós – 1998.

LEITE, Pedro Sisnando – A Tragédia do Orós – Documento Histórico - 2009.

SILVA, Kamillo Karol e – Um Rio entre Diversas Temporalidades – O Jaguaribe a Partir da Construção do Açude Orós (1958-1964) – 2018.



Pacajus
Pacatuba
Pacoti
Pacujá
Palhano
Palmácia
Paracuru
Paraipaba
Parambu
Paramoti
Pedra Branca
Penaforte
Pentecoste
Pereiro
Pindoretama
Piquet Carneiro
Pires Ferreira
Poranga
Porteiras
Potengi
Potiretama

Pacajus



Hino de Pacajus

(Letra e melodia
por Rizet Cabral)

Pacajus! Pacajus!

Teu nome nos convida a lutar,

Pacajus! Pacajus!

Unidos nós queremos te exaltar.

Porque és um exemplo verdadeiro,
De coragem de força e decisão,
Tens a crença do povo brasileiro,
E une legado de bela tradição.

Pacajus! Pacajus!...

Pelo ideal de tua mocidade,
Que no estudo tem novo despertar,
É uma aurora de grande claridade,
Vai teu belo futuro iluminar.

Pacajus! Pacajus!...

Os cajueiros em flor nos caminhos,
E o mangueiral de copa verdejante,
Os pássaros libertos dos seus caminhos,
Cantam a tua glória nesse instante.

Pacajus! Pacajus!...

Pacajus é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Pacajus e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Pacajus (2010) foi de 0,659, de nível médio, situando-se em 14º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 35,62, ficando em 23º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo se origina da denominação da aldeia indígena dos paiaçus ou pacajus.

Gentílico:

pacajuense.

Limites geográficos

Norte: Horizonte

Leste: Chorozinho, Cascavel e Horizonte

Sul: Chorozinho

Oeste: Horizonte, Guaiúba, Acarape e Barreiro

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pacajus, com **área** de 254,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 74.145 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 882,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 73,9 m e a **distância para a Capital** é de 57,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / CE-253. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (30,84%), bruno não cálcico (7,84%), podzólico vermelho amarelo álico (56,14%), solonchak sódico (0,99%) e solos aluviais eutróficos (4,19%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município faz parte do Eixo de Integração do Canal do Trabalhador e está inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais os rios Pacoti e Choró e os riachos Areré e do Lagamar, sendo os principais reservatórios os açudes Pacajus, que pereniza o rio Choró até sua foz, e Queimados. Com relação ao **relevo**, predominam os tabuleiros litorâneos. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

Na região compreendida entre o rio Açu, a Serra do Apodi e o Baixo Jaguaribe, viviam os índios paiaçus, de natureza guerreira, tentando, no início do século XVIII, resistir à corrente migratória dos conquistadores portugueses. Depois de muitas lutas de extermínio, com vítimas em ambos os lados, os silvícolas foram missionados, em 1707, no lugar denominado

Aldeia dos Paiacus ou dos Pacajus, às margens do rio Choró, sendo-lhes destinada uma área com uma légua de terra. A Missão dos Paiacus ou dos Pacajus, depois denominada Montemór-o-Velho, foi transferida em fins de 1762, por ordem do Marquês de Pombal, para a vila de Portalegre, no Rio Grande do Norte. A transferência causou grandes prejuízos para a missão e para o lugarejo, provocando a morte de muitos desses indígenas, tanto por enfermidades, como pela fome. Por essa razão, muitos fugiram para sua antiga aldeia. Em 1765, os índios paiacus foram novamente aldeados na vila de Montemór-o-Novo (Baturité), por determinação do governador Borges da Fonseca, onde já haviam sido construídas uma capela de taipa e algumas casas, em terras arrematadas pelo Capitão-mor João Antas Ribeiro, revendidas, pouco tempo depois, para o Padre José de Sousa.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila, com a denominação de Guarani, pelo decreto estadual nº 63, de 09-09-1890, desmembrada de Aquiraz, com sede no núcleo Monte-Mór, instalada em 29-10-1890. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 6 distritos: Guarani (sede), Lagoa das Pedras, Carnaubal, Aningas, Mundo Novo e Mangabeira. Pela lei nº 1.704, de 09-10-1920, é extinta a vila de Guarani, sendo seu território anexado ao município de Aquiraz. Elevado à categoria de município, com a denominação de Guarani, pela lei nº 2.604, de 26-09-1928. Extinto novamente pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, sendo seu território anexado ao município de Pacatuba, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Guarani figura como distrito de Pacatuba. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Guarani, pelo decreto estadual nº 1.591, de 23-05-1935, que o desmembrou de Pacatuba, tendo como sede o antigo distrito de Guarani, constituído de 4 distritos: Guarani (sede) e Currais Velhos (desmembrados de Pacatuba), Lagoa das Pedras (desmembrado de Redenção) e Olho D'Água (desmembrado de Aquiraz). Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Guarani (sede), Currais Velhos, Lagoa das Pedras e Olho D'Água. Pelo decreto-lei estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito

de Currais Velhos passou a denominar-se Chorozinho; o distrito de Lagoa das Pedras, a denominar-se Itaipaba e o distrito de Olho D'Água, a denominar-se Horizonte. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Guarani (sede), Chorozinho, Itaipaba e Horizonte. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Guarani passou a denominar-se Pacajus. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Pacajus (sede), Chorozinho, Itaipaba e Horizonte, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.436, de 17-07-1963, o distrito de Chorozinho é desmembrado de Pacajus, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.798, de 21-11-1963, o distrito de Horizonte é desmembrado de Pacajus, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.946, de 19-12-1963, o distrito de Itaipaba é desmembrado de Pacajus, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, os municípios de Chorozinho, Itaipaba e Horizonte são extintos, sendo seus territórios anexados ao município de Pacajus, como simples distritos, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei estadual nº 11.305, de 13-03-1987, o distrito de Chorozinho é desmembrado de Pacajus, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 11.300, de 06-03-1987, retificado pelas leis estaduais nº 11.321, de 22-05-1987, e 11.451, de 1988, o distrito de Horizonte é desmembrado de Pacajus, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Pacajus (sede) e Itaipaba. Pela lei municipal nº 044, de 11-11-1992, é criado o distrito de Pascoal e anexado ao município de Pacajus. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Pacajus (sede), Itaipaba e Pascoal, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Pacajus (sede), Itaipaba e Pascoal.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar e frutas diversas; a indústria de sucos e de castanhas de caju; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, caprinos, ovinos, suínos, cavalares, muares e aves; o extrativismo

vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização da oiticica e carnaúba como matérias primas; e o artesanato de redes e bordados.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais de Pacajus são: o Dia de São José (19 de março); as Festividades do Dia de Nossa Senhora de Fátima (1 a 31 de maio); o Festival do Milho (julho); o Aniversário do Município (23 de maio); as Vaquejadas (setembro); a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (16 de agosto); o Festival do Caju (setembro); o Dia de São Francisco das Chagas (4 de outubro); o Dia da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Encenação da Paixão de Cristo (Sexta-Feira Santa).

Principais Personalidades

Alípio de Oliveira Lima, primeiro prefeito do município de Pacajus, de 1936 a 1939.

Artemiza Maria Correia da Silva (Ocara, 10 de maio), escritora, representante de Pacajus na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

José Cláudio de Oliveira (Pacajus, 24 de maio de 1926 – 3 de junho de 2010), licenciado em Geografia e História, e bacharel em Direito. Professor e vereador de Fortaleza, primeiro presidente da Fundação do Bem-Estar do Menor do Ceará e superintendente do Centro de Integração Empresa-Escola do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pacajus – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pacajus – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Pacatuba

Hino de Pacatuba

(Letra por Cyra Montezuma
e melodia por Izaíra Silvino)

Nascente Pacatuba altaneira
De origens belas com teus matagais
E a sombra de virantes serras dormitam
Teus lindos palmeirais
Teus campos solo e natureza
São pedaços d'alma do teus
filhos que se quedam
Diante da memória dos teus antigos tempos
Diante da beleza dos teus lendários trilhos
Do velho trem de ferro de outras eras
Do amor, de calor, de muitos brilhos.

Pacatuba te amamos
És querida, tens grandeza
Pacatuba te amamos
És vida de nossa vida
(bis)

Riquezas naturais e águas tuas
Tranquilas vivem em terra cobertas,
Cascatas brotam lindas do teu solo
E assim belezas valiosas
Manhãs de claridade plena
Convidando à prece todos os teus filhos
Numa emoção eterna e amena.
São provas naturais de que tudo aqui é vida
E os nossos corações palpitam sempre
Vibramos por ti, Terra querida!

Pacatuba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Fortaleza e na mesorregião Metropolitana de Fortaleza.

O **IDH** de Pacatuba (2010) foi de 0,675, de nível médio, situando-se em 11º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 34,17, ficando em 28º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo de origem tupi-guarani, que significa “lugar onde há muitas pacas”.

Gentílico:

pacatubense.

Limites geográficos

Norte: Itaitinga, Fortaleza e Maracanaú

Leste: Itaitinga

Sul: Guaiuba e Itaitinga

Oeste: Maracanaú, Maranguape e Guaiuba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pacatuba, com **área** de 132 km², tem **população estimada** para 2021 em 85.647 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 901,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 65,4 m e a **distância para a Capital** é de 32,4 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-350. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (2,45%), podzólico vermelho amarelo distrófico (21,86%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (61,01%) e solos aluviais eutróficos (14,69%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município integra a bacia Metropolitana tendo como principal drenagem o rio Cocó, sendo os principais reservatórios o açude Gavião e o açude Acarape do Meio. Com relação ao **relevo**, predominam tabuleiros costeiros, maciços residuais e depressões sertanejas. Nesse município, está situada a Serra de Aratanha, também conhecida como Serra de Pacatuba. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), complexo vegetacional da zona litorânea e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular.

Síntese Histórica

Os primeiros habitantes das terras que formam o município de Pacatuba foram os índios pitaguaris, potiguaras e outros da etnia tupi. Com a chegada dos colonizadores portugueses, iniciou-se o processo de aldeamento e catequização dos índios. Como uma das formas de proteção do território contra invasões de outros povos europeus, adotou-se o sistema de sesmarias, tendo a família Correia, procedente do Rio Grande do Norte, sido aquinhoadas, em 1683, com as terras do Sítio Pacatuba, onde se iniciaria o povoamento dessa localidade. Outra concessão, também sob o sistema de sesmaria, foi feita a diversos ocupantes de terras dessa região, em 1693. O objetivo do governo era, além da ocupação e cultivo do solo, promover a defesa do território contra invasores europeus. O distrito de Pacatuba foi criado em 18 de março de 1842, vinculado ao município de Maranguape, sendo elevado à categoria de vila em 8 de outubro de 1869. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi criada em 1869. Com a construção da Estrada de Ferro de Baturité, foram construídas em Pacatuba, em 1876, duas estações de trem. Pacatuba foi o terceiro município cearense a promover a libertação dos escravos.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pacatuba, por ato provincial de 18-03-1842, vinculado ao município de Maranguape. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Pacatuba, pela lei provincial nº 1.248, de 08-10-1869, desmembrado do município de Maranguape, tendo como sede o núcleo de Pacatuba. Por ato provincial de 18-11-1855 e por lei de 08-02-1893, é criado o distrito de Água Verde e anexado à Vila de Pacatuba. Por ato provincial de 15-01-1883 e por lei de 08-02-1893, é criado o distrito de Guaiúba e anexado ao município de Pacatuba. Por lei de 08-02-1893 e por ato estadual de 27-06-1911, é criado o distrito de Pavuna e anexado ao município de Pacatuba. Por ato de 12-11-1896, é criado o distrito de Torre e anexado ao município de Pacatuba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 5 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Guaiúba, Pavuna e Torre. Por ato estadual de 07-06-1917, é criado o distrito de Cajazeiras e anexado ao município de Pacatuba. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o municí-

pio aparece constituído de 7 distritos: Pacatuba (sede), Cajazeiras, Jequi, Água Verde, Guaiúba, Pavuna e Torre. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 8 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Jequi, Cajazeiras, Currais Velhos, Guaiúba, Pavuna e Torre. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 6 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Cajazeiras, Guaiúba, Pavuna e Torre, não figurando os distritos de Jequi e Currais Velhos. Pelo decreto-lei estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Cajazeiras passou a denominar-se Pedreiras e foi criado o distrito de Monguba, anexado ao município de Pacatuba. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 7 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Guaiúba, Monguba, Pavuna, Pedreiras e Torre. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Torre passou a denominar-se Itacima e o distrito de Pedreiras passou a denominar-se Itapó. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 7 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Guaiúba, Itacima, Itapó, Monguba e Pavuna. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Gereraú, com terras desmembradas do distrito de Pavuna, e anexado ao município de Pacatuba, e extinto o distrito de Monguba, sendo seu território anexado ao distrito sede de Pacatuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 7 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Gereraú, Guaiúba, Itacima, Itapó e Pavuna. Pela lei estadual nº 4.465, de 23-03-1959, os distritos de Guaiúba, Água Verde e Itacima são desmembrados do município de Pacatuba, para formarem o novo município de Guaiúba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 4 distritos: Pacatuba (sede), Gereraú, Itapó e Pavuna, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Pacatuba adquiriu o extinto município de Guaiúba e os distritos de Água Verde e Itacima, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Pacatuba (sede), Água Verde, Gereraú, Guaiúba, Itacima, Itapó e Pavuna, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1986. A lei estadual nº 11.301, de 13-03-1987, desmembra do município de Pacatuba os distritos de Guaiúba, Água Verde e Itacima, para formarem o novo município de Guaiúba. Pela lei municipal nº 359, de 17-01-1989, é criado

o distrito de Senador Carlos Jereissati e anexado ao município de Pacatuba. Pela lei municipal nº 361, de 29-12-1989, é criado o distrito de Monguba e anexado ao município de Pacatuba. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 6 distritos: Pacatuba (sede), Gereraú, Itapó, Monguba, Pavuna e Senador Carlos Jereissati. A lei estadual nº 11.927, de 27-03-1992, desmembra do município de Pacatuba os distritos de Itapó e Gereraú, para constituírem o novo município denominado Itaitinga. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 4 distritos: Pacatuba (sede), Monguba, Pavuna e Senador Carlos Jereissati, assim permanecendo em divisão territorial de 2014. Os atuais distritos do município são: Pacatuba (sede), Monguba, Pavuna e Senador Carlos Jereissati.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos e suínos; a piscicultura, com a criação dos peixes tilápia, traíra e cará; a avicultura; o extrativismo vegetal, com a extração de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; e o turismo, tendo como principais atrações o Museu Histórico de Pacatuba, o Museu Indígena Pitaguary, o Teatro Maria Beliza Campos Pinto, o Sobrado da Abolição, a Praça da Matriz, a Praça da Paixão Maria José Ribeiro da Silva, a Praça da Fonte Henrique Gonçalves Justa, a Praça Mais Infância, o Apoená Ecopark (com trilha ecológica e parque temático, redário, rampa de voo livre Jamil Sales, Casa de Pedra, Labirinto, a Fazendinha da Vó Rosa, etc.), açude Boaçu, o Balneário Bica das Andréas, a Bica das Pretinhas, e outras.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Dia do Município (8 de outubro); a Paixão de Cristo (Semana Santa); a Festa de Nossa Senhora do Carmo (16 de julho); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro)

Principais Personalidades

Artur Eduardo Benevides (Pacatuba, 25 de julho de 1923 – Fortaleza, 21 de setembro de 2014), professor, poeta, ensaísta e contista, eleito em 1985 *Príncipe dos Poetas Cearenses*. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras, da qual foi presidente (1995 a 2005), da Academia Cearense da Língua Portuguesa, da Academia de Artes e Letras do Nordeste, da Academia Fortalezense de Letras, da qual foi um dos fundadores e presidente de Honra. Integrou o Grupo Clá.

Dom Expedito Eduardo de Oliveira Memória (Pacatuba, 8 de janeiro de 1910 – Patos, PB, 8 de maio de 1983) recebeu do Papa Pio XII o título honorífico de Camareiro Secreto do Papa, com honras de monsenhor. Foi cura da Sé de Fortaleza, bispo titular de Barca e bispo auxiliar da Arquidiocese de Fortaleza. Nomeado pelo Papa João XXIII bispo da Diocese de Patos – PB, onde permaneceu de 1959 a 1983.

Faustino de Albuquerque e Sousa (Pacatuba, 15 de dezembro de 1882 – Fortaleza, 10 de dezembro de 1961), bacharel em Direito e professor, foi diretor do *Theatro José de Alencar*. Juiz Substituto de Maranguape e titular em Barbalha, Camocim e Baturité. Desembargador, foi presidente do Tribunal de Justiça e do TRE do Ceará, por quatro vezes. Presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos – IBEU, de Fortaleza. Em 1947, foi eleito governador do Ceará.

Francisco Ribeiro de Moura, professor, escritor, empresário e radialista, representante de Pacatuba na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

José Antônio da Justa (Pacatuba, setembro de 1832 – Pacatuba, 21 de abril de 1886), engenheiro agrônomo, agricultor e político, foi vereador de Pacatuba e membro da Assembleia Provincial do Ceará, em dois períodos legislativos, tendo assumido a presidência desse órgão legislativo em 1882.

José Lino da Justa (Serra de Aratanha, Pacatuba, 23 de setembro de 1863 – Rio de Janeiro, 22 de março de 1952), médico, abolicionista, diretor da Inspetoria de Higiene do Ceará, foi um dos fundadores do Centro Médico Cearense. Secretário do Interior, chefe de Polícia, deputado estadual (presidente da Assembleia) e deputado federal. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Laila Ferrer e Silva (Pacatuba, 30 de julho de 1982), atleta brasileira especialista no lançamento de dardo, foi campeã nos Jogos Universitários na UNIFOR. Participou dos Jogos Pan-Americanos (2011), das Olimpíadas de Londres (2012), do Rio de Janeiro (2016) e de Tóquio (2021). Ingressou nas Forças Armadas.

Padre Bernardino de Oliveira Memória, sacerdote católico, foi o primeiro vigário da freguesia de Pacatuba, nomeado em 01-02-1870, onde permaneceu até junho de 1880. Foi deputado provincial no biênio 1882-1883.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pacatuba – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pacatuba – 1998.

PREFEITURA DE PACATUBA (CE). 2020. Disponível em <http://pacatuba.ce.gov.br/inicio/pacatuba/>.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Pacoti

Hino de Pacoti

(Letra por Irmã Maria Tereza
e melodia por João Cavalcante)

Sobre os flancos da serra altaneira
Pacoti se apresenta gentil
Qual princesa formosa e faceira
Em seu trono esmeralda e anil.

*Ó Pacoti, Ó Pacoti!
és o riso florido da serra
Pois espalhas em volta de ti
O que é belo, o que é nobre na terra.*

O teu solo bendito se espalha
Sob as bênçãos de Deus Redentor
No teu céu de turquesa e opala
Brilha à noite o Cruzeiro do amor

Nos teus campos verdejam floridos
Cafezais com suas bagas rubis
E salpicam de ouro os abismos
Os paus-d'arco com seus colibris.

O teu clima sadio e ameno
Dá saúde, coragem e vigor
o turista te olhando sereno
Logo diz que tu és um primor.

Pacoti és cidade esperança
De futuro feliz promissor
Pois teu povo não para, não cansa
de lutar com bravura e ardor.

Pacoti é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Pacoti (2010) foi de 0,635, de nível médio, situando-se em 42º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,24, ficando em 52º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra, de origem tupi, significa “Lagoa das Cotias”, mas também “Voltado para o Mar”.

Gentílico:

pacotiense.

Limites geográficos

Norte: Palmácia

Leste: Baturité, Redenção e Palmácia

Sul: Guaramiranga e Baturité

Oeste: Caridade e Guaramiranga

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pacoti, com **área** de 112 km², tem **população estimada** para 2021 em 12.313 habitantes. Apresenta **clima** tropical subquente úmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.316,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 736,13 m e a **distância para a Capital** é de 93,5 km, com acesso principal pela rodovia CE-065. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,03%), podzólico vermelho amarelo distrófico (88,70%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (11,27%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas Metropolitana e do Curu, tendo como principais drenagens superficiais o rio Pacoti e os riachos Oiticica e Salgado, não existindo no município açudes de grande porte. Com relação ao **relevo**, predominam serras secas, serras úmidas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Os primeiros ocupantes das terras do maciço de Baturité foram, em 1680, Estevão Velho de Moura com mais seis desbravadores, procedentes

do Rio Grande do Norte, que vieram ocupar uma área de terra de 126 km na microrregião de Baturité, próxima ao rio Choró. Posteriormente, em 1718, Manuel Duarte da Cruz ocupou a área onde atualmente se situa o município de Aracoiaba. Em 1738, Teodósio de Pina e Inácio Loiola Leitão chegam para se instalar nas terras do atual município de Aratuba. Outros que chegaram à serra, em 1740, foram os irmãos Arnaldo, Sebastião e Cristóvão Holanda e Manuel Ferreira da Silva, que se estabelecem na região, tendo os seus descendentes iniciado o povoamento dos atuais municípios de Aratuba, Guaramiranga, Mulungu e Pacoti. No início do século XIX, as terras do maciço do Baturité estavam ocupadas por sítios, onde se expandiu o cultivo do algodão e do café, trazendo grande desenvolvimento econômico para a região.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pacoti por lei provincial de 14-02-1863 e pela lei provincial nº 2.113, de 15-12-1885. Elevado à categoria de vila com a denominação de Pacoti pelo decreto estadual nº 56, de 02-09-1890, instalado em 25-10-1890, tendo como sede o núcleo de Pendência. Pela lei estadual nº 556, de 25-08-1890, a vila é extinta, sendo o seu território anexado ao município de Baturité. Elevado à categoria de município, com a denominação de Pacoti, pela lei nº 672, de 30-08-1901, desmembrado de Baturité. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído apenas do distrito sede. Nos quadros do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 3 distritos: Pacoti (sede), Campos Belos e Santana. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município é extinto, sendo o seu território anexado ao município de Baturité, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Pacoti, pela lei nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Baturité. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 7 distritos: Pacoti (sede), Guaramiranga, Lameirão, Mulungu, Pernambucoquinho (desmembrado de Baturité), Pindoba e Santos Dumont, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto nº 448, de 20-12-1938, são extintos os distritos de Lameirão, sendo seu território anexado ao distrito de Mulungu, e Pindoba, anexado ao dis-

trito de Santos Dumont. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Pacoti (sede), Guaramiranga, Mulungu, Pernambucozinho e Santos Dumont. Pelo decreto nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Santos Dumont passou a denominar-se Aratuba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Pacoti (sede), Aratuba, Guaramiranga, Mulungu e Pernambucozinho, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.563, de 29-03-1957, o distrito de Aratuba é desmembrado do município de Pacoti, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 3.679, de 11-07-1957, os distritos de Guaramiranga e Pernambucozinho são desmembrados do município de Pacoti, para formar o novo município de Guaramiranga. Pela lei estadual nº 3.556, de 14-03-1957, o distrito de Mulungu é desmembrado do município de Pacoti, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 7.269, de 27-05-1964, são criados os distritos de Colina, Fátima e Santa Ana e anexados ao município de Pacoti. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Pacoti (sede), Colina, Fátima e Santa Ana, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Pacoti (sede), Colina, Fátima e Santa Ana.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, mandioca, as monoculturas de algodão, banana, café, cana-de-açúcar e castanha de caju, chuchu e hortaliças, além de atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal para a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e usos diversos na construção civil; a exploração de águas minerais e a extração de areia e argila utilizadas na fabricação de telhas, tijolos e cobogós e a extração de rocha calcária utilizada na fabricação de cal; o turismo, tendo

como principais atrações a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1885, a Capela de Nossa Senhora das Graças, o Polo de Lazer de Pacoti, o Centro Cultural Heitor Bastos, o Arco de Nossa Senhora de Fátima, a Capela da Donaninha, a Estância Vale das Flores e o Sítio São Luís, que faz parte da Rota Verde do Café.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); a Festa do Aniversário do Município (2 de setembro); o Carnaval da Feliz Cidade (fevereiro/março); a Páscoa Encantada de Pacoti e a Encenação da Paixão de Cristo – Via Sacra (Semana Santa), os Festejos Juninos (junho); o Festival Café com Chocolate e Flores (23 a 25 de julho); e os Festejos Natalinos (dezembro).

Principais Personalidades

Antônio Antonele de Castro Bezerra (Pacoti, 04 de novembro de 1894 – Fortaleza, 19 de setembro de 1926), bacharel em Direito, foi promotor público em Iguatu, advogado em São Paulo e catedrático na Faculdade de Direito do Ceará.

Antônio Cláudio Ferreira Lima (Pacoti, 01 de março de 1947 – Fortaleza, 30 de junho de 2018), economista e pesquisador. Funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, foi secretário de Planejamento, presidente do Instituto de Planejamento do Ceará, assessor do governador do Ceará, do Ministério do Planejamento e do Senado. Foi Superintendente da FIEC. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Dom Plínio José Luz da Silva (Pacoti, 18 de outubro de 1955), nomeado em 2001 pelo Papa João Paulo II bispo titular de Marazane e auxiliar de Fortaleza e em 2003, bispo da Diocese de Picos – PI.

Valdemar Cabral Caracas (Pacoti, 9 de novembro de 1907 – Fortaleza, 14 de janeiro de 2013), primeiro cronista esportivo do Ceará, tendo atuado como repórter, comentarista e noticiário, no fim da década de 1930. Ajudou a fundar o Ferroviário Atlético Clube em 1933, do qual foi técnico em 1945 e conquistou o primeiro campeonato estadual. Em 1936, foi vereador de Fortaleza.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pacoti - 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pacoti – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Pacujá

Hino de Pacujá

(Letra do Padre Jacó Leôncio Lopes
e melodia por João Batista Ribeiro)

No sopé da Ibiapaba formosa
Entre as matas gentis sertanejas
Surgem em raios brilhantes, ditosa,
Na cidade das mil singelezas.

*Oh! formoso torrão da esperança
Tão querida de seu precursor
Que a bravura e o amor sejam herança
De teus filhos heróis do Senhor.*

Quinze ilustres se foram precisos
E num brado de intenso labor
Surgem o tempo em dias floridos
Dos grilhões do poder triunfou.

Oh! formoso torrão da esperança...

Não podemos deixar de ser gratos
Nem fuçamos de nossa igualdade
Mas gritemos alegres e bravos
Liberdade! E mais liberdade.

Oh! formoso torrão da esperança...

Já raiou vinte e dois de setembro
Grande data que a virgem escolheu
Nesse dia em que o povo proclama
Os louvores e as glórias do céu.

Oh! formoso torrão da esperança...

Nossas preces a Deus tão clemente
Elevemos por teu fundador



A memória do Pe. Vicente
Grande amigo herói benfeitor.

Pacujá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Pacujá (2010) foi de 0,621, de nível médio, situando-se em 70º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,74, ficando em 108º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi, que significa “Fruto da Pacova” (variedade de banana), significando também “Folha de Enrolar”.

Gentílico:

pacujaense.

Limites geográficos

Norte: Cariré e Mucambo

Leste: Cariré e Reriutaba

Sul: Graça e Reriutaba

Oeste: Mucambo e Graça

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pacujá, com **área** de 76,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 6.565 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.178,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 150 m e a **distância para a Capital** é de 311,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-253 / CE-321. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (1,29%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (48,71%) e solo litólico eutrófico (50%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Acaraú, tendo como principal drenagem o rio Jaibaras, um dos principais tributário do rio Acaraú, sendo o principal reservatório o açude Coriolano de Souza Brito, que abastece a população urbana da sede do município. Com relação ao **relevo**, se destacam o Planalto da Ibiapaba e a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída

de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

A história de Pacujá remonta ao final do século XIX, tendo como local de origem a Fazenda Belmont, de propriedade do fazendeiro José Rodrigues, em torno da qual se formou o povoado, a partir da construção das primeiras casas. O terreno para construção de Pacujá foi doado por Dona Maria Rodrigues Nepomuceno, conhecida como Maria dos Tinguins, onde foi construída primeiramente a Casa de Pedra, onde funciona a capela de São Vicente de Paulo, da família Rodrigues Nepomuceno. A descendência desses pioneiros é composta pela miscigenação das raças índia, negra e branca.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pacujá, pela lei nº 2.054, de 24-11-1883, subordinado ao município de Ibiapina. Pelo decreto nº 65, de 27-06-1892, o distrito de Pacujá é transferido de município de Ibiapina para o município de Sobral. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Pacujá figura no município de Sobral, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1933. Pelo decreto nº 1.271, de 29-05-1934, o distrito de Pacujá é transferido do município de Sobral para o município de São Benedito. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Pacujá figura no município de São Benedito, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município, com a denominação de Pacujá, pela lei estadual nº 3.692, de 17-07-1957, desmembrado de São Benedito, instalado em 22-09-1957, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município continua constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e monocultura de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas di-

versas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, para a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de bolsas e chapéus de palha e de sandálias e bolsas de couro, selas e arreios para animais, bordados e comércio de couro de gado, cru; o turismo, tendo como principais atrações, para lazer e pesca, o rio Pacujá, o rio Jaibaras, o Açude do Bom Sucesso, o Balneário Ponto de Encontro e o Açude das Milhã; a Gruta do Limão ou Furna do Limão, a Pedra do Jacaré, a Pedra do Salto do Veado, sítios arqueológicos e paleontológicos, cachoeiras, trilhas, mirantes e vestígios de Mata Atlântica, na Serrinha - Pacujá.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São João Batista (14 a 24 de junho); o Aniversário do Município (22 de setembro); o Festival de Quadrilhas (junho/julho); o Concurso de Miss Pacujá e Miss Pacujá Mirim (setembro); a Malhação do Judas da Casa de Pedra (Semana Santa); as Festas Natalinas (dezembro).

Principais Personalidades

Dona Maria Rodrigues Nepomuceno, a **Maria dos Tinguins**, doadora do terreno para construção de casas no povoado de Pacujá, que teve como primeiras construções a Casa de Pedra e a capela de São Vicente de Paulo.

Francisco Júlio Filizola líder do movimento em prol da emancipação política de Pacujá.

Padre Vicente Jorge, primeiro vigário de Pacujá e fundador da cidade.

Fontes:

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pacujá 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea do Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pacujá – outubro/98

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACUJÁ – Plano Municipal de Saneamento Básico – 2019.

Palhano



Hino de Palhano

(Letra por Fernando Marquês
e melodia por Eduardo Alberto de Holanda)

Sob a luz de um sol que fulgura
Os teus filhos exaltam a ti
Terra fértil de glória e trabalho
Tens na face um caminho a seguir.

*Com vigor, tradição, salve o lábaro
Que ostenta este chão
Tens o verde e branco
Sob o céu de anil
És Palhano enfim és Brasil.*

Os teus campos nos mostram a grandeza
De um povo heroico e viril
No espelho das águas que correm
Tua imagem Palhano surgiu.

Nos orvalhos das manhãs fagueiras
No arrebol tu vens resplandecer
O teu povo, tua alma e teu fruto
És Palhano e sempre hás de ser.

Palhano é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Palhano (2010) foi de 0,638, de nível médio, situando-se em 36º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,54, ficando em 95º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo palhano é o sobrenome do donatário da sesmaria que deu origem ao município, Tenente-Coronel Estevão de Sousa Palhano ou do primeiro morador da região, José Palhano.

Gentílico:

palhanense.

Limites geográficos

Norte: Aracati e Beberibe

Leste: Jaguaruana, Itaíçaba e Aracati

Sul: Russas

Oeste: Beberibe e Russas

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Palhano, com **área** de 440,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 9.458 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 516,4 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 14,2 m e a **distância para a Capital** é de 158,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-371. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (3,55%), planossolo solódico ta (8,37%), podzólico vermelho amarelo distrófico (36,21%), podzólico vermelho amarelo álico (8,29%), solonetz solodizado (40,06%) e solos aluviais eutróficos (3,09%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Baixo Jaguaribe e tem como principais drenagens superficiais o rio Palhano e os riachos das Pedras, Riachinho e Umburanas, este na divisa com Beberibe, sendo os principais reservatórios o açude Boi Morto, Aquário, da Tamarana, Mormatitier e Antônio da Silva, recebendo também as águas do Canal do Trabalhador. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas, planície ribeirinha, tabuleiros costeiros e tabuleiros interiores. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

A história do atual município de Palhano se inicia na primeira metade do século XVIII, quando, em 24 de outubro de 1733, o Coronel Manuel Gonçalves de Sousa e o Tenente-Coronel Estevão de Sousa Palhano receberam em doação uma Sesmaria de três léguas de terra, à margem do

Riacho da Cruz. A sesmaria denominada Cruz do Palhano, do Tenente-Coronel Estevão de Sousa Palhano, foi o primeiro povoado da região onde atualmente se localiza o município de Palhano. Em 18 de agosto de 1882, a sesmaria foi transformada, por ato provincial, em distrito, com a denominação de Cruz do Palhano, subordinado ao município de São Bernardo de Russas. Há diversas versões para a origem do nome do município: pela primeira versão, Palhano vem do antigo nome do Riacho da Cruz; outra versão é que a denominação do município se origina do sobrenome do donatário da sesmaria que deu origem ao município, Tenente-Coronel Estevão de Sousa Palhano; a versão popular atribui o nome do município a um pretense primeiro morador da região, José Palhano, que teria fincado uma cruz em local à margem esquerda do rio, benta por Frei Davi em uma de suas missões em 1901: e daí o nome original do distrito - Cruz do Palhano: o cruzeiro acima referido ainda existe; há ainda os que atribuem a denominação do município ao nome da palha originária da carnaubeira, abundante na região.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cruz do Palhano, por ato provincial de 18-08-1882, subordinado ao município de São Bernardo das Russas. Pela lei estadual nº 2.155, de 12-08-1889, o distrito de Cruz do Palhano é transferido do município de São Bernardo das Russas para o município de União. Pelo decreto nº 58, de 04-09-1890, o distrito de Cruz do Palhano volta a pertencer ao município de São Bernardo das Russas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Cruz do Palhano figura no município de São Bernardo das Russas, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Cruz do Palhano passou a denominar-se Palhano e o município de São Bernardo das Russas a denominar-se simplesmente Russas. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Palhano figura no município de Russas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Palhano, pela lei estadual nº 4.076, de 08-05-1958, desmembrado de Russas e instalado em 15-05-1958, tendo como sede o antigo distrito de Palhano e constituído apenas do distrito sede. Em

divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído apenas do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 11.455, de 25-02-1988, é criado o distrito de São José e anexado ao município de Palhano. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 2 distritos: Palhano (sede) e São José, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente o município é constituído dos distritos: Palhano (sede) e São José.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de rendas, bordados e labirintos; a extração de areia e argila utilizadas na fabricação de telhas e tijolos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, com a realização de novenas, caminhadas, procissões, leilões, festas dançantes, comidas típicas, etc. (de 28 de novembro a 8 de dezembro); a Festa de Aniversário da Emancipação Política do Município (8 de maio); o Carnaval (fevereiro/março); a Paixão de Cristo na Terra da Cruz (Semana Santa); as Festas Juninas (junho); o Natal de Luz da Cruz de Palhano (dezembro).

Principais Personalidades

João Luiz de Santiago, designado para responder pela prefeitura de Palhano, quando da instalação do município em 15-05-1958, permanecendo no cargo até 12-04-1959.

José Palhano, pretensu primeiro habitante da região, a quem se atribui a origem do nome do município.

Miguel Correia de Oliveira, prefeito interino de Palhano, com mandato de quatro anos a partir de 13 de abril de 1959.

Tenente-Coronel Estevão de Sousa Palhano, donatário da sesmaria que deu origem ao município de Palhano.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Palhano – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Palhano – 1998.

APRECE - Plano Municipal de Saneamento Básico de Palhano – CE – 2012.

STUDART, Guilherme (Barão de Studart) – Datas e Factos para a História do Ceará – Editor: Typ. Studart – 1896.

Palmácia



Hino de Palmácia

(Letra por Edson Macambira
e melodia por Valderglan Farias)

Palmácia louvada a terra dos sonhos
Dos campos risonhos a Deus consagrada
A todos encanta, é roça é jardim
É leiga é santa, é tudo pra mim
Menina bonita tão cheia de graça
Às vezes se agita em volta da praça.

*Terra sagrada, berço de amores
Jardins em flores, mãe dedicada
E céu mais bonito, eu digo e repito
Não há, não há, não há!*

Palmácia pequena, meu berço querido
Meu lar preferido, tão longe de mim
Nos meus pensamentos as verdes palmeiras
Tangidas ao vento se agitam fagueiras
Aquém bananeiras riachos correndo
As aves cantando e o vento gemendo.

Palmácia é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Palmácia (2010) foi de 0,622, de nível médio, situando-se em 65º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,29, ficando em 101º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “Palmeira” ou “Terra dos Palmeirais”.

Gentílico:

palmaciano.

Limites geográficos

Norte: Maranguape

Leste: Guaiúba e Maranguape

Sul: Pacoti, Redenção e Guaiúba

Oeste: Caridade

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Palmácia, com **área** de 117,81 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.553 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.656 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 425,11 m e a **distância para a Capital** é de 66,2 km, com acesso principal pela rodovia CE-065. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (13,92%), planossolo solódico ta (4,89%), podzólico vermelho amarelo distrófico (36,39%) e podzólico vermelho amarelo eutrófico (44,80%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas Metropolitana e do rio Curu, tendo como principais drenagens superficiais o rio Água Verde e Pacujá e o rio Salgado, afluente do rio Pacoti, assim como as cabeceiras do rio São Gonçalo, denominadas no local “riacho da Cruz”, os riachos do Araticum, Canabrava, Serrinha, Oiticica, Novo, Patos e Caboclos. Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (SRH, 1992), o nível de ačudagem estimado na época era de 8 açudes, com capacidade total estimada em 3,6 km². O abastecimento de 77% da população da sede municipal é feito pela CAGECE, que utiliza como manancial uma fonte natural com produção estimada em 40 m³/h. Com relação ao **relevo**, se destacam os maciços residuais e algumas serras que concorrem para a amenidade do clima na região, como as Serras: do Lajedo, Bacamarte, São João, São Paulo, Serra Nova e Torre da Lua. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifolia tropical pluvial.

Síntese Histórica

O início da ocupação do atual município de Palmácia ocorreu em período de grande seca no Ceará e no Nordeste, no início do século XVIII, que obrigou os índios da etnia Baturité a se refugiarem nessa região serrana.

Depois da seca, os indígenas retornaram a seus lugares de origem e as encostas da região do Maciço do Baturité voltaram a ser ocupadas, anos mais tarde, com as “sobras de sesmarias”, formando-se povoados, em lugares de difícil acesso, com a utilização das antigas trilhas abertas pelos silvícolas. Os meios de transporte eram burros e jumentos, com os quais os comboieiros faziam fretes e transportavam produtos. Por esse meio, os tropeiros descobriram uma antiga trilha indígena que, partindo de Aratanha, passava pela região do Arraial das Palmeiras, tendo como local de parada o manancial conhecido como Bica, onde saciavam a sede e davam água aos animais. Essa trilha encurtava o caminho nas viagens para a capital. No curso desses trajetos, foram se formando pequenos povoados, com a ajuda dos cortadores de palmas, que produziam a matéria prima para a construção de choças e barracas de palhas. Surgiu daí o primeiro nome desse povoado “Arraial das Palmeiras”. Na inclemente *Seca dos Três Setes* (1877, 1878 e 1879), as populações do Ceará e, particularmente, de Palmeiras, sofreram o drama da falta de água e de meios de sobrevivência. Para socorrer o imenso contingente de pessoas flageladas, D. Pedro II mandou construir açudes dentre os quais o Açude da Comissão Imperial, tendo sido iniciadas as obras em 1878, com a abertura de frentes de trabalho destinadas a livrar o povo da fome e da sede. Para atender aos anseios religiosos dos habitantes de Palmeiras, Monsenhor Custódio construiu em 1880 uma capela, que, posteriormente, foi ampliada por Monsenhor Tabosa, em torno da qual foram surgindo novas habitações. Em seguida foram construídos um Mercado Público e um cemitério, que logo foi desativado, pelo risco de contaminação do solo, e reconstruído em terras doadas por José Ildefonso Campos. Com a chegada ao povoado de Maria Amélia Perdigão Sampaio, primeira professora pública da cidade, Palmeiras pôde ser elevado (essa era uma condição) à categoria de vila, com a denominação de Silva Jardim, que não chegou a ser instalada. Em 1939, foi construído o *Santo Cruzeiro*, no lugar conhecido como Serrote do Meio, por estar situado entre a Pedra do Bacamarte e a Torre da Lua, feito de madeira de aroeira e fixado no alto do morro. A lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951, mudou a denominação do município, de Palmeiras para Palmácia. A sugestão dessa nova denominação foi feita por Dom Antônio de Almeida Lustosa.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Palmeiras por ato provincial de 06-11-1862 e pela lei provincial nº 1.778, de 23-11-1878, subordinado ao município de Maranguape. A lei nº 352, de 28-07-1897, elevou o distrito de Palmeiras à categoria de município, com a denominação de Silva Jardim, que não chegou a ser instalado. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito continua com a denominação de Palmeiras, figurando no município de Maranguape, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 169, de 31-03-1938, ratificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-12-1938, o distrito aparece grafado Palmeira. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Palmeira permanece no município de Maranguape. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Palmeira passou a denominar-se Palmácia. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Palmácia figura no município de Maranguape, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação Palmácia, pela lei estadual nº 3.779, de 28-08-1957, instalado em 07-09-1957, constituído de 2 distritos: Palmácia (sede) e Gado, ambos desmembrados de Maranguape. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Palmácia (sede) e Gado, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei estadual nº 11.483, de 20-07-1988, é criado o distrito de Gados dos Rodrigues e anexado ao município de Palmácia. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Palmácia (sede), Gado e Gados dos Rodrigues, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Atualmente, o município é constituído dos distritos: Palmácia (sede), Gado e Gados dos Rodrigues.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, café, castanha de caju, frutas e hortaliças diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades com

utilização de oiticica e carnaúba; o artesanato de redes, bordados, bijuterias e artigos religiosos; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, utilizadas na fabricação de telhas e tijolos, e a extração de rocha calcária, utilizada na fabricação de cal; a indústria de aguardente; o comércio, com supermercados, farmácias, depósitos de construção, lojas de roupas, boutiques, frigoríficos, lojas de móveis e eletrodomésticos e eletrônicos, padarias, restaurantes e outros; a piscicultura; o turismo, integrando o município ao Polo Turístico da Serra de Guaramiranga, situado na Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité, do Corredor Ecológico do Rio Pacoti e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Palmácia é considerada uma cidade de grande potencial para o turismo de aventura e para o ecoturismo.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Dia da Confraternização Universal (1 de janeiro); as Festividades do Santo Padroeiro São Francisco de Assis (de 25 de setembro a 4 de outubro); o Carnaval (fevereiro); o Festival de Quadrilhas (junho); as Festas dos Reis (6 de janeiro); a Festa de São José (19 de março); a Coroação de Nossa Senhora (maio); a Festa de Santo Antônio (13 de junho); o Forró do Xamegão (agosto); o Aniversário do Município (28 de agosto); a Festa de Réveillon (31 de dezembro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro).

Principais Personalidades

Atanásio Perdigão Sampaio (Palmácia, 17 de julho de 1907 - Palmácia, 27 de março de 1976), empresário e político, foi vereador de Maranguape, tendo sido o primeiro prefeito eleito do município de Palmácia (25 de março de 1959 a 25 de março de 1963). Dono da fábrica de cachaça Palmeirinha e do cinema local, responsável pelo fornecimento de energia elétrica para o município, considerado um dos homens mais ricos do município.

Francisco José Coelho Teixeira (Palmácia, 1960), engenheiro civil, ocupou os cargos de secretário de Recursos Hídricos do Ceará e ministro da Integração Nacional, tendo sido um dos principais responsáveis pelas

obras de transposição do Rio São Francisco.

João Vianney Campos de Mesquita (Palmácia, 17 de agosto de 1946), professor, escritor e jornalista, graduado em Comunicação, com pós-graduação em Metodologia da Pesquisa. Membro da Academia Cearense da Língua Portuguesa, da qual foi presidente por dois mandatos, e da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo.

Maria Amélia Perdigão Sampaio (Tamboril, 20 de maio de 1877 – Palmácia, 3 de junho de 1952). nomeada professora da então Vila de Palmeiras em 1897, lecionou inicialmente em sua própria casa. Foi a primeira professora do lugarejo de Palmeiras (atual Palmácia), dando grande contribuição para a educação e formação cristã de sua população mais pobre.

Padre Gerardo de Sousa Melo, primeiro pároco da Paróquia de São Francisco de Assis de Palmácia.

Padre Pedro Perdigão Sampaio (Palmácia, 19 de maio de 1900 – Fortaleza, 13 de abril de 1947), sacerdote católico, professor, capelão da Santa Casa de Misericórdia e da Cadeia Pública. Capelão militar, foi vigário de Senador Pompeu e Amontada e da Igreja de São Gerardo em Fortaleza. Participou da aquisição do terreno e da construção da Escola Apostólica São Vicente de Paulo, em Antônio Bezerra, bairro em que há uma rua com o seu nome.

Paulo Tadeu Sampaio de Oliveira (Palmácia, 25 de janeiro de 1946), administrador e mestre em Administração, jornalista, folclorista, radialista e ator, é membro de diversas entidades literárias, sócio honorário da Academia Fortalezense de Letras e representante de Palmácia na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Vicente de Paulo Sampaio Rocha (Palmácia, 31 de julho de 1929 – Fortaleza, 10 de junho de 2002), escritor, professor do Liceu, da Escola Normal Justiniano de Serpa e de outros colégios em Fortaleza, Maranguape e Palmácia. Secretário de Educação de Palmácia (1983 a 1988).

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023
IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Palmácia – 2017
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Palmácia – 1998.

Paracuru

Hino de Paracuru

(Letra e melodia
por Diná Albuquerque)

Sobre a branca areia da praia
Surge esbelta cidade gentil
Atraente formosa e modesta
Uma célula do imenso Brasil.

*Paracuru, oh terra querida
Tuas belezas queremos cantar
Seja tua praia, abrigo e guarida
Para as gerações que Deus te confiar.*

Teus coqueiros de porte elegante
Nos convidam a viver mais feliz
Respirando um ar puro e constante
Sob o céu de variado matiz.

Paracuru, oh terra querida...

No sussurro das ondas tu dormes
E despertas feliz a cantar
Paracuru, em ti a natureza
Quis, tranquila, também repousar.

Paracuru, oh terra querida...

Teu brasão simboliza a jangada
Que nas águas caminha ligeira
Marcha firme de pé, Terra Amada
No exemplo de teu jangadeiro

Paracuru, oh terra querida...

Paracuru é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baixo Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Paracuru (2010) foi de 0,637, de nível médio, situando-se em 38º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 30,95, ficando em 39º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “Lagarto do Mar”.

Gentílico:

paracuruense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Paraipaba

Leste: São Gonçalo do Amarante e Oceano Atlântico

Sul: São Gonçalo do Amarante

Oeste: Paraipaba e Oceano Atlântico

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Paracuru, com **área** de 303,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 35.526 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.018,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 10 m e a **distância para a Capital** é de 90,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-085 / CE-135 / CE- 341. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (76,85%), areias quartzosas marinhas distróficas (13,65%), plintossolo distrófico (1,93%), solonchak sódico (0,98%) e solos aluviais eutróficos (5,22%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Curu e Metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais, na primeira, o rio Curu e o córrego do Jardim e na segunda o riacho São Pedro, sendo o abastecimento da população urbana atendido pela Lagoa Grande. Com relação ao **relevo**, predominam a planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

A primitiva povoação de Paracuru, habitada exclusivamente por pescadores, foi invadida por dunas, impelidas por fortes ventos, forçando a

mudança de suas casas para lugares mais altos, onde a vila começou a se reorganizar. Nessa nova área, o Padre João Francisco Nepomuceno da Rocha iniciou a construção de uma capela, em honra de Nossa Senhora dos Remédios, que atraiu para o seu entorno a construção das primeiras casas. Por essa razão, o Padre João Francisco é considerado o fundador de Paracuru. Em 1862, desejando conseguir a elevação da capela à categoria de paróquia, o Padre João Francisco doou todas as terras de sua família à Igreja. No ano seguinte, Paracuru passou a distrito, subordinado ao município de Trairi. Um fato colocou Paracuru em evidência, por sua localização: a sua escolha para observação do eclipse total do sol, ocorrido em 15 de abril de 1893, para onde se deslocaram duas comissões científicas, sendo uma da Real Sociedade Astronômica de Londres e outra de entidade astronômica brasileira. Paracuru tem sua sede banhada pelo mar e é o centro de grandes eventos marítimos, durante todo o ano, tendo um dos mais ricos e variados ecossistemas da Costa do Sol Poente, com 20 km de litoral, que se estende da foz do rio São Gonçalo até os manguezais do rio Curu, oferecendo enseadas de mar tranquilo e arrecifes com piscinas naturais.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Paracuru, por ato provincial de 06-07-1863 e pela lei provincial nº 1.020, de 14-11-1863, subordinado ao município de Trairi. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Paracuru, pela lei provincial nº 1.235, de 27-11-1868, desmembrado de Trairi, tendo como sede a antiga povoação de Alto Alegre do Paraíso. Pela lei nº 1.604, de 14-08-1874, é extinta a vila de Paracuru e transferida a povoação de Alto Alegre do Paraíso para Trairi. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Paracuru, pelo decreto estadual nº 73, de 01-10-1890, instalada em 25-10-1890, tendo como sede o núcleo de Paracuru. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 1.841, de 17-08-1921, a sede do núcleo de Paracuru é transferida para a povoação de São Gonçalo, elevada a vila. Pela lei estadual nº 1.936, de 12-11-1921, São Gonçalo é elevado à categoria de município. Pela lei nº 2.368, de 30-07-1926, São Gonçalo é rebaixado à condição de povoado, com a denominação da Anacetaba e a sede do município volta a ser Paracuru. A lei estadual nº 2.589,

de 15-09-1928, revogou a lei 2.368 e revigorou as de nº 1.841 e 1.936. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, a sede do município volta a ser em Paracuru. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 8 distritos: Paracuru (sede), Mundaú, Passagem do Tigre, Pecém, São Gonçalo, Serrote, Siupê e Trairi. Pelo decreto nº 64, de 07-08-1935, o município passa a denominar-se São Gonçalo, que passa a ser a sua sede. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, Paracuru figura como simples distrito de São Gonçalo. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Gonçalo passou a denominar-se Anacetaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Paracuru figura no município de Anacetaba. Elevado à categoria de município com a denominação de Paracuru, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, tendo como sede o antigo distrito de Paracuru, constituído de 2 distritos: Paracuru (sede) e Paraipaba, ambos desmembrados de São Gonçalo do Amarante, anteriormente denominado Anacetaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Paracuru (sede) e Paraipaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.351, de 07-07-1963, o distrito de Paraipaba é desmembrado do município de Paracuru, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.526, de 05-10-1963, é criado o distrito de Jardim e anexado ao município de Paracuru. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Paracuru (sede) e Jardim. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Paracuru adquiriu o extinto município de Paraipaba, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Paracuru (sede), Jardim e Paraipaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.009, de 05-02-1985, o distrito de Paraipaba é desmembrado do município de Paracuru, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 2 distritos: Paracuru (sede) e Jardim. Pela lei municipal nº 547, de 17-10-1994, é criado o distrito de Poço Doce e anexado ao município de Paracuru. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Paracuru (sede), Jardim e Poço Doce. Os atuais distritos do município são: Paracuru (sede), Jardim e Poço Doce.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com o plantio de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e abacaxi; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização da oiticica e da carnaúba como matérias primas; a piscicultura industrial e artesanal; a mineração, com a exploração de petróleo pela Petrobrás; o turismo, tendo como principais atrações as praias da Rachada ou do Píer, da Bica, das Almas, do Meio, da Carnaubinha, da Boca de Poço e da Munguba, com o Mirante e o Farol; a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios; as Dunas, Lençóis e Enseadas de Paracuru.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios (15 de agosto); a Festa do Município (22 de novembro); o Carnaval (fevereiro/março); a Festa de São João (junho); e o Réveillon (31 de dezembro)

Principais Personalidades

Antônio Sales (Paracuru, 13 de junho de 1868 – Fortaleza, 14 de novembro de 1940), romancista e poeta, foi secretário de Justiça e secretário do Interior do Ceará, no governo do General Bezerril e deputado estadual. Foi um dos fundadores da Padaria Espiritual, do qual foi o Padeiro-mor. Ajudou Machado de Assis a fundar a Academia Brasileira de Letras, na qual jamais aceitou ingressar, por não discursar bem. É patrono de uma cadeira da Academia Cearense de Letras.

Padre João Francisco Nepomuceno Rocha, considerado o fundador de Paracuru, por ter iniciado a construção da capela em honra de Nossa Senhora dos Remédios, quando da mudança do povoado para local mais alto, após a invasão do lugarejo pelas areias das dunas.

Silvana Lima (Paracuru, 29 de outubro de 1984), surfista profissional, que atingiu a marca de melhor surfista brasileira por oito vezes, ganhando o vice-campeonato mundial por duas vezes.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Paracuru – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Paracuru – 1998.

Paraipaba

Hino de Paraipaba

(Letra e melodia
por Elieuda Nunes de Sousa)

Fala o tempo vindouro que
Se renova a esperança.
A história faz tua glória reluzir.
A aurora dos anos traz
Tua força e beleza.
Ao longe, já se vê o verde
Dos teus imensos coqueirais.
Os filhos desta terra tua riqueza
Bradam aos corações amor e paz.

Paraipaba, viva!

Paraipaba, bravo!

És filha de um gigante, Brasil

Paraipaba amada

Justiça a ti velada

Te renderei louvores mil.

Ouro verde se fez brotar
Do mar a brisa soprou
O sol que brilha os sonhos clareou
As águas que correm fazem
Teus heróis avançar,
Ao longe, já se vê o verde
Dos teus imensos coqueirais
E, no futuro eterno, o tigre rugir
Teu brasão, flores, festas, mar.

Paraipaba, viva!...

Gerações, que virão
Sonharão, lutarão.

Paraipaba, viva!...



Paraipaba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Paraipaba (2010) foi de 0,634, de nível médio, situando-se em 43º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 35,41, ficando em 25º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra significa etimologicamente “lugar onde as águas pluviais se confundem com as marés”.

Gentílico:

paraipabense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Trairi

Leste: Paracuru e Oceano Atlântico

Sul: São Gonçalo do Amarante e Paracuru

Oeste: Trairi

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Paraipaba, com **área** de 300,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 33.232 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 1.103,7 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 26 m e a **distância para a Capital** é de 94,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-085 / CE-162. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (18,89%), areias quartzosas marinhas distróficas (6,84%), planossolo solódico ta (1,85%), plintossolo distrófico (1,37%), podzólico vermelho amarelo álico (54,36%), solonchak sódico (6,12%) e solos aluviais eutróficos (10,57%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Curu e Aracatiaçu, tendo como principal drenagem superficial o rio Curu. Com relação ao **relevo**, predominam a planície litorânea e glaciais pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

A região onde inicialmente se formou o povoado denominado de Passagem do Tigre, ocupada em tempos remotos pelos índios Anacés, se situava à margem esquerda do rio Curu, onde foi construída uma capela sob a invocação de Santa Rita de Cássia, em meados do século XVI. O povoado sofria, em épocas de chuvas mais intensas, com inundações cíclicas, que provocavam graves prejuízos para seus habitantes. Passagem do Tigre se tornou distrito de Paracuru e depois de São Gonçalo, tendo mudado de denominação para Tigre e depois para Paraipaba. Foi elevado à categoria de município, pela primeira vez, em 1963. No pesado inverno de 1964, o município foi praticamente destruído, com plantações alagadas e perdidas, casas arrastadas pelas águas, deixando desabrigados praticamente todos os moradores, que foram obrigados a se deslocar para a casa de parentes e amigos. Depois que as águas baixaram, poucos retornaram a suas antigas casas, tendo a maioria decidido, com a ajuda da Prefeitura e da Defesa Civil, reconstruir o vilarejo em lugar mais alto. O templo também foi reconstruído, onde hoje se situa a Praça da Matriz. A emancipação política definitiva do município somente ocorreu em 05 de fevereiro de 1985.

Formação administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Paracuru o distrito de Passagem do Tigre. Pelo decreto estadual nº 64, de 07-08-1935, o município de Paracuru passou a denominar-se São Gonçalo, tendo como sede o antigo distrito de São Gonçalo. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Passagem do Tigre figura no município de São Gonçalo. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Passagem do Tigre passou a denominar-se simplesmente Tigre. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Tigre figura no município de São Gonçalo. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Tigre passou a denominar-se Paraipaba e o município de São Gonçalo a denominar-se Anacetaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Paraipaba figura no município de Anacetaba. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Anacetaba passou a denominar-se São Gonçalo do Amarante e foi criado o município de Paracuru, passando o distrito de Paraipaba a fazer parte do município de Paracuru. Em

divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Paraipaba figura no município de Paracuru, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Paraipaba, pela lei estadual nº 6.351, de 01-07-1963, desmembrado de Paracuru, tendo como sede o antigo distrito de Paraipaba, constituído de 2 distritos: Paraipaba (sede) e Alagoinha, criado pela mesma lei que criou o município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é de 2 distritos: Paraipaba (sede) e Alagoinha. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Paraipaba, sendo seu território anexado ao município de Paracuru, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Paraipaba está subordinado ao município de Paracuru, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Paraipaba, pela lei estadual nº 11.009, de 05-02-1985, desmembrado de Paracuru, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Paraipaba, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. São criados os distritos de Boa Vista, Camboas e Lagoinha e anexados ao município de Paraipaba. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 4 distritos: Paraipaba (sede), Boa Vista, Camboas e Lagoinha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Paraipaba (sede), Boa Vista, Camboas e Lagoinha.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, mandioca, as monoculturas de algodão, castanha de caju, cana-de-açúcar e hortaliças e a agricultura irrigada de espécies frutíferas, principalmente, manga, mamão, jerimum, graviola, acerola, coco, melão, melancia e uva; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, para fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; a piscicultura; a indústria de aguardente de cana-de-açúcar, de conservas e de sucos de frutas; o turismo, tendo como principais atrações as Bicas de Água Natural, próximas à escada de acesso à praia; o Calçadão da Beira Mar; as Correntes de Água Mineral, que brotam em meio às falésias, logo depois do Morro do Cristo; o Estuário do rio Curu, no encontro com as águas do mar, na divisa dos muni-

cípios de Paraipaba e Paracuru; a Lagoa das Almôndegas, na comunidade de Pedrinhas; a Lagoa do Jegue, na parte onde deságua a Lagoa das Almôndegas; o Mirante Natural, depois do Morro do Carequinha, que fica em meio às dunas; o Morro de Lagoinha, na parte central da praia de mesmo nome; o Morro do Cristo, que contém uma escultura de Jesus Cristo Crucificado, na parte mais baixa da praia; a Pedra do Suspiro da Baleia, onde durante a maré cheia se forma um esguicho de água, no início da Praia do Porto Velho; a Ponta Aguda, ponto mais avançado em sentido do mar, dividindo as praias de Capim Açu e Lagoinha; a Praça do Mirante, na parte alta da Lagoinha; a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres; a Praia de Capim Açu, no distrito de Camboas, logo abaixo do estuário do rio Curu; a praia do Porto Velho; e a Trilha Lagoinha – Lagoa da Almêcegas, entre as dunas e falésias que ligam Lagoinha à Lagoa das Almêcegas. Outras atrações são as comidas típicas, artesanatos, manifestações, crenças, costumes e tradições do povo; passeios a cavalo, de carroças puxadas a boi, de jangada, de barco e de bugre.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades da Padroeira Santa Rita de Cássia (22 de outubro a 01 de novembro); a Festa de Aniversário do Município (05 de fevereiro); o Carnaval (fevereiro/março); a Festa das Flores (07 de maio); a Regata de Lagoinha (24 a 28 de julho); a Festa das Crianças (10 de outubro); a Paixão de Cristo (Semana Santa); o Réveillon (31 de dezembro).

Principais Personalidades

José Dionísio Lopes (natural de Limoeiro do Norte), escritor, representante de Paraipaba na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.**Fontes**

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Paraipaba – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Paraipaba – 1998.

Parambu



Hino de Parambu

(Letra e melodia
por Antônio de Oliveira)

Na terra fértil habitada por jucás,
Uma semente pequenininha germinou,
Cachoerinha, nome que perdurará,
Foi o ramalho verdejante que brotou.
Seguiu crescendo ao redor intensamente
E estendeu-se sobre as margens do Puiú,
Para o orgulho de um povo independente,
Nasceu a pátria tão sonhada, Parambu.

*Salve! Salve! Parambu, torrão natal!
Sou jubiloso em dizer: meu berço és tu!
Salve! Salve! Parambu, glória real!
És bela e forte, terra amada, Parambu.*

As tuas serras relevadas te abrilhantam,
Ao teu Oeste nos deixando a impressão
Que sobre os montes, belas rochas que encantam,
Estão erguidas completando o teu sertão.
Terra adorada, tua gente é valorosa,
Beleza rara, qual a ti se igualará?
Tens belo porte, ó cidade ostentosa!
Meu Parambu, perfeito brilho ao Ceará!

Salve! Salve! Parambu, torrão natal!...

Sublime terra, excelente chão fecundo,
Em que cultiva o paladino lavrador,
O nosso peito tem por ti amor profundo,
Com teu folclore tu agregas mais valor.
Se um povo nobre, resoluto não temeu,

Partiu à luta almejando evoluir,
Então, amemos Parambu que floresceu,
E haveremos de amá-lo no porvir.

Salve! Salve! Parambu, torrão natal!...

Parambu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão dos Inhamuns e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Parambu (2010) foi de 0,570, de nível baixo, situando-se em 175º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 12,92, ficando em 175º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “pequena cachoeira” ou “rio que ronca” – *para* (rio) e *juru* ou *yuru* (o que ronca).

Gentílico:

parambuense.

Limites geográficos

Norte: Tauá e Quiterianópolis

Leste: Arneiroz e Tauá

Sul: Estado do Piauí e Aiuaba

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Parambu, com **área** de 2.303,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 31.391 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 226,5 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 478,7 m e a **distância para a Capital** é de 415,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-277. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (4,77%), latossolo amarelo álico (10,27%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (50,48%), solo litólico eutrófico (22,36%), solo litólico eutrófico e distrófico (6,38%), solos aluviais eutróficos (4,70%) e vertissolo (1,03%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais

drenagens superficiais o rio Puiú e os riachos Capivara, Coronzó, do Rosário, São José, do Cordão, Riachão, São Gonçalo e João Costa, sendo os principais reservatórios os açudes Parambu, Espírito Santo e Monte Sion. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas, o Planalto da Ibiapaba, serras secas e tabuleiros interiores. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

As terras atualmente ocupadas pelo município de Parambu, foram primitivamente habitadas pelos índios jucás, candandus e inhamuns, até a chegada dos donatários de sesmarias na margem do rio Puiú, Manoel de Sousa Vale e sua esposa Leonarda Bezerra Vale, que criaram a Fazenda Cachoeirinha. A filha do casal Maria Madalena de Sousa Vale e seu marido Enéas de Castro Feitosa, residentes na sede da fazenda, doaram em 1772, para o patrimônio da igreja, 6,4 hectares de terras, onde foi edificada a primitiva capela em honra de São Pedro. Em torno da fazenda e da capela se desenvolveu o povoado, pertencente ao distrito de Marrecas, do município de Tauá. Elevado à categoria de distrito em 2 de agosto de 1928, inicialmente com a denominação de São Pedro da Cachoeira, passando a se chamar Cachoeirinha em 20 de dezembro de 1938, e Parambu, em 30 de dezembro de 1943. A emancipação política resultou de plebiscito realizado em 28 de fevereiro de 1954, com 904 votos favoráveis e apenas 1 contra. A criação do município ocorreu em 15 de setembro de 1956, pela lei nº 3.338, instalado simbolicamente em 22 de outubro de 1956, tendo sido nomeado prefeito interino Joaquim Solano Feitosa, que renunciou, assumindo a prefeitura o Padre Argemiro Rolim de Oliveira.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Pedro da Cachoeirinha, pela lei estadual nº 2.677, de 02-08-1928, com terras desmembradas do distrito de Marrecas, subordinado ao município de Tauá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de São Pedro da Cachoeirinha figura no município de Tauá, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de São Pedro da Cachoeirinha passou a denominar-se

simplesmente Cachoeirinha. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Cachoeirinha figura no município de Tauá. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Cachoeirinha passou a denominar-se Parambu. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Parambu figura no município de Tauá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município com a denominação Parambu, pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, instalado em 14-09-1957, tendo como sede o antigo distrito de Parambu, constituído de 2 distritos: Parambu (sede) e Cococi, ambos desmembrados de Tauá. Pela lei estadual nº 3.858, de 17-10-1957, o distrito de Cococi foi desmembrado do município de Parambu, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Parambu recebe o extinto município de Cococi, como simples distrito. Pela lei estadual nº 7.160, de 10-01-1964, são criados os distritos de Monte Sion e Novo Assis, anexados ao município de Parambu. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Parambu (sede), Cococi, Monte Sion e Novo Assis, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 303, de 10-08-1990, é criado o distrito de Miranda e anexado ao município de Parambu. Pela lei municipal nº 304, de 10-08-1990, é criado o distrito de Gavião e anexado ao município de Parambu. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 6 distritos: Parambu (sede), Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion e Novo Assis. Pela lei municipal nº 326, de 20-06-1991, é criado o distrito de Oiticica e anexado ao município de Parambu. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 7 distritos: Parambu (sede), Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion, Novo Assis e Oiticica, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Parambu (sede), Campo Grande, Cococi, Gavião, Miranda, Monte Sion, Novo Assis, Oiticica e Riachão.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, mamona, banana, coco e frutas diversas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e

a carnaúba; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a piscicultura; a apicultura; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; a extração dos minérios barita, calcita, cianita, ametista e turmalina, ferro, cobre e rochas ornamentais; o artesanato de chapéus-de-palha e bordados; o turismo, tendo como principais atrativos: a caverna do Buraco da Velha, com desenhos rupestres feitos em tempos imemoriais; a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Cococi, iniciada por volta de 1720; o patrimônio paleontológico (sítios fossilíferos pleistocênicos), na localidade Canabrava, em Cococi; a reserva do Patrimônio Natural (particular), na Fazenda Olho D'Água do Urucum, em Cococi, com 2.610 hectares e fauna típica de caatinga.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Pedro (29 de junho); as Vaquejadas (junho); a Festa Parambu Natalino (dezembro); a Festa de Aniversário do Município (15 de setembro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição em Cococi (8 de dezembro); a Festa de São Francisco de Monte Sion e Novo Assis (outubro).

Principais Personalidades

Francisco Alves Teixeira, primeiro prefeito eleito do município de Parambu, após a instalação oficial do município em 14 de setembro de 1957.

Genecias Mateus Noronha (Parambu, 13 de março de 1963), agricultor e empresário, foi eleito prefeito de Parambu em 2004 e 2008. Em 2010, renunciou para assumir mandato de deputado federal (2011 a 2014), reelegendo-se nas eleições de 2014 e 2018.

Padre Argemiro Rolim de Oliveira, prefeito interino de Parambu, quando da criação do município, após a renúncia do prefeito interino Joaquim Solano Feitosa, nomeado pelo governador.

FONTES

IBGE Cidades

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IPECE – Perfil Municipal de Parambu – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Parambu – 1998.

Paramoti

Hino de Paramoti

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Paramoti, retratas beleza
Por ser tão rico em tua natureza
Às margens de um rio tu nasceste
E como água e pureza tu crescestes,
Inundando essas terras férteis,
Com esse povo de paz, fé e beleza
Humildade e trabalho se tornaram,
Paramoti a tua grandeza!

*Nós te amamos com grande afeição!
Esse exemplo de amor se refaz,
E faz vibrar em nossos corações,
Teu lindo título de “Cidade da Paz”.*

Tu trouxeste desde o início a união,
Como uma arma para tua luta,
E Gonçalo Soares te ergueu,
O maior símbolo da fé que te sustenta
Hoje não és a vila de Sant’Ana.
Aquele que Gonçalo proclamou
Mas pela fé, tu foste renovada
E abençoada és por Nosso Senhor.

Nós te amamos com grande afeição!...

Tuas igrejas, tuas praças são os leitos
Que acolhem os visitantes que a ti vêm
Frei Diogo que te abençoou
Está feliz pelo progresso que tu tens
És terra de um povo que ama.
E por esse mesmo povo é amada

Leve a todos os teus raios brilhantes
Que por Sant'Ana serás sempre abençoada.

Paramoti é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Canindé e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Paramoti (2010) foi de 0,583, de nível baixo, situando-se em 162º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,80, ficando em 143º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “rio seco”.

Gentílico:

paramotiense.

Limites geográficos

Norte: Apuiarés, General Sampaio e Canindé

Leste: Canindé, Pentecoste e Apuiarés

Sul: Canindé

Oeste: Canindé

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Paramoti, com **área** de 482,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 12.276 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 584,2 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 83 m e a **distância para a Capital** é de 103,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-162. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (59,98%), planossolo solódico ta (17,27%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (9,12%), solo litólico eutrófico (8,13%) e solos aluviais eutróficos (3,35%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Curu, tendo como principais drenagens superficiais os rios Curu e Batoque e os riachos Perdigão e Maracujá, sendo o principal reservatório da região o açude General Sampaio. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese Histórica

Tendo sido frustradas as tentativas de colonização das terras do território dos Sertões de Canindé (e de todo o Ceará), pelo sistema de Capitânias Hereditárias, após as tentativas de Pero Coelho e, posteriormente, de Martins Soares Moreno, diante das dificuldades decorrentes da oposição dos Tabajaras e das invasões holandesas, surgiram as Datas e Sesmarias. Esse sistema, com a divisão e concessão de terras para criação de gado, por fazendeiros originários da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, favoreceu a ocupação das terras com o gado e os vaqueiros que os acompanhavam, iniciando-se o povoamento habitacional dessa região, com a chegada de suas famílias. Seguiu-se o aldeamento dos índios, que originou outros núcleos populacionais. No microterritório Vaqueiros do Sertão, surgiu o povoado Santana, criado como distrito em 1918, pertencente a Canindé, que teve seu nome mudado, em 1938, para Saldanha, em homenagem ao abolicionista cearense Antônio da Cruz Saldanha, passando, em 1943, a se denominar Paramoti, que significa, no idioma tupi, “rio seco”. Na época, chegou a ser cogitado para o distrito o nome de Tamboatá, que em linguagem tupi significa “o que anda no mato”, mas é também o nome de um peixe de água doce da família dos calictídeos. Paramoti passou à categoria de município em 1957, desmembrado de Canindé, tendo como primeiro prefeito Francisco Araci Santos. Forma, com os municípios de Santa Quitéria, Hidrolândia, General Sampaio, Caridade e Canindé, o chamado Sertão de Canindé e se situa à margem do rio Canindé. O município obteve notoriedade nacional pelo baixíssimo índice de violência registrado em seu território, desde a fundação.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Santana, por ato estadual de 16-08-1918, subordinado ao município de Canindé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Santana figura no município de Canindé, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual n° 448, 20-12-1938, o distrito de Santana passou a denominar-se Saldanha. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Saldanha figura no município de Canindé. Pelo decreto-lei estadual n° 1.114, de 30-12-1943, o distrito

de Saldanha passou a denominar-se Paramoti. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Paramoti figura no município de Canindé, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Paramoti, pela lei nº 3.962, de 10-12-1957, desmembrado de Canindé, instalado em 25-01-1958, tendo como sede o antigo distrito de Paramoti. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. O município atualmente é constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju e frutas diversas e atividades desenvolvidas com a utilização da oiticica e carnaúba como matérias primas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos e suínos; a apicultura; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e para a construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; e o turismo, tendo como principais atrativos as atividades de lazer no açude Porcinato e nos riachos Carnaubinha, Muquém, Tubiba, Pau-d'arco, dos Porcos, do Mel e outros.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Senhora de Sant'Ana (26 de julho); o Aniversário do Município (25 de janeiro); a Festa de Santo Expedito, em Muquém - Paramoti (8 a 18 de outubro); o Carnaval das Águas (fevereiro/março); os Festejos da copadroeira do município – a Sagrada Família de Nazaré (21 a 31 de dezembro); o Ceará Mel de Paramoti (maio).

Principais Personalidades

Antônio Mateus de Oliveira, técnico de contabilidade, empresário, compositor e escritor, foi funcionário do Bradesco. Representante de Paramoti na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisco Araci Santos, primeiro prefeito do município de Paramoti (1958-1962).

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Paramoti – 2017
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Paramoti – 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – Plano territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Território dos Sertões de Canindé – 2010.

Pedra Branca

Hino de Pedra Branca

(Letra por Mário Ângelo Sá de Freitas
e melodia por João Leonardo Souza Leonel)

No meu peito, uma chama de amor,
De apreço e de gratidão
Para a terra a quem tanto amo
Demonstrar meu amor e paixão.

*Pedra Branca no alto da serra,
A mais bela do meu Ceará.
Deu guarida aos vaqueiros andantes,
Para a glória vou te exaltar.*

O Azul da amplidão na bandeira
Espelhando teu céu cor de anil.
Enuncia pra sempre união,
Solidez para o nosso Brasil.

Pedra Branca no alto da serra ...

Pedra Branca é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Pedra Branca (2010) foi de 0,603, de nível médio, situando-se em 126º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,25, ficando em 150º lugar no Ceará.

Toponímia:

topônimo originado em razão da existência de uma pedra muito alva existente no local então denominado Taboleiro da Peruca, que passou a ser ponto de referência para encontros de vaqueiros e viajantes, na metade do século XIX.

Gentílico:

pedrabranquense.

Limites geográficos

Norte: Quixeramobim, Boa Viagem e Independência

Leste: Mombaça, Senador Pompeu e Quixeramobim

Sul: Mombaça

Oeste: Independência e Tauá

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pedra Branca, com **área** de 1.303,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 43.359 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 672,3 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 500,7 m e a **distância para a Capital** é de 268 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-168 / CE-169. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (1,02%), brunizem avermelhado (42,79%), bruno não cálcico (10,37%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (28%) e solo litólico eutrófico (17,81%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Banabuiú e os riachos Oitis, Bananeiros, Capitão Mor e caixa D'água, sendo o principal reservatório o açude Trapiá, que abastece grande parte da população urbana da sede municipal. Com relação ao **relevo**, predominam maciços residuais e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

O local em que se situa atualmente o município de Pedra Branca era conhecido primitivamente como Taboleiro da Peruca, onde existia uma grande pedra muito alva, que passou a ser ponto de encontro de viajantes e de vaqueiros que pastoreavam seu gado nas imediações. Nas proximidades dessa pedra branca foi construída a primeira capela, e depois a igreja de São Sebastião, em torno da qual surgiu e se desenvolveu a povoação denominada de Pedra Branca. A pedra que deu nome ao município continua a existir, poucos metros atrás da Igreja Matriz, “qual marco simbólico que havia de dar o nome a uma simpática e florescente cidade” (*O Ceará* – GIRÃO, Rai-

mundo e MARTINS FILHO, Antônio, Projeto Obras Raras, Fundação Waldemar de Alcântara, p. 305). A povoação Pedra Branca foi elevada à categoria de vila pela lei nº 1.407, de 09 de agosto de 1871, tendo como sede o antigo povoado de Pedra Branca, com território desmembrado do município de Maria Pereira, extinta posteriormente pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, mas restaurada pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935. O decreto nº 448, de 20-12-1938, elevou a vila à categoria de município. A freguesia de Pedra Branca foi criada pela lei nº 1.539, de 23 de agosto de 1973, sendo instituída a paróquia pela provisão de 6 de dezembro do mesmo ano, tendo como primeiro vigário o Padre João do Nascimento e Sá.

Formação administrativa:

Pela lei nº 883, de 20-10-1854, o povoado de Pedra Branca é elevado à categoria de distrito, subordinado ao município de Maria Pereira (atual município de Mombaça). A lei nº 1.407, de 09-08-1871, criou o município, com a denominação de Pedra Branca, tendo como sede o antigo distrito de Pedra Branca, desmembrado do município de Maria Pereira. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Pedra Branca é constituído apenas do distrito sede. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, foi extinto o município de Pedra Branca, rebaixado à condição de povoado. Pelo decreto nº 1.156, de 04-12-1933, é recriado o distrito de Pedra Branca, subordinado ao município de Senador Pompeu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Pedra Branca permanece como distrito de Senador Pompeu. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Pedra Branca, pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, desmembrada de Senador Pompeu, tendo como sede o antigo distrito de Pedra Branca, constituído de 2 distritos: Pedra Branca (sede) e Tróia. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, a vila é constituída de 2 distritos: Pedra Branca (sede) e Tróia. Na obra *O Ceará*, de GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, consta à página 305 que Pedra Branca passou a cidade por força do Dec. nº 448, de 20 de dezembro de 1938. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 2 distritos: Pedra Branca (sede) e Tróia, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Mineirolândia e anexado ao município de Pedra Branca. Pela lei

estadual nº 2.162, de 14-12-1953, é criado o distrito de Riachão Banabuiú, com terras desmembradas do distrito de Tróia, e anexado ao município de Pedra Branca. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Pedra Branca (sede), Mineirolândia, Riachão do Banabuiú e Tróia, assim permanecendo em divisão territorial datada de 10-07-1960. Pela lei estadual nº 6.412, de 09-07-1963, o distrito de Mineirolândia é desmembrado de Pedra Branca, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Pedra Branca (sede), Riachão do Banabuiú e Tróia. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Mineirolândia volta a pertencer ao município de Pedra Branca, como simples distrito, por ter sido elevado à categoria de município, mas não instalado. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Pedra Branca (sede), Mineirolândia, Riachão do Banabuiú e Tróia. Pela lei nº 29, de 19-11-1990, o distrito Riachão do Banabuiú passou a denominar-se Santa Cruz do Banabuiú. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 4 distritos: Pedra Branca (sede), Mineirolândia, Santa Cruz do Banabuiú e Tróia, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município é constituído de 5 distritos: Pedra Branca (sede), Capitão Mor, Mineirolândia, Santa Cruz do Banabuiú e Tróia.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rocha para cantaria, brita, areia, argila e calcário.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades do Padroeiro São Sebastião (10 a 20 de janeiro); a Festa de Aniversário do Município (9 de agosto); as Festas Juninas (junho); o Natal Encantado de Pedra Branca (dezembro).

Principais Personalidades

Álvaro Lins Cavalcante (Pedra Branca, 14 de dezembro de 1920 – Brasília, 20 de junho de 1995), advogado, elegeu-se deputado constituinte do Ceará em 1947 e deputado estadual em 1950. Procurador judicial da Secretaria de Agricultura e deputado federal nas legislaturas de 1954, 1958, 1966 e 1970. Foi um dos fundadores da Casa do Ceará em Brasília.

Dom José Doth de Oliveira (Pedra Branca, 1 de março de 1938 – Pedra Branca, 26 de novembro de 2017), foi vigário em Pedra Branca, Mombaça e Piquet Carneiro e vigário-geral da Diocese de Iguatu. Nomeado em 1989, pelo Papa João Paulo II, bispo coadjutor da diocese de Palmares – PE, transferido como coadjutor para a Diocese de Iguatu – CE em 1992. Assumiu a Diocese de Iguatu em 26 de julho de 2000.

Francisco Deusimar Lins Cavalcante (Pedra Branca, 22 de abril de 1918 – Fortaleza, 28 de dezembro de 2000) foi médico em Mombaça e Pedra Branca, trabalhou no SESP e foi médico do IPEC. Fundou a empresa Fortaleza Refrigerantes S/A e foi diretor da Distribuidora de Refrigerantes S/A. Diretor do SENAI e Diretor-Superintendente da Organização Silveira Alencar. Elegeu-se deputado estadual em cinco legislaturas.

Geová Lemos Cavalcante (Pedra Branca, 8 de agosto de 1942 – Fortaleza, 5 de junho de 2020), formado em Direito, foi Delegado da Polícia Federal, superintendente no Acre, Paraná, Alagoas e Ceará e assessor do Diretor Geral em Brasília. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará, onde foi o secretário geral e editor da Revista. Dedicou-se aos estudos da genealogia das famílias do Ceará, por mais de quarenta anos. Integrou o Conselho de Assuntos Econômicos da Arquidiocese de Fortaleza.

José Nery Azevedo (Pedra Branca, 27 de março de 1959), professor e político radicado no Pará, foi vereador de Abaetetuba em três períodos legislativos. Em 2007, assumiu o mandato de senador na condição de suplente, na vaga da senadora Ana Júlia Carepa, eleita governadora do Pará.

Jurandi Frutuoso Silva (Pedra Branca, 27 de setembro de 1953), médico, foi presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pedra Branca e diretor do Hospital São Sebastião. Médico nos municípios de Boa Viagem, Tauá, Madalena e Itapiúna e secretário da Saúde do Ceará. Assumiu, como suplente, o mandato de deputado estadual (1993 a 1994).

Leonardo Ferreira Mota (Pedra Branca, 1 de maio de 1891 – Fortaleza, 2 de janeiro de 1948), escritor, professor, advogado, tabelião, palestrante, jornalista e historiador. Foi membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará. Palestrante sobre o folclore cearense, declamava versos e contava histórias e anedotas em rodas de amigos e intelectuais na Praça do Ferreira. Defensor da figura do nordestino, sempre ressaltava a acuidade, destreza de espírito e vivacidade da inteligência sertaneja.

Padre João do Nascimento e Sá, primeiro vigário da Paróquia de São Sebastião de Pedra Branca, tendo tomado posse em 4 de janeiro de 1874.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pedra Branca - 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pedra Branca – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, O Ceará, Fundação Waldemar de Alcântara – 2011, Fac-símile da Edição de 1939.

Penaforte

Hino de Penaforte

(Letra por Gilberto Vieira da Silva e Enoque José Sebastião
e melodia por José Nilton da Silva e Pedro Arlindo de Sousa)

Vamos todos cantar de coração
A liberdade de um povo forte
Cidade mãe és tu ó Penaforte
Onde os braços dados fazem a união!

Os teus campos e este céu azul
Retrata a tua infinda beleza
As tuas terras são pura natureza
Resplandece a imagem do norte ao sul.

Penaforte, Penaforte
Vive na paz e na união
No trabalho e na educação
Por ti os teus filhos lutam até a morte!

Tu és inabalável coração
Com a bandeira da fé hasteada
Juntos lutamos sem desanimar
Teu povo demonstra esta gratidão.

De um povo forte e varonil
De todas as cidades és a mais linda
E um exemplo que não vai findar
Teu progresso enaltece o meu Brasil.

Penaforte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Brejo Santo e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Penaforte (2010) foi de 0,646, de nível médio, situando-se em 27º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 25,21, ficando em 71º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao Cônego Raimundo Ulisses Penaforte, poeta, ensaísta, cronista, contista, sociólogo, filólogo, jornalista e filósofo cearense.

Gentílico:

penafortense.

Limites geográficos

Norte: Jati e Jardim

Leste: Jati

Sul: Estado de Pernambuco

Oeste: Jardim e Estado de Pernambuco

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Penaforte, com **área** de 149,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 9.207 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 701,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 506,93 m e a **distância para a Capital** é de 546,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (1,60%), bruno não cálcico (80,46%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (3,45%), solo litólico eutrófico (7,34%) e vertissolo (7,14%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na Bacia Hidrográfica do Salgado, tendo como principais drenagens superficiais o rio Salgado e os riachos da Palha, Mandacaru e Jurema, sendo o principal reservatório o açude Juá. O Projeto de Transposição do Rio São Francisco, como parte do Eixo Norte, chegou a Penaforte em 26 de junho de 2020. Com relação ao **relevo**, predomina a Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

O povoado se denominava inicialmente *Baixio do Couro*, mudando mais tarde para *Presidente Vargas* e, posteriormente, para *Penaforte*, denominação que permaneceu a partir de sua elevação à categoria de distrito, su-

bordinado ao município de Jati, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951. O nome Penaforte foi dado ao distrito e depois ao município, como homenagem ao Cônego Raimundo Ulisses Penaforte, religioso de notável cultura humanística, defensor das causas abolicionistas e indígenas, considerado um dos religiosos mais cultos do clero brasileiro: romancista, cronista, contista, poeta, sociólogo, filólogo, indianista, orador sacro e jornalista. O município de Penaforte foi desmembrado de Jati, que, por sua vez, havia se desvinculado de Jardim. A posição de Penaforte na fronteira entre Ceará e Pernambuco favoreceu a formação e desenvolvimento do povoado, na passagem dos viajantes e comerciantes que se dirigiam para o Cariri Cearense. Penaforte é o município mais meridional do Estado do Ceará.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Penaforte, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, subordinado ao município de Jati. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Penaforte figura no município de Jati. Elevado à categoria de município, com a denominação Penaforte, pela lei estadual nº 4.224, de 31-10-1958, desmembrado de Jati, instalado em 03-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de Penaforte. Em divisão territorial datada de 01-06-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999. Por leis do ano de 1998, são criados os distritos de Juá e Santo André e anexados ao município de Penaforte. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 3 distritos: Penaforte (sede), Juá e Santo André, assim permanecendo até esta data.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, abacate, banana, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; e a mineração, com a extração de placas de rocha para pisos, revestimentos e fachadas.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades da Padroeira Nossa Senhora da Saúde (30 de agosto a 8 de setembro); a Festa de Aniversário da Emancipação Política do Município (31 de outubro); o Carnaval (fevereiro/março); as Festas Juninas (junho) e o Festival Junino Fora de Época (maio).

Principais Personalidades

Cônego Raimundo Ulisses de Albuquerque Penaforte (Jardim, 25 de novembro de 1855 - Belém, 25 de abril de 1921), romancista, cronista, contista, poeta, sociólogo, filólogo, indianista, orador sacro e jornalista, foi um dos religiosos mais cultos do clero brasileiro, defensor das causas abolicionistas e indígenas. Patrono da Cadeira nº 32 da Academia Cearense de Letras e da Cadeira nº 35 da Academia de Letras do Brasil. A denominação do município de Penaforte é em sua homenagem.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Penaforte – 2017

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PENAFORTE - 2019

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Penaforte – 1998.

Pentecoste

Hino de Pentecoste

(Letra pelo Prof. José Gerardo Campos
e Melodia pelo Maestro José Torres)

Concebida em vasta campina
Entre os rios Curu, Canindé
Pentecoste, és lembrança divina
De um passado marcado de fé.

*É nosso dever cantar
O chão que nos viu nascer
A terra de nossa herança
E o povo que não se cansa
De ter coragem de ser.*

Amanheces feliz te benzendo
Com o orvalho do céu matinal
E adormeces tranquila fazendo
Com as estrelas o pelo-sinal.

Nos açudes de tua paisagem
Onde o céu vai banhar-se também
Lê o homem do campo a mensagem
Que não falte alimento a ninguém.

As crianças e os jovens risonhos
Vão alegres à escola buscar
No saber, o valor de seus sonhos
Para um mundo mais justo criar.

O que ontem foi luta hoje é glória
Dos que crêem nos seus ideais
Pois escrevem seus nomes na história
Quando a morte os proclama imortais.

Pentecoste é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Pentecoste (2010) foi de 0,629, de nível médio, situando-se em 50º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,28, ficando em 51º lugar no Ceará.

Toponímia:

a palavra tem origem na importante celebração do calendário cristão – o Domingo de Pentecoste, que coincidiu com o dia em que foi celebrada a primeira missa nessa localidade.

Gentílico:

pentecostense.

Limites geográficos

Norte: São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Umirim

Leste: São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Maranguape

Sul: Apuiarés, Paramoti, Caridade e Maranguape

Oeste: Umirim, Itapajé, Tejuçuoca e Apuiarés

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pentecoste, com **área** de 1.378,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 38.045 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente subúmido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 452,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 60 m e a **distância para a Capital** é de 95,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-135 / CE-341 / CE-354. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (44,33%), planossolo solódico ta (30,21%), plintossolo eutrófico (8,49%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (7,24%), regossolo distrófico (0,73%), solo litólico eutrófico (0,94%) e solos aluviais eutróficos (3,17%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas Metropolitana e do rio Curu, tendo como principais drenagens superficiais os rios Curu, Caxitoré, Capitão Mor e do Meio e o riacho Salgado (na primeira bacia) e o rio do Meio e o riacho Mocó (na segunda bacia), sendo os principais reservatórios os açudes Pereira de Miranda, Oiticica e Pentecoste.

Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas, os tabuleiros pré-litorâneos e as planícies fluviais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicotillo-palmácea.

Síntese Histórica

A primitiva denominação do município de Pentecoste foi “Conceição da Barra”, por se localizar a poucos metros do encontro entre os rios Canindé e Curu. Naquela localidade, em meados do século XIX, no ano de 1860, Bernardino Gomes Bezerra, fazendeiro em Canindé residente em Acaraú, construiu uma casa de morada nas proximidades da Fazenda Barrinha, de propriedade de Francisco Carneiro de Azevedo. Esses dois fazendeiros iniciaram a construção de uma capela em honra de Nossa Senhora da Conceição, sendo considerados, por essa razão, pelo historiador Álvaro Gurgel Alencar, os fundadores de Pentecoste (Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará - 1903). Em torno da capela, surgiu e se desenvolveu o arraial que deu origem ao município de Pentecoste. A primeira missa na capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra foi celebrada pelo Padre Manuel Lins, em 4 de julho de 1864, dia de Pentecostes, tendo o padre sugerido ao povo a mudança de nome da povoação para Pentecoste, em memória da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, cinquenta dias depois da Páscoa. O povoado se tornou distrito em 1869, pertencente ao município de Canindé, elevado à categoria de vila, pela lei nº 1.542, de 23 de agosto de 1873, com a denominação de Pentecoste, tendo sido extinta em 1892, mas tornando-se vila novamente em 1898, para ser novamente extinta em 1931 e finalmente recriada, com a denominação Pentecoste, em 03 de maio de 1935. A vila se tornou cidade, pelo decreto estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pentecoste, pela lei provincial nº 1.283, de 29-09-1869. Elevado à categoria de vila com a denominação de pentecoste, pela lei provincial nº 1.542, de 23-08-1873, desmembrado de Canindé, tendo como sede o núcleo de Pentecoste. Pelo decreto estadual nº 18 de 05-04-1892, a vila é extinta, sendo o seu território anexado à vila de Canindé, como simples distrito. Elevado novamente à catego-

ria de vila, com a denominação de Pentecoste, pela lei estadual nº 457, de 27-08-1898. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 2 distritos: Pentecoste (sede) e Jacu. Pelo decreto estadual nº 1.893, de 20-05-1931, é extinta a vila de Pentecoste, sendo o seu território anexado ao município de Arraial, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Pentecoste figura como distrito de Arraial. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Pentecoste, pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, constituído de 2 distritos: Pentecoste (sede) e Jacu, ambos desmembrados de Arraial. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Pentecoste (sede), Jacu, Cruz do Matias e General Sampaio. O decreto estadual nº 448, de 20-12-1938 elevou a vila à condição de cidade, com a denominação de Pentecoste, e mudou a denominação do distrito de Cruz do Matias para simplesmente Matias. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Pentecoste (sede), Jacu, General Sampaio e Matias. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Jacu passou a denominar-se Apuiarés. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Pentecoste (sede), Apuiarés, General Sampaio e Matias, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, os distritos de General Sampaio e Apuiarés são desmembrados de Pentecoste, para formar o novo município de General Sampaio. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Pentecoste (sede) e Matias. Pela lei estadual nº 6.419, de 07-07-1963, é criado o distrito de Serrota e anexado ao município de Pentecoste. Pela lei estadual nº 6.569, de 18-09-1963, é criado o distrito de Porfírio Sampaio e anexado ao município de Pentecoste. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Pentecoste (sede), Matias, Porfírio Sampaio e Serrota. Pela lei estadual nº 7.852, de 01-12-1964, o distrito de Serrota passou a denominar-se Sebastião de Abreu. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Pentecoste (sede), Matias, Porfírio Sampaio e Sebastião de Abreu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005, que continuam atualmente.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência das culturas de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, castanha de caju e hortaliças, banana e coco em áreas irrigadas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação artesanal de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a piscicultura, com a criação de camarão e pesca artesanal, em maior escala no açude Pentecoste, sendo importante ressaltar que no município se localiza um dos maiores centros de pesquisas ictiológicas da América do Sul, de onde se exportam alevinos de várias espécies, assim como a tecnologia de desenvolvimento de criatórios e reprodução para os demais municípios do Ceará e para as Regiões Norte e Nordeste; na área da mineração, foram constatadas ocorrências de cascalheiras; e a indústria de calçados.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa de Aniversário do Município (23 de agosto); o Trilhão do Peixe (13 e 14 de março); a Festa de Carnaval Sisar Folia (fevereiro/março); o Trilhão Fest de Pentecoste – Passeio Ciclístico (6 de setembro); o Festival do Peixe de Pentecoste (15 de novembro).

Principais Personalidades

Bernardino Gomes Bezerra e Francisco Carneiro de Azevedo, segundo o historiador Álvaro Gurgel Alencar, foram os fundadores de Pentecoste.

Clea Martins Campelo Vieira (Pentecoste, 9 de junho de 1936), escritora, autora de vários livros, é sócia efetiva da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno e da União Brasileira de Trovadores, representante de Pentecoste na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Padre Firmino Brant Rocha, primeiro vigário da Freguesia de Nossa

Senhora da Conceição da Barra, do povoado de Pentecoste, nomeado em 10 de janeiro de 1870.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pentecoste - 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pentecoste – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio – O Ceará – Projeto Obras Raras – Fundação Waldemar de Alcântara – Fac-simile da Edição de 1939.

ALENCAR, Álvaro Gurgel - Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará – 1903.

Pereiro

Hino de Pereiro

((Letra por Raimunda Nilda Campos Terceiro
e melodia por Odílio Silva)

Nossa cidade serrana
Entre colinas, erguida
Sob este céu brasileiro
És por nós preferida
Sob este céu brasileiro
És por nós preferida.

*Pereiro, querida terra
Por ti queremos lutar
Te levaremos unidos
Sempre, sempre a prosperar
Te levaremos unidos
Sempre, sempre a prosperar.*

É cearense o teu solo
És um rincão brasileiro
Nos corações dos teus filhos
Está teu solo, Pereiro.
Nos corações dos teus filhos
Está teu solo, Pereiro.

Pereiro querida terra ...

Cheios de fé e de esperança
Queremos ver-te gloriosa
Tens maravilhoso clima
És gentil dadivosa
Tens maravilhoso clima
És gentil dadivosa.

Pereiro, querida terra ...

Tens no valor dos teus jovens
A segurança do teu porvir
Avante, pois mocidade
Estudar e agir.
Avante, pois mocidade
Estudar e agir.

Pereiro, querida terra ...

Os ideais do teu povo
São de cristãos verdadeiros
Cosme e Damião são teus santos
Generosos padroeiros
Cosme e Damião são teus santos
Generosos padroeiros.

Pereiro, querida terra ...

Pereiro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Serra do Pereiro e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Pereiro (2010) foi de 0,601, de nível médio, situando-se em 129º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,38, ficando em 60º lugar no Ceará.

Toponímia:

há duas versões para a origem da palavra: segundo a primeira, é uma homenagem ao fazendeiro fundador do povoado Manuel Pereira; de acordo com a segunda, o nome do município vem do nome da árvore pereiro que existe em abundância na região do alto da serra.

Gentílico:

pereirense.

Limites geográficos

Norte: Iracema, Jaguaribara e Jaguaribe

Leste: Estado do Rio Grande do Norte, Ererê e Iracema

Sul: Icó

Oeste: Jaguaribe e Icó

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pereiro, com **área** de 433,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 16.356 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 822,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 502 m e a **distância para a Capital** é de 327,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / CE-138 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (5,54%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (17,38%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (48,51%) e solo litólico eutrófico (28,57%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos do Brum, São Caetano e Pitombeiras, sendo os principais reservatórios os açudes Adauto Bezerra e Madeiro. Com relação ao **relevo**, predominam os maciços residuais e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

No século XVII, viviam nas terras da Serra do Camará indígenas das etnias tapuias, como as dos Paiacu, Icó, Icozinho, Janduí e Quixelô, em região onde ocorreram conflitos, rebeliões e confrontos com os colonizadores portugueses, na Guerra dos Bárbaros, após a expulsão dos holandeses. Na seca de 1777, algumas famílias migraram de São Bernardo de Russas para a Serra dos Icó, dentre as quais a do fazendeiro Manuel Pereira, que se estabeleceu no lugar onde hoje se ergue a cidade de Pereiro, onde fez erguer capela em honra dos Santos Cosme e Damião. Em 1799, segundo Antônio Augusto de Vasconcelos (Revista do Instituto do Ceará, vol. 2º, pág. 242) “... a povoação tinha muitas casas e uma população tal que mereceu nesse ano as honras de uma missão do célebre apóstolo Frei Vidal da Penha... Por muito tempo o povoado conservou o nome de Pereira, derivado de Manuel Pereira, seu fundador; só mais tarde se chamou Pereiro, ou por corrupção ou pela abundância dessa árvore em cima da serra”. Já na elevação do povoado a distrito, e depois a vila, recebeu o nome de “Santos Cosme e Damião”.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cosme e Damião da Serra do Pereiro, por decreto de 11-10-1831 e ato provincial de 18-03-1843. Elevado à categoria de vila com a denominação de Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro, pela lei provincial nº 242, de 21-10-1842, desmembrado de Icó, com sede no núcleo de Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro. Pela lei provincial nº 1.135, de 24-11-1864 e ato provincial de 22-06-1869, é criado o distrito de Saco da Orelha e anexado à vila de Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Pereiro pelo decreto estadual nº 54, de 28-12-1890. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Pereiro (sede) e Saco da Orelha. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Pereiro, sendo seu território anexado ao distrito sede do município de Jaguaribe-Mirim, como simples povoado. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Pereiro, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Jaguaribe-Mirim, que também alterou a denominação de Saco da Orelha para Ipiranga, tendo como sede o antigo distrito de Pereiro e constituído de 3 distritos: Pereiro (sede), Ipiranga e Iracema, anexado à vila de Pereiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, a vila é constituída de 3 distritos: Pereiro (sede), Ipiranga e Iracema, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Elevada definitivamente à categoria de cidade, com a denominação Pereiro, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, que transferiu para Pereiro o distrito de Bom Jardim que pertencia ao município de Limoeiro. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 4 distritos: Pereiro (sede), Bom Jardim, Ipiranga e Iracema. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Bom Jardim passou a denominar-se Potiretama e o distrito de Ipiranga teve a denominação mudada para Ererê. Em divisão administrativa datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Pereiro (sede), Ererê, Potiretama e Iracema. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, os distritos de Iracema e Potiretama foram desmembrados de Pereiro para formar o novo município de Iracema. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Pereiro (sede) e Ererê, assim permanecendo em divisão territorial datada de

01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.072, de 28-09-1962, o distrito de Ererê é desmembrado do município de Pereiro, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 7.069, de 31-12-1962, é criado o distrito de Crioulos e anexado ao município de Pereiro. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Pereiro (sede) e Crioulos. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município adquiriu o extinto município de Ererê, criado e não instalado, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Pereiro (sede), Crioulos e Ererê, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.328, de 04-06-1987, o distrito de Ererê é desmembrado de Pereiro, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Pereiro (sede) e Crioulos, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Pereiro (sede) e Crioulos.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; o turismo, tendo como atrativos principais: o Monte Cristo Rei, com estátua de braços abertos para a cidade, com acesso pavimentado, a 2 km do centro; o Mirante do Sítio Carvão, que dá visão panorâmica para todo o Baixo Jaguaribe e oferece a prática de *paragliding*, esporte que permite ao usuário do *paraglider*, composto por vela, cinto de suspensão ou selete e paraquedas, descer da montanha planando e fazer um pouso seguro; a Casa dos Escravos, no Sítio Trigueiro, onde se pode conhecer um pouco da história do município, no período escravocrata; a Arquitetura Antiga de prédios históricos, como a Capela de São Vicente, o Casarão do Trigueiro, o prédio dos Correios, o Mercado João Gabriel e a Casa de Farinha e Engenho; a Cachoeira Pedra D'água; a Casa de Cultura e Tanques, no Sítio Cidade, que proporciona visão de toda a cidade de Pereiro.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Carnaval na Serra (fevereiro/março); a Festa de São José (19 de março); a Festa dos Padroeiros Santos Cosme e Damião (27 de setembro); a Festa de São Vicente (julho); a Festa do Município (30 de agosto); o Arraiá na Serra (junho); e a Festa de São Judas Tadeu (outubro).

Principais Personalidades

Antônio Alencar Araripe (Pereiro, 15 de novembro de 1897 – Fortaleza, 3 de maio de 1989), agricultor e pecuarista, advogado e jornalista, foi prefeito do Crato, deputado federal constituinte em 1945, reeleito na legislatura seguinte, e suplente nas duas subseqüentes.

Antônio Alves de Moraes (Pereiro, 14 de julho de 1942), professor, advogado e político, foi vereador de Fortaleza e deputado federal em três legislaturas.

Marcondes Falcão Maia (Pereiro, 16 de setembro de 1957), arquiteto, bancário, apresentador de televisão, ator, cantor, compositor, humorista e músico, com estilo irreverente e cômico. Tem dez discos gravados. Atualmente, dedica-se exclusivamente à área artística.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pereiro – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pereiro – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio – O Ceará – Projeto Obras Raras – Fundação Waldemar de Alcântara – Fac-simile da Edição de 1939.

Pindoretama

Hino de Pindoretama

(Letra por Clarismundo Silva Porto
e melodia por Antônio Gondim)

Oh! Princesa das terras benditas
Verdejantes de canaviais
Entre afagos da brisa te agitas
Sob as palmas de teus coqueirais

*Pindoretama, Pindoretama
És brilhante de fino lavor!
Pindoretama, Pindoretama
Paraíso de sonho e de amor!*

No sossego e na paz te engalanas
Na doçura de céu cor-de-anil
És a joia mimosa e te ufanas
De brilhar nesse imenso Brasil!

O trabalho é a luz que te guia
Ao triunfo que já te sorri
És leal na mais santa alegria
Os teus filhos se orgulham de ti.

Pindoretama é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Cascavel e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Pindoretama (2010) foi de 0,636, de nível médio, situando-se em 40º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 29,43, ficando em 41º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “região das palmeiras” (*pindó* = palmeira e *retama* = terra, região).

Gentílico:

pindoretamense.



Limites geográficos

Norte: Aquiraz

Leste: Cascavel e Aquiraz

Sul: Cascavel

Oeste: Aquiraz e Horizonte

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pindoretama, com **área** de 75,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 20.964 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.188 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 40 m e a **distância para a Capital** é de 47,3 km, com acesso principal pelas rodovias CE-040 / CE-403 / CE-404 / CE-454. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (100%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na região hidrográfica da Bacia Metropolitana, tendo como principais drenagens os riachos Mal Cozinhado, Caponga Roseira e da Caponga Funda, sendo o principal reservatório o açude Mal Cozinhado, que abastece a sede municipal, apoiado nos últimos anos por poços perfurados pelo Governo do Estado. Com relação ao **relevo**, predominam os tabuleiros pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares. A **vegetação** é constituída de cerrado e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

O surgimento da localidade, primitivamente conhecida como Baixinha, depois Palmares e finalmente Pindoretama, resultou da decisão do Governo Imperial de D. Pedro II de estabelecer uma comunicação direta, por meio de telégrafo, entre Aracati e Fortaleza. Para tanto, foi necessária, nos anos de 1876 e 1877, a abertura de estrada onde foram instalados os postes e a linha telefônica, inaugurada em 17 de fevereiro de 1878, com 141 km de extensão. A estrada, conhecida na época como “Estrada Nova”, “Estrada Telegráfica” e “Estrada do Fio”, passava onde atualmente é o Centro de Pindoretama. O povoamento se iniciou com a construção de casas pelos trabalhadores, à margem da estrada, transformando-se aos poucos num povoado, à época vinculado ao município de Cascavel.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Baixinha, por ato de 08-11-1894, subordinado ao município de Cascavel. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Baixinha figura no município de Cascavel. Pela lei estadual nº 2.738, de 28-10-1929, o distrito de Baixinha passou a denominar-se Palmares. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Palmares figura no município de Cascavel, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Palmares passou a denominar-se Pindoretama. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Pindoretama figura no município de Cascavel, assim permanecendo em divisão administrativa datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação Pindoretama, pela lei estadual nº 6.310, de 21-05-1963, desmembrado de Cascavel, tendo como sede o antigo distrito de Pindoretama, constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Pindoretama, sendo seu território anexado ao município de Cascavel, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Pindoretama continua como distrito de Cascavel, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município, com a denominação de Pindoretama, pela lei estadual nº 11.413, de 28-12-1987, desmembrado de Cascavel, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Pindoretama. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município de Pindoretama é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 242, de 6 de setembro de 2005, foi criado o distrito de Caponguinha, anexado do município de Pindoretama. Pela lei municipal nº 244, de 6 de setembro de 2005, foi criado o distrito de Capim de Roça, anexado ao município de Pindoretama. Pela lei municipal nº 247, de 6 de setembro de 2005, foi criado o distrito de Pratiús, anexado ao município de Pindoretama. Pela lei municipal nº 249, de 6 de setembro de 2005, foi criado o distrito de Ema e anexado ao município de Pindoretama. Os atuais distritos do município são: Pindoretama (sede), Capim de Roça, Caponguinha, Ema e Pratiús.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura,

com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; o turismo, tendo como principais atrativos: a Igreja e a Praça da Matriz, ponto de encontros de crianças, adultos e idosos e local de realização das festividades do município; os engenhos de cana-de-açúcar; a feira do mercado público, com a venda de frutas, verduras, artesanatos e outros produtos regionais; o Festival PindoreCana, com a divulgação dos produtos derivados da cana-de-açúcar, unindo a cultura regional à oportunidade de negócios.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças (8 de dezembro); o Desfile da Independência do Brasil (7 de setembro); as Festividades de Aniversário do Município (2 a 7 de setembro); a Festa de São José (19 de março); o Carnaval (fevereiro/março); o Festival da cana-de-açúcar de Pindoretama - PindoreCana (julho); as Festas Juninas (junho).

Principais Personalidades

Edilson Holanda Costa foi o primeiro prefeito do município de Pindoretama, de 01-01-1989 a 31-12-1992.

Luciano Dídimo Camurça Vieira, graduado em Administração de Empresas e Direito, é escritor e poeta, membro efetivo da Academia Fortalezense de Letras, da Academia de Ciências, Letras, Artes e Ofícios de Pindoretama, da Academia Brasileira de Hagiologia, da qual é presidente, e representante de Pindoretama na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Pindoretama – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pindoretama – 1998.

Piquet Carneiro



Hino de Piquet Carneiro

(Letra e melodia
por autores não identificados)

Nas terras deste árido sertão
Dominado por matas tão densas
Caçadores com as emboscadas
Preparavam as suas tocaias
Aguardavam as presas chegadas
Que nas noites silentes escuras
Se seguiam as suas pegadas.

*Estas terras são hoje e sempre
A morada de um povo altaneiro
É sertão do nosso Ceará
É cidade de Piquet Carneiro.*

O transporte da estrada de ferro
Marcou época na nossa História.
Foi motivo de grande progresso
Está guardado em nossa memória
Povo simples que a fé o conduz
Tem a benção do seu Padroeiro
Amantíssimo exaltado Jesus.

Estas terras são hoje e sempre ...

Piquet Carneiro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Piquet Carneiro (2010) foi de 0,600, de nível médio, situando-se em 133º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 12,93, ficando em 174º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao engenheiro Bernard Piquet Carneiro, Diretor da Rede de Viação Cearense.

Gentílico:

piquet-carneirense ou piqueense.

Limites geográficos

Norte: Senador Pompeu e Mombaça

Leste: Deputado Irapuan Pinheiro e Senador Pompeu

Sul: Acopiara

Oeste: Mombaça e Acopiara

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Piquet Carneiro, com **área** de 587,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 17.210 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 597,1 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 251,1 m e a **distância para a Capital** é de 297,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-166 / CE-253 / CE-266 / CE-566. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,10%), areias quartzosas distróficas (0,01%), bruno não cálcico (2,74%), planossolo solódico e não solódico (1,26%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (51,73%), solo litólico eutrófico (33,18%) e solos aluviais eutróficos (10,97%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú e do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Banabuiú e os riachos São Gonçalo e Cangati, sendo os principais reservatórios os açudes São José II e Vazante. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifolia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

As terras atualmente ocupadas pelo município de Piquet Carneiro formavam primitivamente um povoado, com a denominação de Girau, que significa “estrado feito de varas, montado sobre forquilhas cravadas no chão, utilizado para guardar utensílios”. Esse era o topônimo pelo qual era conhecido o povoado, inclusive no período em que figurou como distrito do município de Senador Pompeu, de 1933 até a data de sua emancipação política, com a elevação à categoria de município em 1938, quando recebeu a denominação de Piquet Carneiro. Esse novo nome foi uma homenagem ao engenheiro, diretor da Rede de Viação Cearense, Bernard Piquet Car-

neiro, autor do projeto do “Açude Acarape do Meio”, iniciado em 1909 e inaugurado em 1924 e que por muitos anos abasteceu a Capital, Fortaleza. Piquet Carneiro também chefiou a comissão encarregada de concluir o Açude Cedro, em Quixadá, e de construir outros açudes públicos no Ceará.

Formação administrativa:

Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Girau foi criado, vinculado ao município de Senador Pompeu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Girau figura no município de Senador Pompeu, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Girau passou a denominar-se Piquet Carneiro. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Piquet Carneiro figura no município de Senador Pompeu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação Piquet Carneiro, pela lei nº 3.685, de 12-07-1957, tendo como sede o antigo distrito de Piquet Carneiro, constituído de 2 distritos: Piquet Carneiro (sede) e Ibicuã, ambos desmembrados de Senador Pompeu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.824, o distrito de Ibicuã é desmembrado de Piquet Carneiro, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Ibicuã, sendo seu território anexado ao município de Piquet Carneiro, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Piquet Carneiro (sede) e Ibicuã, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei nº 11.418, de 04-01-1988, é criado o distrito de Mulungu e anexado ao município de Piquet Carneiro. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 3 distritos: Piquet Carneiro (sede), Ibicuã e Mulungu. Pela lei municipal nº 388, de 27-05-1995, é criado o distrito de Catolé da Pista e anexado ao município de Piquet Carneiro, não tendo, entretanto, constado nas divisões territoriais seguintes, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Piquet Carneiro (sede), Ibicuã, Mulungu e Catolé da Pista.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e monocultura de al-

godão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão mineral, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bodados; a mineração, com a extração de areia e argila, para fabricação de tijolos e telhas e usos diversos na construção civil.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa Junina (junho), a Festa de Aniversário do Município (12 de julho); a Festa do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus (segunda sexta-feira depois de Corpus Christi - junho); a eleição da Rainha do Município (julho); a Festa de Rodeio (15 de julho), a Festa dos Caretas de Catolé da Pista (sábado de aleluia); o evento de moda Piquet Fashion Night (na véspera da Festa do Padroeiro e da Semana do Município); a Festa dos Caretas de Ibicuã (sábado de aleluia) e o Encontro dos Filhos e Amigos de Ibicuã (dezembro).

Principais Personalidades

Luís Aires de Sousa, empresário do ramo de torrefação e moagem de café, foi o primeiro prefeito eleito do município de Piquet Carneiro, nas eleições de 3 de outubro de 1958, com mandato de 1959 a 1962.

Padre Alberto Nepomuceno de Oliveira, (Pacatuba, 28 de outubro de 1921 – Fortaleza, 5 de outubro de 2012) foi vigário da paróquia de Piquet Carneiro, pouco antes da emancipação política do município, onde realizou a reforma e ampliação da igreja matriz e a construção do altar-mor e da torre. Vigário das paróquias de Nossa Senhora de Nazaré e de Nossa Senhora Aparecida, ambas no bairro Montese, em Fortaleza. Licenciou-se do sacerdócio e contraiu núpcias. Escritor, foi sócio efetivo da Academia Cearense de Letras.

FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Piquet Carneiro – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Piquet Carneiro – 1998.

Pires Ferreira

Hino de Pires Ferreira

(Letra por Cândido Teixeira e melodia
por José Frota Neto)

Ao sopé da imponente Ibiapaba,
Um punhado de bravos acampou,
Entre os verdes licores da igaçaba
Outra ordem social preconizou.

*Pires Ferreira, te embalaram tantas lendas,
O teu povo herói guarda teu solo.
As cantigas de plácidas vivendas
A mãe pátria te oferta o firme colo.*

A paisagem fulvo-cinza do sertão,
Em contraste do verde azul-anil
Dá origem a mais um embrião
Transformando em comuna do Brasil.

Lutaram teus heróis com braço forte,
Para num plebiscito amplo e novo.
Decidir com justiça a sua sorte.
Para a glória e triunfo de teu povo.

Hoje tudo está realizado
Cabe agora a teus filhos varonis
Garantirem o triunfo alcançado
Projetando um futuro bem feliz.

Pires Ferreira é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará,
na microrregião de Ipu e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Pires Ferreira (2010) foi de 0,591, de nível baixo, situando-se em 150º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 10,71, ficando em 181º lugar no Ceará.

Toponímia:

o nome dado ao município foi uma homenagem ao Dr. Antônio Sampaio Pires Ferreira, diretor-chefe da Estrada de Ferro Sobral-Crateús.

Gentílico:

piresferreirense.

Limites geográficos

Norte: Varjota e Reriutaba

Leste: Ipu, Hidrolândia, Santa Quitéria e Varjota

Sul: Ipu

Oeste: Reriutaba e Ipu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Pires Ferreira, com **área** de 243,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.052 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 939,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 200 m e a **distância para a Capital** é de 297,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-257 / CE-329 / CE-366 / CE-525. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (15,58%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (59,02%) e solos aluviais eutróficos (12,45%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jatobá e os riachos São Francisco e Refrigério, sendo o principal reservatório o açude Araras, que beneficia Pires Ferreira apenas com áreas de vazante nos limites com os municípios de Santa Quitéria, Hidrolândia e Varjota. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

O povoamento do atual território de Pires Ferreira se iniciou em meados do século XIX, com a chegada de pequenos agricultores formando o arraial que se denominou Mucambo. Posteriormente, o povoado teve a denominação mudada para Humaitá, mas somente começou a crescer a partir de 1894, com a chegada da Estrada de Ferro de Sobral. Em 21 de janeiro de 1925, foi inaugurada a Estação Ferroviária, que trouxe uma fase de progresso para o povoado, que, pouco tempo depois, em 1933, se tornou distrito do município de Ipu. Elevado à categoria de município pela lei nº 6.418, de 1963, foi extinto pela lei nº 8.339, de 1965, retornando à categoria de distrito, vinculado ao município de Ipu. Depois da realização de plebiscito sobre a emancipação política do município na década de 1980, Pires Ferreira voltou a ser elevado à categoria de município pela lei nº 11.325, de 22 de maio de 1987.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Pires Ferreira, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, subordinado ao município de Ipu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Pires Ferreira figura no município de Ipu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Pires Ferreira, pela lei nº 6.418, de 09-07-1963, desmembrado de Ipu, tendo como sede o antigo distrito de Pires Ferreira, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Pires Ferreira, sendo seu território anexado ao município de Ipu, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Pires Ferreira figura no município de Ipu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município, com a denominação de Pires Ferreira, pela lei nº 11.325, de 22-05-1987, desmembrado de Ipu, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Pires Ferreira, constituído de 2 distritos: Pires Ferreira (sede) e Delmiro Gouveia, também desmembrado de Ipu. Pela lei municipal nº 22, de 1990, é criado o distrito de Donato e anexado ao município de Pires Ferreira. Pela lei municipal nº 35, de 1990, o

distrito de Delmiro Gouveia passa a denominar-se Santo Izidro. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Pires Ferreira (sede), Donato e Santo Izidro, assim permanecendo em divisão territorial de 15-07-1997. Os atuais distritos do município são: Pires Ferreira (sede), Donato, Santo Izidro e Otavilândia.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; a pesca artesanal principalmente no açude Araras; a indústria de cerâmica; o turismo tendo como principais atrativos a Bica do Donato, no distrito do mesmo nome, principal cachoeira do município, com altura de cerca de 100 metros, tendo no entorno matas fechadas; a Bica Encantada, com trilha ecológica de acesso; a represa do açude Araras, utilizada como “praia de água doce”, em que existem pequenos balneários marginais; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma das edificações mais antigas do município, construída no final do século XIX; e o Centro Histórico, onde funciona a Secretaria de Cultura do Município e que foi até 2007 o prédio da Estação Ferroviária.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário da Emancipação Política do Município, com a realização de desfile estudantil, missa, disputas esportivas, feiras culturais, escolha da Rainha do Município e shows de grandes artistas (22 de maio); os Festejos da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (21 a 31 de julho); a Festa de Santa Luzia, na localidade de Ipuerinha (13 de dezembro).

Principais Personalidades

Antônio Meton Passos Júnior, primeiro prefeito eleito do município de Pires Ferreira, com mandato de 1989 a 1992.

Marcos Camelo Marques (Ipu, 26 de fevereiro de 1951) participou na década de 1980 do movimento de emancipação política do município, do qual foi vereador em duas legislaturas e prefeito em dois períodos legislativos.

Padre Bonifácio Fonseca, primeiro vigário da paróquia de Pires Ferreira, criada em 21 de julho de 2009, quando se desvinculou da paróquia de Ipu.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Pires Ferreira – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Pires Ferreira – 1998.

Poranga

Hino de Poranga

(Letra por Padre Pedro Ferreira
e melodia por Wellington Sousa)

Mocidade vibrante e garbosa
Ergue a voz e decanta o ideal
De levar a bandeira gloriosa
Da esperança risonha e triunfal.

Nobre terra querida e singela
Teu futuro é brilhante e gentil
Tu serás, tu serás uma estrela
Da grandeza de nosso Brasil.

Ó Poranga, nós sempre te amamos
Nos momentos de glória e de dor
Nós sorrimos e a ti dedicamos
Um solene poema de amor.

Os teus filhos te querem saudar
Com alegria, bondade e valor
Nobre terra, nós somos teus filhos
E seremos depois vencedores.

Poranga é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Ipu e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Pires Ferreira (2010) foi de 0,581, de nível baixo, situando-se em 164º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,97, ficando em 128º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “vista bonita”.

Gentílico:

Poranguense.



Limites geográficos

Norte: Ipueiras

Leste: Ipaporanga, Ararendá e Ipueiras

Sul: Crateús e Ipaporanga

Oeste: Ipueiras e Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Poranga, com **área** de 1.309,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 12.358 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 518,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 750 m e a **distância para a Capital** é de 359,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257 / CE-265. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (78,90%), latossolo amarelo distrófico (0,11%), latossolo amarelo álico (0,27%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,24%), solo litólico distrófico (6,17%) e solo litólico álico (8,31%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, tendo como principais drenagens superficiais o rio Macambira, que deságua diretamente no rio Poti, no Piauí, e os riachos São João e Carnaúba, sendo o principal reservatório o açude Cascavel, na bacia do rio Parnaíba. Com relação ao **relevo**, predomina o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa, e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

O povoado que deu origem ao município de Poranga denominava-se primitivamente Várzea Formosa, originário de fazendas de agricultores e pecuaristas, que se instalaram nas terras próximas às nascentes dos rios Inhussu, Acaraú, Jatobá e Macambira, em terras pertencentes ao município de Ipueiras. Quando elevado à categoria de distrito, por lei provincial de 1860 e ato provincial de 1887, denominava-se Várzea Formosa, subordinado a Ipueiras. A edificação da capela, tendo como patronos Jesus, Maria e José resultou de doação de terras feitas pelos irmãos Lourenço Alves de Almeida, em 1897, e Malaquias Alves de Almeida, em 1898, tendo o Padre Francisco Máximo Feitosa de Castro, então vigário de Ipueiras, sido o res-

ponsável pela construção. O distrito de Várzea Formosa foi anexado ao município de Nova Russas quando da extinção de Ipueiras em 1933, voltando a ser vinculado a Ipueiras quando da recriação desse município em 1935. Em 1938, a denominação do distrito mudou de Várzea Formosa para Formosa, alterada novamente em 30 de dezembro de 1943 para Poranga, pelo decreto-lei estadual nº 1.114. Poranga foi finalmente elevado à categoria de município pela lei estadual nº 3.665, de 05 de julho de 1957.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Várzea Formosa, pela lei provincial nº 929, de 06-08-1860 e por ato provincial de 03-06-1887, subordinado ao município de Ipueiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Várzea Formosa figura no município de Ipueiras. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, o município de Ipueiras foi extinto, sendo sua área anexada ao município de Nova Russas, como distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Várzea Formosa é distrito do município de Nova Russas. Pelo decreto estadual nº 1.512, de 18-03-1935, é recriado o município de Ipueiras, voltando o distrito de Várzea Formosa a pertencer ao município de Ipueiras, desmembrado de Nova Russas. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Várzea Formosa figura no município de Ipueiras. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Várzea Formosa passou a denominar-se simplesmente Formosa. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Formosa figura no município de Ipueiras. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Formosa passou a denominar-se Poranga. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Poranga figura no município de Ipueiras, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Poranga, pela lei estadual nº 3.665, de 05-07-1957, tendo como sede o antigo distrito de Poranga, instalado em 22-09-1957, constituído de 2 distritos: Poranga (sede) e Macambira, ambos desmembrados de Ipueiras. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Poranga (sede) e Macambira, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Pela lei municipal nº 15, de 25-09-1991, são criados os distritos de Buritizal e Cachoeira Grande e anexados ao município de Poran-

ga. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 4 distritos: Poranga (sede), Buritizal, Cachoeira Grande e Macambira, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Poranga (sede), Buritizal, Cachoeira Grande e Macambira.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência, com as culturas de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, castanha de caju e frutas diversas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária, com a criação de bovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de bordados, chapéus de palha e redes; a mineração, com a extração de rochas para usos diversos na construção civil, de areia e argila e rutilo; a atividade pesqueira nos açudes locais; e o turismo, tendo como principais atrativos a Cachoeira do Pinga, a Igreja de Pedra Mãe de Deus, a Pedra Grande, o Rio Macambira e as Cavernas com inscrições indígenas em pedras rochosas.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Município (5 de julho), a Festa de Natal (25 de dezembro); a Festa dos Padroeiros Jesus, Maria e José (último sábado de julho).

Principais Personalidades

Lourenço e Malaquias Alves de Almeida, doadores das terras, no distrito de Várzea Formosa, para a construção de capela em honra de Jesus, Maria e José, em 1897.

Padre Francisco Máximo Feitosa de Castro, vigário de Ipueiras, responsável pela edificação da capela dedicada a Jesus, Maria e José, em 1897.

FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Poranga – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Poranga – 1998.

Porteiras

Hino de Porteiras

(Letra por Maria Pinheiro Cardoso e Josafá Viana
e melodia por Tarcísio José de Lima)

Ao sopé da Araripe frondosa,
qual tapete de cor verde-anil,
brotam fontes e belas cascatas,
batizando um rincão do Brasil,
Engastada qual joia bem rara
a cidade se ergueu majestosa,
na autonomia tão cara
que lhe trouxe a gente valorosa.

*Ó Porteiras, querida cidade
grande orgulho sentimos de ti,
quando ausentes, sentimos saudade
da antiga Conceição do Cariri.*

Sua igreja se ergue altaneira,
num só templo de amor e oração,
em louvor à Santa Padroeira,
a nossa Imaculada Conceição.
Dentro desses antigos sobrados,
de feitos assim desiguais,
nos tornamos teus filhos amados
desde os idos tempos imperiais.

Ó Porteiras, querida cidade ...

Que o teu solo vermelho, fecundo,
alimente sementes de paz,
onde brota a doçura do mundo
nos ondulantes pendões canaviais.
Artesão, produtor, comerciante,

sob o sol que da serra se alteia,
dão à terra, seus filhos vibrantes,
o progresso que o amor semeia.

Ó Porteiras, querida cidade ...

Porteiras é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Porteiras (2010) foi de 0,622, de nível médio, situando-se em 65º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 19,25, ficando em 133º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo porteiras surgiu pela existência de duas porteiras em currais onde era mantido o gado e permitiam controlar a entrada e saída de pessoas e animais: a Porteira de Fora e a Porteira de Dentro, que ficavam onde atualmente se situa o centro da cidade.

Gentílico:

Porteirense.

Limites geográficos

Norte: Brejo Santo e Missão Velha

Leste: Brejo Santo

Sul: Jati e Jardim

Oeste: Missão Velha e Jardim

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Porteiras, com **área** de 217,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 14.920 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 994,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 538 m e a **distância para a Capital** é de 522,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / BR-230 / CE-138 / CE-368 / CE-371 / CE-397. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (4,77%), latossolo amarelo distrófico (11,17%), latossolo amarelo álico (16,33%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (33,37%), solo litólico eutrófico

(12,35%), solo litólico eutrófico e distrófico (11,89%) e solos aluviais eutróficos (10,13%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais os riachos dos Oitis e do Bálsamo. Não há açudes de grande porte na região. Com relação ao **relevo**, predomina a Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

As terras do atual município de Porteiras foram habitadas pelos índios Cariris, antes da chegada dos primeiros povoadores brancos, atraídos pela fertilidade do solo e pela abundância da água que jorrava no sopé da Chapada do Araripe, que favoreciam o desenvolvimento da agricultura. Um dos primeiros desbravadores dessa região foi o Capitão José Antônio de Souza, originário do município de Baixa-Verde, de Pernambuco, fazendeiro e fundador da primeira indústria de curtume. Em suas origens, Porteiras pertencia ao município de Jardim, sendo o Sítio Simão, atual distrito Simão, importante passagem para quem se dirigia à sede do município. A história de Porteiras, em fevereiro de 1927, foi palco do episódio sangrento conhecido como “Tragédia das Guaribas” ou “Fogo das Guaribas”, em que, por 31 horas, partidários de Lampião e as forças comandadas pelo Tenente José Gonçalves Pereira se enfrentaram em intenso tiroteio, que resultou na morte de alguns capangas de Chico Chicote e no rapto, tortura e assassinato do fazendeiro Antônio Grangeiro, um sobrinho e dois moradores. Um filho desse fazendeiro ergueu em sua memória um mausoléu, nas proximidades do Sítio Guaribas em memória dos mortos. Porteiras tornou-se distrito de Jardim em 1858, foi elevado à categoria de vila em 1889, mudou de denominação para Conceição do Cariri em 1933, voltando a denominar-se Porteiras em 1938, sendo elevado à categoria de município em 22 de novembro de 1951.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Porteiras, por ato provincial nº 846, de 09-08-1858 e por ato de 12-07-1860, vinculado ao município de

Jardim. Elevado à categoria de vila com a denominação de Porteiras, pela lei provincial nº 2.169, de 17-08-1889, desmembrado de Jardim, instalado em 15-11-1889, tenho como sede a antiga povoação de Porteiras. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito, com a denominação de Conceição do Cariri, anteriormente Porteiras, figura no município de Brejo dos Santos, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Conceição do Cariri volta a denominar-se Porteiras e o município Brejo dos Santos muda a denominação para Brejo Santo. No quadro fixado para vigorar de 1939-1943, o distrito de Porteiras figura no município de Brejo Santo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município, com a denominação de Porteiras, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Brejo Santo, tendo como sede o antigo distrito de Porteiras, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Porteiras (sede) e Simão.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, banana, abacate, abacaxi, frutas e hortaliças diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para estacas, lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas o babaçu, a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a fabricação de rapadura; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, placas para fachadas, revestimentos e usos diversos na construção civil; o turismo, tendo como principais atrativos: a Pedra Branca e o Santuário do Padre Cícero; a Cachoeira do Sítio Barriguda; a Casa da Memória, no centro da cidade, sede do Museu Municipal; a História Viva de Porteiras em Cores, em que o artista plástico Francisco Adriano Silva de Oliveira, o Faso, retrata o patrimônio imaterial do município, desde as origens dos quilombos,

representados por mestra Maria do Tiê, líder comunitária quilombola; o vaqueiro Expedito Gabriel, com histórias dos tempos dos tropeiros, no Sítio Saco; a artesã louceira Ceixa, no Sítio Logradouro, com suas panelas e potes de barro cru.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário do Município (25 de março); a Festa da Coroação de Nossa Senhora da Conceição (31 de maio); a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); a Festa de Reis (6 de janeiro); o Festival de Quadrilhas (junho); e a Paixão de Cristo (Semana Santa).

Principais Personalidades

José Aristarco Sampaio Cardoso, primeiro prefeito do município de Porteiras, quando da emancipação política, na legislatura de 1951 a 1954.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Porteiras – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Porteiras – 1998.

ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de – Um Civilizador do Cariri – 1955.

Potengi

Hino de Potengi

(Letra e melodia
por autores não identificados)

O povo de Potengi
Vitorioso canta com alegria
Vibrando com seus esforços
Com que lutaram com galhardia.

Lutando com fé e amor
Viram seus sonhos realizados
04 de setembro
Com alegria é comemorado.

Salve 04 de setembro
Data jamais esquecida
Cantam hinos e louvores
A sua terra querida.

E lutando com ardor
Potengi se libertou
Os seus filhos nobres mostram
Que sua terra tem valor.

Oh linda terra de Monteiro
Seu destemido fundador,
Que unido a Francisco Guedes,
Dura missão realizou.

E hoje não está presente
Porque Jesus os convidou
Seus nomes nunca esquecidos
A nossa história abrilhantou.

Potengi é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Chapada do Araripe e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Potengi (2010) foi de 0,562, de nível baixo, situando-se em 181º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 13,52, ficando em 171º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “água ou riacho dos camarões”.

Gentílico:

potengiense.

Limites geográficos

Norte: Assaré e Campos Sales

Leste: Araripe, Santana do Cariri e Assaré

Sul: Araripe

Oeste: Campos Sales, Salitre e Araripe

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Potengi, com **área** de 338,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 11.165 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 618,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 557 m e a **distância para a Capital** é de 496,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-166 / CE-282 / CE-253 / CE-292 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,66%), latossolo amarelo álico (15,66%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (33,78%), solo litólico eutrófico (20,96%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,08%) e terra roxa estruturada eutrófica (28,86%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Ipueiras e o Riacho Brejinho (tributário do rio dos Bastiões, que é tributário do rio Jaguaribe), sendo o principal reservatório o açude Pau Preto, que abastece a sede municipal. Com relação ao **relevo**, predomina a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifolia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifolia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

O lugarejo Chique-Chique se formou às margens do riacho Brejinho no século XIX, mudando de denominação, primeiro para Xique Xique, depois para Potengi e, em seguida, Ibitiara, para depois adotar definitivamente o nome de Potengi. Como distrito, foi vinculado ao município de Araripe e, quando da extinção desse município, ficou vinculado a Assaré, voltando a pertencer a Araripe, quando de sua recriação, para finalmente emancipar-se em 4 de setembro de 1957. No início do século o fazendeiro Manuel Monteiro fez a doação de terras para a edificação de capela em honra de São José. Outro personagem que se destacou na história do município foi Augusto Ulisses Alencar, que, em meados do século XX, desenvolveu atividade agrícola na localidade denominada “Mata Fresca”, onde cultivou algodão, milho, feijão e arroz, criou bovinos, ovinos e caprinos e se tornou um dos maiores empresários do município, na atividade de comercialização do algodão, tornando-se um dos maiores agropecuaristas de Potengi. O município, por reunir grande quantidade de ferreiros, se tornou conhecido como “a cidade que não dorme” e isso porque, sendo a metalurgia atividade que produz grande calor, os ferreiros iniciavam seu trabalho na confecção de peças de metal, a partir de meia noite.

Formação administrativa:

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Chique-Chique figura no município de Araripe. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Araripe, sendo o distrito de Chique-Chique anexado ao município de Assaré. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Chique-Chique figura no município de Assaré. Pelo decreto estadual nº 1.540, de 03-05-1935, é recriado o município de Araripe, voltando o distrito de Chique-Chique a pertencer a esse município. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, Chique-Chique figura no município de Araripe. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Chique-Chique passou a ser grafado Xique Xique. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Xique Xique passou a denominar-se Potengi. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948,

o distrito de Potengi figura no município de Araripe, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Potengi passou a denominar-se Ibitiara. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Ibitiara figura no município de Araripe. Elevado à categoria de município com a denominação de Potengi, pela lei estadual nº 3.786, de 04-09-1957, desmembrado de Araripe, instalado em 25-03-1959, constituído de 2 distritos: Potengi (sede) e Barreiros, que foi criado pela mesma lei. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Potengi (sede) e Barreiros, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Potengi (sede) e Barreiros.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar e frutas diversas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de rendas, bordados e em palha e os produtos artesanais dos ferreiros. Potengi é denominada a “Terra dos Ferreiros; e o turismo.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São José (19 de março); a Festa de Reisado de Caretas do Sítio Sassaré (6 de janeiro); a Festa de Aniversário do Município (4 de setembro); a Festa do Vaqueiro (17 de maio); as Festas Juninas (junho); e as Festividades de Natal, com a chegada de Papai Noel (dezembro).

Principais Personalidades

Luiz Gonzaga de Figueiredo foi o principal líder da campanha para a emancipação política do município e seu primeiro prefeito, com mandato de 1959 a 1962, sendo eleito novamente para o período legislativo de 1967 a 1970.

Fontes

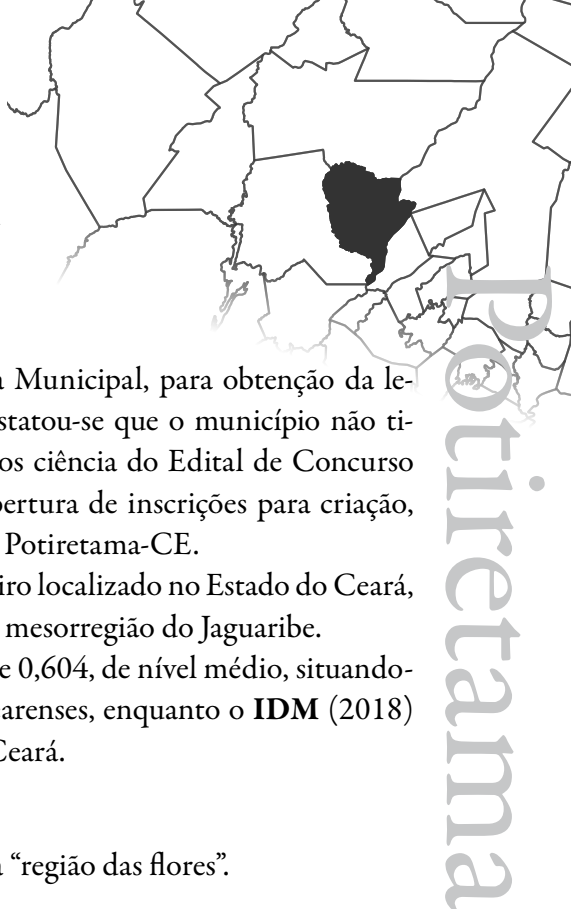
ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Potengi – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Potengi – 1998.

Potiretama



Hino de Potiretama

Quando da pesquisa junto à Prefeitura Municipal, para obtenção da letra do Hino Oficial do município, constatou-se que o município não tinha hino. Pouco tempo depois, tomamos ciência do Edital de Concurso nº 001/2022, de 17/03/2022, com a abertura de inscrições para criação, escolha e divulgação do Hino Oficial de Potiretama-CE.

Potiretama é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Serra do Pereiro e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Potiretama (2010) foi de 0,604, de nível médio, situando-se em 122º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 17,28, ficando em 154º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “região das flores”.

Gentílico:

potiretamense.

Limites geográficos

Norte: Estado do Rio Grande do Norte, Alto Santo e Iracema

Leste: Estado do Rio Grande do Norte

Sul: Iracema, Ererê e Estado do Rio Grande do Norte

Oeste: Iracema

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Potiretama, com **área** de 410,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 6.455 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 682,3 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 133 m e a **distância para a Capital** é de 286,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138 / CE-265 / CE-269 / CE-470. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos

(1,01%), bruno não cálcico (68,56%), podzólico vermelho amarelo distrófico (16,37%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (3,25%), solo litólico eutrófico (6,74%), solos aluviais eutróficos (1,76%) e vertissolo (2,31%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos do Fechado, Bom Jardim, Milagres e Amparo, na divisa com Ererê, e o riacho Seco, na divisa com Alto Santo, sendo o principal reservatório o açude José de Queiroz, existindo mais de 50 pequenos açudes no município. Com relação ao **relevo**, predominam a Chapada do Apodi e a planície fluvial. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa.

Síntese Histórica

Pelo levantamento histórico do atual município de Potiretama, consta que, no século XIX, suas terras eram habitadas por indígenas de etnia desconhecida, iniciando-se o seu povoamento no início do século XX, com a chegada de agricultores e criadores de gado procedentes de Pernambuco, atraídos pela fertilidade da terra e pela abundância de água. Dois nomes são citados como precursores da atividade pecuária nessa região: Sebastião Feitosa e André Campelo, que, por volta de 1918, iniciaram a criação de gado bovino, com a construção de casas de fazenda. Logo outras fazendas se instalaram na região, propícia à criação de gado. Por iniciativa da esposa de Sebastião Feitosa, foi edificada em 1922 uma capela consagrada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em agradecimento a uma graça por ela alcançada, tendo sido celebrada a primeira missa pelo Padre Miguel Xavier. Nas proximidades do oratório, foram surgindo novas casas, formando-se um pequeno vilarejo, denominado Vila de Nazaré. Em 1924, chegou ao povoado a primeira professora, Alecinha Ayres, que montou em sua própria casa a escolinha da Vila de Nazaré. Por ser uma região muito florida e verdejante, com lindos jardins, o povoado teve o nome mudado para Bom Jardim, na década de 1930. Com essa denominação, tornou-se distrito, subordinado ao município de Pereiro em 1938, passando a denominar-se Potiretama, que significa em tupi “região das flores”, por decreto-lei de 30-12-1943, elevado definitivamente à categoria de município pela lei nº 11.317, de 15 de maio de 1987.

Formação administrativa:

O distrito de Bom Jardim, subordinado ao município de Pereiro, foi criado pela lei estadual nº 448, 20-12-1938, com território formado por parte das terras do distrito de Iracema (pertencente ao município de Pereiro) e parte das terras do distrito de Alto Santo (pertencente ao município de Limoeiro). O decreto-lei nº 1.114, de 30-12-1943, alterou a denominação do distrito, de Bom Jardim para Potiretama, nome originário da língua tupi que significa “lugar bonito” ou “região das flores”. O distrito de Potiretama passou a pertencer a Iracema, quando de sua elevação à categoria de município pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951. Pela lei nº 6.222, de 17-12-1962, Potiretama foi elevado à categoria de município, mas, antes de sua instalação, foi extinto pela lei nº 8.339, de 14-12-1965. A lei nº 11.317, de 15-05-1987, elevou novamente Potiretama à categoria de município, ao qual anexou o distrito de Canindezinho, desmembrados ambos de Iracema, ficando o município constituído de 2 distritos: Potiretama (sede) e Canindezinho. Os atuais distritos do município são: Potiretama (sede) e Canindezinho.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades tendo como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; a piscicultura; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); o Arraiá da Fantasia da comunidade de Barros e as festas juninas do município (junho); a Festa de Aniversário do Município (15 de maio); o Carnaval com o Mela-Mela (fevereiro/março).

Principais Personalidades

Alecinha Ayres, primeira professora de Vila Nazaré, tendo instalado a escola em sua própria casa, em 1924.

Valmir Diógenes Pinheiro foi o primeiro prefeito eleito de Potiretama, com mandato de 1989 a 1992.

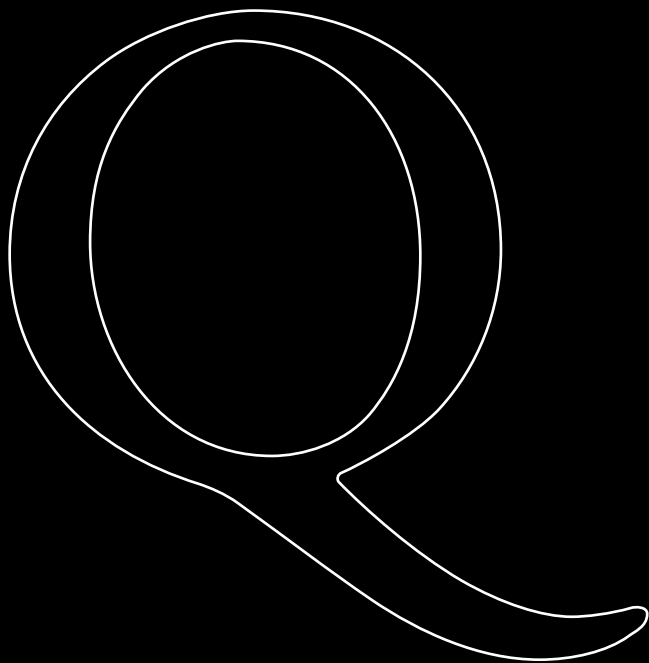
Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Potiretama – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Potiretama – 1998.



Quiterianópolis

Quixadá

Quixelô

Quixeramobim

Quixeré



Quiterianópolis

Hino de Quiterianópolis

(Letra por Francisco Marinho Xavier
e melodia por autor não identificado)

Para nossa alegria, chegou da Bahia, no Ceará
Entre as serras, na linda terra, resolveu ficar
Quitéria de Lima, coragem ela tinha, para trabalhar
É realidade a nossa cidade nasceu pra mudar.

*Quiterianópolis, cidade tão bela, unidos estamos lutando por ela
Com fé e amor, seus filhos irão mostrar seu valor no nosso Sertão.*

Céu azul lindas matas é o que retrata nossa região
Nosso solo é fértil, contamos por certo, com a produção
Arroz, milho e feijão, produto do lavrador, daquele sonhador
Humilde de conduta
Homem bravo na luta e corajoso no amor
A sua existência, é dádiva de Deus para o povo cristão
É pura verdade
É felicidade em nosso coração
A estrutura é moderna, o Rio Poty banha a terra
Com suas águas tão lindas
A cidade se enfeita
Fica à margem esquerda do Açude Colinas.

Quiterianópolis é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Quiterianópolis (2010) foi de 0,594, de nível baixo, situando-se em 145º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 13,63, ficando em 170º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo deriva de Santa Quitéria e foi dado ao município para homenagear dona Quitéria Gonçalves de Lima, esposa do fazendeiro Te-

nente José Nunes Batista, que fizeram a doação das terras para a construção da capela em honra de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, construída em 1778.

Gentílico:

quiterianopolense.

Limites geográficos

Norte: Independência e Novo Oriente

Leste: Tauá e Independência

Sul: Estado do Piauí, Parambu e Tauá

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Quiterianópolis, com **área** de 1.041 km², tem **população estimada** para 2021 em 21.246 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 390,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 400,5 m e a **distância para a Capital** é de 414,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-187 / CE-351. O **solo** é constituído de latossolo amarelo álico (16,96%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (67,47%), solo litólico eutrófico (5,44%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,68%) e solos aluviais eutróficos (9,44%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está quase totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, apesar de o mesmo não passar pelo município, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Correntes e de Dentro, que desaguam no riacho Taim, em Novo Oriente, e os riachos Sussucaro e Olho D'Água, sendo o principal reservatório o açude Colina, que abastece a população urbana da sede municipal. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

Segundo referências históricas, o atual município de Quiterianópolis teve sua origem em 1770, numa fazenda de propriedade do Tenente José

Nunes Batista e sua esposa Quitéria Gonçalves de Lima, à margem direita do riacho Correntes, um dos formadores do Itaim, afluente do rio Poti. Em 1778, o Tenente José Nunes e Quitéria de Lima viajaram ao município de Marvão, atual Castelo do Piauí, e obtiveram permissão do vigário daquele município, para construir uma capela na Fazenda Santa Quitéria, concluída em 19 de maio de 1778, quando foi oficializada a doação, ao patrimônio da igreja, de meia légua de terra em quadro, seis éguas e trinta vacas, tendo sido lavrado o Termo de Doação na Vila de Piranhas, atual município de Crateús, registrado no Cartório Mourão do município de Castelo do Piauí. Nessa época, as terras do povoado de Santa Quitéria faziam parte do Piauí e a capela estava vinculada à freguesia de Oeiras. Em 1880, Independência e seus distritos e povoados passaram a fazer parte da Província do Ceará. Em 1933, o povoado de Santa Quitéria foi elevado à categoria de distrito, mudando a denominação em 1938 para Coutinho, subordinado ao município de Independência. Passou à categoria de município em 1963, mas voltou a ser distrito de Independência em 1965, sendo elevado definitivamente à categoria de município, com a denominação Quiterianópolis, em 04 de junho de 1987.

Formação administrativa:

Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-04-1933, foi criado o distrito de Santa Quitéria, subordinado ao município de Independência. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Santa Quitéria figura no município de Independência, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santa Quitéria passou a denominar-se Coutinho. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Coutinho figura no município de Independência, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Coutinho, pela lei estadual nº 6.444, de 20-07-1963, desmembrado de Independência, tendo como sede o antigo distrito de Coutinho e constituído de 2 distritos: Coutinho (sede) e Algodões. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Coutinho (sede) e Algodões. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Coutinho, sendo o seu território anexado ao

município de Independência, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Coutinho figura como distrito de Independência, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Quiterianópolis, pela lei estadual nº 11.330, de 04-06-1987, alterada pela lei estadual nº 11.485, de 20-07-1988, tendo como sede o distrito de Quiterianópolis, constituído de 3 distritos: Quiterianópolis (sede), Algodões e São Francisco, instalados em 01-01-1989, todos desmembrados de Independência. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Quiterianópolis (sede), Algodões e São Francisco, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Quiterianópolis (sede), Algodões e São Francisco.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; as indústrias: de calçados, metalúrgica, de móveis, de panificação e outras; e o turismo.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (15 de agosto); o Aniversário da Emancipação Política do Município (4 de junho); as Festas Juninas (junho); o Dia das Mães (maio); o Dia de Reis (6 de janeiro); a Festa da Colheita (24 de julho).

Principais Personalidades

José Francisco Costa, primeiro prefeito eleito do município de Quiterianópolis, com mandato de 1989 a 1992.

Quitéria Gonçalves de Lima, proprietária da Fazenda Santa Quitéria, juntamente com seu marido Tenente José Nunes, foi a doadora do

patrimônio da capela sob a invocação de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e responsável pela construção do santuário, concluído em 19 de maio de 1778. Em sua homenagem, foi dado ao município o nome de Quiterianópolis.

FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Quiterianópolis – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Quiterianópolis – 1998.

Quixadá

Hino de Quixadá

(Letra por Edgardo Moraes de Oliveira
e melodia por Manoel Ferreira)

Linda terra rica e querida,
Povo forte, nobre e altaneiro.
Quixadá, tu és minha vida.
Me orgulho em ser brasileiro.

*Teus monólitos e fazendas,
Contornando esse imenso sertão,
Mais parecem de Deus oferendas
Aos seus filhos com devoção.*

Quantas glórias cidade-menina,
Te contemplam em teu fadário.
És a luz, pura e bela, cristalina,
Neste encontro com o dignatário

Vou cantando feliz e contente
Tua história com amor e paixão,
Quixadá, grande, forte e valente
viverás sempre em meu coração.

Quixadá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Quixeramobim e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Quixadá (2010) foi de 0,659, de nível médio, situando-se em 14º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,24, ficando em 63º lugar no Ceará.

Toponímia:

denominação de tripo tapuia habitante do interior da Capitania do Ceará.

Gentílico:

Quixadaense.

Limites geográficos

Norte: Ibaretama, Itapiúna e Choró

Leste: Banabuiú, Morada Nova, Ibicuitinga e Ibaretama

Sul: Quixeramobim e Banabuiú

Oeste: Choró e Quixeramobim

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Quixadá, com **área** de 2.020 km², tem **população estimada** para 2021 em 88.899 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 518 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 190 m e a **distância para a Capital** é de 163,4 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-265 / CE-566. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (1,35%), bruno não cálcico (20,23%), planossolo solódico ta (19,34%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (21,74%), regossolo eutrófico (9,93%), solo litólico eutrófico (10,18%), solo litólico eutrófico e distrófico (1,69%), solonetz solodizado (13,49%) e solos aluviais eutróficos (1,24%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais os rios Sitiá e Choró e os riachos Mororó, dos Cavalos e Salgadinho, sendo os principais reservatórios os açudes Pedra Branca e Cedro, que abastecem a população da sede municipal. Com relação ao **relevo**, predominam depressões sertanejas e maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese Histórica

O território do atual município de Quixadá foi habitado primitivamente por índios das tribos Canindé e Jenipapo, até a chegada dos portugueses, no início do século XVII, que enfrentaram a resistência dos nativos até o ano de 1760. Foi nessa localidade que se formou o núcleo da futura cidade de Quixadá. A partir do século XIX, após a construção da estrada

de ferro que ligava o Cariri a Fortaleza, o município teve intenso processo de urbanização, que foi favorecido pela exportação para a Inglaterra de sua produção de algodão. Outro fator que também favoreceu o crescimento do povoamento dessa região foi a construção do Açude Cedro, iniciada em 1890 e concluída em 1906. Para atender à crescente demanda na área da educação, os monges beneditinos instalaram, no início do século XX, na Serra do Estevão, junto ao Mosteiro de Santa Cruz, um estabelecimento de ensino – o Ginásio São José, de alto padrão de ensino, “cuja reputação transpôs as fronteiras do Ceará”, dedicado à educação dos jovens. Em 1915, algum tempo depois da morte do seu prior Dom Maurício Prickzzy, o Mosteiro fechou e seus edifícios e instalações passaram a ser utilizados pelas Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, como Casa de Repouso. O povoado de Quixadá foi elevado à categoria de distrito em 5 de novembro de 1869, subordinado ao município de Quixeramobim, e de vila em 27 de outubro de 1870, desmembrando-se de Quixeramobim, e à categoria de cidade, por lei provincial de 17 de agosto de 1889. Cidade conhecida como “Terra da Galinha Choca”, “Terra dos Monólitos” e “Cidade Rainha do Sertão Central”.

Formação administrativa:

Distrito criado pela lei provincial nº 1.305, de 05-11-1869, com a denominação de Quixadá, subordinado ao município de Quixeramobim. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Quixadá, pela lei provincial nº 1.347, de 27-10-1870, desmembrado do município de Quixeramobim, tendo como sede o núcleo de Quixadá, constituído apenas do distrito sede. Elevado à categoria de cidade, com a denominação de Quixadá, pela lei provincial nº 2.166, de 17-08-1889. Pelo ato de 13-07-1899, é criado o distrito de Serra de Santo Estevão e anexado ao município de Quixadá. Por ato de 23-09-1903, é criado o distrito de Serra Azul e anexado ao município de Quixadá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 4 distritos: Quixadá (sede), Serra Azul, Serra de Santo Estevão e São Francisco da Califórnia. Por ato de 07-10-1914, é criado o distrito de Tapuiará e anexado ao município de Quixadá. Nos quadros do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município aparece constituído de 5 distritos: Quixadá (sede), Serra de Santo

Estevão, Serra Azul, Tapuiará e Califórnia. Pela lei estadual nº 2.392, de 08-11-1926, o município de Quixadá adquiriu o extinto município de Laranjeiras e o distrito de Barra do Sitiá, como simples distritos. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 10 distritos: Quixadá (sede), Barra do Sitiá, Caiçarinha, Choró, Floriano Peixoto, Junco, Laranjeiras, Serra Azul, Serra do Estevão e Tapuiará, não figurando o distrito de Califórnia. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município é constituído de 11 distritos: Quixadá (sede), Barra do Sitiá, Caiçarinha, Choró, Custódio, Floriano Peixoto, Junco, Laranjeiras, Serra Azul, Serra do Estevão e Tapuiará, não figurando novamente o distrito de Califórnia. Pela lei nº 406, de 10-10-1937, é criado o distrito de Boa Água e anexado ao município de Quixadá. Pela divisão territorial datada de 31-12-1937, o município aparece constituído de 12 distritos: Quixadá (sede), Barra do Sitiá, Boa Água, Caiçarinha, Choró, Custódio, Floriano Peixoto, Junco, Laranjeiras, Serra Azul, Serra do Estevão e Tapuiará. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, os seguintes distritos do município de Quixadá tiveram alteração na denominação: Serra Azul passou a denominar-se São Luís; Barra do Sitiá passou a denominar-se simplesmente Barra; o distrito de Serra do Estevão passou a denominar-se simplesmente Estevão; o distrito de Boa Água passou a chamar-se Água Boa; e o distrito de Floriano Peixoto mudou de nome para Floriano. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Junco passou a denominar-se Muxiopó; o distrito de Laranjeiras passou a denominar-se Banabuiú; o distrito de São Luís mudou de denominação para Ibaretama; o distrito de Floriano mudou de nome para Juatama e o distrito de Água Boa, para Rinaré. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 12 distritos: Quixadá (sede), Rinaré, Muxiopó, Banabuiú, Ibaretama, Juatama, Choró, Custódio, Barra, Estevão, Caiçarinha e Tapuiará. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município aparece constituído de 12 distritos: Quixadá (sede), Rinaré, Muxiopó, Banabuiú, Ibaretama, Juatama, Choró, Custódio, Sitiá, Estevão, Caiçarinha e Tapuiará. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Estevão passou a denominar-se Dom Maurício. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 12 distritos: Quixadá (sede), Rinaré, Muxiopó, Banabuiú, Ibaretama, Juatama, Choró, Custódio, Sitiá,

Dom Maurício, Caiçarinha e Tapuiará. Pela lei estadual nº 3.326, de 11-06-1957, o distrito de Muxiopó passou a denominar-se Daniel de Queiroz. A lei estadual nº 4.447, de 02-01-1959, desmembra do município de Quixadá os distritos de Choró, Caiçarinha, Dom Maurício e Daniel Queiroz, para constituírem o novo município de Choró. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 8 distritos: Quixadá (sede), Banabuiú, Custódio, Ibaretama, Juatama, Rinaré, Sitiá e Tapuiará. A lei estadual nº 6.709, de 21-10-1963, desmembra do município de Quixadá os distritos de Banabuiú, Rinaré e Sitiá, para constituir o novo município com a denominação de Laranjeiras do Norte. A lei estadual nº 6.653, de 14-10-1963, desmembra do município de Quixadá o distrito de Ibaretama, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Quixadá (sede), Custódio, Juatama e Tapuiará. Pela lei estadual nº 7.104, de 08-01-1964, é criado o distrito de Cipó dos Anjos e anexado ao município de Quixadá. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Quixadá adquiriu os municípios extintos e distritos de Banabuiú, Caiçarinha, Choró, Daniel Queiroz, Dom Maurício, Ibaretama, Rinaré e Sitiá, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 13 distritos: Quixadá (sede), Custódio, Juatama, Tapuiará, Cipó dos Anjos, Banabuiú, Caiçarinha, Choró, Daniel Queiroz, Dom Maurício, Ibaretama, Rinaré e Sitiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. A lei estadual nº 11.427, de 26-01-1988, desmembra do município de Quixadá os distritos de Banabuiú, Sitiá e Rinaré, para constituírem o novo município de Banabuiú. A lei estadual nº 11.431, de 08-05-1988, desmembra do município de Quixadá o distrito de Ibaretama, elevado à categoria de município. Pela lei municipal nº 1.364, de 14-09-1990, é criado o distrito de São João dos Queirozes, com terras desmembradas do distrito de Daniel de Queiroz, e anexado ao município de Quixadá. Pela lei municipal nº 1.425, de 10-10-1991, é criado o distrito de São Bernardo e anexado ao município de Quixadá. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 8 distritos: Quixadá (sede), Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Juatama, São João dos Queirozes e Tapuiará. Pela lei municipal nº 1.528, de 09-09-1993, foram criados os distritos de Califórnia e Juá e anexados ao município de Quixadá. Em divisão terri-

torial datada de 1955, o município é constituído de 11 distritos: Quixadá (sede), Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniele de Queiroz, Dom Maurício, Juá, Juatama, São Bernardo, São João dos Queirozes e Tapuiará, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. Pela lei municipal nº 1.866, de 06-04-2000, é criado o distrito de Várzea da Onça e anexado ao município de Quixadá. Pela lei municipal nº 1.940, de 26-10-2000, é criado o distrito de Riacho Verde e anexado ao município de Quixadá. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 13 distritos: Quixadá (sede), Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Juá, Juatama, Riacho Verde, São Bernardo, São João dos Queirozes, Tapuiará e Várzea da Onça, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Quixadá (sede), Califórnia, Cipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Juá, Juatama, Riacho Verde, São Bernardo, São João dos Queirozes, Tapuiará e Várzea da Onça.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; a indústria extrativa, destacando-se a do óleo de oiticica e a da cera de carnaúba; a produção de peles e couros e a indústria de curtumes; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos e a extração de rocha calcária, utilizada na fabricação de cal; o artesanato de redes e bordados; a atividade pesqueira em açudes e lagoas; as indústrias alimentícias, de tecelagem, de calçados, além da grande usina de biodiesel, localizada no distrito de Juatama; e o turismo, tendo como principais atrativos: o açude Cedro, a Pedra da Galinha Choca, o Santuário de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão, o Chalé da Pedra, a Lagoa dos Monólitos, o Morro do Urucu, a Pedra do Cruzeiro, a Serra do Este-

vão, a Trilha da Barriguda, a Trilha do Olho D'Água, a Trilha do Boqueirão, a Trilha Cabeça do Gigante, a Fazenda Magé, o Museu Histórico Jacinto de Sousa, a Fazenda Não Me Deixes (de Rachel de Queiroz) e o Memorial Cego Aderaldo.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa dos Padroeiros Jesus, Maria e José – a Sagrada Família (no domingo seguinte ao Natal ou em 30 de dezembro, se o Natal cair em dia de domingo); a Romaria de Nossa Senhora Imaculada Rainha do Sertão (nos fins de semana, principalmente em fevereiro, maio, julho e dezembro); a Via Sacra, organizada pela Fundação Rachel de Queiroz (na Sexta-Feira Santa); as Festas do Padroeiro São Francisco de Assis, no distrito de Califórnia (4 de outubro); a Festa de Nossa Senhora do Carmo da Comunidade de Croa Grande no distrito de Califórnia – Quixadá (16 de julho); a Festa de Aniversário do Município (27 de outubro); o Carnaval (fevereiro/março); o Réveillon de Quixadá (31 de dezembro); as festas juninas (junho); e a Festa do Halloween de Quixadá (01 de novembro).

Principais Personalidades

Adolfo Lopes da Costa, mais conhecido como Mestre Adolfo (Quixadá, 1920 – Quixadá, 18 de junho de 1997), foi mecânico, poeta e músico. Mesmo tendo ficado cego, passou a construir maquetes, inclusive a da cidade de Quixadá.

Alberto Porfírio da Silva (Quixadá, 23 de dezembro de 1926 – Fortaleza, 23 de setembro de 2009), escultor, xilogravurista, poeta cordelista popular e repentista, foi considerado um dos expoentes da poesia popular cearense.

Antônio Urbano de Almeida (Quixadá, 1900 – Fortaleza, 1982) foi engenheiro civil da Rede de Viação Cearense, chefiou o 1º distrito da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas. Foi prefeito de Fortaleza (02-05 a 20-10-1931).

Eliezer Forte Magalhães, primeiro prefeito eleito de Quixadá, por sufrágio universal.

Francisco Osmar Diógenes Baquit (Quixadá, 4 de outubro de 1963) vice-prefeito de Quixadá e deputado estadual por seis mandatos consecutivos.

Jacinto de Sousa (Quixadá, 3 de julho de 1896 – Quixadá, 29 de janeiro de 1941), artista plástico que se dedicou à fotografia, à pintura e à escultura.

Jáder Moreira de Carvalho (Quixadá, 29 de dezembro de 1901 – Fortaleza, 7 de agosto de 1985), jornalista, advogado, professor e escritor, membro da Academia Cearense de Letras.

João Alfredo de Sousa Montenegro (Quixadá, 15 de dezembro de 1930 – Fortaleza, 28 de novembro de 2013), advogado, professor e historiador, sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José Bonifácio de Sousa (Quixadá, 01 de novembro de 1901 – Fortaleza, 17 de abril de 1970), advogado, professor, escritor e historiador, foi sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José de Barros Ferreira, proprietário do *Sítio Quixadá*, onde construiu uma capela dedicada a Jesus, Maria e José, é considerado o fundador da cidade de Quixadá.

José Ilário Gonçalves Marques ou **Ilário Marques** (Quixadá, 13 de janeiro de 1961), advogado, foi deputado estadual, deputado federal e prefeito de Quixadá em quatro mandatos.

José Jucá de Queiroz Lima (Quixadá, 28 de janeiro de 1851 – Quixadá, 20 de março de 1933), vereador, presidente da Câmara e primeiro intendente de Quixadá, foi deputado provincial, autor do projeto que elevou a vila de Quixadá à categoria de cidade.

José Martins Rodrigues (Quixadá, 2 de setembro de 1901 – Brasília, 24 de junho de 1976), advogado, professor, deputado estadual, secretário do Interior e da Fazenda e deputado federal, foi Ministro da Justiça do Brasil.

Laurentino Belmonte de Queiroz foi o primeiro gestor de Quixadá, na condição de Presidente da Câmara Municipal (1870-1873).

Maria Luíza Menezes Fontenele (Quixadá, 27 de novembro de 1942), socióloga e professora, foi deputada estadual, deputada federal e prefeita de Fortaleza.

Moacir Costa Lopes (Quixadá, 11 de junho de 1927 – Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2010), militar da Marinha, escritor, tradutor e professor, publicou mais de 20 livros.

Padre Cláudio Ferreira de Farias, primeiro vigário da capela de Jesus, Maria e José da freguesia de Quixadá.

Pedro Paulo de Sousa Montenegro (Quixadá, 9 de janeiro de 1928 – Fortaleza, 9 de junho de 2019) foi advogado, jornalista, servidor público, professor e escritor, membro da Academia Cearense de Letras, da Associação Cearense de Imprensa e do Instituto Brasileiro de Filosofia.

Ubirajara Índio do Ceará (Quixadá, 20 de fevereiro de 1912 – Fortaleza, 22 de março de 1979), bacharel em Direito e servidor público, foi secretário da Saúde, deputado estadual e juiz togado do TRT, do qual foi presidente de 1970 a 1974.

Valeska Pinto Capistrano (Quixadá, 15 de outubro), contadora e empresária, representante de Quixadá na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IBGE – ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – 1959, http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16 IPECE – Perfil Municipal Quixadá – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Quixadá – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, O Ceará – Projeto Obras Raras – Fundação Waldemar de Alcântara 2011, pág. 323.

Quixelô

Hino de Quixelô

(Letra por Afonso Reis e Luzanete Freitas
e melodia por Afonso Reis)

Quixelô é uma terra de bravura
Suas raízes têm histórias e têm cultura
Tem orgulho e civismo o nosso povo
Hospitaleiro e muito religioso.

Situado no alto Jaguaribe
E banhado pelo açude Orós
Nossa gente é feliz e unida
Que traz paz e esperança para nós.

*Salve Quixelô que já foi Bom Jesus
Terra abençoada que Deus nos conduz
Salve Quixelô que já foi Bom Jesus
Terra abençoada que Deus nos conduz.*

Nosso povo tem sangue de índio
Impavidez e honra no peito
No passado aqui foi uma tribo
Memória viva de um povo guerreiro.

Transcorrida a cultura do algodão
Que foi a nossa maior riqueza
Hoje cultiva milho, arroz e feijão
Piscicultura e pecuária leiteira

Salve Quixelô que já foi Bom Jesus ...

Quixelô é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Iguatu e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Quixelô (2010) foi de 0,591, de nível baixo, situando-se em 150º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,26, ficando em 149º lugar no Ceará.



Toponímia:

palavra originada da denominação dos índios Quixelô, primitivos habitantes da região.

Gentílico:

quixeloense.

Limites geográficos

Norte: Solonópole e Acopiara

Leste: Orós, Jaguaribe e Solonópole

Sul: Iguatu e Orós

Oeste: Acopiara e Iguatu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Quixelô, com **área** de 559,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 16.116 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.129,9 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 202 m e a **distância para a Capital** é de 336,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-252 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,01%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (35,67%), solo litólico eutrófico (1,78%), solo litólico eutrófico e distrófico (16,71%), solos aluviais eutróficos (7,41%) e vertissolo (28,02%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Antonico, Faé, Madeira Cortada, Cunha Poti, do Meio, Calabaça, São Felício, Maracajá e do Frango, sendo os principais reservatórios o açude Orós e os açudes Angicos e da Carnaubinha do Faé. Com a conclusão do trecho 1 do Cinturão das Águas do Ceará em todos os seus 145 quilômetros, as águas do São Francisco poderão chegar ao Rio Cariús, em Nova Olinda, e abastecer o açude Orós, a partir de 2024. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa.

Síntese Histórica

O território do atual município de Quixelô foi habitado pelos índios Quixelôs, que ofereceram resistência, no século XVII, à colonização portuguesa, mantendo-se em suas terras mesmo em períodos prolongados de

seca. A sua denominação inicial foi Bom Jesus do Quixelô, quando foi criado como distrito do município de Iguatu em 1871. Foi elevado à categoria de município em 1890, mas rebaixado a distrito de Iguatu em 1892. Teve a denominação alterada para Bom Jesus do Quixelou (1933), quando ainda era distrito de Iguatu, passando a se denominar simplesmente Bom Jesus em 1938 e posteriormente, em 1943, recebendo a denominação definitiva de Quixelô. A emancipação política ocorreu, após um plebiscito realizado em 1985, desmembrando-se do município de Iguatu.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Bom Jesus do Quixelô, pela lei provincial nº 1.429, de 14-09-1871 e por ato provincial de 01-09-1875, vinculado ao município de Iguatu. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Bom Jesus do Quixelô, pelo decreto estadual nº 101, de 09-12-1890, tendo como sede o antigo distrito de Bom Jesus do Quixelô. Pelo decreto estadual nº 8-A, de 10-03-1892, é extinta a vila, sendo seu território anexado ao município de Iguatu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito está grafado Bom Jesus do Quixelou e figura no município de Iguatu, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 169, de 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito se denomina Bom Jesus. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Bom Jesus figura no município de Iguatu. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 31-12-1943, o distrito de Bom Jesus passou a denominar-se Quixelô. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Quixelô figura no município de Iguatu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município, com a denominação Quixelô, pela lei estadual nº 11.005, de 01-02-1985, desmembrado de Iguatu, instalado em 01-01-1986, com sede no antigo distrito de Quixelô, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído do distrito sede. Pela lei municipal nº 06, de 24-10-1994, é criado o distrito de Antonico e anexado ao município de Quixelô. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 2 distritos: Quixelô (sede) e Antonico, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Quixelô (sede) e Antonico.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de arroz, feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos e a produção de leite; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; a piscicultura; o artesanato de redes, chapéus de palha, cestas e bordados; o turismo, tendo como principais atrativos os prédios históricos, como a Igreja Matriz, o balneário Angicos, a Trilha de Caminhada Sol Poente, a Trilha do Sítio Córrego dos Simões, a Trilha Boa Vista da Salsa, o Parque de Vaquejada Senhor do Bonfim, o Parque Otávio César e outros.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário do Município (2 de fevereiro); a Festa do Padroeiro Bom Jesus Piedoso (01 de janeiro); a Festa de São Francisco de Assis (4 de outubro); o Dia Internacional da Mulher (8 de março); a Eleição da Rainha do Município (5 de fevereiro); a Escolha da Rainha Estudantil (12 de setembro); a Festa dos Caretas de Quixelô (Semana Santa); o Quixelô Junino (junho) e Quixelô Natal de Luz (dezembro).

Principais Personalidades

Marconi Matos, primeiro prefeito eleito do município de Quixelô, com mandato de 1985 a 1986.

Maria Ósia Leite de Carvalho, bacharela em Direito, representante de Quixelô na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Quixelô – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Quixelô – 1998.

Quixeramobim



Hino de Quixeramobim

(Letra por Dr. Andrade Furtado
e melodia por Dr. José Mourão)

Num passado remoto e glorioso,
Nestes campos gerais do Sertão,
Quis o Império assentar valoroso
Forte núcleo de um povo cristão!

*Nas lutas pela liberdade,
Para atingir tão nobre fim,
Sempre seguiu, com lealdade,
Na frente Quixeramobim!*

Inda fulge a grandeza de outrora,
Num brasão de tão alto valor,
E bem longe se exaltam, lá fora,
Belos feitos de tanto esplendor!

Da fazenda surgiu a cidade,
Cuja história enaltece e bendiz,
O vigor, a bravura, a bondade,
Desta gente que Deus quer feliz!

Nesta terra, valente e altaneira,
De prestígio e renome sem par,
Uma raça viril, sobranceira,
Há de a glória da pátria elevar!

Quixeramobim é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião dos Sertões de Quixeramobim e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Quixeramobim (2010) foi de 0,642, de nível médio, situando-se em 32º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 33,38, ficando em 30º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Quixeramobim significa etimologicamente “carne gorda”.

Gentílico:

Quixeramobinense.

Limites geográficos

Norte: Quixadá, Choró e Madalena

Leste: Milhã, Solonópole, Banabuiú e Quixadá

Sul: Senador Pompeu e Milhã

Oeste: Madalena, Boa Viagem, Pedra Branca e Senador Pompeu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Quixeramobim, com **área** de 3.275,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 82.455 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 792 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 191,7 m e a **distância para a Capital** é de 204,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (28,76%), planossolo solódico (8,04%), planossolo solódico e não solódico (0,26%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (8,10%), solo litólico eutrófico (43,69%) e solo litólico eutrófico e distrófico (0,49%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais os rios Banabuiú e Quixeramobim e os riachos Valentim, Cangati, São João, dos Cavalos, Musuené, Caiçara, Canhoteiro, do Lima, Quinin, do Alegre, Caravana, Forquilha, Boa Vista, Ipueiras, Cipó, Urequê e Tenente, sendo os principais reservatórios os açudes Fogareiro e Quixeramobim, o qual abastece a população urbana da sede municipal. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

Primitivamente, o território de Quixeramobim foi habitado pelos índios canindés e quixarás, até a chegada dos primeiros colonizadores, que

havia recebido sesmarias às margens do rio denominado de Ibu pelos índios, o atual rio Quixeramobim. O português Capitão Antônio Dias Ferreira adquiriu parte das terras que faziam parte da sesmaria do alferes Francisco Ribeiro de Sousa, com as quais fundou a fazenda “Boqueirão de Santo Antônio” e em pouco tempo se tornou um homem rico, sendo proprietário de vinte léguas de terras, entre o povoado Espírito Santo e a barra do rio Sitiá, com fazendas de gado bovino, cavalos e mulas, e feitorias de escravos. Mandou construir, no início da década de 1730, uma pequena e rica capela, tendo como padroeiro Santo Antônio de Pádua, a cujo patrimônio doou meia légua de terras e algumas vacas. O Capitão Antônio Dias Ferreira realizou reformas e benfeitorias nesse templo, que, em 15 de novembro de 1755, foi elevado à categoria de matriz, com a criação da Paróquia, separada do Curato de Russas, tendo como primeiro vigário o Padre João Pais Maciel de Carvalho, que exerceu essa função de 1755 a 1764. A criação do distrito de Santo Antônio do Boqueirão de Quixeramobim ocorreu em 1755, elevado à categoria de vila, com a denominação de Nova Vila do Campo Maior de Quixeramobim, por Carta Régia de 20 de julho de 1766. A construção da Casa da Câmara, iniciada em 1818, foi concluída em 1857. Em 9 de janeiro de 1824, iniciou-se em Quixeramobim a Confederação do Equador, declarando a Câmara Municipal decaída a Dinastia de Bragança e proclamando a República, em represália à dissolução da Assembleia Constituinte, por Dom Pedro I, e a outorga da Constituição Política do Império do *Brazil*, sem a manifestação do povo brasileiro. A Nova Vila do Campo Maior de Quixeramobim foi elevada à categoria de cidade, em 14 de agosto de 1856, pela lei nº 770, com a simples denominação de Quixeramobim. No ano de 1857, foi iniciada reforma para ampliação da matriz de Santo Antônio, interrompida em razão de febre epidêmica que castigou a cidade, sendo reiniciada em 1902 e concluída em 1916, com suas duas torres e frontispício neoclássico.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Santo Antônio do Boqueirão de Quixeramobim, por provisão de 15-11-1755. Elevado à categoria de vila com a denominação de Nova Vila do Campo Maior de Quixeramobim, por ordem régia de 20-07-1766, e à categoria de cidade, com a denomi-

nação de Quixeramobim, pela lei provincial nº 770, de 14-08-1856. Por ato de 08-11-1910, é criado o distrito de São João e anexado ao município de Quixeramobim. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Quixeramobim (sede) e São João. Por ato estadual de 14-09-1912, é criado o distrito de Uruquê e anexado ao município de Quixeramobim. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, foram criados os distritos de Boa Viagem, Canafístula, Madalena e Olinda e mudada a denominação de Uruquê para Francisco Sá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece com 9 distritos: Quixeramobim (sede), Algodão, Belém, Boa Viagem, Canafístula, Madalena, Olinda, Francisco Sá e São João. A lei estadual nº 260, de 28-12-1936, desmembra do município de Quixeramobim os distritos de Boa Viagem e Olinda, para constituírem o novo município de Boa Viagem. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 9 distritos: Quixeramobim (sede), Algodão, Belém, Belém Quirim, Canafístula, Francisco Sá, Madalena, São João e São José de Castro. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de São José de Castro passou a denominar-se simplesmente Castro, o distrito de Canafístula mudou o nome para Pirabibu, o distrito de Francisco Sá voltou a denominar-se Uruquê e o distrito de São João mudou a denominação para Lacerda, e foi extinto o distrito de Belém Quirim, sendo o seu território anexado ao distrito sede de Quixeramobim. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 8 distritos: Quixeramobim (sede), Algodão, Belém, Castro, Lacerda, Madalena, Pirabibu e Uruquê. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Belém passou a denominar-se Itatira, Algodão passou a denominar-se Maniutuba e Castro passou a denominar-se Macaoca. No quadro fixado para vigorar no período de 1943 a 1948, o município é constituído de 8 distritos: Quixeramobim (sede), Itatira, Lacerda, Macaoca, Madalena, Maniutuba, Pirabibu e Uruquê, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 2.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Passagem e anexado ao município de Quixeramobim. Pela lei estadual nº 2.158, de 09-12-1953, foram criados os distritos de Encantado e São Miguel, ambos com terras desmembradas do distrito de Lacerda, e anexados ao município de Quixeramobim. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o mu-

nicípio é constituído de 10 distritos: Quixeramobim (sede), Encantado, Lacerda, Macaoca, Madalena, Manituba, Pirabibu, Passagem, São Miguel e Uruquê. A lei estadual nº 11.274, de 23-12-1986, desmembra do município de Quixeramobim os distritos de Madalena e Macaoca, para constituírem o novo município de Madalena, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Pela lei municipal nº 1.469, de 26-04-1990, é criado o distrito de Nenelândia e anexado ao município de Quixeramobim. Pela lei municipal nº 1.475, de 05-06-1990, é criado o distrito de Belém e anexado ao município de Quixeramobim. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 10 distritos: Quixeramobim (sede), Belém, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, Pirabibu, São Miguel e Uruquê. Pela lei municipal nº 1.568, de 28-03-1994, o distrito de Pirabibu passou a denominar-se Damião Carneiro. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 10 distritos: Quixeramobim (sede), Belém, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, Damião Carneiro, São Miguel e Uruquê, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Quixeramobim (sede), Belém, Berilândia, Damião Carneiro, Encantado, Lacerda, Manituba, Nenelândia, Passagem, São Miguel e Uruquê.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas e atividades utilizando a oiticica e a carnaúba como matérias primas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, semoventes e aves, com destaque para a produção leiteira do município; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes, chapéus de palha e bordados; a mineração, com a extração de rocha para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil, extração de areia e argila, para fabricação de telhas e tijolos, e de rocha calcária, utilizada na fabricação do cal; a atividade pesqueira, desenvolvida em açudes, de forma artesanal; as indústrias de ração para animais, de tecelagem, de alimentos, da construção civil e outras; e o turismo, tendo como principais atrativos: a Barragem

do Quixeramobim; a Casa da Câmara e Cadeia; o Centro Geodésico do Ceará; o Memorial Antônio Conselheiro; a Casa de Antônio Conselheiro; a Pedra do Letreiro (sítio arqueológico); a Pintura Rupestre na Lagoa do Fofó; a Lagoa do Fofó, na Fazenda Jordão (sítio arqueológico); o Pannel de Itacoatiaras, na Fazenda Canhotinho; a Fazenda Canhotinho (sítio arqueológico); a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim; a Igreja Matriz de Santo Antônio; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Ponte Metálica.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário do Município (14 de agosto); a Festa do Padroeiro Santo Antônio (13 de junho) o Dia do Folclore (22 de agosto); o Dia Nacional da Mulher Negra (25 de julho); a Festa de São João (24 de junho); o Dia de São José (19 de março); o Concurso para Escolha da Rainha do Milho e da Diversidade (2 de julho); o Dia do Cinema Brasileiro (19 de junho); a Festa do Pau da Bandeira (10 a 12 de junho); o Arte em Cena - Festival de Teatro de Quixeramobim (29 a 31 de março); e o Natal de Luz (dezembro).

Principais Personalidades

Álvaro Otacílio Nogueira Fernandes (Quixeramobim, 14 de setembro de 1873 – Fortaleza, 8 de janeiro de 1953), médico e escritor, sócio efetivo do Instituto do Ceará, foi um dos fundadores do Centro Médico Cearense. Deputado federal pelo Ceará.

Américo Militão de Freitas Guimarães (Quixeramobim, 10 de março de 1825 – Fortaleza, 28 de setembro de 1896), advogado, professor, deputado provincial, juiz de direito e desembargador, assumiu a presidência da Província do Ceará, de 26 de maio a 10 de julho de 1889, na condição de vice-presidente, por morte do presidente Caio Prado.

Antônio Bezerra de Menezes (Quixeramobim, 21 de fevereiro de 1841 – Fortaleza, 28 de agosto de 1921), naturalista, escritor, poeta, cronista, jornalista, historiador e abolicionista, foi um dos fundadores do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e do Centro Literário. Pertenceu à Padaria Espiritual.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro (Quixeramobim, 13 de março de 1830 – Canudos, 22 de setembro de 1897), líder

religioso, professor e advogado prático, líder dos flagelados nordestinos, construiu uma comunidade em Canudos, igualitária e baseada nos ensinamentos da doutrina católica. Foi morto por forças militares, sendo todos os seus seguidores exterminados e completamente destruído o Arraial de Canudos.

Benjamim Liberato Barroso (Quixeramobim, 31 de março de 1859 – Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1933), militar e engenheiro, foi deputado federal e vice-governador do Ceará. Em 1914, após a Sedição de Juazeiro, foi eleito governador, tendo como vice o Padre Cícero. Senador de 1918 a 1927.

Dom Miguel Fenelon Câmara Filho (Quixeramobim, 4 de abril de 1925 – Teresina, 28 de junho de 2018), sacerdote e professor, foi cura substituto da Sé de Fortaleza e vigário em Maranguape e Cascavel. Foi consagrado bispo pelo Papa Paulo VI.

Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva (Quixeramobim, 31 de outubro de 1863 – Crato, 29 de dezembro de 1929), sacerdote católico, professor e reitor do Seminário São José do Crato. Foi nomeado pelo Papa Bento XV como primeiro bispo da Diocese do Crato.

Fausto Nilo Costa Júnior (Quixeramobim, 5 de abril de 1944), compositor, arquiteto e poeta, autor premiado de inúmeras músicas. Como arquiteto, é coautor dos projetos de reforma e adaptação da Ponte dos Ingleses, do Mercado São Sebastião, da nova Praça do Ferreira, do Centro Dragão do Mar e da nova Avenida Beira Mar.

Francisco Fernando Saraiva Câmara (Quixeramobim, 24 de agosto de 1930), professor, palestrante, escritor, historiador e genealogista. É sócio efetivo do Instituto do Ceará e de outras entidades culturais.

Ismael de Andrade Pordeus (Quixeramobim, 25 de dezembro de 1912 – Fortaleza, 6 de setembro de 1964), pesquisador e escritor, ocupou vários cargos públicos, dentre os quais o de secretário de Educação de Fortaleza e de técnico de Pesquisas Históricas do Arquivo Público. Foi sócio efetivo do Instituto do Ceará.

João Batista Saraiva Leão (Quixeramobim, 25 de dezembro de 1895 – Fortaleza, 30 de dezembro de 1977), médico e professor, foi sócio efetivo do Instituto do Ceará.

João Ciro Saraiva de Oliveira (Quixeramobim, 1938 – Fortaleza, 27 de junho de 2015), escritor e jornalista, trabalhou em jornais, rádios e televisão. Foi Secretário de Comunicação dos Governos Manuel de Castro Filho e Gonzaga Mota.

José Aurélio Saraiva Câmara (Quixeramobim, 20 de junho de 1921 – Fortaleza, 09 de abril de 1974), engenheiro e professor, exerceu vários cargos e funções públicas inclusive os de secretário de Polícia e Segurança Pública e comandante da Polícia Militar do Ceará. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

José Genoíno Neto (Quixeramobim, 3 de maio de 1946), político, foi presidente do Partido dos Trabalhadores e deputado federal em cinco legislaturas.

José Nobre Guimarães (Quixeramobim, 13 de fevereiro de 1959), advogado, deputado federal por quatro vezes. É irmão do ex-deputado José Genoíno Neto.

Antônio Klévisson Viana Lima (Quixeramobim, 3 de novembro de 1972) é poeta de cordel e autor de histórias em quadrinhos. Membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel.

Leorne Menescal Belém de Holanda (Quixeramobim, 23 de abril de 1938), bacharel em Direito, deputado estadual e deputado federal, foi Superintendente da Legião Brasileira de Assistência – LBA, no Ceará. Mordomo da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Manuel Antônio de Andrade Furtado (Quixeramobim, 28 de janeiro de 1890 – Fortaleza, 16 de abril de 1968), advogado, poeta, jornalista, professor, ensaísta e escritor, foi vice-reitor da Universidade Federal do Ceará e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

Monsenhor José Gaspar de Oliveira (Quixeramobim, 8 de dezembro de 1905 – Fortaleza, 16 de maio de 2000), sacerdote católico formado em Filosofia e Teologia, foi pároco em diversas paróquias do interior, e a partir de 1948, da Paróquia do Carmo, em Fortaleza.

Padre João Pais Maciel de Carvalho, primeiro vigário da Paróquia de Quixeramobim, quando de sua criação em 15 de novembro de 1755.

Pio Barbosa Neto (Fortaleza, 6 de junho), escritor, roteirista e poeta, graduado em Filosofia, é técnico legislativo da Assembleia Legislativa do Ceará. Representante de Quixeramobim na Academia de Letras do Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

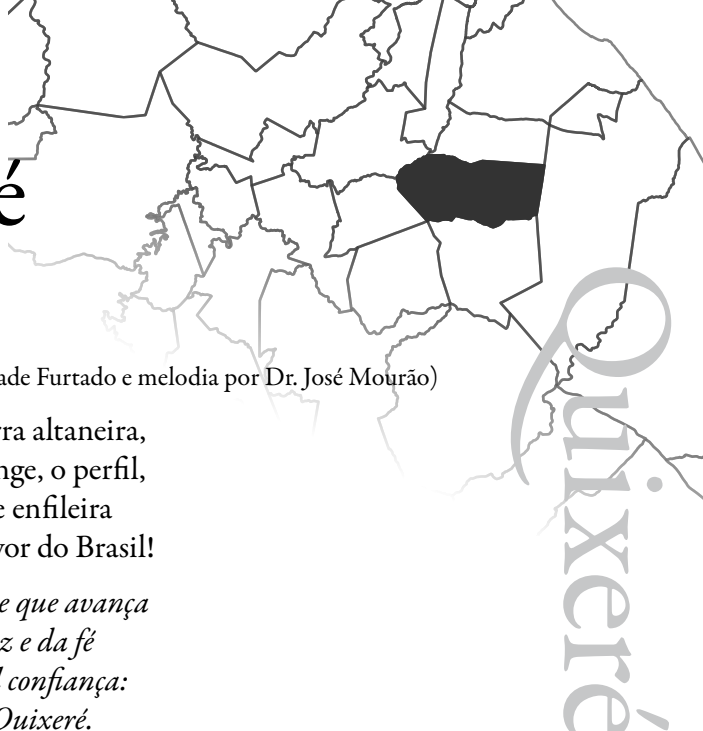
IPECE – Perfil Municipal de Quixeramobim – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Quixeramobim – 1998.

Quixeramobim (CE). In: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, O Ceará – Projeto Obras Raras – Fundação Waldemar de Alcântara 2011, pág. 327-331.

STUDART, Guilherme. *Dicionário* – vol. 2, p. 44-46.



Quixeré

Hino de Quixeré

(Letra por Dr. Andrade Furtado e melodia por Dr. José Mourão)

Ante as matas e a serra altaneira,
De que vemos, ao longe, o perfil,
A cidade se estende e enfileira
Seus brasões em louvor do Brasil!

*Nossa gente que luta e que avança
Nas conquistas da paz e da fé
Tem no peito imortal confiança:
O bom Deus guiará Quixeré.*

Sobre a torre divisa-se imagem
Que a glória da nossa Matriz,
E do cimo abençoa a paisagem
Que Maria protege e bendiz!

Na planície, entre a verde floresta,
Crescem belos, gentis carnaubais...
A opulenta cultura é a festa
Deste povo operoso e audaz!

Laranjais que florescem no vale,
Enchem o campo de agrado e olor...
O gorjeio das aves se cale
Neste instante de unção e de amor!

Quixeré é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Quixeré (2010) foi de 0,622, de nível médio, situando-se em 65º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,54, ficando em 48º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “rio estreito de águas salobras e barrentas” provém da denominação do rio que atravessa a cidade.

Gentílico:

quixerense.

Limites geográficos

Norte: Jaguaruana e Russas

Leste: Estado do Rio Grande do Norte e Jaguaruana

Sul: Limoeiro do Norte e Estado do Rio Grande do Norte

Oeste: Russas e Limoeiro do Norte

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Quixeré, com **área** de 613,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 22.432 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.155,5 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 30 m e a **distância para a Capital** é de 201,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-209 / CE-358 / CE-377 / CE-458. O **solo** é constituído de cambissolo eutrófico (74,61%), solos aluviais eutróficos (13,25%) e vertissolo (12,15%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principal drenagem superficial o rio Quixeré, sem reservatórios de importância. Com relação ao **relevo**, se destacam a Chapada do Apodi, planícies fluviais e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

As primeiras notícias do atual município de Quixeré datam do início do século XIX, com referências ao aldeamento indígena que ali se instalou com a denominação de Tabuleiro, tendo como primeiros colonizadores Manuel Felipe da Silva e Cândido Chicó, que construíram, respectivamente, a primeira casa e o primeiro estabelecimento comercial do lugarejo, nos idos de 1840. A partir de então, o lugar começa a ser habitado e o povoado recebe o nome de Tabuleiro, iniciando-se nessa época a ação missionária do Padre Agostinho Afonso, procedente da Itália, responsável pela construção

da igreja em honra de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Quando da criação do distrito em 1882, recebeu a denominação de Quixeré, elevado à categoria de município em 11 de abril de 1957, instalado em 15 de maio do mesmo ano. A paróquia de Quixeré foi criada em 1941, tendo como padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Quixeré, por ato provincial de 18-08-1882. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Quixeré figura no município de São Bernardo de Russas. Pelo decreto-lei nº 1.156, de 04-12-1933, Quixeré foi elevado à categoria de vila, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 169, de 20-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o município de São Bernardo de Russas passou a denominar-se simplesmente Russas. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, Quixeré figura novamente como distrito vinculado ao município de Russas, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Quixeré, pela lei estadual nº 3.573, de 11-04-1957, desmembrado de Russas, instalado em 15-05-1957, tendo como sede o antigo distrito da vila de Quixeré. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei nº 11.158, de 20-12-1985, é criado o distrito de Lagoinha e anexado ao município de Quixeré. Pela lei nº 11.159, de 20-12-1985, é criado o distrito de Tomé e anexado ao município de Quixeré. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Quixeré (sede), Lagoinha e Tomé. Pela lei municipal nº 202, de 24-08-1992, é criado o distrito de Água Fria e anexado ao município de Quixeré. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 4 distritos: Quixeré (sede), Água Fria, Lagoinha e Tomé, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Quixeré (sede), Água Fria, Lagoinha e Tomé.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência ou irrigada, com as culturas de feijão, milho, mandioca, melão, melancia, hortaliças, e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de gado leiteiro e para corte, ovinos, suínos e aves; o extrativismo ve-

getal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; e o turismo, tendo como principais atrativos: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição; o Mercado Público; os Bonecos Gigantes; a Lagoa do Pontal; a Barragem do Rio Jaguaribe; as Bicas d'Água na Encosta da Chapada do Apodi; e o Rio das Cruzes.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Carnaval das Águas na Barragem do rio Jaguaribe (fevereiro/março); os Festejos da Padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição (8 de dezembro); a Festa de Aniversário do Município (15 de maio); a Paixão de Cristo (Semana Santa); as Vaquejadas no Parque Janú (julho a setembro).

Principais Personalidades

Cândido Chicó, primeiro comerciante do povoado de Tabuleiro, no início de sua colonização, em 1840.

Manuel Felipe da Silva foi o primeiro habitante a construir casa na região do povoado de Tabuleiro, que deu origem ao município de Quixeré, em 1840.

Padre Agostinho Afonso, de nacionalidade italiana, foi o responsável pela construção da primitiva igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

Quixeré (CE). In: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16

SAMPAIO FILHO, Dorian, História dos Municípios do Ceará, Fortaleza, RBS Editora, 2003.

IPECE – Perfil Municipal de Quixeré – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Quixeré – 1998.

R

Redenção

Reriutaba

Russas

Redenção

Hino de Redenção

(Letra por Vital Bizarria
e melodia por Monsenhor Mourão)

Redenção o teu nome na história
É luzeiro de eterno fulgor
Faz lembrar tão brilhante vitória
Que nos enche de orgulho e de amor.

Quando a pátria gentil de Iracema
Quis seus filhos cativos livrar
Tu tiveste esta glória suprema
De o primeiro grilhão rebentar.

De teu solo se ergueu, sobranceiro
Um punhado invencível de heróis
Desprendendo este brado altaneiro
Não queremos escravos entre nós.

Este gesto sublime, imponente
Noutros peitos a chama ativou
A senzala fugiu de repente
Martírio em prazer se tornou.

Nossa aurora no vasto horizonte
Protetora e fagueira surgiu
Na cidade, na aldeia e no monte
Tudo em flores e festa sorriu.

Salve Oh! Pátria, torrão adorado
Que os escravos quiseste remir
Relembrando o teu belo passado
Temos hoje mais fé no porvir. (Bis)

Redenção é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Baturité e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Redenção (2010) foi de 0,626, de nível médio, situando-se em 56º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 41,98, ficando em 10º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Redenção é uma homenagem à cidade que primeiro promoveu a abolição da escravidão no Brasil, em 1º de janeiro de 1883.

Gentílico:

redencianista.

Limites geográficos

Norte: Acarape, Guaiúba, Palmácea e Pacoti

Leste: Barreira e Acarape

Sul: Aracoiaba e Barreira

Oeste: Pacoti e Baturité

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Redenção, com **área** de 225,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 29.238 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.502,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 88,8 m e a **distância para a Capital** é de 62,7 km, com acesso principal pelas rodovias CE-060 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,19%), podzóico vermelho amarelo distrófico (13,29%), podzóico vermelho amarelo eutrófico (85,67%) e solos aluviais eutróficos (0,84%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica metropolitana, tendo como principais drenagens superficiais o rio Pacoti e o riacho do Susto, sendo o principal reservatório o açude Acarape do Meio. Com relação ao **relevo**, predominam os maciços residuais e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

As terras do atual município de Redenção eram habitadas primitivamente pelos índios tapuias, às margens do rio Pacoti, onde se formou

a primeira povoação, que deu origem ao município, e que vivia da pesca e da agricultura. A denominação inicial do povoado era Acarape, de origem indígena, que significa “caminho dos peixes” (Martius) ou “caminho das garças” (Paulino Nogueira e José de Alencar), que mudou para Redenção, por ter sido a cidade que entrou para a história como a primeira no Brasil a libertar os escravos. Em 8 de dezembro de 1882, foi fundada a Sociedade Redentora Acarapense, tendo como participantes Gil Ferreira Gomes de Farias, Antônio da Silva Ramos, R. A. Gomes Carneiro, Henrique Pinheiro Teixeira, Padre Luís Bezerra da Rocha e Deocleciano Ribeiro de Menezes, cujo objetivo maior era a libertação dos escravos. 23 dias depois, em 1º de janeiro de 1883, Acarape aboliu a escravatura na vila de Acarape, contando com a presença de importantes abolicionistas, dentre os quais José Liberato Barroso, General Antônio Tibúrcio, Padre Guerra, Justiniano de Serpa, José do Patrocínio e João Cordeiro, que desejavam presenciar a alforria dos 116 escravos da vila. Na ata de 23 de janeiro de 1883, da Câmara de Acarape, há o registro da aprovação do texto do telegrama remetido ao Imperador Dom Pedro II, comunicando-lhe a extinção da escravatura no município de Acarape. A freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Acarape, foi criada pela lei nº 1.242, de 28 de dezembro de 1868, e o povoado elevado à categoria de vila pela lei nº 1.255, da mesma data. O primeiro pároco da freguesia foi o Padre Antônio José Lino da Costa, que tomou posse em 6 de fevereiro de 1870. A vila foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Redenção, em 1889.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação Acarape, por ato provincial de 18-03-1842 e pela lei provincial nº 1.242, de 05-12-1868. Elevado à categoria de vila, com a denominação Acarape, pela lei provincial nº 1.255, de 28-12-1868, desmembrada de Baturité, instalada em 21-08-1871, tendo como sede o núcleo de Acarape. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Redenção pela lei provincial nº 2.167, de 17-08-1889. Por ato estadual de 11-09-1890, é criado o distrito de Serrinha do Nicolau e anexado ao município de Redenção. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Redenção (sede) e Serrinha do Nicolau. Pelo ato estadual de 1912, é criado o distrito de Acarape do

Meio e anexado ao município de Redenção. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 7 distritos: Redenção (sede), Acarape, Acarape do Meio, Barreira Vermelha, Canafístula, Lagoa das Pedras e Serrinha do Nicolau. Pelo decreto estadual nº 1.591, de 23-05-1935, o distrito de Lagoa das Pedras é desmembrado do município de Redenção e anexado ao município de Guarani. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 6 distritos: Redenção (sede), Acarape, Acarape do Meio, Antônio Diogo, Barreira Vermelha e Serrinha do Nicolau, não figurando o distrito de Canafístula. Pelo decreto estadual nº 169, de 31-03-1938, o distrito de Serrinha do Nicolau aparece com a denominação de Serrinha. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Acarape do Meio passou a denominar-se São Geraldo e Barreira Vermelha a denominar-se simplesmente Barreira. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Redenção (sede), Acarape, Antônio Diogo, Barreira, São Geraldo e Serrinha. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Serrinha passou a denominar-se Guassi. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 6 distritos: Redenção (sede), Acarape, Antônio Diogo, Barreira, Guassi, e São Geraldo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.432, de 16-07-1963, os distritos de Acarape e Barreira são desmembrados do município de Redenção, para formar o novo município de Acarape. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Redenção (sede), Antônio Diogo, Guassi e São Geraldo. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Redenção adquiriu o extinto município de Acarape e o distrito de Barreira, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Redenção (sede), Acarape, Antônio Diogo, Barreira, Guassi e São Geraldo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.307, de 15-04-1987, o distrito de Barreira é desmembrado do município de Redenção, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 11.308, de 15-04-1987, o distrito de Acarape é desmembrado do município de Redenção, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 4 distritos: Redenção (sede), Antônio Diogo, Guassi e São

Geraldo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Redenção (sede), Antônio Diogo, Barra Nova, Faísca e Guassi.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e usos diversos na construção civil, e a extração de rocha calcária para obtenção de cal virgem; e o turismo, tendo como principais atrativos: o Busto da Princesa; o Açude Acarape do Meio; a Serra do Cruzeiro; o Monte das Graças; o Cineteatro da Colônia Antônio Diogo; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; o Museu Histórico e o Memorial da Liberdade; a Senzala na Fazenda Gurguri; a Capela de Santa Rita; a Capela de São Miguel; o Obelisco na Praça da Liberdade; e a Cachoeira de Paracupeba, no distrito de Barra Nova.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa de São Sebastião (janeiro); a Festa de São José (19 de março); a Festa de Santa Rita (setembro); a Missa de São Geraldo, na Capela Acarape do Meio (terceiro sábado de outubro); o Fest Rock no Distrito de Antônio Diogo (dezembro); a Festa de Aniversário do Município (28 de dezembro).

Principais Personalidades

Américo Piquet Carneiro (Redenção. 8 de setembro de 1909 – Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1992), médico e professor, foi diretor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Auri de Moura Costa (Redenção, 30 de agosto de 1910 – Fortaleza,

12 de julho de 1991) bacharel em Direito e escritora, foi promotora pública, juíza de Direito e desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará.

Otacílio Ferreira de Azevedo (Redenção, 11 de fevereiro de 1892 – Fortaleza, 3 de abril de 1978), pintor, desenhista, escritor e poeta, membro da Academia Cearense de Letras e fundador da Sociedade Brasileira de Amigos da Astronomia.

Padre Francisco Geovane Saraiva Duarte, sacerdote e escritor, atual pároco na Igreja de Santo Afonso, na Parquelândia, em Fortaleza. Representante de Redenção na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Padre José Antônio Lino da Costa, primeiro pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Acarape, onde tomou posse em 6 de fevereiro de 1870.

Roberto Pompeu de Sousa Brasil (Redenção, 23 de março de 1914 – Brasília, 11 de junho de 1991), jornalista e professor, foi secretário de imprensa do primeiro-ministro Tancredo Neves. Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e senador em 1986, com mandato de quatro anos.

Raimundo Amora Maciel (Redenção, 13 de outubro de 1895 – Rio de Janeiro, 23 de abril de 1978), poeta, contista, romancista e advogado. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras. Casado com a pintora Sinhá D'Amora.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, O Ceará – Projeto Obras Raras – Fundação Waldemar de Alcântara 2011, pág. 331-332.

IPECE – Perfil Municipal de Redenção – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Redenção – 1998.

Reriutaba

Hino de Reriutaba

(Letra e melodia
por José Edvar de Castro)

Cidade, que linda cidade, teu progresso será tradição.
Abençoada por Nossa Senhora, te canto com muita emoção.
És rica, és linda. És bela, dotada de prosperidade.
Uma dádiva da natureza, fazenda que virou cidade.

*Te amarei, te amarei, tu és minha pátria amada.
Te amarei, te amarei, te amo, oh Reriutaba!*

Lutarei pelo teu progresso, cacique guerreiro serei.
Sou Rerius, tu és minha taba, servir a ti jurarei.
Que a força da fé se mantenha, que aqui sempre reine a paz.
Que Deus preserve a beleza dos teus lindos carnaubais.

Te amarei, te amarei, tu és minha pátria amada ...

É lindo ver o pôr-do-sol por trás das serras que tens,
Cidade que acorda mais cedo com o barulho do trem.
Teus filhos que às vezes se vão em busca de outro ideal,
Seguem a estrada chorando, felizes quando estão voltando
Ao berço, à terra natal.

Te amarei, te amarei, tu és meu pátria amada...

Reriutaba é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Ipu e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Reriutaba (2010) foi de 0,601, de nível médio, situando-se em 129º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2019) foi de 25,78, ficando em 67º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária da denominação dos índios reriús, primitivos habitantes da região. Etimologicamente significa “beber água em concha”.

Gentílico:

rieriutabense.

Limites geográficos

Norte: Varjota, Cariré e Pacujá

Leste: Varjota

Sul: Guaraciaba do Norte, Ipu e Pires Ferreira

Oeste: Pacujá, Graça e Guaraciaba do Norte

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Reriutaba, com **área** de 383,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.279 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.188,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 155 m e a **distância para a Capital** é de 285,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-257 / CE-329 / CE-366. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (58,77%), latossolo amarelo álico (0,75%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (33,12%) e solos aluviais eutróficos (7,36%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município encontra-se totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Riachão e São José, sendo o principal reservatório o açude público Paulo Sarasate, mais conhecido como açude Araras. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Na região que veio a sediar o município de Reriutaba, viviam os índios reriús, nome que deu origem à denominação do município. Sabe-se, por relatos orais, que o seu povoamento se iniciou com a aquisição, feita por Francisco de Oliveira Vasconcelos a um cessionário, de três léguas de terras, onde instalou a Fazenda Santa Cruz. Com a construção da Estrada de Ferro de Sobral, construída entre 1878 e 1894, passando por Reriutaba,

o povoado se desenvolveu, com a chegada de novos moradores procedentes de Ipu, Santa Quitéria, Massapê, Ubajara, Cariré, Nova Russas, Crateús e outros municípios. Com a construção da Igreja em honra de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em 1914, passou à condição de paróquia em 13 de novembro de 1936, tendo como primeiro vigário o Padre Francisco Olinto Leitão. Elevado à categoria de município em 1922, foi extinto em 1931, para reconquistar a emancipação política em 03 de maio de 1935, ainda com o nome de Santa Cruz, instalado em 25 de setembro de 1923. O nome somente foi alterado, de Santa Cruz para Reriutaba, pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de município, com a denominação de Santa Cruz, pela lei nº 2.056, de 11-11-1922, desmembrado do município de Santa Quitéria, instalado em 25-09-1923, tendo como sede o núcleo de Santa Cruz. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Santa Cruz, voltando à condição de distrito de Santa Quitéria. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Santa Cruz é distrito de Santa Quitéria. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Santa Cruz, pela lei nº 1.540, de 03-05-1935, desmembrado de Santa Quitéria, tendo como sede o antigo distrito de Santa Cruz, constituído de 3 distritos: Santa Cruz (sede), Sinumbu e Varjota. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 3 distritos: Santa Cruz (sede), Sinumbu e Varjota. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Santa Cruz passou a denominar-se Reriutaba e o distrito de Sinumbu mudou a denominação para Amanaiara. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Reriutaba (sede), Amanaiara e Varjota. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Reriutaba passou a denominar-se Santa Cruz do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 3 distritos: Santa Cruz do Norte (sede), Amanaiara e Varjota. Pela lei nº 3.516, de 28-12-1956, o município de Santa Cruz do Norte volta a denominar-se Reriutaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município de Reriutaba é constituído de 3 distritos: Reriutaba (sede), Amanaiara e Varjota. Pela lei estadual nº 6.964,

de 19-12-1963, o distrito de Amanaiara, elevado à categoria de município, se desmembra do município de Reriutaba. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Reriutaba (sede) e Varjota. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Reriutaba adquiriu o extinto município de Amanaiara, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Reriutaba (sede), Amanaiara e Varjota, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.007, de 05-02-1985, o distrito de Varjota, elevado à categoria de município, é desmembrado do município de Reriutaba. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 2 distritos: Reriutaba (sede) e Amanaiara. Pela lei municipal nº 499, de 1989, é criado o distrito de Campo Lindo e anexado ao município de Reriutaba. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 3 distritos: Reriutaba (sede), Amanaiara e Campo Lindo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Reriutaba (sede), Amanaiara e Campo Lindo.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com a produção de feijão, milho e mandioca, além das monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus de palha e bordados; e a piscicultura.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (27 de junho); a Festa de São José de Amanaiara (19 de março); a Paixão de Cristo (Semana Santa); o Aniversário do Município (25 de setembro); o Carnaval ReriúFolia (fevereiro/março); o Festival de Quadrilhas – Arrastapé Carnaúba (junho); o Concurso de Miss Reriutaba (setembro) e o Réveillon (31 de dezembro).

Principais Personalidades

Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho (Reriutaba, 4 de março de 1924 – Recife, 7 de outubro de 2006), sacerdote, professor, reitor do Seminário Diocesano São José de Sobral, foi sagrado bispo em 1961.

José Teodoro Soares (Reriutaba, 28 de dezembro de 1940 – Fortaleza, 18 de agosto de 2016), educador, sociólogo, teólogo, empresário, escritor e político, foi reitor da Universidade Regional do Cariri e da Universidade Estadual Vale do Acaraú e deputado estadual. Sócio efetivo de várias academias de letras.

Raimundo Aristides Ribeiro (Reriutaba, 12 de março de 1912 – Fortaleza, 11 de setembro de 2003), advogado, intelectual, professor, educador, jornalista e orador. Deputado Estadual, foi secretário de Educação de Fortaleza. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Silvana Ximenes Gomes Frota, escritora, jornalista, assessora de Imprensa do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa do Ceará e de outros órgãos. Representante de Reriutaba na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Tânia Alves (Reriutaba), jornalista, editora executiva do Núcleo de Cotidiano do jornal *O Povo*. Foi ombudsman do jornal *O Povo*, de 2015 a 2017.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Básico Municipal de Reriutaba – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Reriutaba – 1998.

Reriutaba (CE). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16, p. 465-469. http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf

Russas

Hino de Russas

(Letra por Ir. Maria da Graça
e melodia por Padre Pedro de Alcântara Araújo)

Hoje, ó Russas, teus filhos te cantam
Seu amor, vivo forte em ação
E em teu povo é para sempre que plantam
A justiça e a educação.

*Avante, ó Russas
Nas rotas do trabalho e do valor
Semeando a verdade, o amor e paz,
A verdade, amor e paz.*

A esperança em tuas culturas
Carnaúba, laranja, algodão
Anuncia colheitas seguras
Dando a todos casa e pão.

Os anseios que movem seu povo
Têm a fé como a luz a brilhar
E com visões num Brasil livre e novo
Vais marchando sem parar.

Russas é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Russas (2010) foi de 0,674, de nível médio, situando-se em 12º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 37,76, ficando em 17º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra que se originou da cor “russa” das éguas, da criação de cavalos de um fazendeiro local.

Gentílico:

russano.

Limites geográficos

Norte: Palhano, Beberibe e Morada Nova

Leste: Quixeré, Jaguaruana e Palhano

Sul: Morada Nova, Limoeiro do Norte e Quixeré

Oeste: Morada Nova

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Russas, com **área** de 1.590,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 79.550 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 914,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 20,51 m e a **distância para a Capital** é de 171,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-356. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,08%), areias quartzosas distróficas (7,66%), planossolo solódico ta (18,23%), podzólico vermelho amarelo distrófico (1,35%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (21,33%), podzólico vermelho amarelo álico (16,58%), solo litólico eutrófico (0,24%), solo litólico eutrófico e distrófico (2,56%), solonetz solodizado (20,08%), solos aluviais eutróficos (9,15%) e vertissolo (1,96%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Jaguaribe e os riachos da Lagoa Grande, da Bananeira e do Riachinho, sendo os principais reservatórios os açudes Altamira, das Melancias e Santo Antônio de Russas. Com relação ao **relevo**, predominam a Chapada do Apodi, a depressão sertaneja, a planície ribeirinha, os tabuleiros costeiros e os tabuleiros interiores. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicotillo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

As primeiras notícias da chegada de colonos às terras onde foi construída a cidade de Russas são de 1690, procedentes da capitania de Pernambuco e de Portugal. No ano de 1695, por ordem do governador da capitania de Pernambuco, foi construída na região uma pequena fortaleza, que recebeu a denominação de Forte Real de São Francisco Xavier da Ribeira

do Jaguaribe, numa época em que os povos indígenas lutaram, na chamada Guerra dos Bárbaros, para impedir a presença dos portugueses nessa região, onde ocorreu verdadeiro massacre dos índios que ali viviam. O forte, em 1705, foi destruído, numa rebelião em que os detentos incendiaram o forte. Por estar a área livre dos indígenas, o governador da capitania de Pernambuco propôs à Coroa Portuguesa que o forte não fosse reconstruído, por perda de finalidade. Iniciou-se então um período em que a criação de gado se desenvolveu e impulsionou a economia local. O Posto Militar de São Francisco Xavier tornou-se ponto de parada dos comerciantes que levavam o gado para venda em Aracati, durante o ciclo da carne de charque. Em 1681, o fazendeiro Teodósio Gracismão recebeu uma sesmaria e doou meia légua de terra para o patrimônio da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Russas, tendo sido construída a igreja em 1707, considerada a mais antiga do Ceará. Em 1735, já sob a administração dos jesuítas, a igreja foi reconstruída e ampliada como Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no mesmo local onde atualmente se encontra, no centro da sede do município de Russas. A povoação, então denominada Russas foi, por ordem do governador do Ceará – Bernardo Manuel de Vasconcelos –, elevada à categoria de distrito, em 15 de junho de 1801, com o nome de São Bernardo do Governador. A lei nº 900, de 6 de agosto de 1859, elevou o distrito à categoria de vila, com a denominação de São Bernardo de Russas. No quadro anexo ao decreto nº 196, de 5 de junho de 1891, a vila figura com o nome de Russas, configurando-se uma dupla denominação. Para sanar essa duplicidade de denominação, o decreto nº 169, de 31 de março de 1938 e o decreto-lei estadual nº 378, de 20-10-1938, elevaram a vila à categoria de cidade, com a denominação de Russas, excluindo a expressão São Bernardo, que, segundo os autores de “O Ceará”, GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, teve origem na vaidade do então governador da capitania Bernardo Manuel de Vasconcelos.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila, com a denominação de São Bernardo de Russas, pela lei estadual nº 900, de 09-08-1859. Pelo ato provincial de 18-08-1882, são criados os distritos de Cruz Palhano e Quixeré e anexados ao município de São Bernardo de Russas. A lei provincial nº 2.155, de 12-08-

1889, transfere o distrito de Cruz Palhano do município de São Bernardo de Russas para o de União. Pelo decreto nº 58, de 04-09-1890, o distrito de Cruz Palhano volta a pertencer ao município de São Bernardo de Russas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 5 distritos: São Bernardo de Russas (sede), Cruz Palhano, Jatobá, Quixeré e Santo Antônio. Elevada à categoria de cidade com a denominação de Russas, pela lei estadual nº 169, de 31-03-1938, retificada pelo decreto-lei estadual nº 378, de 20-10-1938. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Cruz Palhano passou a denominar-se Palhano, Jatobá passou a chamar-se Bixopá e Santo Antônio tomou o nome de Bonhu, e foi criado o distrito de Baixa Branca. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Russas (sede), Baixa Branca, Bixopá, Bonhu, Palhano e Quixeré, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Flores e anexado ao município de Russas; é extinto o distrito de Baixa Branca, sendo o seu território anexado ao distrito de Quixeré; e é transferido o distrito de Bixopá do município de Russas para o de Limoeiro do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Russas (sede), Bonhu, Flores, Palhano e Quixeré. A lei estadual nº 4.076, de 08-05-1958, desmembra do município de Russas o distrito de Palhano, elevado à categoria de município. A lei estadual nº 3.573, de 11-04-1957, desmembra do município de Russas o distrito de Quixeré, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Russas (sede), Bonhu e Flores. A lei estadual nº 6.473, de 18-07-1963, desmembra do município de Russas o distrito de Flores, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 7.016, de 27-12-1963, é criado o distrito de São João de Deus e anexado ao município de Russas. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Flores, sendo o seu território anexado ao município de Russas, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Russas (sede), Bonhu, Flores e São João de Deus, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.457, de 02-06-1988, é criado o distrito de Peixe e anexado ao município de Russas. Pela lei estadual nº 11.416, de 04-01-1988, é criado

o distrito de Lagoa Grande e anexado ao município de Russas. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 6 distritos: Russas (sede), Bonhu, Flores, Lagoa Grande, Peixe e São João de Deus, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Russas (sede), Bonhu, Flores, Lagoa Grande, Peixe e São João de Deus.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e as monoculturas de algodão, banana, cana-de-açúcar e castanha de caju, além da hortifruticultura irrigada para exportação, principalmente de laranja, melancia, banana, goiaba e uva; o Projeto Tabuleiro de Russas é o maior projeto irrigado do Nordeste, com 20 mil hectares de área irrigável, localizado na faixa contínua ao longo da margem esquerda do rio Jaguaribe, entre a cidade de Russas e a confluência do rio Banabuiú; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha, construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a mineração, com ocorrência de berilo, mica, amblygonita, espodumênio, petalita, feldspato, biotita, pirolusita e moscovita, com a extração de areia e argila, para a fabricação de telhas e tijolos, e de calcário, para a fabricação de cal; a indústria de alimentos, gráfica, ceramista, de calçados, de produtos de higiene, artesanato e outras; e o turismo, tendo como principais atrativos: A Igreja Assembleia de Deus Templo Central; o Monumento aos Pracinhas da FEB; o Obelisco da Praça Monsenhor João Luís; a Igreja Fonte da Graça Apostólica; a Coluna da Hora e o Cristo Redentor; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Russas; o Museu Padre Júlio Maria; o Centro Cultural Padre Pedro de Alcântara; a Casa Gondim, no Centro Histórico; o Mercado Público José Martins de Santiago; a Antiga Cadeia Pública e Câmara Municipal / Fórum; a Igreja de São Sebastião com o Busto de Dom Lino Deodato; o Casarão e Farmácia Ramalho; o Mosteiro dos Jesuítas; o Santuário de Nossa Senhora de Fátima; a Igreja de São Bento, no Planalto Bela Vista; a Residência do Padre Edvaldo, com influência da arquitetura italiana moderna; e a

Ponte Governador Virgílio Távora. E como atrativos naturais: a Ilhota, no rio Jaguaribe; os Bancos de Areia; o Balneário das Bombas; o Banho do Pedro Ribeiro; o Açude de Santo Antônio de Russas, próprio para mergulho; as Pedras do Sítio de Baixo/Cipó; o riacho Araibu; a Lagoa da Caiçara e sua trilha ecológica; o Serrote da Tapera; o Boqueirão do Cesário e a Serra do Vieira.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário (7 de outubro); a Festa de Aniversário do Município (6 de agosto); a Festa de São Sebastião e da Libertação dos Escravos em Russas (segunda quinzena de janeiro); a Russas Folia ou CarnaRussas – micareta; o Festival Junino de Quadrilhas do Vale do Jaguaribe (junho); a Festa de Nossa Senhora das Dores de Timbaúba (15 de setembro); a Semana Espírita de Russas (entre a segunda e a terceira semanas de julho).

Principais Personalidades

Antônio Balhmann Cardoso Nunes Filho (Russas, 22 de agosto de 1949), engenheiro mecânico, foi diretor-superintendente do SEBRAE e Secretário de Indústria e Comércio do Ceará, deputado federal e Diretor Presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará.

Carlus Campos (Russas), artista gráfico, pintor, gravador, ilustrador do jornal *O Povo*, utiliza as técnicas de xilogravura, pintura, infogravura, aquarela e desenho.

Dom José Mauro Ramalho de Alarcón Santiago (Russas, 14 de maio de 1925 – Iguatu, 9 de dezembro de 2019), sacerdote e professor, foi diretor do Ginásio Diocesano de Limoeiro do Norte e vigário em Aracati. Após a sacração, foi bispo da Diocese de Iguatu.

Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (São Bernardo de Russas, 23 de setembro de 1826 – Aparecida, 19 de agosto de 1894), sacerdote, foi pároco de Russas. Deputado provincial do Ceará. Sagrado bispo em 9 de março de 1873.

Francisco Carvalho (Russas, 11 de junho de 1927 – Fortaleza, 4 de março de 2013), escritor e poeta, sócio efetivo da Academia Cearense de Letras.

Liduino José Pitombeira de Oliveira (Russas, 1962), graduado em música, é compositor premiado e professor de composição nas universidades do Rio de Janeiro e de Campina Grande.

Manuel Cordeiro Neto (Russas, 31-12-1901 – Fortaleza, 22-10-1992) foi chefe de Polícia e secretário de Polícia e Segurança Pública do Ceará. Presidente do Aeroclube do Ceará, diretor administrativo da COELCE e prefeito de Fortaleza.

Manuel Elisiário de Castro Menezes (Russas, 29 de abril de 1813 – Niterói, 5 de janeiro de 1885), bacharel em Direito, exerceu os cargos de juiz municipal e de órfãos e juiz de direito. Vice-presidente e chefe de Polícia da Província, foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Fontes

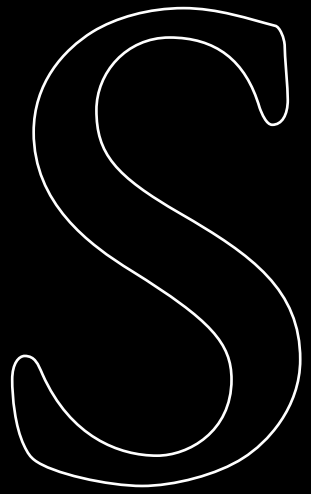
ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Russas – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Russas – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio, O Ceará – Projeto Obras Raras – Fundação Waldemar de Alcântara 2011, pág. 333-335.



Saboeiro

Salitre

Santa Quitéria

Santana do Acaraú

Santana do Cariri

São Benedito

São Gonçalo do Amarante

São João do Jaguaribe

São Luís do Curu

Senador Pompeu

Senador Sá

Sobral

Solonópole

Saboeiro

Hino de Saboeiro

(Letra por Antônio Erlindo Braga
e melodia por Vicente José Malheiros da Fonseca)

Salve, ó Terra de valentes guerreiros
Berço de ideais republicanos no sertão
Pátria de ilustres e notáveis brasileiros
Ó Saboeiro, ó Saboeiro,
Tu és dos Inhamuns o coração.

Salve, ó terra sagrada por brava gente conquistada
De passado histórico grandioso
Teu destino é sempre ser amada
Ó Saboeiro, ó Saboeiro,
Tu és torrão natal glorioso!
Em teu solo fértil e acolhedor
Vive um povo generoso, ativo e forte
Que luta com tenacidade e destemor
Sem temer nem mesmo a morte
(Sem temer nem mesmo a morte)

Tuas agradáveis noites de céu estrelado
São tão belas quanto aquelas de luar
E o Jaguaribe nos Caldeirões represado
Encanta tanto quanto o mar
(Encanta tanto quanto o mar).

Ó Saboeiro, ó Saboeiro,
Meu coração quer te homenagear!
Ó Saboeiro, ó Saboeiro,
Meu coração quer te homenagear!

Saboeiro é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão dos Inhamuns e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Saboeiro (2010) foi de 0,575, de nível baixo, situando-se em 171º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 11,85, ficando em 179º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tapuia, proveniente do fruto de cor negra da árvore conhecida como sabonete.

Gentílico:

saboeirense.

Limites geográficos

Norte: Acopiara, Catarina e Arneiroz

Leste: Tarrafas, Jucás e Acopiara

Sul: Antonina do Norte e Tarrafas

Oeste: Arneiroz, Aiuaba e Antonina do Norte

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Saboeiro, com **área** de 1.383,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 15.757 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 814,9 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 291,72 m e a **distância para a Capital** é de 441,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-168 / CE-253 / CE-282 / CE-284 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (7,52%), planossolo solódico ta (20,82%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (30,26%), solo litólico eutrófico (40,38%) e solos aluviais eutróficos (1,02%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Jaguaribe e os riachos Conceição, da Corda, Barra, Parelha, Macambira, Cachoeira e Tabocas, sendo o reservatório de maior expressão o Açude Conceição. A barragem Caldeirão, no rio Jaguaribe, é utilizada pela CAGECE para abastecimento da sede do município, atendendo a 100% da população urbana. Com relação ao **relevo**, predominam os maciços residuais e a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

Nas terras do atual município de Saboeiro, habitadas primitivamente pelos índios jucás, chegaram, no início do século XVIII, os primeiros habitantes Domingos Rodrigues e Ventura Rodrigues de Souza, que haviam recebido sesmarias, datadas de 4 de junho de 1718, do Capitão-Mor Manuel da Fonseca Jaime, com três léguas de terras, em área situada entre os Sítios Santa Cruz e Santo Antônio. Outra sesmaria, datada de 21 de agosto de 1721, com uma légua de terras, foi concedida pelo Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, a Lourenço Alves Feitosa, entre os Sítios Camaleões e Santa Cruz de Cima. Habitavam também a região, nessa época, os irmãos portugueses Domingos, Eugênia, Agostinha, Anacleto, Altamira, Susana e Antônia da Silva Carvalho, tendo esta última casado com o português José de Oliveira Bastos, passando a residir na Fazenda Santa Cruz, depois conhecida como Fazenda Caracará. Logo começaram a chegar outros moradores e se formou o Arraial de Santa Cruz do Caracará. Em 03 de fevereiro de 1823, o arraial foi elevado por Resolução Imperial à categoria de vila, com sede no Arraial de São Mateus. Em atendimento a solicitação de Manuel Fernandes Vieira e Francisco Fernandes Vieira, foi autorizada pelo bispo de Pernambuco, em 24 de dezembro de 1856, a construção de capela, em honra do Santíssimo Sacramento. O trabalho de edificação do templo foi demorado e teve várias interrupções e diversos responsáveis: gerenciou a construção o Padre Diogo José de Sousa Lima, de 1857 a 1869, substituído pelo Padre Manuel Filipe dos Santos, falecido em 1871. Deu continuidade ao trabalho o Padre Germano Antenor de Araújo, que, depois de destruição acidental do templo em 1876, retirou-se no ano seguinte para o Piauí, deixando como substituto na continuação da obra seu irmão, o Padre Manuel Lima de Araújo. Em 1886, assumiu os trabalhos o Padre Antônio de Souza Rego, vigário de Arneiroz, com o encargo de dar continuidade às obras e reconstruir a torre da igreja que havia ruído. Somente nos últimos anos do século XIX, foi concluída a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, onde anos antes havia sido iniciada a capela do Santíssimo Sacramento.

Formação administrativa:

Por resolução imperial de 03-02-1823, o povoado de São Mateus é elevado à categoria de vila, tendo como sede o núcleo de São Mateus. Pelo ato

provincial de 18-03-1842, foi criado distrito com a denominação de São Mateus. Pela lei provincial nº 558, de 27-11-1851, a sede do núcleo de São Mateus é transferida para a vila de Saboeiro. Pela lei provincial nº 889, de 22-07-1859, o distrito de São Mateus é desmembrado da vila de Saboeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede. Pela lei nº 1.084, de 19-04-1914, é extinta a vila de Saboeiro, restaurada pela lei nº 1.181, de 23-06-1914. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, a vila é constituída apenas do distrito sede. Pela lei nº 2.634, de 06-10-1928, é extinta novamente a vila de Saboeiro, sendo seu território anexado ao município de São Mateus. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Saboeiro é distrito de São Mateus. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Saboeiro, pelo decreto nº 1.591, de 23-05-1935, constituído de 2 distritos: Saboeiro (sede) e Bebedouro, ambos desmembrados de São Mateus. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 2 distritos: Saboeiro (sede) e Bebedouro. Pela lei estadual nº 263, de 28-12-1936, o município de Saboeiro adquiriu os distritos de São Domingos, do município de Campo Sales, e Santa Catarina, do município de Tauá. Pelo decreto nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Santa Catarina passou a denominar-se Catarina e o distrito de São Domingos volta a pertencer ao município de Campo Sales. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Saboeiro (sede), Bebedouro e Catarina. Pelo decreto-lei nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Bebedouro passou a denominar-se Aiuaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Saboeiro (sede), Aiuaba e Catarina. Pelo decreto estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Flamengo e anexado ao município de Saboeiro. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Saboeiro (sede), Aiuaba, Catarina e Flamengo. Pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, o distrito de Aiuaba é desmembrado do município de Saboeiro, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 3.604, de 25-05-1957, o distrito de Catarina é desmembrado do município de Saboeiro, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Saboeiro (sede) e Flamengo. Pela lei estadual nº 6.321, de 29-05-1963, o distrito de

Flamengo é desmembrado do município de Saboeiro, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Saboeiro adquiriu o extinto município de Flamengo, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Saboeiro (sede) e Flamengo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei municipal nº 178, de 03-12-1990, é criado o distrito de Barrinha e anexado ao município de Saboeiro. Pela lei municipal nº 179, de 03-12-1990, é criado o distrito de Malhada e anexado ao município de Saboeiro. Pela lei municipal nº 181, de 03-12-1990, é criado o distrito de Felipe e anexado ao município de Saboeiro. Pela lei municipal nº 182, de 03-12-1990, é criado o distrito de São José e anexado ao município de Saboeiro. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 6 distritos: Saboeiro (sede), Barrinha, Felipe, Flamengo, Malhada e São José, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Saboeiro (sede), Barrinha, Felipe, Flamengo, Malhada e São José.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca e arroz, e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, se-moventes e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e exploração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba, para produção de artesanato de sabão, bolsas de palha, sacolas, balaies e cestos e o artesanato de redes e bordados; a piscicultura; e o turismo, tendo como principais atrativos as igrejas e prédios históricos e os balneários existentes no açude Caldeirões e nas lagoas Conceição, da Corda, Barra, Parelha, Macambira, Cachoeira e Taboca.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Purificação (2 de fevereiro); a Festa de Aniversário do

Município (3 de fevereiro); as Festas Juninas (junho); as Festas Natalinas (dezembro).

Principais Personalidades

Antônio Roque de Araújo - Sineval Araújo (Saboeiro, 16 de junho de 1954), industrial e exportador, foi prefeito de Antonina do Norte e deputado estadual em quatro legislaturas.

Francisco César Leal (Saboeiro, 20 de março de 1924 – Recife, 5 de junho de 2013), jornalista, professor, crítico literário, escritor e poeta. Membro do Conselho Federal de Cultura, foi sócio efetivo da Academia Pernambucana de Letras.

Edite Bringel Olinda Alencar (Saboeiro, 14 de fevereiro de 1943), bacharel em Direito (turma de 1965), foi juíza de direito e desembargadora. Instalou e foi a primeira ocupante do cargo de Ouvidor do Poder Judiciário no Ceará e exerceu o cargo de corregedora-geral do TJ do Ceará.

Francisco Altino Lima (Saboeiro, 29 de janeiro de 1924 – São Paulo, 15 de maio de 1989), bacharel em Direito, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, tendo assumido interinamente a prefeitura paulista.

Francisco Fernandes Vieira (Saboeiro, 20 de maio de 1784 – Saboeiro, 9 de julho de 1862), pecuarista e político, fez parte do governo temporário da província do Ceará, em 1823, após a separação política de Portugal.

Manuel Fernandes Vieira (Saboeiro, 19 de setembro de 1819 – Rio de Janeiro, 10 de junho de 1879), bacharel em Direito, foi juiz municipal, juiz de direito e chefe de Polícia, deputado provincial e deputado geral.

Miguel Fernandes Vieira (Saboeiro, 13 de janeiro de 1816 – Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1862), juiz e jornalista, foi deputado geral por cinco legislaturas, tendo assumido o cargo de senador.

Querubina Bringel Olinda (Saboeiro, 17 de abril), professora e escritora, graduada em Direito e Enfermagem, mestre em Saúde Pública. Representante de Saboeiro na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Raimundo do Monte Arraes (Saboeiro, 3 de junho de 1882 – Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1965), advogado, escritor e jornalista, foi deputado

estadual, deputado federal e secretário de Estado, por duas vezes. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras.

Ronaldo Correia de Brito (Saboeiro, 2 de julho de 1951), escritor, médico e dramaturgo, tem livros traduzidos para o francês, espanhol, italiano, hebraico, inglês, alemão e outros idiomas. Foi finalista do Prêmio Jabuti com: *Livro dos Homens* (2006); *Galileia* (2009) e *Retratos Imorais* (2011).

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Saboeiro – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Saboeiro – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Salitre

Hino de Salitre

(Letra por Andrea de Souza Alencar e Zilmara
Moreira Alencar e melodia por autor não identificado)

Desperta uma linda cidade
Ao pé da serra do Araripe
Exemplo de amor e humanidade
É a nossa querida Salitre.

Seu povo é hospitaleiro
Honesto e trabalhador
Na luta se doa por inteiro
Mostrando seu verdadeiro valor.

*Salitre ó terra abençoada
Por Deus amada querida fulgurante
Com ardor cantam todos fervorosos
Os teus filhos orgulhosos nesse instante.*

Nas lutas vitória sem temores
De um povo guerreiro e destemido
Seus bravos ousados trabalhadores
Jamais irão ser esquecidos.

No peito o salitreense traz forte
O amor a terra a seu chão
Na luta não teme nem a morte
É sangue suor e coração.

Salitre ó terra abençoada...

Ó linda terra, mãe querida,
Tua bandeira é símbolo de glória
Com Seus filhos aguerridos
Salitre faz sua história.

A fé e a ordem do seu povo
Espelho da paz que irradia

A trinta de junho a terra amada
Celebra o salitre com alegria.

Salitre ó terra abençoada...

Salitre é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Chapada do Araripe e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Salitre (2010) foi de 0,540, de nível baixo, situando-se em 184º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 11,78, ficando em 180º lugar no Ceará.

Toponímia:

a denominação foi dada ao distrito, depois município, pela existência de uma mina de salitre no sopé da chapada do Araripe.

Gentílico:

salitriense.

Limites geográficos

Norte: Potengi, Campo Sales e Estado do Piauí

Leste: Araripe e Potengi

Sul: Estado de Pernambuco

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Salitre, com **área** de 804,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 16.714 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 655,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 600,3 m e a **distância para a Capital** é de 531,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR0230 / CE-176 / CE-187 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (4,88%), latossolo amarelo distrófico (37,55%), latossolo amarelo álico (34,62%), planossolo solódico ta (5,85%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (8,36%), solo litólico eutrófico e distrófico (5,03%) e terra roxa estruturada eutrófica (3,71%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Cambonheiro, Apertado, Papagaio e da Baixa do Meio, inexistindo no muni-

cípio reservatórios de água superficial de grande porte. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e a Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de carrasco e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

A história de Salitre se inicia com a colocação de um marco no lugar então denominado Espigão do Encosto, onde foi fincado um cruzeiro, em 13 de julho de 1853. Essa região, no alto de uma colina da Chapada do Araripe, com 1.250 metros de altitude, atualmente denominada Morro da Cruz, é considerada pelos fiéis católicos como solo sagrado. Com o desenvolvimento da pecuária, o gado da região, destinado a abate em São Paulo, era reunido nas imediações do Cruzeiro. Atraídos pelas celebrações religiosas na pequena capela ali construída, os tropeiros e comerciantes de gado começaram a construir casas e, aos poucos, foi se formando uma povoação nas imediações, que deu origem à cidade de Salitre. Em 20 de dezembro de 1938, foi criado o distrito com a denominação de Salitre, pertencente ao município de Campo Sales, elevado à categoria de município em 30 de junho de 1988 e instalado em 1 de janeiro de 1989.

Formação administrativa:

Distrito criado, com a denominação Salitre, pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, subordinado ao município de Campo Sales. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Salitre continua no município de Campo Sales, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Elevado à categoria de município, com a denominação Salitre, pela lei estadual nº 11.467, de 30-06-1988, desmembrado de Campo Sales, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Salitre, constituído de 3 distritos: Salitre (sede), Caldeirão e Lagoa dos Crioulos, todos criados pela mesma lei estadual. Em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 3 distritos: Salitre (sede), Caldeirão e Lagoa dos Crioulos, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais distritos do município são: Salitre (sede), Caldeirão e Lagoa dos Crioulos.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho, arroz e principalmente man-

dioca, sendo Salitre considerado a capital da mandioca, onde funcionam mais de 200 casas de farinha e outros produtos e subprodutos derivados da mandioca, além das monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas, para lenha e construção de cercas, e atividades com a utilização de babaçu, oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de brita, rochas ornamentais, rochas para cantaria, placas para fachadas e usos diversos na construção civil, além da extração de areia, gipsita, calcário e argila; o turismo, tendo como principais atrativos igrejas e prédios históricos, o Morro da Cruz e a Serra da Chapada do Araripe, considerada solo sagrado pelos católicos, e o Museu de Geodiversidade de Salitre, com réplicas e achados paleontológicos, geológicos e arqueológicos do município, inclusive um fóssil de bicho-preguiça gigante, encontrado no Sítio Campestre, na zona rural de Salitre.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Mandioca (31 de outubro); o Aniversário do Município (30 de junho); a Festa de São José (19 de março); as Festividades do Padroeiro São Francisco de Assis (25 de setembro a 4 de outubro); as Festas Juninas (junho); e os Festejos Natalinos (dezembro).

Principais Personalidades

Francisco Pereira Filho, primeiro prefeito eleito do município de Salitre, nas eleições de 15 de novembro de 1988, com mandato de 1989-1992.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Salitre – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Salitre – 1998

Santa Quitéria



Hino de Santa Quitéria

(Letra por Maria Aracy Magalhães Martins
e melodia por Luís Benício de Moraes)

Santa Quitéria, terra bem amada
Para saudar-te aqui eis-nos de pé
Sentindo n'alma ardente e sublimada
A exaltação por ti da nossa fé (bis).

*Escuta assim, ó terra idolatrada
Dos filhos teus nesse instante o cantar
Em cada um de nós dentro do peito
O coração é cítara a vibrar.*

Terra feliz, que tantos filhos teus
Aureolados sobre o altar da história
De Mororó o berço tu reténs
Dando ao Brasil o brilho dessa glória (Bis).

Escuta assim, ó terra idolatrada ...

Juramos firme n'ara do teu solo
Sagrada tumba de nossos avós
Por ti ó terra amada trabalhar
Por ti que és mãe e és tudo para nós.

Escuta assim, ó terra idolatrada ...

Santa Quitéria é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Santa Quitéria e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Santa Quitéria (2010) foi de 0,616, de nível médio, situando-se em 83º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,13, ficando em 83º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem à Padroeira do Município.

Gentílico:

quiterense.

Limites geográficos

Norte: Sobral, Forquilha, Groaíras e Cariré

Leste: Itatira e Canindé

Sul: Catunda, Monsenhor Tabosa e Boa Viagem

Oeste: Varjota, Pires Ferreira e Hidrolândia

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Santa Quitéria, com **área** de 4.260,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 43.719 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 951,1 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 197,7 m e a **distância para a Capital** é de 229,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,32%), bruno não cálcico (42,75%), planossolo solódico ta (14,24%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (6,33%), regossolo eutrófico (2,53%), solo litólico eutrófico (24,93%), solo litólico eutrófico e distrófico (0,75%) e solos aluviais eutróficos (7,90%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens o rio Groaíras, tributário do rio Acaraú, e os riachos Jucurutu, dos Macacos, dos Bois, Jurema, Olho D'Água, Fresco, Logradouro, dos Porcos e Batoque, sendo o principal reservatório o açude Edson Queiroz, também conhecido como açude do Serrote, que abastece, através da CAGECE, a população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

Os primeiros registros históricos do município dão conta de que, na primeira década do século XVIII, o português Manuel Machado Freire re-

cebeu várias sesmarias na região, cedendo-as para o compatriota João Pinto de Mesquita e Sousa, procedente da capitania do Rio Grande do Norte, que instalou uma fazenda para criação de gado, a que deu o nome de Cascavel, denominação do riacho, afluente do rio Jurucutu. Desejando o desenvolvimento da região, fez doação de terrenos de parte das terras da Fazenda Santa Clara, para construção de casas e para a edificação de uma capela, tendo sido doados também gados, ao patrimônio da Igreja, por diversos fazendeiros. O povoado, com a construção da capela em honra de Santa Quitéria, mudou o nome para Santa Quitéria, tendo como primeiro vigário o Padre Francisco Gomes Parente. O distrito de Santa Quitéria foi criado em 1823, subordinado ao município de Sobral, elevado à categoria de vila em 27 de agosto de 1856.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Santa Quitéria, por provisão de 22-03-1823. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Santa Quitéria, pela lei provincial nº 782, de 27-08-1856, desmembrado de Sobral, instalado em 05-10-1857, tendo como sede o núcleo de Santa Quitéria, constituído apenas do distrito sede. Pelo ato estadual de 28-01-1899, é criado o distrito de Arraial do Vídeo e anexado ao município de Santa Quitéria. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Santa Quitéria (sede) e Arraial do Vídeo. Pela lei estadual nº 2.701, de 13-09-1929, o município de Santa Quitéria adquiriu o extinto município de Entre Rios e o distrito de Cajazeiras, como simples distritos. Pelo decreto estadual nº 1.931, de 20-05-1931, o município de Santa Quitéria adquiriu o extinto município de Santa Cruz, como simples distrito. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, são criados os distritos de Madalena e Trapiá e anexados ao município de Santa Quitéria. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 8 distritos: Santa Quitéria (sede), Arraial do Vídeo, Cajazeiras, Entre Rios, Madalena, Santa Cruz, Simimbu e Trapiá. Pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, são desmembrados do município de Santa Quitéria os distritos de Santa Cruz e Simimbu, para formar o novo município de Santa Cruz. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município aparece constituído de 8 distritos: Santa Quitéria (sede), Caja-

zeiras, Entre Rios, Graça, Carnaubal, Madalena, Trapiá e Vidéu (antes, Arraial do Vídeo). Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município aparece constituído de 6 distritos: Santa Quitéria (sede), Cajazeiras, Entre Rios, Madalena, Trapiá e Vidéu, não figurando os distritos de Carnaubal e Graça. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Madalena passou a denominar-se Catunda, e é extinto o distrito de Vidéu, sendo sua área territorial anexada ao distrito de Catunda. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Santa Quitéria (sede), Cajazeiras, Catunda, Entre Rios e Trapiá. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Cajazeiras passou a denominar-se Batoque e o distrito de Entre Rios, a denominar-se Macaraú. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Santa Quitéria (sede), Batoque, Catunda, Macaraú e Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 3.995, de 27-10-1957, o distrito de Batoque é desmembrado do município de Santa Quitéria, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 4.750, de 26-01-1960, o distrito de Macaraú é desmembrado do município de Santa Quitéria, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Santa Quitéria (sede), Catunda e Trapiá. Pela lei municipal nº 6.577, de 20-09-1963, é criado o distrito de Malhada Grande e anexado ao município de Santa Quitéria. Pela lei estadual nº 6.752, de 05-11-1963, o distrito de Catunda é desmembrado do município de Santa Quitéria, elevado à categoria de município, com a denominação de Senador Catunda. Pela lei estadual nº 6.886, de 13-12-1963, o distrito de Malhada Grande é desmembrado do município de Santa Quitéria, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.972, de 19-12-1963, o distrito de Trapiá é desmembrado do município de Santa Quitéria, elevado à categoria de município, com a denominação de Otávio Lobo. Pela lei municipal nº 7.020, de 27-12-1963, é criado o distrito de Muribeca e anexado ao município de Santa Quitéria. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Santa Quitéria (sede) e Muribeca. Pela lei estadual nº 7.152, de 14-01-1964, é criado o distrito de Raimundo Martins e anexado ao município de Santa Quitéria. Pela lei estadual nº 7.162, de 14-01-1964, é criado o distrito de Areial e anexado ao município de Santa Quitéria. Pela lei esta-

dual nº 7.165, de 14-12-1964, é criado o distrito de Logradouro e anexado ao município de Santa Quitéria. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Santa Quitéria adquiriu os extintos municípios de Otávio Lobo, com a denominação de Trapiá; Senador Catunda, com a denominação de Catunda; Macaraú; Malhada Grande e Muribeca, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 9 distritos: Santa Quitéria (sede), Areial, Catunda, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca, Raimundo Martins e Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial de 18-08-1988. Pela lei estadual nº 11.772, de 27-12-1990, é desmembrado do município de Santa Quitéria o distrito de Catunda, elevado à categoria de município, com a denominação de Otávio Lobo. Pela lei municipal nº 149, de 01-11-1990, o distrito de Areial passou a denominar-se Lisieux. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 8 distritos: Santa Quitéria (sede), Lisieux, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca, Raimundo Martins e Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 853, de 12 de dezembro de 2014, foi delimitado o perímetro urbano da vila-sede do distrito de Saco do Belém, pertencente ao município de Santa Quitéria. Pela lei municipal nº 942, de 6 de novembro de 2017, foi criado o distrito de Riacho das Pedras e anexado ao município de Santa Quitéria. Pela lei municipal nº 944, de 4 de dezembro de 2017, foi criado o distrito de Sangradouro e anexado ao município de Santa Quitéria. Os atuais distritos do município são: Santa Quitéria (sede), Lisieux, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca, Raimundo Martins, Riacho de Pedras, Saco do Belém, Sangradouro e Trapiá.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, muares e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas de outras atividades; o artesanato de redes e bordados; a pesca para consumo domiciliar nas lagoas e açudes do município; a mineração, com a

exploração de jazidas de urânio, fosfato e mármore e rochas ornamentais; a indústria de calçados e extrativista de mármore e granitos; e o turismo, tendo como principais atrativos igrejas, museus e balneários, como o Trapiá e o Bambu.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Santa Quitéria (22 de maio); a Festa de Aniversário do Município (27 de agosto); a Festa de Carnaval (fevereiro/março); as Festas Juninas “Arraial de Santa Quitéria” (junho); o Natal de Luz de Santa Quitéria (21 e 22 de dezembro).

Principais Personalidades

Francisco de Menezes Pimentel (Santa Quitéria, 12 de setembro de 1887 – Rio de Janeiro, 19 de maio de 1973), advogado, educador e professor, foi diretor da Faculdade de Direito do Ceará. Deputado estadual, governador do Ceará, interventor federal e deputado federal. Ministro da Justiça e senador pelo Ceará.

Inácio Moacir Catunda Martins (Santa Quitéria, 26 de março de 1915 – Brasília, 1997), juiz municipal e juiz de direito. Foi corregedor geral de Justiça e do TRE – Ceará, desembargador do TJ do Ceará e ministro do Tribunal Federal de Recursos.

João Otávio Lobo (Santa Quitéria, 4 de novembro de 1893 – Fortaleza, 30 de outubro de 1962), médico e professor, foi diretor da Faculdade de Direito do Ceará, diretor da Saúde Pública e secretário do Interior e Justiça do Ceará. Deputado estadual e federal. Foi sócio efetivo do Centro Médico Cearense e da Academia Cearense de Letras.

Joaquim (Joakim) de Oliveira Catunda - Senador Catunda (Santa Quitéria, 2 de dezembro de 1834 – Rio de Janeiro, 28 de julho de 1907), cientista, historiador, escritor, jornalista, abolicionista, professor e tribuno. Deputado provincial e senador. Foi um dos fundadores do Instituto do Ceará. Patrono da cadeira 17 da Academia Cearense de Letras e da Cadeira nº 46 da Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro.

Otávio Terceiro de Farias (Santa Quitéria, 24 de julho de 1899 – Fortaleza, 1977), professor de português, foi chefe do Departamento de

Línguas Clássicas e Vernáculas e de Língua Portuguesa da UFC. Diretor do Departamento de Ensino do Segundo Grau da Secretaria de Educação e da Faculdade de Filosofia do Ceará.

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (Santa Quitéria, 30 de junho de 1852 – Fortaleza, 6 de abril de 1929), bacharel em Direito, jornalista, professor e escritor. Deputado provincial e vice-presidente da Província. Foi um dos fundadores, professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará. Membro fundador e presidente da Academia Cearense de Letras. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi o segundo presidente.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

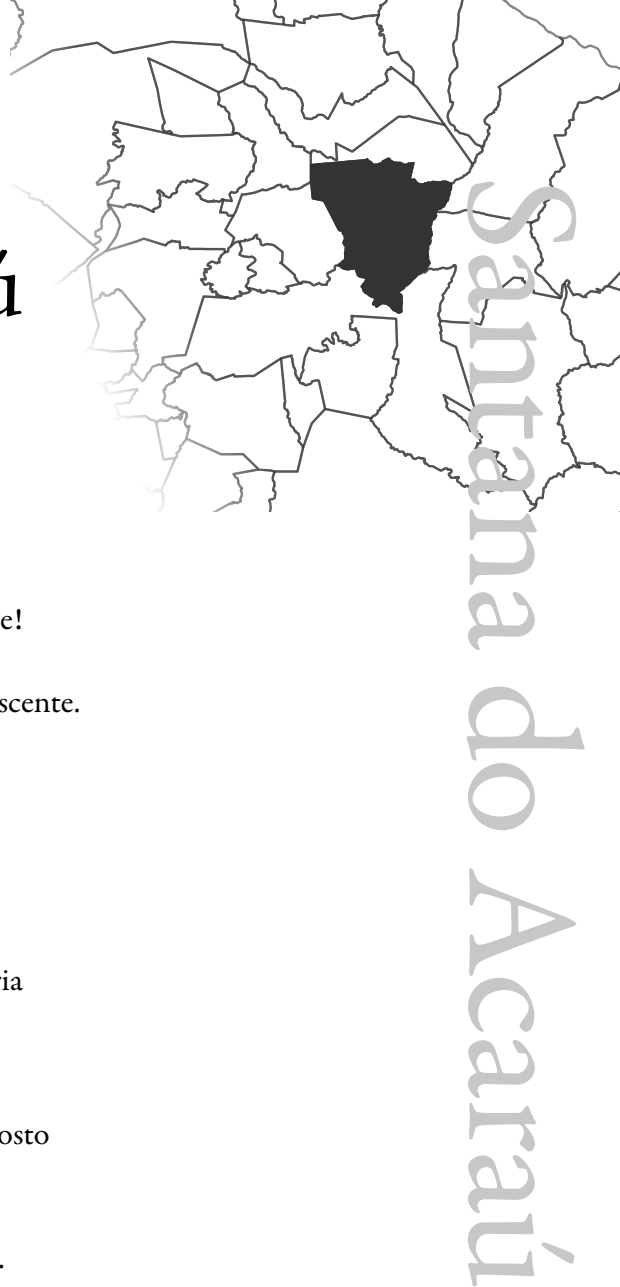
IPECE – Perfil Municipal de Santa Quitéria – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Santa Quitéria – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

STUDART, Guilherme. Dicionário biobibliográfico cearense. MARTINS, José Murilo. Poetas da Academia Cearense de Letras. MARTINS, José Murilo. Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos. GIRÃO, Raimundo. A Academia de 1894.

Santana do Acaraú



Hino de Santana do Acaraú

(Letra e melodia
por Nicodemos Araújo)

Deus te guarde, cidade bonita,
No constante labor de tua gente!
Que prossigas na luta bonita,
Construindo um progresso crescente.

*Salve, Santana do Acaraú!
Bela e querida de norte a sul
Com teus anseios de evolução
Teus filhos todos sempre estarão.*

Estes jovens que são teu futuro
Hão de mais elevar-te na história
No caminho feliz da vitória.

Salve, Santana do Acaraú! ...

O teu povo com amor e bom gosto
Alinhou muito bem teu perfil,
Que, nas praças e ruas exposto,
Constitui um primor do Brasil.

Salve, Santana do Acaraú! ...

No trabalho e na paz permanente
Tenhas sempre um ditoso presente
Na esperança de um grande porvir.

Santana do Acaraú é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Santana do Acaraú (2010) foi de 0,587, de nível baixo, situando-se em 156º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,80, ficando em 91º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem à padroeira do município Santana.

Gentílico:

santanense.

Limites geográficos

Norte: Morrinhos e Senador Sá

Leste: Sobral e Miraíma

Sul: Sobral

Oeste: Senador Sá, Massapê e Sobral

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Santana do Acaraú, com **área** de 969,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 32.851 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.038,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 30 m e a **distância para a Capital** é de 242,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / BR403. O **solo** é constituído de areias quartzosas eutróficas (5,13%), bruno não cálcico (9,79%), latossolo vermelho amarelo eutrófico (2,14%), planossolo solódico ta (44,22%), podzólico vermelho amarelo distrófico (1,99%), solo litólico eutrófico (24,03%), solo litólico eutrófico e distrófico (2,19%), solonetz solodizado (0,29%) e solos aluviais eutróficos (10,23%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Acaraú e Aracatiaçu, tendo como principais drenagens o rio Acaraú e os riachos Pacheco e Caraíbas (na bacia do Acaraú) e riachos dos Porcos e Ipueirinha (na bacia do Aracatiaçu), sendo o principal reservatório o açude São Vicente, que contribui para o abastecimento da população urbana e para a irrigação do município. Com relação ao **relevo**, predomina a planície ribeirinha e a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa e floresta mista dicotillo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

As origens do atual município de Santana do Acaraú datam do início do século XVII, quando, em 1626, o Frei Cristóvão de Lisboa, acompanhado de quatro padres e vinte e cinco homens de armas, perseguidos pelos índios tapuias, se refugiou no lugarejo denominado inicialmente Olho D'Água. Frei Cristóvão, no dia 26 de agosto desse ano, entronizou uma imagem de Sant'Ana que trouxera consigo, com a intenção de construir no local uma capela em sua devoção. A edificação da capela, entretanto, somente se efetivou após a chegada a essas terras, em 1733, do Padre Antônio dos Santos da Silveira, oriundo de Pernambuco, para assumir o curato do lugar. O Padre Antônio comprou uma légua de terras no lugar *Olho D'Água* e meia légua no lugar *Curral Velho*, incorporando-as e, em seguida, conseguindo licença para a edificação do templo, iniciou a construção em 9 de novembro de 1738, num local elevado, próximo de sua casa de fazenda, tendo concluído a capela sob a invocação de Nossa Senhora de Santana do Olho D'Água e Almas. Em 31 de julho do ano seguinte, o templo foi bento, juntamente com as imagens de Cristo, de Sant'Ana, São Joaquim e Santa Rosa e, no dia seguinte, celebrou a primeira missa. Passou a reinar no lugar a paz e o progresso. Formou-se no entorno da capela e imediações o povoado de Olho D'Água, posteriormente, Currais Velhos, cujas terras faziam parte do município de Caiçara (atual município de Sobral). Após a sua elevação à categoria de distrito em 1842, com a denominação de Santana, vinculado ao município de Acaraú, foi criada a freguesia, em 1848. Santana do Acaraú foi elevado à categoria de vila, adquirindo autonomia política em 03 de novembro de 1862. O nome do município foi alterado várias vezes, ora para Santana, ora para Santana do Acaraú, denominação que se tornou definitiva a partir de 22 de novembro de 1951, pela lei estadual nº 1.153.

Formação administrativa:

Distrito criado, com a denominação de Santana, por ato provincial de 18-03-1842 e pela lei provincial nº 470, de 29-08-1848. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Santana do Acaraú, pela lei provincial nº 1.012, de 03-11-1862, desmembrada de Acaraú, instalada em 07-07-1863, tendo como sede o núcleo de Santana do Acaraú e constituída apenas do distrito sede. Pelas leis nº 1.236 e 1.237, de 27-11-1868, a vila passou a de-

nominar-se simplesmente Santana. Por lei provincial de 21-10-1872 e por lei de 05-04-1893, é criado o distrito de São Manuel do Marco e anexado ao município de Santana. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Santana, pela lei nº 1.740, de 30-08-1876. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Santana (sede) e São Manuel do Marco. Pelos decretos estaduais nº 193, de 20-05-1931 e 1.156, de 04-12-1933, o município de Santana passou a denominar-se Santana do Acaraú e foram criados os distritos de Morrinhos, Mutambinha, São Francisco do Estreito e Tucunduba. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 6 distritos: Santana do Acaraú (sede), Morrinhos, Mutambinha, São Francisco do Estreito, São Manuel do Marco e Tucunduba. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 6 distritos: Santana do Acaraú (sede), Morrinhos, Mutambinha, São Francisco do Estreito, São Manuel do Marco e Tucunduba. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Santana do Acaraú voltou a denominar-se Santana, o distrito de São Francisco do Estreito a denominar-se Estreito, o distrito de Tucunduba a denominar-se Panacuí, o distrito de São Manuel do Marco a denominar-se Marco, o distrito de Morrinhos a denominar-se Morrinho e o distrito de Mutambinha a denominar-se Mutambeiras. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Santana (sede), Estreito, Marco, Morrinho, Mutambeiras e Panacuí. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Santana passou a denominar-se Licânia e o distrito de Estreito a denominar-se Parapuí. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 6 distritos: Licânia (sede), Marco, Morrinho, Mutambeiras, Panacuí e Parapuí. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Licânia voltou a denominar-se Santana do Acaraú e os distritos de Marco e Panacuí se desmembram do município de Santana do Acaraú, para formar o novo município de Marco. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Santana do Acaraú (sede), Morrinho, Mutambeiras e Parapuí. Pela lei estadual nº 3.798, de 06-01-1957, o distrito de Morrinho é desmembrado do município de Santana do Acaraú, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Santana do Acaraú (sede), Mutambeiras e Parapuí. Pela lei estadual nº 6.761, de 13-11-

1963, o distrito de Parapuí é desmembrado do município de Santana do Acaraú, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.762, de 14-11-1963, o distrito de Mutambeiras é desmembrado do município de Santana do Acaraú, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 7.021, de 27-12-1963, é criado o distrito de Sapó e anexado ao município de Santana do Acaraú. Pela lei estadual nº 7.022, de 27-12-1963, é criado o distrito de João Cordeiro e anexado ao município de Santana do Acaraú e os municípios de Mutambeiras e Parapuí são extintos, sendo seus territórios anexados ao município de Santana do Acaraú, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 5 distritos: Santana do Acaraú (sede), João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí e Sapó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-08-1988. Pela lei estadual nº 11.659, de 28-12-1989, são criados os distritos de Bahia, Baixa Fria e Barro Preto e anexados ao município de Santana do Acaraú. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 8 distritos: Santana do Acaraú (sede), Bahia, Baixa Fria, Barro Preto, João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí e Sapó, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização da oiticica e da carnaúba como matérias primas, dentre as quais o sabão caseiro, cera de carnaúba e a palha para confecção de chapéus; o artesanato de redes e bordados; o turismo, tendo como principais atrativos: o Memorial de Nossa Senhora Sant'Anna; a Igreja Matriz de Santana do Acaraú; a Igreja Perdida; o Cruzeiro; o Mercado Público e outros prédios históricos, que compõem o acervo arquitetônico do município; e as indústrias de calçados, de cerâmica, da madeira, de vassouras e da construção civil.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades da Padroeira Senhora Sant'Ana (16 a 26 de julho); a Festa de Aniversário do

Município (3 de novembro); as Festas Juninas (junho); o Projeto Dança é Vida, com concurso de dança para crianças e adolescentes (29 de abril); o Carnaval (fevereiro/março); o Réveillon (31 de dezembro); e as Festas Natalinas (dezembro).

Principais Personalidades

Chagas Vasconcelos (Santana do Acaraú, 13 de janeiro de 1930 – Fortaleza, 24 de agosto de 2003), formado em Direito, foi procurador do IAPAS e do IAPI. Prefeito de Santana do Acaraú, deputado estadual em quatro legislaturas e deputado federal. Em 1992, foi eleito vereador de Santana do Acaraú.

João Augusto da Frota - Padre (Santana do Acaraú, 24 de janeiro de 1849 – Fortaleza, 2 de abril de 1942), sacerdote, doutor em Filosofia, teólogo, matemático, orador sacro, estudioso das ciências, como a Astronomia, foi um dos maiores defensores do abolicionismo no Ceará. Sócio fundador do Instituto do Ceará. Não deixou bibliografia.

João Cordeiro (Santana do Acaraú, 31 de agosto de 1842 – Fortaleza, 12 de maio de 1931), industrial e comerciante foi diretor da CEF do Ceará (1875-1879) e presidente da Associação Comercial (1877-1878). Abolicionista, presidiu a Sociedade Cearense Libertadora. Secretário da Fazenda, senador e deputado federal pelo Ceará.

José Mariano de Albuquerque Cavalcanti (Santana do Acaraú, 20 de maio de 1772 – Magé, 20 de agosto de 1844) foi militar, preso por participação na Revolução de 1817. Anistiado, recuperou a patente militar. Acusado depois de um assassinato, foi condenado a degredo perpétuo, mas perdoado. Com a Proclamação da Independência, foi deputado constituinte e presidente da Província do Ceará.

Miguel Francisco da Frota (Santana do Acaraú, 18 de março de 1816 – Urubu, Bahia, em maio de 1882), sacerdote, foi coadjutor da freguesia de Sobral e vigário encomendado. Foi o primeiro pároco da freguesia de Santana do Acaraú. Deputado provincial do Ceará, por três vezes.

Urcesino Xavier de Castro Magalhães (Santana do Acaraú, 25 de agosto de 1841 – 1900) foi tabelião público judicial e de notas, escrivão cível e do crime, na Vila de Santana do Acaraú, tendo recebido a patente de

Coronel da Guarda Nacional. Exerceu vários mandatos legislativos, inclusive na constituinte estadual, que resultou na Constituição de 1892.

FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Santana do Acaraú – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Santana do Acaraú – 1998.

Santana do Cariri

Hino de Santana do Cariri

(Letra por Maria Eurenice Coelho
e melodia por Irineu Sisnando do Vale)

Nasceu da serra o gigantesco braço
Que no abraço imenso e rijo prende
A nossa terra proteger e amar
Seu frutear produção defende.

Com argúcia n'alma perlustrando a terra
Na qual se encerra com primor Santana
Vemos um quadro a refletir beleza
Que a natureza seu vigor emana.

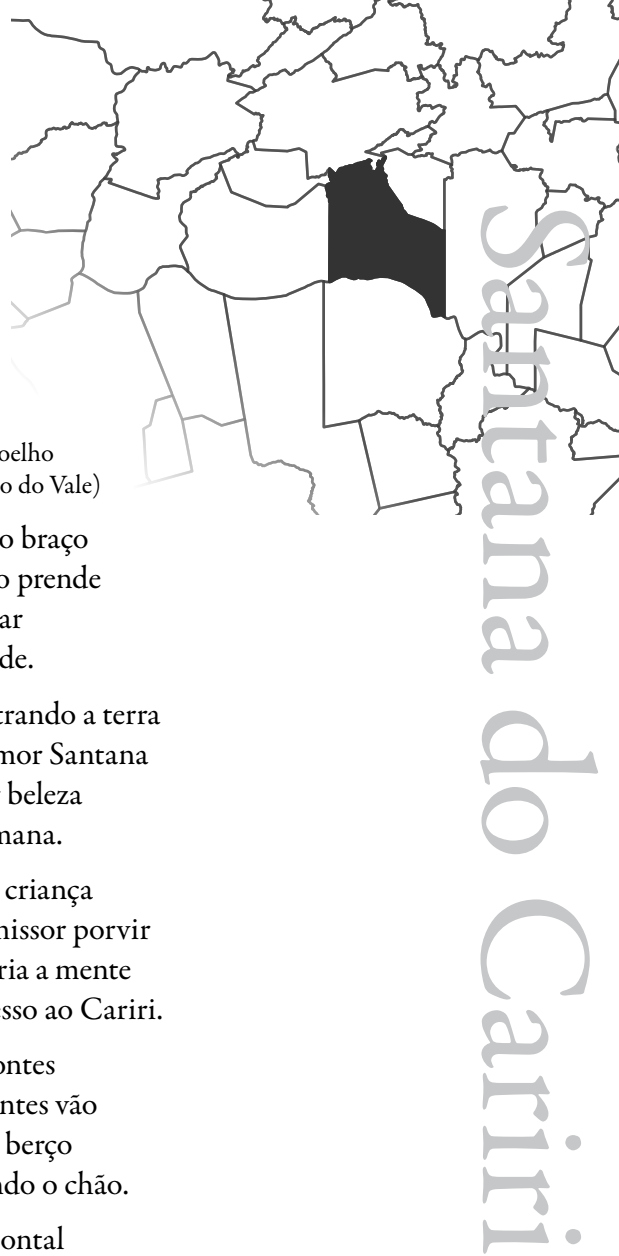
Ó minha terra onde eu vivi criança
Tens a esperança e um promissor porvir
O teu passado enche de glória a mente
E o teu presente traz progresso ao Cariri.

Tuas cristalinas e perenes fontes
Por entre os montes sorridentes vão
Tu tens folclore tradição de berço
Lençóis de gesso branqueando o chão.

O teu turismo destacou o pontal
Tens ideal comum sublime novo
De paz e amor cultura honra e arte
Por toda parte faz unir teu povo.

Santana do Cariri é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Cariri e na mesorregião do Sul Cearense.

O **IDH** de Santana do Cariri (2010) foi de 0,612, de nível médio, situando-se em 91º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 18,92, ficando em 141º lugar no Ceará.



Toponímia:

o topônimo é uma homenagem à Padroeira do Município.

Gentílico:

santanense.

Limites geográficos

Norte: Nova Olinda, Altaneira e Assaré

Leste: Crato e Nova Olinda

Sul: Estado de Pernambuco

Oeste: Potengi e Araripe

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Santana do Cariri, com **área** de 855,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 17.726 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.172,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 475 m e a **distância para a Capital** é de 522,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-166 / CE-176 / CE-253 / CE-282 / CE-292 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de latossolo amarelo distrófico (0,88%), latossolo amarelo álico (56,43%), latossolo vermelho escuro eutrófico (1,69%), solo litólico eutrófico (2,71%) e solo litólico eutrófico e distrófico (10,24%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Cariús e o riacho Brejo Grande. Não há reservatórios superficiais de expressão, sendo a população do município abastecida por fonte natural de água subterrânea. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e a Chapada do Araripe. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subcaducifólia tropical xeromorfa (cerradão).

Síntese Histórica

O território de Brejo Grande, atualmente Santana do Cariri, foi habitado primitivamente pela tribo dos índios guerreiros denominados Bu-

xixés, que dominavam a cordilheira do Araripe. No fim do século XVII, chegaram à região, procedentes da Casa da Torre, na Bahia, os irmãos João Alves Feitosa e José Alves Cavalcante, que adquiriram sesmarias nas terras às margens do riacho Brejo Grande, onde fundaram fazenda para criação de gado e exploração da atividade agrícola. O povoado se formou nas imediações dessa propriedade, onde foi construída uma pequena capela, sob a invocação da Senhora Santana, onde anos depois foi edificada a Igreja Matriz. O primeiro vigário da freguesia de Santana do Brejo Grande, Padre José Galdino Teixeira, foi assassinado, razão pela qual Santana do Cariri deixou de ser a sede da freguesia. Somente depois da visita pastoral do bispo d. Joaquim José Vieira ao município, em 1886, Santana do Cariri voltou a ser sede da freguesia, sendo pároco o Padre Inácio de Moura, que demoliu a capela já muito avariada e iniciou a construção da Igreja Matriz, no período em que ali permaneceu, de 1893 a 1903, concluída pelo Padre Francisco Silvano de Sousa, entre 1909 e 1915. O povoado Santana do Brejo Grande se tornou distrito em 1838 e vila, mudando de denominação para Santana do Brejo Grande, em 1885, e para Santana do Cariri em 3 de agosto de 1896.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Santana do Brejo Grande, pela lei provincial nº 124, de 26-08-1838, subordinado ao município de Assaré. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Santana do Brejo Grande, pela lei provincial nº 2.096, de 25-11-1885, tendo como sede o núcleo de Santana do Brejo Grande, constituído de 2 distritos: Santana de Brejo Grande (sede) e Nova Olinda. Pela lei estadual nº 287, de 03-08-1896, a vila de Santana do Brejo Grande passou a denominar-se Santana do Cariri. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 2 distritos: Santana do Cariri (sede) e Nova Olinda. Por ato de 26-12-1912, é criado o distrito de Brejo Grande e anexado ao município de Santana do Cariri. Pela lei estadual nº 1.794, de 09-10-1920, o município de Santana do Cariri adquiriu o extinto município de Quixerá, como simples distrito. Pela lei estadual nº 2.359, de 26-07-1926, o distrito de Quixerá é desmembrado do município de Santana do Cariri, sendo anexado ao município de Crato. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 3 distritos: Santana do Cariri (sede), Brejo Grande

e Nova Olinda, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Santana do Cariri passou a denominar-se Santanópolis e foi criado o distrito de Boa Saúde, com terras desmembradas dos distritos de Santanópolis e Nova Olinda e anexado ao município de Santanópolis. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município de Santanópolis é constituído de 4 distritos: Santanópolis (sede), Brejo Grande, Boa Saúde e Nova Olinda. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Boa Saúde passou a denominar-se Araporanga. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 4 distritos: Santanópolis (sede), Araporanga, Brejo Grande e Nova Olinda. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Santanópolis voltou a denominar-se Santana do Cariri. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Santana do Cariri (sede), Araporanga, Brejo Grande e Nova Olinda. Pela lei estadual nº 3.555, de 14-03-1957, o distrito de Nova Olinda é desmembrado do município de Santana do Cariri, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Santana do Cariri (sede), Araporanga e Brejo Grande. Pela lei nº 6.441, de 30-08-1963, o distrito de Brejo Grande é desmembrado do município de Santana do Cariri, elevado à condição de município com a denominação de Roquelândia. Pela lei estadual nº 6.567, de 18-09-1963, é criado o distrito de Anjinhos e anexado ao município de Santana do Cariri. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Santana do Cariri (sede), Anjinhos e Araporanga. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Santana do Cariri adquiriu o extinto município de Brejo Grande, como simples distrito, por ter sido criado e não instalado. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 4 distritos: Santana do Cariri (sede), Anjinhos, Araporanga e Brejo Grande, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.327, de 04-05-1987, é criado o distrito de Dom Leme e anexado ao município de Santana do Cariri. Pela lei municipal nº 307, de 10-09-1990, são criados os distritos de Inhumas e Pontal da Santa Cruz e anexados ao município de Santana do Cariri. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 7 distritos: Santana do Ca-

riri (sede), Anjinhos, Araporanga, Brejo Grande, Dom Leme, Inhumas e Pontal da Santa Cruz, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 737, de 2014, o distrito de Inhumas passou a ser bairro do distrito sede. Os atuais distritos do município são: Santana do Cariri (sede), Anjinhos, Araporanga, Brejo Grande, Dom Leme e Pontal da Santa Cruz.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, abacate, pequi, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades artesanais com matérias primas oriundas do babaçu, buriti, oiticica e carnaúba; o artesanato de redes, bordados, em couro e cerâmica, e pinturas; a fabricação de rapadura e cachaça; a mineração, com a extração de gipsita e calcário; o turismo, tendo como principais atrativos: o Sítio Arqueológico e o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, administrado pela Universidade Regional do Cariri; o Pontal da Santa Cruz, com trilha até o mirante; o Casarão Cultural Felinto da Cruz Neves e Generosa Amélia da Cruz, primeira mulher prefeita de Santana; a Igreja Matriz de Senhora Sant'Ana e outros prédios históricos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades da Padroeira Senhora de Santana, com comemorações religiosas e populares (16 a 26 de julho); as Quadrilhas Juninas e a Grande Vaquejada de Santana do Cariri, com missa e benção dos chapéus, desfile e escolha da Rainha e festas dançantes (junho); a Festa de Aniversário do Município, com atividades artísticas e culturais, competições desportivas, shows de artistas populares, festivais de talentos, retretas e apresentação pirotécnica (21 a 25 de novembro).

Principais Personalidades

Benigna Cardoso da Silva (Santana do Cariri, 15 de outubro de 1928 – Santana do Cariri, 24 de outubro de 1941) foi uma criança de treze anos

assassinada ao se defender de violência sexual, considerada mártir da castidade. O processo de beatificação foi iniciado na diocese do Crato em 2011, aceito em 2013 pela Congregação para a Causa dos Santos, sendo Benigna declarada Serva de Deus, pelo Papa Francisco em 2019. A oficialização da beatificação ocorreu no Crato em 24 de outubro de 2022.

Iranildo Pereira de Araújo (Santana do Cariri, 01 de dezembro de 1937), advogado, empresário e político, foi diretor do Departamento de Proteção ao Menor. Suplente de deputado estadual e de deputado federal, foi eleito deputado federal em 1978, ficando como suplente nos pleitos seguintes.

Jorge Furtado Leite (Santana do Cariri, 12 de dezembro de 1914 – Fortaleza, 20 de abril de 1991), empresário e político, foi deputado federal em oito legislaturas. Na área empresarial, foi presidente da Norte-Sul Indústria e Comércio e da Rádio Verdes Mares.

Pedro da Costa Júnior, representante de Santana do Cariri na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Pedro Sisnando Leite (Santana do Cariri, 13 de maio de 1933), economista, professor e escritor, foi pró-reitor de Planejamento da UFC. Exerceu o cargo de secretário do Desenvolvimento Rural do Ceará. É sócio efetivo do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Ciências e da Academia de Ciências Sociais. Autor de vários livros de economia.

Plácido Cidade Nuvens (Santana do Cariri, 23 de outubro de 1943 – Fortaleza, 1 de novembro de 2016) foi sociólogo, professor e político, graduado em Filosofia e em Teologia, especialista em português superior e doutor em Ciências Sociais. Foi prefeito de Santana do Cariri. Professor, vice-reitor e reitor da Universidade Regional do Cariri.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Santana do Cariri – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Santana do Cariri – 1998.

São Benedito



Hino de São Benedito

(Letra por Raimundo Cândido Furtado
e melodia por Cauby Jardim Ponte)

A cidade cercada de matas,
Cuja cor simboliza a esperança,
De conquista em conquista mais altas,
Passo a passo ao progresso ela avança,

Sem temer por rival qualquer terra,
A garbosa princesa da serra,
Sem temer por rival qualquer terra,
A garbosa princesa da serra.

*Retalho sublime desta Santa Cruz,
Repousa no dorso da Ibiapaba,
No meio do encanto mimoso recanto,
Mimoso recanto da Terra da Luz.*

No esforço brilhante e sadio,
De subir na instrução de teus filhos,
Foste à taba do índio bravio,
Hoje és berço de glória e de brios,

E seguindo os preceitos da Igreja,
Vencerás toda luta e peleja,
E seguindo os preceitos da Igreja,
Vencerás toda luta e peleja.

Retalho sublime desta Santa Cruz ...

Das palmeiras aos lindos cafezais,
Que em teu solo feroz se ufana,

E ostenta o verde dos canaviais,
Que circunda a princesa serrana,
São Benedito teu viver proibidoso,
Te garante um porvir glorioso,
São Benedito teu viver proibidoso,
Te garante um porvir glorioso.

Retalho sublime desta Santa Cruz ...

Até as aves que de amor regurgitam,
Interpretam a canção mais vibrante,
Das palmeiras que os leques agitam,
Compassando a harmonia triunfante,

Deste Hino que canta a natureza,
Para mais realçar tua beleza,
Deste Hino que canta a natureza,
Para mais realçar tua beleza.

Retalho sublime desta Santa Cruz ...

São Benedito é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de São Benedito (2010) foi de 0,611, de nível médio, situando-se em 95º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 38,48, ficando em 14º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao santo padroeiro, do qual o índio Jacó era devoto.

Gentílico:

são beneditense.

Limites geográficos

Norte: Mucambo e Ibiapina

Leste: Graça

Sul: Carnaubal e Guaraciaba do Norte

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de São Benedito, com **área** de 338,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 48.354 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 917,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 901,64 m e a **distância para a Capital** é de 332,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-187 / CE-253 / CE-321. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (36,17%), latossolo amarelo distrófico (4,64%), latossolo amarelo álico (35,35%), solo litólico distrófico (23,08%) e solo litólico eutrófico e distrófico (0,76%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Poti, tendo como principais drenagens superficiais os rios Arabê, Pejuaba e Inhuçu, sendo o principal reservatório o açude Jaburu I (em Ubajara), que atende 100% da população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de carrasco e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Os índios tapuias, no século XVII, eram os habitantes das terras que formam atualmente o município de São Benedito, até a chegada de Pero Coelho de Souza, que, depois de dominar os Tabajaras da Ibiapaba, voltou-se para a Serra da Ibiapaba, onde instalou o seu quartel-general e continuou as ações de conquista, dominando os Morubixabas e mantendo prisioneiros mais de duzentos índios, enviando-os algemados para Pernambuco. Mais de um século depois, passada essa fase de dominação portuguesa aventureira, os nativos, depois da expulsão dos Jesuítas em 1759, sob a liderança do índio Jacó, procuraram refúgio às margens do Arabê, onde instalaram a sua aldeia. O indígena, que se tornara devoto de São Benedito, com a colaboração dos membros de sua tribo, instalou em 1759 um nicho com a imagem do santo, sendo construído no local um primitivo templo, de taipa, chão batido e cobertura de palha. Em pouco tempo, os habitantes dispersos montaram suas choupanas em área próxima do templo, iniciando-se o povoamento da região. Quase cem anos depois, em 1841, foi edificada uma capela, sob a orientação do Padre Filipe Benício, pároco de Viçosa,

posteriormente ampliada e reformada. Sob a liderança do Padre João Crisóstomo de Oliveira Freire, foi iniciada, no mesmo local, em 3 de agosto de 1850, a construção da Igreja Matriz, concluída e inaugurada em 21 de dezembro de 1851. O Distrito Policial já havia sido criado pela lei provincial nº 527, de 6 de dezembro de 1850. A criação da primeira escola foi autorizada pela lei nº 685, de 20 de outubro de 1854. O povoado se tornou distrito em 1851 e vila em 1872, elevada à categoria de cidade, com a denominação de São Benedito da Ibiapaba, em 1921, voltando a denominar-se São Benedito por força de decretos estaduais de 1931 e 1933.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São Benedito, por ato provincial de 22-01-1851, subordinado ao município de Viçosa. Elevado à categoria de vila, com a denominação de São Benedito, pela lei provincial nº 1.470, de 18-11-1872, desmembrado de Viçosa, instalada em 25-11-1873, tendo como sede o núcleo de São Benedito, constituída apenas do distrito sede. Pela lei provincial nº 1.491, de 16-12-1872 e por ato provincial de 25-06-1973, é criado o distrito de Graça e anexado à vila de São Benedito. Pela lei provincial nº 1.786, de 23-12-1878, é criado o distrito de Campo da Cruz e anexado à vila de São Benedito. Por ato provincial de 05-07-1884 e pela lei provincial nº 2.054, de 29-11-1885, é criado o distrito de Pacujá e anexado à vila de São Benedito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 4 distritos: São Benedito (sede), Campo da Cruz, Graça e Pacujá. Elevada à categoria de cidade, com a denominação de São Benedito da Ibiapaba, pela lei estadual nº 1.850, de 30-08-1921. Pelos decretos estaduais nº 193, de 20-05-1931 e 1.156, de 04-12-1933, o município de São Benedito da Ibiapaba volta a denominar-se São Benedito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: São Benedito (sede), Campo da Cruz, Graça e Pacujá. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 5 distritos: São Benedito (sede), Campo da Cruz, Carnaubal, Graça e Pacujá. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Campo da Cruz passa a denominar-se Curunhu. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: São Benedito (sede), Carnaubal, Curunhu, Graça e Pacujá,

assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pelo decreto-lei estadual nº 1.153, de 01-11-1951, o distrito de Curunhu passou a denominar-se Inhuçu. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: São Benedito (sede), Carnaubal, Graça, Inhuçu e Pacujá. Pela lei estadual nº 3.692, de 17-07-1957, o distrito de Pacujá é desmembrado do município de São Benedito, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 3.702, de 30-07-1957, o distrito de Carnaubal é desmembrado do município de São Benedito, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: São Benedito (sede), Graça e Inhuçu. Pela lei estadual nº 6.384, de 04-07-1963, o distrito de Graça é desmembrado do município de São Benedito, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.352, de 01-07-1963, o distrito de Inhuçu é desmembrado do município de São Benedito, elevado à categoria de município, com a denominação de Joaquim Bastos. Em divisão territorial datada de 01-07-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de São Benedito adquiriu os extintos municípios de Graça e Inhuçu, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: São Benedito (sede), Graça e Inhuçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.309, de 15-04-1987, o distrito de Graça é desmembrado do município de São Benedito, elevado à categoria de município. Pela lei municipal nº 373, de 1989, é criado o distrito de Barreiros e anexado ao município de São Benedito. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: São Benedito (sede), Barreiros e Inhuçu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: São Benedito (sede), Barreiros e Inhuçu.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho, mandioca, arroz e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, café, abacaxi, pequi, castanha de caju e frutas diversas, inclusive morango e a produção e exportação de rosas, sendo o município conhecido como a “cidade das flores”; a pecuária exten-

siva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, semoventes e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de atividades utilizando como matérias primas o babaçu, o buriti, a oiticica e a carnaúba; o artesanato de bordados, bolsas, sacolas e artigos de couro; a mineração, com a extração de placas de rocha para fachadas, pisos e usos diversos na construção civil; o turismo, tendo como principais atrativos: a Cachoeira da Mata Fresca; a Cachoeira de São Cristóvão; a Cachoeira de Pirapora; as Floriculturas Reijers e a Flora Fogaça; o rio Inhuçu; o Ipê Park Ecoturismo; o obelisco construído em 1973 em comemoração ao centenário do município; o Santuário de Fátima da Serra Grande; o Santuário de São Francisco e a Igreja Matriz de São Benedito.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o *Carnaval Benéfólia* (fevereiro/março); a Festa de Nossa Senhora de Fátima (13 de maio), no Santuário de Fátima da Serra Grande; a Festa do Padroeiro São Benedito (22 de julho); a Festa de São Francisco (4 de outubro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição, no distrito de Inhuçu (8 de dezembro) e a Festa de Aniversário do Município (25 de novembro).

Principais Personalidades

Álvaro Adolfo da Silveira (São Benedito, 29 de outubro de 1882 – Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1959). No Pará, foi advogado, professor de Direito, consultor-geral do Estado, deputado e senador estadual. Senador constituinte em 1945, autor do Plano de Valorização da Amazônia e do projeto que resultou na criação da SUDAM.

Catulo de Paula (São Benedito, 13 de agosto de 1923 – Fortaleza, 10 de dezembro de 1984), cantor e compositor de música popular brasileira, tendo gravado vários discos.

José Ednardo Soares Costa Sousa - Ednardo (São Benedito, 17 de abril de 1945), cantor e compositor, iniciou a carreira musical em Fortaleza no começo da década de 1970, juntamente com os cantores cearenses Fagner, Belchior e Amelinha. No cinema e no teatro, compôs inúmeras trilhas musicais.

Monsenhor Tibúrcio Gonçalves de Paula (São Benedito, 15 de fevereiro de 1918 – Tianguá, 27 de julho de 2012) sacerdote, professor e jornalista, foi vigário de Tianguá. construiu na região capelas e igrejas, implantou o Ginásio e a Escola Normal de Tianguá e criou o Campus Avançado da Ibiapaba. Fundou a Rádio Santana de Tianguá e idealizou o Monumento ao Cristo Ressuscitado no alto da Chapada.

Oneida Pinheiro Milhome, professora, técnica em pesquisa histórica e sociológica, poetisa e escritora. Representante de São Benedito na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Raimundo de Farias Brito (São Benedito, 24 de julho de 1862 – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1917), escritor, advogado, promotor, professor e filósofo, autor de uma das mais completas obras filosóficas do Brasil. Foi secretário no Governo do Ceará e professor do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Patrono da Cadeira nº 31 da Academia Cearense de Letras.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de São Benedito – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de São Benedito – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

São Gonçalo do Amarante

Hino de São Gonçalo do Amarante

(Letra por José Humberto de Oliveira
e melodia por Inácio Prata)

Estas várzeas que o sol cearense esposaram,
E onde a brisa festiva fala coisas de amor,
Nessas plagas, outrora, revéis dominaram
Os viris Anacés, com todo seu valor.

*São Gonçalo, celeiro ditoso,
De filhos pujantes,
Em palavras e ação,
Recebe, ó minha terra,
Estes versos vibrantes,
Que fluem do peito,
Com grande emoção.*

As carnaúbas altivas em noite de lua,
E que o luar eterno beija em doces madrigais,
Vêm lembrar, com razão e para vaidade tua,
Que és gentil noiva dos carnaubais.

São Gonçalo, celeiro ditoso ...

Tuas dunas tão alvas e praias enfeitadas,
De coqueiros augustos e verdes cajuais,
Tuas bravas jangadas que ao mar são lançadas,
Refletem o arrojo dos teus ideais.

São Gonçalo, celeiro ditoso ...

São Gonçalo do Amarante é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de São Gonçalo do Amarante (2010) foi de 0,665, de nível médio, situando-se em 13º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 60,98, ficando em 2º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao padroeiro do município.

Gentílico:

gonçalense ou amarantino.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico, Paraipaba e Paracuru

Leste: Caucaia

Sul: Pentecoste e Caucaia

Oeste: Trairi, Pentecoste e São Luís do Curu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de São Gonçalo do Amarante, com **área** de 834,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 49.306 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 861,9 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 15,92 m e a **distância para a Capital** é de 62,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE- 085. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (16,41%), areias quartzosas marinhas distróficas (2,41%), planossolo solódico ta (18,18%), plintossolo distrófico (30,84%), plintossolo eutrófico (1,90%), podzólico vermelho amarelo distrófico (3,72%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (18,02%), podzólico vermelho amarelo álico (2,21%), solo litólico eutrófico (0,82%) e solos aluviais eutróficos (3,14%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica Metropolitana, tendo como principais drenagens o rio São Gonçalo e os riachos Pau d'Óleo, Madeira e São Pedro. Não há reservatórios de importância, sendo parte da população urbana atendida com água oriunda de 9 poços tubulares (CAGECE). Com relação ao **relevo**, predominam a planície litorânea e glaciais pré-litorâneos dissecados em interflúvios tabulares. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

Com terras adquiridas através de sesmarias, entre os rios Pará (atualmente rio Curu), e Mundaú, formou-se o povoado de Parazinho, que em 1862 se transformou em distrito, com a denominação de Paracuru, vinculado ao município de Trairi. Em 1868, Paracuru é elevado à categoria de vila, tendo como sede a povoação de Alto Alegre do Paraisinho, extinta em 1874 e elevada à categoria de município, desmembrada de Trairi, com a denominação de Paracuru, em 1890, tendo como sede o distrito de Paracuru. São Gonçalo já era nessa época distrito do município de Paracuru. Em 1898, é edificada a capela em honra de São Gonçalo, e o distrito com o nome do santo entra numa fase de maior desenvolvimento. A partir do final do primeiro quartel do século XX, se inicia uma disputa entre Paracuru e São Gonçalo para se constituir como sede do município, dando-lhe a denominação. Assim é que em 1921 a sede do município se transfere de Paracuru para São Gonçalo, que passa a ser a denominação do município. Mas em 1926, a sede do município passa a ser no distrito de Paracuru, que volta a dar o nome ao município, passando São Gonçalo à condição de simples distrito. Nova mudança ocorre em 1935, transferindo-se novamente a sede do município de Paracuru para São Gonçalo, que volta a ser o nome do município. Em 1943, o nome do município muda de São Gonçalo para Anacetuba, termo indígena que significa “Aldeia dos Anacés”, tribo que antes habitava essa região. A lei nº 1.153, de 22-11-1953, mudou novamente o nome do município, dando-lhe a denominação de São Gonçalo do Amarante, que foi mantido definitivamente, até a presente data.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Paracuru, pela lei provincial nº 1.020, de 14-11-1862 e por ato provincial de 06-07-1863. Elevado à categoria de vila com a denominação de Paracuru, pela lei provincial nº 1.235, de 27-11-1868, desmembrado de Trairi, tendo como sede a povoação de Alto Alegre do Paraisinho. Pela lei provincial nº 1.604, de 14-08-1874, a vila é extinta, sendo o seu território anexado ao município de Trairi. Elevado à categoria de município com a denominação de Paracuru, pelo decreto estadual nº 73, de 01-10-1890, desmembrado de Trairi, instalado em 25-10-1890, tendo como sede Paracuru, constituído de 2 distritos: Paracuru

(sede) e São Gonçalo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Paracuru e São Gonçalo. A lei estadual nº 1.841, de 17-08-1921, transfere a sede do município da povoação de Paracuru para a de São Gonçalo. Pela lei estadual nº 1.936, de 12-11-1921, o município de Paracuru passou a denominar-se São Gonçalo. Pela lei estadual nº 2.368, de 30-07-1926, a sede do município volta a denominar-se Paracuru. Pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, o município de Paracuru adquiriu o extinto município de Trairi, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 8 distritos: Paracuru (sede), Mundaú, desmembrado de Trairi, Passagem do Tigre, Pecém, São Gonçalo, Serrote, Siupé e Trairi. Pelo decreto nº 64, de 07-08-1935, a sede do município foi transferida novamente de Paracuru para São Gonçalo e o município passou a denominar-se São Gonçalo. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município de São Gonçalo é constituído de 8 distritos: São Gonçalo (sede), Mundaú, Passagem do Tigre, Paracuru, Pecém, Serrote, Siupé e Trairi. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Passagem do Tigre passou a denominar-se simplesmente Tigre e o distrito de Umarituba deixou de pertencer a Soure, passando a pertencer ao município de São Gonçalo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 9 distritos: São Gonçalo (sede), Mundaú, Tigre, Paracuru, Pecém, Serrote, Siupé, Umarituba e Trairi. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Gonçalo passou a denominar-se Anacetuba e o distrito de Tigre mudou a denominação para Paraipaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município de Anacetaba é constituído de 9 distritos: Anacetaba (sede), Mundaú, Paracuru, Paraipaba, Pecém, Serrote, Siupé, Trairi e Umarituba. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1953, o município de Anacetaba passou a denominar-se São Gonçalo do Amarante; os municípios de Trairi e Mundaú foram desmembrados do município de São Gonçalo do Amarante, para formar o novo município de Trairi; e os distritos de Paracuru e Paraipaba foram desmembrados do município de São Gonçalo do Amarante, para formar o novo município de Paracuru. Em divisão territorial datada de 01-07-1995, o município é constituído de 5 distritos: São Gonçalo do Amarante (sede), Pecém, Serrote, Siupé e Umarituba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela

lei estadual nº 6.512, de 05-09-1963, é criado o distrito de Croatá e anexado ao município de São Gonçalo do Amarante. Pela lei estadual nº 6.664, de 14-10-1963, os distritos de Pecém e Siupé são desmembrados do município de São Gonçalo do Amarante, para formar o novo município de Pecém. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de São Gonçalo do Amarante adquiriu os distritos de Pecém e Siupé, por não ter sido instalado o município de Pecém. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: São Gonçalo do Amarante (sede), Croatá, Pecém, Serrote, Siupé e Umarituba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-08-1983. Pela lei municipal nº 11.207, de 1986, o município é constituído de 6 distritos: São Gonçalo do Amarante (sede), Croatá, Pecém, Serrote, Siupé e Umarituba. Em divisão territorial datada de 31-12-1986, o município é constituído de 7 distritos: São Gonçalo do Amarante (sede), Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taíba e Umarituba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 874, de 12-12-2006, foi criado o distrito de Cágado, com área territorial de parte do distrito de Serrote, e anexado ao município de São Gonçalo do Amarante. Os atuais distritos do município são: São Gonçalo do Amarante (sede), Cágado, Croatá, Pecém, Serrote, Siupé, Taíba e Umarituba.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e a monocultura de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária de bovinos, ovinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de toras de carnaúba, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, além de outras atividades tendo como matérias primas a carnaúba e a oiticica; a mineração, em que se destacam o polo cerâmico, as cascalheiras e os areais. É de grande importância o Porto do Pecém, um dos maiores do Brasil, situado no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que motivou a instalação das empresas: Companhia Siderúrgica do Pecém e Usina Termelétrica do Pecém; outro aspecto importante a registrar é a instalação da ZPE Ceará; muitas empresas têm se instalado no município, que tem muitos loteamentos, dentre os quais a Primeira Cidade Inteligente e Inclusiva do Mundo, denominada *Smart City Laguna*, locali-

zada no distrito de Croatá; e o turismo, tendo como principais atrativos: a Praia da Taíba, a Praia do Pecém, o Balneário Manuel Fernandes, a Lagoa de Prejubaca e o Jardim Botânico, localizado no bairro Parada, no Pecém.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o São Gonçalo Junino (junho); o Aniversário do Município (27 de novembro); o Carnaval nas praias do Pecém e da Taíba (fevereiro/março); o Festival Escargot da Taíba (30 e 31 de agosto); a Cavalgada de Nossa Senhora da Soledade; a Festa do Padroeiro São Gonçalo do Amarante (28 de janeiro) e a Cruzada Missionária da Última Hora (7 de setembro), no distrito de Siupé.

Principais Personalidades

José Eretides Martins (São Gonçalo do Amarante, 14 de fevereiro de 1902 – Fortaleza, 19 de maio de 1963), agricultor, pecuarista, produtor rural, foi escrivão de coletoria, coletor de Rendas Estaduais e deputado estadual constituinte de 1947. Adepto de temas folclóricos e histórico-regionais, foi grande incentivador dos poetas populares.

José Waldemar de Alcântara e Silva (São Gonçalo do Amarante, 12 de abril de 1912 – Fortaleza, 10 de dezembro de 1990), médico e político, foi diretor do Departamento Estadual de Saúde e da Policlínica de Fortaleza, presidente do Centro Médico Cearense, secretário de Educação e Saúde, professor e diretor da Faculdade de Medicina, presidente do Conselho de Contas dos Municípios, deputado estadual, deputado federal, vice-Governador e governador do Ceará. Fundador e presidente do Instituto do Câncer do Ceará. Membro e presidente da Academia Cearense de Medicina.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de São Gonçalo do Amarante – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de São Gonçalo do Amarante – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

São João do Jaguaribe



Hino de São João do Jaguaribe

(Letra e melodia
por autor não identificado)

Sendo antigo teu rosto de criança
E pequena figura entre as mais belas
Guarda glórias das lutas na lembrança
Deu ao vale valentes sentinelas.

*São João, São João
Mais uma conquista para a sua história.*

Nas lagoas piscosas de águas mansas
Flores rubras rosadas e amarelas
São as cores do arco da aliança
Formariam tão lindas aquarelas.

*São João, São João
Mais uma conquista para a sua história.*

Sua face de Santa não se inibe
Um profeta pregou na solidão
Padroeiro da terra o altar exhibe
Santa Imagem de magna perfeição.

*São João, São João
Mais uma conquista para a sua história.*

O seu mapa é pequena dimensão
É vontade de Deus ninguém proíbe
Jaguaribe é o Nilo de São João
E São João o esplendor do Jaguaribe.

*São João, São João
Mais uma conquista para a sua história.*

São João do Jaguaribe

São João do Jaguaribe é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de São João do Jaguaribe (2010) foi de 0,654, de nível médio, situando-se em 21º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 14,24, ficando em 168º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao santo padroeiro.

Gentílico:

são-joanense.

Limites geográficos

Norte: Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Morada Nova

Leste: Alto Santo e Tabuleiro do Norte

Sul: Alto Santo

Oeste: Morada Nova e Alto Santo

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de São João do Jaguaribe, com **área** de 280,5 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.557 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 423 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 51 m e a **distância para a Capital** é de 221,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-138 / CE-265 / CE-377. O **solo** é constituído de podzólico vermelho amarelo distrófico (3,95%), podzólico vermelho amarelo álico (10,70%), solo litólico eutrófico (65,39%), solonetz solodizado (0,34%) e solos aluviais eutróficos (19,62%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaguaribe e o riacho do Bezerra e as lagoas do Gabriel, do Umari e do Lima. Não há informações disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, acerca do abastecimento de água do município. Com relação ao **relevo**, predominam a Chapada do Apodi, as planícies fluviais e os tabuleiros interiores. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta e floresta mista dicotillo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

O povoado de São João iniciou sua história com a chegada dos padres beneditinos à região, no início do século XVIII. Foi edificada pelos padres beneditinos uma capela rústica, de taipa, consagrada a São João Batista, mas o frágil santuário não resistiu à ação do tempo e desmoronou. Em 1736, os fazendeiros Dâmaso D'Azevedo Ataíde e Antônio Veloso de Andrade obtiveram permissão da autoridade eclesiástica e construíram uma nova capela, supostamente inaugurada em 1749. O povoado, inicialmente denominado de São João, se tornou um distrito vinculado ao município de Limoeiro, sendo elevado à categoria de vila em 1868, voltando à condição de distrito de Limoeiro em 1871. Em 20 de outubro de 1938, a denominação do distrito foi mudada para São João do Jaguaribe, voltando a denominar-se distrito de São João em 20 de dezembro do mesmo ano. Em 1943, muda mais uma vez de denominação para Jandoim, em referência aos índios Janduís, mantendo a vinculação ao município já com a denominação de Limoeiro do Norte. Em 1951, o distrito tem a denominação mais uma vez alterada, passando de Jandoim para São João do Jaguaribe, que é elevado à categoria de município no ano de 1957, instalado em 1959, constituído apenas do distrito sede.

Formação administrativa:

O distrito de São João, vinculado ao município de Limoeiro foi elevado à categoria de vila, pela lei nº 1.255, de 28-12-1868, revogada pela lei nº 1.402, de 22-07-1871, retornando a vila de São João à condição de distrito do município de Limoeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de São João figura no município de Limoeiro, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 169, de 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito de São João passou a se denominar São João do Jaguaribe. Pelo decreto estadual nº 448, 20-12-1938, o distrito de São João do Jaguaribe volta a se denominar São João. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de São João figura no município de Limoeiro. Pelo decreto-lei estadual

nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de São João passou a denominar-se Jandoim e o município de Limoeiro a denominar-se Limoeiro do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Jandoim figura no município de Limoeiro do Norte. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Jandoim passou a denominar-se São João do Jaguaribe. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de São João do Jaguaribe figura no município de Limoeiro do Norte. Elevado à categoria de município, com a denominação de São João do Jaguaribe, pela lei estadual nº 3.813, de 13-09-1957, desmembrado de Limoeiro do Norte, instalado em 25-03-1959, tendo como sede o antigo distrito de São João do Jaguaribe, é constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. O município atualmente é constituído apenas do distrito sede, com a denominação de São João do Jaguaribe.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca, as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de argila para fabricação de telhas e tijolos; a piscicultura e o turismo.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festas do Padroeiro São João Batista (24 de junho); o Carnaval (fevereiro/março); e a Festa de Aniversário do Município (01 de junho).

Principais Personalidades

Milton Chaves e Silva, primeiro prefeito eleito do município de São João do Jaguaribe, nas eleições de 3 de outubro de 1958, tendo exercido o mandato de 1959 a 1962.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de São João do Jaguaribe – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de São João do Jaguaribe – 1998.

São Luís do Curu



Hino de São Luís do Curu

(Letra e melodia
por Adamastor Pacheco Pinto)

Brava gente resplandece
Neste solo varonil
És do Vale a Flor Gigante
Que perfuma, que tem brio.
No teu sangue corre solta
A verve do vencedor
Rio corrente ao progresso
Nas vertentes do pudor.

*Brava gente curuense
De tão belo e nobre afã
Sereis sempre a semente
Gloriosa do amanhã.*

E nos olhos dos heroicos
Sonhadores, artesãos
Viu-se o brilho incandescente
Que hoje reluz nos irmãos.
O teu ar tem mais pureza
O teu sol tem mais calor
O teu verde tem o cheiro
O aroma do amor.

São Luís do Curu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de São Luís do Curu (2010) foi de 0,620, de nível médio, situando-se em 72º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 21,21, ficando em 112º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao santo padroeiro e uma referência ao rio que margeia a cidade.

Gentílico:

curuense.

Limites geográficos

Norte: São Gonçalo do Amarante e Trairi

Leste: Pentecoste e São Gonçalo do Amarante

Sul: Pentecoste

Oeste: Trairi e Umirim

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de São Luís do Curu, com **área** de 122,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.086 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 622,5 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 38,4 m e a **distância para a Capital** é de 86,5 km, com acesso principal pela rodovia BR-222. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (10,10%), planossolo solódico ta (11,83%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (55,31%), solo litólico eutrófico (4,01%) e solos aluviais eutróficos (18,75%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Curu, tendo como principais drenagens superficiais o rio Curu, os riachos do Buracão e Frios e a lagoa Mimosa, sendo o principal reservatório o açude Melancia, cuja construção veio preencher um vazio hídrico na região. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e as planícies fluviais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta mista dicotillo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

As terras que deram origem ao município de São Luís do Curu, à margem direita do rio Curu, foram habitadas por Anacés e Apuiarés, da etnia Tapuia, e receberam, nos seus primórdios, a denominação de Barracão, onde a fertilidade do solo e a abundância de água favoreciam a exploração

da agricultura e da atividade pecuária. O centro urbano teve grande desenvolvimento após a edificação de uma capela, por volta de 1918, em honra de São Luís de Gonzaga. Nesse mesmo ano, o povoado foi elevado à condição de distrito, com a denominação de Curu, subordinado ao município de Arraial, assim permanecendo até maio de 1933, quando o distrito foi transferido para o município de Paracuru, voltando a integrar o município de Arraial em dezembro do mesmo ano de 1933. Outro fator que contribuiu, de forma decisiva, para o seu desenvolvimento, foi a construção, em 1933, da Estação de Trem de Curu, integrante da Estrada de Ferro de Itapipoca, interligando Croatá a Curu e Curu a Riachuelo. A denominação do distrito mudou para São Luís do Curu em outubro de 1938 e em dezembro do mesmo ano para Curu, quando Arraial também mudou de nome para Uruburetama. Em 1951, o distrito foi elevado à categoria de município, desmembrado de Uruburetama, com a denominação que persiste até hoje de São Luís do Curu.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Curu, por ato de 02-12-1918, subordinado ao município de Arraial. Pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, o distrito de Curu é transferido do município de Arraial para o município de Paracuru. Pelo decreto nº 1.156, de 04-12-1933, o distrito de Curu é transferido do município de Paracuru para o município de Arraial. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Curu figura no município de Arraial, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 169, de 31-03-1938, retificado pelo decreto estadual nº 378, de 20-10-1938, o distrito aparece denominado São Luís do Curu. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Arraial passou a denominar-se Uruburetama e São Luís do Curu passou a denominar-se Curu. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Curu continua vinculado ao município de Uruburetama, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Elevado à categoria de município com a denominação de São Luís do Curu, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Uruburetama, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o atual distrito de São Luís do Curu, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim

permanecendo em divisão territorial datada de 2005 e de 2014. O município de São Luís do Curu, atualmente, é constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; e o turismo, tendo como principais atrativos: a Igreja Matriz de São Luís de Gonzaga; os prédios e monumentos históricos e os balneários às margens do rio Curu, da Lagoa Mimosa, do Açude da IT, e de outros pequenos açudes existentes no município.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São Luís de Gonzaga (25 de junho); as Festas Juninas (junho); a Festa de Emancipação Política do Município (22 de novembro); o Sarau de São Luís do Curu, em frente à Igreja Matriz (30 de abril).

Principais Personalidades

José Wellington Bezerra da Costa (São Luís do Curu, 14 de outubro de 1934), formado em Teologia e Direito, possui mestrado e doutorado. Pastor pentecostal, líder das Assembleias de Deus do Brasil.

Rosa Virgínia Carneiro de Castro (01 de dezembro) tem licenciatura plena em filosofia. Sócia efetiva da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno, da Academia de Letras Juvenal Galeno e da Associação Cearense de Escritores. Representante de São Luís do Curu na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de São Luís do Curu – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de São Luís do Curu – 1998.

Senador Pompeu

Hino de Senador Pompeu

(Letra e melodia
por autores não identificados)

No sertão do querido Ceará,
Nas lindas margens do Banabuiú,
Nossa cidade hospitaleira
Contempla o belo monte do Patu.
Sua história de luta e glória,
Bem longe no passado enfrentou.
Terra de um povo bravo e forte,
Que trabalha com fé e muito amor.

*Amada terra te somos gratos,
Pelo feliz berço que nos deu,
Pela coragem de sertanejos,
Somos orgulhosos filhos teus.
É no Brasil, no Ceará,
Antigo arraial de Humaitá;
Onde o progresso sempre floresceu,
Respeitada Senador Pompeu.*

Século XX no seu despontar,
Foi quando a via férrea aqui chegou.
A região abriu caminhos
E logo o progresso começou.
Nasce o comercio e a indústria,
Tudo melhorou neste sertão,
Despertando a nossa economia,
Na riqueza da safra do algodão.
Amada terra te somos gratos ...

Senador Pompeu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Senador Pompeu (2010) foi de 0,619, de nível médio, situando-se em 74º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,74, ficando em 75º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao padre Tomaz Pompeu de Souza Brasil, escritor, advogado, empresário, educador e historiador.

Gentílico:

pompeuense.

Limites geográficos

Norte: Quixeramobim

Leste: Deputado Irapuan Pinheiro e Milhã

Sul: Mombaça, Piquet Carneiro e Deputado Irapuan Pinheiro

Oeste: Pedra Branca e Mombaça

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de **Senador Pompeu**, com área de 1.002,1 km², tem **população estimada** para 2021 em 25.418 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 698,9 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 177,3 m e a **distância para a Capital** é de 265,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-166 / CE-253 / CE-275 / CE-566. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,67%), brunizem avermelhado (14%), bruno não cálcico (5,56%), latossolo vermelho escuro eutrófico (0,07%), planossolo solódico ta (1,97%), planossolo solódico e não solódico (2,38%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (14,84%), solo litólico eutrófico (53,03%) e solos aluviais eutróficos (7,49%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Banabuiú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Banabuiú e os riachos Bom Sucesso, da Paula e Genipapeiro e como principal reservatório o açude Patu. Com relação ao **relevo**, predominam depressões

sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

Dentre as inúmeras sesmarias que foram concedidas aos primeiros habitantes do sertão central cearense, tiveram significativa importância as outorgadas em 27 de março de 1723, pelo capitão-mor Manuel Francês, aos desbravadores Thomé Callado Galvão e Nicolau de Souza, cada uma com três léguas, nas margens do rio Codiá, local onde teve origem a atual cidade de Senador Pompeu. Por muitos anos, o povoado, que pertencia ao município de Benjamim Constant (antes, Maria Pereira e atualmente Mombaça), recebeu a denominação de Humaitá. Quando de sua criação como distrito, em 1876, subordinado ao município de Benjamim Constant, recebeu o nome de Senador Pompeu, em homenagem à memória de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, natural de Santa Quitéria, e um dos grandes nomes da política, da literatura e da historiografia cearense. Em 1896, desmembrou-se de Benjamim Constant, ao ser elevado à categoria de vila, já com a denominação de Senador Pompeu, que manteve quando passou à condição de cidade em 1901. O município teve forte incremento em sua atividade econômica, durante o ciclo do algodão, que se iniciou no final do século XIX, tendo sido a principal razão para a construção de uma Estação da Rede de Viação Cearense no município, que, por sua vez, muito contribuiu para o crescimento urbano da região. O declínio do ciclo do algodão ocorreu com a chegada da praga do bicudo ao Ceará, na década de 1980. Quanto à sua formação eclesiástica, a paróquia de Nossa Senhora das Dores de Senador Pompeu foi criada por provisão de 2 de junho de 1919, assinada por d. Manuel da Silva Gomes. Uma das páginas mais negras da história de Senador Pompeu é a que registra a instalação de um dos Campos de Concentração do Ceará, conhecidos como Currais do Governo, em Senador Pompeu, na seca de 1932. Eram espaços em que ficavam confinados compulsoriamente os flagelados da seca, para evitar que migrassem para Fortaleza. As ruínas do que restou das 12 estruturas dos casarões da Vila Operária e das três casas de pólvora do Campo de Concentração “Campo do Patu” de Senador Pompeu, foram tombadas pela Comissão de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Em Senador Pompeu, durante a seca de 1932,

foram aprisionados 16.221 “flagelados”. Muitos morreram de fome e outros foram vítimas de doenças infecciosas, agravadas pelas péssimas condições sanitárias da área de confinamento.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Senador Pompeu, por ato de 18-07-1876 e por lei provincial nº 1.786, de 23-12-1878, subordinado ao município de Benjamim Constant. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Senador Pompeu, pela lei estadual nº 332, de 03-09-1896, desmembrado de Benjamim Constant, instalado em 08-11-1896, tendo como sede a antiga povoação de Humaitá. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Senador Pompeu, pela lei estadual nº 659, de 22-08-1901. Por decreto estadual de 23-09-1907, é criado o distrito de Miguel Calmon e anexado ao município de Senador Pompeu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Senador Pompeu (sede) e Miguel Calmon. Por ato estadual de 04-02-1913, é criado o distrito de Tróia e anexado ao município de Senador Pompeu. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município de Senador Pompeu adquiriu o extinto município de Pedra Branca, criado, mas não instalado, como simples distrito. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o distrito de Girau e anexado ao município de Senador Pompeu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 5 distritos: Senador Pompeu (sede), Girau, Miguel Calmon, Pedra Branca e Tróia. Pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, os distritos de Pedra Branca e Tróia são desmembrados do município de Senador Pompeu, para formar o novo município de Pedra Branca. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 3 distritos: Senador Pompeu (sede) Girau e Miguel Calmon. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Girau passou a denominar-se Piquet Carneiro. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Senador Pompeu (sede), Miguel Calmon e Piquet Carneiro. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Miguel Calmon passou a denominar-se Ibicuã. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 3 distritos: Senador Pompeu (sede), Ibicuã e Piquet Carneiro. Pela lei estadual nº 1.153,

de 22-11-1951, são criados os distritos de Engenheiro José Lopes e São Joaquim do Salgado e anexados ao município de Senador Pompeu. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Senador Pompeu (sede), Engenheiro José Lopes, Ibicuã, Piquet Carneiro e São Joaquim do Salgado. Pela lei estadual nº 3.685, de 12-07-1957, os distritos de Ibicuã e Piquet Carneiro são desmembrados do município de Senador Pompeu, para formar o município de Piquet Carneiro. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Senador Pompeu (sede), Engenheiro José Lopes e São Joaquim do Salgado, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1963. Pela lei estadual nº 11.335, de 19-06-1987, são criados os distritos de Bonfim e Codiá e anexados ao município de Senador Pompeu. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 5 distritos: Senador Pompeu (sede), Bonfim, Codiá, Engenheiro José Lopes e São Joaquim do Salgado, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Pela lei municipal nº 1.456, de 7 de julho de 2017, foi criado o distrito de Lagoa Nova e anexado ao município de Senador Pompeu. Os atuais distritos do município são: Senador Pompeu (sede), Bonfim, Bonito, Codiá, Engenheiro José Lopes, Lagoa Nova e São Joaquim do Salgado.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência com as culturas de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas e hortaliças diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; a pesca nos açudes e riachos; e o turismo, tendo como principais atrativos: a Ponte Ferroviária, inaugurada em 1906; a Igreja Matriz e o Relógio de Gravidade da Torre, em estilo barroco; o Sítio Histórico do Campo de Concentração do Patu; o Sítio pré-histórico, na localidade de Pedras Grandes, com um monumento megalítico, conhecido como *Dólmén*; o local em que

o Riacho Codiá deságua no Rio Banabuiú, onde se encontra a Falha Geológica Senador Pompeu; o Cemitério da Barragem, onde foram enterradas em valas as vítimas da seca de 1932, lugar de peregrinações, na chamada Caminhada da Senda ou Caminhada da Seca, que se inicia na Igreja de Nossa Senhora das Dores e se encerra no Cemitério da Barragem do Patu; a Estação Ferroviária do final do século XIX e a Caixa D'Água da Maria Fumaça; a trilha na subida da Serra do Patu, para assistir ao pôr do sol; a Caminhada pelo Sertão Central das Pedras Grandes, onde se encontram as inscrições pré-históricas da Pedra do Letreiro, junto à Lagoa do Fogo, na localidade de Encantado; a visita à Fazenda Monte Cristo, senzala preservada, em estilo neoclássico; e a Casa onde nasceu o escritor Moreira Campos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores (15 de setembro); a Festa de Aniversário do Município (3 de setembro); o Carnaval de Folias e Máscaras de Senador Pompeu (fevereiro/março); o Concurso de Miss e Mister de Senador Pompeu (29 de agosto); a Caminhada da Seca (10 de novembro); o Arraiá Vila Junina de Senador Pompeu (junho); o Circuito de Vaquejada de Senador Pompeu no Parque Santa Edwiges (11 a 13 de julho); o Humaitá nas Trilhas em Senador Pompeu (11 de outubro).

Principais Personalidades

Alan Neto, pseudônimo de **Manoel Simplicio de Barros Neto** (Senador Pompeu, 27 de novembro de 1950), jornalista e colunista esportivo, trabalhou na *Rádio Iracema* e no jornal *Diário do Nordeste*, analista esportivo do *Grupo de Comunicação O Povo* e da *TV Ceará*.

Antônio Elbano Cambraia (Senador Pompeu, 1º de agosto de 1942), formado em Economia e Administração, foi servidor do Banco Nacional de Habitação e professor da UECE. Secretário de Finanças de Fortaleza e, posteriormente, de Turismo do Ceará, foi prefeito de Fortaleza e deputado federal por duas legislaturas. Diretor-presidente da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS.

Antônia Regina Pinho da Costa (27 de outubro), representante de Senador Pompeu na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisco de Assis Arruda Furtado (Senador Pompeu, 10 de maio de 1923 – Fortaleza, 9 de setembro de 2013), professor, advogado, conferencista e líder católico. Ocupou os cargos de procurador do Tribunal de Contas dos Municípios, consultor Geral do Estado, diretor-geral do Tribunal Regional do Trabalho e de membro do Conselho Estadual de Educação. Deputado estadual em sete legislaturas, assumiu interinamente o cargo de Governador. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Jaime Nogueira Pinheiro (Senador Pompeu, 24 de agosto 1915 – Fortaleza, 2 de março de 1976) foi industrial e banqueiro, proprietário do Banco Mercantil do Ceará – BMC.

Juracy Vieira de Magalhães (Senador Pompeu, 12 de fevereiro de 1931 – Fortaleza, 21 de janeiro de 2009), médico dermatologista, exerceu o cargo de Superintendente no Ceará do Instituto Nacional da Previdência Social. Foi vice-prefeito de Fortaleza, assumindo a Prefeitura, com a renúncia do titular. Elegeu-se prefeito de Fortaleza, com mandatos de 1997 a 2000 e de 2001 a 2004.

Moreira Campos ou José Maria Moreira Campos (Senador Pompeu, 6 de janeiro de 1914 – Fortaleza, 6 de maio de 1994), professor e escritor, um dos maiores contistas do Brasil, com obras publicadas em alemão, francês, hebraico, italiano e inglês. Foi pró-reitor de Graduação da UFC. Professor de Português, Geografia e Literatura Brasileira. Integrou o Grupo Clá e foi membro efetivo da Academia Cearense de Letras.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Senador Pompeu – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Senador Pompeu – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Senador Sá

Hino de Senador Sá

(Letra e melodia por Inácio Paixão)

*Quando o sol resplandece no Leste,
Vou campestre e começo a sorrir.
Nossa gente de amor se reveste,
Em avante ao lindo porvir.
Terra mãe, saudosa Pitombeira,
Altaneira, heroica, viril.
Em setembro a nossa padroeira,
Virgem do Amparo, ampare o Brasil.*

Caravanas de outras paragens,
Que migraram para as bandas de cá,
Começaram a prole e os lares,
Dentre esses, Francisco de Sá.
Comboieiros, tropeiros valentes,
Brava gente de mão propulsora,
Senador, em avante, para frente,
Ontem, hoje, amanhã vencedora.

Quando o sol resplandece no Leste ...

Nosso ontem reflete o presente,
Deslumbrando qual um talismã;
Traz prenúncio porvir produtor,
Deus é paz ontem, hoje e amanhã.
Ancestrais que fizeram a história,
Com coragem, trabalho e amor,
Jesus Cristo lhes pague com glória,
Salve sempre nosso Senador.

Quando o sol resplandece no Leste ...

Vós crescestes no seio campestre,
Que gigantes em pleno sertão,
Prosperando no meio do agreste,
Coroas, Morrinhos, Serrota e Salão.
Águas límpidas nas serras dos picos,
Cristalinas o meu Senador Sá;
Indo à Casa do Cão, pobres ou ricos,
Se encantam aos encantos de lá.

Quando o sol resplandece no Leste ...

E dos tempos, boas farinhadas,
Fartas safras, algodão, carnaúba,
Bons festejos, quermesses, novenas,
Nas fazendas, sertões, tucunduba.
Trem de ferro, maria-fumaça,
Que a história daqui ilustrou,
Passa o tempo, e a saudade não passa,
Só lembrança eterna ficou.

Senador Sá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Senador Sá (2010) foi de 0,603, de nível médio, situando-se em 126º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 20,85, ficando em 120º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo é uma homenagem ao Senador Francisco Sá, ex-Ministro de Viação e Obras Públicas.

Gentílico:

senadorsaense.

Limites geográficos

Norte: Marco, Granja e Martinópolis

Leste: Santana do Acaraú, Morrinhos e Marco

Sul: Massapê e Santana do Acaraú

Oeste: Martinópolis, Uruoca e Moraújo

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Senador Sá, com **área** de 423,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.758 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 784,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 105 m e a **distância para a Capital** é de 282,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-240 / CE-362. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (12,08%), podzólico vermelho amarelo distrófico (35,68%), solo litólico eutrófico (12,81%) e solonetz solodizado (37,47%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Coreaú e Acaraú, tendo como principal drenagem o rio Jurema e como principais reservatórios o açude Tucunduba, na localidade de Serrota, no limite do município de Marco, e o açude Municipal, que abastece a maior parte da população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e tabuleiros pré-litorâneos. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, cerrado e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

As terras que deram origem ao município de Senador Sá fizeram parte, por muitos anos, do povoado de Serra Verde, depois distrito de Serra Verde, subordinado ao município de Santana. Em 10 de agosto de 1899, o distrito de Serra Verde mudou a denominação para Massapê. O povoado de Pitombeira, mesmo depois que foi elevado à categoria de distrito, pela lei estadual nº 1.858, de 09 de setembro de 1921, continuou subordinado ao município de Massapê. Somente em 20 de dezembro de 1938, pela lei nº 488, Pitombeiras passou a denominar-se Senador Sá, denominação mantida, quando de sua elevação à categoria de município, pela lei nº 3.762, de 23 de agosto de 1957, desmembrando-se então do município de Massapê. O nome atribuído ao município foi o do senador mineiro Francisco Sá, formado em Engenharia, e que, em 1884, assumiu o cargo de secretário do Governo Provincial do Ceará, casando pouco tempo depois com Olga Nogueira Acioli, filha do Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioli, uma das figuras mais importantes da política cearense, que se tornou presidente

do Estado em 1896. Francisco Sá foi engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Baturité e trabalhou na prospecção de jazidas de cobre na Serra da Ibiapaba. Nas últimas eleições do Império, em agosto de 1889, foi eleito deputado geral pelo Ceará. Em 1897, assumiu o mandato de deputado federal pelo Ceará, reeleito em 1900 e em 1903. Em 1906, elegeu-se para o Senado, sendo reeleito em 1911. Foi o primeiro titular do Ministério de Viação e Obras Públicas em 1909, criando em 1910 a Inspetoria de Obras contra as Secas, encarregada de planejar, dirigir e fiscalizar as ações de combate às secas no Nordeste. Também promoveu a formação de três Redes Ferroviárias, dentre as quais, a Rede de Viação Cearense. Falecido em 23 de abril de 1936, teve batizado com o seu nome o então distrito de Pitombeiras, que em 1938 passou a ser município, com a denominação de Senador Sá, como reconhecimento pelo grande trabalho que fez em favor do Ceará e do Nordeste.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Pitombeiras, pela lei nº 1.858, de 09-09-1921, subordinado ao município de Massapê. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Pitombeiras figura no município de Massapê, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Pitombeiras passou a denominar-se Senador Sá. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Senador Sá figura no município de Massapê, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Senador Sá, pela lei estadual nº 3.762, de 23-08-1957, instalado em 25-09-1959, tendo como sede o antigo distrito de Senador Sá, desmembrado de Massapê, e constituído de 2 distritos: Senador Sá (sede) e Serrota, este com áreas desmembradas do distrito de Senador Sá. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 3 distritos: Senador Sá (sede), Salão e Serrota, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Senador Sá (sede), Salão e Serrota.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão

vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; e o turismo, tendo como principais atrativos: o Balneário Ilha da Fantasia, no distrito de Serrota; o Balneário Brisa da Serra, no vilarejo de Penedo; a Casa de Pedra, conhecida como Casa do Cão, na encosta do serrote da Fazenda Olho D'Água dos Picos, a 2 km da sede de Senador Sá; e as igrejas e prédios históricos do município.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Aniversário do Município (23 de agosto); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Amparo (8 de setembro); o Dia de São José (19 de março); as Festas Juninas (junho); o Carnaval (fevereiro/março); as Festas Natalinas (dezembro); o Aniversário da Paróquia de Nossa Senhora do Amparo (24 de junho); Evefest - Evento de Dança de Senador Sá (3 de agosto); e o Réveillon (31 de dezembro).

Principais Personalidades

Alfredo Ribeiro Campos, primeiro prefeito eleito do município de Senador Sá, no período de 1959 a 1961.

Francisco Êsio de Souza (Senador Sá, 24 de setembro de 1935), engenheiro-agrônomo e técnico do Banco do Nordeste do Brasil. Foi secretário de Agricultura e do Interior. Autor de pesquisas, agrônômicas e econômicas, no campo das espécies oleaginosas. Membro da Academia Cearense de Engenharia e sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Leonardo Antônio de Moura (Areia Branca – RN, 7 de novembro), técnico de contabilidade, professor e economista, com curso de especialização em Desenvolvimento Econômico, aposentado como Técnico do Banco do Nordeste do Brasil. É o representante de Senador Sá na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

FONTES

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Senador Sá – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Senador Sá – 1998.

Sobral

Hino de Sobral

(Letra por José Esmeraldino de Vasconcelos
e melodia por Antônio Gondim)

Nasceu Sobral entre sobreiros verdejantes
À margem esquerda do lendário Acaraú
Velha Caiçara, com suas vacas ruminantes
Oh! Meu Sobral quão altaneira foste tu!

Oh! Meu Sobral. Oh! Meu Sobral.

Linda princesa cá do Norte do Ceará

Oh! Meu Sobral. Oh! Meu Sobral.

Cidade luz aqui da terra de Tupã

No farfalhar dos carnaubais que te rodeiam

Ouve-se a voz do Acaraú a murmurar.

Filhos ilustres construíram tua grandeza,
Que te oferece galardão excepcional
E a natureza te emprestou tanta beleza,
Que te levou a ser Princesa, oh! Meu Sobral.

Hoje, ostentando majestoso casario,
Alto comércio, povo ordeiro e varonil,
E retratando teu perfil na água do Rio
És meu Sobral uma das glórias do Brasil.

Sobral é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Sobral e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Sobral (2010) foi de 0,714, de nível alto, situando-se em 2º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 42,06, ficando em 9º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo se origina da denominação do distrito de Lisboa *Sobral de Monte Agraço*.

Gentílico:

sobralense.

Limites geográficos

Norte: Miraíma, Santana do Acaraú, Massapê, Meruoca e Alcântaras

Leste: Irauçuba e Miraíma

Sul: Cariré, Groaíras, Forquilha e Santa Quitéria

Oeste: Coreaú e Mucambo

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Sobral, com **área** de 2.122,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 212.437 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 615,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 69,49 m e a **distância para a Capital** é de 234,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (32,56%), planossolo solódico (23,79%), litólico eutrófico (26,43%) e solos aluviais eutróficos (8,02%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens o próprio rio Acaraú e o rio Aracatiaçu, e os riachos Papoco, Santa Luzia, Carioca, Madeira, Riachão e do Mendes, e como principais reservatórios o açude Aires de Souza e parte da bacia hidráulica do açude Santo Antônio de Aracatiaçu. Com relação ao **relevo**, predominam a planície fluvial, as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta mista dicotillo-palmácea, floresta caducifólia espinhosa e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

As terras situadas em ambas as margens do rio Acaraú eram primitivamente habitadas por indígenas das etnias Areriús, Jaibaras e outras da raça dos Tapuias, valentes e indóceis. O início do povoamento da região se deu, no século XVII, com a chegada de fugitivos da guerra entre portugueses e holandeses, que se instalaram nas proximidades do Riacho Guimarães e no arraial de São José, onde foi fundada a Fazenda Caiçara, no ano de 1712. As

bases da economia dessas povoações eram a agricultura e a pecuária e, posteriormente, a indústria da carne de charque. Os proprietários da Fazenda Caiçara, Antônio Rodrigues Magalhães e sua mulher Quitéria Marques de Jesus, doaram, em 1756, cem braças de terra em quadro, para a edificação da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara, que atraiu para a sua vizinhança as populações dispersas da região. Outras duas igrejas foram construídas nessa época – a do Rosário e a do Bom Parto, atraindo novos moradores, fazendo surgir assim o povoado de Caiçara. Em 1757, a povoação foi transformada em distrito vinculado ao município de Fortaleza e, em 1766, elevado à categoria de vila, com a denominação, dada pelo ouvidor do Ceará Carneiro e Sá, de Vila Distinta e Real de Sobral, instalada em 05 de julho de 1773. Nessa época, a vila teve grande desenvolvimento, maior até do que o de Fortaleza, graças ao sucesso econômico da *charqueada*, através da qual, nas chamadas Oficinas, a carne do gado abatido era salgada e colocada ao sol para secar. Além da existência em abundância da matéria-prima, o sucesso desse tipo de indústria era favorecido por outras condições, como ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, que propiciavam a secagem do produto, além da existência de sal, que contribuía para a preservação do produto. Em 1841, a vila foi elevada à condição de cidade, com a denominação de Januária do Acaraú, em homenagem à princesa Januária, irmã de Dom Pedro II, mas foi por pouco tempo, sendo mudada a denominação do município no ano seguinte de 1842, de Januária do Acaraú para Sobral. Com a proibição de sepultamento nas proximidades das igrejas, foi criado em 1861, o primeiro cemitério de Sobral, o Cemitério São José. Com relação ao movimento abolicionista, Sobral foi um dos principais centros abolicionistas do Ceará, desde 1871, tendo sido declarada a abolição dos escravos na cidade em 2 de janeiro de 1884. A Estrada de Ferro de Sobral, ligando esse município ao Porto de Camocim, teve suas obras iniciadas em 1878, durante os anos de seca de 1877 a 1879. Os primeiros trilhos foram instalados em Camocim em 26 de março de 1879, chegando dois anos depois a Granja, num trecho de 24,5 km, e a Sobral, com 128,92 km, em 31 de dezembro de 1882. Foi a segunda ferrovia do Ceará, servindo os municípios de Sobral, Cariré, Reriutaba, Pires Ferreira, Ipu, Ipueiras, Nova Russas, Poranga, Crateús e Camocim. Essa ferrovia serviu de escoadouro dos produtos originários da Serra da Meruoca e da

Serra Grande. Outro importante fator de desenvolvimento do município foi a instalação no município de indústria de beneficiamento de Algodão – a Companhia Industrial de Algodão e Óleos - CIDAÓ e de indústria de tecelagem – Fábrica de Tecidos de Sobral, entre os anos de 1914 e 1918. Sobral teve importante papel ao servir de observatório, no Eclipse Solar de 29 de maio de 1919, na confirmação da distorção que a luz sofre ao chegar no Planeta Terra, que serviu de base para a comprovação da Teoria da Relatividade, feita por Albert Einstein. Por essa razão, foi construído um monumento, e depois, um museu na Praça da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio – o Museu do Eclipse, que homenageia a cidade, e os físicos e astrônomos que participaram da pesquisa. Com o crescimento econômico do município, outras estações de trem foram construídas: em 1924, a de Jaibaras, e em 1950, a Estação Humberto Monte. Sobral é o quinto município mais populoso do Ceará e também o quinto com maior participação no PIB do Ceará. O grande destaque do município de Sobral tem sido na área da educação pública, situando-se em primeiro lugar dentre os 5.570 municípios brasileiros, nos rankings dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O município de Sobral é o melhor exemplo da qualidade da educação pública no Ceará, com o melhor Ensino Fundamental do Brasil. Os alunos das escolas municipais de Sobral têm um desempenho de leitura comparável aos alunos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Caiçara, por provisão de 30-08-1757. Por Carta Régia de 22-07-1766, foi determinada a elevação da povoação de Caiçara à categoria de vila, com a denominação de Vila Distinta e Real de Sobral, o que somente foi efetivado, de forma solene, em 05-07-1773, tendo como sede a povoação de Caiçara, desmembrada da antiga vila de Fortaleza. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Januária de Acaraú, pela lei provincial nº 222, de 12-01-1841. Pela lei provincial nº 244, de 25-10-1842, o município de Januária do Acaraú passou a denominar-se Sobral. Por ato provincial de 18-03-1843, é criado o distrito de Santo Antônio e anexado ao município de Sobral. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 4 distritos: Sobral

(sede), Cariré, Jordão e Santo Antônio do Aracatiassu. Pela lei estadual nº 2.701, de 13-09-1929, é criado o distrito Riacho do Guimarães e anexado ao município de Sobral. Pela lei estadual nº 1.794, de 09-10-1920, o município de Sobral adquiriu o extinto município de Meruoca, como simples distrito. Pela lei estadual nº 193, de 20-05-1931, o município de Sobral adquiriu o extinto município de Cariré, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 10 distritos: Sobral (sede), Caracará, Cariré, Forquilha, Meruoca, Riacho do Guimarães, Santa Maria, Santo Antônio do Aracatiassu, São José e Taquira, não figurando o distrito de Jordão. Pelo decreto nº 157, de 23-09-1935, são desmembrados do município de Sobral os distritos de Cariré e Riacho do Guimarães, para formarem o novo município de Cariré. Pelo decreto estadual nº 158, de 23-09-1935, o distrito de Taquara passou a denominar-se Recreio. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 11 municípios: Sobral (sede), Caracará, Forquilha, Jordão, Meruoca, Santo Antônio do Aracatiassu, Santa Maria, São José, São Vicente, Guimarães e Recreio. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de São José passou a denominar-se Patriarca, o distrito de São Vicente a denominar-se Jaibaras e o distrito de Santo Antônio do Aracatiassu a denominar-se Santo Antônio e foi extinto o distrito de Recreio, sendo parte de seu território anexado ao distrito de Jaibaras, do município de Sobral, e a outra parte anexada ao distrito de Ubaúna, do município de Palmas. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 9 distritos: Sobral (sede), Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Meruoca, Patriarca, Santa Maria e Santo Antônio. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Santa Maria passou a denominar-se Taperuaba e o distrito de Santo Antônio a denominar-se Aracatiaçu. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município é constituído de 9 distritos: Sobral (sede), Aracatiaçu, Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Meruoca, Patriarca e Tape-ruaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é desmembrado do município de Sobral o distrito de Meruoca, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 8 distritos: Sobral (sede), Aracatiaçu, Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Patriarca e

Taparuaba. Pela lei estadual nº 3.958, de 10-12-1957, é criado o distrito de Olho D'Água com terras desmembradas do distrito de Jaibaras, e o distrito de Trapiá, com terras desmembradas do distrito de Forquilha, anexados ao município de Sobral. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 10 distritos: Sobral (sede), Aracatiaçu, Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Olho D'Água, Patriarca, Taparuaba e Trapiá. Pela lei estadual nº 6.482, de 28-08-1963, é criado o distrito de Bonfim e anexado ao município de Sobral. Pela lei estadual nº 6.754, de 13-11-1963, são desmembrados do município de Sobral os distritos de Aracatiaçu e Caracará, para formarem o novo município de Aracatiaçu. Pela lei estadual nº 6.458, de 09-08-1963, são desmembrados do município de Sobral os distritos de Forquilha e Trapiá, para formarem o novo município de Francisco Monte. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Sobral (sede), Bonfim, Jaibaras, Jordão, Olho D'Água e Patriarca. Pela lei estadual nº 7.150, de 14-01-1964, é criado o distrito de Caioca e anexado ao município de Sobral. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Sobral adquiriu os extintos municípios de Aracatiaçu, Taparuaba e Forquilha, como simples distritos, por terem sido criados, mas não instalados. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 12 distritos: Sobral (sede), Aracatiaçu, Bonfim, Carioca, Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Olho D'Água, Patriarca, Taparuaba e Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.012, de 05-02-1985, são desmembrados do município de Sobral os distritos de Forquilha e Trapiá, para formarem o novo município de Forquilha. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 10 distritos: Sobral (sede), Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Olho D'Água, Patriarca e Taparuaba. Pela lei municipal nº 111, de 24-11-1989, é criado o distrito de São José do Torto e anexado ao município de Sobral. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído de 11 distritos: Sobral (sede), Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patriarca, São José do Torto e Taparuaba. Pela lei municipal nº 175, de 01-06-1995, foi criado o distrito de Rafael Arruda e anexado ao município de Sobral. Pela lei municipal nº 175, de 20-05-1998, foi criado o distrito de Aprazível e anexado ao município de Sobral. Pela lei municipal nº 395, de 20-02-2003,

foi criado o distrito de Patos e anexado ao município de Sobral. Pela lei municipal nº 588, de 25-04-2005, foi criado o distrito de Boracho, constituído de parte do distrito de Jordão, parte do distrito sede e parte do distrito de Aprazível, e anexado ao município de Sobral. Pela lei municipal nº 598, de 18-05-2005, foi criado o distrito de Pedra de Fogo e anexado ao município de Sobral. Pela lei municipal nº 681, de 10-05-2006, foi criado o distrito de Bilheira e anexado ao município de Sobral. Pela lei municipal nº 839, 01-07-2008, foi criado o distrito de Salgado dos Machados. Os atuais distritos do município são: Sobral (sede), Aprazível, Aracatiaçu, Boracho, Bilheira, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Pedra de Fogo, Rafael Arruda, Salgado dos Machados, São José do Torto e Taperuaba.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha, construção de cercas e fabricação de carvão vegetal, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus de palha e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita e outros usos na construção civil e, principalmente, no distrito de São José do Torto, a extração de minério de ferro; a indústria de calçados, cosméticos, refrigerantes, embalagens, de cimento e de fundição; e o turismo, tendo como principais atrativos: o centro histórico e os museus; o Arco de Nossa Senhora de Fátima; o Açude Jaibaras ou Aires de Sousa; o Beco do Cotovelo; a Cadeia Pública; a Casa da Cultura de Sobral, construída em 1858; o Colégio Sant'Ana (antigo Sobrado do Senador Paula Pessoa); o Cristo Redentor; a Estação Ferroviária; a Fonte do Pajé (termal); a Igreja da Sé - Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de 1783; a Serra da Meruoca (uma parte é de Sobral); as Igrejas de Nossa Senhora do Patrocínio; dos Pretinhos de Nossa Senhora do Rosário, construída por escravos; do Menino Deus, construída por duas irmãs carmelitas, no início do século XX; de Nossa Senhora das Dores; de São José (do Sumaré); de São Francisco; de Santo Expedito (no Alto do Cristo); da Mãe Rainha, no antigo Morro do Urubu; a Paróquia da Ressurreição; a Capela de São

José, no pé da Serra da Meruoca; o Museu Diocesano, rico em arte sacra; o Museu do Eclipse; o Museu Madi, com obras de artistas plásticos modernos e contemporâneos; o Palácio de Ciências e Línguas Estrangeiras, inaugurado em 28 de janeiro de 2000; a Pinacoteca de Sobral, inaugurada em 22 de dezembro de 2016, com peças de autores regionais, brasileiros e internacionais, dentre as quais esculturas dos irmãos Rodolfo e Henrique Bernardelli e do escultor francês Rodin; o Parque da Lagoa da Fazenda; o Rio Acaraú; o Teatro São João; a Universidade Estadual Vale do Acaraú (antigo Seminário Diocesano São José); o Centro de Convenções Inácio Gomes Parente e a Casa do Capitão Mor.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa de São Francisco (4 de outubro); o Carnaval, com desfile de Escolas de Samba e de Blocos dos Sujos (fevereiro/março); o Renascer, da Comunidade Católica Shalom (fevereiro/março); o Rejubilar, da Comunidade Católica Rainha da Paz (fevereiro/março); a Semana da Criança (outubro); a Cavalcada de São José do Torto (13 e 14 de março); a Feira Agropecuária da Região Norte – Expo-norte (de 29 de junho a 6 de julho); o Festival de Quadrilhas (junho); o Sobral Moda Fashion (setembro); o Aniversário do Município (5 de julho); o Festival de Cinema Internacional de Sobral (2 a 7 de dezembro); o Festival Internacional de Teatro do Ceará (10 a 14 de outubro); a Festa do Dia de Reis, com encontro de Bois e Reisado (6 de janeiro); as Festas Natalinas, com a chagada de Papai Noel (dezembro); a Semana Santa; o Encontro do Repente e do Forró (11 a 13 de maio); o Carnabral – Carnaval fora de Época (14 a 17 de novembro); o Réveillon (31 de dezembro).

Principais Personalidades

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa (Sobral, 23 de março de 1958), engenheiro agrônomo e bacharel em Direito, empresário e professor, foi deputado estadual, secretário de Recursos Hídricos do Estado e é Conselheiro do Tribunal de Contas do Ceará.

Antônio Carlos Belchior ou Belchior (Sobral, 26 de outubro de 1946 – Santa Cruz do Sul, 30 de abril de 2017), cantor, compositor, músico,

produtor, artista plástico e professor. Fez parte do grupo que ficou conhecido como o “Pessoal do Ceará”. Foi um dos primeiros cantores da MPB do nordeste do Brasil a ganhar fama internacional, na segunda metade da década de 1970.

Antônio da Frota Gentil (Sobral, 9 de dezembro de 1887 – 3 de outubro de 1969), corretor de imóveis e banqueiro, foi deputado federal constituinte pelo Ceará em 1945.

Antônio Firmo Figueira de Saboia (Sobral, 14 de outubro de 1828 – Fortaleza, 23 de janeiro de 1902) foi juiz de direito e deputado provincial pelo Ceará, em quatro biênios. Foi chefe de Polícia de Santa Catarina, Pernambuco e Ceará.

Antônio Ibiapina (Sobral, 31 de maio de 1904 – Rio de Janeiro, 30 de junho de 1964) foi membro da Academia Nacional de Medicina, ocupando a Cadeira nº 55.

Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (Sobral, 12 de março de 1837 – Fortaleza, 14 de maio de 1904), jornalista, foi deputado geral, deputado provincial e vice-presidente da província do Ceará, tendo assumido a presidência da província, de 15-04 a 31-07-1868. Foi ministro da Guerra.

Antônio Sabino do Monte (Sobral, 11 de julho de 1846 – Fortaleza, 19 de outubro de 1925) formado em Direito, foi promotor público, juiz municipal e de órfãos, inspetor escolar, chefe de polícia e juiz de direito. Foi presidente da província da Paraíba. Em 1891, foi nomeado desembargador do Tribunal da Relação do Ceará, Procurador-geral do Estado em 1892 e secretário dos Negócios da Justiça, em 1900.

Bento Fernandes de Barros (Sobral, 1 de janeiro de 1834 – Rio de Janeiro, 1908), advogado, escritor, jornalista e magistrado. Foi chefe de polícia, inspetor-geral da Instrução Pública, juiz de direito, inspetor do Tesouro Provincial e advogado da Câmara Municipal. Chefe de Polícia de Minas Gerais, deputado provincial em Curitiba e procurador-geral do Paraná. Foi desembargador do Tribunal de Apelação do Paraná. É o patrono da Cadeira nº 7 da Academia Paranaense de Letras.

Célia Oliveira (16 de junho), advogada, escritora, auditora fiscal do trabalho e professora, é a representante de Sobral na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Cesário Barreto Lima (Sobral, 6 de dezembro de 1920 – Fortaleza, 17 de janeiro de 1995), comerciante, agricultor, perito contábil e político, foi eleito prefeito de Sobral em 1962, elegendo-se deputado federal em 1978.

Cid Ferreira Gomes (Sobral, 27 de abril de 1963), engenheiro civil, deputado estadual, foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará. Prefeito de Sobral. Governador do Ceará, em dois mandatos. Foi ministro da Educação e senador pelo Ceará, eleito em 2018.

Cosme Bento das Chagas (Sobral, entre 1800 e 1802 – Itapecuru-Mirim, setembro de 1842), conhecido como **Negro Cosme**, líder quilombola que fundou na Fazenda Tocanguira o maior quilombo da história do Maranhão. Quando em 1838, eclodiu o movimento conhecido como Balaiada, Negro Cosme deu apoio militar, liderando cerca de três mil homens. Preso, foi condenado e enforcado na frente da Cadeia Pública de Itapecuru - MA, em setembro de 1842.

Dom Francisco Expedito Lopes (Sobral, 8 de julho de 1914 – Garanhuns, 2 de julho de 1957), padre sagrado bispo em Sobral, foi o primeiro bispo de Oeiras, no Piauí. Em 1955, foi bispo de Garanhuns – PE, onde foi assassinado em 01 de julho de 1957 pelo Padre Hosana de Siqueira e Silva. Era considerado um santo pela população da cidade, estando em curso a postulação de sua beatificação.

Domingos Olímpio Braga Cavalcanti (Sobral, 18 de setembro de 1851 – Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1906), advogado, diplomata, jornalista, parlamentar e romancista, patrono da Cadeira nº 8 da Academia Cearense de Letras. Fundou o Teatro Apolo e colaborou na fundação do Teatro São João. Foi diplomata em Washington D. C. – USA.

Dom José Tupinambá da Frota (Sobral, 10 de setembro de 1882 – Sobral, 25 de setembro de 1959), professor e padre, doutor em Filosofia e em Teologia. Foi vigário de Sobral, assumindo a diocese de Sobral quando de sua criação em 1916 até 1923, quando foi nomeado bispo de Uberaba, depois bispo de Sobral em 1924 até o falecimento. Fundador de várias instituições de ensino e de caridade, foi sócio correspondente da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Emília Barreto Corrêa Lima (Sobral, 10 de abril de 1934), professora, representou o Maguari Esporte Clube no Concurso Miss Ceará em

1955, tendo sido eleita. Nesse mesmo ano, conquistou o título de Miss Brasil, chegando às semifinais do Concurso de Miss Universo.

Esmerino Gomes Parente (Sobral, 1 de novembro de 1831 – Parangaba, 26 de maio de 1894), formado em Direito, foi promotor público, juiz municipal e juiz de direito, foi deputado provincial. Vice-presidente da província do Ceará, assumiu o governo de 4 de novembro a 7 de dezembro de 1872. Desembargador da Relação do Maranhão, transferido em 1890 para o Tribunal de Apelação do Ceará.

Felinto Alcino Braga Cavalcanti (Sobral, 3 de agosto de 1862 – Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1949), engenheiro, escritor, professor, geógrafo, cartógrafo, explorador e marechal do exército brasileiro, foi Diretor da Escola de Estado Maior do Exército. Como cartógrafo e geógrafo, participou de comissões de limites de fronteiras. Exerceu o cargo de secretário do Ministro da Guerra.

Florent Amódio (Sobral, 12 de maio de 1990) foi um patinador artístico brasileiro, que conquistou o Campeonato Europeu de 2011 e o Campeonato Francês por quatro vezes.

Francisco Aguiar Carneiro (Sobral, 5 de setembro de 1922 – Brasília, 7 de fevereiro de 1994), engenheiro civil, engenheiro eletrotécnico, servidor público, professor, empresário e político, foi deputado federal pelo Distrito Federal de 1987-1991.

Francisco de Almeida Monte, também conhecido como Chico Monte (Sobral, 3 de outubro de 1895 – Brasília, 16 de março de 1961) foi vereador de Sobral e deputado constituinte do Ceará, permanecendo na Assembleia até o fechamento das Casas Legislativas quando da Revolução de 1930. Com a redemocratização, elegeu-se em 1945 à Assembleia Nacional Constituinte pelo Ceará e deputado estadual em 1950, 1954 e 1958.

Francisco de Paula Rodrigues (Sobral, 19 de outubro de 1863 – Fortaleza, 11 de março de 1953), médico oftalmologista, foi deputado estadual, em diversas legislaturas, ocupando a presidência da Assembleia Legislativa (1924- 1925). Foi um dos fundadores e membro do Conselho Diretor da Sociedade Mantenedora da Escola de Agronomia do Ceará em 1919. Foi admitido como sócio benemérito do Instituto do Ceará.

Francisco Miguel Pereira Ibiapina (Sobral, 3 de junho de 1774 – Fortaleza, 7 de maio de 1825), tabelião e escrivão, foi um contrarrevolucio-

nário da Revolução Pernambucana de 1817. Insatisfeito com a determinação do Imperador, que resultou na dissolução da Assembleia Constituinte, apoiou a Confederação do Equador, tendo sido preso, julgado e condenado à morte por fuzilamento, tendo a sentença sido executada em 7 de maio de 1825, no Campo da Pólvora, atual Praça dos Mártires.

Henrique Saboia (Sobral, 20 de setembro de 1925 – Rio de Janeiro 12 de março de 2005) foi Almirante de Esquadra da Marinha do Brasil, tendo ocupado o cargo de Ministro da Marinha (1985 a 1990).

Isabel Idelzuite Lustosa da Costa (Sobral, 23 de setembro de 1955), historiadora, ensaísta e escritora, doutora em Ciência Política, trabalhou no Museu da República e no IPHAN. É pesquisadora e historiadora da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ivo Gomes (Sobral, 13 de dezembro de 1967), formado em Direito, com mestrado na Universidade de Harvard – USA, é servidor público da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza. Em Sobral, foi chefe de gabinete do Prefeito e secretário de Desenvolvimento da Educação. Deputado estadual em 2002, 2006 e 2014. Foi Chefe de Gabinete do Governador do Estado (2007 a 2011) e Secretário de Educação de Fortaleza, em 2013. Em 2016, foi eleito Prefeito de Sobral, reelegendo-se em 2020.

Luiz Carlos Barreto Borges (Sobral, 20 de maio de 1928), jornalista, repórter, fotógrafo e diretor de cinema, já produziu mais de 50 filmes, desde 1962.

João Nogueira Adeodato (Sobral, 17 de outubro de 1902 – Rio de Janeiro, 18 de maio de 1974), exerceu mandato de deputado federal constituinte pelo Ceará.

João Capistrano Bandeira de Melo (Sobral, 23 de outubro de 1811 – Rio de Janeiro, 30 de maio de 1881), advogado, doutor em Direito, jornalista e político, foi presidente das províncias de Alagoas, da Paraíba e de Minas Gerais.

João Ernesto Viriato de Medeiros (Sobral, 23 de junho de 1823 – Rio de Janeiro, 27 de junho de 1900) foi engenheiro e militar. Deputado Geral e Senador do Império do Brasil, de 1882 a 1889.

João Tomé de Saboia e Silva (Sobral, 4 de agosto de 1870 – Rio de Janeiro, 27 de julho de 1945), engenheiro, empresário e político, foi governador do Ceará e senador.

João Tomé da Silva (Sobral, 25 de janeiro de 1842 – Recife, 4 de abril de 1884), advogado, professor e político, foi presidente da província do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Alagoas. Professor da Faculdade de Direito de Recife.

José Gentil Alves de Carvalho (Sobral, 11 de setembro de 1867 – Poços de Caldas, 11 de março de 1941) foi um empresário cearense que fundou a firma Frota & Gentil, o Banco Frota Gentil e a imobiliária José Gentil, consideradas na época as mais importantes organizações comerciais do Ceará. Em 1909, José Gentil comprou uma chácara no bairro Benfica, em Fortaleza, transformando-a em residência e loteou os terrenos vizinhos. Construiu vilas e ruas, com casas de vários tamanhos e estilos, fazendo surgir o bairro da Gentilândia.

José Júlio de Albuquerque Barros (Sobral, 11 de maio de 1841 – Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1893), deputado à Assembleia Geral, foi presidente da província do Ceará e também da província do Rio Grande do Sul. Ministro do Supremo Tribunal Federal (1891), depois Procurador-Geral da República, cargo que exerceu até falecer.

José Linhares Ponte ou **Padre Zé Linhares** (Sobral, 21 de outubro de 1930), sacerdote, filósofo, professor, psicólogo, pedagogo, administrador, escritor e político. Foi dirigente de muitas entidades assistenciais e de educação em Sobral. Deputado federal pelo Ceará em seis legislaturas.

José Moreira da Rocha ou Desembargador Moreira (Sobral, 24 de março de 1871 – Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1934) bacharel em Direito, foi promotor público e desembargador da Relação de Fortaleza, escolhido em 1908 para ocupar o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Ceará. Foi secretário da Fazenda do Ceará e secretário de Interior e Justiça. Foi presidente do Estado do Ceará, de 1924 a 1928 e deputado federal de 1928 a 1929.

Maria Clélia Lustosa Costa (Sobral, 5 de setembro de 1953), professora e escritora, graduada em Geografia, com mestrado em Geografia Humana e doutorado pela Universidade de Sorbonne – França, representante

do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural - COMPHIC (2008). Sócia efetiva da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho (Sobral, 9 de maio de 1960), formada em Psicologia, especializada em Educação Infantil e em Gestão Pública. Professora de Pedagogia da Universidade Vale do Acaraú. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Secretária de Educação do município de Sobral e do Estado do Ceará, vice-governadora em 2015, reeleita em 2019, assumiu o Governo do Estado do Ceará, em razão da renúncia do governador Camilo Santana.

Maria Tomásia Figueira Lima (Sobral, 1826 – Rio de Janeiro, 22 de julho de 1903) foi uma abolicionista, que participou, em 1882, da Sociedade Cearense Libertadora, da qual foi presidente.

Monsenhor Diogo José de Sousa Lima (Sobral, 7 de junho de 1829 – 30 de julho de 1909), sacerdote católico, exerceu mandato de deputado provincial em duas legislaturas, tendo sido o autor dos projetos de criação da cidade de Palma (atual Coreaú) e do município de Meruoca. Em 3 de maio de 1897, foi nomeado vigário de Sobral até 10 de fevereiro de 1908.

Monsenhor Waldir Lopes de Castro (Sobral, 2 de fevereiro de 1931 – Marco, 22 de dezembro de 2001), sacerdote, por 37 anos foi vigário em Marco – Ce, considerado santo por sua doação à comunidade e pelo testemunho de vida. O pedido de beatificação foi aceito e encaminhado para Abertura da Causa de Beatificação e Canonização, à Santa Fé Apostólica, tendo a Diocese de Sobral recebido em 7 de fevereiro de 2020 a informação de que não há obstáculo à Abertura da Causa.

Newton Craveiro (Sobral, maio de 1893 – Juazeiro do Norte, 13 de janeiro de 1926), educador, jornalista, sociólogo e escritor, foi um dos precursores do movimento escolanovista no Ceará, participando ativamente da “Reforma Lourenço Filho”, realizada quando ocupava o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública do Ceará, em 1922.

Padre Francisco Sadoc de Araújo (Sobral, 17 de dezembro de 1931), escritor, historiador e genealogista, foi um dos fundadores da Universidade Vale do Acaraú, da qual foi o primeiro Reitor. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras e da Academia Sobralense de Letras.

Padre Ibiapina ou José Antônio de Maria Ibiapina, nascido José Antônio Pereira, formado em Direito, ocupou cargos na magistratura. Foi um sacerdote que iniciou sua ação missionária aos 47 anos, percorrendo o Nordeste brasileiro, onde ergueu muitas casas de caridade, capelas, igrejas, cemitérios, cacimbas e açudes, ensinou técnicas agrícolas e defendeu os direitos dos trabalhadores do campo.

Patrícia Lúcia Mendes Saboya (Sobral, 10 de outubro de 1962), além de ter sido primeira dama de Fortaleza e do Ceará, quando casada com Ciro Ferreira Gomes, foi vereadora de Fortaleza, deputada estadual, senadora e Conselheira do Tribunal de Contas do Estado.

Paulo de Tarso Lustosa da Costa (Sobral, 22 de novembro de 1944), bacharel em Administração de Empresas, com pós-graduação e mestrado em Economia. Foi técnico do Banco do Nordeste do Brasil e professor da UECE e da UFC. Secretário do Planejamento do Ceará, deputado federal, ministro da Desburocratização e presidente do SEBRAE.

Paulo Ximenes Aragão (Sobral, 25 de janeiro de 1897 – Fortaleza, 5 de março de 1979) foi jornalista, professor e escritor, autor de livros de diversos gêneros literários. Pai do comediante Renato Aragão.

Raimundo Brandão Cela (Sobral, 19 de julho de 1890 – Niterói, 6 de novembro de 1954), pintor, desenhista, gravador, professor e engenheiro, morou no Rio de Janeiro e frequentou a Escola Nacional de Belas Artes e a Escola Politécnica, tornando-se engenheiro-geógrafo. Em 2016, foi criada a Pinacoteca de Sobral, com peças de sua autoria ou de sua coleção, doadas por familiares do artista.

Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos (Sobral, 20 de junho de 1934 – Fortaleza, 29 de janeiro de 2021), licenciado em História, com especialização em Sociologia. Lecionou na Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte e na Faculdade de Filosofia do Ceará. Presidente da Sociedade Cearense de Geografia e História e Conselheiro do Patrimônio Histórico do Município de Fortaleza. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Antônio Renato Aragão (Sobral, 13 de janeiro de 1935), ator, comediante, diretor, produtor, escritor, roteirista, apresentador, cantor, cineasta, empresário, redator, dublador e blogueiro, formado em Direito. Alcançou grande sucesso na Televisão e no Cinema, nas décadas de 1970 e

1980, interpretando o personagem Didi Mocó, no programa televisivo *Os Trapalhões*.

Tertuliano de Albuquerque Potiguara - General (Sobral, 27 de abril de 1873 – Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1957) integrou, na I Guerra Mundial, a missão militar que foi para a França em 1918, tendo alcançado o posto de tenente-coronel, por atos de bravura. Chegou ao posto de general-de-divisão. Foi eleito deputado federal pelo Ceará, na Primeira República.

Tomás Antônio de Paula Pessoa (Sobral, 31 de outubro de 1834 – Fortaleza, 6 de janeiro de 1901) formado em direito, foi juiz municipal de Sobral e juiz de Direito de São Benedito. É autor de crônicas e memórias, foi o tradutor para o português da *História da Inglaterra*, de Thomas Macaulay.

Trajano Viriato de Medeiros (Sobral, 1837 – Rio de Janeiro, 10 de abril de 1911), promotor público, juiz municipal e juiz de direito em Palma – GO. Auditor de guerra em Porto Alegre e desembargador da Relação do Rio Grande do Sul.

Vicente Alves de Paula Pessoa (Sobral, 29 de março de 1828 – Rio de Janeiro, 31 de março de 1889), jurista, magistrado e político, foi vice-presidente das províncias do Rio Grande do Norte e do Ceará. Senador do Império do Brasil, de 1882 a 1889.

Vicente Antenor Ferreira Gomes (Sobral, 29 de setembro de 1928 – Fortaleza, 25 de setembro de 2013), engenheiro agrônomo, foi funcionário do DNOCS, prefeito de Itapipoca e deputado estadual em duas legislaturas.

Vicente Cândido Figueira de Saboia (Sobral, 13 de abril de 1836 – Petrópolis, 18 de março de 1909), médico do Paço Imperial e Cirurgião da Corte, autor do projeto de reforma do Ensino Superior, que tornou o ensino livre. Implantou no Brasil o *Método Antisséptico*, que permitiu realizar com segurança cirurgias do abdômen, até então de alto risco. É o patrono da cadeira 63 da Academia Nacional de Medicina. Primeiro e único Barão, e depois Visconde de Saboia. Sócio correspondente da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Virgílio Augusto de Morais (Sobral, 21 de dezembro de 1845 – Fortaleza, 6 de maio de 1914) bacharel em Direito, foi promotor de Justiça,

procurador da Fazenda Provincial, diretor da Instrução Pública, professor de Inglês e um dos fundadores da Faculdade de Direito do Ceará, na qual foi professor de Direito Comercial. Membro fundador e vice-presidente da Academia Cearense e um dos fundadores do Instituto do Ceará.

Zacarias Thomaz da Costa Gondim (Sobral, 29 de dezembro de 1851 – Fortaleza, 13 de dezembro de 1907), maestro, responsável pela criação do Hino do Ceará. É autor do livro *Traços ligeiros sobre a evolução da música no Brasil, em especial no Estado do Ceará*, publicado em 1903, na comemoração dos trezentos anos da chegada dos primeiros portugueses ao Ceará.

Zenon da Cunha Mendes Barreto (Sobral, 31 de dezembro de 1918 – Fortaleza, 18 de janeiro de 2002), pintor, desenhista, gravador, escultor, cenografista e ilustrador, ingressou na Sociedade Cearense de Artes Plásticas em 1949.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Sobral – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Sobral – 1998.

IBGE – SOBRAL - ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959, V. 16 P. 512-523, disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara. STUDART, Guilherme. Dicionário biobibliográfico cearense. MARTINS, José Murilo. Academia Cearense de Letras. História e Acadêmicos. GIRÃO, Raimundo. A Academia de 1894. AZEVEDO, Rubens de. Os 40 da Casa do Barão. AMORA, Manoel Albano. A Academia Cearense de Letras. Síntese Histórica.

Solonópole

Hino de Solonópole

(Letra por Jango Weltmann
e melodia por Dom José Mauro)

De um milagre da fé, no passado
Nasce um povo de mil tradições
Que hoje, forte, entoa o seu brado:
Luta e glória, são nossos brasões!

Foi buscando as riquezas da terra
Que teu povo se fez varonil
Cachoeira de sangue, entre as serras
Tua história orgulhando o Brasil.

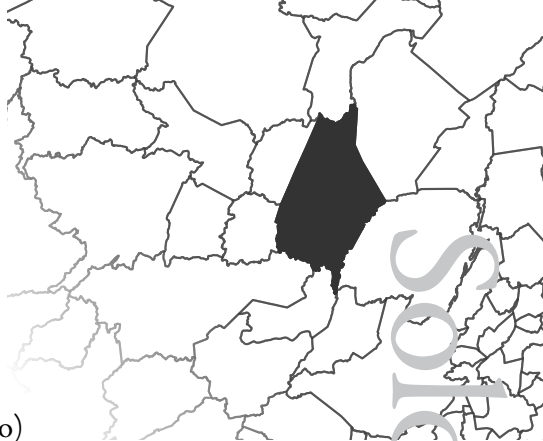
*Esperança, no peito verdeja
Do teu povo solonopolense
No teu canto de paz sertaneja
Sob o manto do céu cearense!*

Noutras plagas teu sangue ficou
Como glória do chão brasileiro
E a história, teu nome deixou
Como forte e valente guerreiro!

Faz de ti novo chão bandeirante
Que na luta a bandeira desfralda,
Transformada em progresso gigante,
Com jazidas de mil esmeraldas!

Esperança, no peito verdeja ...

Bom Jesus abençoa a cidade
Com teus braços relembrando a cruz
Semeando o amor e a verdade
Qual milagre, num raio de luz.



Cachoeira que fostes um dia
Centenária cidade querida
Nosso afeto, perene alegria
Nosso amor, nossa fé, nossa vida.

Esperança, no peito verdeja ...

Solonópole é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Senador Pompeu e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Solonópole (2010) foi de 0,625, de nível médio, situando-se em 59º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 26,75, ficando em 58º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Solonópole é uma homenagem a Manoel Solon Rodrigues Pinheiro (Cachoeira, 30 de julho de 1864 – 24 de janeiro de 1917), deputado provincial do Ceará (1888-1889), membro da Assembleia Constituinte (1891) e deputado federal (1896-1899).

Gentílico:

solonopolense.

Limites geográficos

Norte: Jaguaretama, Banabuiú, Quixeramobim e Milhã

Leste: Jaguaribe e Jaguaretama

Sul: Acopiara, Quixelô, Orós e Jaguaribe

Oeste: Milhã, Deputado Irapuan Pinheiro e Acopiara

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Solonópole, com **área** de 1.536,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.389 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 691,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 155,38 m e a **distância para a Capital** é de 269,4 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE-566. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (2,21%), bruno não cálcico (12,45%), planos-

solo solódico ta (4,28%), planossolo solódico e não solódico (3,23%), podzóico vermelho amarelo eutrófico (11,76%), regossolo eutrófico (2,88%), solo litólico distrófico (5,15%), solo litólico eutrófico (22,78%), solo litólico eutrófico e distrófico (28,80%), solonetz solodizado (0,47%) e solos aluviais eutróficos (5,17%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Médio Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais os riachos do Sangue, dos Porcos, da Porca Magra, das Pedras, do Pontal, do Jenipapeiro, Capitão, da Volta, das Cobras e Manuel Dias Lopes, na divisa com Jaguaribe, sendo os principais reservatórios os açudes Riacho do Sangue, que atende a população urbana do município; Nova Floresta, na divisa com o município de Jaguaribe, e Japão. Com relação ao **relevo**, predomina a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese Histórica

O povoado do atual município de Solonópole se iniciou no sítio Cachoeira, que lhe cedeu o nome Cachoeira, por existir, no leito do rio ou riacho do Sangue, em frente ao lugarejo, um conjunto de pedras formando uma queda d'água. Consta que, perto do sítio, foi encontrado um crucifixo de metal, com cerca de 22 centímetros, que ficou conhecido como “imagem do Bom Jesus Aparecido”. Uma das filhas do proprietário do sítio Cachoeira, de nome Maria de São José, que ficara muda desde criança, recebeu de presente o crucifixo e numa viagem com o pai, começou a falar, o que foi considerado na época um milagre. O major Simeão Correia Lima Pinheiro, proprietário do Sítio Cachoeira e pai da criança, decidiu construir uma capela tendo como patrono o Bom Jesus Aparecido, fazendo a doação de parte de suas terras ao patrimônio da capela. No local em que havia sido encontrado o crucifixo, foi erguido um cruzeiro de madeira, no último quartel do século XIX, atualmente denominado Alto da Cruz, que, não resistindo à ação do tempo, teve que ser substituído. Em 1863, Cachoeira se tornou distrito de Jaguaribe-Mirim, elevado à categoria de vila em 1870, com a denominação de Cachoeira, mas em 1892 a vila foi extinta, retornando à condição de distrito de Jaguaribe-Mirim. No ano seguinte, novamente Cachoeira voltou à condição de vila, que foi extinta mais uma vez em 1931, retornando à condição de distrito de Jaguaribe-Mirim. Fi-

nalmente, em 1935, Cachoeira conquistou definitivamente a emancipação política, desmembrando-se do município de Jaguaribe-Mirim. Em 31 de dezembro de 1943, o município de Cachoeira passou a denominar-se Solonópole.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Cachoeira, pela lei provincial nº 1.093, de 19-12-1863. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Cachoeira, pela lei provincial nº 1.337, de 22-10-1870, desmembrada de Jaguaribe-Mirim, tendo como sede o núcleo de Cachoeira. Pelo decreto estadual nº 20, de 20-04-1892, é extinta a vila de Cachoeira, sendo o seu território anexado ao município de Jaguaribe-Mirim, como simples distrito. Elevado novamente à categoria de vila, com a denominação de Cachoeira, pela lei estadual nº 67, de 09-08-1893. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 3 distritos: Cachoeira (sede), São Bernardo e Flores Novas. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Cachoeira, sendo seu território anexado ao município de Jaguaribe-Mirim, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Cachoeira figura como distrito de Jaguaribe-Mirim. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Cachoeira, pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, desmembrado de Jaguaribe-Mirim. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município aparece constituído de 8 distritos: Cachoeira (sede), Boqueirão, Cangati, Carnaubinha, Conceição, Flores Novas, Pasta e São Bernardo, todos desmembrados de Jaguaribe-Mirim. Em divisão territorial datada de 31-07-1937, o município aparece constituído de 8 distritos: Cachoeira (sede), Boqueirão, Cangati, Carnaubinha, Flores, Milhã, Pasta e São Bernardo. Pelo decreto nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Flores volta a denominar-se Flores Novas e é extinto o distrito de Boqueirão, sendo seu território anexado ao distrito de Pasta, do mesmo município de Cachoeira. No quadro fixado para vigorar de 1939-1943, o município é constituído de 7 distritos: Cachoeira (sede), Cangati, Carnaubinha, Flores Novas, Milhã, Pasta e São Bernardo. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Cachoeira passou a denominar-se Solonópole e o distrito de São Bernardo a denominar-se Tataíra. Em divisão territorial

datada de 01-07-1950, o município é constituído de 7 distritos: Solonópole (sede), Cangati, Carnaubinha, Flores Novas, Milhã, Pasta e Tataíra, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Pela lei estadual nº 4.448, de 03-01-1959, os distritos de Milhã e Carnaubinha são desmembrados do município de Solonópole, para formar o novo município de Milhã. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Solonópole (sede), Cangati, Flores Novas, Pasta e Tataíra. Pela lei estadual nº 6.320, de 28-05-1963, o distrito de Tataíra é desmembrado do município de Solonópole, elevado à categoria de município, com a denominação de São Bernardo do Ceará. Pela lei estadual nº 6.428, de 15-07-1963, o distrito de Pasta é desmembrado do município de Solonópole, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.473, de 18-08-1963, o distrito de Flores Novas é desmembrado do município de Solonópole, elevado à categoria de município com a denominação de Flores. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Solonópole (sede) e Cangati. Pela lei estadual nº 7.093, de 07-01-1964, é criado o distrito de Assunção e anexado ao município de Solonópole. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Solonópole adquiriu os extintos municípios de Carnaubinha, Milhã, Pasta, São José de Solonópole e Tataíra, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 8 distritos: Solonópole (sede), Assunção, Cangati, Carnaubinha, Milhã, Pasta, São José de Solonópole e Tataíra, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979. Pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985, modificada pela lei nº 11.169, de 1986, os distritos de Milhã e Carnaubinha são desmembrados do município de Solonópole, para formar o novo município de Milhã. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 6 distritos: Solonópole (sede), Assunção, Cangati, Pasta, São José de Solonópole e Tataíra. Pela lei estadual nº 11.429, de 28-04-1988, o distrito de Tataíra é desmembrado do município de Solonópole, elevado à categoria de município com a denominação de Deputado Irapuan Pinheiro. Pela lei estadual nº 387, de 30-12-1991, é criado o distrito de Prefeita Suely Pinheiro e anexado ao município de Solonópole. Em divisão territorial datada de 01-07-1995, o município é constituído de 6 distritos: Solonópole (sede), Assunção, Cangati, Pasta, Prefeita Suely Pinheiro e São José de Solonópole.

le, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Solonópole (sede), Assunção, Cangati, Pasta, Prefeita Suely Pinheiro e São José de Solonópole.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; e o turismo, tendo como principais atrações: o balneário do açude Riacho do Sangue, popularmente conhecido como balneário Boqueirão; a Fazenda Modelo; a Capela de Nossa Senhora de Fátima; as ruínas da Capela de Nossa Senhora de Fátima do Monte; a Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Solonópole e o Museu Municipal; a Igreja matriz do Bom Jesus Aparecido, em estilo colonial, construída entre 1813 e 1821; o Largo dos Dantas e o Obelisco; e outros prédios e monumentos históricos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro Bom Jesus Aparecido (1º de janeiro); a Festa de Aniversário do Município (22 de outubro); o Carnaval (fevereiro/março); as festas juninas (junho); o Dia de Reis (6 de janeiro); a Semana do Esporte (30 de novembro a 5 de dezembro) e o Natal (dezembro).

Principais Personalidades

José Adail Carneiro Silva (Solonópole, 11 de julho de 1963), empresário, suplente de deputado estadual, deputado federal, licenciou-se em 2016 para ocupar o cargo de Assessor Especial do Governador do Ceará.

Dolor Uchôa Barreira (Solonópole, 13 de abril de 1893 – Fortaleza, 30 de junho de 1967), advogado, professor, pesquisador e historiador. Foi procurador dos Feitos da Fazenda Estadual, professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Francisco Dantas Pinheiro (Solonópole, 15 de janeiro), engenheiro agrônomo e escritor, representante de Solonópole na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisco Edson Cavalcante Pinheiro (Riacho do Sangue – Solonópole, 30 de janeiro de 1923 – Fortaleza, 16 de abril de 2014), bacharel em Direito, professor e escritor, foi secretário interino de Administração, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado e secretário do Interior e Justiça. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Gentil Barreira (Solonópole, 10 de fevereiro de 1895 – Fortaleza, 10 de junho de 1970), advogado, deputado estadual, promotor público, prefeito de Camocim e de Fortaleza (11-02-1935 a 27-05-1935), deputado federal em 1946, reeleito em 1951 e 1955, renunciou em 1959 para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Ceará.

Manuel Solon Rodrigues Pinheiro (Cachoeira, atual Solonópole, 30 de julho de 1864 – Manaus, 24 de janeiro de 1917), bacharel em Direito, jornalista, deputado provincial do Ceará e deputado federal na legislatura de 1896. O município de Cachoeira teve o nome mudado para Solonópole em 1943, em sua homenagem.

Padre Francisco Pinheiro Landim (Cachoeira) foi o líder da Junta Governativa do Ceará, de 1823 a 1824, em cujo governo a capital cearense foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Fortaleza de Nova Bragança.

Francisco Pinheiro Landim (Solonópole, 20 de novembro de 1943), secretário de Administração de Solonópole, foi suplente de vereador de Fortaleza, vice-prefeito de Solonópole, deputado estadual e deputado federal.

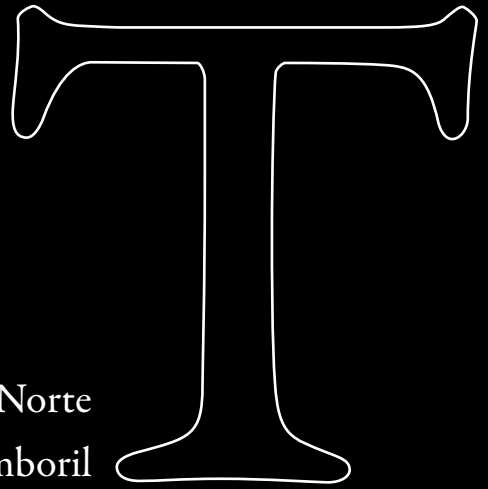
Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Solonópole – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Solonópole – 1998.



Tabuleiro do Norte

Tamboril

Tarrafas

Tauá

Tejuçuoca

Tianguá

Tairi

Tururu

Tabuleiro do Norte

Hino de Tabuleiro do Norte

(Letra por Mons. Otávio de Alencar Santiago
e melodia por Fenelon Odilon da Silva)

Salve, salve, torrão sempre amado

Tabuleiro de belo passado.

Os teus filhos te querem exaltados,

Querem ver-te, feliz descansado.

O teu sol nasce, sorrindo,

Nos mandando uma benção de luz,

E esta aragem que vem espargindo

Um aroma que enleva e seduz,

São encantos, de amor e magia

Que nos encham de tanta alegria.

Os teus campos tão vastos, fecundos,

Tão amigos e tão dadivosos,

Nos sussurram os segredos profundos

De um presente e porvir primorosos

Tabuleiro, tu bem nos mereces

De nossa alma, feliz, nossas preces.

Recebeste em teu berço um sorriso

Carinhoso da Virgem Maria,

Tu cresceste guardando conciso

O segredo de tua alegria.

Em tua fé, tabuleiro, tua paz,

O progresso a união é que traz.

Já soou, Tabuleiro, o clarim

Que anuncia uma bela vitória,

Tabuleiro do Norte

Hoje, livre, tu marchas, enfim,
Confiante em teus filhos para a glória!
Nossos filhos lerão tua história
E honrarão de seus pais a memória!

Terra predestinada por Deus
Ninho amigo de paz e de amor!
Hoje és livre e livres os filhos teus!
Liberdade! Bradam todos com ardor,
As campinas, o céu e as florestas
Também vibram em seus hinos e festas.

Salve, salve, torrão sempre amado ...

Tabuleiro do Norte é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Baixo Jaguaribe e na mesorregião do Jaguaribe.

O **IDH** de Tabuleiro do Norte (2010) foi de 0,645, de nível médio, situando-se em 29º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 24,70, ficando em 76º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo *Tabuleiro* se refere ao tipo de solo arenoso (tabuleiro) das terras em que se instalou o povoado de Tabuleiro de Areia; e o topônimo *Norte*, para diferenciar do município de Tabuleiro, no Estado de Minas Gerais.

Gentílico:

tabuleirense.

Limites geográficos

Norte: Limoeiro do Norte e Morada Nova

Leste: Estado do Rio Grande do Norte

Sul: Alto Santo

Oeste: São João do Jaguaribe e Alto Santo

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tabuleiro do Norte, com **área** de 861,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 32.079 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 502,1 mm e

chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 39,7 m e a **distância para a Capital** é de 217,2 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / CE-266 / CE-358. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (2,15%), cambissolo eutrófico (39,53%), podzólico vermelho amarelo distrófico (22,98%), solo litólico eutrófico (8,11%), solonetz solodizado (1,24%), solos aluviais eutróficos (11,03%) e vertissolo (14,96%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Baixo Jaguaribe, tendo como principais drenagens o rio Jaguaribe e o riacho do Bezerra, sendo os principais reservatórios de água os açudes Vai Quem Quer, Gangorrinha e Olho D'Água e as lagoas do Lima e das Salinas. Com relação ao **relevo**, predominam a Chapada do Apodi, as planícies aluviais e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta mista dicotillo-palmácea (mata ciliar com carnaúba).

Síntese Histórica

Primitivamente habitadas pelos índios Paiacu, da etnia Tapuia, as terras que formam o atual município de Tabuleiro do Norte receberam imigrantes portugueses, na segunda metade do século XVII, oriundos do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Para iniciarem a atividade pecuária na região, os colonizadores tiveram que enfrentar a resistência dos nativos, que resultou na chamada Guerra dos Bárbaros. Por ordem do Governador da capitania de Pernambuco, foi construído o Forte Real de São Francisco Xavier, que servia de presídio, mas também tinha a função de dar apoio à pacificação dos indígenas da região. Por duas vezes os índios tomaram o forte e o incendiaram em 1705, abandonado em 1707, por determinação da Coroa Portuguesa. Os colonizadores tiveram muitas lutas com os índios, para a implantação das fazendas de gado nessa região. O ciclo da charqueada ou da carne do sol mudou o perfil econômico e social da região, trazendo como consequência melhoria na infraestrutura, aumento da população e riqueza. Muitos dos indígenas sobreviventes fugiram para a localidade *Aldeia Velha*, enquanto outros terminaram por se integrar à atividade pecuária implantada pelos imigrantes. Na década de 1720, o Padre Francisco Alves Maia comprou a Fazenda São José, depois transferida

para o seu parente Francisco Alves Maia Alarcon e sua mulher Luíza Maria Maciel, que, acometida de uma doença grave, fez a promessa de construir uma capela se ficasse curada da enfermidade. Obtendo a graça da cura, a capela foi construída em pedra, entre os anos de 1765 e 1770, em honra de Nossa Senhora das Brotas, restaurada e ampliada em 1785. Em torno da capela, surgiu o povoado, inicialmente denominado Taboleiro de Areia, depois Taboleiro, Ibicuipeba e finalmente Tabuleiro do Norte. A capela foi demolida em 1944, para dar lugar à atual Igreja Matriz de Nossa Senhora das Brotas, de Tabuleiro do Norte. A elevação de Tabuleiro do Norte à categoria de município ocorreu em 13 de setembro de 1957.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Taboleiro de Areia, pelo ato provincial de 18-03-1842, subordinado ao município de Limoeiro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Taboleiro da Areia figura no município de Limoeiro, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Taboleiro de Areia passou a denominar-se simplesmente Taboleiro. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Taboleiro figura no município de Limoeiro. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Taboleiro passou a denominar-se Ibicuipeba e o município de Limoeiro a denominar-se Limoeiro do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Ibicuipeba figura no município de Limoeiro do Norte. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Ibicuipeba passou a denominar-se Tabuleiro do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Tabuleiro do Norte permanece no município de Limoeiro do Norte. Elevado à categoria de município com a denominação de Tabuleiro do Norte, pela lei estadual nº 3.815, de 13-09-1957, tendo como sede o antigo distrito de Tabuleiro do Norte, instalado em 08-06-1958, constituído de 2 distritos: Tabuleiro do Norte (sede) e Olho D'Água da Bica, ambos desmembrados de Limoeiro do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Tabuleiro do Norte (sede) e Olho D'Água da Bica. Pela lei estadual nº 6.967, de 27-12-1963, o distrito de Olho D'Água da Bica é desmembrado do município de Tabuleiro do Norte, elevado à ca-

tegoria de município. Pela lei estadual nº 7.023, de 27-12-1963, é criado o distrito de Peixe Gordo e anexado ao município de Tabuleiro do Norte. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Tabuleiro do Norte (sede) e Peixe Gordo. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, Tabuleiro do Norte adquiriu o território do extinto município de Olho D'Água da Bica, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 3 distritos: Tabuleiro do Norte (sede), Olho D'Água da Bica e Peixe Gordo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015. Os atuais distritos do município são: Tabuleiro do Norte (sede), Olho D'Água da Bica e Peixe Gordo.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência ou irrigada, com as culturas de feijão, milho, mandioca, melão, melancia, hortaliças, as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de gado de leite e para corte, de ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a atividade metalúrgica e mecânica, especializada em caminhões; e o turismo, tendo como principais atrativos: o Parque Ecológico Olho D'Água dos Currais, com polo de lazer em duas fontes e trilha ecológica; a Passagem Molhada, na divisa dos municípios de Tabuleiro do Norte e Juazeiro do Norte, com área de lazer banhada pelas águas do rio Quixeré; o Olho D'Água da Bica, local de romaria à igreja datada do século XIX, com imagem de Nossa Senhora da Saúde; a barragem de José Chaves Gondim, no sítio Bebedouro; o sangrador do sítio Taperinha; a capela de Nossa Senhora das Brotas, construída no século XIX, reconstruída como igreja nos anos de 1940, tendo sido projetada pelo Monsenhor Otávio Santiago, terceiro vigário da vila de Taboleiro; e o Museu da Imagem e do Som, com rico acervo de peças antigas e objetos pessoais de grande valor histórico.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de emancipação política do município (8 de junho); as Festividades de São Pedro, na Comunidade de Gangorrinha (20 a 29 de junho), com danças folclóricas,

maneiro pau, quadrilhas juninas, casamento matuto e o desfile da garota junina do ano; a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Brotas (8 de setembro); o Festival do Caminhoneiro (setembro); o Carnaval (fevereiro/março); a Paixão de Cristo (Semana Santa); o Natal Vivo (dezembro); a Romaria de Nossa Senhora da Saúde, considerada a terceira mais importante do Estado do Ceará, no distrito de Olho D'Água da Bica (com encerramento em 14 de agosto); e a Vaquejada no Parque Martins (julho).

Principais Personalidades

Manoel Guerreiro Gondim, primeiro prefeito eleito do município de Tabuleiro do Norte, com mandato de 31 de janeiro de 1959 a 30 de janeiro de 1963.

Monsenhor Otávio Santiago, terceiro vigário da vila de Taboleiro, autor do projeto de demolição da capela e construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Brotas, nos anos de 1940.

Olímpio Agostinho Maia, prefeito interino do município de Tabuleiro do Norte, após a elevação do distrito à categoria de município, no período de 8 de junho de 1958 a 30 de janeiro de 1959.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tabuleiro do Norte – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tabuleiro do Norte – 1998.

Tabuleiro do Norte (CE). Prefeitura. 2017. Disponível em <http://tabuleiordonorte.ce.gov.br/divulgacao/historico-do-municipio>

Tamboril

Hino de Tamboril

(Letra e melodia
por autores não identificados).

É Tamboril, é Tamboril
Terra bendita
Neste chão
Do meu Brasil.

Quero cantar
Minha terra tão querida,
Onde vi a luz da vida
Onde hei de descansar;
E seu passado
Que engrandece sua história
Alegre quero exaltar.

Vejo de longe o esbelto Feiticeiro
Majestoso e prazenteiro
Apontando o céu de anil
Tem ao seu lado
O belo bico d'Arara
Tamanha beleza rara
A gente vê em Tamboril.

Do rio as águas
A gente vê a Serra das Matas
Nas encostas as cascatas
têm encanto sem igual
Do Pedra e Cal
A barragem é uma beleza
Enfeitando a natureza
De minha terra natal.



O Acaraú
Prossegue sua caminhada
E com a Grota da Mijada
Forma o Açude Carão
Bela visão
Que grande fertilidade
Se espalha por toda parte
Dando vida ao meu sertão.

Pelas campinas
Ouço o aboio do vaqueiro
Destemido qual guerreiro
Segue de perto a boiada
E o agricultor
Espaço vai conquistando
O Brasil alimentando
Na força da sua enxada.

Nossas crianças
Desta terra são as flores
Que amenizam nossas dores
E alegram nosso viver
São nossa força
No labor de cada dia
Da vitória a garantia
Nas batalhas por vencer.

A Juventude deste povo a esperança
Quem espera sempre alcança
Novos tempos vão chegar
Vamos cantar desde já nossa vitória
Construindo sua história
Tamboril há de mudar

E Ana Feitosa se celebra devoção
Para o santo padroeiro ela fez a doação
E Tamboril se transforma em cidade
Eu canto a felicidade de morar nesse rincão

Tamboril é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão de Crateús e na mesorregião dos Sertões Cearenses.

O **IDH** de Tamboril (2010) foi de 0,580, de nível baixo, situando-se em 166º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,25, ficando em 102º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo tem origem na denominação de árvore existente na região, pertencente à família das leguminosas mimosóideas, mas significa também, em linguagem indígena, pequeno tambor.

Gentílico:

tamborilense.

Limites geográficos

Norte: Catunda, Hidrolândia e Nova Russas

Leste: Monsenhor Tabosa e Catunda

Sul: Crateús, Independência e Monsenhor Tabosa

Oeste: Nova Russas, Ipaporanga e Crateús

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tamboril, com **área** de 1.961,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 26.199 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 421,4 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 322,62 m e a **distância para a Capital** é de 294,8 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-176 / CE-257 / CE-266. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (30,38%), planossolo solódico ta (16,41%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (37,54%), solo litólico eutrófico (11,40%) e solos aluviais eutróficos (4,26%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Salgado e o riacho Pajeú, além dos riachos Santana, da Onça, Ingá, Olho D'Água, Morcego, Barbosa, Araras, Feitosa, do Coronel e São Felix, este último na divisa com o município de Monsenhor Tabosa, sendo os principais reservatórios os açudes Timbaúba, Carão e Sucesso (na bacia do rio Parnaíba). Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e os maciços residuais. A **vegetação** é

constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

As primeiras notícias do povoado de Tamboril datam de meados do século XVIII, entre 1740 e 1760, quando o capitão Luís Vieira de Sousa e sua mulher D. Ana Feitosa fundaram uma grande fazenda, para exploração da agricultura e da pecuária. Para atrair novos colonos, os proprietários da fazenda fizeram a doação de grande área de terras próprias para essas atividades. Conta-se que, num período de seca, o fazendeiro teve um sonho, em que a Senhora Santana mandava que, para enfrentar os períodos de estiagem, o proprietário das terras mandasse construir uma barragem no rio Acaraú. Logo mandou iniciar a obra, prometendo mandar construir uma capela dedicada à Senhora de Santana. A água acumulada passou a atenuar os efeitos da seca. Para cumprir sua promessa, encomendou a imagem da Santa. Pouco tempo depois, Luís Vieira faleceu e, quando a imagem chegou ao povoado, havia sido mandada, por engano, a de Santo Anastácio. Após consultar as autoridades eclesiásticas, os descendentes do fazendeiro foram autorizados a eleger como padroeiro do lugar Santo Anastácio, mártir persa do século VII, e mandaram iniciar a edificação da capela em honra desse santo. O arraial, que se tornou o município de Tamboril, se formou em torno desse templo católico. A criação do distrito de Tamboril ocorreu em 1842 e sua elevação à categoria de município em 4 de outubro de 1854, extinto em 1931 e restaurado em 4 de dezembro de 1933.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Tamboril, pelo ato provincial de 18-03-1842 e por lei provincial nº 629, de 17-12-1853, subordinado ao município de Ipu. Elevado à categoria de município com a denominação de Tamboril, pela lei provincial nº 664, de 04-10-1854, desmembrado de Ipu, tendo como sede o núcleo de Tamboril, constituído apenas do distrito sede. Pelo ato provincial de 17-03-1882, é criado o distrito de Arraial de Telha e anexado ao município de Tamboril. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Tamboril (sede) e Arraial de Telha. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, é extinto o município de Tamboril, sendo o seu território anexado ao muni-

cípio de Santa Quitéria. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Tamboril, pela lei nº 1.156, de 04-12-1933, desmembrado de Santa Quitéria, constituído de 5 distritos: Tamboril (sede), Arraial de Telha, Lagoinha, Pinheiro e Timbaúba. Em divisão territorial datada de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 5 distritos: Tamboril (sede), Lagoinha, Monsenhor Tabosa, Pinheiro e Timbaúba, não figurando o distrito de Arraial de Telha. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Lagoinha passou a denominar-se Pageú e o distrito de Timbaúba a denominar-se Holanda. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Tamboril (sede), Pageú, Holanda, Monsenhor Tabosa e Pinheiro. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Pageú passou a denominar-se Curatis e o distrito de Pinheiro a denominar-se Sucesso. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Tamboril (sede), Curatis, Holanda, Monsenhor Tabosa e Sucesso. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Monsenhor Tabosa é desmembrado de Tamboril, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 4 distritos: Tamboril (sede), Curatis, Holanda e Sucesso. Pela lei estadual nº 4.197, de 06-09-1958, é criado o distrito de Oliveiras, com áreas desmembradas do distrito de Curatis, e anexado ao município de Tamboril. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Tamboril (sede), Curatis, Holanda, Oliveiras e Sucesso. Pela lei estadual nº 6.379, de 02-07-1963, o distrito de Sucesso é desmembrado do município de Tamboril, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 7.014, de 26-12-1963, é criado o distrito de Carvalho e anexado ao município de Tamboril. Pela lei estadual nº 7.019, de 27-12-1963, é criado o distrito de Boa Esperança e anexado ao município de Tamboril. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 6 distritos: Tamboril (sede), Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda e Oliveiras. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Tamboril adquiriu o extinto município de Sucesso, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Tamboril (sede), Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda, Oliveiras e Sucesso, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Os atuais dis-

tritos do município são: Tamboril (sede), Açudinho, Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda, Oliveiras e Sucesso.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos, equinos e aves; o extrativismo, com a fabricação de carvão vegetal, a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração com a extração de rocha para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; e o turismo, tendo como principais atrações: a Praça Brigadeiro Sampaio com o memorial e o Museu Histórico em homenagem ao herói da Guerra da Tríplice Aliança; a comunidade Potiguara, a 35 quilômetros da sede; a Igreja Matriz de Santo Anastácio e outros.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da emancipação política do município (4 de outubro); as Festividades do Padroeiro Santo Anastácio (de 12 a 22 de janeiro); os Festejos do Tamboril Junino, no distrito de Sucesso (junho); o Tamboril Folia – Carnaval (fevereiro/março); as Celebrações da Semana Santa na Igreja Matriz de Santo Anastácio (Semana Santa); o Tamboril Fest (julho); e o Concurso de Miss Tamboril (23 a 27 de agosto).

Principais Personalidades

Antônio de Sampaio (Tamboril, 24 de maio de 1810 – Buenos Aires, 6 de julho de 1866), militar que se destacou nas campanhas militares de que participou, no período Regencial e do Segundo Reinado. Na *Batalha de Tuiuti*, foi gravemente ferido e veio a falecer em 8 de julho de 1866, quando era conduzido para Buenos Aires, no navio Eponina.

Luiz Haroldo Cavalcante Serra (Tamboril, 3 de dezembro de 1934 – Fortaleza 16 de junho de 2019) foi ator, diretor, cenógrafo, dramaturgo e teatrólogo. Em 1957, fundou, com sua mulher Hiramisa Serra, a Comédia

Cearense, um dos mais antigos grupos de teatro do país. Foi Diretor do Theatro José de Alencar. Considerado o Mestre Maior do Teatro Cearense.

Irineu Guimarães, nome pelo qual era conhecido Antônio Deusedit da Cruz Guimarães (Tamboril, 21 de julho de 1929 – Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2005), filósofo, doutor em Filosofia e jornalista, correspondente do jornal *Le Monde*, preso 19 vezes durante o regime militar brasileiro, na década de 1960.

Maria Amélia Perdigão Sampaio (Tamboril, 20 de maio de 1877 – Palmácia, 3 de junho de 1952) foi a primeira professora pública da localidade de Palmeiras. Tem o seu nome a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Amélia Perdigão Sampaio.

Padre Raimundo Félix Teixeira, primeiro pároco do município de Tamboril.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tamboril – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tamboril – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

Tarrafas

Hino de Tarrafas

(Letra e melodia
por José Jesus Leite).

Ao valente nativo guerreiro
Homem branco estendeu-lhe a mão,
Pelos vales os rios ensejam
O porvir da nova geração.

Vastos campos, solo fértil,
Aflorando as plantações,
Ó Tarrafas, terra amada,
Que enaltece nossos corações.

A história bem viva nos conta,
Aroeira fazenda primeira,
Um tributo jamais esquecido
À senhora Tereza Moreira.

As pousadas, os tropeiros,
Água doce, dos Bastiões.
Ó Tarrafas, terra amada,
Que enaltece nossos corações.

Os teus filhos no tempo marcharam,
Trabalhando a honrosa missão,
E do sonho veio a liberdade,
Resplandece a emancipação.

Vida nova, és princesa,
O progresso, as construções.
Ó Tarrafas, terra amada,
Que enaltece nossos corações.

Quando somos levados ao longe,
Pela força da realidade,



Permaneces em nossas lembranças,
Mergulhados no mar da saudade.

Regressamos, a dor contida,
No abraço, as emoções.
Ó Tarrafas, terra amada,
Que enaltece nossos corações.

Tarrafas é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Várzea Alegre e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Tarrafas (2010) foi de 0,576, de nível baixo, situando-se em 170º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 11,89, ficando em 177º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo tarrafas está citado no artigo de Florival Seraine “Contribuição à Toponímia Cearense”, publicado na Revista do Instituto do Ceará (t. LX, página 256), entre os “Nomes Portugueses de Cidades e Vilas”.

Gentílico:

tarrafense.

Limites geográficos

Norte: Cariús, Jucá e Saboeiro

Leste: Farias Brito e Cariús

Sul: Assaré e Farias Brito

Oeste: Saboeiro, Antonina do Norte e Assaré

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tarrafas, com **área** de 454,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 8.555 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 755 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 300 m e a **distância para a Capital** é de 440 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / CE-060 / CE-153 / CE-166 / CE-253 / CE-282 / CE-375 / CE-566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (0,02%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,81%), solo litólico eutrófico (89,65%), solos aluviais eutróficos

(5,98%) e terra roxa estruturada eutrófica (3,53%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Bastiões e os riachos Urucu e do Felipe, sendo os principais reservatórios os açudes do Sítio Lages e João Pereira de Carvalho (antigo açude público do Escondido). Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), caatinga arbustiva densa e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

A história do município de Tarrafas teve como marco inicial a atividade exercida na fazenda Aroeiras, em meados do século XIX, onde funcionava um entreposto de mercadorias. Dona Tereza Moreira, proprietária da Fazenda, abrigava no alpendre da casa os tropeiros que desciam pela ribeira do Urucu ou que vinham da Ribeira dos Bastiões, oferecendo-lhes pousada e alimentação, sem nada lhes cobrar. Depois de algum tempo, não havendo mais como alojar o grande número de tropeiros que por ali passavam, resolveu fazer doações de terrenos para construção de casas, nas proximidades da fazenda, onde se iniciou a formação do povoado. Conta-se que, por volta de 1840, numa pescaria no rio Bastiões um tropeiro perdeu sua tarrafa e, por essa razão, as pessoas se referiam ao lugar chamando de tarrafa, o que levou dona Tereza Moreira a mudar o nome da fazenda, em 1853, para Tarrafas. Por sugestão do Padre José de Sousa, a fazendeira mandou edificar uma capela, em honra de Nossa Senhora das Dores, que era utilizada para a celebração de cultos religiosos, onde eram sepultados os mortos do povoado, o que ocorreu até o ano de 1898, quando foi construído o cemitério. No cumprimento de uma promessa, em 1919, um morador, depois de demolir a antiga capela de taipa, construiu outra de alvenaria, sob a invocação de Nossa Senhora das Dores e, para substituir a pequena imagem, a comunidade mandou comprar em Fortaleza uma de tamanho maior. Ao ser aberto o caixote que continha a imagem da santa, verificou-se que se tratava de uma imagem de santa desconhecida. Chamado o vigário da Paróquia de Assaré, o Padre Emílio Leite Álvares Cabral confirmou que a imagem era de Nossa Senhora das Angústias e pediu que a santa, Padroeira da cidade de

Granada, na Espanha, fosse aceita como nova padroeira do povoado, sendo fixada como data da padroeira 15 de agosto. Em 1920, foi criado o distrito de Tarrafas, subordinado ao município de Assaré. Elevado à categoria de município por lei estadual de 3 de dezembro de 1963, Tarrafas voltou à condição de distrito, vinculado ao município de Assaré, por lei estadual de 14 de dezembro de 1965. A emancipação política definitiva ocorreu por lei estadual de 1987, retificada em 1988, sendo instalado o município em 1º de janeiro de 1989.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Tarrafas, por ato estadual de 07-06-1920, subordinado ao município de Assaré. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Tarrafas figura no município de Assaré, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.810, 03-12-1963, o distrito de Tarrafas é desmembrado do município de Assaré, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Tarrafas, sendo o seu território anexado ao município de Assaré, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o distrito de Tarrafas figura no município de Assaré, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município, com a denominação de Tarrafas, pela lei estadual nº 11.360, de 21-10-1987, alterado pela lei estadual nº 11.484, de 20-07-1988, desmembrado de Assaré, instalado em 01-01-1989, tendo como sede o antigo distrito de Tarrafas, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Atualmente, o município é constituído apenas do distrito sede.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de ma-

deiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a fabricação de doces caseiros e rapadura; e o turismo, tendo como principais atrativos: o Casarão da Vila Nova; o Balneário do Rio Bastiões e a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Angústias.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Angústias (8 a 15 de agosto); a Festa da Emancipação Política do Município (21 de outubro); o Festival de Quadrilhas Juninas (junho).

Principais Personalidades

Francisco Alves de Alencar (Tarrafas, 1º de julho), advogado, escritor e poeta, representante de Tarrafas na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Tertuliano Cândido de Araújo, primeiro prefeito do município de Tarrafas, eleito em 15 de novembro de 1988, com mandato de 01-01-1989 a 01-01-1993.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tarrafas – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tarrafas – 1998.

SERAINE, Florival in Revista do Instituto do Ceará (t. LX, página 256) - Contribuição à Toponímia Cearense. Nomes Portugueses de Cidades e Vilas”.

Tauá

Hino de Tauá

(Letra e melodia por José Nilson Furtado)

Amar-te, oh! Tauá, torrão querido,
Em ti nascidos
Quão sublime é te amar!
E vermos o progresso desta terra,
Berço que encerra
Em nosso peito de amor sem par!
Relíquia do passado glorioso
Repositório no presente e no amanhã!

*Hoje e no porvir,
Grande o amor por ti,
Em nossos corações perdurará!
Dentre os tauaenses,
Oh! Não há quem pense
Em te esquecer, Tauá!*

Enquanto nas caatingas o vaqueiro,
Amalha o gado com coragem e destemor...
Nos campos a seara sol a pino,
Qual paladino
O destemido agricultor!
Protótipos da alma sertaneja,
Que na peleja,
Não se abate ou faz curvar!

Hoje e no porvir ...

Teus clãs nossos maiores,
No passado,
Tiveram fibra e bravura de heróis!...
Deixando a nós outros o legado



Imorredouro: “Só o trabalho constrói” ...
Exemplo de estoicismo que nos leva
A sermos fortes, invencíveis, varonis!

Hoje e no porvir ...

Às margens do Trici, repousas bela,
Linda donzela,
À sombra do Quinamuiú!
Tens porte e perfil de realeza,
Rara beleza!...
Princesa dos Inhamuns!
Espelhas do Nordeste Brasileiro,
A natureza e a raça forte e pertinaz.

Hoje e no porvir ...

Tauá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Sertão dos Inhamuns e na mesorregião do Sertões Cearenses.

O **IDH** de Tauá (2010) foi de 0,633, de nível médio, situando-se em 44º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2017) foi de 26,74, ficando em 59º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “barro amarelo e argiloso”. Para Gomes de Freitas, Tauá significa “cidade antiga”.

Gentílico:

tauuense.

Limites geográficos

Norte: Pedra Branca e Independência

Leste: Mombaça e Pedra Branca

Sul: Parambu e Arneiroz

Oeste: Quiterianópolis e Parambu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tauá, com área de 4.018,2 km², tem **população estimada** para 2021 em 59.259 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente

semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 430 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 402,7 m e a **distância para a Capital** é de 347 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222. O **solo** é constituído de brunizem avermelhado (2,83%), brunão não cálcico (37,21%), latossolo amarelo álico (0,26%), planossolo solódico ta (4,83%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (28,15%), solo litólico eutrófico (19,30%), solos aluviais eutróficos (6,81%) e vertissolo (0,25%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe, tendo como principais drenagens superficiais o rio Jaguaribe e os riachos Carrapateira, São Bento, Feijão e das Favelas, sendo os principais reservatórios os açudes Trici, Favelas e Várzea do Boi, além do açude Rio Poty que abastece a população urbana da sede do município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

Quando os colonizadores chegaram à região dos Inhamuns, habitavam aquelas terras as tribos indígenas dos Jucás e dos Genipapos. A história do município de Tauá se inicia no ano de 1708, com a concessão a Lourenço Alves Feitosa de uma sesmária nas ribeiras do rio Jucás, onde o sesmeiro instalou uma fazenda, que, em 13 de março de 1724, foi acrescida de mais três léguas de terras, concedidas pelo capitão-mor da Capitania do Ceará Grande, Manuel François ou Manuel Francês, situadas nos Sertões dos Inhamuns. Outras sesmarias foram concedidas nessa mesma época, sendo um desses sesmeiros o capitão Geraldo Monte. Em razão da proximidade entre as propriedades e da divergência na fixação dos limites, surgiu uma grande inimizade entre os proprietários, que fez surgir contínuas e encarniçadas lutas entre as famílias Monte e Feitosa, na disputa pela terra. Esses embates se refletiram nos nomes dados às localidades da região: Riacho do Sangue, Trincheiras, Cruzes, Tropas, Emboscada. Outros confrontos ocorreram, no curso dos anos, entre as famílias dos Araújo e Maciéis, dos Viriatos e Calangos, e dos Cunhas e Patacas. O Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, baseado em Ordem Régia de 22 de julho de 1766, expediu portaria, em 14 de dezembro de 1801, determinando a ida do

ouvidor da Capitania à povoação de Inhamuns (Tauá), para identificar se aquela localidade reunia as condições para sua elevação à condição de vila. O ouvidor cumpriu a ordem recebida, sendo o povoado elevado à categoria de vila em 14 de dezembro de 1801, com a denominação de São João do Príncipe de Inhamuns, instalada em 3 de maio de 1802, desmembrando-se do município de Quixeramobim. A freguesia da vila foi criada em 17 de agosto de 1832, em honra de Nossa Senhora do Rosário. Em dezembro de 1889, visando eliminar traços do regime monárquico, a denominação da vila foi mudada, de São João do Príncipe de Inhamuns para São João dos Inhamuns, recebendo a denominação definitiva de Tauá em 14 de outubro de 1892. A vila foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Tauá, em 2 de agosto de 1929, no governo do primeiro interventor federal do Ceará, Manuel do Nascimento Fernandes Távora.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila, com a denominação de São João do Príncipe de Inhamuns, por portaria de 14-12-1801, instalado em 03-05-1802, tendo como sede a povoação de São João do Príncipe de Inhamuns, desmembrada de Quixeramobim. Pela lei provincial nº 181, de 16-09-1839, é criado o distrito de Flores e anexado à vila de São João do Príncipe de Inhamuns. Pela lei provincial nº 1.405, de 02-08-1871, é criado o distrito de Marrecas e anexado à vila de São João do Príncipe de Inhamuns. Por lei provincial de 02-09-1874, é criado o distrito de Marruás e anexado à vila de São João do Príncipe de Inhamuns. Pelo decreto nº 1, de 02-12-1889, a vila de São João do Príncipe de Inhamuns passou a denominar-se São João dos Inhamuns. Pela lei estadual nº 485, de 14-10-1892, a vila de São João dos Inhamuns passou a denominar-se Tauá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 4 distritos: Tauá (sede), Flores, Marrecas e Marruás. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Tauá pela lei estadual nº 2.677, de 02-08-1929, que também cria o distrito de São Pedro da Cachoeirinha, anexado ao município de Tauá. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, Tauá adquiriu o território do extinto município de Arneiroz, como simples distrito. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 7 distritos: Tauá (sede), Arneiroz, Barra Nova, Cococi, Flores, Marrecas e

São Pedro da Cachoeirinha, não constando o distrito de Marruás, cujo território, desmembrado de Tauá, passou a pertencer ao município de Maria Pereira (Mombaça). Pelo decreto-lei nº 1.404, de 12-12-1934, é recriado o distrito de Marruás e anexado ao município de Tauá. Pela lei nº 158, de 04-12-1936, é criado o distrito de Santo Antônio das Carrapateiras e anexado ao município de Tauá. Pela lei nº 263, de 28-12-1936, Tauá adquiriu o distrito de Santa Catarina, anteriormente pertencente a Saboeiro. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 9 distritos: Tauá (sede), Arneiroz, Barra Nova, Cococi, Flores, Marrecas, Marruás, Santo Antônio das Carrapateiras e São Pedro da Cachoeirinha. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de São Pedro da Cachoeirinha passou a denominar-se simplesmente Cachoeirinha e o distrito de Santo Antônio das Carrapateiras a denominar-se Carrapateiras, e foi criado o distrito de Nova Cruz, com terras desmembradas do distrito de Marruás. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 10 distritos: Tauá (sede), Arneiroz, Barra Nova, Cachoeirinha, Cococi, Flores, Marrecas, Marruás, Nova Cruz e Carrapateiras. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Cachoeirinha passou a denominar-se Parambu, o distrito de Nova Cruz a denominar-se Inhamuns e o distrito de Flores, a denominar-se Trici. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 10 distritos: Tauá (sede), Arneiroz, Barra Nova, Carrapateiras, Cococi, Inhamuns, Marrecas, Marruás, Parambu e Trici, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. A lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, desmembra do município de Tauá os distritos de Parambu e Cococi, para constituírem o novo município de Parambu. A lei estadual nº 3.554, de 14-03-1957, desmembra do município de Tauá o distrito de Arneiroz, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 7 distritos: Tauá (sede), Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás e Trici. A lei estadual nº 6.484, de 29-08-1963, desmembra do município de Tauá os distritos de Carrapateiras e Barra Nova, para constituírem o novo município de Carrapateiras. A lei estadual nº 6.395, de 03-07-1963, desmembra do município de Tauá o distrito de Trici, elevado à categoria de município. A lei estadual nº 6.472, de 18-08-1963, desmembra do município de Tauá o distrito

de Marrecas, elevado à categoria de município. A lei estadual nº 6.663, de 14-10-1963, desmembra do município de Tauá os distritos de Inhamuns e Marruás, para formarem o novo município de Inhamuns. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Tauá adquiriu os extintos municípios de Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás e Trici, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 7 distritos: Tauá (sede), Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás e Trici, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.314, de 15-05-1987, é criado o distrito de Santa Tereza e anexado ao município de Tauá. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 8 distritos: Tauá (sede), Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás, Santa Tereza e Trici, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Tauá (sede), Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás, Santa Tereza e Trici.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as monoculturas de algodão, banana, uva, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária leiteira e de corte, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a fabricação de queijos de qualidade reconhecida em todo o Estado; a extração de minérios, principalmente cromita, que contém em sua estrutura magnésio, ferro, alumínio e cromo; e o turismo, tendo como principais atrativos: o Parque da Cidade; o Memorial do Cólera; o Museu dos Inhamuns; o Açude Várzea do Boi; o Mercado Público; o Centro de Artesanato; o Centro de Negócios; o Serrote Quinamuiú, que pode ser avistado de todos os pontos da cidade; três sítios paleontológicos e quinze arqueológicos; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que tem cúpula cilíndrica; e a Igreja de Jesus, Maria e José, no distrito de Marrecas, construído no século XVIII, por volta de 1717.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Festival Cultural dos Inhamuns – Fest Berro, evento sócio agropecuário, com oportunidades de negócios para os produtores de bovinos, ovinos e caprinos (22 de novembro); o Festival dos Inhamuns – Circo, Bonecos e Artes de Rua (7 a 13 de junho); o Dia do Município (3 de maio); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário (18 a 27 de outubro); a Semana da Juventude Culturarte de Tauá (20 a 24 de setembro); o Tauá Folia – Carnaval (fevereiro/março); o Arraial de Tauá – Festa Junina (junho); Festa de Reisado com o Grupo Carcará (6 de janeiro); e a Festa Tauá Natal de Luz (dezembro).

Principais Personalidades

Adalberto Alexandrino Correia Lima (Tauá, 5 de janeiro de 1931 – Teresina, 15 de dezembro de 1994), engenheiro e arquiteto. No Piauí, foi diretor de Urbanismo e Obras da Prefeitura de Teresina, diretor-técnico da Companhia de Habitação, diretor-geral do Departamento de Estradas e Rodagens e secretário de Obras e Serviços Públicos e deputado federal.

Antônio Gomes da Silva Câmara (Tauá, 4 de abril de 1928), bacharel em Direito, procurador do INSS e deputado estadual em cinco legislaturas, foi presidente da Assembleia Legislativa do Ceará em 1989. Secretário de Administração do Estado em 1985.

Antônio Gomes de Freitas (Tauá, 23 de março de 1904 – Fortaleza, 15 de julho de 1976), escritor, político, pesquisador e historiador, foi vereador e prefeito de Fortaleza. Integrou o Conselho de Contas dos Municípios e foi Juiz de Paz de Quiterianópolis. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Carmelita Yumito (Tauá, 15 de setembro de 1970) é jogadora de sinuca, penta campeã brasileira, onze vezes campeã paulista, seis vezes campeã da Copa do Brasil, bicampeã da Copa Ipê, bicampeã da Copa Guarulhos, campeã da Copa Volkswagen e campeã do Verão Miami Snooker

Fausto Carlos Barreto (São João dos Inhamuns, atual município de Tauá, 19 de dezembro de 1852 – Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1915), filólogo, jornalista e professor. Sócio correspondente do Instituto do Ceará. Foi presidente da província do Rio Grande do Norte e deputado geral pelo Ceará, na última legislatura do Império.

Francisca Clotilde Barbosa de Lima (Tauá, 19 de outubro de 1862 – Aracati, 8 de dezembro de 1935), escritora, educadora e jornalista. Foi a primeira mulher a lecionar na Escola Normal do Ceará, em 1882. Participou da campanha abolicionista e foi defensora da emancipação feminina.

João Filipe Pereira (Tauá, 23 de março de 1861 – Rio de Janeiro, 5 de maio de 1950), engenheiro civil, foi presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, ministro de Relações Exteriores e dos Transportes e prefeito do Distrito Federal, de 1900 a 1901.

Joaquim Pimenta (Tauá, 13 de janeiro de 1886 – Rio de Janeiro, 13 de março de 1963), bacharel em Direito, professor e escritor, foi promotor público do Recife e procurador do Ministério do Trabalho, um dos pioneiros do movimento socialista no Brasil, defendendo a legislação de proteção ao trabalhador e os movimentos grevistas no Nordeste.

José Aroldo Cavalcante Mota (Tauá, 27 de janeiro de 1933 – Fortaleza, 20 de junho de 2017), advogado, especialista em Direito Eleitoral, Administrativo, Constitucional, Partidário e Municipal, servidor público, político e escritor. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral e sócio efetivo do Instituto do Ceará, do qual foi vice-presidente.

Jovita Feitosa, apelido de Antônia Alves Feitosa (Tauá, 8 de março de 1848 – Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1867) foi uma militar brasileira que se tornou famosa em 1865, por ter se engajado no Exército Brasileiro, travestida de homem, com o cabelo cortado e vestes masculinas, na condição de Voluntário da Pátria, quando do recrutamento de praças para a Guerra do Paraguai. Em 27 de março de 2017, teve seu nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Luís Gonzaga Nogueira Marques (Tauá, 7 de julho de 1937), engenheiro civil, nomeado Prefeito de Fortaleza, em 1978. Deputado federal constituinte de 1988, renunciando ao mandato em 1990, para assumir a direção-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Maria Abigail Feitosa (Tauá, 17 de abril de 1933 – Salvador, 14 de agosto de 1991), médica, lecionou na Escola Baiana de Medicina e trabalhou no INAMPS e no Hospital Ana Neri. Vice-presidente da Associação

Baiana de Medicina, foi deputada estadual pela Bahia em duas legislaturas, inclusive na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

Maria Zinah de Oliveira Alexandrino, pedagoga e escritora, representante de Tauá na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Vicente Cavalcante Fialho (Tauá, 27 de janeiro de 1938), engenheiro civil, com pós-graduação em Transportes, exerceu vários cargos federais, estaduais e municipais. Foi prefeito de São Luís, prefeito de Fortaleza e ministro de Minas e Energia.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tauá – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tauá – 1998.

Tauá (CE). Prefeitura. 2015. Disponível em: <http://www.taua.ce.gov.br/historia-de-taua>.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Tejuçuoca

Hino de Tejuçuoca

(Letra e melodia
por Raimundo Nonato Cipriano)

Tejuçuoca nossa querida terra
O teu nome encerra um grande valor
Tejuçuoca nossa terra querida
Tu és nossa vida tu és nosso amor.

Tejuçuoca o teu nome vibra
Com todas as fibras de seu coração
E nós queremos te ver progressista
Com grandes conquistas, oh! Caro torrão.

Tejuçuoca cidade tão bela
Como se fosse a tela de um grande pintor
Tejuçuoca terra idolatrada
Tu és nossa amada com todo vigor.

A tua origem de tribos indígenas
Se torna mais digna, te faz mais viril
Teus nobres filhos te emanciparam
E te consagraram terra varonil.

Os teus produtos, algodão e mel
Te deram o troféu de grande celeiro
A nossa fé se resume nisto
São Pedro, por Cristo o teu padroeiro.

Tejuçuoca é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Médio Curu e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Tejuçuoca (2010) foi de 0,584, de nível baixo, situando-se em 161º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 12,89, ficando em 176º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “lugar onde residem os teiús grandes (lagartos).

Gentílico:

tejuçuocuense.

Limites geográficos

Norte: Itapajé e Irauçuba

Leste: General Sampaio, Apuiarés, Pentecoste e Itapajé.

Sul: Irauçuba e Canindé

Oeste: Irauçuba

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tejuçuoca, com **área** de 759,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 19.551 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 427,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 140,32 m e a **distância para a Capital** é de 148,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / CE-162 / CE-168 / CE-253. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (19,31%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (11,92%), solo litólico eutrófico (68,69%) e vertissolo (0,09%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Curu, tendo como principais drenagens superficiais os riachos do Paulo, dos Tanques e o rio Caxitoré, na divisa com os municípios de Irauçuba e Itapajé, sendo o principal reservatório o açude Tejuçuoca, que abastece a sede do município e as localidades de Boqueirão, Boa Ação, Caiçara I e Malaquias. Com relação ao **relevo**, predomina a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e caatinga arbustiva densa.

Síntese Histórica

As primeiras notícias da povoação que deu origem ao município de Tejuçuoca datam dos primeiros anos do século XIX, quando chegaram à região os primeiros colonizadores portugueses, que instalaram fazendas nas proximidades do riacho do Paulo, afluente do rio Curu. O arraial fa-

zia parte do então município de São Francisco, atual Itapajé. No início do século XX, os cangaceiros e fugitivos da polícia se homiziavam nas matas das serras da Catarina e do Macaco, e nas grutas ali existentes ocultavam as ossadas de inimigos, desafetos políticos e outras pessoas que executavam. Anos depois, ao serem encontradas, essas ossadas foram sepultadas e montado um pequeno altar, onde foi construído o Santuário de Nossa Senhora das Graças e fundado o Parque Ecológico Furna dos Ossos, que ocupa uma área de 1.200 hectares, compreendendo a Serra da Catarina e a Serra do Macaco, com elevações médias de 450m a 630m acima do nível do mar. Graças a uma campanha de conscientização da comunidade, liderada pelo artista plástico Eliseu Joca, o Parque Ecológico vem sendo mantido em excelente estado de conservação, sem sinais de depredações ou de agressões ao meio ambiente. Tejuçuoca foi distrito de São Francisco, depois denominado Itapajé, até ser elevado à categoria de município em 1963. Dois anos depois voltou a ser distrito de Itapajé e somente conquistou a emancipação política definitiva em 28 de dezembro de 1987, tendo sido instalado como município em 01 de janeiro de 1989.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Tejuçuoca, por ato estadual de 19-08-1818, subordinado à vila de São Francisco, atual município de Itapajé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, Tejuçuoca consta como distrito da vila de São Francisco. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Tejuçuoca figura no município de São Francisco, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de São Francisco passou a denominar-se Itapajé. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Tejuçuoca figura no município de Itapajé, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Tejuçuoca, pela lei estadual nº 6.392, de 03-07-1963, desmembrado de Itapajé, tendo como sede o antigo distrito de Tejuçuoca, constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 6.603, de 26-09-1963, é criado o distrito de Santa Rosa e anexado ao município de Tejuçuoca. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Tejuçuoca (sede) e Santa

Rosa. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Tejuçuoca, sendo o seu território anexado ao município de Itapajé, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, Tejuçuoca é distrito do município de Itapajé, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município, com a denominação de Tejuçuoca, pela lei estadual nº 11.414, de 28-12-1987, desmembrado de Itapajé, instalado em 01-01-1989, constituído de 2 distritos: Tejuçuoca (sede) e Caxitoré. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 2 distritos: Tejuçuoca (sede) e Caxitoré, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Os atuais distritos do município são: Tejuçuoca (sede) e Caxitoré.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com a produção de feijão, milho, mandioca e arroz e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, banana, abacate, cebola, tomate, laranja, limão, café e hortaliças; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas; o artesanato de redes, bordados, chapéus de palha, a fabricação de sabão caseiro e outras atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; e o turismo, tendo como principais atrativos as grutas de Tejuçuoca que deram origem ao Parque Ecológico Furnas dos Ossos, onde se encontram as grutas do Veado Campeiro, do Sino, da Mesa, do Jardim, da Cabeça do Índio de Pedra, do Macaco e do Amor, além do Mirante Arco de Deus, a Pedra Mirante e o Túnel do Amor, além de estalactites e estalagmites seculares; o Balneário Boqueirão; a capela de Nossa Senhora do Carmo; a capela de São Raimundo Nonato, na localidade de Malaquias; a Serra da Catarina; o Veu de Noiva do açude Boqueirão; a Igreja Matriz de São Pedro; e as trilhas do Parque Ecológico de Furna dos Ossos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: A Feira de Ovinos e Caprinos – TEJUBODE (novembro); o Circuito de Quadrilhas Juninas SESC (junho); o Arraiá da Roça de Tejuçuoca (junho); a Festa do Padroeiro São Pedro (29 de junho); a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo So-

corro (18 a 28 de outubro); a Festa de São José (19 de março); a Festa de Aniversário do Município (13 de janeiro); as Festas de Carnaval (fevereiro/março); e a Cavalgada dos Vaqueiros de Tejuçuoca (junho).

Principais Personalidades

João da Silva Mota Filho, primeiro prefeito eleito do município de Tejuçuoca, com mandato de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992. Nascido em Itapajé em 7 de agosto de 1953.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tejuçuoca – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tejuçuoca – 1998.

Tianguá

Hino de Tianguá

(Letra e melodia
por Valdecy Santos de Abreu)

*Salve, salve! Tianguá altaneira!
Acolhes com amor viril
A todos que te procuram
Neste recanto do Brasil.*

Teu povo é ordeiro e festivo
Teu forte é acolher e seduzir
Com encanto, alegria e ternura,
A todos que buscam a ti.

O encanto que emerge da alma
Da tua juventude a sorrir
É a certeza, a glória, a vitória,
Da tua grandeza e do teu porvir.

Da Ibiapaba és confiança e progresso,
Eterna festa neste alcantil
A irradiar ousadia e beleza
Nas noites frementes do teu céu anil.

Salve, salve! Tianguá altaneira! ...

De vegetação exuberante e diversa
De clima aprazível e sedutor
Abrigas belezas incontáveis
Que a natureza gratuita te deu.

Teus líderes são modestos, no entanto,
Tens na alma encanto e magia,
A semear a fé e a esperança
Te expandes com galhardia.



Tua caminhada não há quem segure
Tua glória é conquista de todos.
Na região, és a estrela que brilha,
Orgulho no coração do teu povo.

Salve, salve! Tianguá altaneira! ...

Tianguá é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Tianguá (2010) foi de 0,657, de nível médio, situando-se em 18º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 47,37, ficando em 7º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi, com a mesma denominação do riacho, afluente do rio Itacolomi, que nasce na Chapada da Ibiapaba e deságua no rio Coreaú. Segundo Thomaz Pompeu Sobrinho em *Etymologia de Algumas Palavras Indígenas* (Revista do Instituto do Ceará, vol. 33, pag. 226, – 1918), significa: “gancho que agarra” (*tian* = gancho + *guá* = agarrar), em alusão à bifurcação do riacho que passa ao sul da cidade, significando também “dente curvo” ou “dente de cobra venenosa” (*tian* = dente + *guá* = curvo). Outro significado, em outras fontes, para o topônimo Tianguá é de “Boqueirão do Bico de Papagaio”.

Gentílico:

tianguaense.

Limites geográficos

Norte: Moraújo, Granja e Viçosa do Ceará

Leste: Ubajara, Frecheirinha, Coreaú e Moraújo

Sul: Ubajara

Oeste: Viçosa do Ceará e Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tianguá, com área de 908,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 77.111 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média

(2021) de 961,1 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 775,92 m e a **distância para a Capital** é de 333,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-187. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (12,83%), latossolo acinzentado distrófico (7,85%), latossolo amarelo distrófico (28,84%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (11,10%), solo litólico distrófico (20,75%) e solo litólico eutrófico e distrófico (7,34%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas do Poti e do Coreaú, tendo como principais drenagens superficiais o rio Catarina, na primeira bacia, e o rio Quatiguaba e os riachos do Camarão e do Juazeiro, na segunda, sendo o principal reservatório da região o açude Jaburu I, situado em parte nesse município, que abastece a população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predomina o Planalto da Ibiapaba. A **vegetação** é constituída de carrasco e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

A história do município de Tianguá se inicia logo após a edição da Lei de Terras do Brasil (Lei nº 601, de 18-09-1850, regulamentada pelo Decreto Imperial nº 1.318, de 1854), com o registro, pelo capitão português João Batista Leal, fiscal das terras devolutas junto à Câmara de Viçosa do Ceará, em seu nome, do Sítio Chapadinha. Quando sua esposa faleceu, as terras foram divididas entre os herdeiros: Joaquim, Bonifácio, Manoel e Francisco Batista Leal. Joaquim e Bonifácio venderam suas propriedades a Manoel Nogueira da Costa e Francisco Ferreira Lima, que, com os outros dois herdeiros de João Batista Leal, proporcionaram condições para o surgimento do povoado, ao lado da Fazenda Chapadinha, com a denominação de Barrocão. Havia então no lugar poucas casas, mas as terras eram férteis e propícias à produção de café, fumo, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, babaçu, frutas e cereais. Quando da elevação do povoado à condição de distrito de Villa Viçosa, em 1869, a denominação de Barrocão foi mantida. O distrito foi extinto em 1871 e restaurado em 1873. Com terras produtivas e abundância de água, muitos sertanejos que fugiam da seca de 1877 encontraram abrigo e alimento, para o sustento de suas famílias, nessa região serrana. O distrito novamente extinto, foi definitivamente confir-

mado pela lei nº 1.978, de 1882. Com o crescimento da população e da mão-de-obra, voltada para as atividades agrícolas, o distrito se desenvolveu, sendo elevado à categoria de vila pelo decreto estadual nº 33, de 31 de julho de 1890, desmembrado de Viçosa, instalada em 12 de agosto do mesmo ano. A mudança de denominação de Barrocão para Tianguá ocorreu em 9 de setembro de 1890, pelo decreto estadual nº 62. Em 20 de maio de 1931, o decreto estadual nº 193 extinguiu a vila de Tianguá, anexando o seu território ao município de Ubajara, mas dois anos depois, em 4 de dezembro de 1933, Tianguá foi elevado à categoria de município, pelo decreto estadual nº 1.156. Quanto à formação religiosa do município, consta que, no início da segunda metade do século XIX, por ordem do coronel João Batista Leal, foi edificada uma pequena capela em honra da Senhora de Sant'Ana, feita de taipa, coberta com palhas de babaçu, contendo um nicho com a imagem da santa, onde a família se reunia diariamente para rezar o rosário e cantar a ladainha de Nossa Senhora, e, aos domingos, para ler trechos da Bíblia. No dia da Senhora de Sant'Ana, os moradores locais se reuniam para festejar a data, com novenas e leilões. Muitas foram as doações de terras para o patrimônio de Sant'Ana. Em 13 de maio de 1882, ocorreu a benção para a construção de capela em alvenaria, em substituição à capela rústica existente. Uma imagem de Nossa Senhora de Sant'Ana, com 69 centímetros de altura, foi trazida de Portugal. O curato de Sant'Ana foi criado em 27 de novembro de 1886, desmembrado da freguesia de Viçosa do Ceará, tendo sido o seu primeiro vigário o Padre José Tomaz de Albuquerque. A criação da Paróquia de Sant'Ana de Tianguá aconteceu em 15 de abril de 1915, por Dom Manoel da Silva Gomes, Bispo do Ceará. Em 1937, a Matriz de Sant'Ana foi praticamente demolida e em seu lugar construído um novo e grandioso templo, que se tornou, em 22 de agosto de 1971, a Catedral da Diocese de Tianguá.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Barrocão, pela lei provincial nº 1.280, de 28-09-1869, extinto em 22-07-1871 e restaurado pela Resolução nº 1.531, de 30-07-1873. Tendo sido mais uma vez extinto, foi finalmente mantido o distrito pela lei nº 1.978, de 1882. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Barrocão, pelo decreto estadual nº 33, de 31-07-

1890, desmembrado de Viçosa, instalado em 12-08-1890, tendo como sede o núcleo de Barrocão, constituída de 3 distritos: Barrocão (sede), Ipu e Olinda. Pelo decreto estadual nº 62, de 09-09-1890, a vila de Barrocão passou a denominar-se Tianguá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila de Tianguá é constituída do distrito sede, assim permanecendo nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, a vila é extinta, sendo o seu território anexado ao município de Ubajara. Elevado à categoria de município, com a denominação de Tianguá, desmembrado de Ubajara, pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, que vinculou a Tianguá os distritos de Frexeirinha e Santo Antônio, pertencentes ao extinto município de Palmas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 6 distritos: Tianguá (sede), Frexeirinha, Nova Olinda, Riachão, Santa Luzia e Santo Antônio. O decreto estadual nº 192, de 20-05-1935, desmembra do município de Tianguá os distritos de Frexeirinha e Santo Antônio, para formarem o novo município de Palmas. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Tianguá (sede), Nova Olinda, Riachão e Santa Luzia. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Nova Olinda passou a denominar-se Pitanga e o distrito de Riachão passou a denominar-se Uberaba, e foi criado o distrito de Palmeirinha, anexado ao município de Tianguá. No quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município é constituído de 5 distritos: Tianguá (sede), Palmeirinha, Pitanga, Santa Luzia e Uberaba. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Santo Luzia mudou a denominação para Tabainha, o distrito de Uberaba para Arapá, o distrito de Pitanga para Caruataí e o distrito de Palmeirinha para Pindoguaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Tianguá (sede), Arapá, Caruataí, Pindoguaba e Tabainha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 1.612, de 04-12-1963, o distrito de Arapá é desmembrado do município de Tianguá, elevado à categoria de município, com a denominação de Monsenhor Aguiar. Pela lei estadual nº 6.682, de 15-10-1963, o distrito de Tabainha é desmembrado do município de Tianguá, elevado à categoria de município, com a denominação de Carneiro da Frot. Pela lei estadual nº 6.908, de 16-10-1963,

o distrito de Caruataí é desmembrado do município de Tianguá, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 2 distritos: Tianguá (sede) e Pindoguaba. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Tianguá adquiriu os extintos municípios de Monsenhor Aguiar (Arapá), Caruataí e Carneiro da Frota (Tabainha), como simples distritos, com as antigas denominações: Arapá, Caruataí e Tabainha. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 5 distritos: Tianguá (sede), Arapá, Caruataí, Pindoguaba e Tabainha, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Pela lei municipal nº 840, de 17-10-2014, foi criado o distrito de Bela Vista, anexado ao município de Tianguá. Os atuais distritos do município são: Tianguá (sede), Arapá, Bela Vista, Caruataí, Pindoguaba e Tabainha.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca, batata doce, café, arroz, tomate, pimentão e hortaliças diversas e as monoculturas de algodão, banana, morango, abacaxi, abacate, cana-de-açúcar, pequi, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o babaçu, o buriti, a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados e a fabricação de cachaça e licor de pequi caseiros; e o turismo, tendo como principais atrativos: o açude Jaburu, oferecendo o lazer nos fins de semana e a prática da pesca esportiva; o Balneário da Santa Rosa, de formação rochosa, com entrada em forma de gruta e uma pequena cachoeira propícia ao banho; a Cabeça da Nega, formação rochosa onde existe um mirante e se encontram olhos d'água, existindo nas proximidades engenhos, casas de farinha e uma capelinha; a Cachoeira Cana Verde, com queda d'água de 30 metros de altura e onde existe um mirante; a Cachoeira São Gonçalo – Sete Quedas, com encontro de cachoeiras em formação de batentes, situada em meio a rica flora e diversificada fauna; a Cascata, queda d'água que cai em piscina natural, onde as águas são represadas, localizada na metade da subida da Serra da Ibiapaba; o Casarão

do Sítio Cajueiro, considerado o patrimônio arquitetônico mais antigo de Tianguá, construído em 1880 pelo major João Francisco de Souza, assassinado em 1911; o Monumento ao Cristo Ressuscitado, estátua de 16 metros no alto do Morro da Ressurreição, que fica no topo da Chapada da Ibiapaba, idealizada pelo Monsenhor Tibúrcio Gonçalves de Paula; os Paredões do Janeiro, com corredores de formação rochosa, com cachoeiras e bicas naturais; a Reserva Ecológica Cachoeira da Floresta, com 250 hectares de área preservada, em reserva particular de propriedade do Hotel Serra Grande, com seis trilhas, um “Pesque e não Pague” e várias cachoeiras, com possibilidade de prática de rapel e tirolesa; a Trilha da Cachoeira da Mangabeira, no mirante “Espelho da Vida”, que proporciona visão geral da serra, com rica fauna, em que se encontram gatos do mato, macacos-prego, canários, bem-te-vis e outros; a Trilha da Cachoeira do Marinema de Baixo, onde há duas trilhas, uma mais suave e a outra mais pesada, com descida através de cordas; a Trilha da Espia, na encosta da serra, com formações rochosas, onde há uma cachoeira, chamada Rocha da Rosa, que cai entre dois paredões de pedra; a Trilha da Transumância (caminho que liga a serra ao sertão), feita de pedra e utilizada pelos primeiros colonizadores; a Trilha do Pinga, com quedas d’água que se assemelham a degraus, onde a vegetação é de mata úmida; a Casa da Memória José Evangelista de Vasconcelos, pequeno museu, com mobiliário, fotografias e objetos que pertenceram às antigas famílias ilustres do município, resgatando parte da história, dos costumes e das tradições culturais da cidade; a Catedral de Tianguá – Igreja Matriz da Senhora de Sant’Ana, inaugurada em 13 de maio de 1882, com criação de Diocese em 13 de maio de 1971; o Convento – Seminário São José, composto por um casarão, com estrutura arquitetônica e fachada de pedras, construído pelos franciscanos na primeira metade do século XX, uma capela e um imenso bosque de área verde, com belos jardins e pátios internos; e a Igreja de São Francisco, na sede do município.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: os Festejos da Senhora de Sant’Ana (16 a 26 de julho); a Festa de São Francisco de Assis (4 de outubro); a Festa de Aniversário do Município (31 de julho); o Carnaval (fevereiro/março); o Festival de Quadrilhas Juninas do Nordeste (junho e julho); e a Paixão de Cristo (Semana Santa).

Principais Personalidades

Almirante Rubim ou Raymundo Frederico Kiappe da Costa Rubim (Tianguá, 27 de junho de 1856 – Rio de Janeiro, 12 de junho de 1926), comandou a Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará e de Pernambuco, superintendente de Portos e Costas e Capitão do Porto do Amazonas. Foi presidente do Superior Tribunal Militar.

Carlos Vazconcelos (Tianguá, 15 de agosto de 1967), professor e escritor, graduado em Letras, mestre em Literatura e doutor em Literatura Comparada. Professor substituto de Letras da UECE e de Escrita Literária na Universidade Farias Brito.

Ivan Frota Araújo (Tianguá, 25 de janeiro de 1956), jornalista, escritor, radialista e poeta de cordel.

João Vasconcelos, primeiro intendente eleito de Tianguá, com mandato de 02-10-1926 a 31-12-1927.

José Maria Félix (Tianguá, 24 de agosto de 1949 – Sobral, 14 de novembro de 2011), político e radialista, atuando como comentarista esportivo e narrador de futebol. Foi diretor da Associação Brasileira de Cronistas Esportivos e da Associação dos Profissionais da Crônica Desportiva do Ceará. Vereador de Sobral e presidente da Câmara Municipal, Prefeito Interino e secretário de Obras da prefeitura de Sobral.

Leôncio de Aguiar de Vasconcellos (Tianguá, 4 de julho de 1930 – Rio de Janeiro, 1 de novembro de 2000), advogado, promotor de justiça, escritor, acadêmico e político. Deputado Estadual em 1982, ocupou o cargo de secretário da Administração e foi secretário de Governo e de Indústria, Comércio e Tecnologia no Rio de Janeiro.

Monsenhor Agesilau de Aguiar (Tianguá, 9 de maio de 1879 – Sobral, 4 de fevereiro de 1957), sacerdote, com licenciatura e doutorado em Teologia, secretário do bispado do Amazonas. Vigário de Tianguá, reformou e ampliou a Igreja Matriz, construiu a capela de São Francisco e ajudou a construir o Convento e a ladeira de Tianguá, com estrada para o acesso de automóveis.

Monsenhor José Maria de Vasconcelos (Tianguá, 24 de junho de 1933 – Granja, 22 de maio de 2006), sacerdote formado em Filosofia, foi

pároco de Granja. Recebeu o título de Monsenhor em 1987. A praça ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, no distrito de Parazinho, em Granja, se denomina “Praça Monsenhor José Maria de Vasconcelos”.

Padre José Tomaz de Albuquerque, primeiro vigário do curato de Sant’Ana, no ano de 1886.

Trajano Altino Aguiar foi o primeiro intendente empossado, pouco tempo depois de criada a vila de Tianguá (anteriormente denominada Barroão), com mandato de 12 de agosto de 1890 a 24 de novembro de 1891.

Valdecy Santos de Abeu (Tianguá, 21 de novembro de 1948), professor, radialista, poeta, compositor e escritor. É o autor do Hino Oficial de Tianguá. É membro efetivo da Academia Tianguaense de Letras e Artes.

Válter Nogueira e Vasconcelos (Tianguá, 4 de setembro de 1924 – Fortaleza, 31 de dezembro de 2012), bacharel em Direito, promotor de justiça, juiz de Direito e desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, do qual foi presidente (1989-1990). Em sua homenagem o fórum de Tianguá se denomina Fórum Desembargador Válter Nogueira e Vasconcelos.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tianguá – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tianguá – 1998.

O CEARÁ – GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. Projeto Obras Raras. Fundação Waldemar Alcântara. 2011.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, vol. 33, pag. 226 – 1918.

Tianguá (CE). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16. p. 534-538. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf.

Trairi

Hino de Trairi

(Letra e melodia
por José Silva Novo)

Vede meu povo o rio Trairi
Perenemente caminhando ao mar
Saltando alegre, pedras e colinas
E progredindo sempre sem cessar.

Vamos meu povo, também nós avante
Lutando forte, sempre a progredir
Corpo robusto, mente sã e pura
Mostrando à Pátria quem é o Trairi.

*As nossas praias são altaneiras
Deixando as ondas beijar o areal (bis)
E a passarada, sempre cantante
Não esquece a sombra de nosso coqueiral.*

Nossas crianças e a nossa juventude
São joias raras, feitas com amor
Nossos velhinhos, santos prematuros
Que na igreja rezam ao Senhor.

Somos bem fortes, gente feita à luta
Somos ousados na luta do porvir
Nossa ousadia luta com vitória
E o nosso lema é sempre progredir.

Trairi é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Itapipoca e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Trairi (2010) foi de 0,606, de nível médio, situando-se em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,30, ficando em 50º lugar no Ceará.



Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “Rio das Traíras”.

Gentílico:

trairense.

Limites geográficos

Norte: Oceano Atlântico e Itapipoca

Leste: São Gonçalo do Amarante e Paraipaba

Sul: Itapipoca, Tururu, Umirim, São Luís do Curu e São Gonçalo do Amarante

Oeste: Itapipoca

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Trairi, com **área** de 925,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 56.653 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 730,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 18 m e a **distância** para a Capital é de 124,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / CE-085 / CE-163. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (24%), areias quartzosas marinhas distróficas (8,67%), latossolo amarelo distrófico (34,74%), planossolo solódico ta (2,36%), plintossolo distrófico (1,36%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (1,05%), podzólico vermelho amarelo álico (12,22%), solo litólico eutrófico (1,47%), solo litólico eutrófico e distrófico (1,77%), solonchak sódico (2,36%), solonetz solodizado (6,32%) e solos aluviais eutróficos (2,47%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Aracatiaçu, tendo como principais drenagens superficiais os rios Trairi e Mundaú e o córrego do Tamanduá, tendo como principais reservatórios os açudes da Nelda, da Água Boa e Cajazeiras, sendo a população da sede do município abastecida por uma adutora no Lagamar da Torta, do rio Trairi, distante dois quilômetros da sede, com previsão de conclusão das obras do açude Trairi, que irá favorecer a zona urbana e rural do município. Com relação ao **relevo**, predominam os tabuleiros pré-litorâneos e a planície litorânea. A **vegetação** é constituída de complexo vegetacional da zona litorânea e floresta perenifólia paludosa marítima.

Síntese Histórica

No início do século XVII, os índios potiguaras chegaram às ribeiras do rio Trairi, onde instalaram a sua aldeia, ali permanecendo até a chegada, a partir do final do século XVII, dos colonizadores portugueses e suas famílias. Dentre os povoadores chegados às terras que constituem o território do atual município de Trairi, situadas entre o rio Mundaú e a enseada da Lagoinha, em meados do século XVIII, se destacam os nomes de Nicolau Tolentino, Marinheiro Cunha, Manuel Barbosa, Xavier de Sousa, Antônio Barroso de Sousa e João Verônica, considerado o fundador da cidade. Chegado à região em meados do século XVIII, João Verônica implantou e desenvolveu em suas terras a atividade agrícola e pecuária, tornando-se um homem rico. Resolveu então construir uma casa, grande e confortável, próxima à barra do rio Trairi, atraindo para a região colonos, parentes e amigos, mandando construir casas para as respectivas famílias. Daí se iniciou a formação do povoado, abrigando os casarões das famílias ilustres, dentre as quais as dos Tolentino, Marinheiro, Sousa, Barbosa e outras. Quando o povoado foi elevado à categoria de distrito em 1842, recebeu a denominação de Paracuru. Em 1863, a vila de Paracuru foi criada, sendo extinta em outubro de 1864. Dez anos depois (1874), foi criada a vila de Nossa Senhora do Livramento, que, no ano seguinte passou a denominar-se Trairi. Em 1931, a vila de Trairi foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Paracuru, como simples distrito. Em 1935, Paracuru mudou a denominação para São Gonçalo e, em 1943, para Anacetaba, tendo Trairi como um de seus distritos. Em 22 de novembro de 1951, finalmente Trairi conseguiu a sua emancipação política, instalado em 1955, desmembrando-se do município de São Gonçalo do Amarante, nova denominação de Anacetaba, após a edição da lei estadual nº 1.153, de 22-11-1953.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Paracuru por ato de 18-03-1842. Elevado à categoria de vila com a denominação de Paracuru, pela lei provincial nº 1.068, de 12-11-1863, desmembrada do município de Fortaleza, tendo como sede a vila de Paracuru. Pela resolução provincial nº 1.110, de 10-10-1864, a vila é extinta. Pela lei provincial nº 1.604, de 14-08-1874, é criada a vila com a denominação de Nossa Senhora do Livramento

e transferida a sede do município de Paracuru para Trairi. Pela lei provincial nº 1.669, de 19-08-1875, a vila de Nossa Senhora do Livramento passou a denominar-se Trairi. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 2 distritos: Trairi (sede) e Mundaú. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, a vila é extinta, sendo seu território anexado ao município de Paracuru. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Trairi é distrito de Paracuru. Pelo decreto estadual nº 64, de 07-08-1935, o município de Paracuru passou a denominar-se São Gonçalo e o distrito de Trairi passou a pertencer ao município de São Gonçalo. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, Trairi figura como distrito do município de São Gonçalo. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 31-12-1943, o município de São Gonçalo passou a denominar-se Anacetaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Trairi figura no município de Anacetaba. Elevado à categoria de município com a denominação de Trairi, pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, desmembrado de Anacetaba, instalado em 25-03-1955, tendo como sede o antigo distrito de Trairi, constituído de 2 distritos: Trairi (sede) e Mundaú. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Trairi (sede) e Mundaú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.747, de 12-11-1963, o distrito de Mundaú é desmembrado do município de Trairi, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Trairi adquiriu o extinto município de Mundaú, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 2 distritos: Trairi (sede) e Mundaú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Pela lei estadual nº 11.297, de 10-02-1986, é criado o distrito de Canaan e anexado ao município de Trairi. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 3 distritos: Trairi (sede), Mundaú e Canaan, assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-07-1999. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 6 distritos: Trairi (sede), Córrego Fundo, Flecheiras, Gualdrapas, Canaan e Mundaú, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Pela lei municipal nº 579, de 1º de março de 2011, é criado o distrito de Munguba e anexado ao município de

Trairi. Em divisão territorial de 2017, o município é constituído de 7 distritos: Trairi (sede), Canaã, Córrego Fundo, Flecheiras, Gualdrapas, Mundaú e Munguba, os mesmos existentes atualmente.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho, mandioca, monocultura de algodão, cana-de-açúcar e castanha de caju e frutas diversas; a pesca industrial; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; o turismo, tendo como principais atrativos a Praia de Flecheiras, com suas piscinas naturais formadas pelos recifes na maré baixa, realização de campeonatos esportivos e shows; a Praia de Mundaú, em que se encontram rio, mar, dunas e coqueirais, com passeios de barco pelo rio, e ecoturismo, com trilhas, mergulhos e esportes como sandboard e kitesurf; a Praia de Guajiru, com dunas móveis de areias brancas e 18 km de praia, onde se pode tomar banho em piscinas naturais, na maré baixa e se encontram comidas típicas, feira de artesanatos, com peças de decoração e artesanato, e esportes; a Praia de Emboaca, onde se localizam diversas pousadas e é uma colônia de pescadores; a Praia de Cana Brava, em que se localiza a Barra do Rio Trairi, própria para o banho e para a atividade de pesca.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Vaquejada de Trairi, na Fazenda Água Doce, em Timbaúba (setembro); a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Livramento (22 de dezembro a 01 de janeiro); o Dia do Município (22 de novembro); a Festa do Camurupim (outubro); a Festa de São José, no distrito de Canaan (9 a 19 de março); a Festa das Flores (maio); o Trairi off-road (começo de julho); a Santa Flexeiras (Semana Santa); a Regata de Guajiru (dezembro); a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira de Guajiru (agosto); a Coroação de Maria na Praia de Guajiru (maio), a Festa de Carnaval da Praia de Guajiru (fevereiro/março); o Réveillon na Praia de Flecheiras (31 de dezembro) e a Regata em Mundaú (setembro).

Principais Personalidades

Álvaro Dias Martins (Trairi, 4 de abril de 1868 – Fortaleza, 30 de junho de 1906), jornalista, professor e escritor, residiu em Fortaleza e no Rio de Janeiro. Fundou o Clube Republicano e foi sócio fundador do Centro Literário, sendo o patrono da Cadeira nº 2 da Academia Cearense de Letras.

Manoel Barroso Neto (Trairi, 30 de agosto de 1924 – Fortaleza, 9 de maio de 1997), prefeito de Trairi, eleito em 15 de novembro de 1966, com mandato de 1967 a 1970. Em sua homenagem, o estádio de futebol se denomina “Estádio Manoel Barroso Neto”, conhecido como “Barrosão”.

Natinho da Ginga, nome artístico de Raimundo Nonato do Nascimento (Trairi, 1 de abril de 1966), cantor, compositor e produtor musical. Lançou a Banda Passport e a Banda Forró Maior e contribuiu para a criação das bandas Mastruz com Leite, Sirano & Sirino, Caviar com Rapadura, Calcinha Preta e Oxente Music (esta, de sua propriedade).

Rodolpho Ferreira da Cunha - Padre (Trairi, 26 de setembro de 1880 – Fortaleza, 19 de abril de 1967), sacerdote, professor e escritor, capelão do Asilo de Alienados e da Igreja do Bom Jesus dos Aflitos, em Parangaba, da qual foi vigário. Professor do Seminário da Prainha, do Liceu e dos colégios Cearense e Castelo Branco e do Ginásio Diocesano do Crato. Foi vigário de Solonópole de 1928 a 1931. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Trairi – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Trairi – 1998.

SALES, Maria Pia de. “Trairi: a vida e o saber do povo”. 2014.

Trairi (CE). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16. p. 538-541. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf.

Tururu

Hino de Tururu

(Letra e melodia por
autores não identificados)

Dentre as águas de lagos e rios
Surge o pássaro argênteo e real
Tururu, trina o pássaro sorrindo;
Seu cantar de esplendor magistral.

*Exaltai Tururu terra querida!
Faz-se ativa, gigante e audaz;
No arrebol, o pássaro braveje!
Tururu tuas belezas exaltai!*

Contemplando as riquezas deste solo
Lume aos céus o rio Mundaú
Vem banhando de perenes águas doces
Ontem sítio, hoje cidade Tururu.

Teus plantios são viçosos de verdores
Os cultivos, mananciais dos céus;
O progresso é a bandeira da tua gente
Bravamente. Vem rainha, mãe fiel!

Veem-se longe os lampejos de tua glória
Coroadas como ninho colossal
Aconchego da risonha ave migrante
Baluarte deste povo sem igual.

A bravura de teus filhos faz história
Destemidos e valentes a lutar
Sob as graças do Senhor onipotente
Tururu, marchando sempre à frente está!

Tururu é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Uruburetama e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Tururu (2010) foi de 0,606, de nível médio, situando-se em 109º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,45, ficando em 97º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “lugar dos caracóis”, mas é também o nome indígena de ave da família dos anatídeos, que corresponde em português do Brasil à marreca-cacau, marreca de bico roxo, marreca-rã, marrequinha e paturi.

Gentílico:

tururuense.

Limites geográficos

Norte: Trairi e Itapipoca

Leste: Umirim e Trairi

Sul: Uruburetama e Umirim

Oeste: Itapipoca e Uruburetama

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Tururu, com **área** de 202,3 km², tem **população estimada** para 2021 em 16.588 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 431,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 105,5 m e a **distância para a Capital** é de 116,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402. O **solo** é constituído de latossolo amarelo distrófico (34,69%), planossolo solódico ta (26,81%), plintossolo distrófico (0,07%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (30,86%), solo litólico eutrófico (7,03%) e solonetz solodizado (0,55%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do Litoral, tendo como principais drenagens o rio Mundaú e o rio Trairi, na divisa do município de Trairi, sendo o principal reservatório o açude Mundaú, que abastece a sede do município. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca) e complexo vegetacional da zona litorânea.

Síntese Histórica

A história do município de Tururu se inicia, no século XVIII, com a descoberta, por Gabriel Christóvão de Menezes, residente na freguesia de “Acaracu”, de terras devolutas, às margens de um riacho, no sopé da Serra de Uruburetama. Requereu e lhe foi concedida, em 29/11/1743, a sesmaria de três léguas de terras de comprimento por uma de largura, para utilização na atividade agrícola. Essas terras foram vendidas em 22/02/1782 ao sesmeiro Francisco da Rocha Ferreira. No entorno dessas terras, onde se instalara o Sítio “Caxoeira”, se iniciou o povoado, no início do século XIX. A lei estadual nº 2.070, de 29 de julho de 1884, declarou o lugar Tururu pertencente ao município de São João de Uruburetama, passando a distrito do citado município por ato de 17 de maio de 1892. A denominação do município a que o distrito de Tururu estava vinculado mudou para Arraial em 1931 e para Uruburetama em 1938. Tururu foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 6.383, de 04 de julho de 1963, mas, não tendo sido instalado, foi extinto pela lei estadual nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965, voltando a ser distrito de Uruburetama. Finalmente, pela lei estadual nº 11.334, de 19 de junho de 1987, Tururu passou definitivamente à categoria de município, desmembrado de Uruburetama.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Tururu, por ato de 17-05-1892, subordinado ao município de São João de Uruburetama. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Tururu permanece no município de São João de Uruburetama. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, o município de São João de Uruburetama passou a denominar-se Arraial. Em divisão administrativa referente ao período de 1933, o distrito de Tururu figura no município de Arraial, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Arraial passou a denominar-se Uruburetama. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Tururu figura no município de Uruburetama, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Tururu, pela lei estadual nº 6.383, de 04-07-1963, desmembrado de Uruburetama, tendo como sede o antigo distrito

de Tururu, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município de Tururu continua constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Tururu, sendo o seu território anexado ao município de Uruburetama, como simples distrito, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Tururu, pela lei estadual nº 11.334, de 19-06-1987, tendo como sede o antigo distrito de Tururu, instalado em 01-01-1989, constituído de 2 distritos: Tururu (sede) e Cemoaba, ambos desmembrados de Uruburetama. Pela lei municipal nº 43, de 26-03-1990, é criado o distrito de Conceição e anexado ao município de Tururu. Em divisão territorial datada de 17-01-1991, o município é constituído de 3 distritos: Tururu (sede), Cemoaba e Conceição. Pela lei municipal nº 16, de 09-10-2001, é criado o distrito de São Pedro do Gavião e anexado ao município de Tururu. Em divisão territorial datada de 2005, o município é constituído de 4 distritos: Tururu (sede), Cemoaba, Conceição e São Pedro do Gavião. Os atuais distritos do município são: Tururu (sede), Cemoaba, Conceição e São Pedro do Gavião.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, a atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a ocorrência de cascalheiras; o turismo, tendo como principais atrativos os balneários, prédios históricos e igrejas, principalmente a Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro); a Festa de aniversário do Município (2 de agosto); o Dia das Crianças (12 de outubro).

Principais Personalidades

Abner Porfírio Sampaio foi o segundo prefeito do município (1993-1996). Em sua homenagem a rodovia CE-333 se denomina Rodovia Abner Porfírio Sampaio.

Pedro Domingos de Sousa foi o primeiro prefeito do município de Tururu, eleito em 15 de novembro de 1988, com mandato de 1989 a 1992.

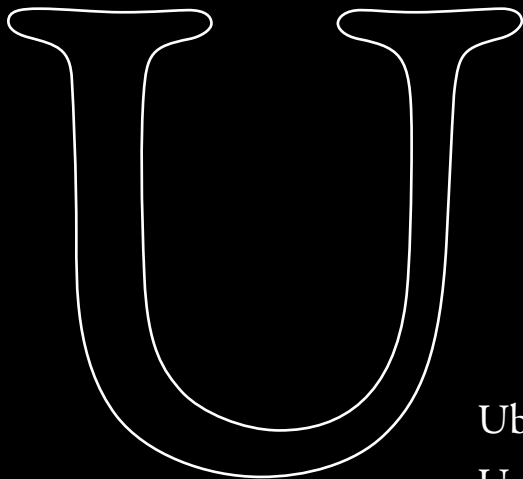
Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Tururu – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Tururu – 1998.



Ubajara

Umari

Umirim

Uruburetama

Uruoca

Ubajara

Hino de Ubajara

(Letra e melodia
por José Maria Fernandes)

Encravada no alto da serra
Onde acaba o agreste sertão
Pelas mãos do Senhor desenhada
Para ser nosso amado torrão.
Ubajara teu nome é beleza
E amar-te é um ato de fé
No santinho que é teu Padroeiro
Feliz carpinteiro operário José.

*Ubajara tão querida
Nosso mundo, nosso lar
Aos teus filhos, deste a vida
E pra sempre serás nosso altar.*

Tua gruta de cores cambiantes
É um templo de luz e cristais
Que extasia aos teus visitantes
Que em vida não esquecem jamais.
Os teus rios serpeiam cantantes
Sob o pátio azul do teu céu
E ao dobrar alcantis verdejantes
Se tornam cascatas em forma de véu.

Ubajara tão querida ...
Se até mesmo o fogo que outrora
Furioso te quis destruir
Transformaste em clarões de aurora
De um maravilhoso porvir
E o calor desse fogo ainda aquece
Nosso peito e nos faz lembrar

Que a nossa missão
é fazer-te gigante, orgulhosos
teremos que honrar.

Ubajara tão querida ...

Da antiga nação Tabajara
Tu herdaste a coragem viril
E dos filhos da Europa tão cara
Tens no sangue a herança sutil
De gerar para nossa alegria
Brasileiros de grande valor
Que nas letras e na poesia
Transformou teu nome
em palavras de amor.

Ubajara tão querida ...

Ubajara é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Ubajara (2010) foi de 0,648, de nível médio, situando-se em 25º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 36,34, ficando em 21º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Ubajara, de origem tupi, significa “senhor das flechas”.

Gentílico:

ubajarense.

Limites geográficos

Norte: Freicheirinha e Tianguá

Leste: Mucambo e Coreaú

Sul: Ibiapina e Mucambo

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Ubajara, com **área** de 421 km², tem **população estimada** para 2021 em 35.295 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente

semiárido brando, tropical quente subúmido e tropical quente úmido, com **pluviometria** média (2021) de 1.329,2 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 847,5 m e a **distância para a Capital** é de 326,1 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-187 / CE-253 / CE-321. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (29,88%), latossolo acinzentado álico (0,94%), latossolo amarelo distrófico (15,12%), latossolo amarelo álico (14,92%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (16,16%), solo litólico distrófico (13,13%), solo litólico eutrófico (7,45%) e solo litólico eutrófico e distrófico (2,41%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município encontra-se quase totalmente inserido na bacia hidrográfica do Parnaíba, tendo como principal drenagem superficial o rio Jaburu, exceto em uma pequena porção do município, na parte leste, que está inserida na bacia hidrográfica do rio Coreaú, onde se destacam os riachos Itaipu e Ubajara, sendo o principal reservatório da região o açude Jaburu I, responsável pelo abastecimento de 100% da população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predominam o Planalto da Ibiapaba e depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifolia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifolia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifolia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Os primeiros habitantes do atual município de Ubajara foram os índios tabajaras, que ocupavam suas terras quando da primeira penetração feita por Pero Coelho, em 1604, acompanhado dos jesuítas Padre Francisco Pinto e Padre Luís Figueira, que promoveram a pacificação e fizeram o aldeamento dos índios. Esse trabalho dos jesuítas, entretanto, foi interrompido, em razão do assassinato cruel do Padre Francisco Pinto, em 11 de janeiro de 1608, durante evangelização indígena na Chapada da Ibiapaba, por indígenas da tribo dos Tocajirus, com uma flechada, seguida do esmagamento de sua cabeça com um tacape. Esse lamentável acontecimento ocorreu onde atualmente se situa o município de Ubajara. No ano de 1877, as famílias de Bartolomeu Fernandes do Rego, Manuel Luís Pereira, Manuel Soares e Silva e Francisco Soares e Silva, fugindo da seca, foram se instalar nos sítios Buriti, Pitanga e Pavuna. Com o agravamento da estia-

gem, mudaram-se para o lado sul da lagoa denominada Jacaré, formada pelas águas do riacho Pitanga, onde construíram alguns casebres, formando um arraial a que deram o nome de Jacaré, primeira denominação de Ubajara. Em 1881, ocorreu um incêndio que destruiu o lugarejo, obrigando os moradores a se mudarem para o lado norte da lagoa, onde reconstruíram suas casas em terrenos cedidos por José Lopes Freire, José Rufino Pereira e Joaquim Mulato, em 26 de janeiro de 1883. A capela em honra de São José foi construída em 1886 e consagrada em 1887 por seu primeiro vigário, Padre Manuel Lima de Araújo, da freguesia de São Pedro de Ibiapina, a cuja jurisdição a capela pertenceu por muitos anos. O distrito foi criado com a denominação de Jacaré por ato de 12 de fevereiro de 1890 e o distrito de paz, pelo decreto nº 123, de 24 de dezembro de 1890, com a denominação de Vila de Jacaré. A elevação à categoria de município, com a denominação de Ubajara, resultou da lei estadual nº 1.279, de 24 de agosto de 1915, que o desmembrou do município de Ibiapina.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Jacaré, por ato de 12-02-1890, subordinado ao município de Ibiapina. Elevado à categoria de município com a denominação de Ubajara, pela lei estadual nº 1.279, de 24-08-1915, desmembrado de Ibiapina, instalado em 31-12-1915, tendo como sede o povoado de Jacaré, constituído apenas do distrito sede. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, o município é constituído de 2 distritos: Ubajara (sede) e Araticum. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece com 3 distritos: Ubajara (sede), Araticum e Trapiá. Nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece com 2 distritos: Ubajara (sede) e Araticum, não figurando o distrito de Trapiá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Jaburuna e anexado ao município de Ubajara. Em divisão territorial datada de 31-12-1960, o município é constituído de 3 distritos: Ubajara (sede), Araticum e Jaburuna, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Pela lei municipal nº 481, de 22-04-1994, é criado o distrito de Nova Veneza e anexado ao município de Ubajara. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 4 distritos:

Ubajara (sede), Araticum, Jaburuna e Nova Veneza, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. Os atuais distritos do município são: Ubajara (sede), Araticum, Jaburuna e Nova Veneza.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca e arroz, e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, banana, abacate, cebola, tomate, laranja, limão, café, hortaliças e outras frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o buriti, o babaçu, a oiticica e a carnaúba; a fabricação de doces caseiros, cachaça, redes e bordados; a mineração com a extração de rochas ornamentais para cantaria, placas para fachadas e usos diversos na construção civil; e o turismo, tendo como principais atrativos o Parque Nacional de Ubajara, onde se encontra a famosa Gruta de Ubajara, cujo acesso se dá por teleférico ou através de trilha natural; a Cachoeira do Frade, com acesso por trilha; o Sítio do Alemão; a Cachoeira do Boi Morto e o Santuário da Mãe Rainha, além de prédios e monumentos históricos.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Aniversário do Município (24 de agosto); a Festa do Padroeiro São José (19 de março); a Feira de Negócios da Ibiapaba – FEPAI (20 a 22 de outubro); o Festival Floração de Maracujá (23 e 24 de setembro); o Circuito Cristo Rei de Ubajara (7 de fevereiro); o Carnaval (fevereiro/março); as Festas juninas de Ubajara (junho).

Principais Personalidades

Clara Leda de Andrade Ferreira (Ubajara, 25 de janeiro), formada em Pedagogia, com especialização em Educação Brasileira, e Mestrado em Filosofia da Educação, é professora e escritora. Representante de Ubajara na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Francisca Quirino, conhecida como Francisca Carla (Ubajara, 1910 – Tianguá, 22 de abril de 1953), aos 38 anos, contraiu hanseníase, passando

a viver isolada em casebre no meio da mata, onde viveu da caridade pública, por cinco anos, sem tratamento. Morreu em 22 de abril de 1953. Considerada pela população como mártir e santa, foi construída em sua homenagem uma capela no local do casebre onde faleceu.

Natalício Moreira Lima e Antenor Moreira Lima foram dois irmãos indígenas, que se apresentavam no Rio de Janeiro tocando violão, em trajes indígenas. A dupla ficou conhecida como Natalício e Antenor, tendo gravado inúmeros discos.

Raimundo Magalhães Júnior ou R. Magalhães Jr (Ubajara, 12 de fevereiro de 1907 – Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1981), jornalista, cronista, contista, poeta, biógrafo, historiador e teatrólogo. Foi vereador no Rio de Janeiro. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras.

Rian Fontenele (Ubajara, 1977), artista plástico, graduado em Arquitetura, que realiza trabalhos de pintura, gravura em metal, desenho livre e xilogravura. Participou de exposições nacionais e internacionais.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal Ubajara – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Ubajara – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldemar de Alcântara.

Ubajara (CE). Prefeitura. 2012. Disponível em: GIRÃO,
<http://www.ubajara.ce.gov.br>

Umari

Hino de Umari

(Letra e melodia por Jonatas Grangeiro de Medeiros
e Zenilton Elias da Silva Douétts)

Umari tu és mesma valorosa,
pequena estrela do grande universo
Porém sempre tu marchas vantajosa,
buscando luzes para o teu progresso (Bis).

*Ó! francês, tua memória está gravada
como relíquia em nosso coração
A sombra desta árvore sagrada,
cobre de bênção a tua geração.*

O teu povo é forte e hospitaleiro,
no sangue corre o amor pela cultura
Honra o brasão do Nordeste brasileiro,
grandes guerreiros defensores de bravura (Bis).

Umari de história secular,
com fatos que orgulham o teu povo
O francês que aqui veio habitar,
desta Terra tornou-se filho novo (Bis).

Na bandeira traz a origem de energia,
símbolo augusto de uma árvore venturosa
O teu porvir é de paz e alegria,
ostentosa Terra gloriosa (Bis).

Exaltemos a nossa Umari,
com igual júbilo que exaltemos o Brasil
Exaltemos também o Ceará,
de quem tu és bendita vezes mil (Bis).

Bendita vezes mil nossa Cidade,
na grande data de sua Emancipação

Cantemos a sua liberdade,
vibremos de todo coração (Bis).

Umari é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Lavras da Mangabeira e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Umari (2010) foi de 0,591, de nível baixo, situando-se em 150º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 11,89, ficando em 178º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi-guarani, que provém da denominação de árvore da família leguminosa papilionóidas, existente na região, a *Icacinaeae*.

Gentílico:

umariense.

Limites geográficos

Norte: Icó e Estado da Paraíba

Leste: Estado da Paraíba

Sul: Baixio

Oeste: Lavras da Mangabeira

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Umari, com **área** de 263,9 km², tem **população estimada** para 2021 em 7.740 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 942,7 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 290 m e a **distância para a Capital** é de 402,3 km, com acesso principal pelas rodovias BR-116 / BR-122 / BR-226 / CE-138 / CE-284 / CE-368 / CE-371. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (33,83%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (24,82%), solo litólico eutrófico (19,29%), solonetz solodizado (16,17%) e solos aluviais eutróficos (5,90%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais os riachos Urubu, das Pombas, Pendência e Jenipapeiro, sendo a principal fonte de água a barragem do Jenipapeiro. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões

sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

As terras onde atualmente se localiza o município de Umari foram ocupadas primitivamente pelos índios Cariry. Os primeiros colonizadores, oriundos da Paraíba e de Pernambuco, se estabeleceram na região, com o objetivo de implantar a atividade pecuária, criando o arraial que se denominou inicialmente Gado Bravo e, posteriormente, Baixio. Era a época da carne seca e do charque. Na segunda metade do século XVIII, chegou ao lugar o francês Joseph Aleth Douillette, fugindo de perseguições religiosas, que logo contraiu núpcias com jovem moradora local, constituindo família e progredindo. Constatando que as pessoas da Vila de Umari eram sepultadas no cemitério de Icó, a uma distância de 50 km, iniciou campanha de arrecadação de fundos para a construção de cemitério na própria vila, e de capela, em honra de São Gonçalo do Amarante, em terreno doado pelo Tenente-Coronel Manuel Ribeiro Campos, em 1765, subordinada à jurisdição paroquial de Crato. Essa capela foi reconstruída em 1870 e transformada em Igreja Matriz, com a instituição da paróquia, com base na lei nº 1.686, de 12 de setembro de 1875, reconhecida canonicamente em 18 de agosto de 1882.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Umari, por ato provincial de 19-06-1860 e por lei provincial nº 1.686, de 02-09-1875, subordinado ao município de Lavras. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Umari, pela lei provincial nº 2.046, de 12-11-1883, desmembrado de Lavras, tendo como sede o distrito de Umari. Nos quadros de Apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, a vila aparece constituída de 3 distritos: Umari (sede), Alagoinha e Olho D'Água. Pela lei estadual nº 1.794, de 09-10-1920, a vila é extinta, sendo o seu território anexado ao município de Lavras. Pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, o distrito de Umari deixa de pertencer ao município de Lavras, sendo anexado ao município de Baixio. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Umari figura como distrito do município de Baixio, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 2.161, de 12-12-1953, o município de Baixio passou a denominar-se Ipaumirim. Em divisão territorial da-

tada de 01-07-1955, o distrito de Umari figura no município de Ipaumirim. Elevado à categoria de município com a denominação de Umari, pela lei estadual nº 3.338, de 15-09-1956, desmembrado de Ipaumirim, tendo como sede o antigo distrito de Umari, instalado em 08-09-1957. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Pela lei municipal nº 036, de 18-04-1991, é criado o distrito de Pio X e anexado ao município de Umari. Em divisão territorial datada de 01-07-1995, o município é constituído de 2 distritos: Umari (sede) e Pio X, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Pela lei municipal nº 365, de 16 de agosto de 2021, foi criado o distrito de Logradouro e anexado ao município de Umari. Os atuais distritos de Umari são: Umari (sede), Pio X e Logradouro.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, arroz herbáceo e arbóreo, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; a apicultura; a piscicultura; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha, fabricação de carvão vegetal e construção de cercas; a utilização da oiticica e da carnaúba como matérias primas na fabricação de bolsas, sabão e sacolas e outros; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de placas de rochas para utilização em pisos, revestimentos e fachadas.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: as Festividades em honra do Padroeiro São Gonçalo do Amarante (01 a 10 de janeiro); as Festas Juninas (junho); o Dia de Santa Tereza do Menino de Jesus, copadroeira de Umari – feriado no município, por lei municipal nº 347, de 24 de setembro de 2020 (30 de setembro) e a Festa de Aniversário do Município (15 de setembro).

Principais Personalidades

Dom Zacarias Rolim de Moura (Umari, 13 de junho de 1914 – Umari, 5 de abril de 1992), padre católico, foi vigário de Patos, na Paraíba, nomeado Bispo de Cajazeiras.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Umari – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Umari – 1998.

<http://diocesedecrato.org/paroquias/paroquia-sao-goncalo-do-amarante-umari>.

<http://camaraumari.ce.gov.br>

Umirim

Hino de Umirim

(Letra e melodia
por Francisco Rocha Nogueira)

Bravo povo de Umirim unido
com trabalho e esforço conduz
esta terra que brilha e reluta
na esperança de vida e luz.

*Sob as margens de um rio pequeno
na brancura da cal esplendor
Umirim, cidade tão bela
Umirim teu destino é o valor.*

Caminhemos para um futuro anelo
que teus filhos se orgulham de ti
Umirim, cidade tão bela
no estado desponta por vir.

Sob as margens de um rio pequeno ...

Não te deixo querida cidade
onde moro e pretendo morrer
Umirim, cidade tão bela
onde o sol resplandece o viver.

Sob as margens de um rio pequeno ...

Umirim é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Uruburetama e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Umirim (2010) foi de 0,587, de nível baixo, situando-se em 156º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 22,01, ficando em 104º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “rio pequeno” ou “riacho”.



Gentílico:

umiriense.

Limites geográficos

Norte: São Luís do Curu, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Tururu

Leste: São Luís do Curu

Sul: Pentecoste e Itapagé

Oeste: Uruburetama e Tururu

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Umirim, com **área** de 316,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 19.976 habitantes. Apresenta clima tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 618,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a maio. A **altitude** é de 60 m e a **distância para a Capital** é de 98,4 km, com acesso principal pela rodovia BR-222. O **solo** é constituído de afloramentos rochosos (0,20%), bruno não cálcico (24,45%), planossolo solódico ta (0,15%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (51,62%), solo litólico eutrófico (18,95%) e solos aluviais eutróficos (2,13%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Curu, tendo como principais drenagens o rio Caxitoré e os riachos da Prata e Frios, sendo os principais reservatórios o açude Frios e o açude Caxitoré. Com relação ao **relevo**, predominam a depressão sertaneja e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea, floresta mista dicotillo-palmácea e floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca).

Síntese Histórica

A denominação original do povoado “Riacho da Sela” resultou de antiga lenda, segundo a qual, ao tentar atravessar a cavalo o riacho, para localizar um dos bois desgarrado do rebanho, um vaqueiro foi arrastado pela correnteza, tendo morrido afogado por não conseguir se desvencilhar do cavalo. Procurado por familiares e amigos, o vaqueiro não foi localizado. Tempos depois, alguém encontrou às margens do riacho a sela e alguns pertences do vaqueiro. O povoado passou a ser conhecido como Riacho da

Sela e, com essa denominação de Riacho da Sela foi elevado à categoria de distrito por ato provincial de 09 de setembro de 1873. O Capitão Carlos Antônio de Sales, responsável pela edificação da primitiva capela em 1868, é considerado o fundador da povoação de Riacho da Sela. A lei estadual nº 346, de 10 de agosto de 1937, em homenagem à Batalha Naval travada às margens do Riachuelo (afluente do rio Paraguai) entre a Esquadra Brasileira e a Esquadra Paraguaia, em 11 de junho de 1865, mudou o nome do distrito de Riacho da Sela para Riachuelo. Nova mudança de nome ocorreu com a edição do decreto-lei nº 1.114, de 31-12-1943, passando o distrito de Riachuelo a denominar-se Umirim. Após a aprovação plebiscitária pela população, por ampla maioria, em 22 de janeiro de 1984, em favor da emancipação política do distrito, foi editada a lei estadual nº 6.417, de 19-07-1963, elevando à categoria de município o distrito de Umirim, desmembrado de Uruburetama. Dois anos depois, em 14-12-1965, a lei estadual nº 8.339 extinguiu o município de Umirim, que voltou a ser distrito do município de Uruburetama. A lei estadual nº 11.006, de 05-02-1985, voltou a elevar o distrito de Umirim, definitivamente, à categoria de município, com essa mesma denominação, tendo sido instalado em 01 de janeiro de 1986.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Riacho da Sela, por ato provincial de 09-09-1873. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Riacho da Sela figura no município de São João de Uruburetama. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, a vila de São João de Uruburetama passou a denominar-se Arraial. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Riacho da Sela figura no município de Arraial, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936. Pela lei estadual nº 346, de 10-08-1937, o distrito de Riacho da Sela passou a denominar-se Riachuelo. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o distrito de Riachuelo figura no município de Arraial. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Arraial passou a denominar-se Uruburetama. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Riachuelo figura no município de Uruburetama. Pelo decreto-lei nº 1.114, de 31-12-1943, o distrito de Riachuelo passou a denominar-se Umirim. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o

distrito de Umirim figura no município de Uruburetama, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município, com a denominação de Umirim, pela lei estadual nº 6.417, de 19-07-1963, desmembrado de Uruburetama, tendo como sede o atual distrito de Umirim, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, é extinto o município de Umirim, sendo o seu território anexado ao município de Uruburetama, como simples distrito, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município, com a denominação de Umirim, pela lei estadual nº 11.006, de 05-02-1985, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Umirim, constituído de 2 distritos: Umirim (sede) e São Joaquim, ambos desmembrados de Uruburetama. Pela lei estadual nº 11.441, de 18-05-1988, é criado o distrito de Caxitoré e anexado ao município de Umirim. Em divisão territorial datada de 01-06-1995, o município é constituído de 3 distritos: Umirim (sede), Caxitoré e São Joaquim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Os atuais distritos do município são: Umirim (sede), Caxitoré e São Joaquim.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura de subsistência de feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; quanto aos minerais não metálicos, há o beneficiamento de calcário, depósitos de areia, cascalheiras e rochas para a construção civil; o artesanato de crochê; o turismo, tendo como principais atrativos: os balneários de Caxitoré; os açudes Caxitoré e Frios, este na divisa com o município de São Luís do Curu; o polo de atendimento Josefa da Mota Brito; a Praça do Aviador; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade – Igreja Matriz de Umirim, dentre outros.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Natividade (8 de setembro); a Festa de Aniversário do

Município (5 de fevereiro); as Olimpíadas do Caxitoré (28 de fevereiro); a Festa de Carnaval (fevereiro/março); o Desfile Cívico (7 de setembro); os Festejos de São Joaquim (20 de setembro); as Festas Juninas (junho).

Principais Personalidades

Capitão Carlos Antônio de Sales, responsável pela edificação da primitiva capela de Riacho da Sela, atual município de Umirim, em honra de Nossa Senhora da Natividade, em 1868, sendo considerado o seu fundador.

Francisco Carlos Uchoa Sales, primeiro prefeito eleito de Umirim, nas eleições municipais de 15 de novembro de 1985, com mandato de 01-01-1986 a 01-01-1990.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Umirim – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Umirim – 1998.

<https://umirim.ce.gov.br>

Uruburetama

Hino de Uruburetama

(Letra por Soares Bulcão e melodia por Américo Lima)

Sob esta nesga límpida do céu,
Onde mais alto o sol parece ainda;
De vasta zona, natural troféu,
Sem a mais leve sombra de labéu;
És a terra do amor, fecunda e linda.

Criou-te Deus entre vigentes serras,
Refúgio amigo, onde reside a paz;
Deu-te os primores que em ti encerras.
Buscando glórias por longínquas terras,
Andam teus filhos, na conquista audaz.

Para a riqueza de teus férteis vales,
Rios perenes correm nos teus flancos;
Mas se te chega da amargura o cálice,
Anunciando o termo de teus males.
Baforam as serras os nevoeiros brancos.

Para que nunca, alheia mão te vença,
Tens a guardar-te o elo das montanhas;
Cadeia enorme de muralha imensa,
Onde teus filhos têm a mesma crença.
Para expelir as pretensões estranhas.

Rudes teus filhos foram noutras eras,
Mas cultivaram da altivez a flor,
Venceram nos covis as próprias feras,
E novos filhos de outras primaveras.
Conservam n'alma, este imortal valor.

Seja-te avessa ou promissora a sorte,
Nunca te deixes vacilar na fé.

Fazes mais firme esta união mais forte,
Entre teus filhos para a vida e a morte.
E dentre as lutas surgirás de pé.

Uruburetama é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Uruburetama e na mesorregião do Norte Cearense.

O **IDH** de Uruburetama (2010) foi de 0,639, de nível médio, situando-se em 35º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 34,50, ficando em 27º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “Serra dos Urubus” ou “Ninho dos Urubus”, ou ainda “Pátria dos Urubus”.

Gentílico:

Uruburetamense.

Limites geográficos

Norte: Tururu e Itapipoca

Leste: Umirim e Tururu

Sul: Itapajé e Umirim

Oeste: Itapipoca e Itapajé

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Uruburetama, com **área** de 97,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 22.223 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.046,6 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 110 m e a **distância para a Capital** é de 119,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-402 / CE-139 / CE-243. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (1,09%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (77,58%) e solo litólico eutrófico (21,32%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia hidrográfica do rio Mundaú, que faz parte da região hidrográfica do rio Aracatiaçu, tendo como principais drenagens superficiais os rios Mundaú (cujas cabeceiras se localizam nesse município) e o rio Angelim, sendo o principal reservatório o açude Mundaú, que abastece 100% da população urbana da sede municipal. Com relação ao **relevo**,

predominam os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, floresta subcaducifolia tropical pluvial (mata seca) e floresta subperenifolia tropical pluvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Antes da chegada dos portugueses às terras do atual município de Uruburetama, no início do século XVII, os índios Wanacés ou Anacés ocupavam toda a região da Serra de Uruburetama, enquanto os Tremembés, Genipapos e Canindés habitavam as ribeiras do Rio Mundaú. A colonização se iniciou em 19 de novembro de 1720, com a concessão de uma sesmaria ao capitão-mor Bento Coelho de Moraes e à sua neta Maria Assunção. Essas terras foram herdadas pelo tenente-coronel Manuel Pereira Pinto e sua mulher Florinda Coelho de Moraes, que, em 1750, fizeram a doação de 3 léguas para o patrimônio sacerdotal do Padre Estevão Velho Cabral de Melo. Por documento firmado em 1761, o Padre Estevão reverteu parte da doação dessa área de terra, excluindo, para uso próprio, apenas um quarto de légua, denominando pela primeira vez a área em que se situava a propriedade, de “Sítio Arraial”. Nessa pequena propriedade, anos depois, foi construída pelos padres João Francisco Dias Nogueira e José Tomaz de Albuquerque, com recursos provenientes de doações populares, a igreja que atualmente é a Matriz de Uruburetama, concluída em 1878. O povoado, quando da criação do distrito de paz pela lei provincial nº 1.277, de 5 de setembro de 1860, era denominado Arraial. Com a elevação do povoado à categoria de distrito, pela lei provincial nº 2.212, de 15 de dezembro de 1885, o distrito passou a denominar-se São João da Imperatriz, assim permanecendo quando da elevação à categoria de vila, pelo decreto estadual nº 34, de 01 de agosto de 1890, desmembrado do então município de São Francisco, atual município de Itapajé. Mas em 1898 a vila foi extinta e o seu território voltou a ser distrito do município de São Francisco, sendo restaurada a vila em 1899, com a denominação de São João do Uruburetama. Em 1931, a vila foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Arraial, recebendo a denominação definitiva de Uruburetama em 20 de dezembro de 1938.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de São João da Imperatriz, pela lei provincial nº 2.212, de 15-12-1885. Elevado à categoria de vila, com a de-

nominação de São João da Imperatriz, pelo decreto estadual nº 34, de 01-08-1890, desmembrado do município de São Francisco, tendo como sede o povoado de Arraial, constituído apenas do distrito sede. Pela lei estadual nº 453, de 22-08-1898, é extinta a vila de São João da Imperatriz, sendo o seu território anexado ao município de São Francisco, como simples distrito. Pela lei estadual nº 526, de 28-08-1899, é restaurada a vila, com a denominação de São João do Uruburetama, desmembrada do município de São Francisco, constituída de 2 distritos: São João do Uruburetama (sede) e Tururu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila aparece constituída de 3 distritos: São João do Uruburetama (sede), Riacho da Sela e Tururu. Pelo decreto nº 193, de 20-05-1931, a vila de São João do Uruburetama passou a denominar-se Arraial e adquiriu o extinto município de Pentecoste, como simples distrito. Elevada à categoria de cidade, com a denominação de Arraial, pelo decreto nº 262, de 26-07-1931. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece com 7 distritos: Arraial (sede), Belém, Curu, Pentecoste, Riacho da Sela, São Luís do Curu e Tururu. Pelo decreto nº 1.540, de 03-05-1935, o distrito de Pentecoste é desmembrado do município de Arraial, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1936, o município é constituído de 5 distritos: Arraial (sede), Belém, Riacho da Sela, São Luís do Curu e Tururu, não figurando o distrito de Curu. Pela lei estadual nº 346, de 10-08-1937, o distrito de Riacho da Sela passou a denominar-se Riachuelo. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município aparece constituído de 5 distritos: Arraial (sede), Belém, Riachuelo, São Luís do Curu e Tururu. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o município de Arraial passou a denominar-se Uruburetama, o distrito de São Luís do Curu a denominar-se simplesmente Curu e o distrito de Belém a denominar-se Natividade. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Uruburetama (sede), Curu, Natividade, Riachuelo e Tururu. Pelo decreto estadual nº 1.114, 30-12-1943, o distrito de Natividade passou a denominar-se Cemeoba e o distrito de Riachuelo a denominar-se Umirim. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Uruburetama (sede), Cemeoba, Curu, Umirim e Tururu. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o distrito de Curu é desmembrado do município de Uruburetama, elevado à categoria de município, com a deno-

minação de São Luís do Curu e é criado o distrito de São Joaquim, com terras desmembradas do distrito de Uruburetama e anexado ao município de Uruburetama. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 5 distritos: Uruburetama (sede), Cemeoba, São Joaquim, Tururu e Umirim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.383, de 04-07-1963, o distrito de Tururu é desmembrado do município de Uruburetama, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.417, de 19-07-1963, o distrito de Umirim é desmembrado do município de Uruburetama, elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 6.949, de 19-12-1963, os distritos de Cemeoba e São Joaquim são desmembrados do município de Uruburetama, elevados à categoria de municípios. Pela lei estadual nº 7.011, de 26-12-1963, é criado o distrito de Santa Luzia e anexado ao município de Uruburetama. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município de Uruburetama é constituído de 2 distritos: Uruburetama (sede) e Santa Luzia. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Uruburetama adquiriu os extintos municípios de Cemeoba, São Joaquim, Tururu e Umirim, como simples distritos. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Uruburetama (sede), Cemeoba, Santa Luzia, São Joaquim, Tururu e Umirim. Pela lei estadual nº 11.006, de 05-02-1985, os distritos de Umirim e São Joaquim são desmembrados do município de Uruburetama, para formarem o novo município de Umirim. Pela lei estadual nº 11.334, de 19-06-1987, os distritos de Tururu e Cemoaba são desmembrados do município de Uruburetama, para formarem o novo município de Tururu. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 2 distritos: Uruburetama (sede) e Santa Luzia, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991 e em divisão territorial datada de 17-07-1999. Por lei estadual de 1999, foi criado o distrito de Itacolomy e anexado ao município de Uruburetama. Por lei estadual de 2007, foram criados os distritos de Mundaú e Retiro. Os atuais distritos do município são: Uruburetama (sede), Santa Luzia, Itacolomy, Mundaú e Retiro.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca, e as mono-

culturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju e frutas diversas; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos e suínos; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas, e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes e bordados e a fabricação de doces caseiros; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria e brita e outros usos na construção civil; e o turismo, tendo como principais atrativos o açude Mundaú, o balneário e a cachoeira de Itacolomy, a cachoeira do Urubu, o Mirante do Cabeça - Retiro e o balneário Brinco de Ouro, no Sítio São Pedro, assim como outras bicas e os cenários montanhosos, que favorecem os esportes e o turismo de aventuras, ecoturismo e lazer.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa do Padroeiro São João Batista (24 de junho); as Festas juninas (junho); a Festa de Aniversário do Município (1º de agosto); a Festa da Banana (17 de novembro); a Festa de Santa Luzia, padroeira do distrito do mesmo nome (13 de dezembro).

Principais Personalidades

Florinda Soares Bulcão (Uruburetama, 15 de fevereiro de 1941) morou em Fortaleza e no Rio de Janeiro e foi comissária do bordo da Varig. Em 1968, mudou-se para a Itália e atuou em mais de 50 filmes, com diretores famosos. Foi agraciada por três vezes com o prêmio David di Donatello, o “Oscar” do cinema italiano. Estreou como diretora, roteirista e produtora no filme brasileiro *Eu não conhecia Tururu*.

José Júlio de Andrade (São Francisco de Uruburetama, 26 de julho de 1862 – Rio de Janeiro, 24 de junho de 1953) foi um dos grandes latifundiários do Pará, agraciado com o diploma de “Coronel da Guarda Nacional”. Senador da Câmara de Belém, em diversas legislaturas.

José Pedro Soares Bulcão (Uruburetama, 13 de maio de 1873 – Fortaleza, 17 de julho de 1942), jornalista, historiador, genealogista, poeta, orador e político, pai da atriz Florinda Bulcão, foi deputado estadual. Sócio efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará.

Maria Vianey Pinheiro Bringel, (Uruburetama, 5 de agosto de 1957), médica, foi deputada estadual pelo Maranhão e prefeita de Santa Inês – MA.

Maria Rocilda Pinto (Uruburetama, 5 de novembro), professora com pós-graduação em gestão escolar, representante de Uruburetama na Academia de Letras dos Municípios Cearenses – ALMECE.

Raimundo Gomes da Silva (Uruburetama. 31 de agosto de 1920 – Uruburetama, 18 de novembro de 2008), advogado e agropecuarista, servidor do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, foi deputado estadual e deputado federal e assessor do Ministério de Minas e Energia.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Uruburetama – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Uruburetama – 1998.

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Uruoca

Hino de Uruoca

(Letra por Onias Rocha
e melodia por Pedro Peixoto)

Minha querida Uruoca,
trago-te sempre no meu coração
És a minha terra
Que tanto quero com amor e afeição.

Eu te desejo alegremente
Futuro belo e promissor
E tê-lo-á certamente,
Pois os teus filhos têm valor.

Desenvolver, lutar, crescer, subir
Olhar pra frente
Em busca do porvir.

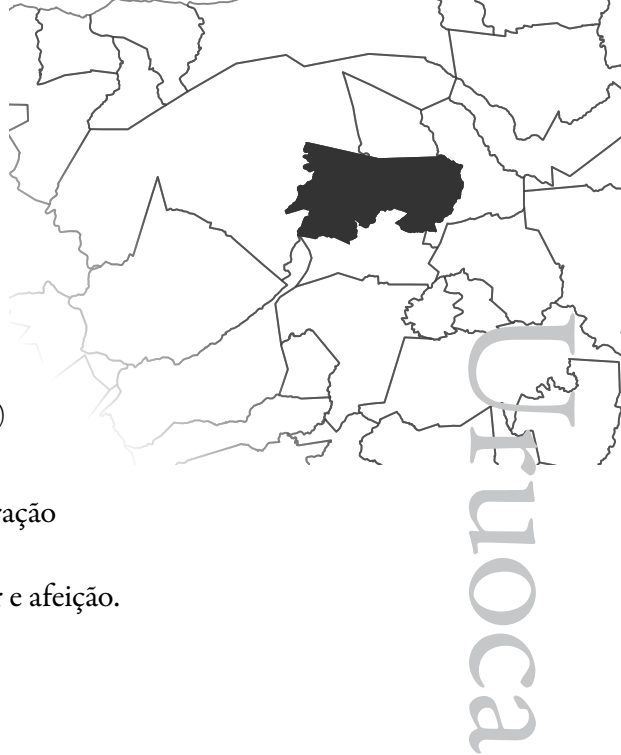
Agricultura e pecuária
Precisa sempre desenvolver,
Para o teu comércio ficar sempre
Todo ano a florescer.

Saúde e educação
É um dever se proteger
Com os filhos sadios e educados
O teu progresso não pode perecer.

Desenvolver, lutar, crescer, subir...

Uruoca é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Coreaú e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Uruoca (2010) foi de 0,566, de nível baixo, situando-se em 179º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 25,71, ficando em 68º lugar no Ceará.



Toponímia:

palavra de origem tupi que significa “lugar onde habitam os urus” (aves galiformes da família dos fasianídeos, considerada a melhor caça de pena do Brasil).

Gentílico:

uruoquense.

Limites geográficos

Norte: Senador Sá, Martinópolis e Granja

Leste: Senador Sá

Sul: Moraújo e Senador Sá

Oeste: Granja e Moraújo

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Uruoca, com **área** de 696,8 km², tem **população estimada** para 2021 em 13.988 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando, com **pluviometria** média (2021) de 769,3 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 70 m e a **distância para a Capital** é de 295,6 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-240 / CE-354 / CE-362. O **solo** é constituído de planossolo solódico ta (26,38%), podzólico vermelho amarelo distrófico (48,33%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (0,21%), solo litólico eutrófico (12,71%), solo litólico eutrófico e distrófico (7,91%) e solonetz solodizado (4,05%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do Coreaú, tendo como principais drenagens os rios Itacolomi e Pesqueiro, e os riachos Jurema e Sairi, sendo o principal reservatório o açude Premuoca, que abastece 70% da população urbana da sede do município. Com relação ao **relevo**, predomina a depressão sertaneja. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, complexo vegetacional da zona litorânea e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

As primeiras notícias do povoado denominado Riachão datam de 1882, quando da construção, na localidade, de capela em honra de Nossa

Senhora do Livramento, em terreno doado por Cândido José de Almada Bravo. As terras do atual município de Uruoca faziam parte da área territorial do município de Granja. Após a conclusão do primeiro trecho (24,5 km) da Estrada de Ferro de Sobral, no final da década de 1890, ligando o Porto de Camocim à cidade de Granja, e com a construção da Estação Ferroviária local, o povoado de Riachão teve rápido crescimento, transformando-se em centro produtor de artesanatos, para comercialização. Atualmente, a antiga Estação Ferroviária, à margem da rodovia CE-362, funciona como centro de artesanatos. Houve a tentativa de mudar a denominação do distrito de Riachão para Valdelândia e Rochalândia, visando homenagear famílias ilustres locais da época, mas prevaleceu o nome Uruoca, atribuído ao distrito pelo decreto-lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A emancipação política de Uruoca foi concedida pela lei nº 3.560, de 26 de março de 1957, tendo ocorrido a sua instalação como município em 14 de abril do mesmo ano.

Formação administrativa:

Não consta nos dados disponibilizados pelo IBGE a data de criação do distrito de Riachão. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Riachão figura no município de Granja, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto-lei nº 1.114, de 30-12-1943, o distrito de Riachão passou a denominar-se Uruoca. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Uruoca figura no município de Granja, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1955. Elevado à categoria de município, com a denominação de Uruoca, pela lei estadual nº 3.560, de 26-03-1957, desmembrado de Granja, tendo como sede o antigo distrito de Uruoca, instalado em 14-04-1957, constituído de 2 distritos: Uruoca (sede) e Paracué. Em divisão territorial datada de 01-07-1958, o município é constituído de 2 distritos: Uruoca (sede) e Paracué. Pela lei estadual nº 6.751, de 05-11-1963, é criado o distrito de Campanário e anexado ao município de Uruoca. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 3 distritos: Uruoca (sede), Campanário e Paracué, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Os atuais distritos do município são: Uruoca (sede), Campanário e Paracué.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e a monocultura de algodão; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas na fabricação de produtos diversos, como o sabão doméstico, bolsas, chapéus de palha e outros; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rocha para cantaria, brita, placas para revestimento de fachadas e usos diversos para a construção civil; o turismo, tendo como principais atrativos o Balneário Premuoca, no açude do mesmo nome; o Balneário Brisa da Serra; o Balneário Municipal; o Memorial Francisco Rocha Porfírio; a antiga Estação Ferroviária, onde funciona atualmente o Centro Artesanal de Uruoca; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento; a Igreja do Barreiro; a Praça Aniceto Rocha e a Capela de Nossa Senhora Aparecida.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa de Aniversário do Município (26 de março); o Festival da Canção – Maestro Bebé (março); as Festas Juninas (junho); o Festival de Quadrilhas de Uruoca (julho); os Festejos da Padroeira Nossa Senhora do Livramento (5 a 15 de agosto); a Festa de São Sebastião, Padroeiro do distrito de Campanário (10 a 20 de janeiro).

Principais Personalidades

Francisco Aniceto Rocha (Riachão, atual Uruoca, 09 de janeiro de 1914 – Fortaleza, 15 de abril de 2002), agropecuarista, foi vereador de Granja, deputado estadual e prefeito de Uruoca. Participou ativamente do movimento em prol da emancipação política do município.

Joaquim Gomes Garcez Rocha foi o primeiro prefeito eleito de Uruoca, nas eleições de 3 de outubro de 1958, com mandato de 1959 a 1962.

Luciano Fernandes Moreira (Uruoca, 29 de julho de 1952 – Morros (MA), 16 de junho de 2011), formado em Economia pela Universidade Estadual do Ceará, foi deputado federal pelo Maranhão.

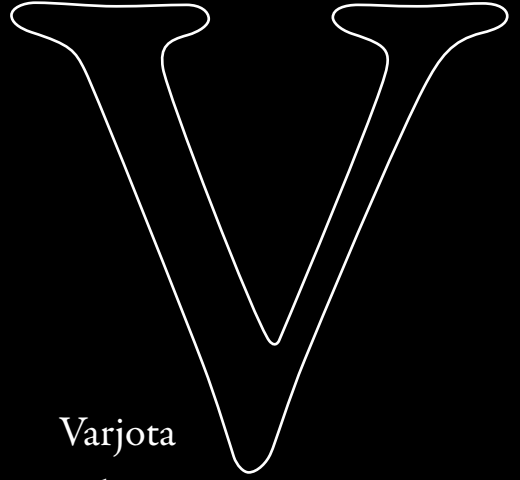
Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Uruoca – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Uruoca – 1998.



Varjota
Várzea Alegre
Viçosa do Ceará

Varjota

Hino de Varjota

(Letra por Francisco dos Santos Gomes Gonçalves
e melodia por Valney e Bimartins)

Molhando o solo ele vem descendo a Serra,
Logo no centro o rio Acaraú.
Represando suas águas numa barragem,
Enriquecendo um pedaço do Ipu.

E a represa que esplende a beleza
Paulo Sarasate, Juscelino batizou.
Do Serrote Araras hoje Gruta,
Por muito tempo varjotense proclamou.

E as águas que inundaram a planície,
Hoje a riqueza do homem pescador.
A placidez de toda região,
Pequena Várzea do nosso Sertão.

Do DNOCS a grande engenharia,
Leva alegria ao teu interior.
E o canal que molha a terra seca
Floresce o campo e o coração do agricultor.

E o peixe a maior fonte de renda,
Já é frequente em todo o Brasil.
Com as paisagens do Açude Araras,
És linda cidade varonil.

O homem brado lutando no progresso,
Varjota cresce e se emancipou.
E a juventude que espelha o teu sucesso
Sente no peito alegria e mais amor.

Quando chega a data dos festejos,
A alegria invade os corações.

Sant'Ana a nossa Padroeira,
É a mensagem atraindo as multidões.
Um filho teu por ventura está ausente,
Ao berço-mãe ele dispõe-se a voltar.
Varjota és linda cidade do Brasil,
De águas belas do Sertão do Ceará.

Varjota é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião do Ipu e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Varjota (2010) foi de 0,611, de nível médio, situando-se em 95º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,34, ficando em 49º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra originária do idioma celta, que pode significar “pequena várzea” ou “terreno amplo”. Há ainda a indicação de que o topônimo Varjota provém da configuração geomorfológica do terreno, onde se destacam pequenas várzeas.

Gentílico:

varjotense.

Limites geográficos

Norte: Santa Quitéria, Cariré e Reriutaba

Leste: Santa Quitéria

Sul: Pires Ferreira

Oeste: Reriutaba e Pires Ferreira

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Varjota, com **área** de 179,4 km², tem **população estimada** para 2021 em 18.520 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 670 mm e chuvas concentradas nos meses de fevereiro a abril. A **altitude** é de 160 m e a **distância para a Capital** é de 272,7 km, com acesso principal pelas rodovias BR-020 / BR-222 / BR-403 / CE-176 / CE-257 / CE-366. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (51,66%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (32,58%) e solos aluviais eutróficos (8,01%). Quanto à **hidrografia e**

recursos hídricos, o município está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Acaraú, tendo como principal drenagem o rio Acaraú e o riacho da Farinha, e como principal reservatório o açude Paulo Sarasate, conhecido como açude Araras, que abastece 100% da população urbana do município. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta e floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea).

Síntese Histórica

Segundo relatos de descendentes de antigos moradores, o povoado de Varjota iniciou a sua formação graças à iniciativa do Padre Macário Bezerra, da paróquia de Ipu, de edificar, em terras de sua propriedade, uma capela sob a invocação da Senhora Sant'Ana, entre os anos de 1834 e 1840. Com o crescimento do número de casas, nas proximidades da capela, Varjota passou à condição de distrito, subordinado ao município de Ipu, no ano de 1893, passando a ser vinculado ao município de Santa Cruz em 1935. Continuou vinculado a Reriutaba, quando Santa Cruz passou a ter essa denominação, em 1943. Com o início da construção do Açude Araras (Açude Paulo Sarasate) pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, durante a seca de 1951-1953, e constando do projeto que a área do distrito seria totalmente inundada, a população começou a abandonar o distrito, levando suas famílias para o entorno da frente de trabalho, onde se situava o acampamento provisório. Foi construído o Açude Ararinha (depois submerso pelas águas do Açude Araras), que se destinava a abastecer a construção da barragem do açude principal. Com a conclusão do Açude Ararinha, em abril de 1954, as terras do antigo distrito de Varjota foram inundadas. Os agricultores, diante da seca, impossibilitados de trabalhar na agricultura, buscaram as obras de emergência do DNOCS, onde obtinham o necessário para o sustento de suas famílias. A inauguração do reservatório ocorreu em 31 de julho de 1958. Na época, ocorreram muitas tensões sociais, com a desmobilização das frentes de trabalho, com ameaças de invasão do comércio, pelos operários da construção do açude, que ficaram desempregados. A população foi realocada, da vila Varjota para a "Piçarreira", onde atualmente se localiza o centro e a sede do atual município, que começou processo de desenvolvimento, a partir de 1964, com a construção da hidrelétrica, de redes de energia elé-

trica e de estradas de rodagem, ligando Varjota a outros municípios vizinhos, assim como uma nova capela na nova sede da povoação, tendo como patrona Nossa Senhora Sant'Ana. O distrito de Varjota foi elevado à categoria de município, em 5 de fevereiro de 1985, desmembrado de Reriutaba.

Formação administrativa:

Distrito criado com a denominação de Varjota, por ato de 18-11-1896, subordinado ao município de Ipu. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Varjota figura no município de Ipu, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1933. Pela lei estadual nº 1.540, de 03-05-1935, o distrito de Varjota é transferido do município de Ipu para o município de Santa Cruz. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Varjota figura no município de Santa Cruz. Pelo decreto-lei estadual nº 1.114, de 31-12-1943, o município de Santa Cruz passou a denominar-se Reriutaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o distrito de Varjota figura no município de Reriutaba. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, o município de Reriutaba passou a denominar-se Santa Cruz do Norte. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Varjota figura no município de Santa Cruz do Norte. Pela lei nº 3.516, de 22-12-1956, o município de Santa Cruz do Norte volta a denominar-se Reriutaba. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o distrito de Varjota figura no município de Reriutaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Varjota, pela lei estadual nº 11.007, de 05-02-1985, desmembrado de Reriutaba, instalado em 01-01-1986, tendo como sede o antigo distrito de Varjota, constituído apenas do distrito sede. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído do distrito sede. Pela lei municipal nº 43, de 1988, é criado o distrito de Croatá e anexado ao município de Varjota. Em divisão territorial datada de 17-01-1989, o município é constituído de 2 distritos: Varjota (sede) e Croatá, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Os atuais distritos do município são: Varjota (sede) e Croatá.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com culturas de subsistência de feijão, milho e mandioca e com as mono-

culturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, hortaliças e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas a oiticica e a carnaúba; a pescaria artesanal realizada no açude Araras e o turismo, tendo como principais atrativos a Barragem do Açude Araras (Açude Público Paulo Sarasate), a Igreja Matriz de Nossa Senhora Sant'Ana de Varjota.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Festa da Padroeira Nossa Senhora Sant'Ana (26 de julho); a Festa de Aniversário do Município (5 de fevereiro); a Festa de Reisado (6 de janeiro); o pré-carnaval e o Carnaval de Varjota (fevereiro); e as Festas Juninas (junho).

Principais Personalidades

Antônio Pires Ferreira, primeiro prefeito eleito de Varjota, com mandato de 01-01-1986 a 01-01-1989.

Mailson Furtado Viana (Cariré, 15 de março de 1991), cirurgião-dentista, escritor, editor, produtor cultural, diretor, ator, nasceu em Cariré, mas viveu desde criança no município de Varjota. Com *À Cidade*, ganhou o 60º Prêmio Jabuti (2018), nas categorias Livro do Ano e Poesia.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Varjota – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Varjota – 1998.

<https://www.varjota.ce.gov.br>

Várzea Alegre



Hino de Várzea Alegre

(Letra por José Clementino do Nascimento Sobrinho
e melodia por Mestre Antônio José do Nascimento)

Como é grande a nossa Várzea Alegre
Tão cheia de encantos mil
Que enche de surpresa os visitantes
E de fé o nosso peito varonil
Nossas várzeas, lindos campos e a lagoa
Nossas águas tão azuis da cor de anil
Deslizam mansas no Riacho do Machado
Fecundando este recanto do Brasil.

Exaltemos, exaltemos
Com fé e amor profundo
O nosso torrão amado
Patrimônio de Papai Raimundo. (Bis)

Vemos teu progresso avançando
Num insulto aos contrastes banais
As lindas flores vindas do teu solo
Perfumam tuas belezas naturais
O teu vale esperançoso e tão fecundo
Onde brotam os teus ricos arrozais
É o orgulho dos teus filhos que se ausentam
Que te deixam, mas não te esquecem jamais.

Exaltemos, exaltemos ...

Várzea Alegre é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião de Várzea Alegre e na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

O **IDH** de Várzea Alegre (2010) foi de 0,629, de nível médio, situando-se em 50º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 25,47, ficando em 69º lugar no Ceará.

Toponímia:

o topônimo Várzea é uma referência à planície ou várzea onde se situa o município; e Alegre, uma alusão ao estado de espírito divertido da população local.

Gentílico:

varzealegrense.

Limites geográficos

Norte: Cedro e Cariús

Leste: Granjeiro, Lavras da Mangabeira e Cedro

Sul: Farias Brito, Caririaçu e Granjeiro

Oeste: Cariús e Farias Brito

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Várzea Alegre, com **área** de 835,7 km², tem **população estimada** para 2021 em 41.078 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente semiárido, com **pluviometria** média (2021) de 1.020,8 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 300 m e a **distância para a Capital** é de 424,9 km, com acesso principal pelas rodovias BR-122 / BR-230 / BR-404 / CE-060 / CE-153 / CE-253 / CE- 566. O **solo** é constituído de bruno não cálcico (1,33%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (64,49%), solo litólico eutrófico (21,21%), solos aluviais eutróficos (7,50%) e terra roxa estruturada eutrófica (5,47%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido na bacia do rio Salgado, tendo como principais drenagens superficiais o riacho do Machado e os riachos São Miguel, da Fortuna, Carapateira, do Meio e Riacho Verde, com seus afluentes Mocotó, Caiana, Feijão e Umari dos Carlos, sendo os principais reservatórios os açudes Olho D'Água, Coité, Caraíbas, Lagoa Seca, Vacaria, Mameluco, do Brejo e Ubalzinho, além da Lagoa de São Raimundo, Lagoa do Iputi, Lagoa dos Nunes e Lagoa de Dentro. As principais barragens são a Fortuna e a Cachoeira

Dantas. Com relação ao **relevo**, predominam as depressões sertanejas e os maciços residuais. A **vegetação** é constituída de caatinga arbustiva aberta, caatinga arbustiva densa, cerrado, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea) e floresta subcaducifólia tropical pluvial.

Síntese Histórica

A origem de Várzea Alegre remonta ao ano de 1717, quando, em 22 de fevereiro, foi concedida uma sesmaria ao Alferes Bernardo Duarte Pinheiro e seu irmão Agostinho Duarte Pinheiro, portugueses, e ao cearense Vasco da Cunha Pereira, com uma faixa de terra de nove léguas de extensão, no Riacho Croatá, atualmente denominado Riacho do Machado, entre a Aba da Serra e o Rio Cariús. Fizaram uma divisão amigável, ficando cada um dos sesmeiros com três léguas, que escolheram de forma amistosa. Bernardo Duarte Pinheiro, que havia trazido de Pernambuco, onde morava anteriormente, a mulher, Ana Maria Pereira, e quatro cunhados: o Padre José Pereira do Vale, Domingos Alves de Medeiros, Antônio Carneiro da Silva e João Pereira do Vale, fixou residência no Sítio Lagoas. Posteriormente, o Alferes Bernardo Duarte Pinheiro recebeu outra data, com três léguas, em 18 de novembro de 1723. Depois de dois anos, os três donatários decidiram conhecer melhor suas terras e, juntamente com outras pessoas, foram percorrendo a densa floresta virgem e encontraram uma lagoa, com fauna exuberante e variada, onde se viam patos, marrecos, galinhas d'água, jacanãs, mergulhões e pássaros de diversas espécies. Ao darem a volta na lagoa, pelo lado sul, se depararam com extensa planície, com muitas árvores frondosas e clima bastante agradável. Diante de tanta beleza e de tanta riqueza animal e vegetal, o Alferes Bernardo Duarte Pinheiro teria exclamado: “que várzea alegre!”. A partir de então, o lugar ficou conhecido como Várzea Alegre, denominação que nunca mudou, desde a formação do povoado, que se tornou distrito, vinculado ao município de Lavras, pela lei provincial nº 1.076, de 30 de novembro de 1863, que também criou a freguesia, tendo como padroeiro São Raimundo Nonato, sendo seu primeiro vigário o Padre Benedito de Sousa Rego. A capela, sob a invocação de São Raimundo Nonato, foi edificada em terreno doado pelo Major Joaquim Alves Bezerra, sua mulher e outros, com 400 braças de terras em quadrado, em razão de exigência episcopal, feita pelo Bispo Diocesano de Recife. A construção teve início

em 1854 e a inauguração da capela ocorreu em 2 de fevereiro de 1856. A Igreja de São Raimundo Nonato, segundo consta, foi construída pelos filhos de Raimundo Duarte Bezerra, o patriarca do município, que ficou conhecido como “Papai Raimundo”. Várzea Alegre foi elevado à categoria de vila em 1870, instalada em 1872, e extinta em 1931, voltando à condição de distrito, desta feita vinculado ao município de Cedro. Em 1933, Várzea Alegre foi elevado à categoria de município, desvinculado de Cedro. Por muitos anos, Várzea Alegre ficou conhecida como a “Terra dos Contrastes”, o que era divulgado pelos próprios filhos da terra, como o caminhoneiro Zéfeliipe – José Felipe de Souza, que viajava pelo Brasil afora divulgando, com seu jeito divertido e brincalhão, os contrastes, reais e imaginários, da terra do arroz – Várzea Alegre. O “Rei do Baião”, Luiz Gonzaga gravou música intitulada “Contrastes de Várzea Alegre”.

Formação administrativa:

Distrito criado, com a denominação de Várzea Alegre, pela lei provincial nº 1.076, de 30-11-1863. Elevado à categoria de vila, com a denominação de Várzea Alegre, pela lei provincial nº 1.329, de 10-10-1870, desmembrada de Lavras, instalada em 02-03-1872, tendo como sede o núcleo de Várzea Alegre, constituída apenas do distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída do distrito sede. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01-09-1920, a vila é constituída de 2 distritos: Várzea Alegre (sede) e Jacu. Pelo decreto estadual nº 193, de 20-05-1931, a vila é extinta, sendo o seu território anexado ao município de Cedro. Pelo decreto estadual nº 1.156, de 04-12-1933, é criado o município, com a denominação de Várzea Alegre, desmembrado de Cedro. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Várzea Alegre (sede), Riacho Verde e São Caetano. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município aparece constituído de 5 distritos: Várzea Alegre (sede), Extrema, Riacho Verde, São Caetano e Vacaria. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, o distrito de Vacaria passou a denominar-se Fortuna. No quadro fixado para vigorar, no período de 1939-1943, o município é constituído de 5 distritos: Várzea Alegre (sede), Extrema, Fortuna, Riacho Verde e São Caetano. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943,

o distrito de Extrema passou a denominar-se Calabaça, Fortuna passou a denominar-se Ibicatu e São Caetano a denominar-se Naraniú. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 5 distritos: Várzea Alegre (sede), Calabaça, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1950. Pela lei estadual nº 1.153, de 22-11-1951, é criado o distrito de Canindezinho, com terras desmembradas do distrito de Naraniú, e anexado ao município de Várzea Alegre. Em divisão territorial datada de 31-07-1955, o município é constituído de 6 distritos: Várzea Alegre (sede), Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde, assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Pela lei estadual nº 6.952, de 19-12-1963, é desmembrado do município de Várzea Alegre o distrito de Calabaça, elevado à categoria de município, com a denominação de Francisco Salviano. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 5 distritos: Várzea Alegre (sede), Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Várzea Alegre adquiriu o extinto município Francisco Salviano, com a antiga denominação de Calabaça, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 31-12-1968, o município é constituído de 6 distritos: Várzea Alegre (sede), Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017. Os atuais distritos do município são: Várzea Alegre (sede), Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura com a cultura de subsistência de arroz, feijão, milho e mandioca e as monoculturas de algodão, cana-de-açúcar, castanha de caju, fumo e frutas diversas; a pecuária extensiva, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal e extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades com a utilização de oiticica e carnaúba como matérias primas; o artesanato de redes e bordados; a mineração, com a extração de rochas ornamentais, rochas para cantaria, brita, placas para fachadas e usos diversos na construção civil, registrando-se ainda a ocorrência de amianto, talco, ametista e

ouro; e o turismo, tendo como principais atrações: o açude Olho D'Água, atual açude Otacílio Correia; a Capela de Maria de Bil (considerada mártir e santa), na Serra de Gravié e a Estátua do Cristo Ressuscitado; a Capela de São Caetano, no distrito de Naraniú; o Parque Cívico de São Raimundo, construído no marco zero da cidade; a Igreja de São Raimundo; e outros.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: a Semana do Padroeiro São Raimundo Nonato, denominada a Festa de Agosto (21 a 31 de agosto); a Semana da copadroeira Nossa Senhora das Mercês (janeiro); o Carnaval (fevereiro/março); a Paixão de Cristo (Semana Santa); a Festa de São João Batista – padroeiro do distrito de Riacho Verde (junho); a Festa de Nossa Senhora de Fátima, no bairro Riachinho (maio); as Festas Juninas (junho); a Festa de São Caetano, padroeiro do distrito de Naraniú (agosto); a Festa de São Francisco, padroeiro dos distritos de Calabaça e Canindezinho (outubro); a Semana do Município de Várzea Alegre (com encerramento em 10 de outubro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do distrito de Ibicatu (novembro/dezembro) e o Natal de Paz (dezembro).

Principais Personalidades

Antônio Correia Lima (Várzea Alegre, 17 de julho de 1864 – Várzea Alegre, 30 de março de 1939), fazendeiro, agricultor, comerciante, foi prefeito de Várzea Alegre de 1912 a 1926 e de 1937 a 1939. Participou, na condição de prefeito, da reunião denominada “Pacto de Juazeiro”, em 24 de outubro de 1910, comandada pelo Padre Cícero.

Dário Batista Moreno (Várzea Alegre, 14 de setembro de 1927 – Porto Alegre, 7 de novembro de 1997), advogado, professor, político, filósofo e orador, foi prefeito de Várzea Alegre (1959 a 1962). Professor do Liceu, promotor público e procurador de Justiça do Ceará. Exerceu o cargo de Diretor da APLUB, em Porto Alegre – RS.

Gisafran Nazareno Mota Jucá (Várzea Alegre, 20 de setembro de 1948), professor, pesquisador e historiador, licenciado em História, doutor em Ciências na área de História Social, com Mestrado em História. Foi chefe de Departamento e Coordenador de Cursos, na área da História. Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Jáder de Figueiredo Correia (Iguatu, 01 de julho de 1924 – Paraíba, entre Natal e João Pessoa, 27 de novembro de 1976), nascido em Iguatu, com poucos dias de vida foi para Várzea Alegre, onde residiam os pais. Advogado, professor, delegado estadual do IAPI, do IAPC e do IAPETEC. Foi secretário de Educação e Saúde do Ceará e Procurador do DNOCS.

Joaquim de Figueiredo Correia (Várzea Alegre, 4 de novembro de 1920 – Fortaleza, 16 de junho de 1981), agropecuarista, professor e advogado, foi presidente do Centro Estudantil Cearense, deputado estadual, vice-Governador do Ceará (assumiu o Governo mais de sessenta vezes), deputado federal, secretário de Educação e Saúde, membro e presidente do Conselho Estadual de Educação. Foi professor da Escola de Administração do Ceará e procurador do Conselho de Contas dos Municípios. Um dos políticos mais admirados e respeitados de seu tempo, por seu comportamento correto e ético, pelo espírito público e pela liderança que exerceu. Faleceu aos 60 anos de idade.

Joaquim Washington Luiz de Oliveira (Várzea Alegre, 24 de dezembro de 1949), comerciante e funcionário público, assumiu, na condição de suplente, o mandato de deputado federal pelo Maranhão, onde foi vice-governador em 2011, tendo renunciado em 2013, para assumir o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

José Correia Lima (Várzea Alegre, 6 de dezembro de 1873 - Várzea Alegre, 15 de agosto de 1932), proprietário rural, pecuarista e comerciante, foi prefeito de Várzea Alegre em 1926, tendo arborizado as ruas, melhorado as estradas, construído um novo mercado público, instalado um poço (cacimba) para uso coletivo e instalado gerador de energia elétrica na cidade. Segundo o médico e escritor José Ferreira, José Correia Lima foi exemplo de cidadão e político de caráter irretocável.

José Ferreira (Várzea Alegre, 31 de dezembro de 1913 – Olinda, 1992), médico, dono de laboratório de análises clínicas em Recife e escritor, autor dos livros *Várzea Alegre, Minha Terra, Minha Gente* (1985) e *Contos Estranhos* (1987).

José de Figueiredo Correia (Várzea Alegre, 7 de julho de 1922 – Fortaleza, 25 de setembro de 1986), formado em Ciências Contábeis e

Atuariais, empresário da indústria madeireira e da construção civil, exerceu mandato de deputado estadual em duas legislaturas.

Josimar Cunha Rodrigues (Várzea Alegre, 13 de novembro de 1976) foi prefeito de Maranhãozinho (MA), deputado estadual e deputado federal pelo Maranhão.

Maria Hilma Correia Montenegro (Várzea Alegre, 7 de outubro de 1918 – Fortaleza, 12 de maio de 2012), bacharel em Ciências e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, professora, historiadora e escritora. Diretora da Divisão de Cultura Intelectual e Artística da Secretaria de Educação, da Casa de Cultura Raimundo Cela, da Biblioteca da Casa de Juvenal Galeno e do Museu do Ceará. Presidente da Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno por dois mandatos. Foi representante de Várzea Alegre na Academia de Letras dos Municípios do Estado do Ceará - ALMECE, até 2012, quando faleceu. Patrona da Cadeira 34, da Academia Feminina de Letras.

Maria Linda Lemos Bezerra (Várzea Alegre, 7 de agosto de 1954), bacharel em Ciências Contábeis, graduada em Psicologia e pós-graduada em Psicologia Clínica, professora e escritora, sócia efetiva da Academia de Letras Juvenal Galeno, da qual foi presidente, representante de Várzea Alegre na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE, a partir de 2012.

Manoel Salviano Sobrinho (Várzea Alegre, 18 de outubro de 1941), médico, empresário e político, foi prefeito de Juazeiro do Norte em dois mandatos, deputado estadual e deputado federal em quatro legislaturas.

Padre Antônio Batista Vieira (Várzea Alegre, 14 de junho de 1919 – Fortaleza, 19 de abril de 2003), sacerdote, formado em Economia, Planejamento de Pesquisa Social e Direito, licenciado em Filosofia, Ciências e Letras, foi professor, escritor e jornalista. Deputado federal, eleito em 1966 e 1970, foi cassado com base no Ato Institucional nº 5.

Padre Benedito de Sousa Rego, primeiro vigário da Paróquia de São Raimundo Nonato de Várzea Alegre, nomeado por provisão de 30 de dezembro de 1863.

Sinésio Lustosa Cabral Sobrinho (Várzea Alegre, 22 de maio de 1915 – Fortaleza, 10 de maio de 2012), professor, escritor, poeta, juiz

de direito, foi membro das Academias Brasileira e Cearense da Língua Portuguesa.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Básico Municipal de Várzea Alegre – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Várzea Alegre – 1998.

FERREIRA, José. Várzea Alegre, Minha Terra, Minha Gente. Editora Henriqueta Galeno. 1985.

BEZERRA, Maria Linda Lemos. Fragmentos para a História de Várzea Alegre.

Várzea Alegre (CE). Prefeitura. Disponível em: <http://www.varzeaalegre.ce.gov.br/informe.php>

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeemar de Alcântara.

Viçosa do Ceará



Hino de Viçosa do Ceará

(Letra por Manoel José da Rocha Neto
e melodia por autor não identificado)

A beleza te fez vaidosa,
a História feliz te exaltou,
Deus te quis tão bonita e viçosa,
que teu nome da terra brotou.

*Rainha da Ibiapaba, a glória te sorrirá.
Na fibra de tua gente, humilde,
nobre, valente. Viçosa do Ceará.*

O Brasil engrandece a figura,
de teus filhos que são imortais:
Um na guerra foi rei da bravura,
outro herói do direito na paz.

Teu passado deixou a herança de uma fé,
vigorosa e cristã.

Teu presente transforma a lembrança,
em promessa de um lindo amanhã.

Viçosa do Ceará é um município brasileiro localizado no Estado do Ceará, na microrregião da Ibiapaba e na mesorregião do Noroeste Cearense.

O **IDH** de Viçosa do Ceará (2010) foi de 0,571, de nível baixo, situando-se em 173º lugar entre os municípios cearenses, enquanto o **IDM** (2018) foi de 28,76, ficando em 44º lugar no Ceará.

Toponímia:

palavra que significa “coberta de vegetação”. O nome Viçosa provém da denominação de outras vilas brasileiras existentes nos Estados de Alago-

as, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Bahia e em Portugal (Vila Viçosa). Para distinguir das demais, foi acrescentado “do Ceará”.

Gentílico:

viçosense.

Limites geográficos

Norte: Granja

Leste: Tianguá e Granja

Sul: Tianguá

Oeste: Estado do Piauí

Características geográficas, climáticas e hidrográficas

O município de Viçosa do Ceará, com **área** de 1.311,6 km², tem **população estimada** para 2021 em 61.916 habitantes. Apresenta **clima** tropical quente semiárido brando e tropical quente subúmido, com **pluviometria** média (2021) de 817,6 mm e chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril. A **altitude** é de 685 m e a **distância para a Capital** é de 360,5 km, com acesso principal pelas rodovias BR-222 / BR-403 / CE-187. O **solo** é constituído de areias quartzosas distróficas (13,23%), latossolo amarelo distrófico (9,64%), latossolo amarelo álico (7,29%), planossolo solódico ta (4,86%), podzólico vermelho amarelo eutrófico (18,32%), solo litólico distrófico (17,23%), solo litólico eutrófico e distrófico (19,93%) e solos aluviais eutróficos (4,13%). Quanto à **hidrografia e recursos hídricos**, o município está inserido nas bacias hidrográficas dos rios Parnaíba e Coreaú, tendo como principais drenagens os rios Quatiguaba, Jacareí e Pirangi, sendo um dos principais reservatórios o açude Juá. Com relação ao **relevo**, predominam o Planalto da Ibiapaba e as depressões sertanejas. A **vegetação** é constituída de carrasco, floresta caducifólia espinhosa (caatinga arbórea), floresta subcaducifólia tropical pluvial (mata seca), floresta subcaducifólia tropical xeromorfa e floresta subperenifólia tropical plúvio-nebular (mata úmida).

Síntese Histórica

Os primeiros habitantes da Serra da Ibiapaba eram os índios Tabajaras, em diversas aldeias que se estendiam até o litoral. Com a chegada

dos colonos, os silvícolas foram catequizados pelos padres da Companhia de Jesus, dentre eles os padres Manoel Pedroso e Ascenso Gago. O dia 15 de agosto de 1700 é considerado o da fundação da “Aldeia da Ibiapaba”, que se tornaria a cidade de Viçosa. A Igreja de Nossa Senhora da Assunção, construída no século XVII, por índios e jesuítas, ao lado da residência dos Padres, de madeira e barro, coberta de folhas de palmeiras, foi a Igreja da Ibiapaba, uma das mais antigas do Ceará. Em 1759, a igreja da Aldeia da Ibiapaba, dedicada a Nossa Senhora da Assunção, estava construída em uma planície no alto da serra. Em ofício ao Ministro da Corte Real, datado de 22 de maio de 1759, o emissário da coroa Lobo da Silva descreve, detalhadamente, o templo, desde o altar principal, sacristia, coros, altares laterais, imagens dos santos, assim como o que existia na vizinhança: um presbitério, com paredes de pedra de alvenaria, um pequeno cemitério e três carreiras de casas – cabanas cobertas e feitas de palha que compunham a aldeia, cujos habitantes eram Tabajaras. Com a ordem do Marquês de Pombal para expulsão dos jesuítas do Brasil, as aldeias até então dirigidas pelos jesuítas foram abolidas e substituídas por vilas e povoados. Assim é que a Aldeia da Ibiapaba, em 7 de julho de 1759, foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Viçosa Real da América, e, em 14 de agosto de 1882, elevada à condição de cidade, com a denominação de Viçosa, que, em 30 de dezembro de 1943, foi alterada para Viçosa do Ceará, que continua até os dias de hoje.

Formação administrativa:

Elevado à categoria de vila, com a denominação de Viçosa Real da América, por provisão de 07-07-1759. Elevada à condição de cidade, com a denominação de Viçosa, pela lei nº 1.994, de 14-08-1882. Por ato provincial de 23-04-1885, é criado o distrito de Tubarão e anexado ao município de Viçosa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 2 distritos: Viçosa (sede) e Tubarão. Pela lei estadual nº 2.412, de 05-10-1926, é criado o distrito de Lambedor e anexado ao município de Viçosa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 4 distritos: Viçosa (sede), Lambedor, Quatiguaba e Tubarão, assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-12-1936. Pela lei estadual nº 366, de 01-10-1936, o

distrito de Tubarão passou a denominar-se General Tibúrcio. Em divisão territorial datada de 31-12-1937, o município é constituído de 4 distritos: Viçosa (sede), Lambedor, Quatiguaba e General Tibúrcio. Pelo decreto estadual nº 448, de 20-12-1938, é criado o distrito de Padre Vieira e anexado ao município de Viçosa. Pelo decreto estadual nº 1.114, de 30-12-1943, o município de Viçosa passou a denominar-se Viçosa do Ceará. Em divisão territorial datada de 01-07-1950, o município é constituído de 5 distritos: Viçosa do Ceará (sede), General Tibúrcio, Lambedouro, Padre Vieira e Quatiguaba. A lei estadual 3.780, de 28-08-1957, desmembra do município de Viçosa do Ceará o distrito de General Tibúrcio, elevado à categoria de município. Por acórdão do Superior Tribunal de Justiça de 14-11-1958 (representação nº 352), é anulada a criação do município de General Tibúrcio, que volta a ser distrito de Viçosa do Ceará. Em divisão territorial datada de 01-07-1960, o município é constituído de 5 distritos: Viçosa do Ceará (sede), General Tibúrcio, Lambedouro, Padre Vieira e Quatiguaba. A lei estadual nº 6.478, de 28-08-1963, desmembra do município de Viçosa do Ceará o distrito de General Tibúrcio, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-12-1963, o município é constituído de 4 distritos: Viçosa do Ceará (sede), Lambedouro, Padre Vieira e Quatiguaba. Pela lei estadual nº 8.339, de 14-12-1965, o município de Viçosa do Ceará adquiriu o extinto município de General Tibúrcio, como simples distrito. Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído de 5 distritos: Viçosa do Ceará (sede), General Tibúrcio, Lambedouro, Padre Vieira e Quatiguaba, assim permanecendo em divisão territorial datada de 17-01-1991. Pela lei municipal nº 210, de 09-10-1991, foram criados os distritos de Manhoso e Passagem da Onça e anexados ao município de Viçosa do Ceará. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 7 distritos: Viçosa do Ceará (sede), General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Passagem da Onça e Quatiguaba. Em divisão territorial datada de 2014, o município é constituído de 8 distritos: Viçosa do Ceará (sede), General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Juá dos Vieiras, Passagem da Onça e Quatiguaba. Os atuais distritos do município são: Viçosa do Ceará (sede), General Tibúrcio, Lambedouro, Manhoso, Padre Vieira, Juá dos Vieiras, Passagem da Onça e Quatiguaba.

Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do município são: a agricultura, com as culturas de feijão, milho, mandioca, café, tomate, cebola e as monoculturas de algodão, banana, abacate, cana-de-açúcar e castanha de caju; a pecuária extensiva de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves; o extrativismo vegetal, com a fabricação de carvão vegetal, a extração de madeiras diversas para lenha e construção de cercas e atividades utilizando como matérias primas o babaçu, o buriti, a oiticica e a carnaúba; o artesanato de redes, chapéus de palha, bordados e artigos de couro; a mineração, com extração e beneficiamento de cobre, no Sítio Buíra, em Pedra Verde, associado a filitos e quartzitos, que representam rochas de usos múltiplos, como rochas ornamentais, pisos e placas; o turismo, tendo como principais atrativos: a Igreja do Céu, no alto da cidade; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção; o Memorial Clóvis Beviláqua, construído no quintal da casa onde nasceu o jurista, mantido pelo Tribunal de Justiça do Ceará; o Teatro Pedro II; o Poço da Princesa; a Cachoeira do Itarumã; a Cachoeira da Pirapora; a Cachoeira do Engenho Velho; a Pedra do Machado; a Pedra do Itagurussu; as formações rochosas Pilões; a Bica do Itacaranha; a Lagoa Pedro II; a Praça Clóvis Beviláqua, por trás da Igreja Matriz; o Memorial Padre Antônio Vieira, na antiga sacristia da Igreja Matriz; o Palácio Monsenhor Carneiro; o Palacete Paroquial; a Igreja de São Francisco; o Castelo de Pedras, com suas lendas que relatam a história de um amor proibido; o Casarão dos Rubens; e a Rampa do Voo Livre.

Manifestações Culturais

Os principais eventos culturais do município são: o Festival Mel, Chorrinho e Cachaça (primeira semana de julho); o Festival Música na Ibiapaba (última semana de julho); os Festejos da Padroeira Nossa Senhora da Assunção (15 de agosto); a Festa de Nossa Senhora da Saúde de Vila Manhoso – Lamedouro (11 de setembro); a Festa de São Francisco (4 de outubro); a Festa de Nossa Senhora da Conceição no distrito de Quatiguaba (8 de dezembro); os Festejos de Santa Luzia na Vila Oiticicas – Vale do Lamedouro (13 de dezembro); e os Festejos de Nossa Senhora da Penha, no distrito de General Tibúrcio (7 de setembro).

Principais Personalidades

Antônio Mário de Brito Nogueira (Viçosa do Ceará, 14 de dezembro de 1950) trabalhou no Banco do Nordeste, tem participação ativa nos movimentos culturais do Ceará. Representante de Viçosa do Ceará na Academia de Letras dos Municípios Cearenses - ALMECE.

Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa (Viçosa do Ceará, 11 de agosto de 1837 – Fortaleza, 28 de março de 1885), militar brasileiro que participou da Guerra do Paraguai, destacando-se por atos de bravura. Professor de Física e Química da Escola Militar. Com a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança, conseguiu dispensa do cargo de professor e seguiu para a frente de batalha, onde se destacou como um dos mais valorosos e bravos em combate, o que lhe assegurou a promoção ao posto de Tenente-Coronel. Após a Guerra, exerceu vários cargos e foi promovido ao posto de Brigadeiro (atual General de Brigada). Foi defensor do abolicionismo.

Clóvis Beviláqua (Viçosa, 4 de outubro de 1859 – Rio de Janeiro, 26 de julho de 1944) foi jurista, filósofo, político, literato e historiador, autor do projeto de Código Civil Brasileiro em 1901, promulgado em 1916 e que teve vigência até 11 de janeiro de 2003. Foi promotor público, professor da Faculdade de Direito de Recife, secretário de estado no Piauí e deputado constituinte no Ceará (1891). Consultor jurídico do Ministério do Exterior. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Foi sócio honorário e benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro da Corte de Arbitragem de Haia. Sócio correspondente em 15/12/1906 e sócio honorário em 22/03/1919 do Instituto do Ceará.

Felizardo de Pinho Pessoa Filho (26 de abril de 1918), graduado pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, foi o primeiro profissional do Brasil a notificar a ocorrência de surto de Leishmaniose Visceral, conhecido como Calazar, em distritos de Viçosa do Ceará. Foi prefeito do município, vereador e presidente da Câmara Municipal de Viçosa do Ceará e suplente de deputado estadual, tendo assumido a cadeira em novembro de 1962, em caráter definitivo. Atualmente, está com a idade de 104 anos.

José Freire Bezerril Fontenele ou General Bezerril (Viçosa do Ceará, 9 de março de 1850 – Rio de Janeiro, 21 de maio de 1926), militar formado em Engenharia, Matemática e Ciências Sociais, reformou-se no

posto de Marechal. Foi governador, deputado federal em cinco legislaturas e senador pelo Ceará.

Luís Teixeira Barros (Viçosa do Ceará, 26 de janeiro de 1920 – Fortaleza, 7 de abril de 2000), bacharel em Direito, escritor e professor, foi sócio efetivo da Sociedade Cearense de Geografia e História e do Instituto do Ceará.

Raimundo Batista Aragão (Viçosa do Ceará, 31 de agosto de 1921 – Fortaleza, 15 de janeiro de 2003), jornalista, escritor e historiador, exerceu mandato de vereador em Sobral. Em 1991, fundou a Barraca do Escritor Cearense e a Cooperativa dos Escritores Cearenses.

Tibúrcio Gonçalves de Paula (Viçosa do Ceará, 14 de abril de 1854 – São Benedito, 20 de novembro de 1937), grande proprietário rural da Serra da Ibiapaba, foi eleito 1º vice-presidente do Estado, tendo assumido o Governo estadual de 10 de março a 12 de julho de 1908, na ausência do titular Nogueira Accioli. Foi deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, entre 1915 e 1919.

Fontes

ANUÁRIO DO CEARÁ 2022-2023

IBGE Cidades

IPECE – Perfil Municipal de Viçosa do Ceará – 2017

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – SECRETARIA DE MINAS E METALURGIA – Programa de Recenseamento de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea no Estado do Ceará – Diagnóstico do Município de Viçosa do Ceará – 1998. Viçosa do Ceará (CE). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro; IBGE, 1959. V. 16. P. 556-560. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf

GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, Antônio. O Ceará, 2011, Fundação Waldeimar de Alcântara.

No curso dessa desafiadora viagem imaginária (virtual) de pesquisa, através dos mais distantes rincões do meu estado, escalei montanhas, mergulhei em rios caudalosos, orei em igrejas, santuários e catedrais, visitei prédios e monumentos históricos, acompanhei procissões, percorri feiras, assisti apresentações de grupos folclóricos, comemorei datas festivas, ouvi músicas sertanejas e o som característico das bandas cabaçais, sofri a inclemência das secas e o rigor dos invernos e conheci, ao longo de sua história secular, personagens que contribuíram para a formação, consolidação e engrandecimento de cada um dos municípios do estado do Ceará.

Espero, com o presente trabalho, dar uma modesta contribuição para o conhecimento e divulgação dos fatos históricos, da realidade geográfica, da luta titânica pela sobrevivência dessas valorosas populações e das potencialidades e atrativos dos municípios cearenses.

S.C.M

